

ÍNDICE

EDITORIAL

- e291719 – Reafirmando compromissos ético-técnico-políticos: um novo ciclo da Psicologia & Sociedade 1
Carolina dos Reis e Adolfo Pizzinato

ARTIGOS

- e264526 – Hospício é cemitério 4
Arthur Daibert Machado Tavares, Marília Silveira e Alexandra Cleopatre Tsallis
- e266138 – Mulheres no trabalho militar: uma revisão bibliométrica e crítica 20
Valdir Júnior dos Santos, Julia Fagundes Queiroz Schirmer e Carla Sabrina Xavier Antloga
- e266667 – Produção de subjetividade e figuras subjetivas no capitalismo contemporâneo 33
Josiane Cristina Orlando de Souza e Reinaldo Furlan
- e269244 – Entre homens: noções de masculinidades para usuários de *apps* de encontros eróticos 49
José Gomes de Oliveira Neto, Jorge Lyra, Benedito Medrado e Luís Augusto Vasconcelos da Silva
- e271460 – Produzindo um currículo escolar para diversidade sexual e de gênero em um instituto federal 63
Willian Guimarães e Henrique Caetano Nardi
- e266993 – O caso dos cães de passagem na roça 78
Dolores Cristina Gomes Galindo, Maria Leticia de Oliveira Bianchini, Renata Vilela Rodrigues e Fernanda Zanata
- e276395 – Uma psicanálise negra: desobediências ontológicas e epistêmicas de psicólogas e psicanalistas racializadas 94
Fernanda Sousa-Duarte e Ana Paula Moraes
- e277936 – Sexismo e representações do feminino nos romances literários: influências na idealização de relacionamentos amorosos 109
Larissa Andrade Tavares e Luciana Martins Quixadá
- e265637 – Desconstruindo a “pedagogia da virilidade”: conversa sobre masculinidades de professores homens na educação infantil 123
Carlos Eduardo de Mello Lopes, Rita de Cássia Sobreira Lopes e Suian Goecks Oliveira
- e278088 – Memória e ancoragem na construção de representações sociais sobre edição genética de embriões humanos 139
Renan Harmes Eskinazi, Renata Lira dos Santos Aléssio e Maria de Fátima de Souza Santos
- e282359 – Transmasculinidades plurais: vantagens e exigências sociais da masculinidade nas narrativas de homens trans 155
Leticia Carolina Boffi e Manoel Antônio dos Santos
- e250908 – Dinámicas comunitarias y ciclo de vida de habitantes en riesgo de desastres naturales 172
Mónica Tatiana Perdomo Pérez e Sara Orjuela Gonzalez
- e266214 – Efeitos das dinâmicas da violência urbana para jovens em cumprimento de medida socioeducativa 189
Larissa Ferreira Nunes, Clara Oliveira Barreto Cavalcante, João Paulo Pereira Barros e Tadeu Lucas de Lavor Filho
- e268434 – Unmet needs of lesbian women in breast cancer treatment 205
Carolina de Souza e Manoel Antônio dos Santos



e273718 – Professoras, precarização e pandemia na fronteira.....	221
<i>Suellen Soares Altrão e Jenniffer Simpson dos Santos</i>	
e274374– Corpos aletúrgicos: a vontade de matar como regime de verdade das práticas de segurança.....	237
<i>Giovana Barbieri Galeano e Neuza Maria de Fátima Guaresch</i>	
e274496– Deambulações e conversas de beira de muro: uma etnografia para além das drogas	251
<i>Leandro Roque da Silva e Ana Karenina De Melo Arraes Amorim</i>	
e276001– Contribuições de Orlando Fals Borda à análise dos compromissos sociopolíticos da ciência	265
<i>Cândido Rocha Flores Júnior e Carolina Laurenti</i>	
e277176– Análise de narrativas de estudantes negras na universidade brasileira: ancestralidade face ao racismo estrutural	279
<i>Jacqueline de Oliveira Moreira, Keren Clementina Martins França, Karinne Vieira Jesus, Mônica Eulália da Silva Januzzi, Geísa Gonçalves de Castro, Késsia Daniele de Brito e Andréa Máris Campos Guerra</i>	
e277232 – Sentidos atribuídos por mulheres negras em relacionamentos inter-raciais: intersecções entre racismo e violência doméstica.....	294
<i>Jennifer Ester de Sousa Bastos e Tatiana Machiavelli Carmo Souza</i>	
e277599 – Uma epistemologia feminista de corpo inteiro na pesquisa em psicologia social	309
<i>Aline Kelly da Silva, Simone Maria Hüning e Jaqueline Tittoni</i>	
e278087 – Práticas formativas em psicologia social: contribuições de diálogos inter-epistêmicos com povos indígenas e quilombolas	322
<i>Amanda Barbosa Veiga dos Santos, Áquila Bruno Miranda, Camilla Gabrielle Gomes Vieira, Julia Costa de Oliveira, Lucas Luis de Faria, Suellen Soares Altrão e Claudia Mayorga</i>	
e279053 – Responsabilização e culpabilização: atribuições, posicionamentos e jogos de poder durante melhoramento de assentamento precário	332
<i>Mário Martins, Sandra Assis, Fernanda Lima-Silva, Mary Jane Spinke e Gustavo Massola</i>	
e280571 – Atendimento psicológico à comunidade surda: relato de experiência em estágio	348
<i>Aléxia Thamy Gomes de Oliveira, Laleska Caroline Freitas e Silva Honorato e Francisco Aldemir Silva Lima</i>	
e281976 – Autoestigma em mães de crianças com transtorno do espectro autista	358
<i>Claudete Veiga de Lima, Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira, Leni Porto Costa Siqueira, Rosane Lowenthal e Cristiane Silvestre Paula</i>	
e282988 – Psicologia social (crítica) do torcer: caminhos trilhados e caminhos a se trilhar	377
<i>Felipe Tavares Paes Lopes</i>	
e283122 – “O que vale é o sangue, história(s) e origem(ns)!”: Indianidades dos povos indígenas Tabajara.....	391
<i>Brisana Índio do Brasil de Macêdo Silva e João Paulo Macedo</i>	
e285089 – Os sentidos do trabalho para adolescentes explorados pelo tráfico de drogas....	409
<i>Beatriz Pinheiro de Melo, Daniele Paulino, Pedro F. Bendassolli e Fellipe Coelho-Lima</i>	
e285719 – A naturalização do absurdo: política bolsonarista e a legitimação do discurso de ódio	425
<i>Alessandra Marchioro Repp e Wallisten Passos Garcia</i>	
e285727 – A agressividade na perspectiva de jovens atletas, de seus familiares e treinadores	439
<i>Matheus Pinheiro, Alberto Filgueiras e Carlos Eduardo Nórté</i>	

e286075 – “ <i>You ain’t white. Are they white?</i> ”: O “branco verdadeiro” em <i>Bacurau</i> (e no Brasil)	455
<i>Amara Rocha Mattos e Lia Vainer Schucman</i>	
e286264 – Compreensões de profissionais de rede de proteção a crianças e adolescentes sobre a Escuta Especializada	471
<i>Janaina Alessandra da Silva Sanson, Leilane Serratine Gruba e Jean Von Hohendorff</i>	
e287261 – Psicologia e marxismo: a produção científica publicada no Brasil no século XXI	485
<i>Cecília Tavares Guimarães, Ana Ludmila Freire Costa e Isabel Fernandes de Oliveira</i>	
e290130 – Por uma psicologia brasileira racializada: contribuições de Cida Bento e Lélia Gonzalez	501
<i>Hilana Sousa Ferreira, Anne Beatriz Nogueira Saraiva e Aluísio Ferreira de Lima</i>	
e290324 – Cathinones and viagra in chemsex: an autoethnography of touch, masculinities and aesthetics	512
<i>Jorge Humberto Lucero Díaz</i>	
e290782 – Assistência social nas propostas formativas dos cursos de psicologia do Recôncavo Baiano	525
<i>Evelin Fonseca de Sales e Luane Neves Santos</i>	

ERRATA

e024001 – Errata	539
------------------------	-----

REAFIRMANDO COMPROMISSOS ÉTICO- TÉCNICO-POLÍTICOS: UM NOVO CICLO DA PSICOLOGIA & SOCIEDADE

*REAFFIRMING ETHICAL-TECHNICAL-POLITICAL
COMMITMENTS: A NEW CYCLE OF PSYCHOLOGY & SOCIETY*
*REAFIRMANDO COMPROMISSOS ÉTICO-TÉCNICO-POLÍTICOS:
UN NUEVO CICLO DE PSICOLOGÍA Y SOCIEDAD*

É com satisfação que apresentamos o volume deste ano, o trigésimo sexto da *Psicologia & Sociedade*, o primeiro de nossa gestão como nova equipe editorial. O desafio de ampliar a abrangência da revista, qualificando seus processos editoriais e mantendo seus parâmetros éticos e políticos com uma produção crítica, engajada e qualificada – no marco de uma leitura epistemológica pluralizada (Abib, 2009), assume especial relevância nesse momento.

O recrudescimento das políticas editoriais comerciais, dos periódicos predatórios, da pressão à comunidade acadêmica para a produção intensa e mercantil do conhecimento faz com que publicações como a nossa se vejam em batalhas, por oras quixotescas, na defesa de uma Ciência Aberta, de qualidade e que seja vetor de comunicação de conhecimentos situados. Nessa senda, a *Psicologia & Sociedade* renova sua aposta por financiamento público – apresentando-se e sendo contemplada no Edital do Programa Editorial do CNPq, recebendo apoio do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS – e comunitário, através da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Nosso público leitor pode observar ainda, o engajamento da revista às novas políticas de divulgação científica endossadas pela *Scielo*, tais como a política de acesso livre, o uso de redes sociais para divulgação de trabalhos publicados, a continuidade da publicação contínua e o incentivo a utilização de repositórios *preprints* como forma de contribuir para acelerar a comunicação das pesquisas; os preceitos éticos na pesquisa, atentando particularmente às resoluções da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) ao “Guia de Boas Práticas para o Fortalecimento da Ética na Publicação Científica”; nos “Princípios de Transparência e Boas Práticas em Publicações Acadêmicas” recomendados pelo *Committee on Publication Ethics* – COPE. Além disso, a *Psicologia & Sociedade* segue as diretrizes sobre Equidade de Sexo e Gênero em Pesquisa (*Sex and Gender Equity in Research* – SAGER), somando a essas orientações próprias relacionadas a raça e etnia. Essas diretrizes são observadas não somente nas pesquisas divulgadas, mas igualmente na formação do atual corpo editorial da Revista. Além disso e, pensando no futuro e continuidade dos fazeres editoriais, a *Psicologia & Sociedade* mantém em si uma jovem e qualificada equipe de assessoria editorial, onde discentes de doutorado e recém titulados acompanham e se engajam em uma “formação em serviço” para que, logo mais, possam assumir posições editoriais nesta e em outras publicações qualificadas da área.

Ainda sobre nosso grupo, destacamos nossa atenção em ampliar a equipe editorial considerando as diferentes regiões do país e da Iberoamérica - tradicionalmente nossa zona de maior influência. Colaboram nesse importante trabalho, editoras e editores de diferentes instituições e com variadas áreas de experiência na Psicologia Social, de distintas origens, raças, cores, nacionalidades e orientações de sexo e gênero, o que corrobora nosso compromisso com a diversidade da sociedade e das políticas de ação da Psicologia brasileira. Essa diversidade também se reflete nos trabalhos apresentados nesse número, onde a diversidade teórico-metodológica é ilustrada por artigos de proposição reflexiva na atualização e ressignificação desses

marcos na área, assim como vários artigos que apresentam pesquisas qualificadas, inovadoras e implicadas com temas chave da nossa sociedade, como as questões de gênero e sexualidade, a violência, o racismo e as relações étnico raciais, nossa relação com os avanços tecnológicos, as demandas comunitárias e a qualificação dos fazeres no campo psi implicados com a emancipação social e os direitos humanos.

Portanto, assim como defendem Reyes, Serrano, Baleriola e Vargas (2020), um desafio para as revistas de Psicologia em nosso contexto iberoamericano atual é conseguir garantir uma linha editorial de abordagem múltipla e heterogênea que possibilite abordar as questões que compõem o tempo presente a partir de diferentes perspectivas, conceitos, autores e autoras. O produtivismo, as pressões das formas de vida contemporâneas, os ritmos de trabalho da precarização neoliberal fazem com que a produção do conhecimento se fragmente, gerando a sensação de que, como defende Stengers (2020), falte “tempo” para articulações conjuntas sobre problemas comuns e, dessa forma, oferecer alternativas para responder às catástrofes e precariedades do mundo contemporâneo. É necessário refletir e produzir coletivamente, como em uma comunidade de práticas (Wenger, 1998) – como grupos de pessoas ligadas formal ou informalmente pelo conhecimento especializado e compartilhado e pelo foco em um empreendimento conjunto, compartilhando experiências e conhecimento com liberdade e criatividade, incentivando novas abordagens para os problemas., abrindo pontes para pensar o que nos une na diversidade.

Este novo número de *Psicologia & Sociedade* se une a essa perspectiva, enfrentando questões que marcam a agenda e a realidade atuais, partindo das bases consolidadas para além das implicações profundas, complexas e múltiplas geradas pelas pandemias, pelas catástrofes geopolíticas e ambientais que nos afeta. Este é um número plural que, em seu conjunto, reflete o momento que o Brasil vive, mas que também é compartilhado por outros países.

Os desafios de como a Psicologia Social pode se transformar em um campo analítico mais epistemicamente inclusivo, que se implique com a diversidade humana seguem, ainda mais em um mundo em movimentos erráticos de política econômica neoliberal, que geram ataques às possibilidades de vida nesse planeta onde as mudanças climáticas incrementam as desigualdades, os conflitos por recursos vitais, as migrações forçadas e precarização laboral, como já denunciam os trabalhos aqui apresentados. O volume 36 se apresenta como uma síntese desses desafios, em uma revista de qualidade que, apenas neste ano recebeu 290 trabalhos para avaliação e tem uma audiência de mais 200 mil leituras mensais em média. É com esse universo, com essa comunidade de autoria e audiência com que nos comprometemos com mais um ciclo de trabalho qualificado para a promoção e divulgação de uma Psicologia Social atenta aos desafios de hoje e, ativa para um amanhã mais justo, solidário e responsável.

Uma boa leitura

Carolina dos Reis e Adolfo Pizzinato – Editores Chefe

Referências

- Abib, José Antônio.** (2009). Epistemologia pluralizada e história da psicologia. *Scientiae Studia*, 7(2), 195–208. <https://doi.org/10.1590/S1678-31662009000200002>
- Reyes Espejo, María Isabel, Cáceres Serrano, Pablo, Baleriola Escudero, Enrique, & Jiménez Vargas, Felipe.** (2021). Los desafíos de la Psicología y las Ciencias Sociales para una nueva década. *Psicoperspectivas*, 20(1), 1-5. <https://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol20-issue1-fulltext-2266>
- Stengers, Isabelle.** (2020). *Cómo pensar juntos*. Saposcat
- Wenger, Etienne.** (1998). *Communities of practice: learning, meaning, and identity*. Cambridge: University Press.

HOSPÍCIO É CEMITÉRIO

MANICOMIO ES CEMENTERIO

AN ASYLUM IS A GRAVEYARD

Arthur Daibert Machado Tavares¹, Marília Silveira² e Alexandra Cleopatre Tsallis¹¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil² Universidade Federal de Alagoas, Maceió/AL, Brasil

Resumo: Neste artigo, partimos de uma preocupação com a Contrarreforma Psiquiátrica em curso no Brasil para tratar das relações entre a morte e o Hospício. Operando com a abordagem teórico-metodológica da cartografia, tomamos como principais referências textos elaborados por pessoas que estiveram internadas em Hospitais Psiquiátricos entre os séculos XX e XXI, abordando questões de gênero, raça e classe de maneira encarnada. As articulações entre a morte e a cultura manicomial se apresentam, desde os escritos da experiência, na desvalorização da vida, no suicídio, no assassinato, no abuso do eletrochoque e dos medicamentos, no abandono, na cronificação e no silenciamento dos corpos hospiciados. O Hospício se mostra aqui como mais uma peça da necropolítica brasileira, fazendo com que o retorno do seu fortalecimento nos convoque a agir, como ensina o Movimento Antimanicomial, novamente em direção a uma sociedade sem manicômios.

Palavras-chave: Hospitais Psiquiátricos; Morte; Literatura; Saúde Mental; Movimento de Luta Antimanicomial.

Resumen: En este artículo, partimos de una preocupación por la Contrarreforma Psiquiátrica en curso en Brasil para abordar las relaciones entre muerte y Manicomio. Operando con el enfoque teórico-metodológico de la cartografía, tomamos como referencias principales textos escritos por personas que estuvieron internadas en Hospitales Psiquiátricos entre los siglos XX y XXI, abordando cuestiones de género, raza y clase de manera corporeizada. Las articulaciones entre muerte y cultura del manicomio se presentan, a partir de los escritos de la experiencia, en la desvalorización de la vida, el suicidio, el asesinato, el abuso de electroshocks y medicamentos, el abandono, la cronificación y el silenciamento de los cuerpos hospitalizados. El Manicomio se muestra aquí como una pieza más de la necropolítica brasileña, haciendo que el retorno de su fortalecimiento nos llame a actuar, como enseña el Movimiento Antimanicomial, una vez más hacia una sociedad sin manicomios.

Palabras clave: Hospitales Psiquiátricos; Muerte; Literatura; Salud Mental; Movimiento de Lucha contra el Manicomio.

Abstract: In this article, we start from a concern with the Psychiatric Counter-Reform underway in Brazil to address the relationship between death and the Asylum. Operating with the theoretical-methodological approach of cartography, we take as main references texts written by people who were hospitalized in Psychiatric Hospitals between the 20th and 21st centuries, addressing issues of gender, race and class in an embodied way. The articulations between death and asylum culture are presented, from the writings of experience, in the devaluation of life, suicide, murder, abuse of electroshock and medication, abandonment, chronification and silencing of hospitalized bodies. The Asylum is shown here as another piece of Brazilian necropolitics, making the return of its strengthening call us to act, as the Anti-Asylum Movement teaches, once again towards a society without asylums.

Keywords: Psychiatric Hospitals; Death; Literature; Mental Health; Anti-Asylum Movement.

Alerta: conteúdo sensível

Não quero morrer, não; quero outra vida
Lima Barreto (2010, p. 58)

No dia 04 de fevereiro de 2019, foi publicada a Nota Técnica nº 11, que visa à apresentação de uma “Nova Política Nacional de Saúde Mental” (Nota Técnica n. 11/2019, p. 4). Lançada no começo do mandato presidencial de Jair Messias Bolsonaro, essa nota compila portarias e resoluções que vinham sendo publicadas desde o final de 2017 — sob o mandato presidencial de Michel Temer, resultado da destituição da então presidenta Dilma Rousseff — e que apontam para um sentido contrário às políticas de cuidado comunitário preconizadas pela Reforma Psiquiátrica brasileira. Desde antes, algumas medidas já vinham sendo questionadas pelo Movimento Antimanicomial, que começavam a dar pistas do retrocesso que vem sendo chamado de Contrarreforma Psiquiátrica (Cruz, Gonçalves, & Delgado, 2020). A Nota Técnica nº 11, entretanto, é um marco desse processo por alguns motivos.

O texto é categórico ao afirmar que “a desinstitucionalização não será mais sinônimo de fechamento de leitos e de Hospitais Psiquiátricos” (Nota Técnica n. 11/2019, p. 5). Com a implantação da Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei n. 10.216/2001), os manicômios vinham, efetivamente, sendo pouco a pouco extintos (Amarante, 1995), de modo que a nota cita como preocupante a escassez de leitos, sendo a nova meta o aumento de seu número. Sem questionar o modo como os serviços públicos de atenção psicossocial em liberdade vêm sendo sistematicamente sucateados, essa preocupação é justificada no texto por alguns dados que apontam um cenário que é supostamente “fruto direto dos equívocos de fechamento de leitos psiquiátricos no Brasil, nas últimas duas décadas principalmente” (Nota Técnica n. 11/2019, p. 5). Falta de saúde mental como falta de Hospício: forjando essa relação de causalidade, a nota afirma ainda que, “após nove anos, o valor pago pelas internações em Hospitais Psiquiátricos foi atualizado” (Nota Técnica n. 11/2019, p. 4).

É nas brechas da Lei nº 10.216/2001 que esse pacote de reformulações, decidido de maneira autoritária, rompendo com uma tradição de décadas de participação social na elaboração das políticas de saúde mental, encontra espaço para os interesses de associações profissionais médicas e serviços particulares que lucram com internações psiquiátricas (Maluf, 2020). Entre outros pontos, a nota anuncia que os Hospitais Psiquiátricos, agora também incluídos na RAPS, devem ser modernizados, que não há impedimento legal para a internação de crianças e adolescentes, que o Ministério da Saúde passa a financiar a compra de aparelhos de eletroconvulsoterapia e que a redução de danos deixa de ser a estratégia de tratamento oficial para o uso de álcool e outras drogas, que passa a ter a permanência em abstinência como objetivo (Nota Técnica n. 11/2019). A Nova Política Nacional de Saúde Mental definitivamente não é antimanicomial.

Partindo principalmente de Michel Foucault (2006), o Hospício é frequentemente descrito como uma instituição disciplinar, criada em torno do século XIX, que objetivaria, com o avanço do capitalismo industrial, corrigir medicamente as anormalidades para adequar os corpos individuais ao funcionamento social hegemônico e para regulamentar a vida das populações, participando da tecnologia biopolítica. Sem negar esse aspecto, igualmente crucial, aqui nos interessa cartografar a experiência da dimensão necropolítica (Mbembe, 2016) dessa operação, que produz, através de um conjunto de técnicas, não necessariamente a recuperação e a assimilação, mas o abandono e a aniquilação. Nossa tarefa é investigar como o Hospício

também faz parte de uma gestão política da morte, como forma de deixar e fazer morrer. Com efeito, autores como Erving Goffman (2015) e Franco Basaglia (2010) já apontaram a internação psiquiátrica como um processo de mortificação. Desde ao menos março de 2020, com a pandemia da Covid-19, causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), a morte e o isolamento social se tornaram problemas de ainda maior relevância acadêmica, nos fazendo questionar não só como políticas de saúde podem ser contraditoriamente projetadas para promover a morte, mas ainda como podemos conceber o isolamento social, importante medida de contenção da pandemia, como uma técnica de tratamento em saúde mental.

A abordagem teórico-metodológica deste estudo — elaborada no próprio percurso, não como esqueleto a ser aplicado — é inspirada na cartografia (Rolnik, 2016), que nos permite acompanhar com sensibilidade a constituição e a destruição de territórios existenciais, nos limites entre micro e macropolítica, tendo como critério fundamental o grau de abertura para a vida. Como composição de encontros entre diferentes vozes, a cartografia absorve fontes de qualquer procedência desde que deem passagem às intensidades do corpo, como os escritos da experiência da estadia no Hospício com os quais este trabalho se desenha. É nessa direção que elaboramos uma cartografia da experiência da morte na internação psiquiátrica através dos escritos de Lima Barreto, Maura Lopes Caçado, Albertina Borges da Rocha, Stella do Patrocínio, Austregésilo Carrano Bueno e Rodrigo de Souza Leão — pessoas que estiveram internadas em Hospitais Psiquiátricos no sudeste e no sul do país entre os séculos XX e XXI — para problematizar as transformações contemporâneas nas políticas brasileiras de saúde mental. Aproximando-nos da história vista de baixo e da perspectiva de pacientes (Huertas, 2013), procuramos rachar a “pedra sepulcral do silêncio”, como Louis Althusser (1992, p. 25) nomeou a internação psiquiátrica, tratando essas narrativas não como confissões clínicas, mas como uma rede de referências potentes para pensarmos questões científicas e sociais.

Na contramão de uma leitura patologizante, a experiência, narrada em primeira pessoa, vem sendo afirmada pelos feminismos, especialmente negros, chicanos e decoloniais, em sua força não somente política, mas também epistemológica, pondo em xeque a universalidade do sujeito do conhecimento (Miñoso, 2020). Como assinalou a *Carta de Bauru*, escrita em 1987 pelo Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental, “o manicômio é expressão de uma estrutura, presente nos diversos mecanismos de opressão desse tipo de sociedade. A opressão nas fábricas, nas instituições de adolescentes, nos cárceres, a discriminação contra negros, homossexuais, índios, mulheres”.¹ Por isso, em afinidade com estudos contemporâneos na área (Pereira & Passos, 2017), situamos os marcadores sociais que se inscrevem nas relações entre corpo e Hospício para que uma atenção à interseccionalidade, como elaborada pelo feminismo negro, nos possibilite encarnar as experiências aqui narradas.

O título é uma costura de fragmentos — aos modos criativos de Arthur Bispo do Rosário — dos nomes de dois livros: *Hospício é deus* (Caçado, 2015) e *Cemitério dos vivos* (Barreto, 2010). O próprio artigo é tecido não só como uma trama de trechos de escritos da experiência, mas também como uma experiência ele mesmo, na medida em que busca, mais do que informar um conteúdo, suscitar uma abertura à sensibilidade. Nesse sentido, as citações diretas ao longo do texto têm importância por seu efeito poético, considerando a capacidade, como dizia Antonin Artaud (2006) “que têm as palavras de criar ... uma música segundo o modo como são pronunciadas, independentemente de seu sentido concreto, ... de criar sob a linguagem uma corrente subterrânea de impressões” (p. 37). A não-linearidade entre as citações, aqui textualizada pela travessia entre estilhaços de temporalidades e espacialidades diversas, busca responder a uma exigência da própria ruptura propiciada pela experiência irreconciliável da passagem

como paciente pelo Hospício. Isso permite a formulação de um arranjo não-individual e extra pessoal entre caminhos que se cruzam e distanciam — um texto coletivo que possa cumprir seu propósito como declaração de recusa radical das políticas de morte que nos assombram e do projeto manicomial que está ganhando novas forças no Brasil.

Vidas sem valor

No dia 14 de julho de 2017, Mário Travassos foi morto na Clínica da Gávea, Hospital Psiquiátrico particular no Rio de Janeiro. Chegara um dia antes, transferido de outro hospital. Morreu em tentativa de fuga. Várias foram as versões. Os plantonistas disseram à mãe, Luíza, que ele bateu com a cabeça. Mário tinha 39 anos de idade. Em nota divulgada, a Clínica da Gávea disse que ele morreu ao ser interceptado pela equipe. Mário era músico, tecladista e compositor. A família, indignada, procurou a polícia — a gravação das câmeras de segurança foi recuperada, mostrando um enfermeiro e um técnico de enfermagem carregando seu corpo imobilizado, com o rosto voltado para o chão. Luíza conta que Mário era um menino gentil; tomava remédios para ansiedade e fazia terapia, mas era sua primeira internação — seu corpo foi encaminhado pela clínica para o Instituto Médico Legal, sem identificação, antes que a própria família soubesse do ocorrido. De acordo com o delegado Daniel Rosa, a morte foi por asfixia — colocaram o joelho nas costas de Mário Travassos e deixaram a sua cabeça de frente para um travesseiro durante um minuto e cinco segundos, sufocando a tentativa de fuga.²

“Sinto-me sufocada. Em estado depressivo, sem nenhuma coragem para reagir” — é assim que Maura Lopes Cançado (2015, p. 139) começou o dia 08 de janeiro de 1960. Maura já estava há mais de dois meses “na seção Tillemont Fontes, Hospital Gustavo Riedel, Centro Psiquiátrico Nacional, Engenho de Dentro, Rio. Isto em linguagem clara quer dizer mesmo hospício” (Cançado, 2015, p. 27). Escrevia um diário da internação. Nessa data o ar no Hospício estava pesado, insuportável. Ainda nos primeiros dias, Maura registrara que sentia “medo. Minha vida não é importante, não sou imprescindível a alguém. Ao contrário: consideram-me inútil, até pernicioso. Socialmente não tenho nenhum valor” (Cançado, 2015, p. 37).

Internado pelas mãos da polícia no Hospital Nacional de Alienados, no Rio de Janeiro, Lima Barreto também escreveu um diário da sua estadia no Hospício. Mesmo que não tivesse mantido registro dessa internação, nunca poderiam apagar da sua memória as humilhações que sofreu ali, nem que cem anos vivesse: “Não por elas mesmo, que pouco valem; mas pela convicção que me trouxeram de que esta vida não vale nada, todas as posições falham e todas as precauções para um grande futuro são vãs” (Barreto, 2010, p. 82). E quando houve um incêndio no refeitório, em outra internação de Maura naquele mesmo Hospício, nenhuma guarda apareceu. Depois que os bombeiros apagaram o incêndio, uma guarda comentaria, rindo: “Fiquei no portão esperando para ver o que acontecia. Vir aqui dentro, eu? Só subi depois de passado o perigo. Morressem vocês, que são loucas” (Cançado, 2015, p. 73).

“*Por que você não morreu?*”, a pergunta surgia a Rodrigo de Souza Leão (2019, p. 34), a certa altura de seu romance sobre uma internação psiquiátrica, chamado *Todos os cachorros são azuis*, publicado originalmente em 2008. Era assim que, de vez em quando, pensava Lima — às vezes queria matar nele mesmo todo desejo, aniquilar aos poucos a vida e desaparecer: “Esta passagem várias vezes no Hospício e outros hospitais deu-me não sei que dolorosa angústia de viver que me parece ser sem remédio a minha dor. Vejo a vida sem trova e sem saída” (Barreto, 2010, p. 83). Lima Barreto era escritor, anarquista, negro e amante dos livros. Teve que abandonar

os estudos quando seu pai enlouqueceu. Como homem da família, precisava sustentá-la. Com tudo isso se endividou e bebia para se distrair. Acabou indo parar pela segunda vez no Hospício em 1919, após passar a noite vagando pelas ruas do subúrbio em delírios alcoólicos. Então ele se perguntava: “Por que a riqueza, ... coisa que, desde menino, nos dizem ser o objeto da vida, da nossa atividade na terra, não é também a causa da loucura?” (Barreto, 2010, p. 68). Tinha lá dentro um desejo vago de morte, de um aniquilamento maior do que a morte, de ver a vida esgotar-se. Certo dia, no *Diário do Hospício*, terminou seu registro assim:

Ontem, matou-se um doente, enforcando-se. Escrevi nas minhas notas: “Suicidou-se no Pavilhão um doente. O dia está lindo. Se voltar a terceira vez aqui, farei o mesmo. Queira Deus que seja o dia tão belo como o de hoje”. Não me animo em dizer: venceste, Galileu; mas, ao morrer, quero com um sol belo, de um belo dia de verão! (Barreto, 2010, p. 84)

O suicídio, para Maura, parecia de fato uma solução. Apesar de não se ver tentada a ele como antes, durante a internação, pensou seriamente em matar-se como a única maneira de sobreviver. Maura Lopes Cançado (2015) nasceu no interior de Minas Gerais, São Gonçalo do Abaeté. Desde criança, sabia que ia morar na cidade grande quando crescesse. Era branca e rica. Não se sentia bem uma menina. Entrou para um aeroclube aos 14 anos, onde se sentia bem, portando-se como um rapazinho. Casou-se com um aviador de 18 e logo se decepcionou. Aos 15, viu-se com o casamento desfeito e um filho sem pai. Foi quando tudo começou a ficar penoso — passou “a sofrer com brutalidade os reflexos do condicionamento imposto a uma adolescente numa sociedade burguesa” (Cançado, 2015, p. 24). Quando finalmente foi a Belo Horizonte estudar, não foi aceita no colégio e era expulsa de todos os pensionatos por conta do casamento frustrado. Pensou pela primeira vez em se matar. Os homens se aproximavam violentamente, as mulheres ditas de boa família a evitavam. Estigmatizada, aos 18 anos se internou pela primeira vez. Só depois é que foi viver no Rio de Janeiro, conseguindo trabalho no *Jornal do Brasil*.

Austregésilo Carrano Bueno (2004), o Austry, na narrativa da sua primeira internação no Sanatório Bom Recanto, em Curitiba, 1974, contou que seu amigo Rogério estava muito cansado dessa história de entrar e sair do Hospício por ser usuário de drogas. Rogério já havia sofrido muito, seus vinte e dois anos pareciam trinta — achava melhor tomar uma *overdose* do que voltar a ser internado nesses espaços que só fazem maltratar. Essas palavras doíam no íntimo de Austry. Rogério queria colocar um fim nesse martírio. Depois de diversas reinternações em diferentes lugares, Austry passou a compartilhar desse sentimento.

“Ah! Meu Deus! Que alternativa! E eu não sei morrer” (Barreto, 2010, p. 129) — escrevia Lima. Foi quando tudo ficou amarelo e Rodrigo viu Arthur Rimbaud, uma alucinação sua amiga que estava internada com ele, tentando se enforcar:

Pra que isso, Rimbaud? Deixa que detestem a gente. Deixa que joguem a gente num pulgueiro. Deixa que a vida entre agora pelos poros. Não se mate, irmão. Se você morrer, não sei o que será de mim. Penso em você pensando em mim. Rimbaud, tudo vai ficar da cor que quiser. Aqui não dá pra ver o mar. Mas você vai sair daqui.

Tudo ficou verde da cor dos olhos do meu irmão Bruno e da cor-do-mar. Do mar. Rimbaud ficou feliz e resolveu não se matar. (Leão, 2019, p. 35)

A morte e o pesadelo

Stella do Patrocínio (2001, p. 64), de dentro da Colônia Juliano Moreira, Núcleo Teixeira Brandão, aonde chegou em 1966 e de onde nunca mais sairia viva, sabia que o Hospício é um lugar de morte:

Dias semanas meses o ano inteiro
 Minuto segundo toda hora
 Dia tarde a noite inteira
 Querem me matar

Ora, desde a sua estadia em um sanatório na Tijuca, trancafiada em um quarto em condições deploráveis, Maura já ouvira contar que efetivamente doentes são mortos/as³ no Hospício. E quando ficou internada no Instituto de Psiquiatria do Centro Psiquiátrico Nacional, não era um ouvir contar. Era a seção do Hospício destinada aos casos mais agudos, em que “o número de negras era bem maior que o de brancas” (Cançado, 2015, p. 196) e as guardas eram más e relapsas, maltratando e xingando as doentes. Foi ali que, certa noite, à hora do banho, no banheiro, Maura e duas amigas, Nair e Eva, viram horrorizadas uma guarda batendo em uma “doente catatônica”. Ela morreu no dia seguinte. De repente, Rodrigo perguntou:

O que é a morte, mãe?
 A morte é uma novela da Globo, filho.
 ... Foi morto hoje no hospício da cidade o cidadão Temível Louco. O mesmo que atazanou a população do município por 15 anos. Para alguns, foi enforcado. Para outros, teve um ataque cardíaco.
 Desliga a tevê. É isso o dia todo. (Leão, 2019, pp. 49-50)

Foi quando Austrý encostou em um canto do muro, “observando aquele cenário de filme de terror” que era o Sanatório Bom Recanto — ou pelo menos aquele pavilhão, já que os que podiam pagar eram transferidos para os apartamentos: “Não sabia o que fazer... tudo ao meu redor, não! não estava acontecendo, era um pesadelo, meu Deus! Aquelas pessoas não eram reais... eu tinha que acordar!...” (Bueno, 2004, pp. 54-55). E anos depois, já no Hospital Psiquiátrico São Gerônimo, arredores de Curitiba, não mais observava — ele mesmo formava, com os outros hospiciados, “no conjunto, um magnífico cenário de filme de terror, oferecendo ao público cenas jamais captadas pelas câmeras de cinema. Só quem esteve lá poderia descrevê-las” (Bueno, 2004, p. 151). Como Lima, que, cem anos vivesse, jamais esqueceria as humilhações que sofreu no Hospício (Barreto, 2010), Austrý teria que aprender a viver

com psiquiatra aplicando-me eletrochoque, enfermeiros fechando portas, comprimidos dados aos quilos diariamente. As idas ao pátio para esquentarmos nossas pulgas e muquiranas. Tudo aquilo tinha sido um sonho horrível, e eu me esforçava para esquecer. Só que, na realidade, nunca esqueceria. E com ele teria que aprender a viver. (Bueno, 2004, p. 128)

Eletrorrechoque e medicamentos

No rol dos ditos tratamentos, o abuso do eletrorrechoque e a sobremedicação dos/as hospiciados/as podem figurar entre as práticas manicomiais de morte. O livro de Austry, *Canto dos malditos*, começa com um “poema das 4 horas de espera para ser eletrorrechoutado”:

Seqüelas não acabam com o tempo. Amenizam.
 ... Nó na garganta, choro estagnado, revolta acompanhada de longo suspiro.
 Ainda hoje, anos depois, a espera é por demais agonizante.
 Horas, minutos, segundos são eternidades martirizantes.
 ... É ser condenado à morte várias vezes.
 Quem disse que só se morre uma vez?
 ... A espera está acabando. Ouço barulho de rodinhas.
 A todo custo, quero entrar na parede. Esconder-me, fazer parte do cimento do quarto.
 Olhos na abertura da porta rodam a fechadura. Já não sei quem e o que sou. Acuado, tento fuga alucinante. Agarrado, imobilizado... escuto parte do meu gemido.
 Quem disse que só se morre uma vez? (Bueno, 2004, epígrafe)

Enquanto isso, Albertina Borges da Rocha (2012), a Beta, foi juntando anotações em seus cadernos ao longo da vida. Com o que escreveu montou um livro: *Meu convívio com a esquizofrenia*. Ela contava que, desde que concluiu o primário, aos 11 anos, trabalhando como babá, precisou insistir muito para continuar os estudos — sua mãe criava as filhas para serem boas mães e esposas. Beta queria mais, queria estudar, trabalhar fora de casa, e insistiu na sua “teimosia em desobedecer conceitos estabelecidos” (Rocha, 2012, p. 44). Ela está viva. É branca e mora no Rio de Janeiro. “Considerada uma moça arrojada e muito livre ... num bairro do subúrbio da Central do Brasil — o Encantado” (Rocha, 2012, p. 35), casou-se e teve dois filhos — até que aos 34 anos de idade, em 1964, foi internada pela primeira vez, em crise, e a partir daí mais tantas vezes.

Algumas das suas anotações eram não só sobre os medicamentos, mas sob o efeito mortificador deles: “Segundo dia que eu me lembro de estar enterrada. Este remédio deixa a gente muito zozna... será que preciso de tanto remédio?...” (Rocha, 2012, p. 60). Tomara três pela manhã e sentia-se fraca e com muito mal-estar. Esses remédios receitados aos montes davam-na tanto desânimo que tiravam toda a ação, “dormia dia e noite... é como se tivesse morrido e não vi nada” (Rocha, 2012, p. 76). Com o tempo, Beta se pôs a pensar que esse negócio de “engole o remédio ou se não ficar direito vai tomar choque é duro, mas vai ter que ser mudado. É preciso começar a falar agora, senão vai passar nunca. Do Brasil do futuro nós já somos o Brasil do presente” (Rocha, 2012, p. 79). Começou a questionar constantemente:

A razão da ciência tem que ser repassada, pensava eu. ... Com os psicotrópicos, também sempre achei que os médicos teriam que tomar mais cuidado, necessitando com urgência verificar os efeitos colaterais dessas drogas que causam desconforto e sofrimento para o doente. Quem encontrou um doente impregnado vagando como zumbi, dentro das enfermarias, sabe do que estou falando. (Rocha, 2012, pp. 104-105)

É por isso que Stella dizia:

Fico completamente curada se eu não tomar remédio
 Não tomar injeção não tomar eletrochoque
 Eu não fico carregada de veneno
 Envenenada (Patrocínio, 2001, p. 150)

Conversando com Rogério, no Sanatório Bom Recanto, Austrý disse uma vez que “eles deveriam dar choques nesses goiabões cagados e não na gente” (Bueno, 2004, p. 93). Foi internado pela primeira vez ainda adolescente, pelas mãos de seu pai, quando a família descobriu que ele fumava maconha, em pleno AI-5 da Ditadura Militar. Austrý era branco e “cabeludo”, como na época eram chamados os maconheiros nas manchetes sensacionalistas dos jornais. Cresceu um adolescente revoltado, “como a maioria dos adolescentes de classe pobre. Vendo tudo, querendo tudo e não tendo nada” (Bueno, 2004, p. 20). Lá dentro, o que lhe revoltava era não ter tido ao menos uma consulta com o médico antes de começarem as intervenções — bastou a palavra do pai para anotarem na ficha que era maconheiro, o que para o psiquiatra era motivo suficiente para eletrochoque e remédio. Goiabões ou goiabas era como eram chamados os que ficavam no canto dos malditos — que dá título ao seu livro — do pequeno pátio murado. Rogério, que naquele momento já passara por mais internações, respondeu:

— E quem garante que eles não estão desse jeito, se cagando, por causa desses choques? desses medicamentos mal administrados? desses desleixos de profissionais ... que simplesmente nos empilham aqui dentro e nos entopem de medicamentos? Quem são os responsáveis por eles estarem ali, naquele canto, reduzidos a verdadeiros mortos-vivos? A gente poderia fazer muitas perguntas. E as respostas — não seria tão difícil achá-las. Mas quem se preocupa com um monte de indivíduos que já foram até abandonados pelas famílias? A quem importa um monte de inúteis? (Bueno, 2004, pp. 93-94)

O tempo foi passando e Austrý no Hospício — eletrochoque, remédio, eletrochoque, remédio — reduzido a morto-vivo, já não sentia nada:

flutuava, entrando no ostracismo. A família toda ... veio para uma visita. Assustaram-se com o autômato que encontraram. ...
 Os novatos já me chamavam de crônico. ... Os do canto não me repudiavam mais.
 ... Minha vontade não existia mais. Não sentia nada. Era como uma folha seca.
 Fazia tudo que me mandavam. ...
 De goiaba, os novatos já me chamavam. (Bueno, 2004, pp. 116-118)

Era Austrý agora o goiaba, vagando como zumbi no canto dos malditos — um doente impregnado. A quem importa um monte de inúteis? E quem disse que só se morre uma vez?

Abandono e cronificação

O abandono no Hospício mata dia por dia. Quando Austrý pôde sair desse lugar “desconhecido e perigoso, do qual muito poucos voltam”, deu-se conta de que poderia ter se tornado para sempre “um dos malditos que não voltaram, e nunca voltarão. Ou, mais provável, estar morto” (Bueno, 2004, p. 123). Enchia Lima de angústia pensar que podia acabar assim: “Se me

demorar mais tempo, ainda, ficarei completamente abandonado, sem cigarros, sem roupa minha, e ficarei como o Gato e o Ferraz, que aqui envelheceram ... Aceito todos os fins mas não permita Deus que o tenha um destes” (Barreto, 2010, p. 95).

Maura sabia de casos em que os/as doentes ficam abandonados/as para sempre dentro do Hospício. No Hospital Gustavo Riedel, no Centro Psiquiátrico Nacional, ficou muito amiga de Nair, “surda-muda” e inteligentíssima, a quem Maura não podia crer que considerassem psicopata: “Sua família a mantém aqui por um desses casos inexplicáveis de incompreensão humana. Então contaram um drama ao médico, arranjaram amigos influentes — prenderam-na como doida. (Não é o único caso aqui dentro.)” (Cançado, 2015, p. 78). Não era mesmo o único — dona Auda, como tantas mulheres, tinha sido internada ali porque Oscar, seu marido, ameaçou “trazer-me para este hospício se eu continuasse fazendo maluquices. ... Mas sabe, aqui parece que a gente fica pior, não acha? Eu era completamente diferente ... Agora sou uma boba. Nem sei falar, não vê?”. Maura respondeu que não, que nada. Mas dona Auda insistia que sim: “Pensa que eu não sei?”. Sim, dona Auda — “sei que sabe disto e muito mais. Se só temos uma vida, quantos anos a senhora perdeu desta vida. Vinte e tantos anos de —, de quê? A quem pediremos conta do seu tempo roubado?” (Cançado, 2015, p. 167). Por mais delicadas que sejam as famílias, dizia Maura (Cançado, 2015, p. 52), “terminam se cansando dos parentes loucos, a morte deles sendo mesmo um alívio. É importante este lado da coisa. Mais importante ainda é a humildade imposta ao doente crônico”.

É por isso que Rodrigo tomava Haldol, “para não ter nenhuma ilusão de que morrerei louco, um dia, num lugar sujo e sem comida. É o fim de qualquer louco” (Leão, 2019, p. 16). Rodrigo de Souza Leão (2019, p. 46) era um “louco *light*, versão *diet*”, apesar do seu “problema com o *chip* ser *punk* demais” — era um rapaz branco, gozado pelos médicos por ser gordo. Chorava por não ter emprego, mulher, filhos, por estar sozinho. Mantinha *blogs* de poesia, fazia entrevistas e era escritor. No romance, fora internado em uma clínica particular por ter quebrado a casa toda. Rodrigo engoliu um grilo — “Isso é coisa de homem, achar que foi pego por um grilo?” (Leão, 2019, p. 42). Rodrigo engoliu um *chip* — “que faz com que eu faça tudo isso, até o que não quero” (Leão, 2019, p. 33). Teve o primeiro ataque aos 15 anos, chegando a passar por uma internação na Clínica da Gávea, a mesma em que Mário Travassos morreu. E a manhã daquele dia o devorava enquanto, de dentro do Hospício, escrevia o seu próprio obituário: “É melhor deixar tudo pronto. Alguém pode esquecer que eu morri” (Leão, 2019, p. 80). Rodrigo morreu internado, em 2009 — não se sabe em que circunstâncias.

Nós, que aqui estamos, nunca esqueceremos que um dia, em 1962, Stella caminhava pela rua Voluntários da Pátria, na zona sul do Rio de Janeiro, de vestido azul, sapato preto, óculos escuros e uma bolsa branca com um dinheirinho dentro para pegar dois ônibus até Copacabana. Caminhava ao lado do Luís, que passou no bar, comeu e não pagou uma refeição para Stella. Ao passarem pela porta, ela perdeu os óculos — parece que ele deu um bofetão na cara dela pros óculos pularem no chão. Caíram no chão, Stella e os óculos. Stella do Patrocínio (2001, p. 66) — “uma nega preta e crioula”, como a viriam chamar no Hospício — tinha então 21 anos de idade. Era empregada doméstica — lavava, passava, engomava, encerava, cozinhava em “casa de família”. Enquanto chorava, veio uma dona

e me botou pra dentro do Posto do Pronto Socorro perto da Praia de Botafogo, e lá, eu dentro do Pronto Socorro, ela me aplicou uma injeção, me deu um remédio, me fez um eletrochoque, me mandou tomar um banho de chuveiro, ... e aí chamou uma ambulância assistência e disse: “carreguem ela”, mas não disse pra onde,

“carreguem ela”... ela achou que tinha o direito de me governar na hora, me viu sozinha, ... estou aqui como indigente, sem ter família nenhuma, morando no hospital. (Patrocínio, 2001, p. 49)

Nessa “família de cientistas” (Patrocínio, 2001, p. 67) em que agora estava, não ganhava pagamento nem ordenado. Presa no interior dessa construção nova que se transformaria em seu mundo, em sua realidade, era ali onde passaria as próximas décadas e de onde ela nunca mais sairia — até que o Hospício e a morte se infiltrassem, pouco a pouco, em seu próprio nome:

Meu nome verdadeiro é caixão enterro
 Cemitério defunto cadáver
 Esqueleto humano asilo de velhos
 Hospital de tudo quanto é doença
 Hospício (Patrocínio, 2001, p. 118)

E Stella não foi a única. “Das sete da manhã às seis da tarde”, entre as doentes do Centro Psiquiátrico Nacional, “o pátio existe, sufoca, mata, oprime” (Cançado, 2015, p. 159). Dona Dalmatie, enfermeira ali dentro, contou a Maura que conheceu Maria da Graça no pátio. Ela ficava sentada em um canto, suja e triste. Não respondia quando falavam com ela — dizia convictamente ser uma caveira. Maria da Graça era linda, mineira e preta. Estava abandonada ali dentro. Quando dona Dalmatie passou a conversar com ela, tornando-se uma grande amiga, se não se extinguiu de todo seu sentimento de rejeição, deixou ao menos de se considerar caveira. Mas Maura continuava a se perguntar

quantas doentes, jogadas no pátio, devem se sentir caveira, vermes e coisas piores. ... Se o médico nos vê conversando, mostra-se entusiasmado e diz: “Estão sendo bem tratadas, estão felizes”. Mas e as “caveiras” do pátio? Menos de dez por cento deixam o pátio. (Cançado, 2015, p. 165)

Hospício é cemitério

Enquanto, para Maura, no Centro Psiquiátrico Nacional, “o hospital era um túmulo” (Cançado, 2015, p. 71), Lima, no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1993) descreveu o Hospital Nacional de Alienados como uma “sepultura em vida, um semi-enterramento ... Antes uma boa morte, diziam” (Barreto, 1993, p. 59). Seu romance inacabado sobre o Hospício, intitulado justamente *Cemitério dos vivos* (Barreto, 2010), narra a história da internação psiquiátrica de um personagem chamado Vicente Mascarenhas, baseado em sua experiência. Foi com a escrita de Lima que aprendemos essa grafia, Hospício, com letra maiúscula. O pátio da Seção Pinel, a seção dos pobres, em que grande parte dos doentes era de “pigmentação negra”, onde tudo era de uma pobreza sem par, remetia Vicente Mascarenhas a uma “morte em vida” — era um “cemitério dos vivos” (Barreto, 2010, p. 212).

Também no diário, Lima afirmava que, sequestrado no Hospício, com suas divisões de classe e vestuário, ele só via um cemitério: “uns estão de carneiro e outros de cova rasa” (Barreto, 2010, p. 90). No Hospital Psiquiátrico São Gerônimo, Austry dizia que, entre os crônicos, “alguns eram verdadeiros zumbis, saídos de alguma tumba” (Bueno, 2004, p. 150). Quando

dava nove horas da noite, remédios nas mãos, ele e os outros eram mandados “todos para suas covas” (Bueno, 2004, p. 100). Pois que no Hospício, como dizia Maura, os dormitórios “são cemitérios, onde se guardam passado e futuro de tantas vidas. Cemitérios sem flor e sem piedade: cada leito mudo é um túmulo, e eu existo entre o céu e esta dormência calada” (Cançado, 2015, p. 75). Certo dia, Rodrigo olhou o horizonte e o céu veio se abrindo: “Por que o azul do céu é tão azul aqui no hospício? ... A natureza é tão linda e lembra um cemitério” (Leão, 2019, p. 44).

E quando Maura foi ao pátio com Isabel, ocorreu-a novamente pensar na tranquilidade dos cemitérios — como ela diz, a toda família pode ser confortador, ou ao menos tolerável, visitar o túmulo de um/a parente, mas estava certa de que nenhuma resistiria visitar o pátio do Hospício. Enquanto isso, notava que a parede do pátio continha várias inscrições que pareciam ser de dona Auda: “Hospício + Bidu Sayão + Cemitério + Auda A. A. + Cemitério + Hospício + + + + +” (Cançado, 2015, p. 159). Era por isso que Rodrigo dizia que “ou eu saio morto, ou eu saio pior” (Leão, 2019, p. 55). Por delicadeza, perdeu sua vida — procurava “no obituário todo dia meu nome. Já decidi: não quero ir ao meu enterro. Como será o céu dos objetos?” (Leão, 2019, p. 70).

Cultura manicomial

Qual é a diferença, se perguntava Rodrigo, entre tratar com loucos/as ou com gente normal? — “Com quantos paus se faz a canoa da realidade? Com quantos morteiros se afunda o barco das coisas?” (Leão, 2019, p. 92). Para Vicente Mascarenhas, o corpo hospiciado, especialmente o negro e pobre, não é mais tido “na conta de gente, é um naufrago, um rebotalho da sociedade, a sua infelicidade e a desgraça podem ainda ser úteis à salvação dos outros” (Barreto, 2010, p. 245). Os/as que perturbam, contestam e combatem a estabilidade da realidade, “essas ‘verdades únicas’ que foram fincadas a qualquer custo pelos interesses de poucos” (Bueno, 2004, p. 182), antes de serem reconhecidos/as como transformadores/as, são simplesmente taxados de loucos/as. Como diria Rodrigo, “quantas coisas os governos fazem para destruir a vida dos que incomodam” (Leão, 2019, p. 28).

O Hospício cultivava a morte, mas é ao mesmo tempo algo que cultivamos através de nossas práticas, inclusive além dos muros — o Hospício é uma cultura. É a isso que Austry, que se tornou militante do Movimento Antimanicomial, nomeou “cultura manicomial”:

Práticas criminosas e torturantes se transformaram em culturas. A “cultura manicomial” é uma versão desastrada de interpretação do que é normal para mim e para a sociedade preconceituosa que me domina.

Essa cultura manicomial ... nos restringe a uma única interpretação e gera rejeição e terríveis preconceitos. O diferente deve ser isolado, escondido dos olhos sensíveis da sociedade, não deve incomodar os familiares e principalmente envergonhar a comunidade...

Como solução rápida ... confinam os debilóides, os inúteis, os anormais, as bestas humanas, os idiotas, os doentes mentais, os mongolóides, os epiléticos, os negros, os subversivos, os cabeludos, os punks, os transviados, os prostitutas, os pobres, os mendigos... Os diferentes! (Bueno, 2004, p. 168)

Para Austry, é através das práticas que cultivamos e enraizamos o Hospício — esse retângulo botânico de classificação e diagnóstico, esse campo de batalha, como dizia Michel Foucault (2006). A avalista do Hospício, de acordo com Austry, é nossa própria omissão. É também pelo nosso comodismo, pela nossa convivência que esse “sistema manicomial” se perpetua — a isso chamamos de paz, em nome de uma “bandeira vil” (Bueno, 2004, p. 78):

Esse caos ... apresenta um histórico que nos prova que os únicos beneficiados foram os donos de hospitais psiquiátricos particulares — os “empresários da loucura” —, hoje ricos e com suas famílias milionárias. Essas fortunas psiquiátricas foram conquistadas graças a falcatruas econômicas, ao confinamento, à dor, ao sangue e à morte de milhares de cidadãos brasileiros ... uma dívida de toda a sociedade. (Bueno, 2004, p. 171)

Foi de Hospício que Mário Travassos morreu.

Considerações finais

Hospício é esse pesadelo, um sonho horrível, filme de terror, cova, túmulo, tumba, sepultura — cemitério em que os corpos são medicados, impregnados, envenenados, eletrocutados, agoiabados, cronificados — humilhados, martirizados, condenados — governados, oprimidos, reduzidos — agredidos, agarrados, imobilizados, sequestrados, carregados, jogados, empilhados, enterrados, abandonados, esquecidos — sufocados, hospiciados. Os corpos hospiciados se tornam suicidáveis, morríveis, matáveis. O Hospício produz corpos como objetos, autômatos, caixões, enterros, defuntos, cadáveres, esqueletos, caveiras, zumbis, mortos — cemitérios. O Hospício produz corpos como hospícios.

Essa prática de governo dos corpos por uma cultura da morte ultrapassa o Hospício. A tecnologia manicomial é apenas mais uma peça nessa “engrenagem brutal” (Cançado, 2015, p. 11), no país que mais mata pessoas LGBT no mundo.⁴ No país que está entre os que mais matam mulheres violentamente no mundo. No país em que a maior parte dos homicídios é contra pessoas negras, em que os jovens negros são os principais alvos. No país que patologizou os quilombos, assim como o uso de drogas criminalizadas. No país em que as mortes por Covid-19 estão sendo desigualmente distribuídas, dependendo da raça, do território e da classe social. No país que se tornou insensível às mortes. No país que nos patologizou e matou para construir-se como país, a toda essa gente traidora e dissidente de um corpo nacional que idealizaram para nós.

Essa política de morte é uma herança de um regime escravocrata de exploração, expropriação e estupro. É uma herança cultivada, que se perpetua pelas práticas, de uma história de colonização e desmatamento das terras, de genocídio contra as bruxas, os povos indígenas e os animais. Mas nossa história é também a potência de toda resistência e recusa a essas formas de morte e mortificação, da insistência desobediente em viver na multiplicidade e nas metamorfoses do mundo. É o que nos possibilita e convoca a agir, como ensina o Movimento Antimanicomial, novamente em direção a uma sociedade sem manicômios.

Como sabemos, isso não é só história. Nada disso acabou. Quantas vezes não nos pegamos sem conseguir acreditar no que está acontecendo, como se não passasse de um pesadelo, um sonho horrível, um filme de terror? Essa é a Contrarreforma Psiquiátrica. Internação e

lucro. O Hospício está sendo reinserido como horizonte no Brasil, junto ao crescimento das Comunidades Terapêuticas, em um governo ao mesmo tempo conservador e neoliberal, aliado dos/as empresários/as da loucura e de associações médicas reacionárias, e que construiu sua campanha como uma propaganda de morte, tendo a arma como gesto preferido das mãos e a bandeira nacional como estandarte. Em nome da saúde, da normalidade, da razão, da ordem, da modernidade e da civilização. Em nome da paz. Esse pesadelo, esse sonho horrível, esse filme de terror — é hoje, é aqui. Brasil é um cemitério. Hospício é Brasil.

Notas

1 Link para a Carta de Bauru: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/05/manifesto-de-bauru.pdf>.

2 Sobre a morte de Mário Travassos: <https://oglobo.globo.com/rio/funcionarios-de-clinica-onde-musico-morreu-sao-indiciados-por-homicidio-22475486>; <https://oglobo.globo.com/rio/foi-homicidio-acusa-mae-de-musico-morto-em-clinica-na-gavea-21602917>.

3 Utilizamos a flexão de gênero “o/a” para indicar afirmações mais gerais, evitando o uso do genérico masculino. Nas citações diretas, foi mantida a grafia original das referências. O Hospício, entretanto, produz e organiza diferenças através, entre outras técnicas, de uma separação espacial entre homens e mulheres. Por isso, na maior parte das vezes, mesmo em citações indiretas, foi mantida a grafia original das referências para enfatizar o caráter generificado da internação psiquiátrica.

4 Durante a inspeção nacional em Hospitais Psiquiátricos de 2018, “muitos relatos apontaram violações, despreparo, preconceito e discriminação em relação à orientação sexual e à identidade de gênero” (Conselho Federal de Psicologia, 2019, p. 293).

Referências

- Althusser, Louis** (1992). *O futuro dura muito tempo; seguido de os fatos: Autobiografias*. Companhia das Letras.
- Amarante, Paulo** (Org.). (1995). *Loucos pela vida: A trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil*. Fiocruz.
- Artaud, Antonin** (2006). *O teatro e seu duplo*. Martins Fontes.
- Barreto, Lima** (1993). *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Moderna.
- Barreto, Lima** (2010). *Diário do hospício; O cemitério dos vivos*. Cosac Naify.
- Basaglia, Franco** (2010). *Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica*. Garamond.
- Bueno, Austregésilo Carrano** (2004). *Canto dos malditos*. Rocco.
- Cançado, Maura Lopes** (2015). *Hospício é deus: Diário I*. Autêntica Editora.
- Conselho Federal de Psicologia** (2019). *Relatório de inspeções: 2018*. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Relatorio_Inspecao_HospPsiq.pdf
- Cruz, Nelson Falcão de Oliveira, Gonçalves, Renata Weber, & Delgado, Pedro Gabriel Godinho** (2020). Retrocesso da Reforma Psiquiátrica: O desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. *Trabalho, Educação e Saúde*, 18(3), 1-20. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00285>
- Foucault, Michel** (2006). *O poder psiquiátrico: Curso dado no Collège de France (1973-1974)*. Martins Fontes.
- Goffman, Erving** (2015). *Manicômios, prisões e conventos*. Perspectiva.
- Huertas, Rafael** (2013). Another history for another psychiatry. The patient's view. *Culture & History Digital Journal*, 2(1), 1-11. <http://dx.doi.org/10.3989/chdj.2013.021>
- Leão, Rodrigo de Souza** (2019). *Todos os cachorros são azuis*. Selo Demônio Negro.
- Lei n. 10.216, de 06 de abril de 2001** (2001). Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm
- Maluf, Sônia** (2020). Saúde mental e direitos humanos: Gênero, raça e classe. In Melissa de Oliveira Pereira et al. (Orgs.), *Luta antimanicomial e feminismos: Formação e militâncias* (pp. 183-198). Autografia.
- Mbembe, Achille** (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*, 2(32), 123-151. <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>
- Miñoso, Yuderkis Espinosa** (2020). Fazendo uma genealogia da experiência: O método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In Heloísa Buarque de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais* (pp. 96-118). Bazar do Tempo.
- Nota Técnica n. 11/2019, de 04 de fevereiro de 2019**. (2019). Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas. <https://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf>
- Patrocínio, Stella** (2001). *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*. Azougue Editorial.
- Pereira, Melissa de Oliveira & Passos, Rachel Gouveia** (Orgs.). (2017). *Luta antimanicomial e feminismos: Discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira*. Autografia.
- Rocha, Albertina Borges da** (2012). *Meu convívio com a esquizofrenia: Uma história real de descoberta e superação*. Vieira & Lent.
- Rolnik, Suely** (2016). *Cartografia sentimental: Transformações contemporâneas do desejo*. Editora da UFRGS.

ARTHUR DAIBERT MACHADO TAVARES

<https://orcid.org/0000-0001-6897-5187>

Doutorando em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

E-mail: arthurdaibert@gmail.com

MARÍLIA SILVEIRA

<https://orcid.org/0000-0002-6420-6310>

Psicóloga, doutora em Psicologia (UFF) e professora visitante no Programa de Pós-graduação em Psicologia Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

E-mail: mariliasilveira.rs@gmail.com

ALEXANDRA CLEOPATRE TSALLIS

<https://orcid.org/0000-0002-1221-137X>

Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em associação com a École des Mines/Paris. Coordenadora do Laboratório afETAR da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

E-mail: atsallis@gmail.com

Histórico	Submissão: 31/05/2022 Revisão: 02/09/2023 Aceite: 16/09/2023
Contribuição dos autores	Conceitualização: ADMT; AT; MS Curadoria de dados: ADMT Análise de dados: ADMT Redação do manuscrito original: ADMT Redação - revisão e edição: ADMT; ACT; MS
Financiamento	Bolsa Capes: código de financiamento. 001. FAPERJ (039/2021); FAPERJ INOVA (2020) e CNPq (12/2020 – MAI/DAI)
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica.
Aprovação, ética e consentimento	Não se aplica.

MULHERES NO TRABALHO MILITAR: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA E CRÍTICA

*MUJERES EN EL TRABAJO MILITAR:
UNA REVISIÓN BIBLIOMÉTRICA Y CRÍTICA*

*WOMEN IN MILITARY WORK:
A BIBLIOMETRIC AND CRITICAL REVIEW*

Valdir Júnior dos Santos ¹, Julia Fagundes Queiroz Schirmer ¹ e
Carla Sabrina Xavier Antloga ¹

¹ Universidade de Brasília, Brasília/DF, Brasil

Resumo: O trabalho militar, historicamente, é uma profissão predominantemente masculina. A crescente inserção das mulheres nas instituições militares tem enfrentado entraves importantes. A presente revisão bibliométrica objetivou mapear e analisar criticamente a literatura indexada sobre gênero no contexto militar, pretendendo especificamente identificar características, tendências e lacunas da produção científica sobre o tema nos últimos 10 anos na psicologia. Além da ausência de estudos brasileiros ou em língua portuguesa, identificou-se predominância de métodos quantitativos e de participantes homens nas pesquisas. O tema mais abordado foi o trauma sexual militar. Aponta-se a necessidade de mais investigações com mulheres militares em contexto brasileiro.

Palavras-chave: Trabalho; Estudos de gênero; Militares; Mulheres trabalhadoras; Psicodinâmica do Trabalho.

Resumen: El trabajo militar ha sido históricamente una profesión predominantemente masculina. La creciente inserción de la mujer en las instituciones militares ha enfrentado importantes obstáculos. La presente revisión bibliométrica tuvo como objetivo mapear y analizar críticamente la literatura indexada sobre género en el contexto militar, con el objetivo de identificar características, tendencias y vacíos en la producción científica sobre el tema en los últimos 10 años. Además de la ausencia de estudios brasileños o en lengua portuguesa, se identificó predominio de métodos cuantitativos y participantes del sexo masculino en la investigación. El tema más discutido fue el trauma sexual militar. Se destaca la necesidad de más investigaciones con mujeres militares en el contexto brasileño.

Palabras clave: Trabajo; Estudios de Género; Militar; Mujer Trabajadora; Psicodinámica del trabajo.

Abstract: Military work is, historically, a predominantly male profession. The growing insertion of women in military institutions has faced important obstacles. This bibliometric review aimed to map and critically analyze the indexed literature on gender in the military context, specifically intending to identify characteristics, trends and gaps in scientific production on the topic in the last 10 years. In addition to the absence of Brazilian or Portuguese-language studies, a predominance of quantitative methods and male participants was identified. The most discussed topic was military sexual trauma. The need for more research with military women in the Brazilian context is highlighted.

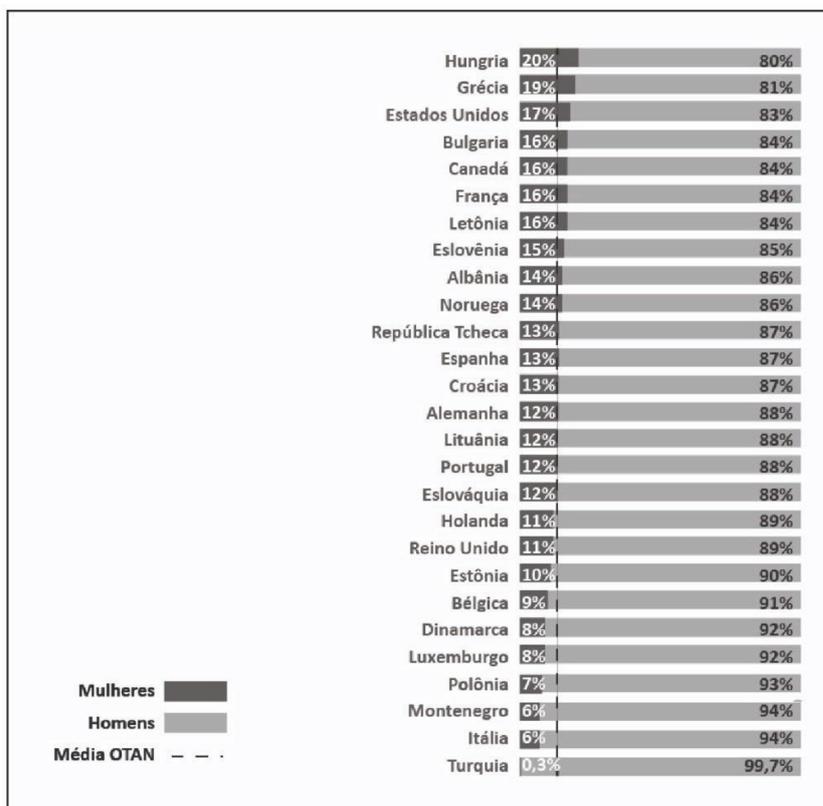
Keywords: Work; Gender Studies; Military; Working women; Psychodynamics of work.

Introdução

A inserção de mulheres em instituições militares, ocorrida de forma mais significativa nas sociedades ocidentais a partir de 1970, fruto de intensas lutas do movimento feminista por direitos políticos e sociais igualitários no século XX, derrubou mais uma das barreiras relacionadas ao avanço feminino em campos profissionais dominados por homens.

Segundo a Organização do Tratado do Atlântico Norte, aliança político-militar criada em 1949 que reúne países ocidentais liderados pelos Estados Unidos, a média de mulheres nas carreiras militares dobrou nos últimos 20 anos nos países membros do bloco (NATO – [North Atlantic Treaty Organisation], 2019). Em 2019, 41% desses países tinham políticas de promoção específicas para o recrutamento feminino, sendo que 22% relataram possuir os mesmos requisitos de alistamento para ambos os sexos e 78% dos países informaram que há formas diferenciadas de alistamento para homens e mulheres (NATO, 2019). O Resumo dos Relatórios Nacionais das Nações Membros e Parceiros da OTAN (NATO, 2019) informa que a representação média de mulheres nas forças armadas das nações membros era de 12% entre ativos(as) e 14% na reserva no ano de 2019. Comparado ao ano de 2018, o número de mulheres nesse campo teve um aumento de 6%, e o número de homens caiu 1%. Entretanto, de acordo com o relatório, os homens ainda representam 9 em cada 10 indivíduos pertencentes às forças armadas. A Figura 1, com dados extraídos do Resumo dos Relatórios Nacionais das Nações Membros, mostra a porcentagem (%) de mulheres nas forças armadas em 27 dos 29 países representados pela OTAN no ano de 2019.

Figura 1: Participação militar feminina - OTAN



Representação da participação militar feminina em 27 dos 29 países membros da OTAN/NATO.

Fonte: figura extraída do Resumo dos Relatórios Nacionais das Nações dos Membros (2019)

Especificamente no Brasil, as mulheres começaram a ocupar os quadros das forças armadas em 1980, com a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha e do Corpo Feminino da Reserva da Força Aérea Brasileira em 1982. Por último, no Exército Brasileiro, a primeira turma de formação envolvendo mulheres foi aberta na Escola de Administração do Exército (EsAEx) somente em 1992 (D'Araújo, 2004). Segundo o Ministério da Defesa, atualmente a Marinha conta com 8.413 mulheres em suas carreiras (13%), a Força Aérea com 12.538 (19,23%) e o Exército com 13.009 (10,2%) militares do sexo feminino (Nóbrega & Oliveira, 2021).

Não obstante, apesar da crescente inserção feminina no contexto militar global, este ainda é um tema delicado, sendo muitos os atravessamentos relacionados a questões de gênero que a presença das mulheres em ambientes militares tendem a suscitar, devido ao fato de o militarismo estar amplamente associado ao gênero masculino e, também, posto como espaço substancial ao aparecimento de conteúdos atrelados ao machismo e sexismo no trabalho.

Harold Braswell e Howard Kushner (2012) relatam que o campo militar pressupõe altos níveis de coesão social e uma consequente unidade entre os(as) integrantes, efetivada através de um certo culto à masculinidade, sendo esta transformada em uma espécie de capital social nas forças armadas. Destarte, estudos apontam que, mesmo a mulher estando presente no universo militar, parece haver uma tentativa de supressão do modo de “ser feminino” nessas organizações, através de um constante rechaço a qualquer repertório comportamental aproximado a este gênero. Matthew Kerrigan (2012) denota a existência de uma ideologia do “masculinismo” nas forças armadas, usando de tal conceito para apontar que alguns grupos em específico (aqueles marcados com os traços do feminino) acabam por ser excluídos das narrativas organizacionais, a fim de promover a constância moral e a coesão das instituições militares:

Embora as mulheres não sejam mais categoricamente excluídas do serviço, os militares ainda valorizam as características masculinas tradicionais. Os militares tradicionalmente procuram “homens de verdade” para servir, o que apresenta desafios para mulheres, gays e qualquer pessoa que não esteja em conformidade com o gênero. (Kerrigan, 2012, p. 505, tradução livre)

Estudos de gênero e cultura são importantes para o entendimento das barreiras de assimilação das mulheres nas trincheiras do militarismo, ao promoverem discussões sobre as construções identitárias das pessoas na sociedade e as implicações desses processos no trabalho militar (Demers, 2012). Entendida como uma densa teia simbólica onde estão emaranhados os costumes, princípios e valores de grupos sociais, a cultura constitui-se como parte importante da edificação do eu dos sujeitos inseridos em contextos determinados (Zanello, 2018). Percebe-se uma espécie de “pedagogia dos afetos” (Zanello, 2018, p. 32), ou colonização afetiva, já que determinados contextos culturais determinam também *scripts* de acordo com os quais as pessoas devem ser, sentir e expressar emoções.

Saindo de uma ótica macro, vislumbra-se também o funcionamento de processos culturais menores, como a cultura organizacional específica do ambiente militar, a qual tem se sustentado ao longo da história no ideal do guerreiro masculino, recompensando o autocontrole, a agressividade e a determinação, contrastando e negatizando o feminino (Demers, 2012). Assim, revestida de viés político e instrumento de poder, “a cultura que une é também a cultura

que separa e que legitima as distinções” (Bourdieu, 2001, p. 11), colocando os gêneros como opostos inigualáveis em âmbitos diversos nos espaços militares.

No que tange a estudos de gênero, importantes autores(as) têm se debruçado sobre as questões envoltas no tornar-se mulher e tornar-se homem, a partir de constructos histórico-político-sociais e o impacto destes fatores em diferentes aspectos da vida, incluindo o trabalho. Joan Scott (1995) descreve o conceito de gênero como um apoderamento social sobre um corpo sexuado e, por conseguinte, uma constituição sócio-histórica, em que os lugares determinados como sendo de homens e mulheres são representações de gênero, sendo tributadas aos indivíduos performances que terão consequências práticas também na vida profissional, ao apontar quais os lugares adequados para cada gênero na sociedade e no trabalho. Danièle Kergoat (2010) lança luz sobre o problema da divisão sexual do trabalho, construída sobre os princípios de separação (entre o que é considerado trabalho de homem ou de mulher) e de hierarquização (atribuindo mais valor ao trabalho do homem), denunciados pela “destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.)” (p. 100).

Considerando os impactos dos atravessamentos do gênero na saúde mental, e na vida como um todo, de mulheres militares, a psicodinâmica do trabalho pode ser pensada como rico arcabouço teórico na compreensão do sofrimento feminino acarretado pelas diferenças concretas e simbólicas de gênero nas instituições afetas ao militarismo. A teoria pressupõe que “trabalhar é preencher a lacuna existente entre o prescrito e o efetivo” (Dejours, 2012, p. 38) e que o adoecimento psíquico aconteceria quando o sujeito se dá conta da impossibilidade de negociações e mudanças concretas na organização do trabalho, assim como a falta de reconhecimento. Pascale Molinier (2004) assinala que “quando a organização do trabalho faz obstáculo à elaboração do sofrimento e a sua transformação em prazer, então o trabalho pode ser prejudicial para a saúde mental. Não há neutralidade do trabalho defronte à saúde mental” (p. 15).

Embora haja um crescente interesse sobre a intersecção entre questões de gênero e a progressiva presença das mulheres no militarismo, nesta pesquisa não foram identificados estudos que retratem e consolidem sob quais aspectos o tema tem sido explorado pela ciência nas temáticas pesquisadas, ou seja, qual olhar as mais recentes pesquisas têm lançado sobre os desafios da incorporação feminina ao campo militar e a cultura masculina dominante característica desses espaços.

Diante do exposto, o presente artigo, através de estudo bibliométrico, objetivou analisar as principais características dos trabalhos que se propuseram a estudar gênero no contexto militar e, ainda, discorrer criticamente sobre a produção científica produzida na última década sobre o tema, verificando-se quais aspectos desse campo de pesquisa têm se destacado na literatura científica dos últimos 10 anos. Dessa forma, objetivou-se também a apresentação conjuntural sobre o estado da arte na psicologia, pretendendo consubstanciar importante contribuição de caráter social, ao possibilitar a percepção de lacunas para novos estudos a serem realizados sobre análises de gênero no militarismo e seus desdobramentos, assim como a construção de políticas públicas que abarquem questões tão complexas e delicadas.

Método

Trata-se este estudo de uma revisão bibliométrica da publicação científica dos últimos 10 anos sobre gênero em contexto de trabalho militar no campo da psicologia.

A fim de coletar uma amostra representativa da literatura científica, a busca foi realizada em quatro das principais bases de dados de maior relevância no campo da psicologia: *Lilacs*, *Web of Science*, *PubMed* e *Scopus*. Os mesmos descritores em língua inglesa foram utilizados nas quatro bases de dados: (*women OR gender*) and (*military OR army*) and *psychology*. Apenas na base *Scopus*, devido ao grande número de resultados obtidos na busca, utilizou-se adicionalmente o filtro da própria plataforma para publicações na área da psicologia. Com os procedimentos descritos até aqui, a busca retornou um total de 839 resultados (*Lilacs*: 23; *Web of Science*: 362; *PubMed*: 234; *Scopus*: 220).

Na primeira etapa de coleta, a partir da leitura dos títulos e dos resumos, foram considerados inicialmente os artigos científicos revisados por pares, em língua inglesa, espanhola ou portuguesa, publicados nos últimos 10 anos (2012-2022), realizados com público militar (ativo e/ou inativo) e que envolvessem análise de gênero. Optou-se por não considerar teses, dissertações, monografias ou outros tipos de publicação. Apesar do valor científico encontrado na literatura cinzenta, atualmente a publicação científica tem priorizado a citação de fontes indexadas, motivo pelo qual esse recorte norteou a presente investigação. Essa busca inicial nas bases de dados foi realizada no período de 15/02/2022 a 04/03/2022.

Uma segunda etapa de refinamento da coleta foi realizada revisando os registros previamente selecionados, a fim de descartar textos repetidos, bem como aqueles que envolvessem público não militar (ex: amostras mistas de profissionais militares e civis) e que não apresentassem o gênero como variável relevante de análise (ex: estudos que caracterizam a distribuição de gênero na amostra mas que não se propõem a discutir as implicações do gênero para a compreensão do problema e interpretação dos resultados). Ao final, 109 artigos atenderam aos critérios de inclusão e exclusão, compondo a amostra definitiva da presente pesquisa.

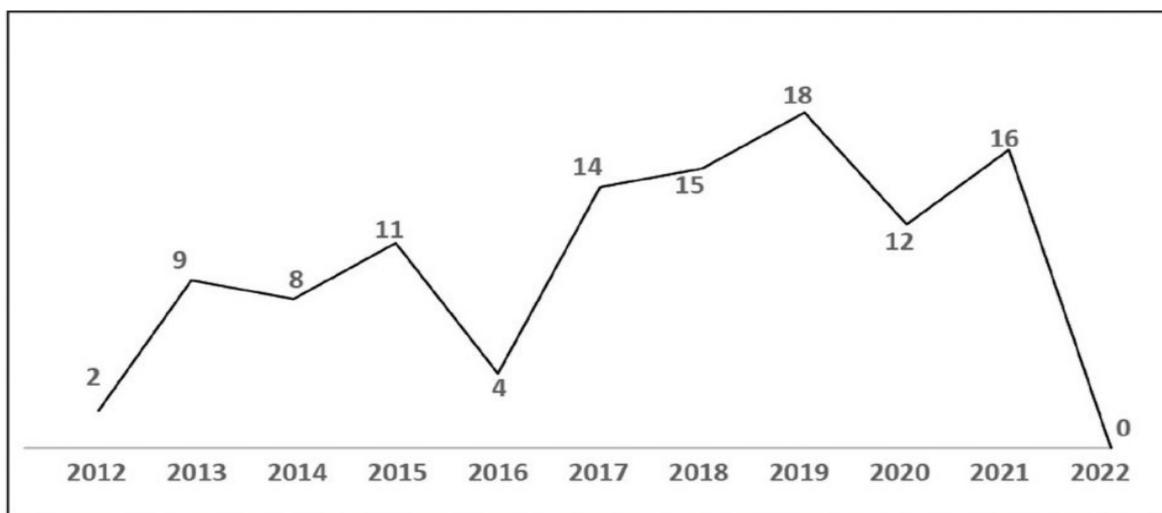
Os estudos selecionados foram classificados conforme as seguintes categorias: distribuição de gênero entre os(as) autores(as), país de origem do estudo, delineamento de pesquisa, foco da investigação, status militar dos(as) participantes, distribuição de gênero entre os(as) participantes, método de pesquisa e idioma. Para cada um dos artigos selecionados, foi coletado também o índice H (*H-index*) do periódico de publicação conforme a classificação da *Scimago Journal & Country Rank (SJR)*, bem como a área de conhecimento predominante de cada periódico. Por fim, foram identificados os principais conceitos ou variáveis que nortearam cada uma das pesquisas, a fim de mapear tendências e lacunas temáticas.

Resultados

Dos 109 artigos que compuseram a amostra final, 57% (n=62) foram encontrados na *Web of Science*, 30% (n=33) na *Scopus* e 13% (n=14) na *PubMed*. Nenhum dos artigos encontrados na *Lilacs* atendeu aos critérios de inclusão/exclusão estabelecidos. Não foram encontrados estudos em língua portuguesa ou espanhola dentro dos parâmetros de pesquisa em nenhuma das bases, de forma que a amostra foi totalmente caracterizada por pesquisas publicadas em língua

inglesa (100%), realizadas predominantemente nos Estados Unidos (94%). A distribuição dos artigos por ano de publicação pode ser visualizada na Figura 2.

Figura 2: Artigos por ano de publicação



Quantidade de artigos publicados anualmente durante os anos de 2012 a 2022.

Fonte: figura produzida pelos próprios autores.

Pesquisas com delineamento empírico compuseram a maior parte da amostra ($n=90$, 83%); com menor número de revisões sistemáticas ($n=9$, 8%) e estudos teóricos e/ou de revisão de literatura não sistemática ($n=10$, 9%). Dentre as pesquisas empíricas, os métodos quantitativos ($n=77$, 86%) predominaram frente aos qualitativos ($n=13$, 14%).

Quanto ao status militar dos(as) participantes, constatou-se que a maioria dos estudos empíricos optou por pesquisar público estritamente veterano ($n=46$, 51%), ou seja, indivíduos que haviam servido às Forças Armadas anteriormente, mas que no momento da pesquisa não estavam mais em serviço militar ativo. Outros 31% ($n=28$) envolveram somente militares em serviço ativo, e 18% ($n=16$) envolveram público misto - veteranos(as) e militares ativos(as). Em relação à distribuição de gênero na autoria dos trabalhos, a maioria dos estudos apresentaram uma mulher como primeira autora ($n=85$, 78%). Identificou-se ainda que, em boa parte das publicações, todas as autoras eram mulheres ($n=40$, 37%), ao passo que apenas 5% ($n=5$) dos estudos foram publicados exclusivamente por homens. Não foi possível identificar se alguma das autoras fazia parte de carreira militar, uma vez que esse dado não apareceu como informação em nenhum dos estudos. Quanto à distribuição de gênero entre os(as) participantes, a maioria das pesquisas empíricas utilizou amostra mista ($n=55$, 61%), enquanto 27% ($n=24$) utilizaram amostra composta somente por mulheres e 12% ($n=11$) pesquisaram somente homens. Em números gerais, a amostra de artigos (com exceção de 3 estudos, que apresentaram números inespecíficos ou inconsistentes quanto às variáveis demográficas) contemplou 912.588 homens (81,94%) e 201.106 mulheres.

Quanto ao foco das investigações, foram identificados os principais temas que nortearam cada estudo (sendo que um mesmo artigo pode ter sido categorizado em mais de um tema). Constatou-se forte predominância do trauma sexual militar (*military sexual trauma*, ou *MST*) como foco de investigação, presente em 42% dos estudos ($n=46$). A Tabela 1 apresenta a quantidade de estudos que abordaram cada um dos principais temas dentro da amostra.

Tabela 1 -Temas

	Qtd.	%
TSM	46	42%
Trauma e TEPT	32	29%
Papel de gênero	13	12%
Suicídio	12	11%
Depressão	12	11%
Saúde sexual	8	7%
DQ	7	6%
Discriminação de gênero	6	6%
Suporte social	5	5%
LGBT	5	5%
Estresse	4	4%
Desafios pós-carreira	4	4%
Liderança	3	3%
Violência doméstica	2	2%

Distribuição percentual de temas nos estudos da amostra.

Fonte: Tabela produzida pelos autores.

Apesar do desenho da pesquisa ter se focado em estudos de psicologia, o contexto de interdisciplinaridade entre as áreas de saúde se revelou na diversidade de periódicos de origem dos artigos. Em relação à área de conhecimento, 59% dos artigos (n=64) foram publicados em periódicos voltados predominantemente para a psicologia, 26% (n=28) em periódicos interdisciplinares, 9% (n=10) em periódicos de medicina e 5% (n=5) em periódicos de psiquiatria, além de 1 artigo em periódico de enfermagem e 1 artigo em periódico da área de serviço social.

O índice H (*H-index*) dos periódicos identificados na amostra teve média de 93,56 e desvio-padrão de 46,96. A distribuição dos periódicos dentro da amostra quanto à relevância científica pode ser visualizada na Tabela 2.

Tabela 2. Índice H-Index

Nome do periódico	Qtd.	%	H-index
Military Psychology	14	13%	43
Journal of Traumatic Stress	10	9%	134
Psychology of Men & Masculinity	10	9%	60
Journal of Clinical Psychology	8	7%	119
Journal of Affective Disorders	5	5%	188
Psychological Services	5	5%	45
Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy	3	3%	48
Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology	2	2%	121
American Journal of Community Psychology	2	2%	112
Health Psychology	2	2%	164
Journal of Anxiety Disorders	2	2%	115
Journal of general internal medicine	2	2%	180
Journal of Occupational Health Psychology	2	2%	119
Journal of Trauma and Dissociation	2	2%	45
Military Medicine	2	2%	67
Psychiatry Research	2	2%	134
Psychology of Addictive Behaviors	2	2%	107
Psychology of Women Quarterly	2	2%	93
Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology	2	2%	121
Suicide and Life-Threatening Behavior	2	2%	90

Relevância científica dos periódicos da amostra - H-Index.

Fonte: Tabela produzida pelos próprios autores.

Discussão

Os estudos que propõem algum tipo de análise de gênero nas instituições militares chamam a atenção por apresentarem questões que apontam diferenças nas experiências vividas por mulheres em relação aos homens neste contexto. Percebe-se que o feminino está posto a partir de uma ótica de alteridade ao que se considera “normal” neste ambiente de trabalho, trazendo consequências para a vida e a subjetividade das mulheres que se colocam profissionalmente nesses espaços. De acordo com Braswell e Kushner (2012), “é enfatizando a masculinidade – e separando rigidamente o masculino do feminino – que os militares criam capital social a partir de um grupo de soldados cujos status econômicos, etnias e ideologias poderiam colocá-los em conflito uns com os outros” (p. 532, tradução livre).

Entretanto, mesmo demonstradas na literatura substanciais diferenças entre as formas de se perceber e se vivenciar o trabalho masculino e feminino no militarismo (Kerrigan, 2012; Lehavot & Simpson, 2014; McGraw, 2016), a análise da amostra final coletada neste estudo (109 artigos) destacou um primeiro fator importante. Não foi identificado nenhum estudo realizado em instituições militares brasileiras, sugerindo uma importante lacuna nas publicações indexadas nos últimos 10 anos que envolvam análise de gênero em contexto militar no Brasil. Destarte, a partir de tal constatação, pode-se hipotetizar que há certa negligência no que tange a estudos de gênero e saúde mental sobre uma classe trabalhadora importante da sociedade brasileira, a qual se beneficiaria do olhar atento da ciência neste campo laborativo que tem no gênero um fator de atravessamento importante.

Essa insuficiência de estudos brasileiros sobre o tema deixa de lado as especificidades da carreira militar no Brasil, com as legislações e nuances da profissão militar afetas ao território e à cultura nacional, trazendo problemas quanto à aplicação da teoria e da pesquisa realizada em ambiente internacional para o contexto brasileiro. Em 2003, Maria Celina D’Araújo, pesquisadora brasileira renomada no estudo de fenômenos pertinentes às forças militares, já tratava dos óbices enfrentados pelo gênero feminino nas forças armadas brasileiras, quando dizia que as mulheres, a partir de 1980, foram:

Incorporadas aos quadros permanentes, não exclusivamente femininos, mas mesmo nesta condição não podem galgar o topo da carreira pois os postos mais altos ainda estão associados a qualidades masculinas. Mais especificamente, os postos superiores estão condicionados ao exercício do comando, área ainda limitada para as mulheres. (D’Araújo, 2003, pp. 73-74)

Apesar das informações relatadas por D’Araújo sobre os obstáculos relacionados ao gênero nas casernas, a amostra que compõe este artigo, não tendo alcançado estudos em língua portuguesa e/ou realizados no país, demonstra que tais problemas parecem não terem sido debatidos com a devida atenção por parte da comunidade científica brasileira. Diferentemente do contexto de publicação em língua inglesa, que tem crescido ao longo dos últimos 10 anos, em território brasileiro o tema ainda não é devidamente explorado, justamente no momento em que tais questões deveriam ser examinadas à lupa, na década de maior avanço feminino nas forças armadas brasileiras, as quais, segundo o Ministério da Defesa, contam atualmente com 33.690 mulheres (Nóbrega & Oliveira, 2021).

Outro resultado digno de aprofundamento é a predominância das mulheres como primeiras autoras dos artigos (n=85, 78%), o grande número de trabalhos em que todas as autoras

são mulheres (n=40, 37%) e o fato de que somente 5% (n=5) dos artigos foram publicados exclusivamente por homens. A presença dessa configuração relacionada à autoria da amostra suscita hipóteses quanto ao interesse de pesquisadores homens sobre o tema, pelo menos neste campo de estudo. Nesse sentido, em que pese o fato das discussões em torno das diferenças de gênero e suas decorrências estarem cada vez mais presentes na contemporaneidade, os dados mostram que o maior interesse sobre o tema parte das mulheres que, não coincidentemente, são os sujeitos mais oprimidos pelas estruturas patriarcais discriminatórias de gênero.

Bourdieu (2021), ao enfatizar que o trabalho é sempre sexuado em sua estrutura e inferiorizado quando realizado por mulheres (mesmo em profissões identicamente ocupadas por homens em que ambos os sexos desempenham as mesmas tarefas), discorre também sobre o fato de que os homens, consciente e/ou inconscientemente, não se dispõem a perceber as violências que cometem contra o feminino. Nessa perspectiva, pode-se indagar se o discreto quantitativo de autores homens estaria relacionado a um desinteresse por questionamentos científicos que promovam alterações nos pactos sociais que lhes favorecem, questionando e tensionando relações de poder das quais os mesmos têm sido historicamente beneficiados.

Apesar da predominância de mulheres na autoria dos estudos, verificou-se que a grande maioria dos(as) participantes das pesquisas (81,94%) foram identificados como do gênero masculino. Ainda que 61% (n=55) das pesquisas empíricas tenham utilizado amostra mista, 27% (n=24) amostra somente feminina e 12% (n=11) amostra exclusivamente masculina, dado o fato de o trabalho militar ser composto majoritariamente por homens, tem-se como consequência que os estudos de gênero no meio militar revelam uma narrativa preponderantemente masculina, ou seja, grande parte do que tem sido investigado e publicado neste campo provém de um discurso expressivamente narrado por homens. Apesar das mulheres serem maioria entre os(as) autores(as), é dos(as) participantes que provêm os dados que informam a pesquisa e seus resultados. Partindo da compreensão das relações sociais de gênero enquanto uma construção histórico-cultural sobre a lógica de oposição, hierarquização e dominação (Kergoat, 2010), é possível denunciar o problema que se instala quando o conhecimento científico sobre gênero é desenvolvido a partir do discurso masculino.

De acordo com Bourdieu (2021), os grupos dominantes têm como característica a prontidão para fazer reconhecer sua maneira de ser particular como universal. Desta feita, o que se define como excelente está impregnado de implicações masculinas, mas que não se mostram dessa maneira. Para o autor, “em outros termos, as normas pelas quais as mulheres são medidas nada têm de universais” (Bourdieu, 2021, p. 106)

Quanto ao delineamento, percebeu-se predominância de pesquisas empíricas (83%, n= 90), das quais 86% (n= 77) classificavam-se como quantitativas, demonstrando que há, na literatura, uma carência de estudos de vertente qualitativa que possam trazer mais aprofundamento sobre o trabalho militar feminino, alcançando maior detalhamento e compreensão das informações obtidas nas pesquisas de campo, e orientando a própria interpretação dos dados quantitativos.

Informação importante também encontrada na análise da amostra é que 51% (n= 46) dos estudos empíricos foram realizados com público estritamente veterano, e somente 18% (n= 28) com militares em serviço ativo. O dado é relevante ao mostrar que a maioria dos(as) pesquisadores(as) escolheu investigar questões de gênero no trabalho militar através de indivíduos que prestaram serviço anteriormente, mas que, no momento do estudo, já não estavam mais vinculados às instituições militares. A situação que se apresenta é instigante e levanta a indagação: a pesquisa com veteranos(as) é uma escolha deliberada ou uma conveniência?

Dado que 94% dos estudos selecionados foram realizados com militares estadunidenses, faz-se necessário compreender as especificidades do contexto cultural. Os EUA estão entre as

maiores potências militares mundiais, e contam com um aparato governamental particularmente robusto para gerenciar esta força. Em 2022, suas forças armadas contam com mais de 1,3 milhões de militares em serviço ativo (International Institute for Strategic Studies, 2022) e um orçamento estimado em 715 bilhões de dólares (U.S. Department of Defense, 2021). Estima-se que, em 2018, o país contava com 18 milhões de veteranos(as), representando 7% da população adulta naquele ano (Vespa, 2020). O país conta ainda com o *U.S. Department of Veterans Affairs (VA)*, uma seção do governo dedicada à prestação de assistência a veteranos(as) quanto à saúde mental e física e questões socioeconômicas.

O próprio termo “veterano(a)”, utilizado para referir-se a quem serviu às forças armadas estadunidenses, é diferente do termo “reservista”, utilizado no Brasil para referir-se a quem pode ser convocado(a) a servir, incluindo tanto aqueles(as) que já serviram como aqueles(as) que cumpriram alistamento obrigatório mas não foram convocados(as). Cabe observar que, ao contrário do Brasil, o alistamento militar nos EUA não é obrigatório.

Além dos números, o emprego militar norte-americano também se distingue pelo serviço em si, caracterizado por longos períodos de missão e atuação direta em zonas de guerra ativas fora do país. Esse contexto diferencia o impacto do serviço na saúde dos(as) militares a médio e longo prazo e amplia o desafio de se reintegrar à sociedade civil. Para assessorar os(as) veteranos(as) no enfrentamento desse desafio, o *VA* desenvolve ações contínuas de diagnóstico e tratamento, incluindo o rastreio obrigatório de trauma sexual militar (implementado por lei federal) dentre todos os(as) veteranos(as) usuários(as) do serviço.

Pode-se então levantar a hipótese de que, no contexto estadunidense, a realização de pesquisas com informações de militares veteranos(as) seja mais frequente devido à maior disponibilidade (ou facilidade de acesso) a dados. Entretanto, não se pode descartar outras hipóteses, como a escolha deliberada por participantes veteranos(as) frente à dificuldade de abordar questões sensíveis junto a militares em serviço ativo. Constatou-se, por exemplo, que o trauma sexual militar figurou como foco de investigações em 53% dos estudos empíricos realizados com público estritamente veterano, 53% dos realizados com público misto e apenas 24% dos realizados exclusivamente com público em serviço ativo.

A rigidez das organizações militares com relação aos(as) profissionais em serviço pode ter se apresentado como empecilho de investigação junto a estes(as), por medo de que fossem punidos(as) por suas declarações? Nesse sentido, uma hipótese a ser considerada é que deve ser averiguada em estudos futuros se a escassez de tais estudos em instituições brasileiras pode ser fruto da dificuldade de acesso que o tema das pesquisas de gênero encontra em ambiente tão masculinizado e conservador. O rigor que essas instituições impõem sobre as relações estabelecidas com os(as) membros, quer seja nas regras disciplinares ou no *modus operandi* geral das organizações, possibilitam a emergência de um corpo técnico pronto a reagir com rapidez necessária a circunstâncias emergenciais, necessárias à proteção das sociedades. Contudo, o excesso de padronização do trabalho pode também ser fonte de ansiedade e enrijecimento de condutas, trazendo por consequência sofrimento e adoecimento dos(as) trabalhadores(as) (Molinier, 2004).

Por fim, julga-se pertinente destacar que o trauma sexual militar (*military sexual trauma*, ou *MST*) teve amplo destaque dentre os temas que nortearam as pesquisas, representando 42% dos estudos (n=46) da amostra. Na literatura em questão, o termo se refere ao trauma psicológico decorrido de agressão sexual ou assédio sexual sofrido durante o serviço militar ativo ou treinamento militar (Brownstone, Holliman, Gerber, & Monteith, 2018).

Considera-se notável o fato de que, ao contrário do que foi observado na amostra total, as mulheres foram maioria dentre os(as) participantes dos estudos empíricos que abordaram

o tema do trauma sexual militar, uma vez que estiveram presentes em 90% desses artigos e predominaram em número de participantes em 63%.

Os dados denunciam a gravidade dos problemas enfrentados por mulheres nos ambientes militares, mostrando que o sofrimento feminino tem em sua origem desde violências simbólicas de gênero a atos físicos de assédio e violência sexual. Ademais, uma vez que os descritores utilizados para a busca não são termos diretamente relacionados à violência, torna-se necessário questionar tanto a alta frequência deste tema na amostra quanto a baixa frequência de outros tópicos que poderiam ser considerados importantes focos de pesquisa, como a liderança, por exemplo.

A vivência particular da mulher militar só ganha visibilidade quando marcada pela violência? Não se pode negar a importância de pesquisar sobre o tema, mas pode-se indagar: qual é a vivência, dentro dos espaços militares, das mulheres que não entram nas estatísticas de violência? Será que não sofrem violência, ou apenas não puderam nomeá-la? E para além da violência, quais outras vivências caracterizam a dinâmica de trabalho dessas profissionais e que ainda escapam ao discurso narrado pela literatura?

Com base nos resultados aferidos, o que os dados apontam é que o saber científico desconhece, em grande parte, a realidade das mulheres militares para além da sua condição de vítimas.

Considerações finais

A importância de uma revisão bibliométrica se revela na possibilidade de descrever o conhecimento científico produzido até então em uma determinada área de estudo. Se admitirmos que qualquer tentativa de intervenção real, tanto em termos de práxis profissional quanto de políticas públicas, precisa se embasar no saber científico, torna-se imprescindível entender potenciais vieses e limitações desse saber, uma vez que se traduzem em vieses e limitações na realidade concreta das pessoas.

Ao apresentar um panorama sobre as principais características dos estudos que abordam questões de gênero no ambiente militar nos últimos 10 anos, foi possível verificar que a narrativa deste campo de trabalho é massivamente obtida através do discurso masculino, haja vista que homens representam a grande maioria dos(as) participantes das pesquisas (81,94%). Nesse sentido, o presente estudo denuncia limitações por parte da ciência quanto à apreensão da realidade em termos de diferenças de gênero nas instituições militares, uma vez que a assimetria demográfica nas amostras das publicações indexadas leva a uma exacerbação da voz masculina no militarismo, trazendo um tom de opacidade à experiência feminina.

Ainda, a constatação da ausência de pesquisas brasileiras indexadas em relevantes bases de dados afeta à psicologia na última década revela uma importante lacuna na agenda científica e no olhar sobre as especificidades das instituições militares no país, consequentemente deixando um hiato na revisão bibliométrica aqui proposta. Desse modo, considera-se imprescindível fomentar a publicação e publicização de estudos de gênero nas instituições militares, principalmente no Brasil, dedicando maior atenção à experiência vivida e aos modos de ser e estar da mulher militar nesse ambiente de trabalho, ainda tão emaranhado às discrepâncias de gênero.

Referências

- Bourdieu, Pierre** (2001). *O poder simbólico* (4ª ed.). Bertrand Brasil.
- Bourdieu, Pierre** (2021). *A dominação masculina* (19ª ed.). Bertrand Brasil.
- Braswell, H., & Kushner, H. I.** (2012). Suicide, social integration, and masculinity in the U.S. military. *Social Science & Medicine*, 74(4), 530-536. <https://doi.org/10.1016/j.socsci-med.2010.07.031>
- Brownstone, L. M., Holliman, B. D., Gerber, H. R., & Monteith, L. L.** (2018). The phenomenology of military sexual trauma among women veterans. *Psychology of Women Quarterly*, 42(4), 399-413. <https://doi.org/10.1177/0361684318791154>
- D'Araujo, M. C.** (2003). Pós-modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas. *Security and Defense Studies Review*, 3(1), 69-108.
- D'Araujo, M. C.** (2004). Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In C. Castro, V. Izecksohn, & H. Kraay (Orgs.), *Nova história militar brasileira* (pp. 439-459). FGV.
- Dejours, Christophe** (2012). *Trabalho vivo: Tomo I. Sexualidade e trabalho*. Paralelo 15.
- Demers, Anne L.** (2013). From Death to Life: Female Veterans, Identity Negotiation, and Reintegration Into Society. *Journal of Humanistic Psychology*, 53(4), 489-515. <https://doi.org/10.1177/0022167812472395>
- International Institute for Strategic Studies** (2022). *The Military Balance 2021*. Routledge.
- Kergoat, Danièle** (2010). Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos*, 29(1), 93-103. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>
- Kerrigan, Matthew F.** (2012). Transgender discrimination in the military: The new don't ask, don't tell. *Psychology, Public Policy, and Law*, 18(3), 500-518. <https://doi.org/10.1037/a0025771>
- Lehavot, Keren & Simpson, Tracy L.** (2014). Trauma, posttraumatic stress disorder, and depression among sexual minority and heterosexual women veterans. *Journal of Counseling Psychology*, 61(3), 392-403. <https://doi-org.ez54.periodicos.capes.gov.br/10.1037/cou0000019>
- McGraw, Kate** (2016). Gender Differences Among Military Combatants: Does Social Support, Ostracism, and Pain Perception Influence Psychological Health?. *Military Medicine*, 181(1), 80-85. <https://doi.org/10.7205/MILMED-D-15-00254>
- Molinier, Pascale** (2004). Psicodinâmica do trabalho e relações sociais de sexo: um itinerário interdisciplinar 1988-2002. *Production*, 14(3), 14-26. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132004000300003>
- Nóbrega, Isabela & Oliveira, Viviane** (2021, 08 de março). Ministério da Defesa conta com mais de 34 mil mulheres em seus quadros. *Defesanet*. <https://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/39924/Ministerio-da-Defesa-conta-com-mais-de-34-mil-mulheres-em-seus-quadros/>
- NATO - North Atlantic Treaty Organisation** (2019). *Annual Summary of the National Reports of NATO Member and Partner Nations to the NATO Committee on Gender Perspectives*. Author. https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2021/9/pdf/NCGP_Full_Report_2019.pdf
- Scott, J. W.** (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>
- U.S. Department of Defense** (2021). *National Defense Budget Estimates for FY 2022*. Author. https://comptroller.defense.gov/Portals/45/Documents/defbudget/FY2022/FY22_Green_Book.pdf
- Zanello, Valeska** (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris.
- Vespa, J. E.** (2020). *Those Who Served: America's Veterans From World War II to the War on Terror*. United States Census Bureau. <https://www.census.gov/content/dam/Census/library/publications/2020/demo/acs-43.pdf>

VALDIR JÚNIOR DOS SANTOS

<https://orcid.org/0000-0002-8385-6677>

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (PPG-PsiCC UnB).

E-mail: jr.santoss777@gmail.com

JULIA FAGUNDES QUEIROZ SCHIRMER

<https://orcid.org/0000-0001-6678-6550>

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (PPG-PsiCC UnB).

E-mail: julia.fqs@gmail.com

CARLA SABRINA XAVIER ANTLOGA

<https://orcid.org/0000-0003-4105-6708>

Estágio pós-doutoral em Psicologia pela Universidade de São Paulo, com estágio técnico no Conservatoire dArts et Métiers, Paris. Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, com ênfase em Qualidade de Vida no Trabalho (PSTO-UnB). Professora Associada do Departamento de Psicologia Clínica (PCL) e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PsiCC).

E-mail: antlogacarla@gmail.com

Histórico	Submissão: 19/07/2022 Revisão: 28/08/2023 Aceite: 08/11/2023
Contribuição dos autores	Conceitualização: V.J.S; J.F.Q.S; C.S.X.A. Curadoria de dados: V.J.S; J.F.Q.S; C.S.X.A. Análise dos dados: V.J.S; J.F.Q.S; C.S.X.A Redação do manuscrito original: V.J.S; J.F.Q.S; C.S.X.A Redação - revisão e edição: V.J.S; J.F.Q.S; C.S.X.A
Financiamento	Não houve financiamento
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica.
Aprovação, ética e consentimento	Não se aplica.

PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E FIGURAS SUBJETIVAS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

*PRODUCCIÓN DE SUBJETIVIDAD Y FIGURAS SUBJETIVAS
EN EL CAPITALISMO CONTEMPORÁNEO*

*PRODUCTION OF SUBJECTIVITY AND SUBJECTIVE
FIGURES IN CONTEMPORARY CAPITALISM*

Josiane Cristina Orlando de Souza ¹ e Reinaldo Furlan ¹

¹ Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP, Brasil

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar as relações entre a produção de subjetividade e a crise neoliberal, tomando como referência as contribuições de Gilles Deleuze e Félix Guattari, Maurizio Lazzarato, Antônio Negri e Michael Hardt sobre o tema. Para tanto, apresentamos alguns dos principais conceitos relativos ao modo como Deleuze e Guattari compreenderam a subjetividade e sua produção em relação ao paradigma capitalista vigente. Em seguida, analisamos as figuras subjetivas produzidas pela crise neoliberal, apresentadas por Negri e Hardt e as possibilidades de resistência ou desvio frente às formas dominantes de subjetividades produzidas pelo capitalismo.

Palavras-chave: Esquizoanálise; Produção de Subjetividade; Capitalismo; Sociedade de Controle; Resistência.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar las relaciones entre la producción de subjetividad y la crisis neoliberal, tomando como referencia los aportes de Gilles Deleuze y Félix Guattari, Maurizio Lazzarato, Antônio Negri y Michael Hardt sobre el tema. Para ello, presentamos algunos de los principales conceptos relativos con la forma en que Deleuze e Guattari entendieron la subjetividad y su producción en relación con el paradigma capitalista actual. A continuación, analizamos las figuras subjetivas producidas por la crisis neoliberal, presentadas por Negri y Hardt y las posibilidades de resistencia o desviación frente a las formas dominantes de subjetividades producidas por el capitalismo.

Palabras clave: Esquizoanálisis; Producción de Subjetividad; Capitalismo; Sociedad de Control; Resistencia.

Abstract: This article aims to analyze the relationship between the production of subjectivity and neoliberal crisis, taking as a reference the contributions of Gilles Deleuze and Félix Guattari, Maurizio Lazzarato, Antônio Negri and Michael Hardt on the topic. To this end, we present some of the main concepts related to the way Deleuze and Guattari understood subjectivity and its production in relation to the current capitalist paradigm. Next, we analyze the subjective figures produced by neoliberal crisis, presented by Negri and Hardt and the possibilities of resistance or deviation in the face of the dominant forms of subjectivities produced by capitalism.

Keywords: Schizoanalysis; Production of Subjectivity; Capitalism; Control Society; Resistance.

Introdução

A respeito da relação entre as crises do capitalismo e a produção de subjetividades, Félix Guattari e Suely Rolnik (2005) enfatizam que não se trata mais de pensar apenas ao nível das crises cíclicas do capitalismo, mas sobretudo na crise dos modos de sentir, das relações sociais e dos modelos de vida que estão em imanência com as constantes crises econômicas do capitalismo. Essas crises não se situam apenas ao nível das relações sociais, estando presentes também nas formações do inconsciente: “Trata-se de uma crise dos modos de subjetivação, dos modos de organização e de sociabilidade, das formas de investimento coletivo de formações do inconsciente” (Guattari & Rolnik, 2005, p. 191).

No livro *“Signos, Máquinas, Subjetividades”*, o filósofo e sociólogo italiano Maurizio Lazzarato, inspirado no pensamento de Guattari, afirma que a univocidade entre economia política e economia subjetiva se justifica em virtude da impossibilidade de separar os processos políticos, econômicos e sociais dos processos de subjetivação, na medida em que o capitalismo produz subjetividades “do mesmo modo como a indústria automobilística lança uma nova linha de carros” (Lazzarato, 2014, p. 14).

Para o autor, além das constantes crises econômicas, vivemos também uma crise dos modos de subjetivação que tem gerado um estado de depressão generalizada, denominada pelo autor como o “mal do século”. Tais crises têm desencadeado um sentimento geral de fracasso econômico, social e político, assumido pelo homem endividado e “empreendedor de si mesmo”, nos termos de Michel Foucault (2008) sobre o neoliberalismo.

Em consonância com o pensamento dos autores citados, os filósofos Antonio Negri e Michael Hardt (2014) são emblemáticos ao sustentarem que a crise neoliberal e a crise da produção de subjetividades são equivalentes e destacam quatro modelos ou figuras subjetivas produzidas pela crise: o endividado, o mediatizado, o securitizado e o representado, que serão melhor explicitadas no decorrer do texto.

Nosso objetivo aqui é o de analisar as relações entre a produção de subjetividades e o capitalismo contemporâneo, destacando os efeitos nocivos de tal relação e promovendo no campo da psicologia o importante debate sobre os problemas sociais, econômicos e políticos, enquanto tecemos uma reflexão sobre as possibilidades de desvio ou resistência frente às figuras subjetivas produzidas pela crise neoliberal.

Nesse sentido, consideramos pertinente apresentar a noção de subjetividade com a qual trabalharemos neste texto. Para tanto, optamos pelo referencial teórico da esquizoanálise, em primeiro lugar, porque estabelece rupturas importantes com a noção de subjetividade enquanto essência ou interioridade psíquica reduzida ao indivíduo ou a uma suposta natureza humana. Em contrapartida, a perspectiva esquizoanalítica propõe um descentramento da questão do sujeito para pensar uma subjetividade processual, produzida por múltiplos componentes heterogêneos: políticos, sociais, culturais, econômicos, éticos, artísticos, tecnológicos, midiáticos etc. Em segundo lugar, por possibilitar uma compreensão dinâmica e mutável dos modos de produção de vida, permitindo-nos acompanhar tais processos de produção na atualidade e, especificamente, a produção de subjetividades em um mundo globalizado, dominado pelo capital e pelas novas tecnologias e redes sociais, lembrando, nesse sentido, a afirmação de Guattari e Rolnik (2005, p. 26) de que a subjetividade atualmente é mais valiosa que o petróleo.

Produção de subjetividade

Em consonância com o filósofo empirista David Hume, Gilles Deleuze (2012), em *Empirismo e Subjetividade*, contrapõe-se ao cogito cartesiano “Penso, logo existo”, que supõe a anterioridade do sujeito pensante para apreensão do dado, e defende a tese humeana sobre o primado da experiência, afirmando, ao contrário, que o sujeito é que se constitui no dado, ou seja, na experiência, e, portanto, só pode ser compreendido enquanto efeito ou invenção. Mas o que é o dado? Deleuze (2012) apresenta a definição de dado para Hume com sendo “o fluxo do sensível, uma coleção de impressões e de imagens, um conjunto de percepções. . . é o movimento, a mudança, sem identidade nem lei” (p. 101). Essa coleção de elementos, através do princípio de associação, se une na imaginação, não enquanto faculdade, mas enquanto uma “... sucessão movimentada de percepções distintas” (Deleuze, 2012, p. 101), formando o Hábito.

Deleuze (2012) afirma que a partir do princípio de causa e efeito, Hume buscou mostrar que os hábitos são constituídos na experiência através da repetição de casos semelhantes que chegam à imaginação, permitindo, assim, que se possa inferir sobre a existência de um objeto a partir da existência de outro. Por exemplo, se nos aproximamos de uma chama e sentimos calor, todas as vezes que nos aproximarmos novamente de uma chama, esperaremos a mesma sensação de calor. A repetição, portanto, faz com que o sujeito se constitua no dado enquanto hábito, ao mesmo tempo em que ultrapassa esse dado por meio da crença e da invenção.

Do dado infiro a existência de outra coisa que não está dada: creio. César está morto, Roma existiu, o sol se erguerá amanhã, o pão nutre. Na mesma operação, ao mesmo tempo, julgo e me ponho como sujeito: ultrapassando o dado. Afirmo mais do que sei. ... Nesse sentido, o sujeito reflete e se reflete: daquilo que o afeta em geral, ele extrai um poder independente do exercício atual, isto é, uma função pura, e ele ultrapassa sua parcialidade própria. Por isso tornam-se possíveis o artifício e a invenção. O sujeito inventa, ele é artificioso. É esta a dupla potência da subjetividade: crer e inventar. (Deleuze, 2012, pp. 99-100)

Nesse sentido, o Hábito é pensado enquanto uma contração ou síntese do tempo pois, ao contrair a repetição dos instantes e formar uma crença, estabelece-se uma relação determinante com o futuro. “O hábito é a raiz constitutiva do sujeito e, em sua raiz, o sujeito é a síntese do tempo, a síntese do presente e do passado em vista do futuro” (Deleuze, 2012, p. 109).

Na obra *Diferença e Repetição*, no capítulo intitulado “A Repetição para si mesma”, a questão do Hábito é retomada por Deleuze (2009) como a primeira síntese do tempo, seguida de outras duas: síntese da Memória ou Duração, em referência à filosofia de Henri Bergson, e síntese da Repetição no Eterno Retorno, pensada a partir da influência de Friedrich Nietzsche. A noção de subjetividade para Deleuze está intimamente atrelada à ideia de tempo. Contudo, não se trata do tempo cronológico linearmente organizado em passado-presente-futuro. Em Deleuze, o tempo se apresenta emaranhado, labiríntico, “não mais um círculo do tempo, porém um turbilhão, já não uma ordem do tempo, mas uma variação infinita, nem mesmo uma forma do tempo, mas um tempo informal, plástico” (Pelbart, 2004, p. XXI).

Na síntese do Hábito, o tempo é compreendido enquanto uma impressão derivada da contração dos instantes sucessivos e independentes, constituindo o presente vivido, vivo. Ao presente “pertence o passado e o futuro: o passado, na medida em que os instantes precedentes são retidos na contração; o futuro, porque a expectativa é antecipação nesta mesma contração” (De-

leuze, 2009, p. 108). É nesse sentido que o Hábito, enquanto primeira síntese do tempo, resulta na repetição da Diferença, pois neste nível da constituição subjetiva, a repetição do Hábito “nada muda no objeto que se repete, mas muda alguma coisa no espírito que a contempla” (Deleuze, 2009, p. 107). A síntese do Hábito, embora constituinte, é considerada passiva, na medida em que ainda não há um “Eu” ou sujeito, ela “não é feita pelo espírito, mas se faz no espírito que contempla, precedendo toda memória e toda reflexão” (Deleuze, 2009, p. 108). Mais precisamente, a ideia de contemplação e de espírito está relacionada a um protossujeito ou sujeito larvar, pois a síntese passiva comporta vários níveis enquanto constitutiva da subjetividade:

Somos água, terra, luz e ar contraídos, não só antes de reconhecê-los ou de representá-los, mas antes de senti-los. . . Ao nível desta sensibilidade vital primária, o presente vivido já constitui no tempo um passado e um futuro: este futuro aparece na necessidade como forma orgânica da expectativa; e o passado da retenção aparece na hereditariedade celular. (Deleuze, 2009, p. 110)

A noção de Hábito é fundante para Deleuze ao ponto de afirmar: “Nós somos hábitos, nada mais que hábitos, o hábito de dizer Eu. . . Talvez não exista resposta mais surpreendente para o problema do Eu” (Deleuze, 2016, p. 342).

Se o Hábito é a fundação do presente vivo e do sujeito larvar, a Memória ou Duração é o fundamento do tempo e do Ser e é apresentada por Deleuze (2009) como a segunda síntese do tempo. Se na primeira síntese o passado e o futuro são dimensões do presente, na segunda síntese é o presente e o futuro que aparecem enquanto dimensões do passado. Deleuze (2009) encontra esta outra temporalidade na filosofia de Bergson, mais precisamente no seu conceito de Duração, que em resumo remete a um tempo que dura em si mesmo, tempo do vivido, intenso e heterogêneo e que comporta simultaneamente o passado e o presente.

O hábito é a fundação do tempo, o solo movente ocupado pelo presente que passa. Passar é precisamente a pretensão do presente. Mas o que faz que o presente passe e que aproprie o presente e o hábito deve ser determinado como fundamento do tempo. O fundamento do tempo é a memória. (Deleuze, 2009, pp. 117-118)

Conforme Deleuze (2009), na Duração a memória não é voluntária ou representativa, não está relacionada a um presente antigo, mas a um passado que nunca foi presente, um passado puro e, portanto, Virtual¹; em outras palavras, mesmo heterogêneos, passado e presente coexistem e se atualizam concomitantemente, resultando num paradoxo. A noção de um passado puro que *dura* simultaneamente ao presente, fazendo-o passar, pode ser de difícil compreensão, pois acreditamos que o passado é aquilo que já não é, que deixou de ser, mas, neste caso, o presente é que passa, que a cada instante *era*, enquanto o passado é: “... não vamos do presente ao passado, da percepção à lembrança, mas do passado ao presente, da lembrança à percepção” (Deleuze, 1999, p. 49). Em outras palavras, o passado conserva a si mesmo, sendo o presente o próprio passado em seu estado mais contraído.

a única subjetividade é o tempo, o tempo não-cronológico apreendido em sua fundação, e somos nós que somos interiores ao tempo, não o inverso. Que estejamos no tempo parece um lugar comum, no entanto é o maior paradoxo. O tempo não é o interior em nós, é justamente o contrário, a interioridade na qual estamos, nos movemos, vivemos e mudamos. (Deleuze, 1990, pp. 103-104)

A noção do Eterno Retorno de Nietzsche² é resgatada por Deleuze para pensar a terceira síntese do tempo: Repetição do Eterno Retorno. Nessa síntese, Deleuze (2009) mostra como as sínteses anteriores, do Hábito e da Memória ou Duração, se dirigem ao tempo futuro como potência inventiva e criadora. Para tanto, o autor afirma que é necessário pensar não mais em termos de fundação ou fundamento e ir ao encontro de “um sem fundo, a-fundamento universal que gira em si mesmo e só faz retornar o porvir” (Deleuze, 2009, p. 131). A Repetição na terceira síntese caracteriza-se pela repetição do eterno retorno, mas não do retorno do mesmo, do semelhante, pois o que retorna é o novo, a Diferença. Aqui, a noção de Repetição, antes de ser pensada como conceito da reflexão, é a própria condição da ação, é “o que é produzido, o absolutamente novo, é, por sua vez, apenas repetição, a terceira repetição, desta vez por excesso, a repetição do futuro como eterno retorno (Deleuze, 2009, p. 130).

Com a terceira síntese do tempo, Deleuze (2009) apresenta um “Eu” rachado, destruído, dissolvido e dessubjetivado pela forma vazia de um tempo fora dos eixos, enlouquecido, caótico e que afirma somente a Diferença e o Devir.

O eterno retorno não pode significar o retorno do idêntico, pois ele supõe, ao contrário, um mundo (o da vontade de potência³) em que todas as identidades prévias são abolidas e dissolvidas. Retornar é o ser, mas somente o ser do devir. O eterno retorno não faz “o mesmo” retornar, mas o retornar constitui o único Mesmo do que devém. Retornar é o devir-idêntico do próprio devir. Retornar é, pois, a única identidade, mas a identidade como potência segunda, a identidade da diferença, o idêntico que se diz do diferente, que gira em torno do diferente. Tal identidade, produzida pela diferença, é determinada como “repetição.” (Deleuze, 2009, p. 68)

A repetição no Eterno Retorno não tolera o devir igual ou devir semelhante, pois afirma a potência própria da Diferença e, como síntese do tempo, é capaz de fazer rachaduras, produzir brechas para o futuro e toda sua novidade. Em relação às sínteses anteriores, do Hábito e da Memória ou Duração, a Repetição no Eterno Retorno é considerada a mais importante para Deleuze (2009), pois é ela que permite a abertura para a Diferença pura, para o novo e liberta tanto o ser quanto o pensamento das amarras da identidade e da representação. É a partir da Repetição no Eterno Retorno que podemos “outrar”, devir outro, e devir aqui não possui qualquer relação com a imitação ou com o querer ser como o outro, e sim com a criação do inédito, do impensado, do totalmente novo.

Se o que repete é sempre o Ser do Devir e a Diferença absoluta, não podemos mais conceber a ideia de um sujeito prévio, fixo, imutável, com predomínio de uma identidade consciente. Ao contrário, a subjetividade é, simultaneamente, tempo e criação, e se processa no campo do coletivo, das multiplicidades e dos fluxos intensivos. O tempo e a Diferença passam a constituir o plano da incessante variação e transmutação da vida.

Guattari afirma: “A subjetividade, de fato, é plural, polifônica ... E ela não conhece nenhuma instância dominante que guie as outras instâncias segundo uma causalidade unívoca” (Guattari, 1992, p. 11).

O autor reconhece que a psicanálise de Freud assumiu um importante papel ao questionar o sujeito cartesiano e o império da razão, evidenciando com a noção de inconsciente a impossibilidade de totalização do Eu (ego). Entretanto, dentre os problemas encontrados na psicanálise, destaca-se a proposição das fases do desenvolvimento (fase oral, fase anal, fase genital, período de latência) como estruturas universais da subjetividade e, especificamente, na psicanálise lacaniana, o incons-

ciente enquanto determinante da estruturação psíquica, detentor da verdade a respeito do sujeito e da representação de si, calcado sobre as bases de um desejo enquanto sinônimo de falta.

Deleuze e Guattari, principalmente em *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia* (2010), propõem uma leitura diferente do inconsciente e do desejo desenvolvidos por Freud. De modo sucinto, o inconsciente para esses autores não está fundado no complexo de Édipo formado por representações; não é teatro de representações, mas usina, produção maquinica com base em componentes heterogêneos e materialistas, ou seja, faz parte da realidade social e está presente nas relações interpessoais.

Ou ainda, de acordo com Guattari (1992), mais do que voltado para o passado, o inconsciente é um campo de imersão do desejo no social, nas composições atuais, é algo a ser constantemente produzido. Nessa concepção, o homem é considerado uma máquina desejante, conectado ao funcionamento de todas as outras máquinas do mundo: “O que há por toda a parte são máquinas, e sem qualquer metáfora: máquinas de máquinas, com as suas ligações e conexões. Uma máquina-órgão está ligada a uma máquina-origem: uma emite o fluxo que a outra corta” (Deleuze & Guattari, 2010, p. 7).

Em contraposição à noção de estrutura, os autores defendem a ideia de máquina ou de processos maquinicos na produção de subjetividades. Convém salientar que o conceito de máquina aqui não possui o sentido mecânico ou mesmo orgânico, como um organismo fechado, isto é, funcionalmente determinado, pois são processos ativos, abertos a mudanças e em constante movimento. “A mecânica é um sistema de ligações em cadeias de termos dependentes. A máquina, pelo contrário, é um conjunto de ‘vizinhança’ entre termos heterogêneos independentes” (Deleuze & Parnet, 1998, p. 127) que produz a realidade.

O desejo para a esquizoanálise não é constituído pela falta, pois é processual, produtor da realidade no social, e daí a denominação produção desejante. Não falta para o sujeito o objeto, mas o sujeito é que falta ao desejo, pois é este que o produz, não havendo, pois, sujeito determinado, mas sempre em produção na realidade social (Deleuze & Guattari, 2004).

São os agenciamentos do desejo que produzem o real. É o agenciamento entendido enquanto conexão e simbiose que constitui as relações entre os corpos e os enunciados. Assim, o desejo é pensado na esfera da produção, como elemento essencial na produção da própria realidade, e não ao nível da representação de um sujeito desejante.

De modo que o campo de atuação da esquizoanálise não são as representações do sujeito e de seus objetos, como, por exemplo, as representações das relações neuróticas na família, conforme a psicanálise, e sim as linhas ou lineamentos que atravessam os sujeitos e os grupos. Mais precisamente, a esquizoanálise elege como foco o intermeio das relações, e não propriamente as representações, como na psicanálise (Freud), que as toma como a realidade psíquica do sujeito. O “intermeio⁴” aqui é tomado como espaço e dispositivo das relações, de invenção, de produção, ou de reprodução e impedimento do fluxo da produção desejante. Assim, a esquizoanálise prioriza a potência inventiva que está no intermeio das relações, mais precisamente, em seus processos.

Para Deleuze e Guattari (1995) existem três conjuntos de linhas que auxiliam a pensar a produção de realidade e de subjetividades:

As linhas duras nos compõem através do estabelecimento de dualidades sociais, que nos estratificam, no sentido forte do termo. São as grandes divisões na sociedade: rico ou pobre, trabalhador ou vagabundo, normal ou patológico, homem ou mulher, culto ou inculto, branco ou negro, etc. As linhas maleáveis possibilitam variações, ocasionando desestratificações relativas. E as de fuga

representam desestratificações absolutas, no sentido em que rompem totalmente com os limites das estratificações estabelecidas. (Cassiano & Furlan, 2013, p. 372)

As linhas de segmentaridade dura são, pois, caracterizadas pelo controle e normatização através de processos molares (grandes unidades e divisões); as linhas de segmentaridade maleável são como quanta (significado que Deleuze e Guattari tomam da física) de desterritorializações, expondo pequenas fissuras e deslocamentos; e as linhas de fuga representam ruptura e desestratificação absoluta com os estratos que fixam a produção desejan-te.

Como lembram os autores, todos os tipos de linhas atravessam nossas relações, produzindo diferentes realidades, e, portanto, é necessário ter prudência na experimentação de cada atravessamento, evitando quer uma desterritorialização absoluta que possa colocar em risco a vida, como é o caso do abuso de drogas, quer o esmagamento do desejo ou o aprisionamento da vida nos excessos de estratificação, como é o caso da normatização.

Produção da subjetividade capitalística

Conforme adiantamos, segundo Guattari e Rolnik:

A concepção de desejo no campo social, que Deleuze e eu tentamos desenvolver, tende a questionar a ideia de que o desejo e a subjetividade estariam centrados no indivíduo e resultariam, no plano coletivo, da interação dos fatos individuais. Partimos mais da ideia de uma economia coletiva, de agenciamentos coletivos do desejo e da subjetividade que, em algumas circunstâncias, alguns contextos sociais, podem se individualizar. (Guattari & Rolnik, 2005, p. 232)

A individualização do desejo, como centrado em um eu interiorizado, serializado e registrado é uma operação característica do capitalismo, a qual produz o que Guattari convencionou nomear “subjetividade capitalística”.

Nas sociedades capitalistas, a produção de subjetividade tem sido um dos mais importantes modos de produção, constituindo-se como matéria prima para as demais produções, pois o lucro capitalista não se concentra mais apenas nas relações de mais-valia, mas principalmente nos processos de subjetivação, na medida em que a máquina capitalística produz “... aquilo que acontece conosco quando sonhamos, quando devaneamos, quando fantasiamos, quando nos apaixonamos e assim por diante” (Guattari & Rolnik, 2005, p. 22).

A hegemonia do capitalismo atual alcança não só a dimensão da produção da economia mundial, mas também a produção da subjetividade para conservar sua reprodução. Este sistema é o que Guattari nomeia “Capitalismo Mundial Integrado” (CMI).

O CMI afirma-se, em modalidades que variam de acordo com o país ou com a camada social, através de uma dupla opressão. Primeiro, pela repressão direta no plano econômico e social - o controle da produção de bens e das relações sociais através de meios de coerção material externa e sugestão de conteúdos de significação. A segunda opressão, de igual ou maior intensidade que a primeira consiste em o CMI instalar-se na própria produção de subjetividade: uma imensa máquina produtiva de uma subjetividade industrializada e nivelada em escala

mundial tornou-se dado de base na formação da força coletiva de trabalho e da força de controle social coletivo. (Guattari & Rolnik, 2005, p. 39)

A principal estratégia do CMI consiste em investir no controle da vida, não só em seus aspectos biológicos, assim como sucedeu-se no início da era do Biopoder apresentada por Foucault (2008), mas sobretudo na captura dos fluxos caóticos e desterritorializados, em outras palavras, na apropriação de tudo que é diferente, do que lhe escapa, que ainda não foi registrado ou codificado por um sistema dominante. Esse modo de funcionamento próprio do capitalismo contemporâneo é denominado por Deleuze e Guattari (2010) como Axiomática Capitalística.

Em resumo, o capitalismo contemporâneo não opera a partir dos binarismos e dualismos próprios do regime de soberania, ao contrário, sua missão principal é se apropriar de toda heterogeneidade, toda diferença, flexibilizando todas as fronteiras, outrora rígidas, incorporando-as na lógica da acumulação flexível e transformando-as em produtos e mercadorias. Mas, se a engrenagem de captura falha, instalam-se os regimes mais duros de repressão e dominação para conter o fluxo da produção desejante (Deleuze & Guattari, 2010).

Em se tratando da produção de subjetividades, o capital, através das representações, se efetua nos corpos e os captura em ordem de significância, atribuindo-lhes uma identidade ou um rosto que os torne reconhecíveis aos poderes instituídos.

Contudo, o capitalismo ou qualquer outro sistema dominante não consegue capturar por completo a Diferença Absoluta enquanto solo das variações inerentes do tempo e da transmutação da vida. Assim, a produção desejante e o radicalmente novo continuam a *repetir*, afirmando o Devir, pois o Ser não devém, ele é o próprio Devir, é a incessante produção do novo absoluto.

Deleuze e Guattari (1997) distinguem dois modos pelos quais a subjetividade é produzida e operada no capitalismo, a saber, a sujeição social e a servidão maquínica. Na sujeição social, o homem estabelece uma relação de usuário com a máquina, preservando uma separação entre ambos, porém permanecendo assujeitado a ela. É a individuação e a personificação do seu funcionamento, como as distinções sujeito-objeto, capitalista-trabalhador, produtor-consumidor. A servidão maquínica se dá quando os homens são peças constituintes do funcionamento da máquina unidade superior (o Capital), na qual a distinção entre sujeito-objeto, capitalista-trabalhador, produtor-consumidor não faz mais sentido; assim, as ações, afetos, conhecimentos e relações são postos para trabalhar para a mesma máquina de produção de valor sem que haja singularidade.

Na servidão maquínica, o indivíduo não é mais instituído como um sujeito individuado, um sujeito econômico (capital humano, empresário de si mesmo) ou como um cidadão. Ao invés disso, ele é considerado uma engrenagem, uma roda dentada, uma parte componente do agenciamento empresa, do agenciamento sistema financeiro, do agenciamento mídia, do agenciamento Estado do bem-estar social e de seus equipamentos coletivos (escolas, hospitais, museus, teatros, televisão, *internet* etc). (Lazzarato, 2014, p. 28)

Conforme Lazzarato (2014), é exatamente na intersecção desses dois movimentos heterogêneos e complementares que se dá a produção de subjetividade no capitalismo. Ou seja, enquanto a sujeição social é responsável por produzir e distribuir lugares e papéis dos atores sociais na sociedade capitalista, na servidão maquínica o ser humano é considerado peça de uma grande engrenagem que o extrapola, e constitui com as máquinas tecnológicas verdadeiros sistemas homens-máquinas, os quais agem sobre os níveis pré-individuais e supraindividuais, desconfigurando o “indivíduo”.

As figuras subjetivas do capital

Na obra *Declaração: isto não é um manifesto*, os filósofos Antonio Negri e Michael Hardt (2014) afirmam que o triunfo do neoliberalismo e suas crises afetaram a vida do ponto de vista econômico e político, mas também, e principalmente, em relação à produção de subjetividades. Os autores elencaram quatro figuras subjetivas: endividado; mediatizado; securitizado e representado.

No mundo contemporâneo não é difícil encontrar a figura subjetiva do endividado, pois claramente, e de modo generalizado, tornou-se um “estilo de vida”. Atrelada aos padrões de consumo, mas também às situações de sobrevivência, a dívida configura-se como um imperativo, ditando o ritmo de trabalho das pessoas, que normalmente envolve rotinas exaustivas e uma indiscernibilidade cada vez maior entre horário de trabalho e horário livre.

Conforme os autores, a dívida exerce um papel moral, despertando um sentimento intenso de responsabilidade e culpa em relação ao ato de dever. Além do efeito moralizante, a dívida, a trabalho da produção capitalista, ao individualizar a responsabilidade e as dificuldades financeiras, intensifica nas pessoas o princípio do empreendedorismo de si mesmas, desencorajando qualquer projeto coletivo para a mudança social.

A figura subjetiva do endividado vem à tona na transição das sociedades disciplinares para as sociedades de controle, pois “O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado” (Deleuze, 2006, p. 224).

Para Deleuze, o poder na era do controle é disperso em rede planetária, age de forma difusa, sutil e diluída, não se faz mais por via da hierarquia, tornando-se, então, ilocalizável, ensejando ações não mais verticalizadas, como nos tempos da disciplina, mas horizontais e descentralizadas.

Na sociedade de controle, o capitalismo opera por duas vias a fim de produzir modos de existir ou subjetividades: a desterritorialização e a reterritorialização. De modo sucinto, a desterritorialização enquanto processo de subjetivação implica deixar de consumir subjetividade de um jeito para consumir de outro. A reterritorialização, por sua vez, sugere a recomposição de um novo território, de uma nova forma de produzir e consumir subjetividade. “A reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante” (Guattari & Rolnik, 2005).

Quando os autores falam em “consumir subjetividade”, é crucial compreender que não se trata de “uma subjetividade do tipo “recipiente” em que se colocariam coisas essencialmente exteriores, as quais seriam “interiorizadas” (Guattari & Rolnik, 2005, p. 34). Trata-se, antes, de reconhecer a atuação dos múltiplos componentes na produção de subjetividade, alguns inconscientes, outros mais voltados para a dimensão do corpo, do poder, da lei, da polícia etc.

Para Negri e Hardt (2014), a figura do mediatizado surge da intensificação global dos modelos de interação e conectividade, induzindo o consumo passivo de uma enorme quantidade de informação produzida pela indústria da mídia. Os autores lembram-se de uma entrevista de Deleuze concedida a Negri, sobre o esvaziamento da linguagem e da comunicação nas sociedades de controle: “Talvez a fala, a comunicação, estejam apodrecidas. . . É preciso um desvio da fala. Criar foi sempre coisa distinta de comunicar. O importante talvez venha a ser criar vacúolos de não-comunicação, interruptores, para escapar ao controle” (Deleuze, 2006, p. 217).

Em uma configuração de sociedade em que se é forçado a se exprimir a todo o momento e sobre tudo, Negri e Hardt (2014), em consonância com o pensamento de Deleuze, consideram importante o direito de nada dizer, de experimentar o silêncio, para, então, fazer existir o pensamento.

Se uma das principais operações do capitalismo consiste em explorar as potências produtivas dos corpos, as habilidades de comunicação, criação e inventividade, despotencializando suas relações afetivas, para os autores é necessário que o mediatizado, pleno de informações mortas, consiga produzir informação viva.

Como possibilidade de alcançar tal mudança, os autores retomam as postulações de Marx a respeito dos camponeses que, em meados do século XIX, não conseguiam atuar como classe, ao contrário do proletariado. A principal explicação sugerida por Marx a essa situação, e citada pelos autores, é a de que, diferentemente do proletariado, os camponeses careciam de estar juntos, fisicamente, nas fábricas. O “estar juntos” para Negri e Hardt (2014) vai além da possibilidade de compartilhamento de informações e ideias, mas principalmente, da possibilidade de partilhar afetos políticos.

Os autores citam como exemplo as ocupações e acampamentos que ocorreram em 2011 na cidade de Nova York, denominadas “*OccupyWallStreet*” para alertarem que “O *Facebook*, o *Twitter*, a *Internet* e outros tipos redes sociais de comunicação são úteis, mas nada consegue substituir o estar junto de corpos e a comunicação corpórea, que é a base da inteligência e da ação política coletiva” (Negri & Hardt, 2014, p. 32).

A importância da criação e compartilhamento de afetos políticos como modo de resistência, frente às investidas capitalísticas, se aproxima do pensamento guattariano em relação à possibilidade de um tempo “pós-mídia”.

tal evolução maquínica não pode ser julgada nem positiva nem negativamente; tudo depende de como for sua articulação com os agenciamentos coletivos de enunciação. O melhor é a criação, a invenção de novos Universos de referência; o pior é a mass-mediatização embrutecedora, à qual são condenados hoje em dia milhares de indivíduos. As evoluções tecnológicas, conjugadas a experimentações sociais desses novos domínios, são talvez capazes de nos fazer sair do período opressivo atual e de nos fazer entrar em uma *era pós-mídia*, caracterizada por uma reapropriação e uma ressingularização da utilização da mídia. (Guattari, 1992, p. 14)

A possibilidade de criação e partilha dos afetos políticos, assim como da experimentação de uma era pós-mídia, estão inevitavelmente ligadas à necessidade de agenciar o que Guattari denominou “processos de singularização”.

Há dois extremos entre os quais as pessoas, grupos e até mesmo instituições oscilam ao experienciar a produção de subjetividades: “uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete a subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade” (Guattari & Rolnik, 2005, p. 42).

No caso da figura subjetiva do mediatizado, é necessário romper com o consumo passivo de valores, estilos de vida e ideais de felicidade tão propagados pelas várias plataformas de conectividade e interatividade, evitando os efeitos individualizantes, serializantes e empobrecedores, característicos da subjetividade capitalística.

Deleuze, na entrevista *Controle e Devir* (2006), afirma que não há nada de universal no capitalismo a não ser o mercado, e que não existe qualquer Estado que não esteja totalmente comprometido em gerar riqueza e miséria, e principalmente produzir subjetividades enquanto misérias humanas.

Os processos de subjetivação, em indivíduos ou coletividades, são potentes na medida em que escapam aos saberes e práticas instituídos e dominantes, e se efetivam através de uma

espontaneidade rebelde. Para Deleuze (2006) uma sociedade se caracteriza por suas linhas de fugas, ou seja, pelo que escapa, que foge, que não está codificado porque é inventivo e é a própria resistência.

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos. . . É ao nível de cada tentativa que se avalia a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e povo. (Deleuze, 2006, p. 218)

O terceiro tipo subjetivo proposto por Negri e Hardt (2014) refere-se ao “securitizado”.

Na contemporaneidade, as cidades são espaços fragmentados, fomentando o isolamento. Os enormes edifícios construídos a ferro, grades, câmeras de vigilância, alarmes e uma vasta gama de artifícios inventados pelo homem, na tentativa de esquivar-se das incertezas, são os abrigos, as ocas, os buracos (mesmo que arranha-céu) onde a sociedade se esconde, fugindo dos espaços públicos. Em tempos nos quais tudo vem até nós, para que sair de casa? Os meios de comunicação de massa tornaram-se ágeis em manipular desejos, oferecendo qualquer serviço por apenas um *clic*, e, com efeito, gerando um enorme banco de dados contendo todo tipo de informações sobre pessoas, grupos, empresas etc.

Apoiados nos postulados de Foucault⁵, os autores explicitam que as pessoas são tratadas como presidiárias não só dentro de suas casas, como também nos espaços públicos, na medida em que os dispositivos de vigilância estão a postos no exato momento em que se sai pela porta de casa para fazer uma simples caminhada pela rua. Tudo e todos estão sendo monitorados o tempo todo.

O securitizado vive com medo em relação a uma combinação de punições e ameaças externas. O medo em relação aos poderes dominantes e sua polícia é um fato, mas mais importante e eficaz é o medo de outras e desconhecidas ameaças perigosas: um medo social generalizado. (Negri & Hardt, 2014, p. 39)

Na tentativa de lidar com o medo exacerbado, o securitizado se torna, ao mesmo tempo, o objeto da segurança (presidiário, vigiado), mas também o sujeito da segurança (guarda, vigia), pois “o medo justifica oferecer de modo voluntário seus olhos e sua atenção alerta a uma máquina de segurança aparentemente universal” (Negri & Hardt, 2014, p. 34).

O medo enquanto investimento subjetivo do capitalismo contemporâneo, infiltrado nas tramas de controle mais sutis do cotidiano, despotencializa os modos de existência, tornando as pessoas cada vez mais individualizadas e afoitas por consumir todo e qualquer tipo de dispositivo de segurança propagado pelo mercado da sociedade de controle.

A administração de uma grande segurança molar organizada tem por correlato toda uma microgestão de pequenos medos, toda uma insegurança molecular permanente, a tal ponto que a fórmula dos ministérios do interior poderia ser: uma macropolítica da sociedade para e por uma micropolítica⁶ da insegurança (Deleuze & Guattari, 2004, p. 94)

O medo se define pelo temor de perder a falsa sensação de segurança afiançada pelos sistemas molares, binários e identitários, que sobrecodificam e dominam, mas prometem garantir

a ordem (Deleuze & Guattari, 2004). É neste sentido que os autores provocam: “o desejo pode ser determinado a desejar sua própria repressão no sujeito que deseja (daí o papel da pulsão de morte na junção do desejo e do social)” (Deleuze & Guattari, 2010, p. 143).

Na obra *Espinosa – Filosofia prática*, Deleuze (2002) afirma que os afetos ou afecções que vibram nos corpos possibilitam a diminuição ou o aumento da potência de agir e da energia vital e o corpo se define pela capacidade de afetar e ser afetado, produzindo encontros bons ou ruins. Pode-se dizer que, diante de um bom encontro, as afecções produzem amor, alegria e maior potência de agir no mundo, mas, ao contrário, diante de um encontro ruim, sente-se a produção de afetos tristes e a diminuição da energia vital.

Inspirado em Espinosa, Deleuze (2002) acredita que mais importante do que considerar um ser pela sua capacidade de pensar - o que remeteria diretamente ao cogito cartesiano - é defini-lo pela sua possibilidade de afetar e ser afetado, pois só assim pode-se medir sua energia vital ou sua potência de existir no mundo.

Nesse sentido, o medo exacerbado pode ser considerado um afeto triste que diminui a potência de agir no mundo:

Vivemos em um mundo desagradável, onde não apenas as pessoas, mas os poderes estabelecidos têm interesse em nos comunicar afetos tristes. A tristeza, os afetos tristes são todos aqueles que diminuem nossa potência de agir. Os poderes estabelecidos têm necessidade de nossas tristezas para fazer de nós escravos. O tirano, o padre, os tomadores de almas, têm necessidade de nos persuadir que a vida é dura e pesada. Os poderes têm menos necessidade de nos reprimir do que de nos angustiar, ou, como diz Virílio, de administrar e organizar nossos pequenos terrores íntimos. (Deleuze & Parnet, 1998, p. 50)

Por fim, a última das figuras subjetivas elencadas por Negri e Hardt é a figura do representado. Para os autores, a noção de representação política seria por si só um obstáculo para a democracia, na medida em que a “representação é em si mesma, por definição, um mecanismo que separa a população do poder, os comandados daqueles que comandam” (Negri & Hardt, 2014, p. 43).

O representado é aquele que deixou de ser ativo na vida política, pois diante do cenário constante de corrupção, desmantelamento das organizações sindicais e dos acordos políticos de nível global que são concretizados sem qualquer representação dos Estados-nação, o representado se vê sozinho na luta pela transformação social.

Nas eleições, o voto, longe de constituir-se como ato democrático, acaba atestando a impotência e alienação das pessoas e coletivos na decisão do rumo de suas próprias vidas e toda a questão política acaba recaindo no lugar desolador e polarizado do “me representa” ou “não me representa”.

Considerações finais

A subjetividade capitalística requer a extração do desejo e da potência subjetiva para os mecanismos de opressão e normatividade, primando pela estabilização e pacificação contínua das forças, da Diferença e das intensidades dos encontros.

Negri e Hardt (2014) acreditam que um dos caminhos para alcançar a verdadeira democracia é revoltar-se, rebelar-se, destruir as figuras subjetivas produzidas pelo capitalismo,

pois essas já se encontram esgotadas e despotencializadas. É necessário criar novos modos de produzir subjetividades, mais coletivos, mais singularizados, que irrompam em novos modos de existir no mundo.

Nesse sentido, a produção de novos processos de subjetivação está intimamente imbricada com o Devir e, mais especificadamente, com o Devir minoritário. O Devir produz a si próprio, não é da ordem da filiação e nem da dependência, e sim da ordem da aliança. Funciona como um rizoma, sem começo, nem fim, mas com um meio pelo qual ele se alastra, portanto, não podemos pensar em Devir enquanto processos de regressão ou progressão, pois não é serialista e nem arborescente. O Devir se dá por expansão, propagação e contágio, mas este contágio não possui a noção de filiação por hereditariedade. As minorias, segundo Deleuze e Guattari (1997), não se definem pela quantidade, pois podem ser até mais numerosas que uma maioria. A minoria é um Devir, um Devir de forças de um coletivo, um Devir multidão traçando uma linha de fuga, uma ruptura com o mesmo e uma abertura para a Diferença, para o novo como processo de criação.

Nesse sentido, reside na noção de *Devir minoritário* a aposta de resistência microrrevolucionária de Deleuze e Guattari (1997). Cabe aqui realçar que os devires são moleculares e, por isso mesmo, minoritários. Assim, podemos citar o devir animal, devir vegetal, devir criança, devir mulher, devir negro... variações do padrão dominante homem branco ocidental. Todos em suas micropotências, em suas molecularizações e atomizações.

A experiência do devir minoritário, do coletivo, da multidão, deve ser retomada como um plano de produção de novas formas de existência que resistam às formas de controle, equalização, serialização e perversão, próprias do capitalismo.

Diz-se que as revoluções têm um mau futuro. Mas não param de misturar duas coisas, o futuro das revoluções na história e o devir revolucionário das pessoas. Nem sequer são as mesmas pessoas nos dois casos. A única oportunidade dos homens está no devir revolucionário, o único que pode conjurar a vergonha ou responder ao intolerável. (Deleuze, 2006, p. 21)

Notas

1 O Virtual é da ordem do tempo, designa uma multiplicidade pura e sua atualização se faz sempre por diferença. O virtual não pode ser confundido com o “possível”, pois enquanto o possível se realiza, o virtual se atualiza enquanto criação (Deleuze, 2009, pp. 279-280).

2 Na obra “*A Gaia Ciência*” (1882), Nietzsche apresenta o desafio do Eterno Retorno do Mesmo, indagando qual seria a reação dos homens se tivessem que viver infinitamente, repetindo suas vidas exatamente do mesmo jeito, sem qualquer mudança, se seria um tormento ou uma benção. Em “Assim Falava Zarathustra” (1883), a noção do Eterno Retorno é ampliada de modo afirmativo, pois, segundo o filósofo, somente aquele que ama e afirma a vida, exercendo sua vontade criadora, não temeria o Eterno Retorno.

3 Deleuze compreende o conceito nietzschiano de Vontade de Potência por um duplo aspecto: “determina a relação das forças entre si, do ponto de vista da gênese e da produção das forças, mas é determinada pelas forças em relação, do ponto de vista de sua própria manifestação” (Deleuze, 1976, p. 70).

4 O intermeio ou *intermezzo* é pensado a partir do conceito de Rizoma retirado da Botânica por Deleuze e Guattari. No Rizoma não há início ou fim, somente o meio por onde se movimenta. Esse conceito se contrapõe ao modelo arborescente que impõe o verbo ser, “É”. O Rizoma, ao contrário, remete à noção de conjunção “E...E...E” revertendo a ontologia e o fundamento em favor do meio como lugar onde as coisas adquirem velocidade e são pensadas pela transversalidade das relações (Deleuze & Guattari, 1995, pp. 48-49).

5 Foucault, Michel (2006). Estratégia, poder-saber. *Ditos e Escritos IV*. Ed. Forense Universitária.

6 A macropolítica e a micropolítica, embora funcionem de modo entrelaçado, apresentam relações muito distintas uma da outra. Enquanto a macropolítica se faz através de linhas de segmentaridade dura ou molar, com conjuntos contáveis, calculáveis e bem determinados, por outro lado, a micropolítica funciona por meio de linhas maleáveis ou moleculares, onde se pode observar quantas de desterritorialização que se desviam, escapam desses conjuntos e elementos (Deleuze & Guattari, 2004, p. 68).

Referências

- Cassiano, Marcella & Furlan, Reinaldo** (2013). O processo de subjetivação segundo a esquizoanálise. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 372-378.
- Deleuze, Gilles** (1976). *Nietzsche e a Filosofia*. Editora Rio.
- Deleuze, Gilles** (1990). *A Imagem-Tempo: Cinema 2*. Editora Brasiliense.
- Deleuze, Gilles** (1999). *Bergsonismo*. Editora 34
- Deleuze, Gilles** (2002). *Espinosa – filosofia prática*. Escuta.
- Deleuze, Gilles** (2006). *Conversações*. Editora 34.
- Deleuze, Gilles** (2009). *Diferença e repetição*. Graal.
- Deleuze, Gilles** (2012). *Empirismo e Subjetividade*. Editora 34.
- Deleuze, Gilles** (2016). *Dois regimes de loucos: textos e entrevistas*. Editora 34.
- Deleuze, Gilles & Guattari, Félix** (1995). *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia* (Vol. 1). Editora 34.
- Deleuze, Gilles & Guattari, Félix** (1997). *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia* (Vol. 5). Editora 34.
- Deleuze, Gilles & Guattari, Félix** (2004). *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia* (Vol. 3). Editora 34.
- Deleuze, Gilles & Guattari, Félix** (2010). *O Anti-édipo: Capitalismo e esquizofrenia*. Editora 34.
- Deleuze, Gilles & Parnet, Claire** (1998). *Diálogos*. Escuta.
- Foucault, Michel** (2006). Estratégia, poder-saber. In *Ditos e Escritos IV* (pp. 203-222). Ed. Forense Universitária.
- Foucault, Michel** (2008) *O nascimento da Biopolítica*. Martins Fontes.
- Guattari, Félix** (1992). *Caosmose: um novo paradigma estético*. Editora 34.
- Guattari, Félix & Rolnik, Suely** (2005). *Micropolíticas: cartografias do desejo*. Vozes.
- Lazzarato, Maurizio** (2014). *Signos, máquinas, subjetividades*. N-1 Edições.
- Pelbart, Peter Pál** (2004). *O tempo não reconciliado: Imagens de tempo em Deleuze*. Perspectiva.
- Negri, Antonio & Hardt, Michael** (2014). *Declaração: isto não é um manifesto*. N-1 Edições.

JOSIANE CRISTINA ORLANDO DE SOUZA

<https://orcid.org/0000-0001-5979-4245>

Mestra em Psicologia, com ênfase em Psicanálise e Cultura, pela Universidade Federal de Uberlândia (2017). Doutoranda em Psicologia na área de Processos Culturais e Subjetivação pela FFCLRP/USP. Atualmente está como psicóloga na Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Uberaba/MG.

E-mail: jopsi@usp.br

REINALDO FURLAN

<https://orcid.org/0000-0003-2117-3886>

Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (1997). Realizou estágio de pós-doutoramento na Universidade Jean Moulin, Lyon 3, França (2013-2014), com bolsa Fapesp e colaboração de Étienne Bimbenet. Professor livre-docente da Universidade de São Paulo. Atua como professor de filosofia no curso de psicologia (graduação e pós-graduação) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

E-mail: reinaldof@ffclrp.usp.br

Histórico	Submissão: 05/08/2022 Revisão: 21/08/2023 Aceite: 24/08/2023
Contribuição dos autores	Conceitualização: JCOS; RF Curadoria de dados: JCOS Análise dos dados: JCOS; RF Redação do manuscrito original: JCOS Redação - revisão e edição: JCOS; RF
Financiamento	Não se aplica.
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica.
Aprovação, ética e consentimento	Não se aplica.

ENTRE HOMENS: NOÇÕES DE MASCULINIDADES PARA USUÁRIOS DE APPS DE ENCONTROS ERÓTICOS

ENTRE HOMBRES: CONCEPTOS DE MASCULINIDADES PARA USUARIOS DE APLICACIONES DE CITAS ERÓTICAS

BETWEEN MEN: CONCEPTS OF MASCULINITIES FOR USERS OF EROTIC DATING APPS

José Gomes de Oliveira Neto¹, Jorge Lyra¹, Benedito Medrado¹ e Luís Augusto Vasconcelos da Silva²

¹ Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, Brasil

² Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, Brasil

Resumo: Este artigo tem como objetivo geral compreender a produção de masculinidades para homens que se denominam “machos” em aplicativo de encontros eróticos. Partimos de referenciais teóricos que questionam o regime de poder que estrutura as compreensões de masculinidades e sexualidade, tendo por via a matriz reguladora da heteronormatividade. Quanto ao método, utilizamos a pesquisa social qualitativa na *internet* a partir de um aplicativo destinado a encontros eróticos entre homens para localizar e construir conhecimentos no contexto de pandemia e em região periférica/universitária da cidade de Recife/PE. Para análise, utilizamos mapas de associação de ideias, considerando a dialogia e os atravessamentos de produção de sentidos. Nossos resultados e discussões caminharam para pensar no imperativo da performance masculina normativa quanto ao corpo e ao nível relacional, bem como aos conflitos pessoais em face dos pressupostos sociais sobre masculinidades nas práticas de pegação.

Palavras-chave: Masculinidades; Gênero; Pegação; Grindr; Covid-19.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo general comprender la producción de masculinidades de los hombres que se autodenominan “machos” en una aplicación de citas eróticas. Partimos de referentes teóricos que cuestionan el régimen de poder que estructura la comprensión de las masculinidades y la sexualidad, con base en la matriz normativa de la heteronormatividad. Metodológicamente utilizamos una investigación social cualitativa en internet a partir de una aplicación diseñada para encuentros eróticos entre hombres para ubicar y construir conocimiento en el contexto de una pandemia y en una región periférica/universitaria de la ciudad de Recife/PE. Para el análisis, utilizamos mapas de asociación de ideas, considerando el diálogo y los cruces de producción de sentidos. Nuestros resultados y discusiones reflexionan sobre el imperativo del desempeño masculino normativo en términos del cuerpo y el nivel relacional, así como en los conflictos personales frente a los supuestos sociales sobre las masculinidades en el cruising.

Palabras clave: Masculinidades; Género; Cruising; Grindr; Covid-19.

Abstract: This article has the general aim to understand the production of masculinities for men who call themselves “macho” on erotic dating apps. We start from a theoretical framework that question the power regime that structures the understanding of masculinities and sexuality, using the regulatory matrix of heteronormativity as a basis. As for the method, we use qualitative social research on the internet from an application designed for erotic encounters between men to locate and build knowledge in the pandemic context and at a peripheral/university region of the city of Recife/PE. For analysis, we used maps of association of ideas, considering the dialogue and the crossings of meaning production. Our results and discussions led us to think about the imperative of normative masculine performance regarding the body and the relational level, as well as personal conflicts in the face of social assumptions about masculinities in practices of cruising.

Keywords: Masculinities; Gender; Cruising; Grindr; Covid-19.

Introdução

Neste artigo, apresenta-se um produto/recorte de pesquisa que se propôs pensar sobre o regime de poder que, ao operar dentro do contexto de gênero e da sexualidade, segmenta hierarquicamente as masculinidades a partir das práticas sexuais entre homens. Inspirados pelo debate de Richard Parker (1998), bem como pelo de Benedito Medrado e Jorge Lyra (2016), entendemos um processo de subalternização à medida que homens homo-orientados se distanciam dos pressupostos socialmente atribuídos e idealizados a partir do modelo heterossexual.

Inspirados no que discute Benedito Medrado e Jorge Lyra (2008), entendemos que as “masculinidades” estão imbricadas em um processo de construção que sofre direta influência da conjuntura histórico-política-social-cultural, além dos marcadores entre os grupos, como os aspectos étnicos, de raça, de classe, de idade e de sexualidade a que pertencem. De modo que se rompe com a ideia de uma única masculinidade, pois os sentidos a ela atribuídos dependem de uma contínua produção, reguladas por pressupostos hegemônicos. Ademais, supera-se a noção de ser homem dentro de uma generalização universal, já que essa é uma experiência que se desenrola a partir dos códigos sociais-culturais-históricos, sobretudo, na incorporação e/ou fissuras do padrão hegemônico vigente (Silva & Silva, 2014).

Segundo Victor Seidler (2006), nesse processo pedagógico, as masculinidades são modeladas a partir de um distanciamento da feminilidade; assim, é em espaços sectaristas que se consolida a lógica binária. Nesse sentido, nos deparamos com sentidos sociais misóginos que desvalorizam a mulher em detrimento do homem, frente a uma realidade construída sobre uma suposta superioridade de gênero (Cazés & Huerta, 2005). Dito de outra forma, aquilo que se caracteriza como masculino é, por exclusão, não feminino, engendrando, então, o “temor homofóbico de que a vulnerabilidade emotiva era um indício de inclinações homossexuais” (Seidler, 2006, p. 40).

Judith Butler (2013) discute que essas questões se atravessam contingencialmente no modo como as pessoas se relacionam consigo e com os outros, a partir da supremacia dos modelos heterossexuais compreendidos como único norte. Considerando isso, entendemos existir uma divisão em espectros de reconhecimento e visibilidade sexual, em que algumas pessoas (heterossexuais) têm uma maior aceitação (Miskolci, 2015).

Igualmente, Gayle Rubin (2018) chama a atenção que os heterossexuais maritais e reprodutivos ocupam o topo da sua pirâmide erótica, o que os garante “saúde mental certificada, respeitabilidade, legalidade, mobilidade social e física, suporte institucional e benefícios materiais” (Rubin, 2018, p. 16). Tais privilégios se constituem em detrimento daqueles cujas práticas sexuais transgridam as normas, constituindo a base da hierarquia e lidando com “presunções de doença mental, má reputação, criminalidade, mobilidade social e física restrita, perda de suporte institucional e sanções econômicas” (Rubin, 2018, p. 16).

Desse modo, discutiremos as masculinidades como a junção das normas e práticas sexuais/sociais associadas ao homem (cisgênero) como construções reguladas pela heteronormatividade, ou seja, exigências que tendem a apontar o modelo heterossexual como norte (Butler, 2013; Rubin, 1986). Richard Miskolci (2009) parte da concepção da heterossexualidade compulsória para identificar a heteronormatividade como um dispositivo histórico que recorta os sujeitos a partir do que se entende como um padrão coerente, superior e natural, conduzindo todos à heterossexualidade. Em paralelo, Lisa Duggan (2012) traz a homonormatividade liberal como o não contestamento da heteronormatividade enquanto instituição e norma, trazendo identidade/cultura *gay* politicamente desarticulada e privatizada, calcada na domesticidade,

no consumo. Em outras palavras, a sofisticação de algo não consumível moralmente, mas que vai além de dar uma nova roupagem ou trato normativo, invisibiliza socialmente (Serri, Iba, & Manuel de Oliveira, 2019). Assim, a homonormatividade seria um protótipo da heteronormatividade, que intenta apaziguar os sujeitos homossexuais com o seu gênero, legitimando e estando a favor da heteronorma (Oliveira, Costa, & Nogueira, 2013). Não à toa, a heteronormatividade e o sexismo se constituem, muitas vezes, como pressupostos idealizadores das tecnologias educativas em saúde, nas práticas profissionais e nas políticas de saúde (Nascimento, Neves, Rodrigues, & Teixeira, 2020).

Luís Augusto Silva (2009) discute os princípios da hierarquização masculina nas relações sexuais entre homens e aponta uma maior requisição e valorização de perfis que rechaçam a feminilidade. Por esse prisma, Richard Parker (1998) direciona que o machismo seria o grande viés norteador desse sistema tradicional de significados sexuais. Além disso, que os atravessamentos das práticas homoeróticas nas masculinidades no Brasil apontam que a interação sexual com outro homem não descaracteriza sua masculinidade, desde que sexualmente e socialmente se distancie de signos atribuídos ao feminino.

Posto isso, os aplicativos (*apps*) de pegação surgem como uma estratégia tecnológica, diante de espaços de sociabilidade predominantemente hétero, para reconhecer parceiros disponíveis a práticas homo-orientadas; como possibilidade de burlar sigilosamente as exigências normativas do ser homem. Indiretamente, percebemos a denúncia de um regime heterocentrado que historicamente territorializou os desejos não heterossexuais em lugares como saunas, bares, cinemas, boates, entre outros; e que agora traz fluidez territorial e intensidade nos *apps* (Morelli & Souza, 2016). Nesse sentido, entendemos a pegação como as práticas que rompem com a vinculação entre ato sexual e a monogamia romântica-cristã, bem como com as preliminares morais e as obrigatoriedades de responsabilizações/cuidados para com o companheiro – por isso também nomeada como ‘*fast foda*’ por autores como José Rocha e Marcos Coelho (2019).

Fábio Morelli (2017) indica que os *apps* aparecem como estratégia frente à vulnerabilidade das relações não heterossexuais, de modo que possibilita um sentimento de sigilo e segurança para homens que procuram tais práticas, principalmente, os que se identificam como heterossexuais ou bissexuais (Queiroz, Matos, Araújo, Reis, & Sousa, 2019). Porém, os *apps* também são “dispositivos tão reguladores e disciplinadores, quanto ao gênero e ao sexo, como o são instituições bem consolidadas como a igreja, a família, a escola, entre outras” (Morelli, 2017, p. 106). O que implica que nos aplicativos há uma predominância entre os usuários de uma perspectiva de subalternização da figura assumidamente *gay*, além do afeminado – assim, o perfil sigiloso surge como ocultamento frente às normativas de sexo e gênero (Oliveira Neto, Brandão, Lyra & Medrado, 2019).

Marcos Cruz (2020), ao discutir os perfis discretos no Grindr, aponta três camadas do tangenciamento da heteronormatividade na identidade *gay* masculina: a masculinidade heterossexual como única identificação dos corpos com pênis, a virilidade (na modelação do corpo e corporeidade) como condição de cidadania aos homens homo-orientados e, por fim, a suplantação dos traços femininos através da discríção e hipervirilização nos espaços sociais.

Daneil Cazés e Fernando Huerta (2005) apontam que a construção histórica e social da hegemonia masculina persiste como um modelo de identificação nas sociedades ocidentais – apesar das fissuras (re)existentes – a partir da manutenção de relações de poder assimétricas entre os gêneros. Essas noções são calcadas na discriminação de quem não cumpre o estereótipo traçado pelo patriarcado – mulheres e pessoas não-cis-hétero (Cazés & Huerta, 2005).

Ettore Medeiros (2018) enfatiza que a noção de masculinidades para os usuários dos *apps* transgride a orientação/prática sexual para a expressão de gênero legitimada na noção do macho.

A masculinidade hegemônica seria definida por algumas características como: acúmulo de parceiros e aventuras que trariam o sentimento de sentir-se vivo; o pênis e seu tamanho que, quanto maior for, mais valor estará agregado ao homem; a vida *fitness* conotando saúde e distanciamento da imagem do *gay* com HIV/AIDS; e, por fim, a posição sexual, a partir da ideia de impenetrabilidade que, socialmente, é resguardada ao homem (Cardoso, Paz, Rocha & Pizzinato, 2019; Morelli, 2017). José Oliveira Neto (2021) complementa que hierarquização da masculinidade se forja em signos como: a branquitude, a heterossexualidade, a cisgeneridade e o corpo magro/sarado.

Outrossim, Thiago Melo e Maria Santos (2020) discutem que a automeação no perfil como “macho”, “discreto”, “não curto afeminados”, surge por um posicionamento de rechaço às identidades *gays* e sobrelevância das masculinidades hegemônicas como característica ideal (mesmo para as não heterossexuais). Dessa forma, a hetero(homo)normatividade faria do usuário opressor/oprimido ao fazer suplência a uma masculinidade hegemônica no campo digital via violência simbólica (a homofobia) calcada na misoginia. Portanto, para tornar inteligível as construções culturais sobre as masculinidades, debruçando-se também sobre as fissuras nos padrões normativos, destacamos uma inspiração na pedagogia feminista: (Medrado & Lyra, 2014) para refletir sobre os resultados deste estudo e amplificar a discussão que se segue.

Metodologia

A perspectiva da orientação construcionista nos impactou no entendimento de que o conhecimento é construído coletivamente, valendo-nos o esforço de rever e problematizar noções culturais consolidadas e arraigadas (Medrado & Lyra, 2016; Spink & Frezza, 2013). À vista disso, desenvolvemos uma pesquisa de campo qualitativa, que partiu do pressuposto de “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 70).

Conforme os objetivos propostos, nos propusemos a construir uma pesquisa social no campo digital, em *app* de pegação entre homens, entendendo a *web* não como uma realidade paralela, mas como complementar das relações face a face (Deslandes & Coutinho, 2020). Assim, nos orientamos a pensar um caminho metodológico que reflita sobre os atravessamentos de práticas sexuais subalternas nas (des)construções das masculinidades.

Desse modo, a *internet* torna-se inteligível ao ampliar práticas que já existem, mas que nas relações face a face são moralmente proibidas (Lévy, 2005). Nesse sentido, entendemos que os *apps* de pegação, sob a ideia de anonimato que a *web* transmite, seriam uma forma de localizar usuários dispostos a falar.

Sueli Deslandes e Tiago Coutinho (2020) chamam a atenção para as orientações socio-antropológicas na ambiência digital quanto aos modos de interação, fluxos/trânsitos, conservação dos dados (vide a volatilidade do digital) e da compreensão das coproduções textuais (destacando a interatividade). Além disso, discute a importância de observar os recortes do aplicativo escolhido, já que seu contexto (lema e papel diante de outros *apps*) produz uma coerência entre: temáticas, comportamentos e práticas discursivas. Portanto, no processo de imersão no *app*, contato e troca com os usuários, fomos nos familiarizando com as possibilidades, dificuldades, mas sobretudo com as expectativas criadas nas conversas.

Estar *online* no *app* implica disposição/disponibilidade ao contato, sobretudo quando o perfil é novo – percebemos haver entre os usuários uma discussão sobre saturação, na medida que

dizem encontrar sempre as mesmas pessoas. Entretanto, para alguns, o fato de estar disposto apenas à conversa impactou na abertura criada inicialmente, se negando a ficar apenas nas trocas de mensagem. Para fechar nosso ‘Quadro de participantes’, nos inspiramos na proposta de amostra não probabilística do tipo “por conveniência”, composta por 5 homens - nos referimos ao quantitativo de homens selecionados no *app*, porém, o autor principal também se reconhece como participante, dada a dialogia da proposta, perfazendo um total de seis interlocutores.

Utilizamos como critérios de inclusão: serem usuários do aplicativo selecionado; encontrarem-se na cidade de Recife/PE, conforme localização dos *apps*; que expressem (na descrição do perfil ou no diálogo), como condicionantes ao contato, elementos de uma cultura masculina normativa – que, segundo Richard Miskolci (2013), se apresenta dentro de algumas palavras como “macho”, “brother”, “no sigilo”, entre outras. Descartamos aqueles que não se compreendiam como homem (identidade de gênero) - a cisgenderidade não foi um recorte para a compreensão do nosso grupo de interlocutores, apesar de só ter localizado homens cisgêneros para conversar; de idade inferior a 18 anos; que não se encaixavam nos critérios de inclusão; não se voluntariaram a participar da pesquisa. Todavia, também destacamos que todas as trocas, ainda que interdidas de algum modo (seja pela não correspondência do tesão ou até mesmo pela volatilidade/liquidez dos contatos digitais), também fazem parte do repertório criado para dialogar e construir saber com nosso grupo de interlocutores.

Quadro 1. Grupo de interlocutores

Grupo de interlocutores					
Nome fictício	Bruce	Hallysson	Júnior	Paulo	Victor
Idade	29	27	36	40	28
Id. gênero	Homem cisgênero				
Orien. sexual	Homossexual	Gay	Gay	Homossexual	Bissexual
Raça/cor	Pardo	Negro	Negro	Pardo	Branco
Religião	Mórmon	Não possui	Não possui	Espiritualista	Não possui

Nota: produção do/a próprio/a autor/a

O instrumento selecionado para a localização dos interlocutores para a pesquisa foi o *Grindr*, uma rede social que propõe troca de mensagens que visa a pegação entre pessoas não heterossexuais, mas, sobretudo, homens homodesejantes. É de fácil uso intuitivo, gratuito (embora exista versão por assinatura), propõe espaços de troca de mensagens privadas e utiliza a tecnologia de geolocalização – possibilitando lista personalizada de contatos a partir do GPS (Sistema de Posicionamento Global).

Os procedimentos de levantamento de informação em aplicativos só aconteceram após aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Pernambuco e da banca de qualificação. Destacamos ainda que estivemos afinados com o que preza a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que orienta sobre as implicações éticas das pesquisas com seres humanos nas ciências humanas e sociais.

As conversas com os interlocutores no *app* foram norteadas pela proposta de entrevista, que segundo Benedito Medrado e Jorge Lyra (2016, p. 10), seria uma “produção dialógica negociada, sujeita a acordos, mas também a tensões e conflitos, não necessariamente intensos ou explícitos”. O roteiro de entrevista semiestruturada possibilitou flexibilidade nas perguntas, assim como permitiu interação participativa e cooperativa, confirmando George Gaskell (2002).

A imersão no *Grindr* se deu em contexto pandêmico de Covid-19, o que impactou na forma como as pessoas se relacionavam, uma vez que uma das medidas de prevenção adotada foi o isolamento social. É importante colocar, a partir de Jefferson Bernardes (2021), que no Brasil a administração a respeito dessas orientações aconteceu de modo contraditório pelo governo federal. A gestão do ministro da saúde Luiz Mandetta e depois Nelson Tesch seguiam as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre distanciamento social, uso de máscara, entre outros. Enquanto isso, na via contrária, o chefe da nação, Jair Bolsonaro, era visto em aglomerações, não usando máscaras e, em pronunciamentos públicos, chegou a referir que o Brasil precisa “deixar de ser um país de maricas” e enfrentar a pandemia de “peito aberto” (Gomes, 2020, p. 1). Nesse contexto, apesar do espaço digital ter sido reafirmado como plataforma para as relações de afeto, sexuais e eróticas, os encontros eróticos também não deixaram de acontecer pele a pele.

Sobre o processo de análise do conhecimento construído, destacamos o posicionamento de se compreender também como alguém que constrói o saber junto aos interlocutores, em um movimento dialógico. Por conseguinte, as entrevistas/conversas foram analisadas visando à construção de mapas de associação de ideias que, segundo Mary Jane Spink (2010), são formados por uma tabela que traz nas colunas os conteúdos específicos da interação discursiva da entrevista. Destacamos que esses procedimentos foram realizados a partir do entendimento de que os sentidos são concebidos por uma construção coletiva (histórica e culturalmente perpassada) como forma de compreender, lidar com a realidade e os fenômenos à sua volta (Spink & Medrado, 2013).

Resultados e discussões

Iniciamos essa sessão a partir da análise proposta por uma pedagogia feminista (Medrado & Lyra, 2014), indicando que a manutenção das expectativas socioculturais sobre a masculinidade – neste momento não usamos plural porque nos referimos a uma força que busca padronizá-las – encontra nas práticas de pegação uma suposta incoerência que se traduz desde o tesão para outro homem ao prazer advindo. O controle/repressão disso é sinalizado por Bruce no trecho abaixo, fazendo-nos pensar não apenas nos sentidos gerados sobre as masculinidades, mas, também, sobre as práticas de pegação.

L 128 Pesquisador: O que você pensa sobre práticas sexuais entre homens?

L 129-132 Bruce: Hoje normal! Fisiologicamente o ânus não foi feito para ser penetrado, mas a gente se adapta as necessidades e desejos neh... Heheh Mas também dá pra ter prazer com o outro sem penetração.

Embora as práticas sexuais entre homens estejam sob a ordem social da moralidade, percebemos uma espécie de exceção para pensar o homem penetrador, de modo que lhe é conferido um *status* superior em relação aos outros. Acreditamos que essa hierarquização, a partir da posição sexual, está associada aos sentidos prescritos da macheza no ato sexual, como o papel de dominador que mais se aproxima da tradicional figura do homem que penetra uma mulher. Por esse viés, alguns perfis reafirmam essa posição ao indicar que estão em uma relação marital com mulher, mas também fazem sexo com homens. Compreendemos como uma espécie de barganha em torno desse lugar social do macho, em que o homem aponta cumprir sua “funcionalidade” heterossexual – conseguir ser um homem para uma mulher –, de modo que as práticas de pegação aparecem, então, como desvios temporários.

Nesse sentido, pensamos que: (a) há o temor de se relacionar com um homem “assumidamente” dissidente sexual, aquele que é reconhecido socialmente por ter práticas não heterossexuais e tem sociabilidade entre iguais. Assim, percebemos um regime que (supostamente) confere inteligibilidade desde que esteja no armário, o que nos parece ser muito conveniente à norma, pois, uma vez que se barram as fissuras ao padrão, ele continua se hegemonizando; (b) a questão de ser “penetrador” nos leva para a problematização do falocentrismo que gesta as negociações no *app*, colocando o falo ereto como produto de excitação e objeto de desejo/prazer. Nesse aspecto, o que vemos é uma fusão do homem-cisgênero-heterossexual como figura representativa da masculinidade ideal, de modo que, ainda que não seja, necessariamente deve se aproximar desse modelo para usufruir das possibilidades do *app*.

A visão de Bruce, calcada na proposta fisiológica, aponta para posicionamentos criados nos jogos de poder que determinam o sexo apenas como reprodutor. Para Beatriz Preciado (2000), o sexo anal proveria uma revolução na lógica biologicista de sexo hétero-reprodutor, entendendo que o cu é comum aos gêneros. Gilles Deleuze e Félix Guattari (2010) compreendem o ato sexual para além da relação entre os genitais, já que transamos com o corpo inteiro, então ele, em sua completude, é uma zona erógena.

Não obstante, a passabilidade do macho para os homens não heterossexuais é atravessada não como estratégia, mas como regência do corpo adestrado à norma, que vira “normal”; assim, constitui-se em hetero(homo)normatividade. Portanto, haveria um imperativo nas relações de pegação que normatizam a corporalidade a partir dos sentidos sobre masculinidade hegemônica, compreendendo, inspirados em Adauto Novaes (2003), o corpo como produto da rede de discurso em que se está inserido.

L 302 Pesquisador: Quais práticas um homem precisa ter na sua opinião?

L 308-311 Hallysson: Um homem de estereótipo de macho assim, que seja o ativo, que bote pra chupar, que domine na cama, que beije bem, que chupe o cu, que deixe eu lambar o suvaco. . . isso na cama, né?! E esse porte físico dele, desse jeito, me parece que ele tem uma probabilidade maior de me satisfazer do que afeminados.

No diálogo com a produção de Sharif Mowlabocus (2015), compreendemos o quanto o recorte da pornografia está arraigado desde a organização do aplicativo à formulação dos perfis, implicando diretamente nas relações estabelecidas. Sendo assim, gera um tipo de fetiche de como seria a foda entre homens, pornificando as trocas no *app*, não no sentido de obter lucro financeiro, mas sim do capital erótico – aquele capaz de atrair parceiros.

Nesse entendimento, é válido lembrar da discussão que Victor Hugo Barreto (2017) constrói a partir de uma premissa usual no meio de pegação, de que é preciso “ser macho” para foder com outro macho. Isso posto, nos permite compreender a fala de Hallysson, identificando os sentidos atribuídos ao jogo de dominação no ato sexual, além de questões específicas, como chupar o cu e lambar o sovaco. Para nós, esse desejo demarca-se como um jeito específico de fazer sexo com homens, já que estaria ligado a sentir o cheiro do macho. A propósito, a forma como o interlocutor se refere às práticas (utilizando termos “que deixe”, “que chupe”) nos remete à ideia de que não é algo que corriqueiramente acontece. Mas o que chamamos a atenção nesse momento é que as práticas também se realizam a partir de partes do corpo demarcadamente masculinas e hipervirilizadas, assim, ganhando característica erógena.

L 422-423 Pesquisador: O que acontece quando vc encontra caras que não correspondem ao que está descrito no perfil do *app*?

L 459-468 Victor: eu converso com a pessoa e tal, para não fazer aquela desfeita de “não curti, tchau” porque eu acho péssimo, mas invento uma desculpa de que preciso sair mais cedo e tal. . . Ou, quando eu bato o olho na pessoa e vejo que ela já não é aquilo que parecia no aplicativo e ela não me viu, eu também passo reto e finjo que não vi a pessoa, a gente não chega nem a se encontrar, já aconteceu mais de uma vez mas eu espero não acontecer de novo porque eu acho péssimo isso.

Nos parece haver, no *app*, uma necessidade de correspondência perfeita entre o que se deseja e o outro. O imperativo do tesão é o que mobiliza os usuários gerando padrões, perfis com maior prioridade, requisitos para a pegação que, em seus termos, se configuram como uma questão de gosto. Desse modo, ratifica-se não somente o que é masculino, mas o que é capaz de fazer gozar.

Sendo assim, se insere nas relações um descompromisso com o outro que vai desde a fugacidade da relação (típico da pegação, como já dito), mas que pode chegar a uma questão de desrespeito, como no trecho da conversa com Victor. Entre o desejo e o outro, a escolha é pelo desejo, sobretudo se o outro pode, de algum modo, tentar contra um modelo de homem e prática sexual ideal (tudo isso ao ver o usuário/ ou o perfil do usuário). Todas essas questões arregimentam-se na hierarquização das masculinidades.

L 199 Pesquisador: algo te impede (em ser passivo)?

L 200-202 Júnior: As pessoas só se aproximam de mim porque sou negro e associam a pauzão e virilidade. Negro tem por obrigação de ser ativo para muitos *gays*, eu não posso ser passivo, que falam “tão macho, um negão desse dando o cu.”

É interessante constatar o quanto o regime pedagógico do macho é racista e se presentifica não somente na expressão dos perfis do *Grindr*, mas na história de vida dos nossos interlocutores. Com efeito, essas questões não são atravessadas apenas pela hetero(homo)normatividade; o racismo conduz as masculinidades negras para caminhos distintos da branquitude nas práticas de pegação. Então, mais uma vez, demarcamos o quanto a discussão em torno das práticas sexuais não pode ser tecida sem considerar os sentidos culturais e organizações sociais implicadas. Assim, a leitura racial para estudos sobre sexualidades e relações de gênero não é uma opção; se ela não é feita, o posicionamento é a favor do racismo. A propósito, os marcadores de raça e transgeneridade ocupam importante papel nesse debate. Durante nosso processo não localizamos interlocutores declaradamente homem trans, em contrapartida encontramos mulheres trans, apesar de o *app* ter um grande apelo à masculinidade. Desse modo, entendemos o quanto a cultura cis-hetero é falocêntrica, pois nos é bem representativo que a exceção à transgeneridade no *app* se configure apenas em corpos com pênis.

No trecho acima, Júnior nos assinala para o conflito no encontro com as normas que incidem sobre seu corpo nas práticas de pegação no contexto digital, impelindo os homens negros a um lugar bem específico, seja quanto ao desejo, seja quanto às suas práticas. Buscando articular as teorias *queer* com os estudos raciais, Osmundo Pinho (2015) indica que a colonização ocidental, ainda persistentemente atual no Brasil, caminha na direção de associar os corpos como fonte da própria identidade negra.

Então, por meio da figura do “negão”, espera-se a reunião das características do padrão macho, como músculos volumosos, jeito viril, dotado e penetrador como condição para ser no-

tado/requisitado entre os usuários do Grindr. Nesse debate, Luís Lopes (2020) direciona que tal sectarismo resume esses homens como figuras exclusivas para pegação, não para relacionamentos estáveis. Dito de outro modo, as masculinidades negras são objetificadas como fetiche sexual quando essas interações são anônimas e sem compromisso, legitimando um regime de privilégios brancos quando se perspectivam relações explicitamente sociais. A solidão do homem negro não é da ordem sexual, é afetiva.

Nesse sentido, negocia-se visibilidade a partir da adequação às normativas, enquanto as possíveis fissuras ao padrão são lidas como não atraentes. Os traços do corpo, da raça e da sua identidade social servem como predição de prazer/desejo. Nesse ponto, identificamos a figura do cafuçu como alguém que de algum modo traduz essa representação de grande poder atrativo/sexual, inteligível à prática discreta, mas não para relacionamento fixo e social. Segundo Osmundo Pinho (2015), socialmente, se constrói a ideia de que “o poder do jovem homem negro sexualizado está em sua superioridade erótica e em seu pênis, como subtendido na iconografia do ... corpo ‘genitalizado” (p. 232).

Os homens negros têm sobre si um sistema de sentidos regidos pela objetificação, animalização, hipererotização dos seus corpos, que partem não apenas da questão hetero(homo) normativa e machista debatida neste trabalho, mas da lógica escravagista. Essa compreensão se reafirma em nossa análise por entender o lugar de servidão sexual em que os homens negros são alocados, esvaziando os sujeitos de quaisquer outras características para vinculá-lo à única posição do macho-dotado-penetrador.

Na discussão aqui construída, pensamos não apenas sobre um conjunto de conflitos vivenciado pelos homens que fazem pegação, como também conseguimos tangenciar os pressupostos dessas interações digitais. Com efeito, é importante também perceber como a pandemia do novo coronavírus, sob a orientação de distanciamento social, reformula e impacta nas práticas sexuais casuais dos nossos interlocutores. A propósito, nessa ocasião, o Ministério da Saúde da Argentina chega a apontar o “sexo virtual” (por chamadas de vídeo e/ou envio de fotos) como saída à não exposição ao vírus da Covid-19 (Colombo, 2020).

L 411-412 Pesquisador: Você acha que esses encontros te deixaram disponível a ser infectado pelo Covid-19?

L 415-420 Paulo: Na semana que tive, dias antes ocorreu um encontro. E então iniciaram os sintomas de falta de paladar e falta de olfato e dores de cabeça e tontura. A minha foi fraca, sem febre e sem tosse, sem dor de garganta ou demais problemas.

Paulo nos fala, de uma forma muito direta, sobre os riscos aos quais os usuários do *app* estão expostos, seja em pandemia ou não. Luís Felipe Rios (2021), ao discutir sobre as práticas de pegação entre homens no contexto pandêmico de AIDS e Covid-19 na região metropolitana do Recife, aponta a necessidade de trazer a reflexão sobre os efeitos do não cuidado, em vez de esperar que essa consciência aconteça a partir do próprio adoecimento. “Imagens corporais e vinculações afetivas são capazes de fazer emergir emoções que interferem na disposição para utilização das medidas de proteção para o HIV e para o Sars-CoV-2 nas cenas sexuais”: (Rios, 2021, p. 1861).

A quarentena trouxe diversas questões às pessoas de modo geral, mas o que mais saltou nas notícias e conversas cotidianas foi sobre o impacto de estar isolado socialmente (que em alguma medida nos parece ter sido maior que o medo da doença em si, diante da literal invisibilidade do vírus e da possibilidade de ser assintomático).

O que refletimos aqui, quanto a esse período, é que o isolamento social, de algum modo, já é bem familiar à comunidade LGBTQIA+. Esse isolamento acontece desde os impasses sobre seu desejo marginal até o processo de distanciamento/negação de quem se é. Nessa direção, há comorbidades sociais a essa população, sobretudo no que compete a um enclausuramento junto à família nuclear e distanciamento da rede de suporte (amigos e/ou companheiros), impactando na sua livre expressão identitária e a volta a um padrão cis-heteronormativo; além disso, é importante pensar que os profissionais/equipamentos de saúde também reforçam essa lógica, distanciando assim esse público (Cerqueira-Santos, Ramos, & Gato, 2020; Corrêa, Medrado, & Lyra, 2021). Logo, estar em isolamento não é novidade, porém a quarentena da pandemia evoca ainda menos possibilidade de fuga dos padrões reafirmados por diversas instituições, mas, sobretudo, pela família, dada a relação afetiva pressuposta. Essas questões se intensificam àqueles que, mesmo não se reconhecendo na sigla, têm desejos/práticas não heterossexuais e se camuflam na figura do macho.

Portanto, o que compreendemos é que a pegação surge também como válvula de escape das tensões hetero(homo)normativas do meio, ao passo que as reproduz, de modo que esse padrão é tão enraizado nos sentidos sobre masculinidade, sobre si, sobre sexualidade, que também se expressa nesses momentos de ruptura, inclusive ocasionando tensões aos envolvidos. Assim, o que sentimos é que as consequências de testar positivo para Covid-19 parece ser menos adoecedor que os lugares impostos pelo padrão hiperviril do macho, mas sobretudo pelos conflitos gerados.

Considerações finais

Os saberes aqui construídos se dispõem ao deslocamento de concepções historicamente consideradas inquestionáveis e pautadas em percepções moralistas. Entretanto, aqui buscamos construir redes interpretativo-dialógicas diante da experiência dos nossos interlocutores, articulando os sentidos produzidos nesse percurso de imersão, interação e pegação, com as discussões feministas e *queer*.

Observamos que a relação com o sexo (e aqui nos referimos à prática/ato) é bastante presentificada nas interações no aplicativo -, facilmente observada nos *nicknames*, nas descrições dos perfis, nas fotos e nas interações entre usuários. Em contrapartida, parece-nos que viver a sexualidade de modo intenso no contexto digital permite poucos avanços políticos quanto a quebrar/ romper alguns tabus das sexualidades. A expectativa sobre a hetero(homo)normatividade nos fala de um movimento de não revolução dos paradigmas impostos sobre seus corpos, práticas e identidades.

No decorrer das conversas, ficou evidente o quanto nosso grupo de interlocutores consegue nomear essas normas como algo limitante e até mesmo adoecedor. Entretanto, há também um grande conformismo frente ao lugar marginal que alocaram os homens homo-orientados, diante da naturalização do perfil macho hétero. Em outras palavras, a hetero(homo)normatividade (re)produz o direcionamento para a compressão das relações e do desejo, que, de tão ratificado, eleva-se a uma posição quase inquestionável: aquilo que é mais particular do tesão. Desse modo, a expressão êmica “nada contra, só não curto”, apesar de buscar justificar seu desejo (ao passo que também se desculpa por ele), indica-nos o oposto da ingenuidade ou autenticidade, e sim trata-se de mais uma corroboração com a reprodução das normas.

Referências

- Barreto, Victor Hugo Souza** (2017). *Festas de orgia para homens: territórios de intensidade e socialidade masculina*. Devires.
- Bernardes, Jefferson** (2021). Cuidados e descuidados em tempos da Covid-19. In Charles Lang & J. Bernardes (Orgs.), *Psicologias em tempos de pandemia* [recurso eletrônico]: reflexões políticas e práticas clínicas. EDUFAL. <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/7929/3/Psicologias%20em%20tempos%20de%20pandemia%3A%20reflex%C3%B5es%20pol%C3%ADticas%20e%20pr%C3%A1ticas%20cl%C3%ADnicas.pdf>
- Butler, Judith** (2013). *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Civilização Brasileira.
- Cardoso, João Gabriel, Paz, Bernadi, Rocha, Kátia, & Pizzinato, Adolfo** (2019). Imagem, corpo e linguagem em usos do aplicativo Grindr. *Psicologia, USP*, 30, 1-11. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e180160>
- Cazés, Daniel & Huerta, Fernando** (Coords.). (2005). *Hombres ante la misoginia: miradas críticas*. Plaza y Valdés.
- Cerqueira-Santos, Elder, Ramos, Mozer de M., & Gato, Jorge** (2020). *Redes de apoio social e saúde psicológica em jovens LGBTQ+ durante a pandemia de Covid-19: relatório de divulgação de dados preliminares*. Universidade do Porto.
- Colombo, Sylvia** (2020, 17 de abril). Argentina recomenda sexo virtual e masturbação para solteiros durante pandemia. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/argentina-recomenda-sexo-virtual-e-masturbacao-para-solteiros-durante-pandemia.shtml>
- Corrêa, Tiago, Medrado, Benedito, & Lyra, Jorge** (2021). Plantão psicológico online para jovens LGBTQI+: leituras psicossociais a partir de uma proposta emergencial de promoção à saúde mental no contexto da pandemia de Covid-19. In Charles Lang & Jefferson Bernardes (Orgs.), *Psicologias em tempos de pandemia* [recurso eletrônico]: reflexões políticas e práticas clínicas (pp. 89-103). EDUFAL.
- Cruz, Marcos** (2020). Masculinidade e discrição em aplicativo de relacionamento. *Revista Interdisciplinar em Estudos de Linguagem*, 2(2), 1-19.
- Deleuze, Gilles & Guattari, Félix** (2010). *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. Editora 34.
- Deslandes, Sueli & Coutinho, Tiago** (2020). Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de Covid-19: notas teórico-metodológicas. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(11), 1-11.
- Duggan, Lisa** (2012). *O crepúsculo da igualdade? Neoliberalismo, política cultural e o ataque à democracia*. Beacon Press.
- Gaskell, George** (2002). Entrevistas individuais e grupais. In Martin Bauer & G. Gaskell, (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. (pp. 90-111). Vozes.
- Gomes, Pedro** (2020, 10 de novembro). Brasil tem de deixar de ser ‘país de maricas’ e enfrentar pandemia ‘de peito aberto’, diz Bolsonaro. *GI*. <https://g1.globo.com/google/amp/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>
- Lévy, Pierre** (2005). *Cibercultura*. Editora 34.
- Lopes, Luiz Paulo** (2020). Desejo na biopolítica do agora: performatividades escalares em um aplicativo de encontros homoafetivos. *DELTA*, 36(3), 1-37. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-460X2020360306>
- Medeiros, Ettore** (2018). *Textos verbo-visuais de homens que se relacionam afetivo-sexualmente com homens: te(n)sões entre masculinidades no aplicativo GRINDR* [Dissertação de Mestrado em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG].

- Medrado, Benedito & Lyra, Jorge** (2008). Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista Estudos Feministas*, 16(3), 809-840. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/S0104-026X2008000300005/9130>
- Medrado, Benedito & Lyra, Jorge** (2014). Princípios ou simplesmente pontos de partida fundamentais para uma leitura feminista de gênero sobre os homens e as masculinidades. In Eva Blay (Org.), *Feminismos e masculinidades* (pp. 55-74). Cultura Acadêmica.
- Medrado, Benedito & Lyra, Jorge** (2016). Entrevistas e outros textos: compartilhando estratégias de análise qualitativa. In Charles Lang, Jefferson Bernardes, Maria Auxiliadora Ribeiro, & Susane Zanotti (Orgs.), *Metodologias: Pesquisas em saúde, clínica e práticas psicológicas* (pp. 85-118). EDUFAL.
- Melo, Thiago & Santos, Maria Elena** (2020). “Discreto, sigiloso, não afeminado”. *CSONline*, 31, 249-269. <https://doi.org/10.34019/1981-2140.2020.30461>
- Miskolci, Richard** (2009). A Teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, 11(21), 150-182.
- Miskolci, Richard** (2013). Machos e “Brothers”: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas on-line. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 301-324.
- Miskolci, Richard** (2015). “Discreto e fora do meio”: Notas sobre a visibilidade sexual contemporânea. *Cadernos Pagu*, 44, 61-90.
- Morelli, Fábio** (2017). *Não existe amor em APP? Pistas sobre o processo de subjetivação entre homens por meio de aplicativos voltados ao público gay* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis/SP].
- Morelli, Fábio & Souza, Leonardo** (2016). Entre regimes de (in) visibilidade: mídias rizomáticas e ciberativismos. *Verso e Reverso*, 30(74), 135-146.
- Mowlabocus, Sharif** (2015). Cultura do Gaydar: torcendo a história da mídia digital na Grã-Bretanha do Século XX. In Larissa Pelúcio, Heloísa Pait, & Thiago Sabtine (Orgs.), *No emaranhado da rede* (pp. 49-80). Annablume.
- Nascimento, Israel Ribeiro, Neves, André Luiz Machado, Rodrigues, Priscila Freire, & Teixeira, Elizabeth** (2020). Representações sociais de masculinidades no curta-metragem “Aids, escolha sua forma de prevenção”. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(3), 879-890.
- Novaes, Adauto** (2003). *O homem-máquina: a ciência manipula o corpo*. Companhia das Letras.
- Oliveira, João, Costa, Carlos, & Nogueira, Conceição** (2013). The workings of homonormativity: Discourses of lesbian, gay, bisexual and queer people on discrimination and public display of affections in Portugal. *Journal of Homosexuality*, 60(10), 1475-1493.
- Oliveira, José Gomes** (2021). “Onde há viado não há sossego, prefiro os machos”: construindo sentidos sobre masculinidades e hetero(homo)normatividade junto a usuários de app de pegação [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife].
- Oliveira Neto, José Gomes de, Brandão, Daniel, Lyra, Jorge & Medrado, Benedito** (2019). Aplicativos de encontros homoeróticos e masculinidades normativas. In DESFAZENDO GÊNERO, 4., Recife. Anais... Campina Grande: Realize.
- Parker, Richard** (1998). Hacia una economía política del cuerpo: construcción de la masculinidad y la homosexualidad masculina en Brasil. In Teresa Valdés & José Olavarria (Eds.), *Masculinidades y equidad de género en América Latina* (pp. 106-127). FLACSO-Chile.
- Pinho, Osmundo** (2015). “Putaria”: masculinidade, negritude e desejo no pagode baiano. *Maguaré*, 29(2), 209-238.
- Preciado, Beatriz** (2000). Terror Anal: apuntes sobre los primeros días de la revolución sexual. In Hocquenghem, Guy. *El deseo homosexual*. Editorial Melusina.
- Prodanov, Cleber & Freitas, Ernani** (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. Editora Feevale.

- Queiroz, Artur, Matos, Matheus, Araújo, Telma, Reis, Renata, & Sousa, Álvaro** (2019). Infecções sexualmente transmissíveis e fatores associados ao uso do preservativo em usuários de aplicativos de encontro no Brasil. *Acta Paulista de Enfermagem*, 32(5), 546-553.
- Rios, Luís Felipe** (2021). Sexualidade e prevenção entre homens que fazem sexo com homens nos contextos das pandemias de AIDS e da Covid-19. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(5), 1853-1862.
- Rocha, José Damião & Coelho, Marcos** (2019). Manda Nudes: Os “crushes” gays nos aplicativos fast foda de relacionamentos. *REBEH*, 1(4), 5-17.
- Rubin, Gayle** (1986). El tráfico de mujeres: notas sobre la economía política del sexo. *Nueva Antropología*, 8(30), 157-209.
- Rubin, Gayle** (2018). Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. In *Políticas do Sexo* (pp. 63-128). Ubu.
- Seidler, Victor** (2006). *Masculinidades: culturas globales y vidas íntimas*. Montesinos Ensayos.
- Serri, Diego Lasio, Ibba, Isabella, & Oliveira, João** (2019). Hegemony and heteronormativity: Homonormative discourses of LGBTQ activists about lesbian and gay parenting. *Journal of Homosexuality*, 66(8), 1058-1081.
- Silva, Fabiane Aguiar & Silva, Iolete Ribeiro** (2014). Sentidos de saúde e modos de cuidar de si elaborados por homens usuários de Unidade Básica de Saúde-UBS. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(2), 417-428.
- Silva, Luís Augusto Vasconcelos** (2009). Masculinidades transgressivas em práticas de barebacking. *Revista Estudos Feministas*, 17(3), 675-699.
- Spink, Mary Jane** (2010). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Centro Edelstein.
- Spink, Mary Jane & Frezza, Rose** (2013). Práticas Discursivas e Produção de Sentido. In Mary Jane Spink (Org.), *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 1-21). Centro Edelstein.
- Spink, Mary Jane & Medrado, Benedito** (2013). Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In Mary Jane Spink(Org.), *Práticas discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 22-41). Centro Edelstein.

JOSÉ GOMES DE OLIVEIRA NETO

<https://orcid.org/0000-0001-8152-3900>

Mestre e Doutorando em Psicologia – Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE/Brasil

E-mail: gomes.oliveira@ufpe.br

JORGE LYRA

<https://orcid.org/0000-0002-5381-2059>

Mestre em Psicologia social pela PUC/SP e Doutor em Saúde Pública - Fundação Oswaldo Cruz, Recife/PE. Docente de graduação e pós-graduação em psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

E-mail: jorge.lfonseca@ufpe.br

BENEDITO MEDRADO

<https://orcid.org/0000-0002-1085-5024>

Mestre e Doutor em Psicologia Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo/SP. Docente de graduação e pós-graduação em psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

E-mail: benedito.medrado@ufpe.br

LUÍS AUGUSTO VASCONCELOS DA SILVA

<https://orcid.org/0000-0003-0742-9902>

Mestrado e Doutorado em Saúde Coletiva - Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA. Docente do Instituto de Humanidades, Artes & Ciências da UFBA.

E-mail: gugavascon@gmail.com

Histórico	Submissão: 28/09/2022 Revisão: 01/09/2023 Aceite: 21/09/2023
Contribuição dos autores	Conceitualização: JGON; JL Curadoria de dados: JGON Análise dos dados: JGON; JL Redação do manuscrito original: JGON; JL; BM; LAVS Redação - revisão e edição: JGON; JL; BM; LAVS
Financiamento	Bolsa de pós-graduação (mestrado) CAPES
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica.
Aprovação, ética e consentimento	Aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Pernambuco (CEP/UFPE), número do CAAE 18206719.9.0000.5208.

PRODUZINDO UM CURRÍCULO ESCOLAR PARA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO EM UM INSTITUTO FEDERAL

*PRODUCING A SCHOOL CURRICULUM FOR SEXUAL AND
GENDER DIVERSITY IN A FEDERAL INSTITUTE*

*ELABORACIÓN DE UN CURRÍCULO ESCOLAR PARA LA DIVERSIDAD
SEXUAL Y DE GÉNERO EN UN INSTITUTO FEDERAL*

Willian Guimarães ¹ e Henrique Caetano Nardi ²

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense Câmpus Passo Fundo,
Passo Fundo/RS, Brasil

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil

Resumo: Esta pesquisa objetiva evidenciar como é produzido um currículo escolar que valorize a diversidade sexual e de gênero em um instituto federal. Para tanto, utiliza-se o conceito de trajetórias de vida como disparador teórico, metodológico e político dos objetivos desta pesquisa. Foram entrevistados 16 sujeitos que têm sua trajetória profissional marcada por ocuparem, em algum momento, uma representação dentro dos Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual do Instituto Federal Sul-rio-grandense. A análise do material de pesquisa permite evidenciar que esses núcleos articulam processos políticos para a movimentação de diferentes mecanismos pedagógicos em prol do questionamento e/ou da manutenção de redes de sentidos sobre a diversidade. Por fim, compreende-se que esses núcleos operam espaços de abertura e fortalecimento político-pedagógico dos debates de gênero e de sexualidade nos institutos federais.

Palavras-chave: Trajetórias de vida; Institutos federais; Sexismo; Educação sexual; Inclusão escolar.

Resumen: Esta investigación tiene como objetivo resaltar cómo se produce en un instituto federal un currículo escolar que valora la diversidad sexual y de género. Para ello, se utiliza el concepto de trayectorias de vida como detonante teórico, metodológico y político de los objetivos de esta investigación. Fueron entrevistados 16 sujetos cuya trayectoria profesional estuvo marcada por haber sido, en algún momento, representante dentro de los Centros de Género y Diversidad Sexual del Instituto Federal de Rio Grande do Sul. El análisis del material de investigación muestra que estos centros articulan procesos políticos para el movimiento de diferentes mecanismos pedagógicos a favor de cuestionar y/o mantener redes de significados sobre la diversidad. Finalmente, se entiende que estos centros operan espacios para abrir y fortalecer debates político-pedagógicos sobre género y sexualidad en los institutos federales.

Palabras clave: Trayectorias de vida; Institutos federales; Sexismo; Educación Sexual; Integración Escolar.

Abstract: This research aims to highlight how a school curriculum that values sexual and gender diversity is produced in a federal institute. To this end, the concept of life trajectories is used as a theoretical, methodological and political trigger for the objectives of this research. 16 subjects were interviewed whose professional trajectory were marked by having, at some point in their lives, been a representative within the Gender and Sexual Diversity Centers of the Federal Institute of Rio Grande do Sul. The analysis of the research material concludes that these centers articulate political processes towards the development of different pedagogical mechanisms in favor of questioning and/or maintaining networks of meanings about diversity. Finally, it is understood that the Gender and Sexual Diversity Centers operate spaces for opening and strengthening political-pedagogical debates on gender and sexuality in federal institutes in general.

Keywords: Life trajectories. Federal institutes; Sexism; Sex education; Mainstreaming, Education.

Introdução

Constituídos como autarquias, os institutos federais (IF) têm por objetivo promover educação básica e tecnológica gratuita e de excelência à população em diferentes regiões do Brasil. O Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) compõe essa rede, tendo diferentes ferramentas voltadas à inclusão e acessibilidade, geridas pelo Departamento de Educação Inclusiva (DEPEI). Os núcleos institucionais são parte delas, sendo espaços compostos por servidoras/es, estudantes e a comunidade acadêmica centrados em temáticas do campo dos direitos humanos.

Esta pesquisa se volta a um deles, o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS), partindo da suposição de que os sujeitos que dele participam afetam a maneira como os núcleos se constituem, da mesma forma que os núcleos afetam as trajetórias dessas pessoas. A partir da entrevista de 16 indivíduos que compõem esses núcleos nos diferentes câmpus do IFSul, exploramos suas narrativas biográficas na busca da compreensão de como é construído um currículo que promove o respeito à diversidade sexual e de gênero nos institutos federais.

Método

O desenho desta pesquisa se deu a partir da entrevista semiestruturada de 16 (dezesesseis) pessoas, sendo estas: (a) 1 (um/a) representante estava ou esteve em contato com o NUGEDS de cada câmpus do IFSul (Bagé, Camaquã, Charqueadas, Gravataí, Jaguarão, Lajeado, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Santana do Livramento, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Venâncio Aires e Visconde da Graça – Pelotas), totalizando 14 (quatorze) entrevistados; b) 1 (um/a) representante do NUGEDS da Reitoria; (c) 1 (um/a) representante do Departamento de Educação Inclusiva (DEPEI). Requisitamos aos próprios núcleos que escolhessem qual pessoa deveria participar do processo de entrevista:

Tabela 1. Dados das/dos Representantes dos NUGEDS - 2021

Identificação	Faixa etária	Cargo	Autoidentificação
Representante 01	20 – 30 anos (Década 1990)	TAE*	Homem, cisgênero, homossexual, branco
Representante 02	30 – 40 anos (Década 1980)	TAE*	Mulher, cisgênero, heterossexual, branca
Representante 03	40 – 50 anos (Década 1970)	Docente	Homem, cisgênero, homossexual, branco
Representante 04	30 – 40 anos (Década 1980)	Docente	Mulher, cisgênero, heterossexual, branca
Representante 05	20 – 30 anos (Década 1990)	TAE*	Mulher, cisgênera, heterossexual, branca
Representante 06	40 – 50 anos (Década 1970)	Docente	Mulher, cisgênera, homossexual, branca
Representante 07	20 – 30 anos (Década 1990)	Docente	Mulher, cisgênera, heterossexual, branca
Representante 08	40 – 50 anos (Década 1970)	Docente	Mulher, cisgênera, heterossexual, branca
Representante 09	40 – 50 anos (Década 1970)	Docente	Homem, cisgênero, homossexual, branco
Representante 10	40 – 50 anos (Década 1970)	Docente	Mulher, cisgênera, heterossexual, branca
Representante 11	30 – 40 anos (Década 1980)	Docente	Homem, cisgênero, heterossexual, branco
Representante 12	30 – 40 anos (Década 1980)	TAE*	Mulher, cisgênera, heterossexual, branca
Representante 13	30 – 40 anos (Década 1980)	Docente	Homem, cisgênero, homossexual, branco
Representante 14	40 – 50 anos (Década 1970)	Docente	Mulher, cisgênera, heterossexual, branca
Representante Reitoria	30 – 40 anos (Década 1980)	TAE*	Mulher, cisgênera, heterossexual, branca
Representante DEPEI	50 – 60 anos (Década 1960)	Docente	Mulher, cisgênera, heterossexual, branca

Nota. Tabela produzida pelos autores do texto que apresenta dados autorreferenciados pelos entrevistados relativos ao *câmpus* onde estão lotadas/os, sua faixa etária, seu cargo e seus marcadores sociais da diferença.

* Técnico Administrativo em Educação

Cada entrevistada/o será referenciada/o pela alcunha “representante” seguido por um número randomizado escolhido a partir de um sorteio em um *site* da *internet* específico para isso. As entrevistas foram realizadas de forma remota com duração média de 1 (uma) hora, tendo por roteiro as seguintes questões:

1. Como sua história pessoal se relaciona com a história do IFSul?
2. Como você acredita que seus marcadores sociais (classe, raça, cor, sexualidade, gênero, etnia, origem, idade, por exemplo) influenciaram e influenciam suas práticas profissionais no IFSul?
3. Como se deu sua aproximação ao NUGED?
4. Como você acredita que o NUGED contribui para as políticas propostas pelo IFSul?
5. Como você acredita que o NUGED impacta a comunidade acadêmica?
6. Na sua visão, quais são as dificuldades que o NUGED enfrenta no IFSUL?

Esta pesquisa está construída a partir da narrativa como operador metodológico, reafirmando a pluralidade que o narrar pode assumir. Desejamos fortalecer o protagonismo das múltiplas vozes que tornam os institutos federais um projeto político que marcou a educação pública no Brasil. Acreditamos que os debates em torno da diversidade sexual e de gênero é um importante indicador desse processo. Para tanto, desejamos compreender como é produzido um currículo que valoriza os debates de gênero e de sexualidade em um instituto federal, a partir da atuação dos NUGEDS. Junto a isso, analisamos como a legislação educacional interfere nesse processo, em certos momentos fortalecendo e em outros enfraquecendo essas discussões.

A partir das entrevistas, desejamos explorar as narrativas biográficas de sujeitos que têm suas trajetórias entrelaçadas com a composição e atuação dos diferentes Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual do IFSul. Para isso, desejamos utilizar o conceito de trajetórias de vida como elemento articulador dessa metodologia. A produção das trajetórias de vida é um operador conceitual complexo. Pierre Bourdieu (2006) realiza uma leitura particular das trajetórias de vida, compreendendo-as como uma produção narrativa organizada pelo sujeito diante do momento de enunciação. O autor questiona a sucessão cronológica dada às narrativas de vida que visa estipular, por uma organização dos relatos em um conjunto coerente e orientado, um ponto de partida e chegada lineares e unidirecionais. Tal organização produz diferentes inteligibilidades a essas narrativas, fornecendo sentidos diversos para as diferentes experiências vivenciadas pelo sujeito no cotidiano. Nesse sentido, este trabalho não objetiva encontrar um sentido oculto nas narrativas aqui apresentadas que afirme sua capacidade de superação e progresso num intuito salvador. O que se deseja é evidenciar como essas enunciações se relacionam com os jogos de poder, ora reforçando-os, ora questionando-os, mas em constante relação com eles.

Por fim, os procedimentos adotados na produção desta pesquisa obedeceram aos Critérios de Ética na Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Resultados e discussões

O ambiente escolar não se constitui como uma superfície onde a heterogeneidade de corpos se apresenta de forma estática. Como afirma Fernando Pocahy (2016), a escola deveria ser um espaço agnóstico em que as instâncias culturais modelam diferentes engendramentos discursivos que deixam marcas evidentes.

Há diferentes materialidades que são produzidas nos processos de subjetivação que se organizam dentro do currículo escolar e que se traduzem em diferentes práticas pedagógicas, arranjos disciplinares estatais e saberes acadêmicos. Tal estrutura não foi construída sem resistência e/ou insubordinação pelos atores escolares. Logo, as visões de mundo altamente normativas que engessam os debates de gênero e de sexualidade serão nesses espaços, em alguma medida, questionadas.

A rede discursiva que circula pelos muros escolares reinventa diferentes saberes que são contextualmente culturais e localizados, assim não há uma absorção passiva ou uma força unilateral que incide sobre os saberes e, desse modo, censurar esses debates em torno da diversidade sexual e de gênero não impede que ocorram. É a comunidade escolar que fabrica seu currículo a partir de uma ampla rede de significações e de saberes-práticas.

Como afirma a professora Alissandra Hampel (2013), a inclusão da temática de gênero e de sexualidade nos currículos escolares não garante que essas temáticas serão trabalhadas considerando seus aspectos sociais, políticos e históricos. A ausência de uma perspectiva crítica produz a reafirmação de um gênero e de uma sexualidade calcada numa realidade “natural” e atemporal. Isso acarreta numa ausência crítica das discussões desses elementos, o que é crucial para o reconhecimento da complexidade desses campos (Hampel, 2013). Entender como esses debates se inserem no currículo é importante, uma vez que é nele que se materializa a intencionalidade das instituições escolares. Como bem conceitua uma representante, o currículo afirma uma intenção:

Eu acho que o currículo materializa a nossa intencionalidade, o que a gente quer enquanto formação, acho que contribui no sentido da intenção, de onde a gente quer ir, do rumo que a gente quer dar pra nossa instituição. Acredito que se eu pudesse resumir numa palavra seria intencionalidade, de que rumo a gente quer, pra onde a gente quer ir. Representante 5 (20-30 anos, TAE, mulher, cisgênero, heterossexual, branca)

Para as/os representantadas entrevistadas/os, a ação dos NUGEDS no IFSul ainda é bastante limitada, em função da ausência de uma documentação institucional que dê subsídio aos debates de gênero e de sexualidade. Parte, então, do desejo das próprias pessoas interessadas que inserem essas discussões em seus câmpus, como pode se observar nestes relatos:

O NUGEDS teria potencial para contribuir, fazer uma reformulação completa dos currículos, incluindo temáticas de gênero e sexualidade. Quanto aos currículos, eles não têm nada sobre essa temática. Montamos um EJA [Educação de Jovens e Adultos] no nosso câmpus e como foi um PPC [Proposta Pedagógica Curricular] do zero, aí teve uma parte que menciona as questões de gênero e de sexualidade, os marcadores sociais da diferença. Tem toda uma parte lá de política de inclusão e outros momentos do PPC menciona isso nominalmente. Mas esse é a exceção. Outros PPCs que inclusive passaram por revisão recente não têm nada diretamente sobre gênero e sexualidade. Representante 1 (20-30 anos, TAE, homem, cisgênero, homossexual, branco)

No momento, ele impacta pouco. Agora a gente tem uma perspectiva de tentar rediscutir as matrizes curriculares então essa é uma das coisas que eu pretendo propor, porque os nossos cursos estão com as mesmas matrizes curriculares iguais desde a inauguração do câmpus, então, a gente pode repensar isso. Eu penso que isso tem que acontecer especialmente voltado pros professores das áreas técnicas porque são esses professores que mais precisam ter essa sensibilização. Representante 4 (30-40 anos, docente, mulher, cisgênero, heterossexual, branca)

O pequeno impacto do NUGEDS no currículo pode ser modificado pelo debate proposto pelas gestões do câmpus relacionado à modificação das matrizes curriculares dos cursos. A revisão desses documentos oportuniza ampliar a ação das/os docentes e do próprio ensino ofertado nos IFs, aumentando a ação para que se pense em uma formação para a cidadania. Para isso, é necessário fortalecer as/os membros desse núcleo para que essas/es também se tornem agentes de aprendizado.

A construção de um currículo pró-diversidade de gênero e de sexualidade envolve assumir uma posição diante do machismo e da LGBTfobia que acontecem no cotidiano da instituição. Para as/os representantes, para discutir o currículo é necessário abordar as violências do cotidiano:

O NUGEDS não impacta o currículo porque talvez institucionalmente ele não tenha uma cara institucional. Nos próximos anos, porque agora a extensão vai chegar obrigatória pros cursos em 2022. Tu pode ter ações de extensão do curso que ele vai precisar cumprir dentro do NUGEDs. No momento que o NUGED reconhecer seu espaço formativo pedagógico, ele vai dialogar com os coordenadores de curso, ele vai fazer essa aproximação, e essas coisas podem vir acontecer e acho que devem acontecer inclusive. Nas licenciaturas é fundamental, é muito mais que um saber das ciências sociais, ele é um saber pedagógico; se vocês verem uma piada racista, vocês têm que se posicionar, têm que se manifestar, não pode dar risada junto com os alunos. Representante 13 (30-40 anos, docente, homem, cisgênero, homossexual, branco)

É uma luta impactar os currículos. Já é uma luta o NUGEDS poder falar dos temas que se propõe a falar. Às vezes, já é encarado com terror pela comunidade acadêmica, agora influenciar os currículos acho que é uma coisa difícil de fazer. Por exemplo, eu vejo que há poucos professores interessados nos temas do NUGEDS. No IFSul, tem muita pouca pesquisa sobre gênero, sobre feminismo. Como que vai ter pesquisa? Tem que ter extensão pra poder refletir sobre o currículo para depois futuramente quando forem analisar os planos de ensino e verem que isso está faltando. Quanto à questão LGBT, acho que é um tema estranho aos professores, eles se acham incapazes de falar. Eles não conhecem nada do tema, fazem piada de “bicha”, de “viadinho”, de “mulherzinha”. Acho que as pessoas se sentem amedrontadas em trabalhar algo que elas mesmas não conheçam a fundo. Não veem como uma possibilidade pra aprender algo novo e acabam não se envolvendo. Representante 8 (40-50 anos, docente, mulher, cisgênero, heterossexual, branca)

Enquanto forem tratadas como um tabu destinado a ser debatido apenas entre quem as estuda, essas temáticas estarão distantes das atividades do dia a dia. Os NUGEDS podem produzir um impacto no cotidiano quando se voltam às violências que acontecem nos câmpus onde esses núcleos estão estruturados.

Conforme já dito, o currículo aponta para a intencionalidade pedagógica da instituição, a partir do qual a escola, em sua função socializadora, pode legitimar a discriminação de toda pessoa que destoa da cisheteronormatividade. Como apontado pelos representantes, os NUGEDS têm um impacto pequeno nos currículos acadêmicos, o que acaba se traduzindo na exclusão dos debates de Direitos Humanos das atividades de ensino-aprendizagem. Entretanto, não é algo específico à realidade do IFSul, já que esses debates são dificilmente inseridos nos currículos educacionais brasileiros. Diante disso, é importante compreender como os documentos que orientam a construção do currículo escolar afetam a discussão de gênero e sexualidade em uma produção localizada cultural e historicamente.

Produzindo um currículo sobre e para a diversidade sexual e de gênero

Há diferentes documentos que regem a Educação Básica no Brasil e que afetam a maneira como o currículo é construído e operacionalizado nos IFs. Destacamos a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesse sentido, é importante compreender como esses documentos abordam (ou não) a temática da diversidade sexual e de gênero, apontando alguns efeitos que a presença/ausência desse tema causa nos NUGEDs, como também na própria formação escolar e acadêmica que é proposta no IFSul. Esses documentos podem influenciar positivamente ou negativamente o combate ao preconceito.

Existem documentos centrais que orientam a construção dos currículos nos IFs. A partir da promulgação da Constituição Federal do Brasil em 1988, fica prevista a fixação de conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB) foi a primeira lei que objetivou regulamentar a Educação Básica no Brasil. Baseadas na LDB, são criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) que estabelecem normas obrigatórias na composição curricular na Educação Básica (Ministério da Educação, 2013). Sequencialmente, são produzidos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que irão operacionalizar as DCNs a partir de orientações que visam nortear os conteúdos das disciplinas sem a necessária obrigatoriedade de sua aplicação.

Em 2014, a partir da Lei nº 13.005, é instituído o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece 20 metas para a melhoria da qualidade da Educação Básica, dentre elas a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No período de 2015 a 2018, foram produzidas três versões do documento com as contribuições de gestores, professores, organizações específicas da sociedade civil e do próprio Ministério da Educação. O documento foi finalizado e publicado em dezembro de 2018, contemplando a Educação Básica com especificações para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Novo Ensino Médio (Ministério da Educação, 2018). Esse documento de caráter normativo define o conjunto de aprendizagens que todos os alunos devem desenvolver ao longo de sua passagem em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. Vale destacar que existem outras leis, orientações e pareceres que norteiam a construção dos currículos, porém os documentos aqui citados são os considerados centrais para o desenho que irá determinar a presença ou ausência de certas discussões. Diante disso, é importante compreender como esses documentos abordam (ou não) a discussão da diversidade sexual e de gênero.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996, que estabelece as principais diretrizes e bases da educação nacional, aborda de forma geral o respeito à diversidade (Art. 27), especificando elementos que compõem a diversidade étnico-racial (Art. 3, Art. 26, § 4º, Art. 26-A e Art. 78) e a diversidade cultural religiosa do Brasil (Art. 33). A LDB também prevê a necessidade de ações que previnam quaisquer formas de violência contra crianças

e adolescentes sem especificar a quais tipos de violência estão se referindo. Em nenhum ponto da LDB a discussão da diversidade sexual e de gênero é citada, mesmo que indiretamente.

De forma muito similar, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), definidas a partir da Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, abordam de forma bastante ampla e bem pouco específica o respeito às diferenças. O documento descreve em diferentes artigos elementos que são próprios das discussões dos direitos humanos, tais como a cidadania e dignidade da pessoa (Art. 3º); inclusão e valorização das diferenças (Art. 9º); pluralidade cultural (Art. 10; § 1º) e solidariedade humana (Art. 22; § 3º), entre outras. As DCNs também informam a necessidade do estudo das Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas (Art. 14; § 1º). Já as questões de gênero, etnia e diversidade cultural são citadas como componentes integrantes do projeto político-pedagógico (Art. 43; § 3º), mas novamente não é feita nenhuma especificação. Nos DCNs, a diversidade sexual e de gênero não está presente.

Enquanto na LDB e nos DCNs a discussão em torno da diversidade sexual e de gênero é abordada muito superficialmente, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tal questão é gradualmente removida durante a construção do documento. Entre as diferentes alterações realizadas durante a escrita das três versões do documento, destaca-se a escrita da competência 9, que na primeira versão do documento estava descrita da seguinte forma:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer. (Ministério da Educação, 2017a, p. 19)

Já na versão final, a mesma competência aparecia descrita desta forma:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (Ministério da Educação, 2018, p. 10)

Aparentemente, o objetivo dessa alteração é ocultar essa discussão. Anterior à finalização do documento, preconceito e discriminação apareciam como elementos, mesmo que de forma indireta; já na versão final, esses termos foram totalmente omitidos. Entre as alterações está a remoção do termo “orientação sexual” e a alteração de certas descrições que, em sua versão final, são referidas como “preconceitos de qualquer natureza”. Por último, é removido o trecho “reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer”. O conceito vago de “diversidade” assume aqui também a assustadora figura do respeito a minorias e, por essa razão, deve ser extirpado do documento. Do ponto de vista político, tal modificação aponta para uma postura comum adotada pelos governos Temer e Bolsonaro de cercear ao máximo os debates progressistas da educação. Isso aponta para a importância que os debates sociopolíticos assumem na construção das políticas educacionais, já que governantes que militam contra direitos humanos irão invariavelmente afetar a construção dos programas sociais que são de sua responsabilidade.

Nessa direção, há outras alterações relativas aos tópicos e conteúdo das disciplinas. Um exemplo delas está nas habilidades previstas para as Ciências da Natureza do oitavo ano. Na

segunda versão da BNCC, constava: “Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) e a necessidade de respeitar, valorizar e acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados nas diferenças de gênero” (Ministério da Educação, 2017b, p. 301). Na versão final do documento, é retirado o trecho que afirma “sem preconceitos baseados nas diferenças de gênero”. Na disciplina de Geografia para o oitavo ano, a habilidade “Identificar diferentes manifestações culturais de minorias étnicas, como forma de compreender a multiplicidade cultural na escala mundial, defendendo o princípio do respeito às diferenças” (Ministério da Educação, 2017b, p. 341) foi totalmente removida na versão final do documento.

Essas alterações pontuais anulam possíveis incentivos à discussão sobre preconceito e discriminação que poderiam ocorrer nessas disciplinas. Se o debate em torno da orientação sexual é removido na versão final do documento, a discussão relativa à identidade de gênero não é sequer mencionada ao longo das três versões da BNCC (Ministério da Educação, 2018). Foi constatada apenas uma alteração positiva ao longo desse processo, que é o acréscimo de uma habilidade na disciplina de História do 9º ano: “Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas” (Ministério da Educação, 2018, p. 431). Esse é um acréscimo interessante, um dos poucos que contempla a discussão sobre diversidade sexual e de gênero. De forma geral, o documento silencia esse debate, omitindo qualquer menção à terminologia que remete ao combate ao preconceito e discriminação sobre as expressões de gênero e de sexualidade.

Os principais documentos que orientam as políticas educacionais brasileiras abordam superficialmente a discussão do respeito às diferenças. Quanto ao debate relativo à diversidade sexual e de gênero, nos documentos analisados dificilmente esses elementos aparecem contemplados, quando não são ativamente removidos da escrita dessas legislações.

Seria de grande importância que legislações atuais, como a BNCC, versassem abertamente sobre o combate ao preconceito e à discriminação, pois oportunizaria uma abertura ao diálogo, à reflexão e à problematização desses temas. Em explicação posterior, o MEC afirma que as modificações na BNCC ocorreram para evitar redundâncias e repetições (Ministério da Educação, 2017c). Essa afirmação é um tanto discutível, considerando que as demais formas de preconceito estão devidamente identificadas ao longo da redação do texto e o preconceito referente à orientação sexual não é citado em nenhum outro ponto dessa legislação. Os representantes entrevistados apontam as mesmas limitações nas legislações educacionais e veem no NUGEDS um espaço de questionar essas ausências e silenciamentos, como é possível observar nestes relatos:

Eu vejo o NUGEDS como uma resistência, especialmente porque ele coloca em questionamento o que tá nos documentos. Eu sei que na BNCC não tem nada sobre esses debates. Representante 5 (20-30 anos, TAE, mulher, cisgênero, heterossexual, branca)

Acho que o NUGEDS é fundamental. Vou te dar um exemplo. Eu lembro que de 2006 a 2010 estava se discutindo a obrigação de uma lei para abordar no currículo a cultura e a história afro-brasileira e indígena. Precisa ter uma lei pra isso? Sim precisa. Produz efeitos essas questões de ter uma lei, como a gente ter núcleos nos câmpus porque aí isso mexe com a nossa própria prática educacional. Representante 6 (40-50 anos, docente, mulher, cisgênero, homossexual, branca)

A discussão dos aparatos educacionais que sustentam os debates em favor dos direitos humanos no currículo permite reconhecer os limites impostos e superá-los. Além de uma documentação voltada ao respeito à diferença, a ação de quem está dentro do ambiente educacional é primordial. Nessa direção, a representante 7 descreve uma atividade que realizou com os seus alunos que produziu um impacto inesperado.

Eu acho que os alunos têm se aberto mais para discutir assuntos que antes achavam tabu, por exemplo, eu sempre proponho de forma alternada no final do ano que eles analisem filmes, séries ou construam seu próprio personagem a partir de superpoderes da física, e teve grupos agora em 2019 que criaram super-heróis LGBTQIA+. Teve um herói comunista que combatia o capitalismo, coisas assim, coisas que eu nunca falei em aula. O currículo papel é muito burocrático. Agora o currículo vivido eu acredito que professoras mulheres, professores LGBTQIA+ nas áreas técnicas, principalmente, que atuam no NUGEDS, já levam pra sala de aula dentro do currículo da sua disciplina. Representante 7 (20-30 anos, docente, mulher, cisgênero, heterossexual, branca)

Na perspectiva dessa representante, há dois currículos. Existe um currículo burocrático que está pautado em diferentes documentações e normativas; e outro que é vivo, pois se baseia no cotidiano da escola. Ao irem além do solicitado, as/os estudantes rompem as limitações impostas aos aparatos educacionais e fazem as experiências de suas trajetórias de vida vazar para além dos objetivos daquela atividade. O Representante 13 afirma que a BNCC é um desses limitadores. Para ele, esse documento reafirma uma visão retrógrada de construção de conhecimento científico.

O que eu vejo é o seguinte: a gente veio com os PCNs [Parâmetros Curriculares Nacionais] numa tentativa gradual de inserção dessas temáticas na educação básica, mas historicamente as ciências sociais vêm morrendo do currículo. O que a gente tem uma direita que assumiu o poder e que a todo custo tenta silenciar essas questões por uma questão puramente ideológica. A BNCC é uma prova porque além de silenciar as questões de direitos humanos, ela é uma base que silencia o próprio conteúdo das ciências. Partindo dessa perspectiva, tu olhas pra BNCC e não enxerga isso. Tu fica centrado naquelas habilidades e competência e acaba esquecendo o conteúdo cultural das ciências. Esse saber que foi construído culturalmente ao longo dos últimos séculos da nossa existência como humanidade. Tu não vai desenvolver cidadãos capazes de se posicionar criticamente. Acho que os NUGEDs dentro do IFSul, todos os núcleos que debatem isso dentro de instituições públicas e privadas são movimentos de resistência e de identidade. Representante 13 (30-40 anos, docente, homem, cisgênero, homossexual, branco)

Também acreditamos que a BNCC limita o desenvolvimento de atividades no ambiente escolar, uma vez que acaba operando como um mecanismo orquestrado pela extrema-direita nos últimos quatro anos para deslegitimar os fazeres científicos a partir do esvaziamento de seu processo de construção. Não são apenas os debates a favor dos direitos humanos que são afetados por isso, mas toda forma de produção de conhecimento que acaba cindida de seus elementos políticos, históricos e sociais. Presente na BNCC, o conceito de uma “democracia social” que afirma que todos são iguais não reconhece que existem marcas específicas que nos levam a determinadas vivências de violência, opressão e privilégio. A ausência dessa reflexão abre um campo de possibilidades para a violência contra todos que, em alguma medida, destoam desses ideais normativos.

Nesses termos, diferentes estudos apontam que ambientes nocivos à diversidade sexual e de gênero produzem múltiplas formas de violência contra a comunidade acadêmica. Em pesquisa realizada em 500 escolas brasileiras, com 18.599 membros da comunidade escolar, 87,3% dos participantes afirmam ter preconceito relacionado à orientação sexual; e 98,9% buscam manter alguma distância social de homossexuais. Os achados dessa pesquisa permitem afirmar que os alunos mais propensos a sofrerem preconceitos são os homossexuais, seguidos dos alunos negros e dos alunos com menor poder aquisitivo (Mazzon, 2009).

Tal circunstância ainda se mostra presente em estudo realizado no ano de 2016 pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Em um universo de 1.016 estudantes, foram coletadas informações referentes à orientação sexual e à identidade de gênero. Como resultado, 53,9% dos participantes afirmam que a escola nunca entrevistou diante de comentários preconceituosos; e 55,9% avaliam como pouco eficazes as medidas tomadas pela escola diante de agressões e violências. Logo, 60,2% dos participantes relatam se sentirem inseguros no ambiente escolar devido à sua orientação sexual; e 42,8% em função de sua expressão de gênero. Ainda quanto aos discentes, estudantes LGBTQIA+ relatam vivenciarem na escola diferentes formas de violências de cunho homofóbico e transfóbico, mais do que experienciariam em casa ou em suas comunidades (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2017).

Além disso, jovens homossexuais apresentam maior índice de absentismo por relatarem sentimento de insegurança e ameaças de agressão no ambiente escolar (Friedman et al., 2006).

Os estudantes que não se encaixam em uma determinada norma social relativa ao gênero e à sexualidade tendem a sofrer mais violência escolar em comparação a outros estudantes (Pineiro, 2006). A situação não é diferente quanto aos docentes no contexto brasileiro. Em um levantamento do perfil docente de escolas da educação básica realizado pela UNESCO no ano de 2004, com 5.000 participantes, 59,7% dos professores relatam ser inadmissível ter experiências homossexuais. Um dos representantes entrevistados afirma a dificuldade de manejar as experiências de violência que presencia em sala de aula:

É muito difícil entrar em uma sala depois de um professor fazer *bullying*, uma LGBTfobia e ver uma sala inteira de adolescentes muitos atentos a essa prática de violência e replicando isso contra um colega. Foi algo que eu presenciei. Pensar que naquele momento eu tinha os 90 minutos para tentar administrar uma situação, pra fazer com aquele estudante que sofria a violência pudesse respirar, pudesse falar. Como vou produzir efeitos positivos nesse aluno depois de uma manhã inteira de violência? Eu lembro dele dizer “Eu gosto de sua aula e da fulana porque a gente pode falar”. Mais tarde ele abandonou o curso, ele não foi até o fim. A sexualidade dos outros não era apontada, mas a sexualidade dele era apontada o tempo todo.
Representante 3 (40-50 anos, docente, homem, cisgênero, homossexual, branco)

Ser uma pessoa do grupo LGBTQIA+ significa estar marcado como alvo de múltiplas formas de preconceito, especialmente a violência escolar. Mesmo em legislações pertinentes, isso é pouco discutido. O Art. 3, inciso IV da Constituição Federal de 1988, afirma que “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” e o Art. 5º, inciso XLI, que “A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”. Já nessas garantias constitucionais, há uma ênfase à liberdade e às garantias das pessoas LGBTQIA+ à vida longe do preconceito e da discriminação.

A inexistência da discussão da diversidade sexual e de gênero na BNCC age como um empecilho ao livre debate sobre essas temáticas. A invisibilidade dessa discussão na escola aumenta o desconhecimento dos estudantes, o que pode reforçar o preconceito e a violência, prejudicando os próprios processos de ensino-aprendizagem. Ações como as dos núcleos institucionais facilitam a criação de espaços abertos para esses debates. O NUGEDS opera como uma importante estratégia de resistência e enfrentamento ao preconceito e à discriminação.

A Lei nº 13.185 de 2015 institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*), que configura o que é *bullying* no contexto escolar como também elenca ações prioritárias que devem ser executadas por diferentes órgãos governamentais no combate à violência contra crianças e adolescentes. A lei obriga que as escolas se posicionem diante de situações de *bullying*, já que existe um caráter legalista por trás disso a partir de agora. Contudo, é interessante notar que nas definições apresentadas de *bullying* não é referido em nenhum momento o preconceito ou violência contra a diversidade sexual e de gênero. A ausência de documentações claras e objetivas que combatam o preconceito sofrido diante expressões sexuais e de gênero consideradas desviantes facilita a produção de ambientes em que a violência se torne invisível.

Os IFs como ambientes escolares operam como importante local de socialização e formação da cidadania. A ausência de documentos que orientem as políticas educacionais nacionais no âmbito da diversidade sexual somada à ignorância em relação a essas temáticas na comunidade escolar danifica o processo de ensino-aprendizagem ofertado às/aos estudantes. Esse misto de ausência e confusão não pode legitimar a omissão da instituição em produzir um ambiente seguro à plena formação integral e crítica dos sujeitos que transitam por ela. É de suma importância que as/os educadoras/es trabalhem para tornar a escola um local seguro a todas/os as/os estudantes.

Um dos primeiros efeitos de um ambiente mais tolerante à diversidade é a efetiva melhora do clima escolar. Em pesquisa realizada com 9.937 alunos e 1.330 professores de 84 escolas da rede pública do Distrito Federal, as pesquisadoras Miriam Abramovay, Anna Lúcia Cunha e Priscila Pinto Calaf destacam que a discriminação mais presenciada na escola pelos sujeitos foi a de ser ou parecer homossexual tanto no grupo de alunos (63,1%) quanto no de professores (56,5%) (Abramovay, Cunha, & Calaf, 2015). Ainda segundo as autoras, quando as normas de convivência das escolas afirmam a intolerância frente ao preconceito contra a diversidade sexual e de gênero, se torna mais fácil identificar sua ocorrência. Logo, ambientes escolares em que a temática da diversidade sexual e de gênero sequer é debatida, o preconceito contra as existências não cis-heteronormativas se torna ainda mais naturalizado.

Quanto ao IFSul, a ação dos NUGEDS auxilia para que as atitudes preconceituosas não passem despercebidas. Em certos casos, também auxilia no desenvolvimento da empatia frente à diferença tanto nas/nos alunas/os quanto nas/nos servidoras/es. Nessa direção, o Representante 3 pode mostrar a uma colega outra forma de manejar uma situação do cotidiano escolar:

Aconteceu uma situação que um aluno diz pro outro que achava ele bonito e queria beijar ele. A mãe desse aluno vai à escola reclamar. A escola não pode fazer nada. A escola tem que dizer “Olha, tu tem que namorar quem tu quiser”. No meu câmpus anterior, tinha uma assistente de aluno que encontrou duas gurias se beijando no pátio. A preocupação dela era saber o que fazer vendo duas alunas se beijando dentro da escola e a chefe de ensino respondeu para ela: “Nada. Faria alguma coisa se fosse um aluno e uma aluna se beijando? Então não faz nada.” Ela

reuiu muitas coisas das práticas dela. A pergunta ingênua dessa colega localiza um processo de violência histórica contra nós. Não aceita que um aluno está no período da efervescência. A escola tá aí pra isso, pra ser esse espaço de encontro. Representante 3 (40-50 anos, docente, homem, cisgênero, homossexual, branco)

Mesmo que haja pouco impacto no currículo, o que se percebe é que professoras/es e servidoras/es que transitam pelos NUGEDS intencionalmente levam os debates de gênero e de sexualidade às suas realidades diárias. Há uma importante tomada de decisão que, nas palavras de bell hooks, transforma a sala de aula em um espaço de múltiplos aprendizados. Nele, não é apenas o/a professor/a que ensina, mas as/os alunas/os ensinam uns aos outros, formando uma rede de construção heterogênea e crítica do conhecimento. Resgatando Paulo Freire, bell hooks afirma que o processo educativo deve ser acima de tudo um engajamento crítico e ativo sobre os processos de ensino-aprendizagem, o que nomeia como “pedagogia engajada” (hooks, 2013, p. 28). A sala de aula se torna um espaço de crescimento, de ampliação da capacidade de viver, tanto para as/os alunos quanto para os/as professores/as.

Conclusão

O reconhecimento de um campo da diferença passa pela desmitificação da sala de aula como um local seguro, neutro e harmonioso. Isso resgata o próprio processo de produção de conhecimento ao longo da história que se deu a partir do choque de diferentes antagonismos sociais. Às vezes, de forma oculta, paira nos processos educacionais um constante medo da descentralização do conhecimento que ainda gira em torno do homem branco europeu colonizador. Isso produz um rechaço a qualquer produção que traga a voz das/os ditas/os excluídas/os. Entretanto, os estudos que valorizam debates que tomam como premissa ética o respeito aos direitos humanos não desejam por si estabelecerem uma nova verdade estagnada e cristalizada, mas sim abrir construtivamente a academia à presença de outros saberes.

As experiências presentes nas trajetórias de vida daquelas/eles que circulam pelos NUGEDS afetam a maneira como a escola aborda os debates de gênero e sexualidade. É a partir delas que é evidenciada a fronteira dessas discussões, questionando a instabilidade dos arranjos, das práticas e dos destinos sociais que se colocam como universais, estáveis e indiscutíveis. A existência de núcleos com esses princípios está alinhada com uma visão de sociedade que respeita os valores democráticos e pluralistas de ser e existir. É a visão de uma escola-comunidade que está inscrita nessa perspectiva de produzir a educação.

Analisando os documentos que gerem a Educação Básica e a Educação Profissional e Tecnológica, percebemos que são poucos aqueles que efetivamente embasam a construção de um currículo que valorize as discussões da diversidade sexual e de gênero. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que em seus objetivos explícitos visa qualificar as instituições de ensino com tecnologias educacionais modernas, opera na verdade um importante retrocesso na formação para a cidadania.

Sabemos que a construção curricular não é pacífica, pois é produzida pela disputa de inúmeras redes discursivas, inclusive pelas que engessam os debates progressistas. Mesmo que aparentemente o NUGEDS tenha pouco impacto nos currículos, é nítido que sua existência causa certas tensões, especialmente nos ambientes em que as pessoas se sentem tão confortáveis em seus privilégios.

Nessa perspectiva, os NUGEDS são uma das muitas ferramentas para a construção de um espaço escolar onde imperem as condições de igualdade de acesso e permanência dos sujeitos, como também o respeito ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. A existência de núcleos com esses princípios está alinhada com uma visão de sociedade que respeita os valores democráticos e pluralistas de ser e existir.

Referências

- Abramovay, M., Castro, M. G., & Waiselfisz, J. J.** (2015). *Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?* Flacso/Brasil.
- Bourdieu, Pierre** (2006). A ilusão biográfica. In Janaína Amado & Marieta de Moraes Ferreira (Orgs.), *Usos e abusos da história oral* (8a ed., pp. 183-192). Editora FGV.
- Friedman, Mark S., Koeske, Gary F., Silvestre, Anthony J., Wynne S. Korr, & Sites, Edward W.** (2006). The impact of gender-role nonconforming behavior, bullying, and social support on suicidality among gay male youth. *Journal of Adolescent Health, 38*(5), 621-623. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2005.04.014>
- Hampel, Alissandra** (2013). “A GENTE NÃO PENSAVA NISSO...”: *Educação para Sexualidade, Gênero e Formação Docente na Região da Campanha/RS* [Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- hooks, bell** (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. WMF/Martins Fontes.
- Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm
- Mazzon, José Afonso** (2009). *Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar*, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, geracional, territorial, necessidades especiais, socioeconômica e orientação sexual. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Ministério da Educação. <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>
- Ministério da Educação** (2013). *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Autor. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192
- Ministério da Educação** (2017a). *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base – Educação Infantil e Ensino Fundamental – Primeira Versão de 2017*. Autor. <https://observatoriogeohistoria.net.br/primeira-versao-da-bncc/>
- Ministério da Educação** (2017b). *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base – Educação Infantil e Ensino Fundamental – Segunda Versão de 2017*. Autor. <https://undime-sc.org.br/download/2a-versao-base-nacional-comum-curricular/>
- Ministério da Educação** (2017c). *Base Nacional Comum Curricular*. Autor. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>
- Ministério da Educação** (2018). *Plano Nacional da Educação (PNE) em Movimento*. Autor. <http://pne.mec.gov.br/>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO** (2017). *Jogo aberto: Respostas do setor de educação à violência com base na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero*. Autor. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244652>
- Pinheiro, Paulo Sergio** (2006). *World report on violence against children*. United Nations.
- Pocahy, Fernando Altair** (2016). Botando corpo, (des)fazendo gênero. Uma ferramenta para a pesquisa-intervenção na educação. *Reflexão e Ação, 24*(1), 289-308. <https://doi.org/10.17058/rea.v24i1.6923>

WILLIAN GUIMARÃES

<https://orcid.org/0000-0003-1072-0290>

Doutor em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS.

E-mail: willgaspar@gmail.com

HENRIQUE CAETANO NARDI

<https://orcid.org/0000-0001-6058-1642>

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS.

E-mail: henardi@gmail.com

Histórico	Submissão: 25/01/2023 Revisão: 10/08/2023 Aceite: 22/08/2023
Contribuição dos autores	Conceitualização: WG. Curadoria de dados: WG.; HCN. Redação do manuscrito original: WG, HCN. Redação - revisão e edição: WG, HCN.
Financiamento	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) DS, Bolsa Doutorado recebido por Willian Guimarães.
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica.
Aprovação, ética e consentimento	Os procedimentos adotados na produção dessa pesquisa obedeceram aos Critérios de Ética na Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto de pesquisa foi registrado na Plataforma Brasil sob o processo de número 43264921.0.0000.5334 e submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS. Após uma correção solicitada pela Comissão de Ética, o projeto foi aprovado a partir do parecer de número 4.638.670. Todos os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O CAUSO DOS CÃES DE PASSAGEM NA ROÇA

EL CUENTO DE LOS PERROS QUE PASAN POR LA GRANJA

THE TALE OF PASSING DOGS IN THE SMALL FAMILY FARM

Dolores Cristina Gomes Galindo¹, Maria Leticia de Oliveira Bianchini², Renata Vilela Rodrigues³ e Fernanda Zanata⁴¹ Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande/PB, Brasil² Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis/SP, Brasil³ Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT, Brasil⁴ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Cuiabá/MT, Brasil

Resumo: Este artigo reflete sobre a singularidade das relações entre mulheres rurais e os cães que com elas constituem um relacionamento interespecífico. Objetiva contar sobre práticas que foram emergindo ao longo de uma pesquisa quando passamos a encarar seriamente a agência de animais a partir do cotidiano de uma agricultora pesquisadora alinhada à agroecologia familiar. Focalizamos os cães de passagem sem raça definida e que vão e vêm livremente entre as cercas que delimitam as propriedades rurais. Em diálogo com Donna Haraway, Anna Tsing e Vinciane Despret, apresentamos pistas para uma pesquisa multiespécie que opera por meio de causos. A pesquisa multiespécie nos convida a reflexões sobre práticas anticapitalistas que germinam na agroecologia, a nos determos no trabalho das mulheres agricultoras e dos cães na sua potência de autogoverno e de criarmos formas de cooperação multiespecíficas com alteridades significativas no projeto moderno-colonizador.

Palavras-chave: Cães de Companhia; Pesquisa Multiespécie; Psicologia Social; Rural; Agroecologia.

Resumen: Este artículo reflexiona sobre la singularidad de las relaciones entre las mujeres rurales y los perros que constituyen una relación interespecífica con ellas. El objetivo es relatar las prácticas que surgieron a lo largo de una investigación cuando empezamos a considerar seriamente la agencia animal basada en la vida diaria de una agricultora investigadora alineada con la agroecología familiar. Centramonos en perros mestizos que van y vienen libremente entre las vallas que delimitan las propiedades rurales. En diálogo con Donna Haraway, Anna Tsing y Vinciane Despret, presentamos pistas para una investigación multiespecie que opera a través de historias. La investigación multiespecie nos invita a reflexionar sobre las prácticas anticapitalistas que germinan en la agroecología, a centrarnos en el trabajo de las campesinas y los perros en su poder de autogobierno y a crear formas de cooperación multiespecífica con alteridades significativas en el proyecto moderno-colonizador.

Palabras clave: Perros de Compañía; Investigación Multiespecies; Psicología Social; Rural; Agroecología

Abstract: This article reflects on the uniqueness of the relationships between rural women and the dogs that constitute an interspecific relationship with them. It aims to tell about practices that emerged throughout research when we began to seriously consider the animal agency based on the daily life of a farmer researcher aligned with family agroecology. We focus on mixed breed dogs that come and go freely between the fences that delimit rural properties. In dialogue with Donna Haraway, Anna Tsing and Vinciane Despret, we present clues for multispecies research that operates through stories. Multispecies research invites us to reflect on anti-capitalist practices that germinate in agroecology, to focus on the work of women farmers and dogs in their power of self-government and to create forms of multispecific cooperation with significant alterities in the modern-colonizing project.

Keywords: Companion Dogs; Multispecies Research; Social Psychology; Countryside; Agroecology.

Introdução

Figura 1 – Violeta fiscalizando a limpeza das folhagens.



Fonte: Produção das autoras

Difícilmente chegamos a uma roça do interior do Paraná e não encontraremos um cachorro latindo ferozmente, quando tentamos nos aproximar – pode ser apenas um alarde, ou não. É comum as pessoas adotarem cães para que protejam suas terras, não só dos humanos que podem aparecer na calada da noite, mas também de predadores das criações, como as raposas ou outros bichos, os quais costumam se alimentar dos ovos das galinhas ou até das próprias. Não se trata apenas de segurança.

Na Figura 1 que abre este artigo, a cadela Violeta acompanha a limpeza das folhagens na colheita de café, sendo um registro visual do cotidiano da pesquisadora que conduziu o trabalho que deu origem a este texto escrito entre as colheitas e os teclados, entre a roça e a cidade, entre a roça e a universidade. Sobre Violeta, registrou-se no diário de pesquisa: “Quando paramos para almoçar, recebemos a visita da cachorrinha dos donos do cafézal. Ficou por ali, pediu carinho, almoçou e foi embora. Depois, ia e voltava ao longo da tarde, parecia uma fiscal da colheita” (Diário de pesquisa, 12 de junho de 2021).

As mulheres que cuidam das terras, ao longo do dia, fornecem lugar de descanso, comida e água para seus colegas caninos e, à noite, os cachorros assumem o controle das terras, estando em alerta para qualquer aproximação. Os cães que protegem as casas sabem que devem latir para possíveis ameaças, a fim de denunciar quem se aproxima; não é preciso que uma pessoa fique junto o tempo todo, dando-lhe o comando de latir no momento certo, ou de passar a noite acordada para seu trabalho. Durante as noites, os cães em guarda estão acordados, e as mulheres descansam após as jornadas diárias na roça e na casa.

A relação das mulheres rurais com os cães envolve reciprocidade, não dessas que a gente idealiza, mas o tipo de reciprocidade que se alegra ao notar sua presença, que sabe o som da sua chegada e que a acompanha, independentemente do destino. Há os cães que dormem junto,

os que caçam, os que dormem o dia todo, aqueles que pastoreiam, protegem, cuidam e estão de passagem, e, dentro das suas infinidades, podemos notar que o cão também trabalha. Na história do trabalho rural, o cão sempre esteve lá, principalmente aqueles que chamamos de raça indefinida. Assim, na história do pastoreio, quanto mais mestiço o cão fosse, mais habilidades e resistências ele poderia ter. Reciprocidade interespecífica não é sobre ausência de assimetrias.

Nesse sentido, este artigo busca contribuir para pensar a singularidade das relações entre mulheres rurais e os cães que com elas constituem um relacionamento interespecífico. Utilizamos o termo roça para referir à zona rural de um município de pequeno porte do Paraná, sendo esse o termo adotado pelas pessoas em seu cotidiano. O que queremos é contar sobre práticas que foram emergindo ao longo da pesquisa quando passamos a encarar seriamente a agência de animais a partir do cotidiano de uma agricultora-pesquisadora. Ao lado das mulheres rurais, os cachorros são os grandes protagonistas da escrita e do cotidiano, partilham a convivência com quem escreve este texto e que lida com o corpo exausto das entregas da horticultura e do trabalho acadêmico numa difícil conjugação.

Focalizamos, para efeito deste texto, os cães de passagem: animais sem raça definida, que vão e vêm livremente entre as cercas que delimitam as residências e propriedades; não se prendem a relações de propriedade junto às mulheres com as quais se mantêm por um certo período, tampouco avisam quando chegam e quando partirão. São cães que mundificam relações anticapitalistas, atualizando uma convivialidade companheira e de confiança mútua entre pessoas e animais que escapam à dualidade domesticidade e ferocidade, contribuindo para uma certa agroecologia que se dá também nos afetos. De certa maneira, os cães de passagem estreitam os laços entre agroecologia, feminismo e anticapitalismo ao reafirmarem zonas comunais de convivência não orientadas para a reprodução das relações de expropriação do trabalho das mulheres (Federici, 2019).

Animais contribuem para constituição de mundos, e isto pode ser dar mesmo com animais pequenos como insetos, como ocorreu com o bicudo nas monoculturas de algodão na caatinga nordestina. Gabriel Holliver (2019) relata que os bicudos foram tomados como pragas ao se espalharem nos campos de algodão, mas, de outra parte, contribuíram para que a monocultura de algodão não prosperasse, fortalecendo a agroecologia de base familiar. O autor escreve (2019, p. 81) que o pequeno inseto “foi responsável por abrir novas possibilidades de gerar outros mundos, por meio da devastação sobre a devastação da plantação, o inseto permitiu, através do vazio que deixou, a regeneração da vida por outros modos”.

A pesquisa que deu origem a este artigo se tornou possível pelos encontros multiespécies, que foram vivenciados na roça, com e pelos animais que a habitam. Este trabalho foi escrito por meio de práticas de alternância entre cidade e ruralidade, por uma pesquisadora que simultaneamente trabalha nas roças que vivem a transição da cafeicultura para a horticultura no interior do Paraná e escreve uma dissertação de mestrado em São Paulo. As narrativas que apresentamos são sobre mulheres rurais alinhadas com a agricultura familiar e a agroecologia, as quais possuem uma relação de respeito e cuidado com a terra. O som dos pássaros cantando na horta, das galinhas cocoricando, dos porcos famintos pelas folhas de alface, dos cachorros correndo, dos gatos caçando os ratos na tulha de café, todos fazem emergir possibilidades de escrita e pesquisa.

A alternância, na educação no campo, busca articular os encontros entre meio educacional e meio familiar rural, considerando a complexidade dessa relação (Silva, 2009). Estendemos esta noção de alternância à formação pós-graduada em Psicologia, abrangendo o segundo ano dedicado à pesquisa e escrita da dissertação. Na alternância, os diários são bons companheiros

de escrita e ordenadores das ideias para que possam ser compartilhadas com quem lê. Eles nos auxiliam a escrever o dia a dia de ser pesquisadora e trabalhadora rural familiar, são dispositivos de intervenção na medida em que os conteúdos levantados em sua construção ensejam observar o movimento que a pesquisa tem, não só de habitar vários ambientes, mas da pluralidade de encontros no espaço rural. Nessa direção, os diários, escritos entre 26 de julho de 2020 a 15 de dezembro de 2021, integram a pesquisa como dispositivos de acompanhamento das relações e mediadores das relacionalidades com os cães.

Este manuscrito se inscreve num movimento mais amplo das psicologias sociais brasileiras que vêm ampliando os estudos com/sobre/desde animais e plantas, revendo os modos como abordamos as relações entre humanos e outros viventes, rejeitando posicionamentos os quais aloquem os animais e plantas num estatuto subtrativo em relação aos primeiros ou a um platô de humanização; animais são considerados inteligentes se, de algum modo, têm raciocínios e atitudes próximas da humana, enquanto as plantas, por sua vez, adquirem o estatuto instrumental no qual sua agência se dá pelo que faz emergir em termos de produção de sentidos (Galindo & Milioli, 2016, 2020). Numa leitura multiespécie, direcionamos nossas narrativas para a convivialidade e para as relações afetivas; passamos a levar a sério as perguntas que nos colocam os animais numa polifonia vital (Tsing, 2022) própria à pesquisa multiespécie que não se orienta pela excepcionalidade humana.

Quem escreve? uma agricultora-pesquisadora

O trabalho agroecológico de base familiar requer uma afetividade e uma atenção ao ambiente, as quais a maioria das atividades urbanas não exige, pois o ato de preparar a terra, adubar, plantar, cuidar para crescer, colher os frutos, respeitando o tempo dos animais e das plantas, faz crescer um amor e um respeito que precisam de políticas públicas efetivas para que as pessoas permaneçam na roça. Para que a agroecologia e a agricultura familiar aconteçam, as práticas precisam ir além do papel de denominação desses modos de produção. Mais do que um modelo de produção, agroecologia de base familiar é, também, um enfrentamento à misoginia que coloca as mulheres como inferiores, é um combate ao racismo e um caminho para reconectar o campo e a cidade, de sorte a construir mundos possíveis.

A vida nas roças é atravessada por problemas decorrentes das estradas de difícil acesso, falta de transporte público e de ações desenvolvidas no próprio ambiente rural que produzem uma exclusão das pessoas e a desigualdade, além de se caracterizar como uma forma de violência à população rural por não desfrutar de serviços de transporte seguros, de acesso à saúde básica, de maneira rápida e eficiente, sem contar a dificuldade de participar do processo de ensino/aprendizagem, quando as crianças se veem obrigadas a acordar às cinco horas para ir à escola, pois o município não oferece o transporte no período da tarde. São dificuldades encontradas no cotidiano rural, não com o intuito de promover sentimento de pena ou reafirmar que a vida urbana é melhor, mas para salientar as violências que foram internalizadas no discurso de que o mundo rural é precário mesmo ou na normalização da dificuldade das pessoas de terem de andar quilômetros para ter acesso aos serviços que são centralizados no meio urbano.

O lugar de centralidade que nos colocamos como humanos e humanas faz ter a premissa de que, sem um tutor, um animal está abandonado; contudo, será que a falta de abrigo e espaço seguro para esses cães transitarem não é exatamente porque nós, humanos, invadimos os espaços dos animais e ainda tivemos a audácia de criar e definir quais devem ter um lar? Nas relações compa-

nheiras não há espécies determinadas a serem companheiras (Galindo, Milioli, & Mélo, 2013), pois os pactos de codomesticação necessitam de constante atualização e podem ser quebrados.

Quando estamos abordando agroecologia, estamos nos referindo a um modo de plantar e colher que tem como base a busca por relações companheiras de humanos com animais e plantas, mas que, historicamente, vem sendo perpassado por relações assimétricas de gênero e pela invisibilidade do trabalho rural das mulheres. Durante o IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), ocorrido em Belo Horizonte/MG, do dia 31 de maio a 03 de junho de 2018, o Grupo de Trabalho Mulheres da ANA criou o boletim *Sem feminismo não há agroecologia*, enfatizando que não seria suficiente uma mudança no modo de produção econômico, mas “transformar as relações sociais entre homens e mulheres e entre as gerações, combater o racismo e ressignificar as conexões entre campo e cidade para a construção de outro mundo possível!” (Articulação Nacional da Agroecologia, 2018, s/p).

O cotidiano nas roças agroecológicas de base familiar é composto por relações entre espécies e pela coletividade; as pesquisas que envolvem práticas rurais agroecológicas de base familiar, portanto, não devem seguir pelo campo da individualidade, sob o risco de perder toda potência e a oportunidade de fazer boas perguntas. Ademais, a agroecologia é também um certo modo de ecologia afetiva, nutrida por relações de interdependência entre espécies diferentes que convivem e partilham, sem as mediações químicas dos agrotóxicos, modos de florescer, crescer, nutrir a terra e os afetos. Jeanne Favret-Saada (2005, p. 159) defende que, quando estamos em campo, “é-se bombardeado por intensidades específicas (chamemo-las de afetos), que geralmente não são significáveis. Esse lugar e as intensidades que lhe são ligadas têm então que ser experimentados: é a única maneira de aproximá-los” e, através dessa afetação, compreender o que expressamos, de uma maneira próxima, mas não idêntica, pois o que foi ressignificado através dessa experiência perpassa o acervo de imagens de quem pesquisa, e não de outros participantes.

Conforme Vinciane Despret (2021), cada vivente percebe o mundo de maneira singular, pois possuímos órgãos sensoriais diferentes, que nos estimulam a perceber e sentir as coisas em graus de intencionalidade de modo único. Podemos pensar nos morcegos, que possuem uma audição aguçada e se orientam pela ecolocalização, ou uma águia, a qual tem uma ótima capacidade de enxergar – cada um desses animais irá se localizar utilizando elementos diferentes, e isso proporciona a eles modos diferentes de viver, mesmo que em alguns momentos eles tenham pontos de semelhança. As narrativas sobre evolução costumam se basear em modelos que defendem a criatividade humana na dominação do mundo natural, sem pensar nos outros seres que compartilharam essa jornada.

O que caracteriza, afinal, uma pesquisa escrita em perspectiva multiespécie? Essa corrente teórico-metodológica conta com uma base forte na Antropologia, todavia, ao mesmo tempo, é multidisciplinar, pois rompe com os limites de pesquisa entre as ciências humanas e as biológicas (Despret, 2021; Haraway, 2021). Desse modo, as ciências naturais deixam de ser a única maneira de abordar as espécies e passam a ser uma das vertentes que se dedicam a estudos na área. Francisco Cabrall e Carine Savalli (2020, p. 04), em uma pesquisa multiespécie, argumentam que “os cães possuem sua própria ‘visão de mundo’ e modo de agir sobre ele”. Nesse sentido, devemos considerar os cães como sujeitos ativos em nossas pesquisas e que vivem em realidades distintas de nós humanos e humanas, a fim de criarmos campos de pesquisa dialógicos que partam da interação humano-cão distintas e de diferentes culturas (não só a da investigadora).

Na perspectiva multiespecífica, não apenas os mundos de vida das diferentes espécies importam, mas também a forma como um mundo se comunica, se relaciona e constrói um ponto de intersecção com outros mundos. Partimos do pressuposto de que cada espécie possui seu

mundo e sua completude: ao dividir o ambiente, somos capazes de coabitar sobre esses mundos e de construir comunidade. No entanto, por mais que amemos nossos cães companheiros, ressalta Anna Tsing (2015, p. 180), “a dominação, a domesticação e o amor estão firmemente entrelaçados”, não são, portanto, relações inocentes.

Com efeito, nas chácaras de agricultoras familiares, são quase imperceptíveis as linhas que separam os mundos das espécies não humanas e humanas: são humanas habitando os pastos, galinheiros, chiqueiros, represas, e espécies habitando casas, áreas e terreiros dos humanos, bem como as espécies que habitam o mundo de outras espécies. As espécies companheiras são diferentes entre si e dividem o espaço, não qualquer espaço, mas aquele que abriga o íntimo de cada uma delas e, para ser espécie companheira, é preciso que ambos os lados reconheçam a alteridade que cada um tem, longe dos discursos patriarcais e capitalistas que insistem no dualismo das divisões entre animais e humanos, organismos e máquinas.

Donna Haraway (2021) destaca que a relação entre humanas e cachorros vem de longa data, em diferentes culturas, compondo histórias boas e ruins. Cachorros estão e já estiveram em laboratórios para pesquisas científicas, atuaram e atuam como trabalhadores, esportistas, pastores, caçadores, já foram tratados como equivalentes aos humanos, por outros povos. Já o animal de companhia aparece relacionado à domesticação.

Vinciane Despret e Michel Meuret (2022) narram que, em uma fazenda de confinamento, ovelhas submetidas à alimentação automática aprenderam a desrespeitar cães pastores, pois deixaram de temê-los. Igualmente, passaram a desvalorizar a presença de pessoas. Assim, quando saíam do confinamento, pisavam nos desavisados que estivessem a sua frente e algumas, inclusive, fugiam. Com a introdução da alimentação automática e a mudança de comportamento das ovelhas, um dos pastores relatou que a cadela de pastoreio da fazenda também foi afetada. A cadela de pastoreio, acostumada às ovelhas que confiavam em segui-la, impossibilitada de compor com esses animais, começou a dar sinais de exaustão e a emagrecer a olhos vistos. As ovelhas insubmissas trouxeram mudanças ao modo de vida da cadela de pastoreio e à própria prática de pastoreio.

Os cães pastores trabalhadores ocupam um lugar entre animal de criação e colega de trabalho (Haraway, 2008, 2021), os cães de passagem, por sua vez, ocupam diferentes posições que vão do pastoreio ao convívio íntimo sem que se tornem, por isso, o que conhecemos por cães comunitários ou tampouco os cães não domiciliados definidos como problemas de saúde pública pela Organização Mundial de Saúde. São cães que vivem com determinadas famílias – sobretudo, acolhidos pelas mulheres - em suas roças por um tempo que eles mesmos estabelecem e, posteriormente, seguem para uma outra roça ou para a cidade.

Contar causos como política de escrita

Nas roças, o hábito de contar causos é muito frequente; famílias se reúnem nos finais de semana para almoçarem juntas, compadres e comadres vão à casa um do outro tomar café e, nas colheitas, não há a sistematização do trabalho capitalista, onde os funcionários não podem conversar, de modo que as pessoas passam o dia contando causos e transmitindo suas histórias, ao mesmo tempo que fazem a história da colheita daquele ano. Causos fazem parte dos gêneros orais de “contação de histórias”, acompanhados de performances orais e corporais (Hartmann, 1999).

Contar causos possibilita uma pesquisa que se conecta com o corpo de quem lhes fala, o jeito como escrevemos diz do modo como ouvimos e aprendemos uns com os outros e com

nossas famílias. Dessa forma, os causos contribuem para a transmissão da ancestralidade que atravessa esta pesquisa, que atravessa o rural; o que trazemos aqui, são vivências da família de uma pesquisadora-agricultora. De acordo com Sarah Moreira, Ana Paula Ferreira e Emma Siliprandi (2018), contar histórias permite acionar memórias sobre o saber e fazer agroecológico das mulheres; quando essas histórias são transportadas para a pesquisa e o fazer científico, estamos valorando os diversos saberes.

Os causos que contamos são sobre mulheres rurais alinhadas com a agricultura familiar e a agroecologia, as quais possuem uma relação de respeito e cuidado com a terra. O debate sobre mulheres e agroecologia surge no Brasil para apontar as desigualdades de gênero no mundo rural que levam as mulheres há muito tempo a não serem reconhecidas como agricultoras, ainda que historicamente sempre estivessem presentes na produção rural, em políticas públicas e na pesquisa acadêmica (Lima & Jesus, 2016; Moreira, Ferreira, & Siliprandi, 2018; Siliprandi, 2009). Márcia Lima e Vanessa de Jesus (2016, p. s/p), numa análise dos movimentos agroecológicos feministas da América Latina, apontam que as mulheres “levam para esses espaços públicos outras lógicas de cuidado com a vida humana e não humana que parecem extremamente relevantes para colocar em prática a sustentabilidade da vida e fazer frente aos desafios socioambientais e para produção de alimentos”.

Como prática de pesquisa no campo da agroecologia feminista, contar causos pode se configurar um ato de resistência à escrita colonial. Nesse sentido, causos não podem ser resumidos a “casos” ou “estudos de casos”. São de outra natureza narrativa e genealógica, compondo os mundos rurais enquanto os casos possuem sua genealogia nas ciências modernas-coloniais. Causos se desvinculam de qualquer pretensão ao fechamento interpretativo e/ou argumentativo, podem simplesmente abrir histórias que não serão concluídas ou das quais não se pode extrair leituras unívocas. Uma boa contadora de causos faz com que um caso puxe o seguinte e assim por diante.

Para compor os causos, utilizamos as fotografias e vídeos como práticas de pesquisa. Vale advertir que se não houver um cuidado da fotógrafa, essas podem se tornar meios de exploração daqueles e daquelas que são fotografados, sendo esses humanos ou não humanos. Ariella Azoulay (2019) lembra-nos de que, no projeto moderno-colonial ocidental, fotógrafos foram convocados a construir a história, fotografando tudo o que fosse possível, pois o mundo pedia para conhecer a capacidade que uma câmera possuía; entretanto, as pessoas fotografadas não foram mencionadas e muito menos os animais e as plantas, que também foram capturados. Forçar uma experiência com a fotografia impede que o encontro registrado ultrapasse os limites da captura e limita a participação de pessoas, animais e plantas, retirando a “oportunidade que a câmera cria para as pessoas coincidirem no mesmo espaço e tempo e, assim, participar na criação de algo comum”, que não poderia ser realizado sem a participação de outros (Azoulay, 2018, tradução nossa).

Aparecido, Risonho, Chiclete... o caso dos cães de passagem

Quando cheguei ao sítio hoje, eu me deparei com esse cachorro. Ele é bem mansinho e brincalhão, Allan me contou que já havia dois dias que ele vinha para a horta, quando ouvia o barulho da camionete. Ele está dormindo na casa do nosso vizinho, mas acreditamos não ser dele, pois nunca vimos esse cachorro lá. (Diário de Pesquisa, 25 de novembro de 2020)

Vemos com frequência, nas ruas, os cachorros ou gatos com fome, rasgando os sacos de lixo para se alimentarem e fazendo bagunça nas calçadas. De fato, ninguém é obrigado a querer estabelecer relações multiespécies na perspectiva que estamos habituados da convivência diária, por isso, uma prática que adotamos no campo para ajudar os cachorros de passagem é colocar em nossa calçada um pote com ração e outro com água, a fim de que possam se alimentar, reduzindo o número de sacolas rasgadas e possíveis violências contra os animais que podem resultar daí.

Cachorros de passagem, como o próprio nome diz, não estabelecem moradia nos lugares por onde passam ou, pelo menos, não naqueles nos quais não desejam permanecer; todavia, são cães que se aventuram a andarilhar por aí e decidem parar em alguma casa para alimentar-se ou descansar, usufruindo de uma liberdade de que nós, humanos, não desfrutamos, já que precisamos de muita desconstrução para nos arriscar a viver pelo mundo, sem destino de volta. Ainda que viver de passagem possa ser visualizado como uma prática libertária, torna-se importante ressaltar que o abandono de animais vem se configurando um problema de saúde, decorrendo de fatores socioeconômicos, culturais e político-governamentais (Alves et al., 2013; Cabrall & Savalli, 2020).

Convivendo com Aparecido e Risonho, a pesquisadora começou a pensar sobre os movimentos de ir e vir deles na horta e a chamá-los de cachorros de passagem. Na roça, a pesquisadora se viu acompanhada de algumas pessoas, inclusive na sua casa, que colocavam potinhos com ração e água para os cães nas ruas. A figura dos cães de passagem se estende àqueles que estabelecem moradia em alguma casa, mas que saem para procurar alimentos; de certa maneira, eles também estão de passagem entre uma casa e outra. Neste texto, a figura dos cães de passagem remete aos cães que vão e vêm nas roças do interior do Paraná. Donna Haraway (2021) salienta que a história do desenvolvimento das raças se deu de forma complexa, não existindo raça pura, mas raças contaminadas de relações multiespécies de diferentes lugares, que foram se associando de diversas maneiras.

Quando um cão decide estar de passagem numa casa, ele coloca em xeque o que entendemos do condicionamento através da comida, porque o cão pode voltar todos os dias para se alimentar da comida que deixamos para ele, mas isso não é suficiente para que fique, para que nos obedeça. A única coisa que podemos entender sobre esse evento é que há uma relação de afeto entre oferecer o alimento que temos para saciar quem procura; entretanto, há mais coisas envolvidas nisso, de sorte que precisamos de boas perguntas, se quisermos mesmo refletir sobre isso. É possível observar cachorros que saem de suas casas apenas para comer e depois voltam. Podemos pensar como cães de passagem aqueles cachorros ou gatos machos que saem de suas casas atrás de fêmeas no cio e, depois de semanas, voltam para suas casas? Há mais cachorros de passagem do que imaginamos; eles colocam em xeque a ideia de dependência dos seus tutores, que nós idealizamos.

Alguns destes encontros fogem ao escopo das atividades laborais, a exemplo da dança, com um cão que festeja com as pessoas da casa, como se vê na Figura 2 (para acessar o vídeo é necessário um programa leitor de *QR CODES*). Outros afazeres dos cães são próprios do cotidiano na roça, tais como guardar a casa ou acompanhar alguém ao longo de uma caminhada impedindo a aproximação de predadores. Anna Tsing (2015), em seu texto *Margens Indomáveis: Cogumelos como espécies companheiras*, nos fala que “a domesticação é geralmente compreendida como o controle humano sobre outras espécies. Que tais relações podem também transformar humanos é algo frequentemente ignorado” (p. 184). Viver com outras espécies muda a rotina de todas, pois é preciso cuidar, medicar, alimentar, transportar e proteger; é arrogância epistêmica humana achar que está no controle dessa relação, pois o cuidado só se torna possível quando cedemos um pouco de nós.

Figura 2 – QR CODE para dança com cachorro.

Fonte: Produção das autoras

Viver uma relação com animais e plantas nem sempre é algo recíproco, principalmente com animais: eles decidem coisas e fazem traquinagens que desagradam os humanos, deixando-os duvidosos sobre amar ou não os animais. Acontece com frequência é que temos a tendência de achar que os cachorros surgidos nas terras e portões são vítimas precisando ser resgatadas, contudo nem sempre é assim. Os cachorros de passagem aparecem nos sítios, dormem, se alimentam, bebem água, recebem carinho, retribuem como acham que devem e vão embora. Anna Tsing (2015) examina uma noção que contribui muito para entendermos o movimento dos cachorros de passagem: o conceito de lugares familiares como o “início da apreciação das interações multiespécies” (p. 181), porque, ao encontrar comida tantas vezes no mesmo lugar, esse espaço se torna familiar ao cão. Assim, “os lugares familiares de procura de alimento não requerem exclusividade territorial, outros seres, humanos ou não, também o aprendem” (Tsing, 2015, p. 182).

Juliana Fausto (2021), ao observar cães que vivem na Floresta da Tijuca localizada no Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro, descreve-os como animais que tiveram o pacto de codomesticação quebrado e que não possuem a capacidade de voltar a serem lobos, seus antepassados selvagens. Em composição com a floresta e as árvores, esses cães se tornam outros, oscilando entre as posicionalidades de criaturas quiméricas e problemas de segurança pública. Passam a causar medo, abandonada a posição de animais domésticos. Nas palavras da autora, estes “cães esquecidos profanam a reserva natural e nos falam sobre a importância dos compromissos, mas também nos falam sobre como a conexão é literalmente uma matéria de mundificação e da possibilidade de remundificação” (Fausto, 2021, p. 23).

Ora, um caminho inventivo para a relação interespécies com cães de passagem implica formas de identificação e companheirismo entre os animais humanos e não humanos que se contrapõem às relações de poder/morte ou à hiperdomesticação dos corpos. Devemos pensar sobre os cachorros de passagem, que usufruem de sua liberdade canina de estar em diferentes lugares, de experimentar o mundo como querem e não como nós, humanos, gostaríamos. Construir afetos com os animais requer um direcionamento para as micropolíticas dessa relação; não é algo fácil de se exercer, é mais fácil construir relações edipianas e reducionistas do que colocar os animais como coprotagonistas dos afetos. Por conseguinte, dispor-se ao outro é estar suscetível a não ser correspondido a todo o momento.

Atentando às micropolíticas, passemos ao caso de Aparecido. Toda manhã surgia para comer um pouco de ração, nos agraciava com suas brincadeiras e nos acompanhava até a colheita das hortaliças; quando vínhamos para as entregas, ele também ia embora. Foi uma semana assim, depois seguiu sua rota. No começo, imaginávamos que não havíamos cuidado o suficiente para que ele desejasse ficar, mas ele foi o primeiro – ainda não entendíamos que não precisava fincar raiz para ocupar um espaço. Passando a um caso, tivemos uma surpresa na

chácara. Do nada um cachorro correu em nossa direção, quando chegamos, mas ele é um pouco medroso, porque, quando me mexi, reagindo à sua corrida até a mim, ele parou e ameaçou voltar. Lembrei-me da ração que deixamos na casinha, desde que Aparecido estava aqui, e dei um pouco para ele. Quando me afastei, veio e comeu tudo. Depois disso, amizade selada, ficou me seguindo na horta, mas ele é um tanto estabonado, pisa nas alfaces, passa por cima dos canteiros; tive que repreendê-lo, para não quebrar minha muda de manjeriço.

Multiterritorialidade é o nome deste “ocupar um espaço sem permanecer”. Com multiterritorialidade propomos discutir o significado que os territórios têm para nós e, especialmente, sobre como ressignificamos e reterritorializamos nossas vidas e a complexidade que está envolvida no processo de construir territórios mais múltiplos e cheios de potenciais políticos. Esse movimento de ocupar diversos territórios é uma tarefa difícil para nós, humanos, mas não para os cães de passagem.

Figura 3 – Aparecido (ao lado esquerdo); Risonho (ao lado direito), cães de passagem na chácara, 2020.



Fonte: Produção das autoras

Quem sabe esse cachorro fica por aqui, pensou a pesquisadora. Aparecido nunca voltou. Uma coisa que pensava com a chegada desse cachorro é que é bem comum aparecer cachorros nas chácaras, desde filhotes até mais velhos; um fato que contribui para isso é que as pessoas, quando não querem mais seus animais, os soltam. A grande maioria das pessoas do mundo rural acolhe esses animais, que, de passagem, partilham o cotidiano, dividindo os trabalhos e as pequenas alegrias como alimentar-se na pausa da roça. Na Figura 4, visualizamos o cão Scott, que mora na cidade e passa pela roça acompanhando a agricultora-pesquisadora.

Figura 4 – Comer uma mexerica na presença de Scott.



Fonte: Produção das autoras

Ao observarmos as trocas afetivas entre Scott e a pesquisadora presentes no vídeo da Figura 4, indagamos: como falar com o cachorro, sem colocar palavras na sua boca? Como estabelecer comunicação com quem não fala a linguagem dos humanos? Há momentos nos quais entendemos melhor o que o cachorro quer dizer do que muita gente. Para se comunicar com outra espécie, é preciso estar disponível para tal ato; logo, não é fácil controlar a necessidade humana de interpretar tudo ou de falar com os animais como se eles fossem idiotas numa relação antropocêntrica em que impera o desejo e as concepções do humano sobre o animal no que concerne às trocas afetivas (Alves et al., 2013; Cabrall & Savalli, 2020).

Scott não é um cão de passagem como Aparecido e Risonho. Convive com a pesquisadora na cidade, poucas vezes vai para a chácara, mas, quando vai, se desdobra ao passar por cada canto, em uma espécie de fiscalização. Ora segue o pai da pesquisadora, ora a segue. Ao final do dia, Scott está exausto de andar por 1(um) alqueire inteiro com suas pernas pequeninas. Mas, por que ele aparece então na sessão destinada aos cães de passagem? Porque, de certa forma, Scott está de passagem no rural, visita os porcos, as galinhas e a horta e volta para suas tarefas na pequena cidade rural de Pinhalão.

Voltando ao Aparecido, ele é um cão de passagem e, em determinado momento, partiu. A pesquisadora-agricultora registrou em seu diário:

Faz cinco dias que estamos levando ração canina para Aparecido, mas hoje ele não apareceu na horta, pelo menos até a hora em que viemos para as entregas. Estamos achando que foi embora, porque passamos olhando na casa do vizinho e não estava lá. (Diário de pesquisa, 30 de novembro de 2020)

Assim foi também com o cachorro Risonho, outro cão de passagem. Em determinado momento, percebemos que o cachorro que, carinhosamente, chamamos de Risonho, já não estava mais na chácara. Registrava no diário: “Allan disse que até a hora em que foram embora da chácara, no final do dia, ele estava lá deitado. Mas hoje já não está mais, talvez tenha tentado seguir a caminhonete” (Diário de Pesquisa, 30 de novembro de 2020). Os cães de passagem que aparecem na chácara não estabelecem moradia fixa.

É preciso ressaltar que os lugares familiares não são produzidos apenas se houver interações de cuidado, mas aparecem quando há as violências também. Cães de passagem aprendem onde devem ou não circular. Estabelecem cautelas, pois, assim como se familiarizam com os cuidados, também se familiarizam com os lugares marcados por violências. Ao mesmo tempo que há pessoas que cuidam desses animais de passagem, na medida em que eles permitem serem cuidados, há também aqueles que os maltratam, fazendo com que tenham retornar a tal lugar. Infelizmente, ainda vemos, com frequência, relatos de pessoas que tiveram seus animais envenenados, durante um passeio ou passagem.

Para cães de passagem, alguns perigos são eminentes. Podem se deparar com uma comida envenenada, com “bombinhas” (fogos de artifício) ou com outros cães “atçados” por proprietários para expulsá-los. Ao passo que as mulheres trabalhadoras rurais costumam acolher esses cães, alguns proprietários de chácaras fazem justamente o oposto e mantêm prontidão contra cães de passagem a fim de coibir que façam “traquinagens”, como rasgar sacos de lixo. É assim que o cão Scott, familiarizado com as relações de cuidado e de violências, por exemplo, se tornou hábil em distinguir, nos lugares perigosos, os traços de “chumbinho” (veneno) na comida. Sobre o caso de Scott, a pesquisadora-agricultora registrou em seu diário:

Me lembrei de um fato que ocorreu em Pinhalão, as filhas da Neguinha e os pastorzinhos morreram no mesmo mês. Acreditamos que foram envenenados, não temos certeza do que usaram, mas achamos que sim pela rapidez e sintomas, além de algumas ameaças que faziam sobre latirem demais. A ameaça propriamente, era para Scott, porque ele late bem alto, mas ele e Neguinha não passaram mal, acho que de alguma forma, identificaram. Scott é bem exigente com comida... (Diário de Pesquisa, 30 de novembro de 2020)

O cão Chiclete, por sua vez, familiarizado com as relações de cuidado na horta familiar, respondeu prontamente ao convite para passar pela chácara. No vídeo da Figura 05 (*QR CODE* à esquerda), vemos Chiclete a caminhar na cidade, quando é avistado pelo irmão da pesquisadora que passava com sua moto. Ao chamá-lo, Chiclete reconheceu a moto de Allan, um pequeno agricultor, e passou a segui-lo até a casa da avó da pesquisadora na roça onde o cão estava de passagem. No *QR CODE* à direita, Scott segue o pai da pesquisadora em direção ao trabalho com os porcos numa atividade de companhia e provisão de segurança.

Figura 5 - Chiclete passeia na roça e Scott caminha rumo aos porcos.



Fonte: Produção das autoras

A cooperação no trabalho na roça parte da decisão dos animais, eles não são condicionados a realizar tal tarefa, eles foram ensinados e, a partir daí, é decisão deles se querem ou não cooperar. Vamos pensar no burro: costumamos ouvir que os burros são animais difíceis de montar, pois eles empacam; esse é um motivo insuficiente para explicar esse comportamento do animal – se algo acontecer no trajeto e o burro julgar como ruim, ele nunca mais passará por aquele caminho, sendo possível perceber um comportamento de prevenção, por parte do animal.

Jocelyne Porcher e Tiphaine Schmitt (2012) pesquisam o cotidiano de uma fazenda de vacas leiteiras em uma região montanhosa na França, na qual havia 60 vacas e zero pastagem. Para estudar a colaboração dos animais, as autoras elaboraram um protocolo de observação, em que o reconhecimento de cada vaca se dava através de um repertório fotográfico com várias fotos da mesma vaca e de uma ficha técnica. Ao longo da observação, a qual durou nove semanas, focaram em quatro aspectos: o ritmo das vacas, o comportamento das vacas no rebanho, o comportamento das vacas ao redor do robô de ordenha e o comportamento delas com o agricultor. Foi possível constatar que a maioria das vacas obedeciam; entretanto, algumas agiam pelas brechas para contornar o trabalho, seja porque não queriam fazer, seja para receber algum tipo de contato físico com a agricultora.

O curioso é que a colaboração dos animais se torna perceptível somente quando elas se recusam a contribuir, quando revelam suas vontades e atrapalham o fluxo da rotina (Despret, 2021), pois o que parecia ser o curso natural das coisas entra em conflito. No caso dos cães de passagem, esses se tornaram visíveis por sua recusa a permanecerem nas roças ou mesmo a darem quaisquer pistas de que chegarão ou partirão: recusam-se a ser cães de alguém. Quando

uma galinha permite que invadamos seu ninho para pegar seus ovos, a vaca ou a cabra permitem que sejam ordenhadas, as ovelhas, que seu pelo seja cortado, definem limites para a aproximação humana e, ao mesmo tempo, definem intersubjetivamente termos para a relação. Vacas, por exemplo, podem esconder o leite se a ordenha for dolorosa.

Considerações finais

Os casos dos cães de passagem permitem-nos problematizar a relação de propriedade humana em relação aos animais, pois assim como chegam vão embora; ou mesmo, quando entendem a fiscalização de um grande proprietário de terra, como Violeta que narramos neste artigo, vão e vêm sem se aterem estritamente à tarefa que lhes foi delegada. Envolver-se não é apenas se colocar em primeira pessoa, na escrita do texto, ou afeiçoar-se àqueles que estão envolvidos; contudo, é permitir que esses envolvidos possam propor novos caminhos, mesmo que eles resultem em dados opostos ao que se esperava.

Ao longo do manuscrito, trouxemos como pistas para a pesquisa a contação de casos interespecíficos. Os cães que transitam nas roças agroecológicas, do interior do Paraná, convidam a uma política de afetos que se desenha por interdependência e pelo fato de que seguem trajetos afetivos desprendidos das promessas de que ficarão para sempre com quem convivem.

Abrindo a pesquisas futuras, entendemos que os casos sobre os cães de passagem convidam a reflexões sobre práticas anticapitalistas que germinam na agroecologia. Interpelam-nos a visualizarmos a potência de autogoverno das mulheres rurais e dos cães de passagem entre os quais se estabelecem formas de cooperação multiespecíficas. Os cães de passagem, assim como as mulheres rurais, são alteridades significativas minoritárias no projeto moderno-colonizador das monoculturas.

Referências

- Alves, Ana Julia, Guilloux, Aline Alves, Zetun, Carolina Ballarini, Polo, Gina, Braga, Guilherme Basseto, Panachão, Ligia, Santos, Oswaldo & Dias, Ricardo Augusto (2013). Abandono de cães na América Latina: revisão de literatura. *Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP*, 11(2), 34-41. <https://doi.org/10.36440/rec-mvz.v11i2.16221>
- Articulação Nacional da Agroecologia (2018). *Sem Feminismo não há Agroecologia*. Grupo de Trabalho de Mulheres da ANA (GT Mulheres), IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). <https://agroecologia.org.br/2018/09/05/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia-2/>
- Azoulay, Ariella (2018). Unlearning Decisive Moments of Photography: Unlearning Imperial Sovereignities. *Fotomuseum Winterthur*. <https://www.fotomuseum.ch/en/2018/10/24/unlearning-imperial-sovereignities/>
- Azoulay, Ariella (2019). Desaprendendo origens da fotografia. *Zum – Revista de Fotografia*, 17, 131-137. <https://revistazum.com.br/revista-zum-17/desaprendendo-origens-fotografia/>
- Cabrall, Francisco Souza & Savalli, Carine (2020). Sobre a relação humano-cão. *Psicologia USP*, 31, 1-9. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e190109>
- Despret, Vinciane (2021). *O que diriam os animais?* (L. Mei, trad.) UBU.
- Despret, Vinciane & Meuret, Michel (2022). Desmoralizar os carneiros. In Déborah Danowski, Eduardo Viveiros de Castro, & Rafael Saldanha (Orgs.), *Os Mil Nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra* (pp. 239-263). Editora Machado.
- Fausto, Juliana (2021). La pensée férale. *DasQuestões*, 8(2), 22-29. <https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/37662/29395>
- Favret-Saada, Jeanne (2005). Ser afetado (P. Siqueira, trad.). *Cadernos de Campo*, 13(13), 155-161. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161>
- Federici, Silvia (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Elefante. (Coletivo Sycorax)
- Galindo, Dolores, Milioli, Danielle, & Mélo, Ricardo Pimentel (2013). Dançando com grãos de soja, espécies companheiras na deriva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 48–57. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000100007>
- Galindo, Dolores & Milioli, Danielle (2016). Pesquisar-Dançar com animais. In Marcelo S. Ferreira & Marcia Moraes (Orgs.), *Políticas de Pesquisa em Psicologia Social* (pp. 137-164). Nova Aliança.
- Galindo, Dolores & Milioli, Danielle (2020). Psicologia e etologias: algumas contribuições de Deleuze, Haraway e Despret. *Polis e Psique*, 10(1), 63-84. <http://dx.doi.org/10.22456/2238-152X.89736>
- Haraway, Donna (2008). *When species meet*. Posthumanities Series. University of Minnesota Press.
- Haraway, Donna (2021). *O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa* (P. Moreira, trad.). Bazar do Tempo.
- Hartmann, Luciana (1999). Oralidade, corpo e memória entre contadores e contadoras de causos gaúchos. *Horizontes Antropológicos*, 5(12), 267-277. <https://doi.org/10.1590/S0104-71831999000300014>
- Holliver, Gabriel (2019). Pode o inseto des-fazer um mundo? O bicudo e a (contra)colonização da monocultura no seminário da Paraíba. *Ilha Revista de Antropologia*, 21(2), 65-95. <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2019v21n2p65>
- Lima, Márcia & Jesus, Vanessa (2016). Sem mulheres existe agroecologia? *Site Com Ciência*. <https://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=127&id=1538>

- Moreira, Sarah, Ferreira, Ana Paula, & Siliprandi, Emma** (2018). Emma. Memórias das mulheres na agroecologia no Brasil. In Gloria P. Z. Sánchez, Georgina Catacora-Vargas, & Emma Siliprandi (Coords.), *Agroecología en femenino: reflexiones a partir de nuestras experiencias* (pp. 61-74). Editorial e Imagen Publicitaria.
- Porcher, Jocelyne & Schmitt, Tiphaine** (2012). Dairy Cows: Workers in the Shadows? *Society & Animals*, 20(1), 39-60. <https://www.animalsandsociety.org/wp-content/uploads/2016/05/porcher.pdf>
- Siliprandi, Emma** (2009). *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar* [Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília/DF].
- Silva, Lordes Helena da** (2009) Centros familiares de formação por alternância: avanços e perspectivas na construção da educação do campo. *Caderno de Pesquisa: Pensamento Educacional*, 4(8), 270-290. https://app.utp.br/cadernosdepesquisa/pdfs/cad_pesq8/14_centros_familiares_cp8.pdf
- Tsing, Anna** (2015). Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras (P. C. B. Silveira, trad.). *Ilha: Revista de Antropologia*, 17(1), 177-201. <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2015v17n1p177>
- Tsing, Anna** (2022). *O cogumelo no fim do mundo* (J. M. Barreto & Y. Rafael, trads.). n-1 Edições.

DOLORES CRISTINA GOMES GALINDO

<https://orcid.org/0000-0003-2071-3967>

Doutora em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006), com doutorado sanduíche no Departamento de Psicologia Social da Universidade Autônoma de Barcelona (2004). Professora do curso de Psicologia e do Mestrado em Estudos da Cultura Contemporânea (ECCO) da Universidade Federal de Mato Grosso.

E-mail: dolorescristinagomesgalindo@gmail.com

MARIA LETICIA DE OLIVEIRA BIANCHINI

<https://orcid.org/0000-0002-3664-8250>

Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia e Sociedade, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Membro do Grupo de Pesquisa Laboratório Tecnologias, Ciências e Criação (LABTECC).

E-mail: leticiaobianchini@gmail.com

RENATA VILELA RODRIGUES

<https://orcid.org/0000-0001-7756-3336>

Doutoranda e Mestra em Estudos de Cultura Contemporânea pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, da Universidade Federal de Mato Grosso. Professora Titular do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande.

E-mail: renata_vilelarvr@hotmail.com

FERNANDA ZANATA

<https://orcid.org/0000-0002-9573-5768>

Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Mato Grosso. Psicóloga Educacional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

E-mail: fernandalzanata@gmail.com

Histórico	Submissão: 17/08/2022 Revisão: 29/08/2023 Aceite: 05/09/2023
Contribuição dos autores	Conceitualização: DCGG; MLOB; RVR; FZ Curadoria de dados: MLOB; DCGG Análise dos dados: MLOB; DCGG Redação do manuscrito original: DCGG; MLOB; RVR; FZ Redação - revisão e edição: DCGG; MLOB; RVR
Financiamento	Não houve financiamento
Consentimento de uso de imagem	Foi obtido o consentimento escrito dos(as) membros(as) humanos(as) da família da agricultora-pesquisadora que eventualmente apareceram nas fotografias e filmagens dos cães de passagem.
Aprovação, ética e consentimento	Não se aplica.

UMA PSICANÁLISE NEGRA: DESOBEDIÊNCIAS ONTOLÓGICAS E EPISTÊMICAS DE PSICÓLOGAS E PSICANALISTAS RACIALIZADAS

A BLACK PSYCHOANALYSIS: ONTOLOGICAL AND EPISTEMIC DISOBEDIENCES OF RACIALIZED PSYCHOLOGISTS AND PSYCHOANALYSTS

UN PSICOANÁLISIS NEGRO: DESOBEDIENCIAS ONTOLÓGICAS Y EPISTÉMICAS DE PSICÓLOGAS Y PSICOANALISTAS RACIALIZADAS

Fernanda Sousa-Duarte¹ e Ana Paula Morais¹

¹ Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil

Resumo: A partir de uma perspectiva decolonial, o objetivo da pesquisa foi compreender os lugares do negro na Psicanálise atualmente. Para isto, foram realizadas 13 entrevistas semiestruturadas com psicólogas e psicanalistas negras com prática clínica. A partir de análise categorial-temática, identificamos quatro categorias: escolha da Psicanálise, articulações entre Psicanálise e relações raciais, descobrindo-se negra e a cor da Psicanálise e das (não) psicanalistas. Diante do reconhecimento das limitações da Psicanálise, foi a experiência vivida do negro o motor de deslocamento ontológico que viabilizou desobediências epistêmicas configuradas na articulação da Psicanálise com teorias sociais. Este resultado evidencia o entrelaçamento da colonialidade do saber e do ser na matriz colonial do poder e enfatiza a desobediência ontológica como via fundamental para práticas psis antirracistas.

Palavras-chave: Psicanálise; Colonialidade; Relações raciais; Desobediência; Formação.

Resumen: Desde una perspectiva decolonial, el objetivo de la investigación fue comprender los lugares de las personas negras en el Psicoanálisis hoy. Para ello, se realizaron 13 entrevistas semiestruturadas a psicólogas y psicoanalistas negras con práctica clínica. A partir de un análisis categorial-temático identificamos cuatro categorías: elección del Psicoanálisis, articulaciones entre Psicoanálisis y relaciones raciales, descubrirse negra y el color del Psicoanálisis y de las (no) psicoanalistas. Dado el reconocimiento de las limitaciones del Psicoanálisis, fue la experiencia vivida por las personas negras el motor del desplazamiento ontológico que permitió la desobediencia epistémica configurada en la articulación del Psicoanálisis con las teorías sociales. Este resultado resalta el entrelazamiento de la colonialidad del conocimiento y el estar en la matriz colonial de poder y enfatiza la desobediencia ontológica como un camino fundamental hacia las prácticas psi antirracistas.

Palabras clave: Psicoanálisis; Colonialidad; Relaciones raciales; Desobediencia; Capacitación.

Abstract: From a decolonial perspective, the aim of the research was to understand the places of black people in Psychoanalysis today. For this, 13 semi-structured interviews were carried out with black psychologists and psychoanalysts with clinical practice. From a categorical-thematic analysis, we identified four categories: choosing Psychoanalysis, articulating Psychoanalysis and racial relations, discovering oneself as black and the color of Psychoanalysis and of (non) psychoanalysts. Given the recognition of Psychoanalysis's constraints, it was the lived experience of black people that was the engine of ontological displacement that enabled epistemic disobedience configured in the articulation of Psychoanalysis with social theories. This result highlights the intertwining of the coloniality of knowledge and being in the colonial matrix of power, emphasizing ontological disobedience as a fundamental path to anti-racist psychological practices.

Keywords: Psychoanalysis; Coloniality; Race relations; Disobedience; Training.

Introdução

No início dos anos 80, quando a comissão editorial da revista *Psicologia: Ciência e Profissão* buscou profissionais negras e negros para “discutir a questão racial no contexto da vida profissional” (Colucci & Borges-Andrade, 1984, p. 10), encontrou muitas dificuldades e poucas psicólogas. Apesar da Psicanálise ser um referencial bastante presente na formação de psicólogas brasileiras, os autores do texto afirmaram categoricamente: “no âmbito dos psicólogos psicanalistas não encontramos psicólogos negros”.

Levantamentos recentes indicam que a Psicologia continua a ser praticada majoritariamente por pessoas brancas – 63% (Sandall, Queiroga, & Gondim, 2022). Sabemos que não podemos estender esse perfil para descrever psicanalistas do Brasil, mas consideramos que esse número dá indicativos interessantes. Frente a esses números, dado o papel da Psicanálise na psicologia brasileira (Dimenstein, 2000), indagamos: qual o lugar do negro na Psicanálise?

Nossa opção por “negro” ao invés de “preto” foi inspirada na tradução brasileira adotada para a obra de Achille Mbembe (2018):

a palavra “negro” remete, em primeiro lugar, a uma fantasmagoria. O interesse de estudar esta fantasmagoria reside não apenas naquilo que ela nos diz a respeito daqueles que a produziram, mas também a respeito da problemática, na verdade já antiga, do estatuto das aparências e de sua interação com a realidade - a realidade das aparências e as aparências da realidade - a simbólica das cores. E o processo de transformação das pessoas de origem africana em “negros”, isto é, em corpos de extração e em sujeitos raciais, obedece em vários aspectos a uma tripla lógica de ossificação, envenenamento e calcificação. (p. 81)

A partir da definição mbembiana, mais especificamente, nos indagamos sobre o lugar do negro não só demograficamente, mas sobretudo ontológica e epistemologicamente. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é investigar as relações de pessoas negras que se identificam como psicanalistas - ou como psicólogas de orientação psicanalítica - com a Psicanálise enquanto teoria, método e prática.

1.1 O lado mais escuro da Psicanálise brasileira

Com abordagem médico-higienista, a Psicanálise foi apropriada no Brasil no início do século XX por uma elite para realizar o projeto de construção de uma nação moderna, de um país civilizado (Torquato, 2014; Torquato & Rocha, 2016). Como projeto e promessa de modernização, essa introdução da Psicanálise no Brasil nos remete à modernidade como “uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a ‘colonialidade’” (Mignolo, 2017, p. 2).

A colonialidade (Quijano, 1992), parte invisível e constitutiva da modernidade, também pode ser compreendida como uma matriz colonial de poder ou, simplesmente, colonialidade do poder. Ela se estrutura nos entrelaçamentos de diferentes nós históricos-estruturais, sendo o nó histórico-estrutural racial a base na qual foram estabelecidas as diferenças coloniais e imperiais e outras hierarquias – sexuais, espirituais, estéticas, epistêmicas. É essa a “pauta oculta da modernidade” (Mignolo, 2017, p. 2). Essas hierarquias justificaram, e ainda justificam, o controle da economia, da autoridade, da natureza, do gênero e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento (Mignolo, 2008).

A Psicanálise no Brasil foi apropriada com o caráter higienista da medicina: “um dos objetivos centrais da política higienista no Brasil passou pela preocupação do negro se tornar o fator primordial de degenerescência do povo brasileiro” (Torquato, 2015, p. 72). Assim, a Psicanálise foi introduzida como um elixir civilizatório-educativo que elevaria o Brasil a nação moderna e possibilitaria o tratamento e, sobretudo, o controle daqueles que eram vistos como ameaça ao projeto nacional – os negros (Facchinetti & Venancio, 2006).

Como parte de um projeto de modernização que ignora a colonização da qual prescinde, a Psicanálise brasileira foi marcada pela lógica da colonialidade: as heranças culturais africanas e indígenas foram consideradas determinantes do “nosso atraso evolutivo político e social” (Torquato, 2014, p. 27). Foi assim que, em seu mito originário (Diaz, 2012), demarcou o lugar do negro como o de ameaça social para o país – um lugar de diferença subontológica ou de diferença ontológica colonial (Maldonado-Torres, 2007).

1.2 Recordar, repetir e... (de)racializar

Com os crescentes movimentos voltados para o estudo da saúde mental da população negra, as relações raciais dentro da psicologia brasileira têm sido amplamente utilizadas como categoria de análise para compreender diferenças, discriminação e desigualdades principalmente no âmbito da Psicologia Social, com estudos focados nas operações do racismo (Martins, Santos, & Colosso, 2013). A tendência se repete nos estudos em Psicanálise sobre o tema (Almeida, 2021; Ambra, 2019; Birman, 2019; Fernandes, 2018; Guerra, 2020; Schechter & Bonfim, 2020;).

Embora a denúncia do racismo seja fundamental, o foco no fenômeno a partir de uma perspectiva que ignora o duplo narcisismo que fecha “o negro em sua negrura” e o “branco em sua brancura” (Fanon, 1952/2008, p. 27) pode se alinhar a tradições da epistemologia euro-americana, em que a primazia do método (Maldonado-Torres, 2017) articula um esquema étnico-racial hierárquico de sujeito-branco e objeto-negro (Silva, 2020) ao desconsiderar a colonialidade inerente à modernidade.

Consideramos aqui, então, o racismo enquanto “mal-estar colonial” (Faustino, 2019). Racismo e racialização¹ são “implícitos à situação colonial – são partes de um processo maior de dominação: a violenta e desigual expansão das relações capitalistas de produção para o mundo não-europeu” (Faustino, 2018, p. 152). É ao reconhecer a estrutura de um mundo imperial/capitalista/colonial (Grosfoguel, 2012) que optamos pelo pensamento decolonial (Mignolo, 2017) como referencial teórico nesta pesquisa e optamos por explorar as relações entre saber e ser a partir de Nelson Maldonado-Torres (2007) e Ramón Grosfoguel (2016), entendendo que a colonialidade do ser decorre do inverso do “penso, logo existo”, pois posiciona como inferiores os que supostamente não pensam e não desfrutam de uma existência inteira.

Assim, inspiradas pelo trabalho de Neusa Santos Souza (1983) em *Tornar-se Negro*, propomos pensar “tornar-se psicanalista negro” no país em que a Psicanálise tem, como um de seus mitos originários, seu uso como elixir civilizatório e higienista contra o negro. Como ser psicanalista e negro, negro e psicanalista, quando a Psicanálise brasileira, em suas origens institucionalizadas, é marcada pela colonialidade do saber e do ser, relegando o negro à “zona do não-ser” (Fanon, 1952/2008, p. 26)?

Além disso, não podemos ignorar o panorama geral da prática da Psicanálise em que o debate sobre a sua (não) regulamentação ainda nos confronta com impasses sobre a institucionalização da formação do analista (Souza, 2018). Afinal, como é que se torna psicanalista? Para Sigmund Freud, as sociedades psicanalíticas seriam um *locus* privilegiado para essa formação que,

em sua proposta, se estendia para além do conhecimento teórico. A formação analítica se daria pelo clássico tripé: estudo teórico, análise pessoal e supervisão das práticas (Freud, 1919/1976).

Contudo, em estudo etnográfico sobre a formação de psicanalistas em escolas lacanianas argentinas e brasileiras, Maria Carolina Antonio (2015) enfatiza a hegemonia de uma estrutura hierárquica de produção e transmissão do saber apoiada no par mestre/analista-discípulo/analisante construída por figuras de autoridade tidas como depositárias do genuíno saber-fazer psicanalítico. A autora também ressalta as contradições no discurso sobre a seleção de membros: “ao mesmo tempo em que afirmam não haver padrões, afirmam critérios como idade, condição financeira, subjetividade, experiência analítica e comprometimento com a causa” (Antonio, 2015, p. 272).

Nesse contexto em que as proposições para a formação do analista evidenciam as inter-relações entre saber e ser e onde o negro está na zona do não ser, entender a modernidade como modernidade/colonialidade nos permite explorar as inter-relações entre colonialidade do saber e do ser (Maldonado-Torres, 2007) na experiências de psicanalistas e psicólogas de orientação psicanalítica.

2 Método

Esta pesquisa foi realizada por duas psicólogas negras, ambas com experiência clínica atuando em Brasília, uma doutora e uma mestra em Psicologia graduadas em universidade federal acessada por programas de ações afirmativas. Como estudo exploratório e qualitativo, a pesquisa se deu em uma perspectiva cultural, social, genderizada e racial das pesquisadoras. Uma contextualização que se faz necessária, considerando a reflexividade e representação como aspectos presentes em trabalhos qualitativos (Creswell & Poth, 2016), uma vez que o subtexto do texto escrito localiza pesquisadora e pesquisa em um contexto histórico, o que é importante para a compreensão do próprio trabalho e do seu lugar na produção de conhecimento científico.

2.1 Participantes

A pesquisa nasceu no contexto brasiliense e, portanto, a busca foi por participantes que atuassem em Brasília, se identificassem como negras e como psicanalistas e/ou psicólogas clínicas de orientação psicanalítica. Todas as 13 participantes se identificaram como negras - para manter o sigilo, nos referimos a elas com nomes de intelectuais de notável contribuição para os estudos raciais. Das 13, 10 eram mulheres e 3 homens negros, e todas se identificaram como cisgênero. A maioria se declarou heterossexual (n=7), o segundo maior grupo foi de bissexuais (n=4) e depois lésbicas (n=1) e pansexuais (n=1). Das 13 entrevistadas, 9 eram solteiras, 3 eram casadas e 1 separada; e apenas 3 tinham filhos. Quanto à religião, 3 declararam ser candomblecistas, 1 espírita e as demais se declararam sem religião (n=6) e ateias (n=3).

No total, foram 12 psicólogas e um psiquiatra que declararam usar a Psicanálise em seus trabalhos de escuta clínica - escuta essa informada como sua principal ocupação. Quatro se denominaram psicanalistas. Quanto à escolaridade, 12 tinham pós-graduação completa (n=7) ou em andamento (n=5). A média de tempo de trabalho em clínica foi de 6 anos e 8 meses - mínimo de 5 meses e máximo de 20 anos. Com relação ao vínculo de trabalho na prática clínica, todas se declararam autônomas. Dessas, 4 informaram também trabalhar na área de Psicologia/Psiquiatria no serviço público (n=2) ou na iniciativa privada em regime celetista (n=2).

2.2 Instrumento

Visando o objetivo da pesquisa, a investigação centrou-se na formação das participantes, a teoria que adotam e suas práticas clínicas. Um roteiro de entrevista foi elaborado para obter dados sobre o perfil sociodemográfico das participantes, formação, atuação, prática clínica, relações entre questões raciais e Psicanálise e aspectos pessoais da vivência racial. Foram explorados os seguintes aspectos dos eixos propostos: (a) em formação em Psicanálise, se essa incluía estudo, análise e supervisão; (b) em atuação em Psicanálise, as relações com os clientes e com outros profissionais; (c) em escolha pela Psicanálise, a teoria e o método; (d) em relações entre Psicanálise e questões raciais, aspectos teóricos e práticos; e (e) em vivência racial, o tornar-se negro.

2.3 Procedimentos

Inicialmente a pesquisa foi divulgada nas plataformas *Medium*, *Instagram*, *Facebook* e *Twitter* e um convite público foi feito em junho de 2021. As primeiras participantes se voluntariaram pelo *Instagram* (n=4). A partir disso, para ampliar a possibilidade de participantes, foi criada uma lista de nomes de profissionais negras/os a partir de indicações de outras psicólogas e psicanalistas em Brasília. A lista continha 23 nomes e, por impedimentos éticos, 4 profissionais foram excluídas do convite para participação, resultando em 19 potenciais participantes. As 19 profissionais foram convidadas e 9 aceitaram participar, totalizando 13 entrevistadas.

Depois de contato inicial por telefone, foram enviados por *email* o convite para entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde foram expostos o cuidado com o sigilo e demais questões éticas. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando gravação e transcrição da entrevista. As entrevistas foram realizadas pela plataforma *Google Meet* e tiveram duração média de 1 hora e 35 minutos - dado o contexto pandêmico, ainda que à época as vacinações para profissionais de saúde estivessem avançadas, optamos por realizar toda a coleta de dados (entre junho e outubro de 2021) na modalidade *on-line*.

2.4 Análise

As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas de acordo com os pressupostos da análise de conteúdo categorial-temática (Bardin, 1977), que se volta para a análise de comunicações através de procedimentos sistemáticos com fins descritivos e compreendem as seguintes fases: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na pré-análise, constituímos o *corpus* do estudo a partir das 13 entrevistas transcritas, realizamos leitura flutuante desse material e elaboramos os primeiros indicadores. Na exploração do material, estabelecemos unidades de registro e optamos pela análise qualitativa de conteúdo. O critério de categorização foi semântico, buscando semelhanças e analogias nos indicadores elaborados na primeira fase da análise. Emergiram quatro categorias e, no tratamento dos resultados, a partir da inferência e interpretação, os resultados foram sistematizados relacionando o *corpus* com o objetivo deste estudo.

3 Resultados

A análise das entrevistas resultou em quatro categorias: escolha da Psicanálise, articulações entre Psicanálise e questões raciais, descobrindo-se negra e a cor da Psicanálise e das (não) psicanalistas. As categorias serão descritas a seguir e serão introduzidas por falas das entrevistadas.

3.1 Escolha da Psicanálise

“A grande coisa que a Psicanálise me oferece é a possibilidade de falar de não ditos, de falar das coisas que estão meio ditas ou não ditas ou mal ditas.” (Angela)

Tanto o aspecto teórico quanto o metodológico foram apontados como elementos que fizeram parte da escolha da Psicanálise pelas participantes. Das 13 participantes, 12 cursaram Psicologia na graduação e esse curso foi um fator importante na escolha pela Psicanálise. Algumas escolheram Psicologia para se aproximarem da Psicanálise pois já tinham tido contato com esta por meio da própria análise ou da leitura de textos psicanalíticos. Outras participantes souberam da Psicanálise depois de entrarem na graduação em Psicologia e, por meio de disciplinas específicas sobre a teoria psicanalítica ou professores que trabalhavam com Psicanálise, tiveram seu interesse despertado.

Uma vez que os primeiros contatos com a Psicanálise foram feitos, independente da via, a escolha por ela se estabeleceu devido aos conceitos teóricos e métodos psicanalíticos: o inconsciente, a ênfase na linguagem e a proposta de uma escuta diferenciada foram determinantes. A epistemologia e o método psicanalíticos seriam, segundo as entrevistadas, instrumentos para a prática, seja a discussão da realidade ou a clínica cotidiana com as pacientes. Com relação às suas referências em Psicanálise, 12 participantes indicaram a influência de psicanalistas clássicos como Freud, Lacan e Winnicott em suas elaborações e práticas. Além disso, a maioria declarou utilizar também dispositivos psicanalíticos como a escuta, a associação livre, a transferência e a interpretação.

De acordo com 8 das 13 participantes, a escolha pela Psicanálise, desde o início da vida acadêmica, apareceu evidenciada na realização de estágios em que havia aplicação prática da teoria, na busca por disciplinas ou grupos de pesquisa orientados pela Psicanálise na graduação e nos estudos autônomos. Ainda sobre a formação, apenas 2 pessoas relataram terem se associado a escolas ou sociedades psicanalíticas para a formação no clássico tripé teoria-análise pessoal-supervisão. Sete pessoas declararam estar em análise e uma em psicoterapia no momento da entrevista, e 3 estavam em supervisão. As participantes referiram-se à análise pessoal e/ou à supervisão, ainda que desvinculadas das sociedades e escolas, como experiências positivas em sua formação e atuação clínica.

A Psicanálise foi escolhida como referencial para a prática clínica como aposta e crença de que seu método permite atenção às sutilezas e de que seus pressupostos teóricos, fundados em um paradigma diferente, possibilitam a discussão sobre o que permeia o individual e o coletivo. Contudo, não só de aspectos epistemológicos e metodológicos se fizeram as escolhas: há um elemento afetivo que perpassa a escolha pela Psicanálise, e seu uso entre as participantes estava alinhado com suas histórias pessoais e profissionais.

3.2 Articulações entre Psicanálise e questões raciais

“Tem porta que só se abre por dentro.” (Frantz)

Foi explícita a crença de que a Psicanálise é uma via diferenciada para o fazer clínico e que também pode contribuir para discutir a realidade vivida das pacientes, numerosamente negras, das entrevistadas. Existe entre as entrevistadas um entendimento de que a vida psíquica é animada pela confluência da subjetividade com a materialidade do mundo exterior. Textos

de Freud como *Mal-Estar na Civilização e Psicologia do Eu e das Massas* são citados como referências tanto por quem se aproximou da Psicanálise com uma consciência racial estabelecida quanto por quem desenvolveu tal consciência depois de ter escolhido a Psicanálise.

Contudo, os relatos concernentes ao diálogo entre a Psicanálise e as questões raciais foram bastante diversos e inevitavelmente levaram a uma categoria no plural: articulações. Das 13 participantes, 3 não realizaram articulação entre Psicanálise e raça em suas reflexões e dedicaram-se exclusivamente ao estudo da teoria psicanalítica na sua vida profissional. Todas as outras indicaram costuras intencionais entre Psicanálise e outras disciplinas - Sociologia, Antropologia, História, Linguística, Direito - realizadas a partir da percepção de limitações da Psicanálise para lidar com a materialidade da racialização e do racismo. Tais costuras foram articuladas a partir e através da história pessoal e profissional: da experiência de ser negra e dos encontros com outros sujeitos também negros relacionados a seu campo de atuação - pacientes, colegas e autoras negras.

Quatro das outras 10 participantes reconheceram contribuições de suas atividades militantes, prática clínica e leituras sobre questões raciais para o posterior pensar e fazer Psicanálise, dando-se nesse contexto a articulação entre Psicanálise e raça. As 6 demais expressaram que foi uma insuficiência da Psicanálise para dar conta da racialização e de seus impactos que levou à busca de autoras e discussões sobre raça. Dentre estas, apesar da compreensão de que a Psicanálise possui recursos para falar da experiência negra, a maioria relatou que a percepção da insuficiência surgiu da prática clínica. Nesse sentido, as articulações entre Psicanálise e outras disciplinas para endereçar questões raciais não vieram de um lugar psicanalítico, e sim da experiência do ser racializado.

3.3 Descobrimo-se negra

“Ser negro é ocupar fronteiras e também um não lugar.” (Grada)

As falas sobre ser negro foram tão diversas quanto as histórias pessoais de cada participante, porém pouco mais da metade delas explicitou a percepção de si como uma pessoa negra desde o início da vida, mesmo que não tivessem tido conversas sobre essa denominação, por exemplo, com familiares. A percepção sobre ser uma pessoa negra desenvolveu-se pela experiência de violências raciais vividas ou testemunhadas. Apenas uma pessoa declarou que na juventude negava ser negra e queria ser branca, porém passou a afirmar-se negra na vida adulta.

As maiores similaridades nos conteúdos apresentaram-se a respeito de dois aspectos distintos da vivência. Nove das treze participantes discutiram sobre como a entrada na graduação ou pós-graduação impactou o reconhecimento de si como pessoa negra. Estar em um ambiente universitário posicionou-as racialmente - ou requereu que elas se posicionassem racialmente - e foi o lugar onde experiências de serem reconhecidas como negras aconteceram de maneira proeminente. Além disso, os relatos indicaram que a universidade foi sentida como espaço que permitiu o encontro com semelhantes e onde a identidade e suas expressões foram mais livres.

Outra similaridade sobre a vivência negra, presente na fala de 8 participantes, foi o relato da procura por elas como psicólogas/psicanalistas, tanto por pacientes quanto por colegas, por serem pessoas negras. Segundo as entrevistadas, pacientes negras tendem a buscá-las movidas pela crença de que alguém fenotipicamente semelhante e/ou que estude questões raciais pode escutá-las melhor. Com relação a colegas, esses, brancos, tendem a procurá-las para que os ajudem a proceder clinicamente em casos envolvendo sujeitos racializados ou para indicá-las a pacientes negras que buscam profissionais negras.

3.4 A cor da Psicanálise e das (não) psicanalistas

“A especialização em Psicanálise era um lugar de disputa e que exigia uma fala embranquecida.” (Sueli)

De maneira geral, o tripé formação-análise pessoal-supervisão foi reconhecido como central para tornar-se psicanalista, porém não foi percebido como central para o uso da Psicanálise como referencial teórico-metodológico nas práticas clínicas das entrevistadas. Assim, 9 delas se descreveram como psicólogas clínicas que utilizavam a Psicanálise no seu trabalho e não como psicanalistas. Tal autodenominação se deu por não se inscreverem ao tripé formação-análise-supervisão. Para 3 destas respondentes, o elemento faltante do tripé foi a formação teórica em uma associação psicanalítica, uma vez que estavam em análise e supervisão fora desses espaços.

Apenas 4 das 13 participantes se apresentaram como psicanalistas, das quais 2 fizeram articulações com questões raciais e nenhuma das 2 passou por formação institucional em Psicanálise. Assim, para essas 2 participantes, o tripé não foi central para se denominarem psicanalistas. Nota-se também que 8 entrevistadas, psicanalistas e não psicanalistas, relataram percepções de que a Psicanálise é branca e elitizada, um espaço de “discursos embranquecidos”. A desconsideração das relações étnico-raciais, ao mesmo tempo em que o branco é enfatizado enquanto categoria universal; caracterizaria o embranquecimento dos discursos nos meios psicanalíticos. Essa percepção de “embranquecimento” se originou no não endereçamento de questões de raça por uma maioria de colegas brancos que se denominam psicanalistas.

4 Discussão

Diferentemente dos achados da revista *Psicologia: Ciência e Profissão* nos anos 80 que resultaram no artigo “Eu, mulher, psicóloga e negra” (Colucci & Borges-Andrade, 1984), “no âmbito dos psicólogos psicanalistas” (p. 10), encontramos 12 psicólogas/os negras/os. Foi a partir desse novo lugar do negro na Psicologia/Psicanálise, demograficamente falando, que nossos resultados permitiram explorar a construção de novos lugares, ontológicos e epistemológicos, do negro na Psicanálise: ao mesmo tempo, um lugar e um não lugar duplo, de negro e de psicanalista. Afinal, quem ou o que no Brasil determina quem é negro? E quem determina quem é psicanalista?

É ocupando esses dois não lugares que surge a possibilidade de transformação de pressupostos teóricos da Psicanálise - o saber - através da experiência vivida do negro - o ser. A construção de novos lugares epistemológicos identificada nas entrevistas foi realizada pelas psicólogas e psicanalistas a partir de articulações teóricas interdisciplinares e metodológicas entre psíquico e social para dar conta daquilo que escapa à Psicanálise enquanto teoria e prática no Brasil. Ao ressaltar qualidades epistemológicas e metodológicas da Psicanálise e a necessidade de articulações a partir das limitações percebidas, o movimento das entrevistadas assemelhou-se àquele de reconhecimento das “potencialidades e limites da Psicanálise [freudiana]” (Faustino, 2021) frente às dimensões sociais relacionadas ao sofrimento psíquico presente na obra de Fanon (1952/2008).

As limitações teóricas da Psicanálise percebidas pelas participantes relacionaram-se à ausência ou poucas discussões sobre articulações entre psíquico e social nos meios psicanalíticos com que tiveram contato. Tais limitações também foram apontadas em estudos com profissionais de Psicologia que atuam com demandas emergentes do contexto social, geralmente no sistema público de saúde ou quando inseridos em organizações (Bastos, Gondim, & Borges-Andrade,

2010). No caso das participantes deste estudo, foi enfatizado que a construção de articulações entre Psicanálise e teorias sociais passa por uma dimensão ontológica - perceber-se negro - que implica um reposicionamento ético e político na relação clínica a partir dessa noção de si.

Diante das limitações, a maioria das entrevistadas realizou um salto epistemológico que foi precedido de um salto ontológico: foi pela consciência da racialização, expressa nas falas sobre a experiência de ser negro, que as articulações entre Psicanálise e teorias sociais se deram. Ou seja, tais articulações se relacionaram aos processos subjetivos e sociais de “tornar-se negro”, de construir um “discurso do negro sobre o negro” (Souza, 1983).

Esse salto ontológico carrega duas dimensões de desobediência: uma ontológica e uma epistêmica. Ontológica à medida em que se recusa o lugar da neutralidade associado à prática da psicologia/Psicanálise e epistêmico porque daí se constrói um saber e um posicionamento ético-político fundamental para a prática clínica antirracista (Alves, Costa, & Castellar, 2020). Nesse sentido, a desobediência ontológica opera uma virada decolonial do ser e, como nos recorda Mignolo,

a identidade **na** política [melhor do que política de identidade] é um movimento necessário de pensamento e ação no sentido de romper as grades da moderna teoria política [na Europa desde Maquiavel]. (2008, p. 287, grifo do autor)

Nesse sentido, os resultados ilustraram os persistentes entrelaçamentos entre a colonialidade do saber e a colonialidade do ser sustentados pelo nó histórico-estrutural racial (Maldonado-Torres, 2007; Mignolo, 2017). Foi a negritude vivida como experiência ontológica (Renault, 2011) pelas participantes que possibilitou as mencionadas articulações teóricas e metodológicas, o que nos leva a recordar a proposição ontológica fanoniana:

Fanon argumenta que se “o nada” é a situação do colonizado, então qualquer projeto de libertação terá que se enraizar nele para se afastar dele: o que o negro tem que ser [para ser finalmente], é o seu não ser. . . Do nada ao ser: é a essa viagem que Fanon convida o colonizado. (Renault, 2011, p. 70)

Como característica das diversas articulações, ressalta-se a persistência implícita da concepção de sociogenia em Fanon como opção à ontogenia freudiana para o estabelecimento do sociodiagnóstico (Faustino, 2021). Tem-se o racismo como um determinante social do sofrimento psíquico (Faustino, 2019) e as entrevistadas, como Fanon (1952/2008), partiram do pressuposto de que a questão racial não é apenas uma questão individual.

A percepção de embranquecimentos - tanto dos espaços quanto dos discursos universitários e psicanalíticos - descritos por nossas participantes evidenciam que os espaços universitários e psicanalíticos não estão insulados nem da matriz colonial do poder nem do nó histórico-estrutural racial em que se funda a colonialidade do poder. Diante desses cenários em que as diferenças são, ao mesmo tempo, negadas e hierarquizantes, foi o encontro com semelhantes, com aquelas que também estão na “zona do não ser”, que permitiu a criação de um modelo de identificação que não toma o branco como “única possibilidade de ‘tornar-se gente’” (Souza, 1983).

Na demografia atual dos espaços psicanalíticos, o par didata-candidato tem grandes chances de se configurar em mestre branco e discípulo negro, no qual se arrisca operar com base no discurso onde o branco “pensa, logo existe” e o negro cai no vazio ontológico. Nessa dinâmica

traumática, “aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica” (Fanon, 1952/2008, p. 104), enquanto que lidar com as contradições da razão negra requer “precisamente em evitar que o corpo caia na coisidade absoluta” (Mbembe, 2018, p. 251).

Assim, podemos dizer que, seja porque tornar-se psicanalista passe pelo tripé análise pessoal-supervisão-estudos, seja porque vem de um processo de identificação que passará por um grupo majoritariamente branco e de forma não regulamentada, a (im)possibilidade - ou seria recusa, em alguns casos? - de se denominar psicanalista é atravessada pela experiência do não-ser (branco), especialmente quando consideramos a estrutura “hierárquica de produção e transmissão do saber” (Antonio, 2015) na qual a formação do analista está imbuída.

Embora não tenhamos explorado o acesso à universidade via sistema de cotas com todas as entrevistadas, a mudança demográfica na população universitária a partir de 2004 associada ao estabelecimento dos programas de ação afirmativas pode ter estabelecido condições propícias para a construção desse discurso do negro sobre o negro - se não diretamente pelo acesso via ação afirmativa, indiretamente pelo contato com a demografia universitária brasileira em transformação.

5 Considerações finais

Ao escutar psicólogas, psicólogos e psicanalistas em 2021, suas falas nos disseram da construção de novos lugares para os negros na Psicanálise. Essas construções particulares incluíram articulações da Psicanálise com teorias sociais a partir de uma dimensão epistemológica - reconhecimento das potencialidades e limitações da Psicanálise para compreender dimensões sociais do sofrimento psíquico - e outra ontológica - a experiência vivida do negro (Fanon, 1952/2008), do tornar-se negro (Souza, 1983). Pode-se dizer que a percepção de limitações teóricas convocou a subjetividade da experiência vivida para movimentar o conhecimento na direção de outra lógica.

Assim, esta pesquisa indica que, perante os entrelaçamentos das colonialidades do saber e do ser (Mignolo, 2017) na matriz colonial de poder (Quijano, 1992), a desobediência ontológica é fundamental para a desobediência epistêmica. Desobediências que já estão em curso, como nos mostram as participantes desta pesquisa. Devemos ainda nos recordar que a decolonialidade é algo em movimento há algum tempo e que liberar o ser e o saber da lógica colonial é urgente. Ainda que não finalizado, o próprio caminhar dentro deste objetivo revela uma prática diferenciada. Nesse sentido, este trabalho apresenta não só contribuições para os estudos decoloniais ao investigar empiricamente as relações entre colonialidade do saber e do ser, mas também contribuições para a formação e atuação de psicólogas e psicanalistas frente a demandas na intersecção do psíquico e do social ao descrever a construção de posturas ético-políticas por parte de nossas entrevistadas. Essas construções ético-políticas enfatizam que formação e atuação são estruturadas não só por aspectos epistemológicos, mas também ontológicos. Para repensar formação e atuação atentas às relações raciais, então, devemos ir além de uma reformulação curricular ou de um letramento racial massificado. É preciso que educadores e profissionais da Psicologia reflitam sobre sua posicionalidade e sobre a historicidade e estrutura nas quais suas posições - de raça, etnia, gênero, classe, geográficas - estão inseridas.

Embora nossas contribuições sejam amplas e inéditas, é preciso reconhecer as limitações de nosso estudo, sendo uma das principais a inclusão apenas de profissionais de Brasília e outra a não abordagem sistemática da participação das entrevistadas em programas de ação

afirmativas para acesso à universidade. A expansão do estudo para o resto do Brasil e o estabelecimento de objetivos que contemplem a abordagem às relações raciais na prática clínica por profissionais negras e brancas podem trazer ricas contribuições para uma prática *psi* antirracista, sendo esta uma que reconheça o nó histórico-estrutural racial que articula as dimensões política, econômica, social e subjetiva.

Sendo assim, é necessário o reconhecimento da racialização e de que sujeitos racializados - os brancos e os negros - estão deslocados na pretendida história universal do conhecimento. Profissionais brancas e negras partem de lugares ontológicos diferentes. Não porque a ficção da raça seja real, mas porque essa ficção ou o mito negro (Souza, 1983) se insere na matriz de poder colonial e cria diferenças ontológicas e subontológicas (Maldonado-Torres, 2007). Porém, como apontam os nossos dados, o reconhecimento dos entrelaçamentos da colonialidade do saber e da colonialidade do ser e a compreensão da diferença ontológica podem dar início a um movimento epistemológico que (de)racializa a Psicanálise para psicanalisar a racialização.

Notas

- 1 Faustino (2015) opta pelo conceito de racialização proposto nas obras de Valter Silvério: a ideia de “racialização” ou “formação de raça” se baseia no argumento de que a raça é uma construção social e categoria não universal ou essencial da biologia. Raças não existem fora da representação. Em vez disso, elas são formadas na e pela simbolização em um processo de luta pelo poder social e político. O conceito de racialização refere-se aos casos em que as relações sociais entre as pessoas foram estruturadas pela significação do caráter. (Silvério & Trinidad, 2012, p. 8)

Referências

- Almeida, Nathália de Sousa** (2021). *Racismo e Psicanálise: A voz da mulher negra na literatura* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia].
- Alves, Míriam Cristiane, Costa, Eliane Silvia, & Castelar, Marilda** (2020). Psicologias Antirracistas: Desafios Epistemológicos, Metodológicos e Ético-Políticos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40 (nspe), 1-5. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003052019>
- Ambra, Pedro** (2019). O lugar e a fala: A Psicanálise contra o racismo em Lélia Gonzalez. *Sig-Revista de Psicanálise*, 8, 85-101. <http://sig.org.br/bkp/wp-content/uploads/2020/05/Edicao14-Completa.pdf>
- Antonio, Maria Carolina Araújo** (2015). *A ética do desejo: Estudo etnográfico da formação de psicanalistas em escolas lacanianas de Psicanálise* [Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP].
- Bardin, Laurance** (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bastos, Antônio V. Bittencourt, Gondim, Sônia M. Guedes, & Borges-Andrade, Jairo Eduardo** (2010). As mudanças no exercício profissional da psicologia no Brasil: o que se alterou nas duas últimas décadas e o que vislumbramos a partir de agora? In Antônio V. B. Bastos & Sônia M. Guedes Gondim (Orgs.), *O trabalho do psicólogo no Brasil* (pp. 419-495). Bookman.
- Birman, Joel** (2019). Desconstrução do racismo. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 22(1), 166-169. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2018v22n1p166.10>
- Colucci, Vera Lúcia & Borges-Andrade, Jairo Eduardo** (1984). Eu, mulher, psicóloga e negra. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 4(2), 10-15. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/Zf4YfWqW-wsvNms5LBgsFdSB/>
- Creswell, John & Poth, Cheryl**. (2016). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches*. Sage.
- Diaz, Fernando Sobhie** (2012). Origens e marcas da institucionalização na Psicanálise do Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 19(3), 1093-1097. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702012000300019>
- Dimenstein, Magda** (2000). A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estudos de Psicologia*, 5(1), 95-121. <https://www.scielo.br/j/epsic/a/FbK3GQ3CR4PDPKGNHZQ3bSk/?format=pdf&lang=pt>
- Facchinetti, Cristiana & Venancio, Ana Teresa A.** (2016). Entre a Psicanálise e a degenerescência: sexualidade e doença mental no início do século XX no Brasil. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 9, 151-161. <https://doi.org/10.1590/1415-47142006001012>
- Fanon, Frantz** (1952/2008). *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA.
- Faustino, Deivison Mendes** (2015). “Por que Fanon? Por que agora?”: *Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil* [Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP].
- Faustino, Deivison Mendes** (2018). Frantz Fanon: Capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo/Frantz Fanon. *SER Social*, 20(42), 148-163. https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14288
- Faustino, Deivison Mendes** (2019). El malestar colonial: racismo y sufrimiento psicológico en Brasil. *Clínica & Cultura*, 8(2), 82-94. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-25092019000200007&lng=pt&nrm=iso.
- Faustino, Deivison Mendes** (2021) Notas sobre a sociogenia, o racismo e o sofrimento psicossocial no pensamento de Frantz Fanon. *Revista Eletrônica Interações Sociais*, 4(2), 10-21. <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/12211>

- Fernandes, Rafael Aiello** (2018). *Racismo e Psicanálise em Produções Acadêmicas* [Tese de Doutorado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas/SP.
- Freud, Sigmund** (1919/1976). *Sobre o ensino da Psicanálise nas universidades* (M. A. Rego, trad). Imago.
- Grosfoguel, Ramón** (2012). El concepto de «racismo» en Michel Foucault y Frantz Fanon: ¿teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser?. *Tábula Rasa*, 16, 79-102. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39624572006>
- Grosfoguel, Ramón** (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: Racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, 31, 25-49. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>
- Guerra, Andréa Máris Campos** (2020). O Papel da Psicanálise na Desconstrução do Racismo à Brasileira. *Subjetividades*, 20(nspe.2), 1-14. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20iEsp2.e9547>
- Maldonado-Torres, Nelson** (2007). On the Coloniality of Being: Contributions to the Development of a Concept. *Cultural studies*, 21(2-3), 240-270. <https://doi.org/10.1080/09502380601162548>
- Maldonado-Torres, Nelson**. (2017). Frantz Fanon and the decolonial turn in psychology: From modern/colonial methods to the decolonial attitude. *South African Journal of Psychology*, 47(4), 432-441. <https://doi.org/10.1177/0081246317737918>
- Martins, Edna, Santos, Alessandro Oliveira, & Colosso, Marina** (2013). Relações étnico-raciais e psicologia: Publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. *Psicologia: Teoria e Prática*, 15(3), 118-133. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000300009
- Mbembe, Achille** (2018). *Crítica a razão negra*. n-1 Edições.
- Mignolo, Walter** (2008). Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: Literatura, língua e identidade*, 34, 287-324. http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf
- Mignolo, Walter** (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94), 1-18. <https://doi.org/10.17666/329402/2017>
- Renault, Matthieu** (2011). *Frantz Fanon: De l'anticolonialisme à la critique postcoloniale*. Éditions Amsterdam.
- Sandall, Hugo, Queiroga, Fabiana, & Gondim, Sonia M. Guedes** (2022). Quem somos? Caracterizando o perfil das(os) psicólogas(os) no Brasil. In Antonio V. B. Bastos (Org.), *Quem faz a Psicologia Brasileira? um olhar sobre o presente para construir o futuro, formação e inserção no mundo do trabalho*, volume I, formação e inserção no mundo do trabalho (1ª ed.). CFP.
- Schechter, Rosa Coutinho & Bonfim, Flavia Gaze** (2020). Psicanálise e racismo: entre os tempos de ver, compreender e concluir. *Ayvu: Revista de Psicologia*, 7, 1-29. <https://periodicos.uff.br/ayvu/article/view/43469/27979>
- Silva, Nádia Maria Cardoso da** (2020). Virginia Leone Bicudo e Guerreiros Ramos – para uma epistemologia decolonial da perspectiva negro-brasileira nas Américas. *IdeAs. Idées d'Amérique*, 16, 1-23. <https://doi.org/10.4000/ideas.9758>
- Silvério, Valter Roberto & Trinidad, Cristina Teodoro** (2012). Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo? *Educação & Sociedade*, 33, 891-914. <https://www.scielo.br/j/es/a/MgJXTqXCNdynSGQZzWtS8mM/?format=pdf&lang=pt>
- Souza, Joana** (2018). Sobre a formação do psicanalista: entre o movimento psicanalítico e a institucionalização da Psicanálise. *Psicanálise & Barroco em Revista*, 12(2), 87-99. <http://seer.unirio.br/psicanalise-barroco/article/view/7371>
- Souza, Neusa Santos** (1983). *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Graal.

Torquato, Luciana Cavalcante (2014). A Psicanálise e a construção de uma nação moderna: a apropriação médico-higienista. *Psicanálise & Barroco em Revista*, 12(2), 13-40.

<http://seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/article/view/7368>

Torquato, Luciana Cavalcante (2015). História da Psicanálise no Brasil: Enlaces entre o discurso freudiano e o projeto nacional. *Revista de Teoria da História-Journal of Theory of History*, 14(2), 47-77. <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/39248/19855>

Torquato, Luciana Cavalcante & Rocha, Guilherme Massara (2016). A peste no Brasil: A introdução das ideias freudianas no Brasil a partir da medicina e do modernismo. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 19, 425-440. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982016003005>

Quijano, Aníbal (1992). Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú indígena*, 13(29), 11-20. <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>

FERNANDA SOUSA-DUARTE

<https://orcid.org/0000-0003-3071-7531>

Pesquisadora pós-doutoral no Departamento de Sociologia da Universidade de Amsterdam, Holanda. Doutora em Psicologia, professora no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações-PSTO da Universidade de Brasília.

E-mail: sousaduartefernanda@gmail.com

ANA PAULA MORAIS

<https://orcid.org/0009-0008-1984-3370>

Mestra em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília. Atua em clínica psicanalítica.

E-mail: anapaulamoraismorais.psicologa@gmail.com

Histórico	Submissão: 07/07/2023 Revisão: 29/12/2023 Aceite: 15/03/2024
Contribuição dos autores	Conceitualização: FSD. Curadoria de dados: APM Análise dos dados: FSD; APM Redação do manuscrito original: FSD; APM Redação - revisão e edição: APM; FSD
Financiamento	Não houve financiamento
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	Não se aplica.

SEXISMO E REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NOS ROMANCES LITERÁRIOS: INFLUÊNCIAS NA IDEALIZAÇÃO DE RELACIONAMENTOS AMOROSOS

SEXISMO Y REPRESENTACIONES DE LO FEMENINO EN LAS NOVELAS LITERARIAS: INFLUENCIAS EN LA IDEALIZACIÓN DE LAS RELACIONES AMOROSAS

SEXISM AND REPRESENTATIONS OF THE FEMALE IN LITERARY NOVELS: INFLUENCES ON THE IDEALIZATION OF LOVE RELATIONSHIPS

Larissa Andrade Tavares¹ e Luciana Martins Quixadá¹

¹ Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil

Resumo: Esta pesquisa pretendeu discutir representações do feminino e o sexismo em romances literários e sua relação com uma possível idealização de relacionamentos amorosos. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica discutindo sexismo, psicologia, feminismo e arte, e foram analisados um romance russo do século XIX, “*Anna Kariênina*” (Liev Tolstói, 1877/2017), e dois romances norte-americanos do século XXI: “*Belo Desastre*” (Jamie McGuire, 2011) e “*É Assim que Acaba*” (Colleen Hoover, 2016), a fim de comparar as representações do feminino. Concluiu-se que as características sexistas nos romances literários não necessariamente reforçam o sexismo na idealização de relacionamentos amorosos, porém há essa possibilidade quando a representação é romantizada pela obra. Ademais, destacaram-se vantagens na presença de criticidade no próprio romance, por possibilitar a conscientização acerca do assunto. Portanto, reafirma-se a importância de questionar os padrões de gênero, especialmente entre os meios midiáticos, haja vista os riscos em relações pautadas pelo sexismo.

Palavras-chave: Sexismo; Literatura; Relacionamento amoroso; Subjetividade; Feminismo.

Resumen: Esta investigación tuvo como objetivo discutir las representaciones de lo femenino y el sexismo en las novelas literarias y su relación con una posible idealización de las relaciones románticas. Se realizó una investigación bibliográfica discutiendo sexismo, psicología, feminismo y arte, y se analizaron una novela rusa del siglo XIX, “*Anna Kariênina*” (Liev Tolstói, 1877/2017), y dos novelas estadounidenses del siglo XXI, “*Maravilloso desastre*” (Jamie McGuire, 2011) y “*Romper el círculo*” (Colleen Hoover, 2016), con el fin de comparar las representaciones del femenino. Se concluyó que las características sexistas en las novelas no necesariamente refuerzan el sexismo en la idealización de relaciones románticas, pero esta posibilidad existe cuando la representación es romantizada por la novela. Además, se destacaron ventajas de la presencia de criticidad en la propia novela, ya que permite sensibilizar sobre el tema. Por ello, se reafirma la importancia de cuestionar los estándares de género, especialmente entre los medios de comunicación, dados los riesgos de las relaciones guiadas por el sexismo.

Palabras clave: Sexismo; Literatura; Relación amorosa; Subjetividad; Feminismo.

Abstract: This research aimed to discuss representations of the feminine and sexism in literary novels and their relationship with a possible idealization of romantic relationships. A bibliographical research was carried out to discuss sexism, psychology, feminism and art, and a 19th century Russian novel, “*Anna Karenina*” (Liev Tolstói, 1877/2017), and two 21st century North American novels, “*Beautiful Disaster*” (Jamie McGuire, 2011) and “*It Ends With Us*” (Colleen Hoover, 2016) were analyzed in order to compare female representations of the feminine. It was concluded that sexist characteristics in literary novels do not necessarily reinforce sexism in the idealization of romantic relationships, but this possibility exists when the representation is romanticized by the novel. Furthermore, advantages were highlighted in the presence of criticality in the novel itself, as it makes it possible to raise awareness about the subject. Therefore, the importance of questioning gender standards is reaffirmed, especially among the media, given the risks in relationships guided by sexism.

Keywords: Sexism; Literature; Romantic relationship; Subjectivity; Feminism.

1 Introdução

Estudar saúde mental é também estar atento às implicações das relações sociais na vida de cada sujeito. Para isso, é importante observar as expectativas atribuídas, ou seja, qual a idealização que se tem para tais relações e como esses relacionamentos se desenrolam. Idealizar, conforme a definição do dicionário de Ferreira (2001, p. 400) é “1. Tornar ideal;... 2. Fantasiar (1). 3. Projetar, planejar...”. Enquanto isso, “ideal” é “1. Que existe somente na idéia; imaginário. 2. Que reúne toda a perfeição concebível... 3. O que é objeto da nossa mais alta aspiração” (Ferreira, 2001, p. 400). Portanto, ter uma idealização é fantasiar, projetar ou planejar, algo que é da concepção de perfeito, ou ideal, do indivíduo.

As relações sociais são marcadas por idealizações de papéis sociais, e pesquisas notam que “os veículos de comunicação fixam estereótipos geradores de preconceitos e discriminação, produzindo e reproduzindo valores e hábitos consoantes a formações ideológicas sexistas” (Velo, Vasconcelos, & Ferreira, 2017, p. 68). Esse sexismo pode ser definido “como um conjunto de estereótipos sobre a avaliação cognitiva, afetiva e atitudinal acerca do papel apropriado na sociedade, dirigida aos indivíduos de acordo com o sexo.” (Formiga, Golveia, & Santos, 2002, p.105).

Segundo Simone Beauvoir (1949/2019, p. 17), “os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições, e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado *handicap*”. Com a palavra “*handicap*”, Beauvoir referia-se à sistemática desvantagem que as mulheres sofriam em relação aos homens devido às restrições culturais, sociais e econômicas impostas pelo sexismo.

Ana Maria Veloso et al. (2017) apontam uma mudança promovida pelos movimentos feministas nas últimas décadas. Esses movimentos exigiam, como direito às mulheres, “mais espaço na sociedade, maior presença no mercado de trabalho e autonomia sobre suas vidas” (Velo et al., 2017, p. 79). Apesar disso, Veloso et al. (2017, p. 79) notam que ainda são muitas as formas de discriminação e violência sofridas pelas mulheres, “e as representações do feminino feitas a partir da mídia seguem essa tendência”. Nos romances literários, apesar da ficção, é possível identificar uma aproximação com a realidade nas representações de relacionamentos amorosos. Como afirmam Sonia Barroco e Tatiane Superti (2014, p. 23):

a arte está intrinsecamente ligada à vida, às relações sociais de determinada época, de modo que se pode entender que o material para o conteúdo e estilo artísticos são apreendidos da realidade e trabalhados a partir dela. Mesmo assim, a obra de arte não se constitui em cópia fiel da realidade objetiva, mas em algo novo, fruto de ação criativa que se transforma em produto cultural.

Os relacionamentos amorosos são um exemplo de relação social que se destaca em muitas obras do gênero romance na literatura, e frequentemente essas relações apresentam contornos sexistas. Como exemplo de sexismo na literatura, notou-se na literatura do século XIX dicotomias como “a fragilidade feminina *vs.* a força masculina e a passividade feminina *vs.* a actividade masculina” (Poeschl, Silva, & Clémence, 2004, p. 42), sendo essas mesmas dicotomias também apontadas pelos autores como presentes na realidade social.

A autora Ana Berges (2016, p. 263, tradução nossa), analisando duas séries de romance, “*Crepúsculo*” (Stephenie Meyer) e “*Cinquenta tons*” (E. L. James), fala sobre o mito do amor romântico, afirmando que este “sustenta as desigualdades sociais ao recriar estereótipos de gênero e colocar as mulheres em situação de vulnerabilidade, em decorrência da ideologia binária, da complemen-

taridade dos sexos e da heterossexualidade normativa”. Além disso, Altenburger, Carotta, Bonomi e Snyder (2016), que também discorre sobre a série “*Cinquenta Tons*” (E. L. James), afirmam que, apesar de a mídia ter rotulado essas obras como fortalecedoras da sexualidade feminina, elas se alinham às ideologias tradicionais de gênero, e a mulher é retratada como sendo “mais fraca, menos assertiva, mais emocional e menos inteligente” (Altenburger et al., 2016, p. 123 tradução nossa).

Kundan Iqbal (2014) apresenta os impactos positivos e negativos da leitura de romances literários por mulheres em sua saúde sexual e reprodutiva, porém não delimita se os romances influenciam as atitudes e crenças das leitoras, ou se atraem leitoras com atitudes particulares em relação à sexualidade. Nota-se uma produção ainda incipiente sobre a temática do sexismo nos relacionamentos amorosos descritos nos romances literários.

Tendo em vista os prejuízos que o sexismo causa às mulheres, o objetivo geral desta pesquisa foi discutir as representações do feminino e o sexismo em romances literários e sua relação com uma possível idealização de relacionamentos amorosos. Propõe-se, ainda, que sejam realizadas novas pesquisas com entrevistas a leitores, ampliando a discussão.

2 Metodologia

O método utilizado foi qualitativo, realizando pesquisa bibliográfica com textos científicos e literários que abordavam pontos-chave da temática: sexismo, psicologia, feminismo e arte. Essa revisão de literatura teve como intuito realizar uma discussão acerca da temática, antes de entrar em uma análise discursiva e psicológica de personagens femininas de romances literários, observando a relação dessas personagens com o sexismo. Por esse motivo, discorreu-se sobre sexismo na literatura, e foram utilizadas também teorias feministas e psicológicas que fundamentam a discussão.

Foram selecionados artigos em língua portuguesa e, para ampliar a pesquisa, foram incluídos artigos em inglês e espanhol. As plataformas utilizadas foram Scielo, PubMed e Pepsic, por serem bases de dados gratuitas, e também foram consideradas indicações de leitura para enriquecer o conteúdo. Além disso, pelo menos 25% dos artigos pesquisados são dos últimos cinco anos, visando construir uma pesquisa atualizada, mas sem excluir totalmente dados e pesquisas relevantes e anteriores.

Com relação à escolha dos romances para análise, Gabrielle Poeschl, Aurora Silva e Alain Clémence (2004) apontam que, apesar das importantes mudanças na situação social das mulheres nos últimos cem anos, não raro, produções culturais oferecem visão estruturada nas ideologias do século XIX, ainda que façam ajustes necessários para atualizar os retratos sociais. Os autores afirmam que “essas imagens podem continuar a insinuar-se nas representações que as pessoas veiculam da masculinidade e da feminilidade, indicando o que devem ser e o que devem fazer para serem verdadeiramente homem ou mulher” (Poeschl, Silva, & Clémence, 2004, p. 43).

A partir dos apontamentos acima, a presente pesquisa buscou comparar diferenças entre espaço e tempo nas representações do feminino nos romances literários. Além disso, para ampliar a diversidade das comparações, levou-se em consideração a abordagem do autor sobre o tema. Foram escolhidos três romances, sendo um de período literário e espaço diferente dos outros dois, e as três histórias com diferentes desfechos.

A primeira obra selecionada foi “*Anna Kariênina*” (Liev Tolstói, 1877/2017), um romance russo do século XIX, inserido no período literário realista, o qual se propunha a ter um olhar

crítico sobre a sociedade. As duas outras obras escolhidas são norte-americanas, contemporâneas do século XXI, já consideradas *best sellers* pelo *The New York Times*: “*Belo Desastre*” (Jamie McGuire, 2011) e “*É Assim Que Acaba*” (Colleen Hoover, 2016). Optou-se por analisar dois romances contemporâneos, ao invés de apenas um, para destacar as diferentes possibilidades de abordar representações do feminino na sociedade atual.

Assim, foi possível comparar representações do feminino de períodos, espaços e desfechos diferentes. Outrossim, esta análise problematizou as representações do feminino nesses romances, questionando se essas podem reforçar o sexismo na idealização de relacionamentos amorosos, mas também possibilitar repensar essas relações. Não foram coletadas percepções de leitores dessas obras, portanto, novas pesquisas podem ser realizadas adicionando esses dados.

3 Discussão

3.1 Cultura, subjetividade e sexismo

Ao abordar a arte, de acordo com Lev Vigotski (1960/1999), é inviável retroceder da obra ao psiquismo do autor para compreender exatamente seus pensamentos, assim como não é possível analisar as emoções do espectador apenas a partir da arte apreciada. Contudo, ele não ignora o psiquismo humano e sua relevância como mecanismo mediador para produção da arte, assim como a arte também é mediadora para construção da subjetividade.

Dito isso, Vigotski (1999) cita as manchas de tintas de Rorschach para destacar que cada pessoa é capaz de atribuir seu significado a uma obra de arte, ou seja, interpretamos e vivenciamos de maneiras diferentes uma mesma obra, não podendo responsabilizá-la pelas ideias que dela surgem. Ele afirma que “a apreciação da arte estará sempre na dependência da interpretação psicológica que dela fizermos” (Vigotski, 1999, p. 303). Por outro lado, a subjetividade de cada sujeito também é construída a partir de vivências sociais e pela cultura que o perpassa:

o discurso não é, pois, uma construção de um sujeito independente das relações sociais e do condicionamento inconsciente, mas, ao contrário, o fazer discursivo é uma práxis humana que só pode ser compreendida a partir do entendimento das contradições sociais que possibilitaram sua objetivação e de como cada indivíduo processa através do seu psiquismo essas determinações. (Magalhães & Mariani, 2010)

As produções artísticas seguem essa lógica, segundo Vigotski (1999, p. 308): “A arte recolhe da vida o seu material”, embora produza “acima desse material algo que ainda não está nas propriedades desse material.” A exemplo disso, na apresentação da obra “*Anna Kariênina*”, Rubens Figueiredo (2017, p. 7) afirma que “Tolstói fez das pessoas à sua volta - familiares, amigos e conhecidos - os modelos para os personagens”, e também destaca que, na parte final do romance, Tolstói manifestou “sua aversão à violência em geral” (Figueiredo, 2017, p. 8). Desse modo, é possível confirmar que uma obra é elaborada a partir da percepção do autor sobre a vida e transformada de forma criativa para produzir algo além da experiência vivida, independente de concordar ou não com as opiniões do autor.

Quanto à percepção do leitor, Mikhail Bakhtin (1997, p. 317) afirma que “nosso próprio pensamento — nos âmbitos da filosofia, das ciências, das artes — nasce e forma-se em interação e em luta com o pensamento alheio, o que não pode deixar de refletir nas formas de expressão verbal do nosso pensamento”. Isso ressalta que as ideias de cada sujeito também são

construções sociais influenciadas pela cultura, e o que é expresso por cada um é resultado das interações e confrontos com os outros. Portanto, as ideias também são moldadas nas relações, seja pela concordância ou pela contradição, pois “A comunicação social torna-se o agente vivo do processo de construção e reconstrução de sentidos” (Stella & Brait, 2022, p. 66), constituindo uma relação dialética com o meio.

Desse modo, entende-se que o sentimento é subjetivo, mas também social, embora não seja coletivo. Assim, apesar de a interpretação do espectador depender de sua visão pessoal prévia, essa visão pode ser alterada pelo contato com a obra. Segundo Barroco e Superti (2014) a obra de arte pode proporcionar nova organização psíquica ao indivíduo, permitindo a vivência indireta de emoções, sentimentos e relações sociais.

Outro ponto relevante a considerar é a forma como o tema da obra é posto. Segundo Vigotski (1999, p. 59), “a obra de arte perde o seu efeito estético caso se lhe destrua a forma”. Em complemento a isso, Paulo Stella e Beth Brait (2022, p. 63) afirmam que quando palavras, esculturas, desenhos e músicas são retirados de seu contexto, “perdem seu valor de signos ideológicos representantes de uma época, de um posicionamento histórico, e passam a valer apenas em sua estrutura formal, como materiais brutos sem valor ideológico”. Portanto, o contexto e a abordagem de um conteúdo influenciam a forma como o leitor percebe as informações.

Tendo entendido que “o homem só se torna homem ao apropriar-se do mundo, e a constituição da sua subjetividade caminha desse ir e vir do mundo interno para o mundo externo, numa relação dialética entre objetividade e subjetividade” (Aita & Facci, 2011, p. 35), a idealização é construída socialmente, embora também tenha um aspecto pessoal. Para melhor compreensão, segundo Andréa Zanella (2004), Vigotski define signos como instrumentos psicológicos moldados socialmente e utilizados para comunicação, enquanto o sentido atribuído a esses signos varia individualmente, influenciado por experiências pessoais. Assim, a idealização é subjetiva, mas também é moldada por interações sociais e experiências compartilhadas.

Com a distinção de gêneros, masculino e feminino, associada ao sexo biológico, cada criança que nasce já é inserida na cultura de sua sociedade como feminina ou masculina, e são apresentados a ela atributos, comportamentos e atitudes vinculados, pela sociedade, a cada gênero (Formiga et al., 2002). Consequentemente, desde cedo, para além das características biológicas, a criança começa a desenvolver sua compreensão dos gêneros, influenciando suas avaliações, preferências e escolhas relacionadas ao papel sexual (Formiga et al., 2002).

Mais uma vez, observa-se a interação entre objetividade e subjetividade, que leva, neste caso, à construção de uma idealização dos papéis de gênero masculino e feminino. Ou seja, é a partir da interação com a cultura, que reproduz e perpetua certas ideias e comportamentos, que se constrói uma idealização do que é esperado de homens e mulheres, dentro de uma perspectiva sexista.

Também, Beauvoir (1949/2019, p. 11) afirmou que “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher.” A problemática acerca disso existe porque “na medida em que homens e mulheres não estão proporcionalmente representados em papéis sociais específicos, acabam por adquirir diferentes competências e crenças que, por sua vez, afetam o seu comportamento social” (Nogueira, 2017). Como exemplo dessa construção sexista, Maria Osterne e Clara Silveira (2012, p. 103) afirmam que “A sociedade atribui às mulheres, desde crianças, comportamentos dóceis, delicados e passivos. Em contrapartida, os homens são educados para tomar iniciativa, extravasando sua agressividade no cotidiano”.

A perspectiva apresentada também é válida para abordar a idealização de relacionamentos amorosos. Contudo, primeiro é importante destacar que a definição dos papéis de gênero varia em diferentes contextos devido às mudanças culturais. Como os papéis de gênero

são construídos socialmente, as noções de gênero também não são fixas. Conforme Nogueira (2017), o gênero “não existe nas pessoas, mas sim nas relações sociais”.

Nos estudos do feminismo interseccional, a raça, a orientação sexual e a classe social são fatores relevantes a serem considerados nas pesquisas sobre gênero, pois influenciam a experiência de ser mulher. Ademais, segundo José Santana e Marcus Belmino (2017, p. 151), “desde o final dos anos 1940 . . . muita coisa mudou e o fazer-se mulher transformou-se, pluralizou-se”. Portanto, a compreensão sobre o gênero precisa ser situada no contexto histórico e social.

Embora os padrões de gênero variem ao longo do tempo e em diferentes contextos, ainda desempenham um papel significativo nas experiências de vida da mulher. E entendendo que não existe uma só maneira de vivenciar relações de gênero, mas que o sexismo está presente nas relações, não se trata de combater todas as situações que se encaixam nos padrões sociais vigentes nos relacionamentos atuais. Em vez disso, é crucial compreender os sentidos e as repercussões de cada dinâmica de relacionamento em seus respectivos contextos e questionar quando há dominação e sofrimento.

Conforme apontado por Osterne e Silveira (2012, p. 105), Foucault interpreta o poder como uma “prática social construída historicamente” e presente nas relações, sendo, portanto, algo que todas as partes exercem, mas não de maneira igualitária. Para Foucault, o poder emerge da existência de saberes desqualificados, considerados saberes inferiores, estabelecendo uma hierarquia e se manifestando como uma força “que reprime a natureza, os instintos, uma classe, indivíduos” (Foucault, 2016, p. 15). Desse modo,

Percebemos que a subordinação feminina é uma questão de poder. Os homens se apropriam da maior parcela de poder que lhes cabe nas relações sociais e subjagam as mulheres. Muitas vezes, a dominação masculina se encontra mascarada sob a forma de sentimentos como o amor, o afeto e a ternura. (Osterne & Silveira, 2012, p. 106)

Então, o sexismo destacado na presente pesquisa envolve construções de gênero caracterizadas por desigualdades de poder que oprimem as mulheres. E, embora os relacionamentos abusivos não sejam foco desta pesquisa, ao discutir sobre relações amorosas, é crucial observar que em sociedades marcadas por desigualdade de gênero, um ideal de amor que tolera e perdoa tudo, inclusive a violência, contribui para a continuidade de relações abusivas marcadas por dominação masculina (Silva, 2020). Assim, compreende-se melhor o porquê de algumas mulheres entrarem em relacionamentos amorosos abusivos mais de uma vez em suas vidas, e “Por muito tempo se acreditou no mito de que as mulheres se recusavam a sair de ciclos de violência porque ‘gostavam’” (Silva, 2020, p. 13).

Por isso, “é indispensável a compreensão de como as mulheres assimilam e organizam conceitos, teorias, valores, experiências que elas vivenciam em relação aos ideais de amor e ao conceito de feminino” (Silva, 2020, p. 14), ou seja, mostra-se importante a idealização de relação amorosa que é construída.

3.2 *Romances literários*

Como mencionado anteriormente, a arte se desenvolve a partir das percepções do autor sobre a vida, mesmo que a obra não esteja alinhada com suas próprias opiniões. Considerando que o gênero é construído socialmente, as representações do feminino nos romances literários também variam com o contexto em que estão inseridas. Portanto, é importante destacar que as percepções de um homem podem ser significativamente diferentes das percepções de uma mu-

lher, devido às diferentes experiências com relação ao sexismo. Essa diferença de perspectiva é uma variável que pode influenciar nas representações do feminino nos romances.

Com base no exposto, é viável adentrar na análise de romances literários, concentrando-se nas personagens femininas e em suas relações amorosas, a fim de explorar como essas representações são apresentadas nos romances selecionados. É relevante observar que “Na sociedade atual, com sanções legais contra juízos e condutas discriminatórias em relação ao gênero, o sexismo parece estar tomando novos contornos. . . surgem novas formas de expressar avaliações negativas em relação às mulheres” (Formiga et al., 2002, p. 105).

Desse modo, o primeiro romance analisado foi escrito por um autor masculino, publicado em 1877 e pertence a um período literário que adota uma abordagem crítica da sociedade, o realismo. Em seguida, foram analisados outros dois romances, escritos por autoras contemporâneas.

3.2.1 Anna Kariênina

Na obra “*Anna Kariênina*”, ou *Anna Karenina*, de Liev Tolstói, publicada na íntegra pela primeira vez em 1877, na Rússia, Anna é retratada como uma mulher da alta sociedade, admirada por sua beleza, e é casada com Aleksei Aleksándrovitch Karenin, um rico e respeitado funcionário do governo. Insatisfeita em seu casamento, ela tem um caso com Vrónski, por quem se apaixona. Diante disso, seu marido opta por perdôá-la, evitando o divórcio para preservar sua reputação e impedir que Anna fique com seu amante.

Posteriormente, Anna decide unir-se a Vrónski, o que resulta em seu ostracismo na sociedade. Ela é excluída pelas mulheres e vista como inferior devido a suas ações. Enquanto isso, o irmão de Anna, Stiepan Arcáditch, também trai sua esposa. Embora este tenha um amigo que não concorda com essa atitude, ele escolhe não se distanciar de Arcáditch e nem o criticar pela traição.

Além dos julgamentos morais sobre o certo e o errado, nota-se disparidade no tratamento social dado a Anna e a Arcáditch. Embora o irmão de Anna negligencie sua esposa e filhos, seu principal incômodo reside em ser descoberto em suas ações, ao passo que Anna se castiga por abandonar seu filho, Serioja, e pelas outras decisões que tomou.

Durante a narrativa, Anna expressa: “eu amo duas criaturas, por igual, me parece, Serioja e Aleksei, mas a ambos mais do que a mim mesma” (Tolstói, 1877/2017, p. 642). Anna evidencia o quanto vivia devota ao amor romântico e à criação dos filhos, mas também sob os próprios julgamentos, resultando em uma desvalorização pessoal marcada pela culpa. Desse modo, Anna tem um final infeliz. Culpendo-se pelas suas escolhas, sofrendo com a perda do filho e temendo perder o atual enamorado, ela se vê sem o desejo de continuar a viver.

3.2.2 Belo Desastre

No romance “*Belo Desastre*”, de Jamie McGuire, publicado em 2011, a trama gira em torno de Abby Abernathy e Travis Maddox, jovens que se conhecem na faculdade. No início da obra, Travis consegue conquistar todas as garotas pelas quais se sente atraído, exceto Abby. As mulheres que se interessam por ele são, frequentemente, descritas de forma pejorativa, inclusive pela própria protagonista. Há uma tendência de culpabilização e inferiorização de quem deseja se envolver com Travis, enquanto conquistar o interesse dele é retratado como um prêmio.

Abby se torna interessante para Travis por ser difícil de conquistar, e isso o leva a tratá-la de forma diferente das outras mulheres. Além disso, são apresentadas diversas cenas de assédio

de Travis em relação a Abby, as quais são minimizadas pela própria protagonista, que focaliza sua atenção no corpo de Travis. Embora, ao longo da história, ele apareça com diversas mulheres que acabou de conhecer, sempre que Abby se aproxima de outro homem, Travis questiona o quanto ela o conhece e suas intenções, além de realizar ameaças de agressão ao rapaz.

A violência parece ser bastante naturalizada entre os homens nessa obra. Travis cresceu com um pai alcoólatra e quatro irmãos mais velhos e violentos. Em alguns momentos, ele usa sua força física para impor sua vontade sobre Abby. Além disso, as amigas de Abby, a família de Travis e ele próprio estão constantemente enfatizando a necessidade de ela perdôá-lo por seus erros, argumentando que faria mal a ele ficar sem ela, ou que é necessário ter paciência e tolerância para estar com ele.

Quando Travis percebe que magoou Abby ou cometeu erros enquanto estava alcoolizado, tenta compensar suas ações. Isso leva seus comportamentos problemáticos a serem ignorados ou minimizados, criando uma romantização do amor que ele supostamente sente pela protagonista e destacando seu lado galanteador e romântico. Abby é retratada como uma salvadora, uma mulher capaz de transformar o homem. No desfecho da obra, os dois ficam juntos e se casam de maneira apressada, também em uma tentativa dela de salvá-lo de uma situação perigosa na qual ele se envolveu.

3.2.3 *É assim que acaba*

Este romance foi originalmente publicado em 2016 e é narrado por uma jovem chamada Lily Bloom. A história começa após o velório do pai de Lily, durante o qual ela reflete sobre a raiva que tinha do pai por ele ter praticado violência doméstica com sua mãe, o que também prejudicou a relação de pai e filha.

Logo após o velório, Lily conhece Ryle, um neurocirurgião focado em sua carreira e decidido a não se casar ou ter filhos, enquanto Lily expressa a expectativa de encontrar um homem perfeito e sempre se decepciona nesse aspecto. Mesmo assim, Ryle insistia em buscar encontros casuais com Lily, alegando não conseguir tirá-la da mente. Durante a narrativa, Lily, sem ceder às tentativas de Ryle, provocou uma situação para despertar ciúmes, e Ryle reagiu forçando um beijo com ela. Eventualmente, os dois decidiram se envolver e casaram-se em menos de um ano.

Contudo, ainda antes de se casarem, Ryle começou a manifestar comportamentos agressivos quando estava sob efeito de álcool, sempre jurando que isso não se repetiria. Contudo, as agressões se repetiam, algumas vezes motivadas por ciúmes. Ao longo da história, a protagonista percebeu-se justificando as ações do marido, tentando diferenciá-lo de seu pai, e ponderou sobre a possibilidade de estar repetindo o padrão de comportamento da mãe.

Após o terceiro episódio de violência, Lily fugiu de Ryle e foi para o hospital, onde descobriu estar grávida. Durante a gravidez, ela e Ryle não se relacionaram e, após o parto, ela optou pelo divórcio, para não repetir o relacionamento que sua mãe teve e não prejudicar a relação de pai e filha que estava iniciando.

3.3 *Comparação e análise das histórias*

É importante avaliar que “*Anna Kariênina*” é um romance do período literário realista e, portanto, mesmo tendo sido escrito por um homem, expôs uma realidade sexista, porém não romantizada. A representação do feminino criada sobre a protagonista expõe o sofrimento das mulheres em uma sociedade marcada pelo sexismo, com um trágico desfecho. Quanto aos relacionamentos

retratados, a relação de Anna e Vrónski também é imperfeita, o que Tolstói cria é uma narrativa em que os personagens são excessivamente humanos. Assim, “o tema do amor romântico é, se não abolido, tratado de forma secundária, despido de idealismo, subordinado a instintos, a fraquezas, a injustiças sociais e a carências rasas ou pelo menos não poéticas” (Figueiredo, 2017, p. 9).

Enquanto isso, em “*Belo Desastre*”, ambientado no século XXI, há uma forte romantização do casal principal e do sexismo. A relação entre Abby e Travis é retratada como abusiva desde o início, antes mesmo de estabelecerem vínculo amoroso, sendo marcada por violência, afinal:

Para algumas mulheres, não são raras as interpretações da violência conjugal como um signo – não da ausência – mas da presença do amor, seja em ato – nas manifestações de ciúmes, por exemplo – seja em expectativa – na promessa do amor futuro, o qual sucederá a explosão da violência. (Martins, Saraiva, & Santiago, 2022, p. 214)

“*Belo Desastre*” também aborda a rivalidade feminina e, assim como em “*Anna Kariênina*”, as representações do feminino são marcadas pelo sexismo que oprime a mulher, revelando diferenças no julgamento das atitudes entre homens e mulheres. Segundo bell hooks (1981/2021, p. 59), “Na educação fundamentalista cristã, a mulher era representada como uma sedutora má. . . homens foram meramente vítimas de seu poder devasso”. Posteriormente, houve uma mudança na imagem da mulher branca como pecadora e sexual para senhora virtuosa, resultando em exploração sexual de mulheres negras escravizadas. Assim, as mulheres brancas passaram a reprimir seus impulsos sexuais naturais e, frequentemente, rotulavam mulheres negras como sedutoras quando sofriam assédio sexual de homens brancos (hooks, 2021).

Também, Valeska Zanello (2018, p. 84) aborda a “prateleira do amor”, mencionando que as mulheres são “elevadas a um falso estado de adoração”, em que precisam sentir-se escolhidas e diferentes das demais. Isso ocorre porque, segundo a autora, “O amor romântico seria um amor corrompido pelas relações de poder, pois estimula e pressupõe uma dependência psicológica das mulheres” (Zanello, 2018, p. 84).

Zanello (2018) argumenta que as mulheres estão enganadas se acreditam em uma posição privilegiada na “prateleira”, pois também são colocadas nessa posição sob julgamento dos homens, sendo avaliadas por eles e podendo sair dessa posição. Um exemplo disso é o que Veloso et al. (2017) apontam em relação à ex-presidente Dilma Rousseff e à esposa do ex-presidente Michel Temer, Marcela Temer: em matérias publicadas sobre essas duas mulheres, foi possível observar traços de sexismo e misoginia, pois, embora as duas sejam diferentes, o tratamento dado reproduz estereótipos direcionados às mulheres, como a “bela, recatada e do lar” e a “explosiva, mal-educada e fora de si” (Veloso et al., 2017). Assim, é evidente que os romances analisados refletem, nas representações do feminino, um sexismo também encontrado na vida real.

Segundo Osterne e Silveira (2012, p. 110), “Bourdieu acredita que o poder simbólico é uma forma de poder invisível. . . É um poder que se exerce não por coação física, mas sim através dos esquemas de percepção e pensamento que se instalam no subconsciente dos indivíduos”. Assim, retornando aos romances, algumas atitudes de Aleksandróvitch e Travis podem ser exemplos de sexismo benevolente. Essa forma de sexismo “romantiza uma versão paternalista das relações íntimas entre homens e mulheres, incluindo a ideia de que os homens se realizam ao valorizar e proteger as mulheres” (Hammond & Overall, 2017, p. 120, tradução nossa). No entanto, essa atitude esconde uma forma de controle imposta por eles. No caso do personagem Ryle, apesar de sua violência ser

mais evidente, sua promessa de amor também revela uma necessidade de controle, evidenciada pelo ciúme pela expectativa de ter Lily sempre disponível desde antes do relacionamento formal.

Uma problemática existente nesse terceiro romance é a ausência de uma crítica interna sobre a importunação e os assédios cometidos por Ryle. O término do relacionamento foi justificado apenas pela violência física. No entanto, a autora procurou abordar as dificuldades que as mulheres enfrentam ao tentar encerrar relacionamentos abusivos, refletidas no sentimento ambíguo da protagonista. Como destacado por Osterne e Silveira (2012, p. 106), é crucial lembrar que “A pequena parcela de poder que cabe ao sexo feminino, dentro de uma relação de subordinação, permite que as mulheres questionem a supremacia masculina e encontrem meios diferenciados de resistência”.

Entre as personagens, é importante destacar a diferença marcada também pelo tempo e pelo espaço. Embora tenha sido observada a persistência do sexismo nas três histórias, adaptando a cada contexto, as abordagens para lidar com esse sexismo também mudaram com o tempo. O desfecho da história de Lily é mais promissor do que o de Anna, por exemplo. Mesmo que ambas demonstrem uma postura ativa na busca do que acreditam ser melhor para si, Anna vive em uma sociedade que penaliza muito mais suas escolhas, e mostra sofrer com a pressão desses julgamentos. Além disso, naquela época, as mulheres estavam muito mais limitadas ao papel de esposas e mães, enquanto Lily tem outras aspirações, revelando uma menor dependência emocional do relacionamento amoroso.

Segundo Garlandia Sousa (2022), promover entre as mulheres o conhecimento e a reflexão sobre comportamentos e atitudes sexistas nas relações íntimas pode proporcionar uma visão crítica do cenário sexista em que estão inseridas. Ademais, Sousa (2022), ao entrevistar mulheres sobre esse tema, observou que, embora elas relatem situações sexistas e demonstrem insatisfação, não estabelecem conexão entre o que vivenciam em seus relacionamentos e o sexismo, justificando os comportamentos masculinos como normais.

Como mencionado anteriormente, a apreciação da arte depende da interpretação do espectador, e as emoções dele não podem ser totalmente compreendidas apenas pela análise de uma obra (Vigotski, 1999). É assim que se compreende a importância da subjetividade do leitor para o entendimento e as emoções que resultarão da leitura de uma obra.

Quando se trata de um romance marcado por características sexistas, é crucial que os leitores saibam identificar esse sexismo e questioná-lo. Caso contrário, “a naturalização da dominação masculina, a partir dos esquemas de percepção, dos símbolos, da cultura e da oposição binária entre o masculino e o feminino, dificulta o questionamento das desigualdades entre os sexos” (Osterne & Silveira, 2012, p. 110). Além disso, a internalização desse sexismo “pode impedir que as mulheres tomem consciência da sua condição de submissão e enfrentem-na” (Osterne & Silveira, 2012, p. 110).

Ainda segundo Osterne e Silveira (2012, p. 113), “Os três principais agentes de perpetuação da oposição binária entre o masculino e o feminino seriam a família, os sistemas educacionais e a mídia”. Como a literatura é uma forma de mídia, ela é apontada como um dos agentes potenciais para reforçar o sexismo ou contribuir para desmistificar as idealizações que promovem a dominação masculina sobre as mulheres. “Se a condição feminina, dentro da ordem patriarcal de gênero, foi construída socialmente, pode-se modificá-la, também, socialmente” (Osterne & Silveira, 2012, p. 114).

4 Considerações finais

A partir da análise realizada, é possível concluir que não há garantia de que um romance com características sexistas irá sempre reforçar uma idealização sexista de relacionamentos

amorosos. No entanto, compreendendo que a relação entre a cultura e a subjetividade de um indivíduo é de natureza recíproca, e não unilateral, há a possibilidade desse reforço ocorrer quando o sexismo é romantizado na leitura e não é devidamente criticado.

Por outro lado, foi possível despendar algumas vantagens acerca de romances literários que oferecem novas perspectivas sobre relacionamentos ao criticar o sexismo representado. Considerando que as relações sociais são construídas por intermédio da cultura, a conscientização sobre o que constitui relações abusivas, problematizando disparidades de poder entre os gêneros, assume um papel crucial na construção de um ideal saudável de relacionamento.

Com relação às obras literárias abordadas nesta pesquisa: *“Anna Kariênina”*, de Liev Tolstói, foi publicada originalmente em um revista russa, entre 1875 e 1877, e a edição utilizada para esta pesquisa foi publicada em 2017 pela editora Companhia das Letras; *“Belo Desastre”*, de Jamie McGuire, foi publicada em 2011 nos EUA, e a edição utilizada foi da Verus Editora, publicada em 2014; *“É assim que acaba”*, de Colleen Hoover, foi publicada em 2016 nos EUA, e a edição utilizada foi da editora Galera, em 2018. Embora apresentem diferenças sociais, espaciais e temporais, são também similares, pois muitos papéis sociais de gênero se repetem, embora adaptados para cada contexto específico. As obras selecionadas permitiram uma comparação que expõe diferentes abordagens das representações do feminino e do sexismo presentes na leitura, podendo ser um romance realista que não romantiza a relação e a narrativa; romantizar o enredo; ou ainda incluir críticas às problemáticas em sua construção.

A presente pesquisa proporcionou uma discussão teórica sobre as possíveis influências do sexismo e das representações do feminino nos romances literários na idealização de relacionamentos amorosos. No entanto, foi baseada apenas em uma revisão teórica, sem considerar a percepção dos leitores desses romances.

Desse modo, pesquisas futuras podem conduzir entrevistas com leitores de romances, comparando a percepção que estes têm da leitura realizada e suas idealizações de relacionamentos amorosos. Também é possível realizar grupos focais para promover discussões sobre essa temática, permitindo que os participantes se beneficiem ao tomar consciência dos riscos de prejuízos causados pelas idealizações sexistas nas relações amorosas.

Referências

- Aita, Elis Bertozzi & Facci, Marilda G. Dias** (2011). Subjetividade: uma análise pautada na Psicologia histórico-cultural. *Psicologia em Revista*, 17(1), 32-47. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000100005&lng=pt&tlng=pt
- Altenburger, Lauren E., Carotta, Christin L., Bonomi, Amy E. & Snyder, Anastasia** (2017). Sexist Attitudes Among Emerging Adult Women Readers of Fifty Shades Fiction. *Archives Of Sexual Behavior*, 46(2), 455-464. <https://doi.org/10.1007/s10508-016-0724-4>
- Bakhtin, Mikhail** (1997). *Estética da criação verbal*. Martins Fontes.
- Barroco, Sonia Mari Shima & Superti, Tatiane** (2014). Vigotski e o estudo da psicologia da arte: contribuições para o desenvolvimento humano. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 22-31. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100004>
- Beauvoir, Simone** (1949/2019). *O segundo sexo: fatos e mitos*. Nova Fronteira.
- Berges, Ana Isabel Gorgas** (2016). El amor romántico como bestseller: lectura en clave feminista de Crepúsculo y Cincuenta sombras. In M. Blanco & Rosa Manuel Segundo (Eds.), *Investigación joven con perspectiva de género* (pp. 245-265). Instituto de Estudios de Género. <http://hdl.handle.net/10016/24050>
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda** (2001). *Mini Aurélio: O minidicionário da língua portuguesa* (5a ed.). Nova Fronteira.
- Figueiredo, Rubens** (2017) Apresentação. In *Anna Kariênina* (L. Tolstói). Companhia das Letras.
- Formiga, Nilton S., Golveia, Valdiney, & Santos, Maria Neusa** (2002). Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 7(1), 103-111. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722002000100013>
- Foucault, Michel** (1976/2016). *Em defesa da sociedade*. Martins Fontes.
- Hammond, Matthew D. & Overall, Nickola C.** (2017). Dynamics Within Intimate Relationships and the Causes, Consequences, and Functions of Sexist Attitudes. *Association for Psychological Science*, 26(2), 120-125. <https://doi.org/10.1177/0963721416686213>
- hooks, bell** (1981/2021). *E eu não sou uma mulher?* Rosa dos Tempos.
- Hoover, Colleen** (2018). *Isto Acaba Aqui*. Galera.
- Iqbal, Kundan** (2014). The impact of romance novels on women's sexual and reproductive health. *Journal Of Family Planning And Reproductive Health Care*, 40(4), 300-302. <http://dx.doi.org/10.1136/jfprhc-2014-100995>
- Magalhães, Belmira & Mariani, Bethania** (2010). Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. *Linguagem em (Dis)curso*, 10(2), 391-408. <https://doi.org/10.1590/S1518-76322010000200008>
- Martins, Ana Carolina B. Leão, Saraiva, Anne B. Nogueira, & Santiago, Vanessa Cunha** (2022). O sujeito das relações abusivas e suas sujeições. In Leônia C. Teixeira, Leonardo Danziato, Danielle Maia Cruz, Jerzui Mender Tomaz, & Jean-Luc Gaspard (Orgs.), *Violência de gênero: aportes conceituais e estratégicos de enfrentamento*(pp. 209-221). CRV.
- Mcguire, Jamie** (2011). *Belo Desastre* (11a ed.). Verus.
- Nogueira, Conceição** (2017). *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Devires. [Ebook Kindle]
- Osterne, Maria do Socorro Ferreira & Silveira, Clara Maria Holanda** (2012). Relações de gênero: uma construção cultural que persiste ao longo da história. *O público e o privado*, 10 (19), 101-121. <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2634#:~:text=Concluiu%2Dse%20que%20as%20rela%C3%A7%C3%B5es,patriarcal%20ainda%20predominante%20na%20sociedade>

- Poeschl, Gabrielle, Silva, Aurora, & Clémence, Alain** (2004). Representações da masculinidade e da feminilidade e retratos de homens e de mulheres na literatura portuguesa. *Psicologia*, Lisboa, 18(1), 31-46. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v18i1.410>
- Santana, José Ricardo de Sousa & Marcus Cezar de Borba** (2017). Identidades de gênero na perspectiva da teoria do self: uma leitura gestáltica acerca da sexualidade na contemporaneidade. *Revista IGT na Rede*, 14(27), 136-162. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-25262017000200002
- Silva, Lucyla K. Carvalho** (2020). *Personalidade e Fatores Psicossociais em Mulheres Vítimas de Relações Abusivas* [Dissertação de Mestrado, em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília, Brasília-DF].
- Sousa, Garlanda Lemos** (2022). *O sexismo nos relacionamentos íntimos: O que dizem as mulheres?* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade de Fortaleza, Fortaleza/CE].
- Stella, Paulo Rogério & Brait, Beth** (2022). Contexto como espaço de criação e cocriação: um olhar sobre obras de Bakhtin e o Círculo. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, 17(2), 58-88. <https://doi.org/10.1590/2176-4573e54384>
- Tolstói, Liev** (1877/2017). *Anna Kariênina*. Companhia das letras.
- Veloso, Ana Maria Conceição, Vasconcelos, Fabíolo Mendonça, & Ferreira, Laís** (2017). As duas faces do sexismo na mídia: como Marcela Temer e Dilma Rousseff (PT) são retratadas pela Veja e IstoÉ. *Observatório*, Palmas, 3(1), 58-83. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n1p58>
- Vigotski, Lev Semionovitch** (1960/1999). *Psicologia da Arte*. Martins Fontes.
- Zanella, Andréa Vieira** (2004). Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia histórico-cultural. *Psicologia em Estudo*, 9(1), 127-135. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722004000100016>
- Zanello, Valeska** (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação*. Appris.

LARISSA ANDRADE TAVARES

<https://orcid.org/0000-0003-1089-0425>

Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil

E-mail: larisandrade@gmail.com

LUCIANA MARTINS QUIXADÁ

<https://orcid.org/0000-0001-7082-5698>

Doutora em Educação com estágio pós-doutoral em Psicologia. Professora adjunta do Curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Ceará.

E-mail: luciana.martins@uece.br

Histórico	Submissão: 25/08/2023 Revisão: 29/03/2024 Aceite: 15/04/2024
Contribuição dos autores	Conceitualização: LAT; LMQ Curadoria de dados: LAT; LMQ Análise dos dados: LAT; LMQ Redação do manuscrito original: LAT; LMQ Redação - revisão e edição: LAT; LMQ
Financiamento	Não houve financiamento
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	Não se aplica.

DESCONSTRUINDO A “PEDAGOGIA DA VIRILIDADE”: CONVERSAÇÃO SOBRE MASCULINIDADES DE PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*DECONSTRUYENDO LA “PEDAGOGÍA DE LA VIRILIDAD”:
CONVERSACIÓN SOBRE LAS MASCULINIDADES DE LOS
DOCENTES HOMBRES EN LA EDUCACIÓN INFANTIL*

*DECONSTRUCTING THE “PEDAGOGY OF VIRILITY”:
A CONVERSATION ABOUT MALE TEACHERS
MASCULINITIES IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION*

Carlos Eduardo de Mello Lopes¹, Rita de Cássia Sobreira Lopes¹ e
Suian Goecks Oliveira²

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil

² Pontífca Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil

Resumo: O objetivo deste estudo foi escutar as narrativas de masculinidades de professores homens atuantes na educação infantil na região sul do Brasil. Apoiados nos Estudos das Masculinidades e Psicanálise, analisamos o mal-estar ao qual são submetidos nas suas vidas profissionais ao tensionarem a “Pedagogia da Virilidade”. A partir de uma pesquisa qualitativa, realizaram-se encontros grupais utilizando a Conversação como dispositivo metodológico. Participaram do estudo oito professores homens que atuam na educação infantil, diretamente nas salas de aula. Da análise dos dados, realizada a partir da escuta clínica, emergiram três eixos que versam sobre os significantes: “problema”, “diferença” e “potência”. Os resultados apontam para a necessidade de uma formação em Pedagogia que acolha as masculinidades, para uma desgenirificação do cuidado e para a potência de seus corpos e fazeres pedagógicos nos espaços educacionais voltados à primeira infância.

Palavras-chave: Educação infantil; Masculinidade; Docência; Psicanálise; Estudos de gênero.

Resumen: El objetivo de este estudio fue escuchar las narrativas de masculinidad de docentes hombres que trabajan en educación infantil en la región Sur de Brasil. Apoyados en los Estudios de Masculinidades y el Psicoanálisis, analizamos el malestar al que se ven sometidos en su vida profesional cuando enfatizan la “Pedagogía de la Virilidad”. A partir de una investigación cualitativa, se realizaron reuniones grupales utilizando como dispositivo metodológico la Conversación. Participaron del estudio ocho profesores hombres que trabajan en educación infantil, directamente en clase. Del análisis de los datos, realizado a partir de la escucha clínica, surgieron tres ejes que abordan los significantes: “problema”, “diferencia” y “poder”. Los resultados apuntan a la necesidad de una formación en Pedagogía que abarque las masculinidades, por una desgenirificación del cuidado y por la potenciación de sus cuerpos y prácticas pedagógicas en espacios educativos dirigidos a la primera infancia.

Palabras clave: Educación infantil; Masculinidad; Enseñanza; Psicoanálisis; Estudios de género.

Abstract: The objective of this study was to listen to the narratives of masculinity from male teachers working in early childhood education in the southern region of Brazil. Based on Masculinity Studies and Psychoanalysis, we analyzed the discomfort to which they are subjected in their professional lives when they put the “Pedagogy of Virility” into tension. Based on qualitative research, group meetings were held using Conversation as a methodological device. Eight male teachers who work in early childhood education, directly in classrooms, participated in the study. From data analysis, carried out through clinical listening, three axes emerged that deal with the signifiers: “problem”, “difference” and “power”. The results point to the need for training in Pedagogy that embraces masculinities, for a degenderification of care and for the power of their bodies and pedagogical practices in educational spaces focused on early childhood.

Keywords: Early childhood education; Masculinity; Teaching; Psychoanalysis; Gender studies.

Introdução

A Educação enquanto área profissional é majoritariamente ocupada por mulheres, principalmente a educação infantil (Monteiro & Altmann, 2023), que é o período escolar compreendido entre zero e cinco anos de idade (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais [INEP], 2020). Atuam na educação infantil brasileira 593 mil docentes, sendo que 94,6% são profissionais mulheres e, 3,6% homens (INEP, 2020). Estudos realizados nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Austrália (Jones & Aubrey, 2019; Silva, Fortes, Coelho, & Carvalho, 2023; Sullivan, Coles, Xu, Peracles & Thorpe, 2020) mostram que o número de professores homens que atuam junto às crianças pequenas gira em torno de 1% a 4%. Apenas no Canadá, no Japão, na Tailândia e nas Filipinas, esse número ultrapassa 10% (Wright, 2018). Esses indicadores apontam para uma tendência de que a figura masculina seja apartada dessa fase da vida escolar.

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica e vem se consolidando nas últimas décadas como um lugar de educação e cuidado (Ministério da Educação, 2018). Historicamente, houve um processo de feminização do magistério (Louro, 2008), que colaborou para que houvesse uma espécie de imposição do distanciamento das figuras masculinas da educação infantil, ocasionando uma generificação do cuidado. Por ser uma etapa do desenvolvimento na qual as crianças necessitam de mais cuidados, inclusive corporais, há uma tentativa de segregação que surge a partir do olhar inquiridor dos pais e dos colegas de profissão (Monteiro & Altmann, 2014).

A generificação do cuidado se sustenta por haver, em nossa sociedade, uma tentativa de preconização de um modelo de masculinidade hegemônica (Connel & Messerschmidt, 2013), reiterada sistematicamente pelas mais diversas instituições e que localiza homens e mulheres em campos opostos, sendo o cuidado entendido como uma vocação do feminino. A construção de um ideal de masculinidade hegemônica acontece em um contexto de objeção a outros tipos de masculinidades que não se enquadram nos padrões impostos e, também, à feminilidade, posicionando o hegemônico em oposição ao subalterno, em uma dinâmica de relações de poder assimétricas.

Por masculinidade subalterna, entende-se a homossexualidade, como um exemplo, tendo em vista a sua proximidade com o universo feminino. Os autores ainda apontam outras manifestações de masculinidades, a saber: marginalizadas, construídas pela intersecção de estruturas sociais externas, como a etnicidade e a classe social; e a masculinidade cúmplice, aquela em que o homem não se identifica plenamente com o modelo, mas se beneficia dele. Levando em consideração que esse modelo de masculinidade é tomado como uma referência social, um homem exercendo uma função lida culturalmente como feminina causa estranhamento e uma espécie de “pânico moral” (Wright, 2018).

Em contrapartida, há movimentos de resistência frente a esse modelo hegemônico preconizado em nossa sociedade ocidental, o que permitiria uma profusão de novas possibilidades de vivências da masculinidade (Bento, 2015; Connel & Messerschmidt, 2013; Medrado & Lyra, 2008; Welzer-Lang, 2001). Dentre esses movimentos, salientamos o fato de alguns homens atuarem como docentes junto a crianças pequenas, promovendo movimentos de desconstrução da “Pedagogia da Virilidade” e experienciando outras masculinidades possíveis.

Neste artigo, o termo “Pedagogia da Virilidade”, tomado da pesquisadora Berenice Bento (2015), não faz menção a uma área específica do conhecimento, mas a uma tecnologia social (Navarro Swain, 2011) operada pelas mais diversas instituições, a fim de que sejam ensinadas formas corretas de “ser homem” e, conseqüentemente, de “ser mulher”. Nesse sentido, a instituição escolar, a partir de suas pedagogias, tem afirmado fortemente sua posição mantenedora

e naturalizadora de regras impostas culturalmente, principalmente em relação ao gênero e à sexualidade (Finco, 2012; Rodrigues, Manholer, & Gomes, 2020).

A atuação de homens na educação infantil causa abalos e rupturas no modelo masculino hegemônico (Jones & Aubrey, 2019; Rodrigues *et al.*, 2020; Monteiro & Altmann, 2023) e tensiona aquilo que se constituiu socialmente como uma Pedagogia da Virilidade (Bento, 2015). Por ser um movimento disruptivo, essa atuação gera estranhamento e desconforto, tanto por parte das famílias quanto da própria instituição escolar (Ferreira, Silva, & Irala, 2020; Kubilius Monteiro & Altmann, 2023).

Tomando a docência masculina na educação infantil como um campo de pesquisa, percebe-se que há, na literatura científica, estudos que têm investigado essa questão (Ferfolja & Hopkins, 2013; Ferreira *et al.*, 2020; Jones & Aubrey 2019; Kubilius Monteiro & Altmann, 2023; Ottaviano & Persico, 2019; Prado, Anselmo, & Fernandes, 2020; Rabelo, 2013; Rodrigues *et al.*, 2020; Sumsion, 2005; Wright, 2018).

No que diz respeito aos estudos que abordam essa temática, percebemos uma lacuna importante: discutem, em sua maioria, apenas as dificuldades enfrentadas por esses profissionais nesses espaços (Ferreira *et al.*, 2020; Ottaviano & Persico, 2019; Prado *et al.*, 2020; Rabelo, 2013; Rodrigues *et al.*, 2020; Wright, 2018). Como métodos de investigação, os estudos referenciados, na sua maioria, utilizaram entrevistas individuais estruturadas, questionários ou etnografia.

Dessa forma, este estudo se distancia dessas produções, pois, ao fazer uso da conversação como um dispositivo grupal apoiado na “associação livre coletivizada”, abriu-se a possibilidade para que os professores pudessem falar livremente sobre as suas experiências, sem que tivéssemos nenhuma categoria pensada *a priori*. Sendo assim, embora tenham emergido, nas reuniões, questões que atravessam a vida desses sujeitos e que dizem do mal-estar a que são submetidos, eles foram capazes de pensar, também, na potência de seus corpos e fazeres quando inseridos em espaços educacionais voltados à primeira infância.

Para as discussões de gênero que desenvolvemos neste artigo, apoiamos-nos no conceito proposto por Medrado e Lyra (2008), que dialoga com produções feministas críticas que adotam o gênero como uma categoria analítica. Procuramos uma interlocução entre esse conceito e produções contemporâneas sobre psicanálise e política (Danziato, 2019), a partir de uma perspectiva interseccional (Crenshaw, 2002), buscando articular marcadores sociais da diferença, como gênero, orientação sexual e classe social, com a docência masculina na educação infantil.

Destacamos que o objetivo deste estudo foi escutar professores homens atuantes na educação infantil na região Sul do Brasil sob a perspectiva de suas masculinidades. A partir da constituição de um espaço de fala e escuta, nosso objetivo foi acompanhar o mal-estar ao qual esses professores são submetidos a fim de afirmarem seus lugares como docentes que trabalham junto a crianças pequenas. Pretendeu-se, da mesma forma, observar os movimentos de desconstrução da “Pedagogia da Virilidade” que esses professores são capazes de causar com suas presenças em contextos educacionais voltados à primeira infância.

Método

Participantes

Compuseram este estudo oito professores homens atuantes na educação infantil nos municípios de Porto Alegre (RS), Canoas (RS), Fontoura Xavier (RS), Sapucaia do Sul (RS) e Florianópolis (SC). Como critério de inclusão, consideramos que os profissionais fossem homens

e que fizessem parte do quadro docente de instituições de ensino que atendessem ao público de crianças de zero a cinco anos de idade, e que estivessem atuando diretamente nas salas de aula. Essa opção se justifica pelo fato de que a presença de professores homens nesses espaços, quando há, acontece de forma pontual, a partir de inserções esporádicas, como oficinairos ou como a figura do professor de educação física.

Em relação à orientação sexual, os professores poderiam se identificar como homo, hétero, bi ou transexuais. Os profissionais que participaram do estudo eram, na sua maioria, brancos, homossexuais e estavam inseridos em escolas públicas. Contudo havia professores negros, homo e bissexuais e que trabalhavam em escolas privadas e comunitárias.

Instrumentos

Utilizamos como dispositivo metodológico a conversação (Marcos & Mendonça, 2020; Miranda, Vasconcelos, & Santiago, 2006), que se sustenta na “associação livre coletivizada” e é aplicada em grupos, permitindo que o objeto de estudo seja analisado a partir de uma multiplicidade de significantes.

A conversação é o nome proposto pelo psicanalista Jacques-Alain Miller, nos anos 1990, para os encontros clínicos do campo freud-laciano e tem possibilitado o exercício da psicanálise aplicada para além de uma vertente clínica (Marcos & Mendonça, 2020). Embora a conversação seja utilizada em grupos, ela não tem os mesmos objetivos dos grupos focais, pois, nestes, o que se busca são padrões de discursos. Ao contrário disso, embora possa ser empregada em um grupo homogêneo, a conversação se propõe a analisar aquilo que emerge como singular a partir das narrativas, não se prestando a generalizações. Segundo Miranda *et al.* (2006), a aposta da conversação se dá na possibilidade de, por meio da palavra, tensionar os discursos naturalizados, questionando-os e, assim, problematizar as normas impostas socialmente, ao contrário de concordar com nomeações dadas por outros. Nesse sentido, o dispositivo está alinhado com produções psicanalíticas contemporâneas que se dedicam ao debate crítico entre universalidades e alteridade.

Os encontros com os professores foram realizados de forma *on-line*, pela plataforma *Google Meet*. Operar um grupo de conversação na virtualidade se colocou como um desafio. Os estudos que acessamos e que utilizaram essa metodologia não relataram nenhuma experiência de operacionalização desses grupos por meio de dispositivos eletrônicos e plataformas digitais de comunicação. Nossa prioridade era que pudéssemos realizar os encontros grupais na modalidade presencial; entretanto, a pandemia da Covid-19 inviabilizou essa possibilidade.

Delineamento e procedimentos

Desenvolvemos um estudo de caráter qualitativo (Creswell, 2014), buscando uma interlocução com a pesquisa psicanalítica (Iribarry, 2003). Utilizamos a conversação como um dispositivo para a coleta dos dados (Marcos & Mendonça, 2020; Miranda *et al.*, 2006). A análise dos dados foi feita a partir da escuta clínica (Cazanatto, Martta, & Bisol, 2016). Em consonância com o dispositivo metodológico da conversação, o objetivo da modalidade grupal de entrevista justifica-se pela possibilidade de deixar emergir aquilo que surge como singular de suas experiências.

Os encontros de conversação aconteceram em julho de 2021. Devido às agendas dos docentes que se dispuseram a participar da pesquisa, foram realizados dois encontros com duração de 2 horas cada. Ao final do segundo dia, foi ofertada a possibilidade de que se realizasse outro

encontro, caso os profissionais entendessem que algum ponto abordado tivesse causado comoção ou precisasse ser mais explorado. Contudo, o grupo garantiu que não havia necessidade.

Cabe salientar que o dispositivo conversação carrega consigo algumas especificidades quanto ao número de encontros indicados para que as questões emergentes possam ser trabalhadas (Miranda *et al.*, 2006). Entretanto, tendo em vista impedimentos relacionados à pandemia da Covid-19 e os compromissos profissionais dos docentes, foi possível a realização de apenas dois encontros.

Os conteúdos que emergiram a partir da associação livre e que compõem os eixos de análise surgiram, sobretudo, no primeiro encontro. Na segunda reunião, o pesquisador sugeriu que fossem retomados alguns pontos que apareceram de forma repetida, a partir de palavras ou de expressões, e que pareciam indicar a necessidade de um olhar e uma escuta mais cuidadosos.

Considerações éticas

Esta pesquisa observou a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética e aprovado. Os professores foram informados a respeito dos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa, decidindo livremente em relação à sua participação. Todos os professores assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de forma *on-line*, devido à pandemia da Covid-19. As reuniões foram gravadas em áudio e vídeo e, posteriormente, transcritas e analisadas.

Resultados e discussão

Analisamos os dados, advindos dos encontros de conversação, a partir da interlocução com a Pesquisa Psicanalítica, utilizando como estratégia de análise a escuta clínica (Cazanatto *et al.*, 2016). A escuta clínica, enquanto método de análise, permite que o pesquisador reconheça, a partir das falas dos sujeitos, os processos transferenciais que se atravessam à escuta. Nesse sentido, conforme apontam Macedo e Falcão (2005), a escuta clínica psicanalítica propõe ressaltar o caráter ético e político dessa escuta. Assim, faz-se importante reconhecer que o pesquisador é um sujeito histórico e, como tal, leva suas próprias leituras do mundo às relações que estabelece na clínica e em outros contextos.

A análise dos dados coletados para este estudo foi realizada a partir da transcrição das entrevistas grupais que foram registradas em áudio. Após as transcrições, realizamos uma primeira leitura que chamamos de “leitura flutuante”, com a finalidade de retomar as falas dos docentes. Posteriormente, fizemos leituras exaustivas, a fim de localizarmos palavras, expressões ou sentidos de discurso que remetessem a questões que pudessem indicar uma novidade ou um mal-estar dos professores em relação às suas experiências docentes. A partir dessas diversas leituras, emergiram os significantes “problema”, “diferença” e “potência”.

Conforme mencionado anteriormente, a conversação não se presta a generalizações. Dessa forma, o que nos importa são os movimentos singulares dos professores. Contudo, para que fosse possível uma melhor organização das discussões, os resultados são evidenciados a partir de três significantes.

Os significantes apresentados e discutidos neste estudo foram colhidos a partir das sequências discursivas das falas dos professores, os quais puderam expor livremente suas experiên-

cias profissionais na educação infantil. Entretanto, por se tratar de uma Pesquisa Psicanalítica, queremos assumir o nosso lugar ativo no processo de pesquisa e reconhecer os movimentos transferenciais que atravessaram as entrevistas grupais. Nesse sentido, assumimos que a seleção dos significantes e a forma como estão apresentados têm um componente da nossa própria interpretação em relação às vivências dos professores com os quais conversamos. Sob essa perspectiva, portanto, os significantes selecionados e que nomeiam os eixos de análise são “marcas” da leitura dos pesquisadores.

Eixo I: “Problema”

Docência masculina na educação infantil: um lugar de (im)possibilidades?

É muito complicado, a gente já entra falando sobre problemas. Eu acho que a gente já tá tão acostumado a nos provar que a gente cria uma forma defensiva e, quando a gente conversa com as pessoas que passam pelo mesmo, a gente toca nesse assunto de problema que geralmente é o que todos nós enfrentamos. (Professor Lucas)¹

A frase do Professor Lucas fala sobre a dificuldade em ser um professor homem na educação infantil. Afinal, essa etapa da educação básica foi alicerçada sobre a ideia de que essa é uma fase educacional voltada ao cuidado, portanto própria do gênero feminino, já que as mulheres teriam uma espécie de “dom maternal” (Louro, 2008; Monteiro & Altmann, 2023). Aos homens, quando inseridos nesses espaços, caberia a realização de funções voltadas àquilo que se preconiza como apropriado ao gênero masculino, ou seja, trabalhos braçais.

Cabe salientar que o início do primeiro encontro com o grupo de professores foi marcado pelo silêncio, do qual colhemos duas possibilidades: a primeira diz respeito ao fato de termos utilizado como forma de escuta um dispositivo metodológico que se baseia na associação livre, o que parece ter gerado certo estranhamento entre os professores; da mesma forma, essa parece ter sido a primeira experiência dos profissionais em um “lugar” no qual pudessem falar livremente sobre suas vivências laborais. Dessa forma, tivemos a sensação de que eles não se sentiam autorizados a falar. Diante disso, fizemos um primeiro questionamento sobre como eles se percebiam em instituições voltadas à educação e ao cuidado de crianças pequenas.

Os professores salientaram que eles nunca são vistos como sujeitos capacitados à docência e que precisam a todo o momento reafirmar quem eles são para as colegas de profissão, para a escola e para as famílias. Aliás, eles pontuaram que as famílias têm muitas dificuldades em acolhê-los como os professores de seus filhos e filhas. Essa não aceitação tem uma estreita relação com os papéis sociais de gênero que normatizam e institucionalizam, além dos arranjos familiares, formas de ensino e cuidado (Miranda, Timo, & Belo, 2019; Toledo & Vimieiro, 2018).

Ainda em relação à questão do “problema”, em suas falas, os professores mencionaram o termo “bicho-papão” de uma forma bastante frequente, no sentido de “dar uma cara” ou materializar o medo que supostamente as figuras dos professores homens causam. De acordo com o Professor Davi: “muitas vezes, o professor homem é tratado como o bicho-papão”. Assim, cabe salientar que, socialmente, é reiterada a ideia de que esses profissionais são potenciais abusadores e representam um perigo às crianças que estão sob sua responsabilidade. A forma como essa figura amedrontadora, relacionada ao masculino, é apresentada às crianças as subjetiva e

favorece a manutenção de estereótipos, mesmo na vida adulta, a partir da propagação de preconceitos assimilados ao longo da vida. Nesse sentido, uma das falas do Professor Matheus nos chamou a atenção pela violência a que foi submetido:

Tu sabe que eu tive uma experiência numa disciplina que eu fiz na pós-graduação? A gente tava conversando sobre diferentes conceitos, aí tava falando sobre o conceito de pedofilia, de pedófilo. No meio da discussão, uma colega que eu gostava muito falou assim: “z propósito, Matheus, por que tu quis fazer isso, é, ser professor de educação infantil?” (Professor Matheus).

Com relação ao medo de um suposto abuso, os professores pontuaram que a questão do banheiro é ainda o maior problema enfrentado por eles, tendo em vista que os cuidados corporais das crianças são — além de uma necessidade para elas — parte das atribuições desses profissionais (Balisei & Saito, 2021). Para que as famílias se sintam mais seguras em relação a esse medo envolvendo o trabalho dos professores homens, algumas escolas nas quais eles estão inseridos criaram normativas para que uma auxiliar mulher sempre acompanhe as crianças ao banheiro ou faça a troca de fraldas. Contudo, pontuamos que, ao assumirem essa postura, as escolas reafirmam uma divisão generificada do trabalho e a existência de relações de poder assimétricas que sustentam preconceitos de gênero já tão arraigados nesses espaços.

Eixo 2: Diferenças

“Nós somos diferentes!”

Acho que no segundo ou terceiro dia com a turma, um menino chegou atrasado... Essa mãe entrou e entregou o menino. A gente tava conversando em roda... e ele veio e sentou no meu colo, sentou na verdade entre as minhas pernas, assim, eu tava com as pernas cruzadas e ele sentou não em contato, né, com meu genital. A mãe teve um chilique, eu tava bem lá, daqui a pouco entra a coordenadora pedagógica e me cochicha no ouvido: “tira essa criança do teu colo!”. E aí, eu “ai, meu Deus, o que que eu fiz?” E depois já tava armado o circo lá da história, né, do professor abusador e foi um escândalo (Professor André).

A fala transcrita acima surge após as discussões sobre a figura do “bicho-papão” e o suposto medo dos familiares das crianças em relação à proximidade dos docentes com seus/as filhos/as. Nessa sequência discursiva, os professores pontuaram que a cena narrada acima não causaria o mesmo espanto se, ao contrário do Professor André, a situação tivesse acontecido com uma professora. Nesse sentido, percebe-se que há disparidades na forma como são percebidos a presença e o trabalho de professores homens e de professoras mulheres quando inseridos na educação infantil (Ferfolja & Hopkins, 2013; Louro, 2008).

Durante os encontros de conversação, enquanto os professores falavam sobre as questões anteriormente discutidas, era perceptível — embora contassem sobre as suas experiências com um sorriso no rosto, como uma espécie de mecanismo de defesa — que falavam de um mal-estar (Danziato, 2019) a que são submetidos, sistematicamente, desde a formação pedagógica até às suas inserções no mercado de trabalho. Afinal, é instaurada na prática profissional desses

docentes algo como um estágio probatório, a fim de validarem o seu lugar enquanto profissionais competentes e, claro, não abusadores.

Ainda em relação à questão da diferença, os professores relataram haver uma invasão de suas vidas privadas, conforme mencionado pelo Professor Rodrigo: “a nossa vida privada é colocada em evidência por a gente ser homem dentro da educação infantil... O nosso trabalho é descredibilizado pelo fato de quererem botar a nossa vida pessoal dentro da sala de aula”.

Ao falarem sobre essa invasão, os docentes se referiam à curiosidade em torno de sua orientação sexual. Em relação a essa questão, os professores que se identificaram como homossexuais e representam socialmente certa feminilidade relataram perceber mais os preconceitos advindos, principalmente, das famílias das crianças. Nesse sentido, Tania Ferfolja e Lucy Hopkins (2013) e Travis Wright (2018) salientam que há uma tendência de que tanto professores *gays* quanto professoras lésbicas sintam-se impelidos a esconder sua sexualidade, por medo de preconceitos e discriminação por parte das famílias e dos/as próprios/as colegas de profissão. Os professores heterossexuais relataram nunca terem passado por situações de preconceito. Fato esse que causou espanto aos professores homossexuais, que contestaram essas falas afirmando que esse preconceito existe, porém de forma velada.

Nesse sentido, estudos evidenciam que quaisquer manifestações de indícios de uma sexualidade masculina não são toleradas na educação infantil. Afinal, se por um lado professores mais masculinizados são percebidos como possíveis abusadores (Baliscei & Saito, 2021; Rodrigues *et al.*, 2020), por outro, homens mais identificados com o feminino e que representam socialmente certa feminilidade são percebidos como uma “má influência” para seus/as alunos/as (Ferfolja & Hopkins, 2013).

Segundo os professores, há, em suas práticas pedagógicas, um atravessamento religioso importante, pois algumas famílias que professam a sua fé de forma mais fervorosa acabam esperando que esses docentes conduzam suas vidas e práticas profissionais de acordo com preceitos religiosos. Nesse sentido, Clóvis Ecco (2008) aponta que, em nossa cultura, preceitos religiosos têm um grande peso e, em todas as expressões religiosas oriundas da tradição cristã, há muita ênfase na manutenção da supremacia masculina.

Os professores relataram, ainda, perceber que há um medo frequente frente à possibilidade de que eles cometam algum abuso sexual contra as crianças. Essas falas vão ao encontro de estudos como os de Cristina Ottaviano e Greta Persico (2019), Alexandre Bello, Jaime Zanette e Jane Felipe (2020) e Otávio Silva, Cláudia Cruz e Clécia Silva (2021). No entanto, os docentes salientaram que, nas escolas, existem outros tipos de abusos cometidos por professoras e que parecem estar naturalizados como permitidos, e, portanto, aceitos como uma forma de educar. Entre os exemplos citados, estão os casos de violências verbais para com as crianças pequenas.

Por fim, em relação às diferenças relatadas pelos professores, eles mencionaram as formas de socialização que percebem entre eles e as suas colegas de profissão. Sobre esse tópico, o professor Rafael diz:

Acho que a coisa mais gritante, assim, eu sou bem esportivo com as crianças, eu poderia até me escapar para a Educação Física [risos], mas, assim, eu brinco muito no pátio, é muito visível isso, e as professoras costumam ser mais preguiçosinhas em relação a isso... noventa por cento. E se vê um banco pra sentar, então, um furinho, ficam lá no banco.

Durante os encontros, os próprios professores reproduziram alguns estereótipos de gênero ao narrarem a forma como as professoras socializam entre suas iguais e com os alunos e alunas. Eles verbalizaram que suas colegas de profissão exercem um tipo de trabalho que eles nomearam como repetitivo e sem inovações. Cabe lembrar que, em relação às formas de socialização, Daniel Welzer-Lang (2008) afirma que há formas específicas para ensinar os meninos a socializarem, a partir da experiência de homens adultos.

É importante pontuar que os homens aprendem a socializar a partir de brincadeiras lidas, culturalmente, como mais agressivas e que há um componente corporal muito presente nas brincadeiras destinadas aos meninos. Para as meninas, geralmente, as brincadeiras são relacionadas ao cuidado, como, por exemplo, brincar de casinha e todas as atribuições que, mais tarde, serão direcionadas ao papel social da mulher (Ferfolja & Hopkins, 2013). Essas formas de interação entre meninos e meninas são estimuladas dentro das famílias e das próprias escolas, sendo reproduzidas ao longo da vida adulta, inclusive, no cotidiano desses/as profissionais, influenciando a forma como professores homens e mulheres atuam e interagem entre si e com as crianças dentro das escolas de educação infantil.

Eixo III: Potência

Entre práticas e afetos: o processo de construção de um “ser” professor homem na educação infantil

Mas é uma construção histórica isso, né, que a mulher, ela fica nessa parte do cuidado, da didática, porque o “homem não tem didática” ... “homem não sabe cuidar de criança”. A minha posição hoje na escola é quebrar esse paradigma, esse estereótipo de que só a mulher pode cuidar, o homem tem que fazer o trabalho braçal. Não acredito nisso. Nunca acreditei nisso (Professor Fernando).

A questão da potência de suas presenças em espaços destinados à educação e ao cuidado de crianças pequenas apenas surgiu nas falas dos professores a partir de uma intervenção do pesquisador. Ao serem questionados sobre o que consideravam como uma potência nas suas práticas profissionais, os docentes tiveram dificuldades para pensar e responder. Nossa interpretação em relação a essa dificuldade se deu em duas direções: a primeira diz respeito ao fato de que o grupo que constituímos foi o primeiro momento no qual puderam pensar sobre suas práticas laborais a partir de um lugar da potência; em segundo lugar, contudo, não desconsideramos a questão de que esses profissionais tenham introjetado o fato de serem percebidos como um problema e, portanto, têm uma maior dificuldade em promover um deslizamento de sentido quanto ao lugar a que foram assentados.

Entretanto, a potência dos seus fazeres apareceu em muitos momentos a partir de suas falas, embora eles não tivessem nomeado isso como tal. Assim, é possível afirmar que há movimentos de resistência por parte deles frente às tentativas de imposições sociais sobre papéis de gênero e, inclusive, sexualidade. Suas práticas profissionais parecem confrontar paradigmas culturais cristalizados que pretendem manter dicotomias entre o ser homem e o ser mulher, propondo alargamentos na forma como entendemos e pensamos gênero.

Teve aí na escola os momentos para furar a parede, para carregar umas caixas e eu me fiz de louco, né! Eu disse assim: “ah não, gente, eu fiz a unha, não dá pra furar, não tem como!” [risos]. E, “vamo lá, olha, eu ensino como é que fura!”. Daí a professora foi lá e conseguiu. Desde que eu entrei na escola teve essa coisa: “ah, o Fernando pode carregar o peso!”. E eu disse: “não, o Fernando não pode!”. Vamos trabalhar na base do deboche, porque é assim que a coisa vai se resolver (Professor Fernando).

Mesmo a maioria dos professores se posicionando como figuras de resistência e que, em alguma medida, sabem da importância do seu papel para desconstruir padrões socialmente impostos e que atravessam a vida da comunidade escolar, foi possível perceber que essa foi uma conduta adquirida ao longo dos anos. Segundo as suas falas, ao iniciarem suas inserções como docentes, havia uma tendência a tomarem posturas a fim de se adequarem à realidade escolar, como fazer os trabalhos que mencionamos anteriormente e que são entendidos como masculinos.

A presença de professores homens na educação infantil parece possibilitar uma profusão de novos sentidos para a experiência da masculinidade. Os professores parecem ter ciência do quanto as suas presenças podem funcionar como um dispositivo de problematização e de transformação para que seja possível discutir, juntamente às crianças, aquilo que se designou socialmente como “coisas de menino” e “coisas de menina”. Nesse sentido, trazemos a fala do professor André:

O aluninho novo que entrou na turma da manhã... tava brincando de bola sozinho assim... ele tava brincando de bola sozinho e ele me convidou pra jogar futebol. E como um bom professor crítico, né, aquela coisa, eu disse: “o profê não gosta de jogar futebol!”

Aluno: “Como, profê, se tu é homem?”

Aluno: “Posso brincar de boneca então, profê?”

Professor: “Pode, tu pode tudo, meu amor!”

Na cena contada pelo professor, ele não apenas diz que não quer brincar de futebol por não gostar do esporte, mas ele identifica a oportunidade de mostrar ao seu aluno outras possibilidades de práticas de esporte, nem sempre reconhecidas *a priori* como próprias do masculino. Ele possibilitou que aquele aluno percebesse que, enquanto menino, ele poderia exercer práticas voltadas ao cuidado e que necessitem de um olhar mais afetivo.

A potência de ocuparem lugares dentro da educação infantil diz respeito ao fato de os professores usarem suas presenças, dentro das escolas, como uma forma de resistência, produzindo micropolíticas de enfrentamento aos preconceitos de gênero (Rodrigues *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2021; Sumsion, 2005). Mesmo tendo passado por situações difíceis ao desenvolverem seus trabalhos junto às crianças, eles parecem ter conseguido fazer movimentos de resignificação, transformando experiências desagradáveis em possibilidades de reafirmarem seus lugares como docentes. Nesse sentido, o Professor Fernando falou:

Agora como professor homem na educação infantil, eu me sinto cada vez mais a fazer da minha presença não como um problema, mas como algo comum. Não com a questão de tipo assim, ah... tem um homem que ele é diretor e ele é professor, não, né. Eu acho que o homem tem que ser descentralizado daquela função de gestor, daquela função de poder, para uma função do meio comum (Professor Fernando).

Os professores apostam em uma escola que reconheça e deseje a diversidade. Eles se reconhecem como diferentes e, como tal, parecem ter um desejo de que as instituições escolares sejam capazes de acolher a pluralidade. Afinal, embora haja nas escolas uma enorme diversidade de sujeitos, muitas vezes, essas diferenças não são reconhecidas (Gonçalves & Oliveira, 2018; Sonetti & Garcia, 2020).

Considerações finais

Destacamos o fato de os professores terem iniciado o primeiro encontro falando sobre eles serem um problema. A ideia de “ser um problema” ou “criar um problema” está introjetada nesses profissionais que, mesmo fazendo movimentos de afirmação ao seu direito de estarem e ocuparem esses lugares, trazem consigo marcas de um discurso social que os narra como seres perigosos à integridade física de seus alunos. Nesse sentido, ao utilizarem a figura do “bicho-papão” para falar de suas inserções na educação infantil, os docentes expuseram o mal-estar a que são submetidos ao escolherem trabalhar juntamente às crianças pequenas.

Os professores narraram o seu trabalho na educação infantil a partir de um lugar da diferença. Essa diferença é expressa, principalmente, pela forma como interagem com os seus alunos e alunas, que eles entendem como mais próxima às crianças e, ao mesmo tempo, fomentando a possibilidade de que alunos e alunas sejam mais autônomos, permitindo brincadeiras e outras vivências sem promover um policiamento tão ostensivo sobre os corpos das crianças. Quanto às diferenças apontadas, cabe salientar que os docentes deixaram emergir de suas falas uma tentativa de escape às universalidades que enquadram sujeitos e subjetividades em moldes sociais. Assim, ao ocuparem um lugar construído historicamente como próprio do feminino, parecem fazer movimentos no sentido de garantir seu lugar de alteridade.

Os próprios professores reproduziram alguns preconceitos de gênero, ao colocarem suas práticas em um campo de oposição ao das suas colegas professoras. Contudo, é importante lembrar que esses homens, embora críticos ao modelo de masculinidade hegemônica, também são, em alguma medida, capturados por essa lógica.

Os professores abertamente *gays* e mais identificados com o universo feminino parecem sentir de forma mais violenta os preconceitos advindos por parte das famílias dos alunos e alunas. Esse fato vai de encontro ao que acreditávamos *a priori*, isto é, a ideia de que, por serem mais identificados com o feminino, seriam percebidos como mais aptos ao cuidado. Os professores mais masculinizados parecem ocupar um lugar de predileção frente às famílias de seus alunos e alunas, tendo em vista que parecem ser percebidos como modelos identificatórios menos perigosos às crianças.

Suas presenças em espaços de educação voltados às crianças pequenas se apresentam como uma possibilidade de questionamentos a padrões heteronormativos impostos e que permeiam o imaginário social. Dessa forma, eles tensionam normas de gênero e provocam perturbações em relação a uma divisão sexual do trabalho e a relações de poder oriundas desta, mostrando que uma ocupação com ênfase no cuidado, assim como outras normalizadas como próprias do feminino, também podem ser exercidas por homens.

Pensar sobre masculinidades na educação infantil é, também, pensar em desenvolvimento humano. Logo, o trabalho e a presença de professores homens em um lugar dominado pelo feminino pode ser um importante movimento para que as crianças cresçam entendendo o cuida-

do e a afetividade como sendo, também, do masculino. Suas presenças, portanto, podem ser um potente instrumento para que a comunidade escolar como um todo possa tensionar conceitos preestabelecidos sobre normas de gênero e sexualidade.

Esses professores problematizam, junto à escola, currículos e pedagogias que pretendem normatizar os espaços escolares, no que diz respeito ao gênero e à sexualidade. Portanto, os docentes fazem movimentos de desconstrução da “Pedagogia da Virilidade” e colocam em xeque o modelo hegemônico de masculinidade. Eles provam que há possibilidades de (co)existência de outras formas de ser homem, reinventando e construindo outras masculinidades e lugares possíveis e que sejam capazes de acolhê-los.

Historicamente, houve um processo de feminização do magistério e uma generificação do cuidado, por este ser entendido como “natural” do feminino. No entanto, o fazer docente masculino em espaços de educação infantil rompe com essa lógica, tendo em vista que o trabalho que desenvolvem possibilita movimentos, ainda que pequenos, de uma desgenerificação do cuidado.

Além disso, fica clara, a partir da fala dos professores, a necessidade de uma formação em Pedagogia que reconheça e aceite a diversidade. Segundo os docentes, a formação de professores e professoras ainda é muito contaminada pelo feminino. Assim, a atuação masculina dentro dos ambientes de educação infantil é ainda um campo em construção. Embora haja estranhamento em relação às suas presenças, tanto por parte das famílias quanto das escolas, há nesses professores um desejo de resistência e de transformação frente a mecanismos sociais que, por vezes, tentam excluí-los do fazer pedagógico. Esses docentes parecem fazer apostas em uma educação plural, capaz de aceitar e conviver com a diversidade, seja ela de gênero, de sexualidade, de raça, étnica ou de classe social.

Por fim, salientamos que, embora tenhamos tentado, por meio das entrevistas, analisar os dados construídos a partir de uma perspectiva interseccional, esta não foi plenamente possível, levando em consideração que questões como raça, etnia e classe social não surgiram na fala dos docentes. Isso nos leva a pensar que, possivelmente, esse era um desejo dos pesquisadores, o qual, no entanto, não reverberou nas experiências de vida dos professores. Nesse sentido, entendemos que essa é uma limitação do estudo. Refletindo sobre essa questão, sugere-se que novos estudos sejam desenvolvidos tendo como foco esse campo de pesquisa.

Notas finais

1 Nomes fictícios.

Referências

- Baliscei, J. P. & Saito, H. T. I.** (2021). Há um homem na Educação Infantil! Masculinidades e ações pedagógicas de cuidados e educação de crianças. *Gênero*, 21(2), 296-320. <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/49993/29322>
- Bello, A. T., Zanette, J. E., & Felipe, J.** (2020). O homem-professor na educação infantil e a produção de profissionalidade. *Zero-a-seis*, 22(42), 558-579. <http://dx.doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22n42p5558>
- Bento, B.** (2015). *O homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas* (2º ed.). EDUFRRN.
- Cazanatto, E., Martta, M. K., & Bisol, C. A.** (2016). A Escuta Clínica Psicanalítica em uma Instituição Pública: Construindo Espaços. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(2), 486-496. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000742014>
- Connell, R. W. & Messerschmidt, J. W.** (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 241-282. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>
- Creswell, J. W.** (2014). *Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens* (3º ed.). Penso.
- Crenshaw, K.** (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Danziato, L. B.** (2019). Psicanálise e política: por uma prática da incompletude. *Psicologia & Sociedade*, 31, 1-14. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31i169005>
- Ecco, C.** (2008). A função da religiosidade na construção social da masculinidade. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 16(1), 93-97. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672008000100013&lng=pt&tlng=pt
- Ferfolja, T. & Hopkins, L.** (2013). The complexities of workplace experience for lesbian and gay teachers. *Critical Studies in Education*, 54(3), 311-324. <https://doi.org/10.1080/17508487.2013.794743>
- Ferreira, E. M., Silva, C. D., & Irala, C.** (2020). “A sua vaga é para zelador, não é?” O lugar do homem na docência da Educação Infantil: desafios e tensões. *Zero-a-Seis*, 22(42), 833-851. <http://dx.doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22n42p833>
- Finco, D.** (2012). Homossexualidade e educação infantil: bases para a discussão da heterossexualização da infância. *Gênero*, 12(2), 47-63. <https://doi.org/10.22409/rg.v12i2.414>
- Gonçalves, J. P. & Oliveira, E.** (2018). Diversidade cultural e relações de gênero em uma escola indígena sul-mato-grossense. *Educação e Pesquisa*, 44, 1-19. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201844185144>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP** (2020). *Censo da Educação Básica 2020*. Autor. https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2020.pdf
- Iribarry, I. N.** (2003). O que é Pesquisa Psicanalítica? *Agora*, 6(1), 115-138. <https://www.scielo.br/j/agora/a/kMNkRYxpVCBG6NwwVR8Pryd/?format=pdf&lang=pt>
- Jones, C. E. & Aubrey, C.** (2019). ‘I mean, why wouldnt’t men be involved?’ The life histories of six male practitioners working within early childhood education care in England. *Journal of Early Childhood Research*, 17(4), 279-293. <http://doi:10.1177/1476718X19852651>
- Monteiro, Kubilius M. & Altmann, H.** (2023). Homens na educação infantil no Brasil: ascensão à direção escolar e distanciamentos necessários. *Espacios en blanco. Serie indagaciones*, 33(2), 720-741. <https://doi.org/10.37177/unicen/eb33-376>
- Louro, G. L.** (2008). Mulheres na sala de aula. In M. Del Priore (Org.), *História das Mulheres*

no Brasil (pp. 441-481). Contexto.

Macedo, M. M. K. & Falcão, C. N. B. (2005). A escuta na psicanálise e a psicanálise na escuta. *Psychê*, 9(15), 65-76. <https://www.redalyc.org/pdf/307/30715905.pdf>

Marcos, C. M. & Mendonça, R. L. (2020). A disjunção mãe/mulher a partir de uma prática de conversação. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 23(1), 94-102. <https://dx.doi.org/10.1590/1809-44142020001011>

Medrado, B. & Lyra, J. (2008). Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista Estudos Feministas*, 16(3), 809-840. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300005>

Ministério da Educação (2018). *Educação Infantil*. Autor. https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2020.pdf

Miranda, M. P., Vasconcelos, R. N., & Santiago, A. L. B. (2006). Pesquisa em psicanálise e educação: a conversação como metodologia de pesquisa. In *Anais do VI Psicanálise, educação e transmissão*. USP. http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032006000100060&lng=en&nrm=abn

Miranda, J. J., Timo, A. L. R., & Belo, F. R. R. (2019). Crítica à Teoria da Maternidade em Winnicott: é Preciso ser Mulher para cuidar de Crianças? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 1-14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003176863>

Monteiro, M. K. & Altmann, H. (2014). Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação. *Cadernos de Pesquisa*, 44(153), 720-741. <https://doi.org/10.1590/198053142824>

Navarro Swain, T. (2011). Tecnologias sociais e a construção da diferença sexual. *Mora*, 17(1). <https://www.tanianavarroswain.com.br/brasil/argentinamf.htm>

Ottaviano, C. & Persico, G. (2019). Educational Care: male teachers in early childhood education. *Italian Journal of Sociology of Education*, 11(1), 141-161. <http://doi:10.14658/pupj-ijse-2019-1-7>

Prado, P. D., Anselmo, V. S., & Fernandes, I. S. (2020). Professores homens da educação infantil: narrativas e (des)encontros entre corpos, brincadeiras e cuidado. *Zero-a-seis*, 22(42), 605-631. <http://dx.doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22n42p605>

Rabelo, A. O. (2013). Professores discriminados: um estudo sobre os docentes do sexo masculino nas séries do ensino fundamental. *Educação e Pesquisa*, 39(4), 907-925. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013005000004>

Rodrigues, S. A., Manholer, E., & Gomes, A. A. (2020). Em busca de identidade: educação infantil é lugar de homem? *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 15(3), 2298-2313. <http://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp3.14438>

Silva, O. H. F., Cruz, C. S. R., & Silva, C. L. (2021). A sociedade de dominação masculina e os professores na educação infantil. *Revista Cocar*, 15(32), 1-19.

Silva, R. M., Fortes, K. P. S., Coelho, E. M., & Carvalho, N. M. S. (2023). Há acesso para professores homens na educação infantil? *Eccos Revista Científica*, 66, e22845. <https://doi.org/10.5585/eccos.n66.22845>

Sonetti, S. L. & Garcia, M. R. V. (2020). Ensinando a diversidade ou a transfobia? Um panorama da educação sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas da região de Sorocaba-SP e sua intersecção com saúde mental. *Revista Práxis*, 1, 173-194. <https://doi.org/10.25112/rpr.v1i0.1913>

Sullivan, V., Coles, L., Xu, Y., Perales, F., & Thorpe, K. (2020). Beliefs and attributions: insider accounts of men’s place in early childhood education and care. *Contemporary Issues in Childhood Education*, 21(2), 126-137. <http://doi:10.1177/1463949120929462>

Sumsion, J. (2005). Male teachers in early childhood education: issues and case study. *Early Childhood Research Quarterly*, 20(1), 109-123. <https://doi.org/10.1016/j.ecresq.2005.01.001>

Toledo, E. T. & Vimieiro, A. C. (2018). A Vida Sexual, de Egas Moniz: eugenia, psicanálise e a patologização do corpo sexuado feminino. *História, Ciências, Saúde* (Manguinhos), 25(1), 69-86. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702018000300005>

Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 460-482. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>

Wright, T. (2018). Contesting hegemony: re-imagining masculinities for early childhood education. *Contemporary Issues in Early Childhood*, 19(2), 117-130. <http://doi.10.1177/1463949118781893>

CARLOS EDUARDO DE MELLO LOPES

<https://orcid.org/0000-0001-8780-2548>

Mestre e doutorando em Psicologia, PPG Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

E-mail: carloveduardmello@gmail.com

RITA DE CÁSSIA SOBREIRA LOPES

<https://orcid.org/0000-0002-6433-1648>

Professora titular do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

E-mail: ritasobreiralopes@gmail.com

SUIAN GOECKS OLIVEIRA

<https://orcid.org/0000-0003-2596-4423>

Graduanda em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

E-mail: suiangoecks@outlook.com

Histórico	Submissão: 06/07/2022 Revisão: 23/06/2024 Aceite: 24/06/2024
Contribuição dos autores	Conceitualização: CEML; RCSL Curadoria de dados: CEML; RCSL Análise de dados: CEML; RCSL; SGO Redação do manuscrito original: CEML Redação, revisão e edição: CEML
Financiamento	Não se aplica
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MEMÓRIA E ANCORAGEM NA CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE EDIÇÃO GENÉTICA DE EMBRIÕES HUMANOS

MEMORY AND ANCHORING IN THE CONSTRUCTION OF SOCIAL REPRESENTATIONS ABOUT HUMAN EMBRYO GENE EDITING

MEMORIA Y ANCLAJE EN LA CONSTRUCCIÓN DE REPRESENTACIONES SOCIALES SOBRE EDICIÓN GENÉTICA DE EMBRIONES HUMANOS

Renan Harmes Eskinazi¹, Renata Lira dos Santos Aléssio¹
e Maria de Fátima de Souza Santos¹

¹ Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, Brasil

Resumo: As representações sociais são elaboradas a partir da inserção de determinado objeto em um sistema de conhecimentos preexistentes, processo este, denominado de ancoragem. Este estudo buscou analisar a relação entre memória e ancoragem nas representações sociais da edição genética de embriões humanos. Foram conduzidas 40 entrevistas com pessoas adultas maiores de 18 anos sobre opiniões acerca da edição genética de embriões humanos. Realizou-se uma Análise de Conteúdo Temática a partir das entrevistas. As memórias evocadas discutem os avanços da ciência e o surgimento de outras biotecnologias no passado. O risco de práticas eugenistas e erros da ciência também foram rememorados. As memórias mostram duas tendências concomitantes entre os entrevistados: a busca pela familiarização da edição genética e/ou o distanciamento deste objeto. Os posicionamentos revelam um pensamento condicional, apontando para os aspectos controversos e esperançosos e as consequências positivas e negativas que podem ocorrer a partir da aplicação dessa tecnologia.

Palavras-Chave: Memória; Representação Social; Edição Genética; Embrião Humano; Ancoragem.

Abstract: Social representations are developed by inserting a given object into a system of preexisting knowledge, a process known as anchoring. This study sought to analyze the relationship between memory and anchoring in social representations of human embryo genetic editing. Forty interviews were conducted with adults over 18 years of age about their opinions about human embryo genetic editing. A Thematic Content Analysis was carried out based on the interviews. The memories evoked discuss scientific advances and the emergence of other biotechnologies in the past. The risk of eugenic practices and scientific errors were also recalled. The memories show two concomitant trends among the interviewees: the search for familiarization with genetic editing and/or distancing from this object. The positions reveal conditional thinking, pointing to the controversial and hopeful aspects and the positive and negative consequences that may occur from the application of this technology.

Keywords: Memory; Social Representation; Gene Editing; Human Embryo; Anchoring.

Resumen: Las representaciones sociales se crean a partir de la inserción de un determinado objeto en un sistema de conocimientos preexistentes, proceso llamado anclaje. Este estudio buscó analizar la relación entre la memoria y anclaje en las representaciones sociales de la edición genética de embriones humanos. Se realizaron 40 entrevistas a adultos mayores de 18 años sobre sus opiniones acerca de la edición genética de embriones humanos. Se realizó un análisis de contenido temático a partir de las entrevistas. Las memorias evocadas discuten los avances de la ciencia e el surgimiento de otras biotecnologías en el pasado. También se recordó el riesgo de prácticas eugenésicas y de errores en la ciencia. Las memorias muestran dos tendencias concomitantes entre los entrevistados: la búsqueda de familiarización con la edición genética y/o el distanciamiento de ese objeto. Las posturas revelan un pensamiento condicional, señalando los aspectos controvertidos y esperanzadores y las consecuencias positivas y negativas que pueden surgir del uso de esta tecnología.

Palabras clave: Memoria; Representación social; Edición genética; Embrión humano; Anclaje.

Introdução

Este artigo foi elaborado com base em um dos estudos realizados pelo projeto *Interventions on the human embryo: a comparative psychosocial approach Brazil/France (INTEMBRYO)*, fruto da colaboração entre pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco, da Universidade Aix-Marseille e da Universidade Lumière Lyon 2.

A concepção do primeiro “bebê de proveta” no final dos anos 1970 marcou o início de um novo ciclo na medicina. Naquele contexto, um novo objeto ascendeu como figura central de discussão: o embrião humano. Em pouco menos de 40 anos, o embrião humano passou a traduzir um ideário de inovação tecnológica jamais vista anteriormente, ocasionando, assim, debates acerca da legitimidade de sua manipulação (Santos et al., 2023).

O debate acerca da manipulação de embriões humanos se intensificou, nos últimos anos, a partir da possibilidade de se editar o seu genoma, reparando sequências específicas de DNA (Cyranoski, 2019). O processo denominado de Edição Genética de Embriões Humanos busca alterar *locus* específicos de DNA, possibilitando que novos segmentos gênicos sejam introduzidos no espaço determinado (Furtado, 2019). Dessa forma, seria possível corrigir e alterar espaços do DNA do embrião e substituí-los por outros específicos.

Eric Lander et al. (2019) argumentam que a edição genética de embriões humanos, apesar de demonstrar forte potencial futuro, está inserida em embates sociobiológicos devido a sua capacidade de não apenas reparar doenças, mas também de aperfeiçoar características humanas. A distinção entre aperfeiçoamento *versus* melhoramento genético torna-se um ponto central nessa discussão, visto que se relaciona não apenas ao receio do nascimento de indivíduos com características genéticas específicas, como também evoca memórias acerca de tentativas de eugenia na espécie humana (O’Neill & Cohen, 2019). Percebemos, assim, que a edição genética de embriões humanos se configura como um ambiente de disputas e conflitos, não limitados a contextos científicos, mas com implicações que adentram o tecido social.

Dessa forma, o estudo da edição genética em embriões humanos pode auxiliar na compreensão das raízes coletivas do conhecimento científico e da função do contexto social na elaboração desse conhecimento. Segundo Willem Doise (1986), as crenças e saberes compartilhados acerca de um objeto dizem respeito a diferentes inserções sociais dos sujeitos e organizam os processos simbólicos que atuam na elaboração desses conhecimentos. Assim, partindo da abordagem sociogenética das representações sociais, avalia-se que a edição de embriões humanos se caracteriza como um objeto marcado por zonas de tensão (Kalampalikis & Apostolidis, 2020). Essas zonas de tensão relacionam-se a contextos de conflitos e disputas articulados, portanto, a posicionamentos de diferentes grupos frente a um objeto social.

A construção das representações sociais baseia-se em categorias e conhecimentos preexistentes, isto é, redes de sentido anteriores de determinada sociedade ou grupo. Nesse sentido, evidenciamos que o processo de ancoragem se configura como um importante processo para que se possa compreender as representações sociais da edição genética de embriões humanos. A ancoragem é definida como o processo em que novos conhecimentos e representações são inseridos em modelos de crenças e significações preexistentes, visando a transformação do objeto em algo conhecido e retirando seu caráter não-familiar (Moscovici, 2010).

De acordo com Nikos Kalampalikis (2020), o processo de ancoragem relaciona-se diretamente ao processo de nomeação e categorização. O autor enfatiza que processos de ancoragem não são elaborados em contextos imparciais, visto que as dinâmicas sociais se encontram im-

plicadas na categorização de novos objetos. Assim, o que é utilizado para ancorar uma nova representação está relacionado aos contextos socioculturais que circunscrevem determinado grupo ou sociedade. A memória social, nesse sentido, seria um processo por meio do qual a sociedade e os grupos dariam sentido ao novo, isto é, aquilo que é considerado estranho. No contexto brasileiro, as discussões desenvolvidas por Celso Pereira de Sá (2007) e Ingrid Gianordoli-Nascimento et al. (2015) apontam, entre outros fatores, para o entendimento da ancoragem enquanto um elemento importante na articulação entre memória e representação social. Assim, as lembranças do passado ancoram as representações sociais e atuam como fonte de familiarização do objeto no presente. Dessa forma, na tentativa de dar sentido ao novo objeto, utiliza-se de bases prévias, vinculadas à memória social, no intuito de construir uma nova representação social (Wagoner, 2015).

Analisando a edição genética de embriões humanos, evidenciamos que essa nova tecnologia se encontra inserida em uma dinâmica temporal singular, na medida em que traz consigo promessas de um futuro instantâneo ao mesmo tempo em que está vinculada a experiências passadas. O desenvolvimento da técnica de edição genética de embriões humanos constitui-se como um contexto pertinente e fértil para o estudo das representações sociais e da memória. Devido ao caráter insólito da tecnologia, a memória social pode auxiliar na elaboração de representações sociais acerca da edição genética de embriões humanos.

A literatura em termos de representações sociais tem mostrado que a mobilização seletiva da memória social atua no processo de ancoragem de novas biotecnologias (Wagner, 2007). Assim, por exemplo, mitos e fatos históricos do passado podem ser base para a percepção de riscos ligados a biotecnologias sob o prisma de uma ordem moral a ser respeitada (Wagner & Kronberger, 2002). Esse novo objeto que adentra a realidade social transmite promessas de futuro, mas também evoca memórias acerca do passado coletivo. Esta articulação entre passado e futuro auxilia na elaboração de representações sociais no presente. Nesse contexto, torna-se pertinente investigar as maneiras por meio das quais a memória social é ancorada, no intuito de dar sentido a esse novo objeto social, isto é, trata-se de analisar as bases do passado que atuam na construção de representações sociais da edição genética de embriões. Aliado a isso, compreender memórias do passado que são mobilizadas na construção de representações sociais sobre a edição genética de embriões nos informa sobre a trajetória social de uma biotecnologia, em particular, e da sociedade moderna de uma forma geral. Destarte, o estudo da memória social e dos processos de ancoragem nas representações sociais da edição genética de embriões pode auxiliar no entendimento do modo como essa tecnologia está sendo enraizada no pensamento social e sobre quais aspectos do passado coletivo estão sendo utilizados para construção de entendimentos partilhados no presente. Nesse sentido, este estudo buscou investigar a relação entre memória e ancoragem nas representações sociais da edição genética de embriões humanos.

Método

Participantes

Os/as participantes desta pesquisa foram 40 pessoas adultas, maiores de 18 anos, entrevistadas, *on-line* em março de 2021, a respeito de suas opiniões acerca da edição genética com embriões humanos. Os/as participantes possuíam em média 36 anos. A estratégia de constru-

ção de dados procurou diversificar as características da amostra quanto ao gênero (19 mulheres, 21 homens), nível de escolaridade (12 com nível superior completo, 38 sem nível superior), pertença religiosa (23 com pertença religiosa e 17 sem pertença religiosa). Dentre as pertenças religiosas, foram evocadas as seguintes denominações: adventista (1 pessoa), católica (8 pessoas), cristã (5 pessoas), espírita (2 pessoas), evangélica (6 pessoas) e umbanda (1 pessoa).

Instrumento e Materiais de Coleta

A coleta dos dados foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas. Para isso, foram elaboradas perguntas relacionadas às potencialidades da tecnologia, cenários aceitáveis e não aceitáveis para o seu uso, bem como questões voltadas à regulação da edição e aos agentes sociais envolvidos nessa discussão. A entrevista seguiu um roteiro semiestruturado, visando perpassar os seguintes assuntos: (a) objetivos e exemplos de aplicação da edição genética em embriões humanos (contexto de uso); (b) consequências e possibilidades de evolução dessa prática; (c) a quem concerne (desigualdades de acesso); (d) como os participantes imaginam que ocorre o processo de modificação genética; (e) o papel da ciência e da religião nesse processo; e, finalmente, (f) as possíveis fontes de informação sobre o tema. Ao final, houve ainda a coleta de dados socioeconômicos.

Análise dos Dados

Com o intuito de investigar as memórias ancoradas na construção das representações sociais da edição genética de embriões, optou-se pela realização de uma análise de conteúdo temática. O procedimento de análise foi realizado a partir das divisões propostas por Laurence Bardin (1977) acerca do método de organização e construção de categorias temáticas. Nesse sentido, o procedimento de análise foi realizado em três momentos distintos. O primeiro momento, denominado de Pré-Análise, pautou-se na organização do material. Assim, inicialmente foi realizada a leitura das entrevistas, buscando uma maior familiarização com as temáticas encontradas. Para isso, as 40 entrevistas realizadas foram transcritas na íntegra.

A segunda etapa da análise (Exploração do Material) foi baseada na codificação dos principais conteúdos das entrevistas. Foram, então, analisadas as chamadas Unidades de Registro e Unidades de Contextos, propostas por Bardin (1977). Nesse sentido, as Unidades de Registro analisadas foram os segmentos textuais das entrevistas que evocaram alguma memória passada para discutir a edição genética de embriões. Também foram analisadas as chamadas Unidades de Contexto relacionadas aos conteúdos acerca da edição genética de forma mais ampla e não apenas os segmentos de textos que possuíam uma relação com a memória social. Esse processo auxiliou no entendimento global acerca dos entendimentos suscitados pelo participante em relação à edição genética de embriões, proporcionando, assim, uma melhor organização das categorias.

Por fim, foi realizado o Tratamento e Interpretação dos Dados. Após a delimitação de eixos temáticos iniciais, efetuou-se um processo de classificação e organização com o intuito de buscar minuciosidades ou agrupamentos, para uma melhor delimitação dos temas encontrados, objetivando a transformação dos eixos temáticos em categorias. Para a realização desse procedimento, tomou-se como base as seis premissas propostas por Bardin (1977) na construção de categorias temáticas: exclusividade, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidedignidade e produtividade. Desse modo, o processo final foi baseado na reorganização dos eixos temáticos, criando, assim, categorias delimitadas e singulares, isto é, excludentes entre si. O processo de

classificação dos eixos temáticos permitiu a elaboração de categorias que atendessem aos critérios propostos por Bardin (1977) em relação à Análise de Conteúdo.

Aspectos Éticos

Todos os participantes assinaram um termo de consentimento livre esclarecido antes do início da entrevista. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Universidade Federal de Pernambuco sob protocolo 30668714.2.0000.5208.

Resultados e Discussão

Dentre as 40 entrevistas realizadas, 21 apresentaram evocações de memórias para a construção de representações sociais acerca da edição genética de embriões. A partir disso, tornou-se possível classificar as memórias discutidas nas entrevistas em quatro categorias temáticas principais. A Tabela 1 apresenta uma síntese das quatro categorias identificadas nas entrevistas, acompanhadas de suas proporções e dos principais temas associados.

Tabela 1. Resultado da análise de conteúdo realizada a partir das entrevistas

Categorias	Proporção	Temas Associados
Surgimento de biotecnologias no passado que foram paulatinamente incorporadas	36,1%	- Fertilização <i>in Vitro</i> (FIV) - Clonagem - Barriga Solidária - Transgênicos
Avanços da ciência no desenvolvimento de novas tecnologias	26,6%	- Progressos da Medicina - Cura de Doenças - Surgimento de Vacinas
Os erros e abusos da ciência no decorrer da História	19,9%	- Bombas Nucleares - Condutas Antiéticas - Segregação
Ameaça de um novo eugenismo	17,4%	- Segunda Guerra Mundial - Alemanha Nazista - Bebês Geneticamente Modificados

Fonte: Os Autores

A primeira categoria foi nomeada “Surgimento de biotecnologias no passado que foram paulatinamente incorporadas” (36,1%). Essa categoria reúne conteúdos que traçaram paralelos entre a edição genética com outros exemplos de biotecnologias desenvolvidos no passado a partir do embrião humano ou animal:

Muita coisa do que eu estou te falando aqui, eu estou fazendo associação de quando surgiu, na minha época, o bebê de proveta, que era a fertilização in-vitro. Quando surgiu foi coisa de outro mundo, totalmente inconcebível você gerar vida fora do corpo humano. Então eu estou fazendo muita associação desse tema a esse tipo de procedimento que já existe, e que hoje em dia é uma coisa natural. (Sujeito 8)

A segunda categoria foi nomeada “Avanços da ciência no desenvolvimento de novas tecnologias” (26,6%). Nesta categoria, os entrevistados relembram casos para os quais a evolução da ciência trouxe benefícios e melhorias na vida dos indivíduos:

Porque, já na idade média, você vê que a medicina, a ciência, teve uma grande dificuldade de desenvolvimento, porque certos procedimentos que eram adotados dos médicos, dos pesquisadores, dos cientistas, iam totalmente de encontro com os dogmas da Igreja. Para começar a fazer necropsias, autópsias, foi uma coisa de outro mundo, porque era totalmente inconcebível. Depois que viram que você trabalhando os cadáveres, você conseguia salvar outras vidas, esse tabu caiu. (Sujeito 1)

A terceira categoria, chamada “Os erros e abusos da Ciência no decorrer da história” (19,9%), reúne questionamentos sobre o uso das descobertas científicas, interrogando as aplicações éticas ou os responsáveis, no processo de desenvolvimento de novas tecnologias:

É aí que mora o perigo né? Depende dos seres humanos que estiverem trabalhando neste projeto. Nós ficamos com medo porque existem pessoas que pensam mais nesse sentido. Vemos na história que muita coisa que aconteceu, que as pessoas criam para um objetivo e aparece algumas que criam para matar, né? Precisa se rever bem. Isso é uma questão bem ética. (Sujeito 6)

A quarta categoria foi nomeada “Ameaça de um novo eugenismo” (17,4%). Nessa categoria, os participantes apresentam receio de que a edição genética de embriões possa gerar novas condutas eugenistas:

Vou citar como exemplo aqui o que ocorreu na Segunda Guerra Mundial, quando os alemães tentaram criar uma raça pura. A raça ariana queria dominar todas as outras, e eles tiveram um programa, não foi a esse nível, mas eles selecionaram pessoas com certas características físicas, com uma certa origem e linhagem para que tivesse bebês de uma raça ariana pura. Então eu vejo nessa modificação embrionária como perigoso, se for aplicada com esses fins. Você fere o princípio básico de que todo mundo é igual. Entendeu? (Sujeito 9).

A memória social mobilizada no decorrer das entrevistas auxilia na construção de uma representação social acerca da edição genética de embriões. A ancoragem, nesse sentido, promove a assimilação de novos objetos e elementos em um sistema de conhecimentos a partir, sobretudo, daquilo que se encontra disponível na memória (Trindade et al., 2019). Contudo, observa-se que as memórias evocadas nas entrevistas buscam propósitos distintos: aproximar-se do objeto, assimilando-o, ou afastá-lo para a manutenção da distância dessa tecnologia. Esses processos podem ocorrer concomitantemente no conteúdo representacional expresso por uma mesma pessoa ou, ainda, revelar distintas dinâmicas grupais (opondo posicionamentos acerca da edição genética). Esses dois propósitos destacados estão relacionados, sobretudo, às funções da memória no processo de ancoragem.

Nesse sentido, as ancoragens evidenciadas demonstram intenções específicas e a memória torna-se um processo importante para a concretização desses objetivos. A partir das categorias temáticas encontradas nas entrevistas, a ancoragem busca, por um lado, a familiarização da edição genética por meio das lembranças de outras biotecnologias desenvolvidas no passado e

dos impactos da ciência na melhora da qualidade de vida dos indivíduos. É possível exemplificar esse processo a partir do seguinte trecho:

Como se fosse de proveta, né? Anos atrás, teve um bebê de proveta e tudo mais... e daí em diante veio melhorando, cada vez mais. Eu achei bom, se era o sonho dela de ter um filho. Eu achei bom, não achei ruim não. (Sujeito 20)

Neste caso, o entrevistado utiliza como base o exemplo do “bebê de proveta”, isto é, a técnica de fertilização *in vitro*, como forma de acessar suas crenças e opiniões acerca da edição genética de embriões. Ao relacionar a memória do nascimento do primeiro “bebê de proveta” com as melhorias ocasionadas por essa tecnologia (a fertilização *in vitro*), o sujeito traz para si uma proximidade com a edição genética de embriões humanos, relatando que esta nova tecnologia também pode oferecer potencialidades no futuro. Para além da fertilização *in vitro*, outras lembranças de biotecnologias também auxiliam na familiarização do objeto, a exemplo da clonagem:

Bom, eu me recordo de uma reportagem muito interessante que eu vi sobre a clonagem, que foi feita, se eu não me engano, da ovelha Dolly'. Conseguiram clonar ela, foi uma das modificações do embrião que eu me recordo. (Sujeito 12)

Os conteúdos representacionais dos entrevistados podem estar relacionados à categoria de “Surgimento de biotecnologias no passado que foram paulatinamente incorporadas”. Assim, as lembranças do “bebê de proveta” e da ovelha Dolly demonstram a inserção da edição genética nas relações sociais materiais, possibilitando, assim, uma maior concretização deste novo objeto. Essa dinâmica pode ser vinculada ao processo de objetivação das representações sociais, uma vez que permite tanto a transformação do conceito em uma imagem quanto a materialização da representação social (Moscovici, 2010). Essa articulação entre conhecimento científico e senso comum, evidenciada nos trechos das entrevistas, recai nos argumentos de Serge Moscovici (2010) acerca da coexistência de diferentes tipos de saberes e crenças que constituem o conhecimento humano. O processo de ancoragem evidenciado acima revela esse entendimento na medida, o qual mostra a articulação entre memórias sociais e conhecimentos do campo científico.

Paralelamente à tentativa de aproximação e de familiaridade frente à edição genética, evidencia-se uma tentativa de afastamento e distância. Martha de Alba (2019) argumenta que a relação entre memória e representações se dá, sobretudo, a partir de uma afiliação conceitual ao processo de ancoragem, baseada na premissa de que a memória percorreria uma transformação do não-familiar para o familiar. Contudo, o processo de construção de representações sociais acerca da edição genética demonstra que a memória pode ser utilizada também como uma forma de garantir que o objeto continue afastado daquilo que é considerado como familiar.

Nesse sentido, ao evidenciar que as memórias discutidas nas entrevistas apontam também para a manutenção do caráter estranho e distante da edição genética de embriões, pode-se pensar em novos contornos e funções que a rememoração pode apresentar frente ao processo de ancoragem. Desse modo, a memória não somente é utilizada como forma de trazer para perto novos objetos sociais, mas também pode exercer uma função contrária, baseada na manutenção da distância entre o novo objeto social e a rede de significados preexistentes dos indivíduos. Entre as temáticas evidenciadas nas entrevistas, a ideia de que a edição genética de embriões humanos seria capaz de repetir práticas eugenistas vistas no passado marca uma maior separação frente a esse objeto. O trecho a seguir demonstra esse pensamento:

Você pensa uma série de coisas quando tem esse tema de segregação racial e exclusão de mulheres e homens, mas a modificação embrionária para fins da vida mesmo, para fins da humanidade, eu acho benéfico. Bom, a gente já teve na nossa história recente um governo na Europa que imaginou ter uma sociedade branca de olhos azuis, que foi a Alemanha, e deu no problema que deu. E lá existiram várias pesquisas nesse sentido. (Sujeito 37)

A lembrança da Segunda Guerra Mundial e das condutas eugenistas promovidas pelo governo nazista apontam para uma maior alteridade e não-familiaridade da edição genética de embriões, que é marcada a partir de um ideário de ameaça e risco (Jodelet, 2020). O risco de que essas práticas ocorram novamente a partir de uma nova tecnologia promove um maior distanciamento dos entrevistados frente à edição genética. Assim, a memória remete ao incerto e aquilo cujas repercussões são imprevisíveis. Esse receio sobre as potencialidades da edição genética ancorado na memória do nazismo também foi evidenciado no estudo de Kirsten A. Riggan, Richard R. Sharp e Megan Allyse (2019). Os autores argumentam que, entre os participantes do estudo, houve um consenso de que a seleção de traços específicos em embriões humanos poderia ocasionar práticas eugênicas, baseadas, sobretudo, na experiência da Alemanha nazista. Esse processo também se articula aos conteúdos voltados à categoria de “Erros e abusos cometidos pela ciência no passado”.

Como argumentado por Serge Moscovici (1961) em sua obra seminal, o estudo das representações sociais, combinado com a análise de mídia, revela-se um campo fértil para a compreensão da construção das teorias do senso comum. Nesse sentido, as lembranças evocadas pelos entrevistados sobre a edição genética podem ser conectadas ao cotidiano da vida social, permeando tanto artigos de jornais quanto produtos culturais, como produções audiovisuais. O trecho a seguir indica esse papel dos produtos culturais na consolidação das representações e memórias acerca da edição genética:

Então se você for olhar na ciência ou se você for olhar até na literatura, se você for buscar em filmes que já assistimos no cinema, em ficção, você vai entender um pouco daquilo que eu estou falando. Já vimos vários filmes em que se muda geneticamente as pessoas com objetivo exclusivo de fazer o mal, de dominar, de castigar as pessoas. (Sujeito 36)

O participante, nesse sentido, ancora as representações sociais da edição genética em aspectos voltados aos meios de comunicação e, mais especificamente, em filmes e livros. Esses dispositivos auxiliam na consolidação de memórias específicas frente à edição genética, possibilitando, assim, a concretização daquilo que era abstrato e a inserção desse objeto (a edição genética) em uma rede de representações sociais anteriores, vinculada ao processo de ancoragem, mas também a um campo de crenças e valores singulares. Destarte, os produtos culturais mencionados, para além de integrar a edição genética a um campo preexistente, podem auxiliar em uma tomada de posição específica frente a essa tecnologia.

Aliados a isso, os processos de ancoragem evidenciados nas memórias apresentadas denotam que o processo de rememoração perpassa, entre outros fatores, processos de filtragem e seleção (Bartlett, 1925/1995). Certos aspectos da memória são postos em um ponto de maior importância em detrimento de outros. No caso das entrevistas, um mesmo acontecimento evocado é ancorado de diferentes maneiras, possibilitando diferentes posicionamentos frente à edição genética. Nesse sentido, pode-se pensar, por exemplo, nos acertos e erros da ciência no decorrer de sua história. É possível identificar a menção à história da ciência como um percurso marcado por desenvolvimentos e melhoria da qualidade de vida a partir de novas tecnologias:

Papel da ciência? É o máximo, é total, porque a ciência em si, desde o início do mundo, sempre está estudando a melhoria da vida. Pode ser que venha algumas vezes os gases, as bombas nucleares pelo caminho, só que a ciência em si é para a melhoria de vida, como saúde, medicina, o desenvolvimento de vacinas e medicamentos. Eu acho que vamos chegar lá, então sempre a ciência estará envolvida nisso, totalmente, não tem uma parte que ela não esteja. (Sujeito 2)

Apesar de reconhecer os possíveis erros da ciência no passado, a exemplo das bombas nucleares, o entrevistado atribui, em seu relato, maior grau de importância aos avanços e melhorias que a ciência trouxe a partir de diferentes áreas. Esse movimento remete a uma maior aproximação para com a edição genética de embriões. Contudo, discutindo ainda acerca dos acertos e erros da ciência, nota-se que outros aspectos da memória sobre práticas científicas podem ser destacados e postos em maior importância:

É complicado, viu? A tendência é essa, mesmo que a gente questione isso, sempre vai ter aquelas pessoas que vão fazer escondido e vão utilizar para fazer com interesses mais econômicos e egoísticos. Porque na história da humanidade a gente viu isso pela bomba nuclear. A primeira, fizeram, mas a pessoa que estava fazendo eu acredito que não pensava em matar pessoas. Pensava, como hoje em dia, em tratar doenças como o câncer. Mas aí teve alguém que teve aquela ideia brilhante de derrubar lá Hiroshima e Nagasaki. O ser humano tem essa coisa dual né? (Sujeito 6)

No relato acima, as memórias dos abusos e erros cometidos pela ciência no passado tornam-se um aspecto central para a formação de representações sociais acerca da edição genética de embriões. A criação de bombas nucleares passa de algo secundário para a figura-central nos entendimentos acerca das novas tecnologias. Nesse ponto, observa-se um afastamento em relação ao objeto. Assim, um mesmo acontecimento ou relato do passado pode suscitar a elaboração de diferentes representações acerca da edição genética de embriões. Os exemplos ilustram a seleção e a filtragem memoriais que atuam nos processos de ancoragem, possibilitando, assim, maior proximidade ou distanciamento em relação ao objeto. Nesse sentido, um mesmo evento passado, a exemplo da bomba nuclear, pode ser inserido em duas categorias temáticas distintas, revelando, desse modo, os contrastes entre os discursos dos participantes. Enquanto alguns participantes relacionam a criação de bombas nucleares a um evento voltado ao avanço da ciência no passado, outros a evocam como uma preocupação, materializada a partir da categoria de abusos e erros da ciência no decorrer da sua história e da ameaça de um novo eugenismo.

Essas discussões perpassam a construção de representações sociais da edição genética de embriões, mas também envolvem os posicionamentos frente a essa tecnologia. Como pensado por Doise (1986), as representações sociais organizam as tomadas de posição dos indivíduos. Esses posicionamentos dizem respeito à avaliação de um objeto social, gerando, assim, uma postura favorável ou desfavorável. No campo da psicologia social, o processo de avaliação do objeto e a tomada de posição estão relacionados ao conceito de “atitude” (Cavazza, 2008). Dessa forma, a análise da dimensão atitudinal é de grande importância, na medida em que as avaliações acerca do objeto são essenciais para a construção de representações sociais. A esse respeito, Moscovici (2010) argumenta que a formação de representação sociais perpassa, necessariamente, três dimensões: a primeira, sendo a informação, baseada na quantidade e na qualidade do conhecimento produzido acerca do objeto; a segunda, o campo da representação,

é pautada na estrutura dos elementos que organizam as informações acerca do objeto; por fim, a dimensão atitudinal é voltada à tomada de posição frente ao objeto.

Ao integrar o conceito de atitude à formação de representações sociais, Moscovici busca distanciar-se de um modelo atitudinal de simples resposta para inseri-lo em uma lógica própria, baseada em valores e construída a partir de “teorias” do senso comum (Trindade et al., 2019). Assim, as atitudes tornam-se elementos centrais na elaboração e na transmissão de representações sociais. Os objetos em representações sociais possuem a capacidade de produzir diferentes conhecimentos compartilhados e valores. Com isso, esses objetos tornam-se também objetos atitudinais, na medida em que podem gerar tomadas de posição distintas, isto é, favoráveis ou desfavoráveis (Tafani, 2001).

Nesta relação entre representações sociais e atitudes, a ancoragem também exerce uma função na tomada de posição dos indivíduos acerca de um objeto social. Os conhecimentos preexistentes que são realçados para a elaboração de uma nova representação social podem indicar uma posição mais ou menos favorável a determinado objeto. Sob essa perspectiva, a relação entre os conteúdos ancorados e a tomada de posição, necessariamente, não seguiria uma tendência linear, visto que, como proposto por Moscovici (2010), os conhecimentos humanos são construídos a partir da polifasia cognitiva, isto é, pela coexistência de formas diferentes de saber.

Nas entrevistas analisadas, a maneira como as lembranças do passado são ancoradas se relacionam com a busca não linear de familiaridade ou afastamento da edição genética de embriões humanos. Nesse sentido, é possível observar que os posicionamentos revelam um pensamento social condicional, apontando ao mesmo tempo para os aspectos controversos e esperançosos e para as consequências positivas e negativas que podem ocorrer a partir do uso dessa tecnologia. A dimensão condicional, evidenciada a partir das entrevistas, corrobora os achados de Donrich Thaldar et al. (2022). Em seu estudo, ao discutir os cenários aceitáveis da aplicação da edição genética, os autores demonstram um posicionamento ambivalente no que se refere à utilização da tecnologia para prevenir o albinismo, marcado por dois discursos concomitantes: impedir que a criança seja objeto de estigma social *versus* reforçar potencialmente o estigma social existente. Nesse caso, os participantes apoiavam a utilização da edição genética sob a condição de que a tecnologia iria ser aplicada paralelamente à promoção de campanhas educativas para desestigmatizar o albinismo. Esse tipo de pensamento condicional e relativo também pode ser evidenciado nas entrevistas realizadas nesta pesquisa, conforme exemplificado nos trechos a seguir:

E quando eu penso nesse tema, eu penso mais voltado para a saúde e bem-estar humano. Assim, é claro que tem a parte mal disso. Por exemplo, se isso fosse usado em 1930, perto da Segunda Guerra, isso seria uma catapulta para o nazismo. (Sujeito 40)

Tem, eu gosto de pensar na parte boa, mas pode haver manipulações de edições genéticas relacionadas com eugenia, com fins de eugenia. Os nazistas pensavam nisso. Então, penso também que pode ter edição genética com outras finalidades que não seja terapêutico. (Sujeito 38)

Nessa relação entre a ancoragem e a memória social, evidenciamos a presença de aspectos afetivos e emocionais, na medida em que, ao se discutir o passado, as memórias evocadas trazem consigo um forte sentimento de ameaça e risco (Kalampalikis, 2020). Desse modo, há uma

ameaça que pode surgir a partir da tecnologia de embriões humanos e existe um risco de que essa tecnologia seja utilizada para fins não éticos.

A evocação de memórias que discutem o desenvolvimento de outras biotecnologias no passado, assim como os impactos que essas tecnologias produziram na qualidade de vida dos indivíduos, auxiliam em uma tomada de posição mais positiva em relação à edição genética de embriões. A proximidade maior com o objeto retira, de certa forma, as noções de ameaça e de risco evocadas pela memória. Os indivíduos, dessa forma, relembram acontecimentos do passado que auxiliam na transformação do caráter insólito do objeto em algo conhecido e familiar:

Com essa técnica no futuro, acho que vamos poder evoluir, avançar mais, talvez a um ponto de não precisar tanto, para as pessoas terem um maior entendimento para avançar nos objetivos. Eu não sei se está certo nessa linha de raciocínio, mas, por exemplo, aqueles bebês que nasceram com Zika² quando tivemos aqueles surtos de casos, acho que se a gente tivesse maiores estudos sobre aquilo, poderíamos ter menos impacto, poderíamos ter ajudado mais aqueles bebês a não nascer com tantas sequelas. (Sujeito 4)

A discussão a partir dos trechos das entrevistas aponta para a relação entre as formas como o processo de ancoragem é construído e a tomada de posição dos indivíduos. A memória, nesse sentido, mostra-se como um processo que articula esses dois aspectos, visto que, dependendo daquilo que é rememorado, pode-se ter um distanciamento ou uma aproximação do objeto. A construção do passado, por meio da rememoração, perpassa necessariamente valores e sistemas de pensamento social voltados ao campo da cultura, possibilitando que a memória adquira diferentes contornos e singularidades específicas (Wagoner, 2012).

Considerações finais

A edição genética de embriões humanos está inserida em um panorama global de ampliação das biotecnologias. Apesar dos debates acerca das biotecnologias promoverem um foco maior nas possibilidades de futuro e suas aplicações no presente, nota-se que as experiências do passado também estão vinculadas a essa discussão. No debate acerca da edição genética, evidenciamos que o passado coletivo exerce uma função importante para a construção de conhecimentos sociais acerca dessa nova tecnologia no presente. A memória, nesse sentido, auxilia na elaboração de novos entendimentos que são suscitados pelo cenário proporcionado pela edição genética de embriões. Os processos de ancoragem, materializados a partir da memória, mostram-se como essenciais para a construção de representações sociais da edição genética, atuando como mapas para a elaboração de conhecimentos compartilhados e tomadas de posição.

Este estudo demonstrou que as formas como a memória social é ancorada, ao se discutir a edição genética de embriões, perpassa dois objetivos principais: por um lado, aproximar o novo objeto de uma rede de conhecimentos familiares e, por outro, manter o caráter estranho, distanciando-se da tecnologia. Esses dois padrões atuam a partir daquilo que é rememorado e do grau de importância dado aos eventos do passado. Esses objetivos, portanto, promovem diferentes tomadas de posição frente à tecnologia, acarretando posicionamentos mais favoráveis à tecnologia e outros contrários ao seu desenvolvimento. Com isso, um dos pontos centrais evidenciados neste estudo é a importância de integrar, nas discussões sobre as potencialidades das biotecnologias, o passado e aquilo que permanece na memória coletiva. Cabe ressaltar, ainda,

que a formação de representações sociais perpassa uma dinâmica temporal não linear, na medida em que evoca experiências do passado, situações do presente e ideias de futuro.

Apesar do objetivo deste estudo estar centrado na análise das memórias e representações evocadas acerca da edição genética de embriões por meio do processo de ancoragem, aponta-se para a importância de explorar, ainda, o impacto de variáveis sociais no conteúdo memorial evocado pelos participantes. Assim, os elementos da memória que ancoram a construção das representações sociais dependerão, também, da inserção dos sujeitos em diferentes grupos sociais. Na Teoria das Representações Sociais, a análise das inserções sociais dos participantes, a exemplo da pertença religiosa, torna-se um elemento importante de investigação, uma vez que os processos mnemônicos e representacionais estão vinculados à relação dos grupos com um objeto. Consideramos, portanto, a necessidade de explorar em outros trabalhos de pesquisa o impacto de variáveis sociais no conteúdo memorial evocado. Com o avanço das pesquisas sobre a edição genética de embriões, mais estudos serão necessários com o intuito de aprofundar o entendimento sobre o modo como as dinâmicas do passado podem influenciar na elaboração de representações sociais no presente e intervir nos ideários de futuro.

Notas finais

1 A ovelha Dolly foi o primeiro mamífero clonado a partir de uma célula adulta somática. O nascimento da ovelha Dolly, em 1996, foi considerado uma grande conquista científica, pois foi a primeira vez que um animal adulto foi clonado com sucesso a partir de uma célula diferenciada.

2 O surto de Zika no Brasil, entre 2015 e 2016, foi caracterizado pela rápida disseminação do vírus transmitido pelo mosquito *Aedes Aegypti*. O aumento dos casos de microcefalia em recém-nascidos, relacionados à infecção durante a gravidez, gerou grande preocupação entre as autoridades de saúde.

Referências

- Alba, Martha de** (2019). Representações sociais e memória coletiva: uma releitura. In Zeide A. Trindade, Maria de Fátima de Souza Santos & Ângela Maria O. Almeida (Orgs.), *Representações Sociais: 50 anos* (2ª ed., pp. 393-432). Technopolitik.
- Bardin, Laurence** (1977). *L'analyse de contenu*. Presses Universitaires de France.
- Bartlett, Frederic Charles** (1925/1995). *Remembering: a study in Experimental and Social Psychology*. Cambridge University Press.
- Cavazza, Nicoletta** (2008). *Psicologia das atitudes e das opiniões*. Loyola.
- Cyranoski, David** (2019). The CRISPR-baby scandal: what's next for human gene editing. *Nature*, 566(7745), 440-443. <https://doi.org/10.1038/d41586-019-00673-1>
- Doise, Willem** (1986). *Levels of explanation in social psychology* (E. Mapstone, trad.). Cambridge University Press.
- Gianordoli-Nascimento, Ingrid Faria, Oliveira, Flaviane da Cruz., Cruz, Jaíza Pollyana Dias da, Freitas, Janaína Campos de, Barbosa, Débora dos Reis, Santos, Thayna Larissa Aguiar, & Mendes, Bárbara Gonçalves** (2015). Representações sociais de “ser mulher militante”: as imbricações entre geração e gênero na trajetória de militância de mulheres durante a ditadura militar brasileira. *Memorandum*, 28, 110-131. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6460>
- Jodelet, Denise** (2020). Uses and Misuses of Threats in the Public Sphere. In Denise Jodelet, Jorge Vala, & Ewa Drozda-Senkowska (Orgs.), *Societies Under Threat* (pp. 13-26). Springer International Publishing.
- Kalampalikis, Nikos** (2020). A lasting symbolic national threat: The dispute over the name Macedonia. In Denise Jodelet, Jorge Vala, & Ewa Drozda-Senkowska (Orgs.), *Societies under threat* (pp. 101-112). Springer International Publishing.
- Kalampalikis, Nikos & Apostolidis, Thémis** (2020). Challenges for social representations theory: the socio-genetic perspective. In Stamos Papastamou (Org.), *New Perspectives in Social Thinking and Social Influence* (pp. 1-11). Éditions de la Méditerranée.
- Lander, Eric, Baylis, Françoise, Zhang, Feng, Charpentier, Emmanuelle, Berg, Paul, Bourgain, Catherine, Friedrich, Bärbel et al.** (2019). Adopt a moratorium on heritable genome editing. *Nature*, 567(7747), 165-168. <https://doi.org/10.1038/d41586-019-00726-5>
- Moscovici, Serge** (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Presses Universitaires de France.
- Moscovici, Serge** (2010). *Representações sociais: Investigações em Psicologia Social* (P. A. Guareschi, trad., 7a ed.). Vozes.
- Furtado, Rafael N.** (2019). Gene editing: the risks and benefits of modifying human DNA. *Revista Bioética*, 27(2), 233-233. <https://doi.org/10.1590/1983-80422019272304>
- O'Neill, Helen C & Cohen, Jacques** (2019). Live births following genome editing in human embryos: a call for clarity, self-control and regulation. *Reproductive BioMedicine (online)*, 38(2), 131-132. <https://doi.org/10.1016/j.rbmo.2018.12.003>
- Riggan, Kirsten A., Sharp, Richard R., & Alysse, Megan** (2019) Where Will We Draw the Line? Public Opinions of Human Gene Editing. *Qualitative Health Research*, 29(12), 1823-1835. <https://doi.org/10.1177/1049732319846867>
- Sá, Celso Pereira de** (2007). Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(2), 290-295. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722007000200015>
- Santos, Maria de Fátima de Souza, Eskinazi, Renan Harmes, Apostolidis, Thémis, & Dany, Lionel** (2023). Gene editing of the human embryo: tensions and controversies

among scientists. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 40, 1-13. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202340e210091>

Tafari, Eric (2001). Attitudes, engagement et dynamique des représentations sociales: études expérimentales. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 14(1), 7-30. https://www.researchgate.net/publication/270280402_Atitudes_Engagement_et_Dynamique_des_Representations_Sociales_etudes_experimentales

Thaldar, Donrich; Shozi, B Bonginkosi; Steytler, Michaela; Hendry, Gill; Botes, Marietjie; Mnyandu, Ntokozo; Naidoo, Meshandren; Pillay, Siddharthiya; Slabbert, Magda & Townsend, Beverly (2022) A deliberative public engagement study on heritable human genome editing among South Africans: Study results. *PLoS ONE* 17(11), 1-19. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0275372>

Trindade, Zeide Araujo; Santos, Maria de Fátima de Souza; Almeida, Ângela Maria de Oliveira (2019). Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In Zeide Araujo Trindade, Maria de Fátima de Souza Santos & Ângela Maria de Oliveira Almeida (Orgs.), *Representações Sociais: 50 anos* (2ª ed, pp. 101-122). Technopolitik.

Wagner, W. (2007). Vernacular Science Knowledge: Its Role in Everyday Life Communication. *Public Understanding of Science* 16(1), 7-22. <https://doi.org/10.1177/0963662506071785>

Wagner, Wolfgang & Kronberger, Nicole (2002). Discours et appropriation symbolique de la biotechnologie. In Catherine Garnier (Org.), *Les formes de la pensée sociale* (pp. 119-150). Presses Universitaires de France.

Wagoner, Brady (2012). Culture in constructive remembering. In Jaan Valsiner (Ed.), *Oxford handbook of culture and psychology* (pp. 1034-1055). Oxford University Press.

Wagoner, Brady (2015). Collective remembering as a process of social representation. In Gordon Sammut, Eleni Andreouli, George Gaskell, & Jaan Valsiner (Orgs.), *The Cambridge Handbook of Social Representations* (pp. 143-162). Cambridge University Press.

RENAN HARMES ESKINAZI

<https://orcid.org/0000-0002-8698-6397>

Mestre em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE.

E-mail: eskinazi.renan@gmail.com

RENATA LIRA DOS SANTOS ALÉSSIO

<https://orcid.org/0000-0001-8548-2771>

Doutora em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE

E-mail: renata.lsantos@ufpe.br

MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA SANTOS

<https://orcid.org/0000-0001-5213-9491>

Doutora em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE

E-mail: santos.fatima9@gmail.com

Histórico	<p>Submissão: 31/08/2023 Revisão: 22/07/2024 Aceite: 27/07/2024</p>
Contribuição dos autores	<p>Conceitualização: RHE; RLDSA Curadoria de dados: RHE; RLDSA; MDFDSS Análise dos dados: RHE; RLDSA; MDFDSS Redação do manuscrito original: RHE; RLDSA; MDFDSS Redação - revisão e edição: RHE; RLDSA; MDFDSS</p>
Financiamento	<p>Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) N° 306187/2019-1 Agence Nationale de la Recherche (ANR) APQ-0058-7.07/19 Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco APQ-0058-7.07/19 Renata Lira dos Santos Aléssio – Bolsista de Produtividade do CNPq – PQ 2 (n° 312686/2021-8). Maria de Fátima de Souza Santos – Bolsista de Produtividade do CNPq – PQ 1D (n° 309227/2023-2).</p>
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	O estudo foi aprovado pela Universidade Federal de Pernambuco, sob protocolo n° 30668714.2.0000.5208.

TRANSMASCULINIDADES PLURAIS: VANTAGENS E EXIGÊNCIAS SOCIAIS DA MASCULINIDADE NAS NARRATIVAS DE HOMENS TRANS

*TRANSMASCULINIDADES PLURALES:
VENTAJAS Y DEMANDAS SOCIALES DE LA MASCULINIDAD
EN LAS NARRATIVAS DE LOS HOMBRES TRANS*

*PLURAL TRANSMASCULINITIES:
ADVANTAGES AND SOCIAL DEMANDS OF MASCULINITY
IN THE NARRATIVES OF TRANS MEN*

Letícia Carolina Boffi ¹ e Manoel Antônio dos Santos ¹

¹ Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP, Brasil

Resumo: Este estudo teve como objetivo compreender os processos de aquisição e distribuição de vantagens e exigências sociais da masculinidade conferidos aos homens trans após adquirirem a passabilidade, circunscritas pela interseccionalidade. Quinze homens trans entre 20 e 41 anos de quatro estados brasileiros, em processo de hormonização com ou sem intervenções cirúrgicas, participaram de entrevistas individuais semiestruturadas realizadas na modalidade online. As narrativas foram transcritas e submetidas à Análise Temática Reflexiva. Os três temas analíticos elaborados denotam que o reconhecimento visual binário da masculinidade é suficiente para que sujeitos transmasculinos sejam contemplados com a possibilidade de receberem certas benesses e vantagens sociais destinados aos homens como um grupo, contudo, destaca-se a heteronormatividade e a raça como os principais requisitos de acesso ou negação de tais privilégios. Do mesmo modo, constatou-se a intensificação das exigências sociais acerca do que se espera de um homem e o respeito aos limites normativos da masculinidade.

Palavras-chave: Pessoas transgêneras; Homens trans; Masculinidade; Transexualidade; Transmasculinidade.

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo comprender los procesos de adquisición y distribución de ventajas y demandas sociales de masculinidad conferidas a los hombres trans después de adquirir el passing, circunscritas por la interseccionalidad. Quince hombres trans de entre 20 y 41 años de cuatro estados brasileños, en tratamiento hormonal con o sin intervenciones quirúrgicas, participaron de entrevistas individuales semiestruturadas realizadas en línea. Las narrativas fueron transcritas y sometidas a Análisis Temático Reflexivo. Los tres temas analíticos elaborados denotan que el reconocimiento visual binario de la masculinidad es suficiente para que los sujetos transmasculinos sean contemplados con la posibilidad de recibir ciertos beneficios y ventajas sociales destinados a los hombres como grupo; sin embargo, la heteronormatividad y la raza destacan como los principales requisitos de acceso o denegación de tales privilegios. Asimismo, hubo una intensificación de las demandas sociales respecto de lo que se espera de un hombre y el respeto a los límites normativos de la masculinidad.

Palabras clave: Personas transgénero; Hombres trans; Masculinidad; Transexualidad; Transmasculinidad.

Abstract: This study aimed to understand the processes of acquisition and distribution of social advantages and demands of masculinity granted to trans men after acquiring the passing, circumscribed by intersectionality. Fifteen trans men between 20 to 41 years old from four Brazilian states, undergoing hormone replacement therapy with or without surgical interventions, participated in individual semi-structured interviews conducted online. The narratives were transcribed and submitted to Reflexive Thematic Analysis. The three analytical themes developed indicate that the binary visual recognition of masculinity is enough for transmasculine subjects to be considered eligible of receiving certain social benefits and advantages intended for men as a group. However, heteronormativity and race stand out as the main requirements for accessing or denying such privileges. Likewise, there was an intensification of social demands regarding what is expected of a man and respect for the normative limits of masculinity.

Keywords: Transgender people; Trans men; Masculinity; Transsexuality; Transmasculinity.

Introdução

A partir do recente destaque conferido às identidades transmasculinas no Brasil das últimas duas décadas, as pesquisas acerca das vivências de homens trans têm identificado especificidades nos modos de subjetivação de tais sujeitos, destacando suas experiências sociais e políticas (Ávila, 2014; Boffi & Santos, 2023; Santos & Ornat, 2021). Entretanto, ainda são escassos os estudos acerca das vivências singulares de tais identidades, em especial após a transição de gênero, considerando suas diversas possibilidades de configurações corporais, raciais e de sexualidade. Nesse contexto, buscando contribuir com essa agenda de pesquisa, este estudo pretende compreender se a passabilidade garante aos homens trans os mesmos privilégios designados aos homens cisgênero na sociedade heteropatriarcal. Buscamos, ainda, descrever o modo de distribuição de tais vantagens entre as múltiplas experiências transmasculinas circunscritas pela interseccionalidade com outros marcadores sociais da diferença.

O conceito de masculinidade tem sido investigado e aplicado em análises sociológicas e psicológicas a partir de diversos vértices epistemológicos, com o fortalecimento das concepções que valorizam as construções sociais e culturais sobre os processos biológicos e reprodutivos. Dentre as vertentes críticas ao determinismo biológico, a socióloga australiana Raewyn Connell (1995, p. 188) afirma que a masculinidade pode ser entendida como

uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento desse fato, tem-se tornado comum falar de “masculinidades”.

Essa concepção pretende esclarecer o *status* da(s) masculinidade(s) como uma “configuração de prática” entendida, simplesmente, como ação, ou seja, a “prática” pode ser tanto reproduzida como produzida socialmente, em um determinado contexto histórico e geográfico. A “posição dos homens” se refere às “relações sociais e aos corpos”, sendo as masculinidades tanto corporificadas quanto sociais. Por fim, as “estruturas de relações de gênero” são compreendidas com base em relações hierárquicas e estruturas de poder. Tal processo se desdobra tanto no plano individual quanto no coletivo. Destaca-se, então, a diversidade de experiências e configurações possíveis. Um modo de conferir reconhecimento a essa multiplicidade é tomar o cuidado de nomear tais experiências como masculinidade(s), no plural.

Raewyn Connell e James Messerschmidt (2013) destacam que o conceito de “masculinidade hegemônica” se refere a um objetivo aspiracional de masculinidade, ao invés de uma realidade concretamente vivida por homens comuns em seus cotidianos, e fundamenta-se, sem ressalvas, em relações desiguais e hierárquicas estabelecidas entre masculinidades e feminilidades, assim como na obrigatoriedade da heterossexualidade, por meio da qual se legitimam as desigualdades de gênero.

As masculinidades hegemônicas podem incorporar práticas de outras masculinidades, subalternas ou marginalizadas, sendo possível que cada homem recuse ou adote práticas de masculinidade com ideais hegemônicos. Nesse contexto, o conceito de “dividendo patriarcal” (Connell, 1995) refere-se às vantagens sociais reservadas aos homens cisheteronormativos sob a ordem patriarcal social, tais como renda superior à auferida às mulheres, monopólio do acesso ao poder político-institucional, controle da riqueza empresarial e dos meios e aparelhos de violência, prestígio e honra social e diversas outras permissões sociais e materiais. Connell (2003) argumenta que o poder instaurado nas relações de gênero é, também, reproduzido pelo

que a autora nomeia de “masculinidades cúmplices”, as quais são exercidas por homens que se beneficiam do dividendo patriarcal, ao obterem vantagens diante da subordinação das mulheres, mas que não performam a masculinidade hegemônica.

Ainda de acordo com Connell (2003), outras formas de masculinidades, que se afastam das hegemônicas, não têm acesso ou usufruem apenas parcialmente de tais benefícios provenientes do patriarcado. Esse é o caso das nomeadas “masculinidades subordinadas”, que se referem obrigatoriamente às masculinidades não heterossexuais, assim como as “masculinidades marginalizadas”, que correspondem a grupos étnico-raciais e sociais materialmente desprivilegiados. Dessa forma, os arranjos plurais de relações fornecem um quadro de análise de masculinidades específicas, de modo que diferentes masculinidades podem ser produzidas em um mesmo contexto social na dinâmica das relações entre homens, incluindo as relações de hegemonia e cumplicidade/subalternização e marginalização.

Ao mesmo tempo em que pontua que as masculinidades dominantes auferem ganhos decorrentes do dividendo patriarcal, Connell (2003) também ressalta algumas características entendidas socialmente como fundantes da masculinidade normativa, ou seja, características exigidas para que a masculinidade seja validada na prática, tais como: o trabalho e a capacidade de prover as necessidades materiais da família; a violência como forma de angariar respeito e poder diante dos outros homens e a compreensão de que há uma “obrigação” em responder à incidência da violência ou se defender de suas ações; a heterossexualidade, que disciplina o corpo masculino; a racionalidade pensada como característica essencialmente masculina; o distanciamento da vida doméstica e a aproximação com a esfera pública. Tais características apontam para algumas exigências que devem ser cumpridas em provas de masculinidades hegemônicas normativas.

O dividendo patriarcal oferece privilégios sociais para os homens como grupo social em detrimento das mulheres. Contudo, a noção de masculinidade hegemônica propicia a hierarquização das masculinidades a partir da interseccionalidade entre marcadores sociais como identidade de gênero, raça e classe social, confiscando o usufruto individual pleno dos benefícios por parte de sujeitos lidos socialmente como homens. Concomitantemente, exige-se que eles cumpram determinados requisitos, noções e práticas que reiteram o conceito de masculinidade — em contraste à feminilidade. Sob essa perspectiva, destaca-se que a interseccionalidade entre tais marcadores, principalmente a classe social, recai ainda sobre o (não) acesso às condições plenas de saúde pelos homens trans, em especial os cuidados no processo de hormonização e transição de gênero para aqueles que os aspiram.

Com isso não se pretende promover simplificações no entendimento de situações que consideram a unificação de uma masculinidade. Ao contrário, assume-se o reconhecimento das múltiplas masculinidades enquanto uma premissa fundante. Por conseguinte, tais privilégios não contam com uma distribuição igualitária entre os diversos, e por vezes divergentes, grupos de homens, havendo coletividades que se beneficiam bem menos do que outras com o desfrute do dividendo patriarcal.

Segundo Simone Ávila (2014), quando se trata das transmasculinidades, ocorre processo social semelhante ao narrado anteriormente, uma vez que as transexperiências são, simultaneamente, individuais e coletivas. Em tal contexto, uma das principais demandas de homens trans é o acesso à hormonização, processo que possibilita edificar um corpo capaz de ser reconhecido a partir do gênero desejado (Ávila, 2014), sendo a corporalidade um modo recorrente de afirmação do gênero, tanto para homens cis quanto para homens trans.

Nesse sentido, Juliana Sampaio e Benedito Medrado (2019) apontam que os hormônios têm ganhado importância crescente nas formas de “relação consigo” de seus agentes, configu-

rando-se como elementos relevantes na rede de produção de modos de subjetivação na nossa sociedade. Nesse sentido, o uso de hormônios é uma prática que rompe as normas disciplinadoras dos procedimentos e das fronteiras dos serviços de saúde, transformando-se em potente dispositivo de medicalização e construção de processos de subjetivação (Lima & Cruz, 2016).

Com os hormônios, a passabilidade pode se materializar corporalmente. O conceito de passabilidade é descrito por Letícia Lanz (2014, p. 129) como “o quanto uma pessoa transgênera se parece fisicamente, se veste, fala, gesticula e se comporta de acordo com os estereótipos do gênero oposto ao que lhe foi consignado ao nascer”, ou seja, a passabilidade para os homens trans é a casualidade de serem socialmente reconhecidos como sujeitos do gênero masculino.

A literatura nacional destaca a (re)produção da hierarquia social das masculinidades no campo transmasculino em vista de algumas sutilezas como, por exemplo, no contexto da hormonização e da mamoplastia masculinizadora. Adelaine Santos e Marcio Ornat (2021) propõem classificar as transmasculinidades também em subordinadas-hegemônicas, subordinadas-cúmplices, subordinadas-marginalizadas e subordinadas-subordinadas. De acordo com tais autores, as transmasculinidades subordinadas-hegemônicas são incorporadas pelos homens trans heterossexuais que almejam alcançar padrões de masculinidade hegemônica. As transmasculinidades subordinadas-cúmplices dizem respeito aos homens trans que podem exercer a cumplicidade masculina ao resgatarem certos benefícios e vantagens oriundos do dividendo patriarcal. As transmasculinidades subordinadas-marginalizadas referem-se aos homens trans negros que reelaboram suas experiências de masculinidade, pós-transição de gênero, muito em decorrência do racismo (Boffi & Santos, 2023). Por fim, as transmasculinidades subordinadas-subordinadas descrevem homens trans não heterossexuais e sem passabilidade, de acordo com os padrões cisheteronormativos (Santos & Ornat, 2021).

Segundo Ávila (2014), refletir sobre os homens trans exige compreender que não se trata de uma população heterogênea e que compartilha, necessariamente, experiências similares de vida, transição de gênero e subjetividades. O entrecruzamento dos diversos marcadores sociais da diferença, como raça, gênero e classe social, configura a interseccionalidade. Tal conceito busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam e perpetuam desigualdades básicas (Crenshaw, 2002), ou seja, operam como eixos de poder, constituindo avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. Tal perspectiva permite vislumbrar as experiências de discriminação, anteriormente mantidas obscuras e invisíveis, em decorrência da localização nos pontos de intersecção dos diferentes eixos de poder.

Considerando o cenário em tela, este estudo teve como objetivo compreender os processos de aquisição e distribuição de vantagens e exigências sociais da masculinidade conferidos aos homens trans, após adquirirem a passabilidade, circunscritas pela interseccionalidade com outros marcadores sociais da diferença.

Método

Trata-se de um estudo com delineamento metodológico qualitativo. A pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP), parecer número 3.926.604 e CAAE 25897819.8.0000.5407. Os participantes assinaram, presencial ou digitalmente, o Ter-

mo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para preservar seu anonimato, os entrevistados escolheram os nomes fictícios que os designam na pesquisa.

Visando cumprir com os objetivos da pesquisa, foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: ter no mínimo 18 anos, autoidentificar-se como homem trans, estar em uso regular de testosterona para hormonização cruzada (ou seja, transição do gênero feminino para o masculino) e apresentar condições plenas de comunicação. O primeiro participante foi arregimentado a partir da rede de contato pessoal da primeira autora, seguindo-se com o método bola de neve, que consiste na utilização de cadeias sucessivas de referência, a partir de indicações dos próprios participantes (Vinuto, 2014).

Participaram do estudo 15 homens trans, com idades entre 20 e 41 anos, provenientes de quatro estados brasileiros, com hormonização iniciada em um período entre cinco meses e cinco anos, com ou sem a realização de intervenções cirúrgicas concomitantes. Foram realizadas entrevistas presenciais com dois participantes, no período pré-pandemia de Covid-19. Com a eclosão da pandemia, o procedimento de coleta de dados precisou ser adaptado para atender às exigências dos protocolos de segurança (Santos et al., 2020), sendo realizadas entrevistas na modalidade *on-line* com os demais participantes, no período de março a julho de 2020, por meio do recurso de videochamada.

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica dos participantes

Participantes	Idade	Orientação sexual	Cor (IBGE)	Cidade de residência e estado	Tempo em testosterona	Cirurgias
Henrique	22	Bissexual	Preto	Sertãozinho-SP	3 anos e 6 meses	-
Hugo	29	Pansexual	Preto	Sertãozinho-SP	4 anos	-
Olliver	21	Pansexual	Pardo	Uberlândia-MG	1 ano e 3 meses	-
Renato	21	Heterossexual	Branco	Uberlândia-MG	3 anos e 3 meses	Mamoplastia masculinizadora
Pedro	23	Heterossexual	Branco	Ribeirão Preto-SP	3 anos	-
Felipe	21	Heterossexual	Pardo	Itaú de Minas-MG	6 meses	-
Lucca	25	Heterossexual	Pardo	Torres-RS	1 ano e 9 meses	-
Humberto	21	Heterossexual	Branco	Uberlândia-MG	1 ano e 4 meses	Mamoplastia masculinizadora
Ricardo	23	Heterossexual	Branco	Canoas-RS	3 anos	-
Marcos	20	Heterossexual	Branco	São Leopoldo-RS	1 ano	-
Leonardo	25	Heterossexual	Branco	Vargem Grande Paulista-SP	5 meses	-
Peter	24	Heterossexual	Pardo	Gouvea-MG	1 ano e 6 meses	-
Christopher	33	Heterossexual	Preto	Canoas-RS	2 anos e 7 meses	-
Gabriel	23	Bissexual	Preto	Uberlândia-MG	5 anos	-
Yoasi	41	Heterossexual	Pardo	Fortaleza-CE	5 anos	Mamoplastia masculinizadora

Fonte: elaborado pelos autores.

Para a composição do *corpus* de pesquisa, foi aplicado um roteiro de entrevista semiestruturada, complementado por um Formulário de Dados Sociodemográficos e o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB). As entrevistas foram registradas em áudio e tiveram duração de 55 a 210 minutos (média de 95 minutos). Os registros foram, posteriormente, transcritos na íntegra e literalmente pela entrevistadora.

O material foi submetido à Análise Temática Reflexiva (Braun & Clarke, 2019; Clarke, Braun, & Hayfield, 2019). O procedimento prevê a elaboração de seis etapas, a saber: familiarização com as narrativas; geração de códigos; agregação de códigos em possíveis temas analíticos; revisão e aperfeiçoamento dos temas analíticos; nomeação dos temas analíticos; produção e escrita analítica.

Esse procedimento de análise apresenta algumas particularidades em relação a outros modos de análise qualitativa de entrevistas. A Análise Temática Reflexiva compreende o processo de análise de dados como um ato criativo, reflexivo e subjetivo, que considera a subjetividade dos pesquisadores como um recurso potencial da produção de conhecimento, incluindo os afetos vivenciados com os interlocutores durante a elaboração da pesquisa (Clarke et al., 2019). Desse modo, trata-se de um processo que demanda uma atitude recursiva, com movimentos orgânicos e profundo envolvimento na interação estabelecida entre pesquisadores, participantes e as narrativas geradas, a partir de direcionamento desenvolvido em etapas graduais. Não se trata, portanto, de mera aplicação e reprodução automática de passos metodológicos. Para auxiliar na organização do processo analítico, utilizou-se o *software QDA Mine Lite*.

Resultados e Discussão

Passabilidade e vantagens sociais a partir de uma leitura social masculina

Connell (1995) afirma que os homens enquanto grupo não são oprimidos, nem ocupam posição de desvantagem social. Porém, na prática, ao considerar a interseccionalidade, percebemos que homens podem, sim, ocupar posições de desvantagem e ser oprimidos. Um homem escravizado sem dúvida é oprimido. Um homem que vive com uma deficiência grave ocupa uma posição de desvantagem social. Então, é necessário ponderar que as pessoas são uma totalidade atravessada por diversas questões que se interseccionam, de tal modo que existem diferentes possibilidades, configurações e modos de ser homens (sejam eles trans ou cis) e não é possível fazer generalizações como “os homens enquanto grupo não são oprimidos”, sem nenhuma mediação.

Na realidade dos homens trans, desvela-se, ao longo da análise do *corpus* construído pelas entrevistas realizadas, que tais “privilégios” são condicionados a uma série de fatores, tais como passabilidade, localização, encobrimento da condição trans, etnia e sexualidade, não se tratando, portanto, de uma posição social fixa e assegurada. Por esse motivo, ao dialogar com sujeitos que, por sua condição trans, são minimamente vulnerabilizados, não destacamos as respostas sociais à leitura masculina como “privilégios”, termo que reservamos aos homens cisgênero. Em vez disso, aplicamos o termo vantagens.

Homens trans com passabilidade e reconhecimento social do gênero masculino vivenciam novas e diferentes respostas sociais após a transição de gênero. Renato (21 anos, heterossexual, branco, três anos e três meses em uso de testosterona [T], com mamoplastia masculinizadora realizada) comenta: “entra a questão da passabilidade; a partir do momento que todo mundo passa a te ver como um homem, eles começam a ter um tratamento diferente”. Outro participante afirma: “em relação ao papel de homem na sociedade, eu ganhei muitos privilégios e confortos que eu não recebia antes” (Marcos, 20, heterossexual, branco, um ano em T).

Diante desse cenário, deslocar-se em segurança em via pública destaca-se como a vantagem mais notada, quando comparada à anterior leitura social feminina. Tal situação denota um privilégio outorgado aos homens trans — ao menos aos homens brancos, discussão a ser detalhada na próxima seção.

Por exemplo, conseguir andar na rua sem ter medo. Antigamente, eu não saía na rua pra andar e o único medo que eu tenho agora é de ser assaltado, mas ser abusado não me passa mais pela cabeça. Agora eu sou Uber e não tenho medo de quando entra um cara no carro, como se ele quisesse abusar de mim. Pelo contrário, eu vejo mulheres entrando no carro com medo, e eu fico pensando: “que situação gritante de diferenças!” (Leonardo, 25, heterossexual, branco, um ano em T).

A leitura social feminina a que estavam submetidos anteriormente os expunha a situações de violência, principalmente sexual, um medo que não enfrentam mais no período pós-transição de gênero, devido ao acesso às modificações corporais. Uma exceção ocorre em situações de revelação de sua identidade de gênero: quando são lidos como ‘homens trans’, tal vantagem cai por terra e aumenta a probabilidade de serem novamente assujeitados à violência sexual. Assim, quando vivenciam uma situação em que, por algum motivo, se desvela sua identidade de gênero, os homens trans voltam a ser socialmente alocados no gênero feminino, tornando-se suscetíveis a diversas violências.

Por mais que essa questão de a masculinidade trazer automaticamente essa sensação de poder, eu ainda sou um transexual, então eu posso até falar que tenho segurança desde que metade da minha história seja escondida. Agora, se a outra metade da minha história for contada, *aí eu não tenho poder nem segurança nenhuma. Pra mim, só o fato de eu conseguir sair da minha casa e acompanhar uma mulher até um determinado lugar, sendo eu a segurança dela, pra mim já é privilégio* (Pedro, 23, heterossexual, branco, três anos em T).

Outras vantagens são notadas pelos homens trans quando lidos a partir do gênero masculino, como o “direito de fala”, que alude à maior possibilidade de gritar, em sentido literal, e se expressar de forma agressiva, mais do que podiam anteriormente. Tal situação materializa a expectativa da masculinidade hegemônica e afasta a noção de recato feminino. A contundência da expressão de si, de forma violenta ou não, aprofunda a noção social de virilidade. Essa disposição se desdobra no cotidiano das práticas sociais, ao verem suas opiniões levadas a sério, ao terem suas ideias tomadas em consideração, ao poderem se perceber como dignos de ocuparem um lugar de maior “respeito” e “poder”, conforme os participantes nomeiam os benefícios auferidos com a transição. Tais efeitos se potencializam diante das mulheres.

Na questão de respeito também, como as pessoas se referem a mim, como as pessoas me tratam, porque quando você está na pele de menina, você não é levado tão a sério, te cumprimentam de longe porque acham que não lhe devem respeito. Agora, quando está na pele de homem, *aí a pessoa já passa a se dirigir diretamente a você, te trata com mais respeito, te leva mais a sério*. Eu tenho percebido isso quando ando com a minha namorada (Henrique, 22, bissexual, preto, três anos e seis meses em T).

Outro benefício percebido pelos homens trans após a transição é a facilidade de reconhecimento de seus feitos, tal como a consolidação do reconhecimento do gênero masculino, a solicitação e a valorização de suas opiniões sobre diversos assuntos. Isso acontece porque é exigido do homem performar a ação e a resolução, a atividade, o fazer, agir e prover; por isso ele é mais demandado, mas também cobrado por isso. Caso não consiga entregar aquilo que lhe é pedido, sua masculinidade será questionada.

O privilégio de poder falar e agir e ninguém anular a minha palavra, porque a minha opinião conta hoje em dia. Se eu falar em uma roda de pessoas “*gente, mas isso aqui é melhor*”, dessa vez as pessoas me escutam. Antigamente eu não era levado em consideração e hoje em dia eu falo e me escutam de fato. E se acontecer algo ao meu redor, o primeiro a ser consultado é sempre eu, e antes não era assim (Pedro, 23, heterossexual, branco, três anos em T).

Outra vantagem bem demarcada pelos participantes foi o afastamento das tarefas domésticas, que resulta em maior disponibilidade para o ócio e uso lúdico do tempo livre:

Como homem, eu vejo muitos privilégios: quando eu vou na casa de alguém como visita pra comer, a pessoa fala: “*não, fica à vontade, não precisa lavar nada, pode jogar videogame com teus primos*”. Ou quando a gente vai fazer alguma coisa na empresa e que vamos fazer churrasco, eles falam: “*tá, Marcos, tu pode trazer só o refri*”. E antigamente não era assim, eu ia ter de cozinhar alguma coisa pra levar (Marcos, 20, heterossexual, branco, um ano em T).

Em relação à sexualidade, em especial à heterossexualidade, nota-se uma autorização tácita do seu exercício, sem restrições. Apresentar-se a partir do estereótipo de “pegador” resulta em mais ganhos subjetivos e sociais do que prejuízos na pós-transição, dado que acrescenta elementos à virilidade a partir do exercício do privilégio heterossexual. Ao mesmo tempo, há maior cobrança, por parte de mulheres cisgênero e transexuais, de que desempenhem tal papel heterossexual em uma conjuntura relacional, o que pode ser interpretado como ofensa quando o papel não é exercido de acordo com essa lógica.

Ah, eu acho que agora, se eu quiser ficar com 20 pessoas em um lugar só, sabe, eu já fazia isso antes, mas era muito julgado... Agora, se eu fico com várias pessoas, comentam sobre isso no sentido de me por pra cima, sabe, tipo: “*foda pra caralho, pega mulher pra caralho, garanhão!*”. Tipo isso, e antes era no sentido depreciativo (Olliver, 21, pansexual, pardo, um ano e três meses em T).

O corpo também se apresenta no consentimento para uma gestão menos elaborada dos autocuidados com o corpo, ou seja, a autorização para estar “feio” se assim o desejar, preocupando-se menos com a aparência física, a partir da noção de que o compromisso mais importante agora consiste em parecer mais viril e rústico do que belo.

No sentido total da coisa, as pessoas me cobram menos, principalmente sobre o jeito como eu me visto e o jeito que está meu cabelo. Eu sou muito menos cobrado. Por exemplo, se minha cueca enrolou, eu enfio a mão dentro da calça e desenrolo, sabe... e ninguém fala nada, ninguém questiona esse tipo de comportamento, então existe muito privilégio (Pedro, 23, heterossexual, branco, três anos em T).

Corroborando essa descrição de masculinidade, as experiências dos homens trans, a partir da passabilidade, muitas vezes lhes garante o acesso a vantagens relacionadas ao pertencimento ao grupo hegemônico dos homens. Certas experiências de poder — que os participantes também denominam de respeito — relacionadas à dominação das mulheres foram vivenciadas diante do olhar social abonador, assim como experiências de generificação das atividades domésticas. As narrativas descritas revelam a relação de dividendo patriarcal que Connell (1995)

apresenta ao referir-se às vantagens sociais usufruídas por homens, as quais foram claramente percebidas e descritas pelos participantes pós-transição.

Nesse ponto, é importante destacar que, ao lado da possibilidade de auferirem vantagens, há também situações nas quais se sentem ou não confortáveis dentro de tal condição. Sem dúvida, homens trans usufruem de determinadas vantagens, mas teriam eles a oportunidade de desfrutarem de todas elas em seu cotidiano?

Exigências sociais do ser homem

Como vimos, os participantes reconhecem que passaram a desfrutar de vantagens depois que adquiriram passabilidade. Entretanto, refutam a ideia de que conquistar essa situação vantajosa tenha lhes assegurado apenas experiências positivas e nenhum aborrecimento; assinalam, assim, as exigências que também passaram a enfrentar no período pós-transição. Os homens trans percebem que quaisquer comportamentos que se desviem do molde de masculinidade hegemônica invalidam suas transmasculinidades ou, pelo menos, abrem brechas para o questionamento da legitimidade do lugar que ocupam no universo masculino (Connell & Messerschmidt, 2013).

De maneira geral, o fato de serem lidos socialmente como homens também os coloca em condições desprivilegiadas, tais como: maior probabilidade de serem expostos à violência e morte por causas externas, especialmente para os sujeitos não brancos; dificuldade de acesso às políticas públicas de saúde, assistência social e previdência social; tendência ao maior uso de substâncias a partir da autorização social para tal; cobrança por alcançar sucesso econômico, com potenciais efeitos deletérios na saúde; ostentação peniana. Os participantes ressaltam o que nomeiam de “exigências do ser homem”, enfatizando a intolerância social caso se mostrem vulneráveis em determinadas situações.

Sim, eu tenho um problema no braço que me impede um pouco de pegar bastante peso e, quando não aguento, *ai me julgam: “ah, vira homem”, “ah, mas você não queria ser homem? Agora aguenta ai”* (Henrique, 22, bissexual, preto, três anos e seis meses em T).

Minha mãe disse: *“agora você tem que ter outros tipos de responsabilidades, fazer o papel de homem, cuidar, dar estrutura e suporte pra ser a base da sua futura casa e da futura família”*. Tenho que ter uma responsabilidade a mais do que a minha irmã (Leonardo, 25, heterossexual, branco, um ano em T).

Cobram bastante isso: *“se você é homem, vamos ver se bate e apanha como um homem”*. Eu me sinto meio sufocado e não me encaixei bem nessa questão, e me cobraram isso: *“por que você é um homem, mas não defendeu sua namorada, não defendeu seu posto?”* (Peter, 24, heterossexual, pardo, um ano e seis meses em T).

Nesse sentido, tanto quanto a afirmação categórica das exigências de ser homem, a masculinidade hegemônica também destaca, com fervor, as prescrições normativas do que não se deve ser. Ser homem significa não apresentar características lidas como femininas e, portanto, tudo o que se aproximar dessa possibilidade é veementemente rechaçado e converge para um possível questionamento de suas identidades e da legitimidade de suas experiências (trans)masculinas.

Minha cliente falou: “*Christopher, tu, quando começar a ter mais aparência física de homem, tu vai largar a profissão de cabeleireiro e manicure? Como é profissão de mulher, tu vai ter que ter mais postura de homem, porque hoje tu fica muito dono de casa*” (Christopher, 33, heterossexual, preto, dois anos e sete meses em T)

Uma pessoa falou: “*you want to look like a man, but you are wearing women's clothes, like a woman's shirt*”. Eu falei: “*no, man, this is not a woman's shirt, this is a t-shirt, it's my t-shirt, so it's not a woman's*”. E o cara falou: “*but it's pink, so you shouldn't wear pink because men don't wear pink*” (Olliver, 21, pansexual, pardo, um ano e três meses em T).

Romper com os estereótipos da masculinidade hegemônica é quase um atestado simbólico para serem lidos socialmente como homens *gays*, processo vivenciado sem exceção por todos os participantes deste estudo em algum momento de suas experiências pós-transição. As principais características da masculinidade hegemônica são a heterossexualidade e a dominação sobre as mulheres como seu corolário (Connell, 1987). Masculinidades subalternas, como as “masculinidades afeminadas” ou não heterossexuais, são alocadas no grau mais baixo da hierarquia de prestígio. Os relatos dos participantes retratam essa leitura social que os acompanha.

Quando as pessoas não sabem que sou trans, eu sou lido como um cara *gay*, porque eu não mexo com as mulheres no trabalho, como os caras falam, que “*são gostosas*” e tal. Então, eu já tinha que ter “*algum problema*”, então eu era *gay*. Quando as pessoas ficam sabendo que eu sou trans, elas falam: “*claro, eu sabia que ele tinha um problema, esse é o problema dele*” (Ricardo, 23, heterossexual, branco, um ano em T).

Se tu te perfuma e te arruma bem, tu é *gay*. Eu sempre sou taxado como *gay* porque, se eu estou em uma festa, eu não trovo [tentar beijar], não vou em cima. Se eu estou na rua e não fico olhando as mulheres, eu sou lido como *gay* (Ricardo, 23, heterossexual, branco, um ano em T).

Para esses homens trans, no entanto, o fato de serem comparados ou classificados como homens *gays* não é, necessariamente, uma questão problemática.

Depois que eu percebi que eu estava anulando a palavra e a luta de todos os homens *gays* que eu conheço, eu aprendi que não é um problema pra mim, mas é muito complicado porque não era nem o “parecer ser”, mas a partir do momento que você parece *gay*, *só homens querem ficar com você*, entendeu? (Pedro, 23, heterossexual, branco, três anos em T).

Por terem tido uma experiência de leitura social feminina anterior à transição, os homens trans evitam a reprodução de padrões de comportamento machistas e sexistas frente às mulheres. A consequência dessa situação é, novamente, sofrerem a contestação de sua masculinidade. Não só da masculinidade em si, mas da segunda máxima fundante da masculinidade: a heterossexualidade.

É outra coisa e eu acho que tem um infinito de separação entre eu e um homem cis. E uma das coisas é essa: é ter sido mulher, é ter passado por uma identidade feminina durante 20 anos da minha vida, e eu tenho 23, então eu fui mais tempo da minha

vida uma mulher do que um homem, socialmente dizendo, então não tem como eu simplesmente abandonar isso e colocar isso de lado e cuspir na rua e mexer com mulher, não é assim que funciona (Pedro, 23, heterossexual, branco, três anos em T).

A maior parte dos participantes teceu comentários sobre sua não identificação com os homens cisgêneros e suas performances de masculinidade, buscando romper o pacto de cumplicidade e irmandade existente entre eles, especialmente nos comportamentos e pensamentos decorrentes da subordinação das mulheres. No entanto, não compactuar com as ideias machistas e sexistas de seus amigos gera desconforto nas relações e pode levar à interrupção do ciclo de proteção entre eles.

Eu não consigo me encontrar no padrão do homem porque eu tenho uma vivência anterior feminina e porque muita coisa que eles fazem eu não consigo fazer. ... Eu não consigo conversar com meus amigos porque eles só falam sobre mulheres e falam coisas nojentas e comentários absurdos, e é onde eu não quero estar. Então, eu vou saindo de cantinho e saio (Ricardo, 23, heterossexual, branco, um ano em T).

Cabe refletir sobre possíveis particularidades decorrentes da socialização dos homens trans, suas práticas diárias e seus discursos apresentados para uma pesquisadora mulher cisgênero. É claro que isso não deslegitima suas falas, mas indica o contexto particular de produção das narrativas. Apesar de todas as vivências sociais femininas anteriormente experimentadas em suas trajetórias, homens trans também podem reproduzir uma masculinidade hegemônica-cúmplice, assim como homens cisgêneros e mesmo algumas mulheres, especialmente na relação com as companheiras.

O que me faz ser diferente... Sou um pouco machista em alguns comportamentos, mas é uma característica masculina, né? Acho que a questão do meu relacionamento, a parte do ciúme, me faz um pouco machista. Alguns comportamentos com a minha namorada, eu só percebo depois, que são machistas (Peter, 24, pardo, heterossexual, um ano em T).

Quando se trata da minha namorada e um cara babaca chega nela, aí eu sou aquela pessoa que pega no bracinho dela e saio andando. Ela odeia que eu faça isso, mas é automático. Eu acho que é uma coisa bem interiorizada... aquele negócio de ser alfa, de “é seu, você tem que tomar conta” (Hugo, 29, pansexual, preto, quatro anos em T).

Depreende-se de tais narrativas que, para além das vantagens adquiridas quando lidos socialmente como homens na sociedade patriarcal, os homens trans também se encontram vulnerabilizados sob as prescrições sociais do ser masculino. Tais exigências normativas se mostram mais imperiosas diante dos estereótipos de masculinidade e feminilidade, em particular em relação às mulheres. As exigências para serem validados como homens circundam: o desempenho laboral, o ambiente de trabalho e a capacidade de sustentar sua família; a violência como forma de garantir respeito e poder conferidos por outros homens, entendendo que há uma “obrigação” moral em responder à expectativa de violência ou de se defender dos ataques; a heterossexualidade que disciplina o corpo masculino; o distanciamento da esfera doméstica e a aproximação com a vida pública. Essas exigências correspondem àquelas identificadas por Connell (1995).

O fenômeno da passabilidade lhes garante o acesso a algumas vantagens sociais concedidas aos homens em uma sociedade estruturada pelo patriarcado. Contudo, cabe ainda questionar a distribuição de tais vantagens que, por vezes, é assimétrica e desigual para os homens trans.

Interseccionalidade entre gênero, raça e sexualidade nas experiências sociais pós-transição

A análise das narrativas aponta para uma hierarquização dos homens trans em decorrência do seu nível de passabilidade, o qual lhes confere o poder simbólico de serem lidos, socialmente, como pertencentes ao gênero masculino. Nesse processo, os marcadores sociais da diferença e suas intersecções retiram ou acrescentam mais ou menos poderes e vantagens. Entre os marcadores, podemos destacar a raça e a leitura social da sexualidade.

Joan Scott (1995) entende que o gênero é produzido nas relações sociais e não atua separadamente. Portanto, gênero não pode ser examinado como uma categoria independente de raça, classe, sexualidade, geração e território. Por meio dessas categorias, os homens trans são classificados segundo as mesmas condições fixadas pelas normativas das masculinidades cisgênero.

As experiências relacionadas à etnia são evocadas por Hugo, que percebeu, após a transição, um aumento das violências racistas.

Eu vejo muito de racismo sendo mais escancarado, tipo, eu fui sentar em um banco e tinha uma senhora e a bolsa dela estava no banco. Ela pôs a bolsa do outro lado e segurou, como se eu quisesse alguma coisa que tivesse dentro daquela bolsa. As pessoas, às vezes, atravessam a rua, olham pra trás com medo. O homem trans negro é visto como um provável marginal, como todo homem negro é visto na rua (Hugo, 29, pansexual, preto, quatro anos em T).

Gabriel compartilha experiências semelhantes e conclui que a questão da segurança em via pública — o primeiro privilégio elencado neste estudo — não é tão certa e garantida para ele quanto para os homens trans brancos. O participante relata sentir-se mais amedrontado do que antes da transição, devido ao medo de sofrer violência policial.

Por eu ser um homem trans negro, pra mim as coisas funcionam diferente. Por ser negro, eu não consigo ver tantos privilégios. É complicado ser um homem trans negro porque muda muita coisa. Enquanto mulher preta, eu era assediado, eu era visto como a empregada que tem que trabalhar para famílias ricas e que eu servia só pra isso. Como homem, *já é diferente*, eu não sou assediado, eu sou perseguido. Eu entro dentro de uma loja e fico receoso porque eu sei que alguém vai ficar me olhando pra ver se eu não vou roubar alguma coisa. Correr na rua não posso nunca na vida, porque se estou correndo e passar a polícia, é porque eu estou fazendo alguma coisa errada. Então, muda um pouco o fato de ser um homem trans negro para um homem trans branco. O privilégio fica um pouco diferente (Gabriel, 23, bissexual, preto, cinco anos em T).

Na direção da intersecção entre raça e gênero, Bruno Santana (2019) reflete acerca da invisibilidade dessa identidade e da ausência de representação, mesmo dentro da própria comunidade transmasculina, na qual o referencial de masculinidade conserva-se branco e heterossexual. O autor destaca que, embora homens trans brancos e negros possam sofrer com machismo, misoginia e transfobia, os primeiros não vivenciarão o racismo e não perceberão

sua passabilidade a partir de olhares inseguros e de violência policial, que são experiências onipresentes no cotidiano dos homens trans negros. A interseccionalidade, como postulada por Crenshaw (2002), corresponde à soma de opressões e resulta em menor empoderamento de tais sujeitos, como narram Gabriel e Hugo.

De acordo com as experiências descritas, as transmasculinidades negras são socialmente vinculadas à noção de corpo-ameaça, segundo a qual tais indivíduos são alocados e automaticamente associados a uma propensão a praticar atos de violência e, por conseguinte, à marginalização. Essa conjuntura permite classificar os homens trans negros como transmasculinidades marginalizadas, sendo o racismo estrutural a marca fundante de suas existências. Em uma afirmação política, oriunda de leituras que partem do movimento trans brasileiro, Santana (2021, p. 152) argumenta que: “a violência contra corpos negros trans é um projeto político ocidental estruturado pela branquitude cisgênera, que não pode conceber a ideia da existência de corpos que escapem do padrão normativo de humanidade brancocêntrico, cisgênero e heterossexual”.

Em tais circunstâncias, a legitimação das masculinidades negras — e também da transmasculinidade negra — é condicionada à leitura social clichê do negro autor de violências, ao distanciamento corporal de outros homens, à hipersexualização do corpo negro associado à suposição de um pênis descomunal, configurando um apetite sexual desmedido e uma virilidade inquestionável, assim como o pressuposto infundado de práticas sexuais exclusivamente “ativas”. Esses aspectos configuram um imaginário social impregnado por uma atmosfera de ameaça. Uma das consequências é o reforço da atitude social de suspeita, que leva, por exemplo, ao afastamento das crianças (Santana, 2021).

A principal característica socialmente atribuída ao homem (trans) negro é a representação de um corpo-ameaça (Santana, 2021), um fenômeno que reacende a ferida colonial, pois se trata de uma herança persistente da formação sócio-histórica brasileira, tributária da dominação escravagista. Recai sobre o corpo trans negro uma aura de permanente suspeição, destrato e violência física, que contribui para legitimar o risco de encarceramento e assassinato perpetrados por agentes armados do poder público. Isso ratifica a necropolítica adotada sistematicamente pelo Estado brasileiro para subjugação, disciplinação e criminalização dos corpos trans e negros.

Assim, a passagem à masculinidade, vivenciada principalmente pelos corpos não brancos e jovens — em uma intersecção também geracional — vai converter imaginariamente esses sujeitos em potenciais autores de violências. A consequência de tal leitura é o fortalecimento de preconceitos raciais e a conversão desses corpos em “perigo social” para a branquitude, enquanto quem corre riscos, na realidade, são os homens negros transmasculinos e cisgêneros. Na tentativa de assegurar um mínimo de proteção e conforto, muitas vezes são feitas algumas concessões e negociações sociais (por exemplo, a indumentária), o que pode ser um agravante para que esses sujeitos sejam enquadrados no rol dos suspeitos de sempre ou para que sejam considerados autores de violência. Cuidar da aparência física, como manter os cabelos, barba e pelos corporais aparados, deixa de ser uma escolha estética individual para ser alternativa ao enegrecimento social (Boffi & Santos, 2023).

Essas negociações são mais viáveis quando os contextos territorial e financeiro se encontram, influenciando diretamente na passibilidade e na segurança pessoal. Tais processos denotam os deslocamentos raciais, de gênero, de acesso aos bens materiais, de territorialidade e gerações, que acontecem sinergicamente no processo de assunção à identidade masculina. Portanto, é imprescindível analisar os diferentes marcadores sociais, evitando compreender homens trans como uma população homogênea em suas experiências sociais, assim como instaurar processos de ocupação política e gestão social dos corpos transmasculinos, especialmente os não brancos.

O “ser homem” envolve negociação permanente com as práticas hegemônicas da masculinidade, o que implica complacência ou resistência à dominação masculina e suas características impositivas e coercitivas. Os homens trans, apesar de transgredirem diversos paradigmas sociais, ainda são enquadrados em um padrão de transmasculinidades. Esse enquadramento mostra a relevância do marcador de sexualidade nas experiências trans. Ser lido socialmente como homem *gay* retira desses sujeitos a afirmação de uma masculinidade inquestionável e, em consequência, subtrai vantagens e poderes conferidos aos homens cisgêneros heterossexuais.

Se eu ficar com um cara, provavelmente eu vou sofrer muito mais do que eu sofri quando ficava com mulheres antes da transição. Na visão deles, se uma mulher vai virar um homem, que seja pra ficar com uma mulher, porque não faz sentido uma mulher virar um homem pra ficar com outro homem, ela poderia ficar com homem sendo mulher (Olliver, 21, pansexual, pardo, um ano e três meses).

Ter sua masculinidade questionada desencadeia autorrecriminação e acentua a dificuldade de autoaceitação da possibilidade de se sentirem eventualmente atraídos por outro homem, um relato comum no período pós-transição de gênero com uso de testosterona.

A questão de sair do homem hétero para bissexual foi mais difícil porque *é* aquela história: “*se um homem se assumir bissexual, quer dizer que ele é gay*”, que é o que a sociedade diz. Isso acabou me pegando, não pelos outros, mas por mim mesmo. Eu acabei tendo esse preconceito comigo mesmo, então eu senti muito mais esse peso na hora de me dizer um homem bissexual do que de me declarar uma mulher lésbica para um homem trans (Hugo, 29, pansexual, preto, quatro anos em T).

O fato de serem reconhecidos como homens que não cumprem os requisitos normativos da masculinidade hegemônica e serem lidos como *gays* retira vantagens e poderes dos homens trans, como nota Hugo: “os que mais demonstram masculinidade, que são machos, essas coisas, de certa forma têm mais respeito do que nós, que não somos tão machos assim”.

Considerações finais

A análise das narrativas denota que a transição de gênero e a passabilidade dos homens trans elucidam como o reconhecimento visual binário da masculinidade é suficiente para que sujeitos transmasculinizados sejam contemplados com a possibilidade de receberem certas benesses e vantagens sociais destinadas aos homens como um todo. Constatou-se que o outro lado da moeda são as exigências sociais acerca do que se espera de um homem e o respeito aos limites normativos da masculinidade. A intenção de não reproduzir comportamentos machistas, que reafirmam a subjugação das mulheres, favorece inúmeros questionamentos a que os homens trans são submetidos no cotidiano acerca de sua masculinidade. No campo social, esse movimento constrange tais sujeitos a serem alocados na categoria da homossexualidade, o que reforça a noção heteronormativa da masculinidade hegemônica.

A validação social das masculinidades depende da manutenção da opacidade em torno das identidades de gênero, deixando veladas as modificações corporais e intersecções como etnia e sexualidade. Portanto, as percepções das respostas sociais dos homens trans envolvem adquirir privilégios sociais na mesma medida em que passam a ser exigidos comportar-se “como

homens” perante as normativas da masculinidade hegemônica cisgênero. Análises a partir da interseccionalidade permitem vislumbrar a disparidade de experiências entre homens trans brancos e negros e, ainda, constatar a invalidação das transmasculinidades a partir de uma leitura social da homossexualidade. Desse modo, a subjetividade ganha relevo em cada experiência e as ditas vantagens vêm acompanhadas de ônus e exigências, como uma espécie de freios e contrapesos, ainda que com muitos desequilíbrios.

Ao aprofundar a discussão em perspectiva interseccional, o estudo evidencia uma dimensão-chave das transmasculinidades, que precisa ser incluída no debate contemporâneo: o fato de que essas vantagens adquiridas pós-transição, ou seja, quando os homens trans passam a gozar do reconhecimento como sujeitos do gênero masculino, não se distribuem de forma homogênea nem igualitária. Com efeito, há masculinidades mais beneficiadas do que outras, já que a noção de masculinidade hegemônica serve de mola propulsora para uma hierarquização das masculinidades. Desse modo, a passagem à masculinidade se entrecruza com variados marcadores sociais da diferença, tais como raça, classe, geração e território, o que dá contornos distintos às experiências dos homens trans.

Pode-se concluir que os homens trans, após alcançarem a passabilidade, encontram possibilidades concretas de usufruírem de privilégios destinados aos homens cisgênero. Contudo, essa experiência é vivida de maneiras particulares sob a lente da interseccionalidade, destacando-se os marcadores de raça e sexualidade como combinações que deslegitimam tais identidades e vivências de masculinidades. Há também exigências que emanam da leitura social masculina, principalmente acerca da heterossexualidade e da reprodução da subordinação das mulheres, como sustentáculos da afirmação do padrão de masculinidade em voga.

Almejando expandir tais reflexões, aponta-se para a necessidade de novos estudos que possam aprofundar o entendimento das experiências transmasculinas, particularmente com a inclusão do marcador social de classe social, visto que as condições materiais de reprodução da vida são essenciais para acessar espaços de saúde que possam garantir um processo digno de transição e modificação corporal para aqueles que assim o desejarem. Tendo em vista essas considerações, é possível deduzir que este estudo contribui com análises relevantes para a Psicologia como um todo, e para a Psicologia Social em particular, com contribuições substanciais e atualizadas para o avanço do conhecimento existente.

Referências

- Ávila, Simone Nunes (2014). *FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo* [Tese de Doutorado em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC].
- Boffi, Letícia Carolina & Santos, Manoel Antônio (2023). Da transfobia ao racismo: experiências de transição de homens transexuais negros. *Psicologia, USP*, 34, e200212. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564e200212>
- Braun, Virginia & Clarke, Victoria (2019). Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, 11(4), 589-597. <https://doi.org/10.1080/2159676X.2019.1628806>
- Clarke, Victoria, Braun, Virginia, & Hayfield, Nikki (2019). Análise temática. In Jonathan Smith (Org.), *Psicologia qualitativa: um guia prático para métodos de pesquisa* (pp. 295-327). Vozes.
- Connell, Raewyn (1987). *Gender and power*. Polity Press.
- Connell, Raewyn (1995). Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, 20(2), 185-206. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725>
- Connell, Raewyn (2003). *Masculinidades*. Universidad Nacional Autónoma de México.
- Connell, Robert W. & Messerschmidt, James W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 241-282. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>
- Crenshaw, Kimberlé (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Lanz, Letícia (2014). *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero* [Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR].
- Lima, Fátima & Cruz, Kathleen Tereza (2016). Os processos de hormonização e a produção do cuidado em saúde na transexualidade masculina. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 23, 162-186.
- Sampaio, Juliana & Medrado, Benedito (2019). Hormônios na produção de modos de subjetivação: atuando controvérsias. *Psicologia & Sociedade*, 31, e181507. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31181507>
- Santana, Bruno (2019). Pensando as transmasculinidades negras. In H. Restier & R. Malungo Souza (Orgs.), *Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades* (pp. 95-104). Ciclo Contínuo.
- Santana, Bruno (2021). A emergência do movimento transmasculino negro no Brasil: diálogos sobre racismo, transfobia e invisibilidade. In B. Santana et al., (Orgs.), *Transmasculinidades negras: narrativas plurais em primeira pessoa* (pp. 149-159). Ciclo Contínuo.
- Santos, Adelaine E. C. & Ornat, Marcio José (2021). Espaço-corpo e a (re)elaboração das transmasculinidades e identidades de homens trans. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, 12(1), 3-33. <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.12.i1.0001>
- Santos, Manoel Antônio, Oliveira, Wanderlei Abadio, & Oliveira-Cardoso, Érika Arantes (2020). Inconfidências de abril: impacto do isolamento social na comunidade trans em tempos de pandemia de Covid-19. *Psicologia & Sociedade*, 32, e020018. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240339>
- Scott, Joan (1995). Gênero: uma categoria útil para a análise histórica (Guacira Louro, trad.). *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>

LETÍCIA CAROLINA BOFFI

<https://orcid.org/0000-0001-9198-8963>

Doutoranda em Psicologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

E-mail: leticiaoffi@gmail.com / leticiaoffi@usp.br

MANOEL ANTÔNIO DOS SANTOS

<https://orcid.org/0000-0001-8214-7767>

Professor titular da Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq nível 1A. Doutor em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (1996) e Livre Docência pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (2013).

E-mail: masantos@ffclrp.usp.br

Histórico	Submissão: 16/01/2024 Revisão: 26/05/2024 Aceite: 27/05/2024
Contribuição dos autores	Conceitualização: LCB; MAS Curadoria de dados: LCB Análise dos dados: LCB; MAS Redação do manuscrito original: LCB Redação - revisão e edição: MAS
Financiamento	Bolsa de mestrado concedida à primeira autora - Código de Financiamento n. 88887.600239/2021-00; e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa, categoria 1A, concedida ao segundo autor.
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP), parecer número 3.926.604 e CAAE 25897819.8.0000.5407.

DINÁMICAS COMUNITARIAS Y CICLO DE VIDA DE HABITANTES EN RIESGO DE DESASTRES NATURALES

DINÂMICA COMUNITÁRIAS E O CICLO DE VIDA DOS HABITANTES EM RISCO DE DESASTRES NATURAIS
COMMUNITY DYNAMICS AND THE LIFE CYCLE OF PEOPLE AT RISK OF NATURAL DISASTERS

Mónica Tatiana Perdomo Pérez¹ e Sara Orjuela Gonzalez¹

¹ Universidad de Ibagué, Ibagué/Tolima, Colômbia

Resumen: Esta investigación tiene como objetivo analizar la relación entre el apego al lugar, la identidad al lugar y el sentido de comunidad con la edad, representada por los rangos, de las personas que viven en barrios con riesgo de desastres naturales en la ciudad de Ibagué, Colombia. Se trata de un estudio cuantitativo de alcance correlacional-exploratorio, con la participación de 862 sujetos de las 13 comunas de la ciudad de Ibagué, con edades comprendidas entre 10 y 89 años. Los resultados sugieren que existe una relación positiva entre las variables de apego al lugar, identidad al lugar y sentido de comunidad con la edad de sus habitantes. Además, se pudo establecer que las personas entre 40 y 59 años presentan mejores niveles de apego al lugar, identidad al lugar y sentido de comunidad que las personas en los otros rangos de edad.

Palabras clave: Apego al lugar; Identidad al lugar; Sentido de comunidad; Desastres naturales.

Resumo: Esta investigação visa analisar a relação entre a ligação ao lugar, identidade ao lugar e sentido de comunidade com a idade, representada pelas fileiras, das pessoas que vivem em bairros em risco de desastres naturais na cidade de Ibagué, Colômbia. Este é um estudo quantitativo de âmbito correlativo-exploratório, com a participação de 862 sujeitos das 13 comunas da cidade de Ibagué, com idades compreendidas entre os 10 e 89 anos. Os resultados sugerem que existe uma relação positiva entre as variáveis de ligação ao lugar, identidade ao lugar e sentido de comunidade com a idade dos seus habitantes. Além disso, poder-se-ia estabelecer que as pessoas entre os 40 e 59 anos têm melhores níveis de apego ao lugar, identidade e sentido de comunidade do que as pessoas das outras faixas etárias.

Palavras-chave: Apego ao lugar; Identidade do lugar; Sentido de comunidade; Catástrofes naturais.

Abstract : This research aims to analyze the relationship between attachment to place, identity to place, and sense of community with age, represented by ranks, of people living in neighborhoods at risk of natural disasters in the city of Ibagué, Colombia. This is a quantitative study with a correlational-exploratory scope, with the participation of 862 subjects from the 13 communes of the city of Ibagué, aged between 10 and 89 years. The results suggest that there is a positive relationship between the variables of attachment to place, identity to place, and sense of community with the age of its inhabitants. In addition, it was possible to establish that people between 40 and 59 years of age present better levels of attachment to place, identity to place and sense of community than people in the other age ranges.

Keywords: Place attachment; Identity to place; Sense of community; Natural disasters.

Relación entre dinámicas comunitarias y el ciclo de vida de habitantes en riesgo de desastres naturales

Las ciudades del mundo cada vez se encuentran más vulnerables a los efectos del cambio climático (Organización de las Naciones Unidas [ONU] 2018). Este por su parte, produce una catástrofe o desastre definido según Mort, Rodríguez-Giralt, y Delicado (2020) como un fenómeno o actividad humana que perjudica a la sociedad en general, produciendo pérdidas humanas, lesiones y afectaciones negativas a la economía y al medio ambiente. Su origen puede ser natural o inducidos por el ser humano. Es así, que incrementar los recursos personales y sociales con los que cuentan sus habitantes, para hacer frente al trauma que genera perderlo todo a causa de los desastres naturales, se convierte cada vez en una necesidad.

En ese sentido se refuerza la relación inseparable y significativa entre naturaleza y sociedad que da pie a desarrollar un anclaje social, en donde se demuestra el valor del espacio. Para ello, el campo de la Psicología Social, Comunitaria en contextos ambientales se preocupan por estudiar la experiencia del ser humano con el lugar y como esta puede afectar los modos de vida a través de los años (Berroeta & Carvalho, 2020).

El desarrollo de procesos comunitarios tales como apego al lugar, identidad al lugar y el sentido de comunidad se configura en un camino para responder a las emergencias de los barrios en riesgo que en su mayoría se caracterizan por la desatención y abandono del estado (Chamlee-Wrightly & Storr, 2009; Poma, 2019; Prior & Eriksen, 2013). Es necesario incrementar los ejercicios de investigación que dé cuenta de las condiciones sociodemográficas que se requieren para propiciar el desarrollo de alianzas o mecanismos sociales que moderen la fragmentación que puede vivir una comunidad en medio o después de una catástrofe natural.

Esta investigación hace énfasis en tres procesos comunitarios: Apego al lugar, identidad al lugar y sentido de comunidad. Puesto que estos elementos pueden facilitar que los habitantes de una zona en riesgo participen de las acciones comunitarias de su barrio (Flores-Cisternas & Sahnueza-Contreras, 2018), y puedan desarrollar conductas de cooperación ante la presencia de un desastre natural (Razeto-Pavez, 2013). Adicional, establecerá la relación que puede existir entre la edad de los habitantes y el mayor o menor desarrollo de estos procesos comunitarios, de tal forma, que pueda facilitar la identificación de los grupos poblacionales que requieren una mayor atención.

Asimismo, este artículo busca aproximarse a una respuesta asociada con las siguientes preguntas: ¿existe relación entre el rango de edad de los habitantes en riesgo de desastre natural y las dinámicas comunitarias evaluadas? y ¿cuál es el grupo de edad que requiere mayor atención ante un posible desastre natural? Realizando un análisis cuantitativo, correlacional-exploratorio (Hernández, Sampieri, Fernández, & Baptista, 2014) se plantea que la posibilidad de hacer frente a emergencias de forma asertiva, y superar las catástrofes naturales puede estar mediada por los recursos comunitarios con los que cuentan sus habitantes (García, Juárez, Sandoval, & Bustos, 2017).

Fundamentos teóricos

Apego al lugar

Scopelliti y Tiberio (2010) definen el apego al lugar como un constructo complejo, ya que involucra diferentes dimensiones como consecuencia del desarrollo de vínculos persona-lugar.

Bajo esta definición, los sentimientos de cercanía que se tienen hacia un territorio en específico es la principal característica de este concepto (Berroeta, Ramoneda, & Opazo, 2015). Desde la propuesta tridimensional de Scannell y Gifford (2010) el apego al lugar incluye tres dimensiones: la cognitiva, la comportamental y la emocional. La dimensión cognitiva involucra la construcción de la vinculación persona-lugar, significado del lugar, recuerdos y los conocimientos que facilitan esa proximidad. La dimensión de comportamiento, se reduce a aquellas acciones que hace el individuo para mantenerse cerca de un lugar específico, y vincula la satisfacción de necesidades y un mayor bienestar (Greer, Binder, Thiel, Jamali, & Nejat, 2019). La dimensión emocional se focaliza en las emociones positivas y negativas que resultan de la relación con el espacio físico, y puede observarse a través de la necesidad de permanecer y establecerse en ese lugar por tiempo prolongado (Ruiz, 2013). Es así, que el lugar, es un espacio geográfico que facilita la creación de relaciones sociales, proveedor de identidad y la presencia de servicios públicos que aporta a la satisfacción de necesidades básicas.

Por su parte, Poma (2019) afirma que el apego al lugar puede desarrollarse en dos niveles: (a) el local, que facilita la defensa de un territorio, por ejemplo el barrio, debido a la experiencia personal que se da en la interacción persona-lugar; (b) el global se destaca por comportamientos generales como acciones en favor del ambiente que involucra un elemento cultural y que por lo tanto generan cercanía a él. Así, pues, la creación de apego al lugar implica el reconocimiento y la relación entre las dimensiones físicas, vínculos tangibles con elementos materiales, y la dimensión social, corresponde a la creación de los lazos emocionales entre los habitantes (Greer et al., 2019).

Algunos estudios (Hombrados, 2010; Hombrados & López, 2014), han puesto en evidencia que el apego al lugar es una de las principales variables predictores de la satisfacción residencial, ya que favorece la interacción social de los habitantes, principalmente, en aquellos que presentan alto nivel de apego al lugar. Bonaiuto, Alves, De Dominicis y Petrucci (2016) afirman que esta variable también puede modificar la percepción de riesgo y la capacidad de afrontamiento ante un desastre natural, porque puede actuar como barrera, haciendo que las personas no adopten acciones radicales, que pueden permitir la reubicación de su residencia. Este caso, el apego al lugar puede funcionar mejor en la etapa *previa* donde se realiza una valoración social de las fortalezas con las que cuenta esa comunidad o *de reconstrucción* en el caso de emergencias, para restablecer funcionalidad social del sistema y de la persona (Fuentes, 2011); pero sería un recurso menos efectivo en la etapa *durante* la emergencia.

La ubicación del barrio puede incidir en presentar mejores niveles de apego al lugar. Anton y Lawrence (2014) en su estudio demostraron que existen mayores niveles de apego al lugar en residentes de sectores rurales que en los residentes de sectores urbanos. Las variables que están relacionadas con esta tendencia son el tamaño de la comunidad (en comunidades más pequeñas) y los roles que desempeñan los miembros según la edad. Adicionalmente, se encontró que en las zonas rurales se encuentran habitadas mayoritariamente por personas jubiladas, lo que permite suponer, que las personas de mayor edad presentan mayores niveles de apego. Otros factores que aumenta el nivel de apego son los asociados con el nivel socioeconómico, nivel cultural, elementos sociodemográficos como el sexo, edad, y etnia (Pinto de Carvalho & Cornejo, 2018).

Identidad al lugar

La identidad al lugar es un componente de la identidad personal, ya que influye en el mundo de ideas, preferencias, creencias y sentidos que se tienen sobre el mundo físico en el que se vive (Proshansky, Fabian, & Kaminoff, 1983). Estos van cambiando con el paso del tiempo y se

diferencian respecto a la edad, sexo y características de la personalidad. Además, de contribuir a la identidad personal, aporta en la satisfacción de necesidades biológicas, psicológicas, sociales y culturales de las personas (Berroeta, Ramoneda, Rodríguez, Di Masso, & Vidal, 2015).

Es así, que el lugar, el espacio de relación, aporta a los procesos de identificación y diferenciación social, confiere significados y símbolos con los que las personas pueden identificarse y aporta a la valoración positiva del sujeto en el mundo. Dicho de otra forma, las personas conciben su lugar de residencia como parte importante de su vida, aporta a su autoconcepto (Muñoz-Duque & Arroyave, 2017).

Tanto el apego como la identidad al lugar son variables que al vincularse aumentan los niveles de bienestar individual y social. Así lo reveló Chamlee-Wright y Storr (2009) en su estudio con poblaciones proveniente de *New Orleans's Ninth Ward* después de que el huracán Katrina dejó no solo pérdidas materiales sino humanas. A pesar de ello, al poco tiempo se evidenció que muchas personas volvieron a construir sus viviendas. De esta manera se confirma que el apego e identidad al lugar pueden promover la participación individual dentro de un grupo social (barrio) con el fin de alcanzar el nivel de bienestar deseado. Knez, Butler, Sang, Ångman, Sarlöv-Herlin, y Åkerskog (2018) en su investigación realizada en una población de Suecia que sufrió un incendio forestal y que en su gran mayoría eran adultos mayores, ratificó la relación entre apego e identidad al lugar con el bienestar, cuando, después de un incendio forestal, disminuyeron los niveles de apego, por la presencia de emociones negativas, pero cuando sus residentes recordaron que ese lugar los identificaba (factor cognitivo), mantuvieron sus niveles de bienestar.

En contextos de emergencia, debido a las catástrofes naturales, la identidad al lugar funciona como un elemento que puede facilitar la recuperación comunitaria. El estudio de Flores-Cisternas y Sanhueza-Contreras (2018) indica que el nivel de participación comunitaria y la identidad del lugar es alto en personas que recientemente han vivido una catástrofe natural, lo que puede incentivar la resiliencia comunitaria de los supervivientes.

Sin embargo, se ha encontrado que esta capacidad para sobreponerse y su relación con la identidad, en adolescentes y niños puede funcionar de forma distinta. Willey, Berman, Marsee, Taylor, Cannon, y Weems (2011) encontraron que jóvenes entre los 18-29 años, víctimas del huracán Katrina evidenciaron problemas de identidad asociado con un sentimiento de angustia, de no saber quién eres, qué sueños puede cumplir ahora que se asume otro rol y qué características debe tener para que las cosas salgan bien, debido que en muchas ocasiones, los adolescentes en medio de una emergencia debe asumir roles que no corresponden a su edad. Mushtaq, Rehman, y Margoob (2017) afirman que los niños y adolescentes, víctimas de desastres naturales, presentan una tendencia mayor que los adultos a desarrollar trastornos psicológicos y conductas disruptivas, que se evidencian años después de los hechos. Ambos estudios concluyen que esto puede tener relación con la limitada presencia de estrategias de afrontamiento, que se van construyendo a lo largo del ciclo vital.

Sentido de comunidad

El sentido de comunidad hace referencia al sentimiento de pertenecer a una comunidad y al reconocimiento de igualdad con otros integrantes de ese mismo colectivo (Hombrados-Mendieta & Lopez-Epigare, 2014). McMillan y Chavis (1986) proponen 5 dimensiones: membresía (sentido de pertenencia), influencia (capacidad de inducir a otros a actuar de otra forma), integración y satisfacción de necesidades (beneficios que recibe una persona al ser parte de la comunidad), conexión emocional (interacción cercana y cálida).

La comprensión del sentido de comunidad requiere entender que al referirse a la comunidad, esto comprende a un grupo de individuos que comparten conocimiento, experiencias y sentimientos. Además, comparten elementos geográficas, psicosociales, socio-culturales y políticos (Sánchez, 2007). Un barrio, por ejemplo se puede constituir como una comunidad puesto que cumple con las dimensiones anteriormente mencionadas, además, representa el microsistema que tiene relación directa con la calidad de vida, el bienestar subjetivo de las personas y el sentido de comunidad (Hombrados, 2010).

Prior y Eriksen (2013) comprobaron que esas conexiones propias del sentido de comunidad son las que permiten una reorganización más rápida de la comunidad en el rol que debe asumir cada miembro para ser resiliente, también ese intercambio de conocimiento y apoyo facilita la preparación, mitigación y enfrentamiento hacia un desastre natural. El mismo colectivo, según Razeto-Pavez (2013), es el promotor del desarrollo social y el que puede dar estabilidad dentro de una comunidad, a través de acciones colectivas. Estas acciones mantienen el sentido de comunidad si se tienen metas u objetivos comunes, la creencia compartida de que las necesidades serán solucionadas bajo la participación y la atención del colectivo (Arteaga y Ugarte, 2015).

Ignacio Vidal (2014) encontró que el sentido de comunidad funciona como una variable que logra activar la participación comunitaria, el empoderamiento y la justicia social. Este proceso puede asociarse con variables como el estado psicológico, donde la edad como factor sociodemográfico tiene importancia en los resultados, pero también señaló que los niveles de sentido de comunidad pueden aumentar después del inicio de un proceso de reasentamiento, dando tiempo a que se establezcan o se reafirman nuevas redes de apoyo social (Huang & Wong, 2014).

Kirk Chang (2010) afirma que al momento de enfrentar un desastre natural, la cohesión comunitaria puede aumentar o disminuir dependiendo del nivel de gravedad del suceso. Por ejemplo, si la misma comunidad percibe la catástrofe como un nivel de gravedad medio, ellos se podrían unir más para enfrentar las pérdidas materiales e incluso humanas. Pero a medida que el nivel de gravedad aumenta, los residentes transfieren su enfoque a los intereses personales, fragmentando la cohesión.

Para promover el incremento de sentido de comunidad en un grupo, será necesario tener en cuenta variables sociodemográficas como la edad, el sexo y la posición socioeconómica, así como también factores familiares, creencias y afrontamiento, personalidad y el apoyo social, ya que estos pueden incidir en el desarrollo de este proceso comunitario. Velásquez y Sañudo (2017) encontraron que las personas con un mayor nivel educativo tienen más habilidades para persuadir a su comunidad en dar más apoyo social.

El sentido de comunidad y sus dimensiones, pueden ser utilizados como variables que predicen la calidad de vida de habitantes de barrios. Hombrados-Mendieta y López-Epigare (2014) identificaron que a mayor sentido de comunidad, presente en habitantes de la ciudad de Málaga, España, mayor era su calidad de vida. Este hallazgo, encontró aún más sentido al relacionarlos con elementos como apoyo social, participación cívica y el *empowerment*.

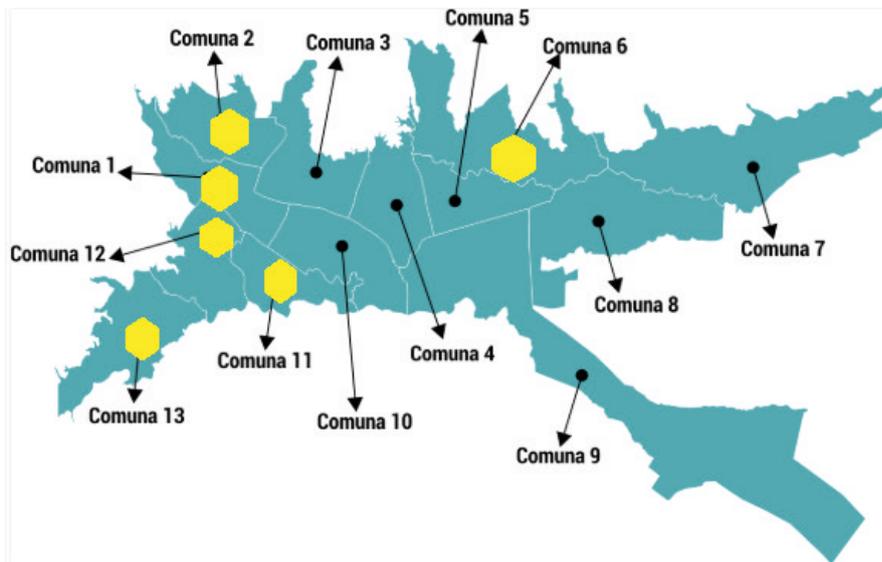
Considerando las características que tiene el apego al lugar, la identidad al lugar y el sentido de comunidad, que fueron descritas en los apartados previos, se decide hacer esta investigación, que permite analizar la relación entre el apego al lugar, identidad al lugar y sentido de comunidad con la edad de los habitantes de barrios en riesgo de desastres naturales en la ciudad de Ibagué, Colombia. Conocer este tipo de información puede dar orientaciones al ejercicio de intervención en los que se prioricen grupos de habitantes de acuerdo a sus necesidades reales.

Metodología

Contexto del estudio

Este estudio fue realizado en la ciudad de Ibagué, Colombia. Es una ciudad expuesta a múltiples amenazas medioambientales, tales como: sismos debido a su cercanía con Cerro el Machín, Nevado del Tolima, y Nevado del Ruiz, sequías, temporada de lluvias intensas, deslizamientos de tierra, avalanchas y fallas geológicas (Gobernación del Tolima, 2012). Su continuo crecimiento demográfico, ubica a Ibagué en el décimo segundo puesto de las ciudades más pobladas de Colombia, teniendo 529.635 habitantes de acuerdo al censo realizado en el 2018 (Departamento administrativo Nacional de Estadísticas [DANE], 2018). Por lo anterior, las características de este terreno exigen que la población esté preparada para responder y asumir el impacto eventos climáticos.

Imagen 1 - Área de estudio



Fuente: Elaboración propia (2022).

Participantes

La muestra la conformó 862 participantes, 53% mujeres y 47% hombres, con edades entre de los 10 y 87 años, todos ellos habitantes de barrios en alto y medio riesgo de sufrir desastres naturales en la ciudad de Ibagué, Colombia. Para seleccionar los barrios, se tuvo en cuenta la evaluación de riesgo que maneja la Alcaldía, desde la Secretaría de Planeación.

La selección de los participantes se realizó a través de un muestreo no probabilístico de tipo intencional con criterios de inclusión. En el mismo se consideraron: (a) Ser habitante del barrio en riesgo; (b) Participación voluntaria; (c) Aceptación de participación firmada para difusión de resultados.

Instrumentos

Escala breve de Sentido de Comunidad de Long y Perkins (2007). Consta de 8 ítems que los participantes responden según el nivel de acuerdo que tenga con cada afirmación. La respuesta se expresa en función del barrio que habita. La escala presenta adecuadas condiciones psicométricas con un alfa de Cronbach de 0,903.

Escala Apego de Lugar de Hidalgo y Hernández (2001). El instrumento consta de 9 ítems, que deben ser contestados en función del nivel de acuerdo que presenta con los enunciados, la valoración puede ir de *nada* a *muchísimo*. Presenta un alfa de Cronbach de 0,909.

Escala de Identificación con el lugar de Vidal, Valera y Però (2010). La escala se compone de cinco ítems que pueden ser valorados con puntuaciones que van desde 1 (nada) a 5 (muchísimo). Este instrumento presenta adecuadas condiciones psicométricas, un alfa de Cronbach de 0,901.

Formato datos de identificación y sociodemográficos (Elaboración propia, 2020): se compone de ítems como: sexo, edad, barrio en el que viven, tiempo de vivir ahí, comuna en la que vive, nivel de estudios, situación laboral, vivienda y número de personas que viven con el participante. Al tener el objetivo de caracterizar la muestra, no se determina algún valor numérico a los ítems.

Procedimiento

Este estudio se materializó debido a la colaboración con la Alcaldía de Ibagué y su programa social Gestores de Paz que reconocía a los jóvenes pertenecientes a cada comuna como actores sociales capaces de identificar problemas dentro de su comunidad y de participar en la creación de soluciones colectivas. Como Gestores de Paz, se vincularon aquellos jóvenes que conocían los barrios en alto y medio riesgo de desastres naturales y junto con los investigadores se hizo la recolección de la información. Previo al trabajo de campo, se hicieron 3 sesiones de capacitación para todos los que ayudarían en la recolección de datos.

Cuando el equipo estuvo listo, se procedió a visitar en grupo cada uno de los barrios. Se construyó un cronograma que indicaba un barrio diferente por día, durante aproximadamente 2 meses. A través de encuestas puerta a puerta, se abordaba a los habitantes de los barrios. El encuentro estuvo dividido en dos partes. La primera en donde se leía y firmaba el consentimiento informado, se diligenciaba el formulario de datos de identificación y sociodemográficos, previamente diseñado y la segunda, en la que se valoraban los ítems de las escalas. Esta investigación contó con el aval del Comité de Ética de la Universidad de Ibagué.

Análisis de datos: posterior al trabajo de campo, se procedió a realizar una distribución cuantitativa de la muestra, ya que, por su tamaño, era necesario ubicarlos teniendo en cuenta etapas de desarrollo (edad). En total se agrupó la muestra en 8 rangos de edad con una diferencia de 10 años en cada grupo; luego, a través del software estadístico SPSS, se optó por realizar correlaciones desde un análisis paramétrico por medio del coeficiente de Pearson. Con el objetivo de comprobar la existencia de diferencias entre los niveles de apego al lugar, identidad al lugar y sentido de comunidad en los ocho rangos de edad, se aplicó la *prueba t* de muestras independientes. La diferencia de medias de las variables evaluadas y los rangos de edad se hizo a través de prueba ANOVA de diferentes grupos (González, Escoto, & Chávez, 2017; Hurtado & Silvente, 2012).

Resultados

De acuerdo al formato de datos de identificación y sociodemográficos la caracterización de la muestra se describe en la Tabla 1. El 50% de la muestra habían finalizado estudios de secundaria, el 19% la primaria, el 15% estudios técnicos y el 14% estudios universitarios. El 27% estaba empleado en alguna empresa u organización, el 25% estudiaba, el 20% obtenía ingresos a través de acciones como independientes, el 17% se encontraba desempleado, 9% se dedicaba a las labores del hogar y el 3% era pensionado. El 41% vivía en arriendo, y el 29% tenían vivienda propia. La muestra fue distribuida en 8 rangos de edad, así: rango 1 (10-19 años) 16%, rango 2 (20-29 años) 25%, rango 3 (30-39 años) 15%, rango 4 (40-49 años) 13%, rango 5 (50-59 años) 14%, rango 6 (60-69 años) 8%, rango 7 (70-79) 4% y rango 8 (80-87 años) 1%.

Tabla 1 - Caracterización de la Muestra

Variable	Respuesta	%
Sexo	Masculino	47%
	Femenino	53%
Estudios terminados	Primaria	19%
	Secundaria	50%
	Técnico	15%
	Universitario	14%
	Otro	2%
Situación laboral	Empleado	27%
	Desempleado	17%
	Estudiante	25%
	Independiente	20%
	Pensionado	3%
Tipo de vivienda	Ama de casa	9%
	Propia	29%
	Arriendo	41%
Rangos de edades	Familiar	25%
	10-19 años	16%
	20-29 años	25%
	30-39 años	15%
	40-49 años	13%
	50-59 años	14%
	60-69 años	8%
	70-79 años	4%
80-89 años	1%	

Fuente: Elaboración propia (2021)

La Tabla 2 presenta las correlaciones entre el *apego al lugar*, *identidad al lugar* y *sentido de comunidad* con la variable *edad*. En primer lugar se evidencia una correlación positiva y significativa (0.33 ; $p < .01$) entre *sentido de comunidad* y la *edad*. Lo que representa que a mayor edad, aumenta el grado de sentido de comunidad, que pueden estar reflejados en mayores niveles de conexión emocional, membresía, influencia e integración y satisfacción de necesidades.

Tabla 2.- Correlación de Pearson Entre las Variables

Recursos comunitarias	Apego al lugar	Identidad al lugar	Sentido de comunidad
Edad	0.19**	0.22**	0.33**
Apego al lugar	1	0.59**	0.58**
Identidad al lugar	0.59**	1	0.67**
Sentido de comunidad	0.58**	0.67**	1

Fuente: Elaboración propia (2021)

** La correlación es significativa al nivel de 0. 01 (bilateral).

En el caso de las correlaciones entre *apego al lugar* y la *edad* el resultado fue positivo con menor fuerza (0.19**). Es decir, las personas a mayor edad se presentan más emociones positivas por el lugar en donde viven, y por sus vecinos. Algo similar ocurre en la relación entre *identidad al lugar* y la *edad* (0.22**). Lo que evidencia que las personas de los rangos de edad más avanzados suelen incluir dentro de los procesos de identificación personal, elementos del contexto donde residen. También, fue posible evidenciar relación entre las variables *identidad al lugar* y *sentido de comunidad* (0.67**); entre *sentido de comunidad* y *apego al lugar* (0.58**), y entre *identidad al lugar* y *apego al lugar* (0.59**).

Media como medida central para establecer el rango de edad base

En el análisis descriptivo de las variables por cada uno de los rangos de edad se encontró, que las medias más altas están en el rango de edad entre los 40 y 49 años, en las variables *Apego al lugar* ($M=3.54$), *Identidad al lugar* ($M=3.72$) y *Sentido de comunidad* ($M=3.25$). Los rangos de edades que presentan más bajos niveles de estas herramientas comunitarias son: el rango 2 y 3. Con este análisis se tomó la decisión de elegir el rango de edad 4 como grupo base para realizar las comparaciones.

Tabla 3.- Media para Rangos de Edad

Rangos de edad	Apego al lugar	Identidad al lugar	Sentido de Comunidad
2	2.92	3.18	2.41
3	2.62	2.41	2.22
4	3.54	3.72	3.25
5	2.79	3.37	3.03
6	3.11	3.64	2.90
7	2.22	3.93	2.56

Fuente: elaboración propia (2021)

Análisis de varianzas para muestras independientes

En la Tabla 4 se presentan las diferencias de medias a través del análisis de ANOVA. La finalidad de este procedimiento estadístico es probar la hipótesis sobre la igualdad de medias entre rangos de edades, para así mismo aceptar o rechazar la hipótesis de trabajo. En este caso, permite establecer que existe diferencia entre los distintos rangos de edades y la intensidad de las variables que fueron evaluadas (apego al lugar, identidad al lugar y sentido de comunidad), puesto que ($p < .05$), por lo que se permite finalmente, aceptar la hipótesis de trabajo.

Tabla 4.- Diferencia de Medias de Apego al Lugar, Identidad al Lugar y Sentido de Comunidad con Respecto a la Edad

ANOVA		gl	F	Sig.	M	95% de intervalo de confianza de la media	
						Límite superior	Límite inferior
Total Apego al lugar	Entre grupos	7	6,344	0,000	3,245	3,322	3.169
Total Identidad al lugar	Entre grupos	7	6,384	0,000	3,507	3,596	3,419
Total Sentido de comunidad	Entre grupos	7	15,026	0,000	2,947	3,014	2,881

Fuente: Elaboración propia (2021)

Análisis de pruebas *t* de Student para muestras independientes entre los rangos de edades

El análisis de la prueba *t* de Student para muestras independientes compara las medias de las variables socio-comunitarias evaluadas, respecto a los grupos de casos independientes, es decir, los grupos de edades. Como consecuencia, se ratifica la existencia de diferencias entre las medias de *apego al lugar*, *identidad al lugar* y *sentido de comunidad* y los distintos ciclos de vida ($p \leq .05$), teniendo como base el rango 4, que corresponde a las edades entre los 40 y 49 años. Las principales diferencias se hallan en los rangos de edades, 2 (20-29 años), con un nivel de significancia de ($p = .00$) y el rango 3 (30-39 años), con un nivel de significancia de ($p = .00$). En el caso de rango de edad 7, que lo conforman edades entre los 70 y 79 años, no se evidencian diferencias significativas (apego al lugar $p = .707$, identidad al lugar $p = .213$ y sentido de comunidad $p = .069$), suponiendo igualdad de medias ($p \geq .05$).

Estos resultados, al complementarse con el análisis descriptivo de medias mencionado al principio de este apartado, logra evidenciar que entre menor edad tenga el residente, menores niveles de *apego al lugar*, *identidad al lugar* y *sentido de comunidad* tendrá; las personas entre los 40 y 49 años de edad son quienes presentan las medias superiores de las variables evaluadas. Adicional, se encuentra que a medida que aumenta la edad, la presencia el nivel de *apego al lugar*, *identidad al lugar* y *sentido de comunidad* se estabiliza, lo que puede hacer ver que la vida comunitaria empieza a tener mayor relevancia para las personas de edad media y avanzada. De esta manera, se establece que existe una relación positiva y significativa entre el *apego al lugar*, *identidad al lugar* y *sentido de comunidad* con el ciclo de vida en el que se encuentran habitantes de la ciudad de Ibagué en riesgo de sufrir desastres naturales.

Discusión

El diseño, actividad y resultados de esta investigación contó con el aval del comité de ética de la Universidad de Ibagué y permitieron alcanzar el objetivo de analizar la relación entre el apego al lugar, identidad al lugar y sentido de comunidad con la edad, representada por rangos, de personas que habitan barrios en riesgo de desastres naturales en la ciudad de Ibagué, Colombia; y comprobar la hipótesis planteada: Existe una correlación positiva significativa entre los recursos comunitarios y el factor edad entre los 40 y 60 años, en la muestra elegida.

Al explorar la relación edad con herramientas comunitarias, no solo se especifica un grupo poblacional que necesita ser estudiado, sino que, a la vez, se tiene en cuenta la individualidad de acuerdo a la edad, las experiencias vividas que involucra espacio y personas, resumidas en recuerdos, la etapa de desarrollo en la que se encuentra cada sujeto, fortalezas y debilidades que caracteriza cada rango de edad previamente distribuido.

Por lo anterior, se podría comprobar que en la edad adulta las variables evaluadas (sentido de comunidad, apego al lugar e identidad al lugar) cobran mayor relevancia porque aumentan el grado de satisfacción con la vida a través de una mejora en la cohesión social, la participación comunitaria y los beneficios que brinda el ser parte de un barrio (Au, Lai, Yip, Chan, Lai, Chaudhury, Scharlach, & Leeson, 2020). Dicho esto, los futuros proyectos de gestión de riesgo e innovación social sostenible deberán considerar estas variables, específicamente el sentido de comunidad (0.33 ; $p < .01$) para promover un nivel adecuado en la calidad de vida de las personas adultas.

Ante ello, se precisa el rango de edad donde estas demuestran ser convincentes, las personas entre los 40 a 49 años manifiestan una mayor presencia de apego, identidad al lugar y sentido de comunidad y a su vez son fieles predictores de la participación comunitaria, el bienestar subjetivo y psicológico.

Ahora bien, con el pasar el tiempo, nuestra investigación comprobó también que conforme aumenta la edad dichas herramientas comunitarias se mantienen, es decir, las personas mayores de 50 años conservan el mismo nivel de sentido de comunidad, apego e identidad al lugar a través del tiempo. Esto puede pasar de acuerdo con (Li & Au, 2019) porque el envejecimiento no es solo un proceso físico sino además un proceso psicosocial que involucra la comunidad, la infraestructura del barrio y la misma cultura. Además, incide la cantidad de años que han vivido en un mismo barrio, la calidad de los vínculos relacionales y sobre todo los recuerdos de haber experimentado diferentes situaciones como una comunidad, por consiguiente, son etapas que aún los jóvenes no han vivido y por esas razones radica su mayor diferencia.

Siendo así, la baja presencia de sentido de comunidad, apego e identidad al lugar en personas entre los 20-39 años de edad (rango 2 y 3) puede ser un indicador de desarraigo de una importante proporción de la población, constituida por personas de este rango de edad. Tal como lo mencionaba Hernández, Hidalgo, Salazar-Laplace, y Hess (2007) al hacer ver que vivir en un barrio no implica que las personas generen procesos de identificación y mucho menos que lo integren como categoría importante de su auto concepto. De ahí radica una enorme preocupación por como este grupo de personas perciben el nivel de riesgo en el que viven y la forma en la que podrán enfrentarlo, si sus niveles de herramientas comunitarias demuestran una desvinculación con el espacio y la comunidad.

Anton y Lawrence (2014) dentro de sus escritos afirman que el rol que asume cada individuo en la comunidad interfiere con el nivel de apego. Este estudio confirmó que las personas entre los 20-39 años al no tener un rol o función clara dentro de sus barrios causa

una pérdida de interés en cómo se desarrolla su comunidad, desvinculándose parcialmente del espacio físico y social.

Frente a ello, se propone realizar proyectos de fortalecimiento de estas herramientas comunitarias principalmente con los rangos de edades entre los 20-39 años, según los resultados de nuestro estudio, con el fin de potenciar los recursos que tiene cada comunidad e incentivar su participación y adhesión al barrio. Teniendo en cuenta el nivel de riesgo en la que habitan las comunidades, la calidad de los vínculos sociales y materiales, el sentido de pertenencia por el barrio y como influyo en las decisiones que se toman, la satisfacción de necesidades básicas, por ejemplo, el cumplimiento de los servicios públicos y el reconocimiento de las fortalezas y debilidades que se tiene como comunidad.

Igualmente se plantea la idea de generar proyectos que incentive la participación e involucramiento total de personas entre los 20-39 años, como principales sujetos de cambio, ya que, al definir un rol y una función específica, podría aumentar el sentido de pertenencia e influencia en la comunidad.

Esto incidirá en el éxito de una intervención previa para mejorar los comportamientos de preparación ante un desastre natural e intervenciones enfocadas en hallar un sentido de vida. Si se potencian correctamente estos recursos comunitarios, también se podría promover una ciudadanía solidaria y responsable (Gomes & Cavalcante, 2012).

No solo resultan ser eficaz hacer uso de las herramientas comunitarias para enfrentar las emergencias medio ambientales, sino que puede ser un mecanismo efectivo para promover el bienestar. A nivel psicológico, como lo es proporcionar apoyo emocional frente a los estresores diarios, por medio de la transferencia de emociones positivas, lo que puede llevar a un estado de relajación. A nivel social, nos conecta con las personas del grupo al recordar anécdotas o acontecimientos vividos en comunidad (Muñoz-Duque y Arroyave, 2017), además esto puede predecir niveles altos en el bienestar psicológico y social (Chamlee-Wrightly & Storr, 2009). Asimismo, refuerza el capital social, produciendo acciones en pro de la comunidad (Scannell & Gifford, 2017).

La percepción de riesgo dependerá de la edad de cada individuo, pero el cómo actúa en procesos de prevención o restauración ante una catástrofe natural estará mediado por el apego e identidad al lugar y el sentido de comunidad. Afirmando una vez más la inseparable y dinámica relación entre naturaleza y sociedad.

En este sentido, de acuerdo con Mushtaq, Rehman, y Margoob (2017) vale la pena enfatizar que los grupos generacionales que se ven más afectados por haber vivenciado un desastre natural son los niños, adolescentes y jóvenes porque pueden padecer múltiples problemas psicológicos que posteriormente se evidencian en la alteración de la estructura y dinámica de la comunidad. En consecuencia, los recursos comunitarios pueden ser amortiguadores de las secuelas psicológicas de un desastre natural, pueden disminuir los niveles de angustia y síntomas asociados al estrés postraumático (McGuire et al., 2018).

Con todo esto, es necesario notificar que algunos de estos recursos comunitarios resultan ser más efectivos en etapas específicas ante un plan de emergencia por desastre natural. Bonaiuto, Alves, De Dominicis y Petruccelli (2016) afirman que en el caso del Apego al lugar resulta ser una barrera que imposibilita la adopción de acciones radicales como el evacuar la zona de peligro; entonces esta variable durante la etapa de la emergencia no es edificante, pero quizá en etapas previas, de entrenamiento o de reasentamiento podría dar resultados positivos en la preservación del bienestar general.

Esta investigación contribuye no solo al campo de la psicología comunitaria sino también a las diferentes áreas académicas que tengan la intención de conocer el comportamiento de los grupos ante un desastre natural, teniendo en cuenta factores sociodemográficos como la edad. Puede ser un criterio de inclusión o de focalización para ejercicios de intervención psicosocial, que busquen dotar de más y mejores recursos comunitarios.

Además, los resultados del presente estudio, rectifica que el vínculo entre sociedad y espacio es fundamental para entender los modos de vida. Y ante una disruptiva de esa relación, se propongan proyectos de recuperación y revitalización ambiental dentro del campo de la Psicología Social, Comunitaria y Ambiental que respete el significado del tejido social, el valor del espacio, la normatividad y fortalezcan las herramientas comunitarias para hacer frente a las amenazas medioambientales sobre todo en países Latinoamericanos, donde la construcción y desarrollo de procesos de reasentamiento no suelen tener en cuenta aspectos psicosociales que aseguran una sociedad sostenible, dinámica y proactiva.

Una de las principales limitaciones de este estudio, y que consideramos, puede ser controlada en próximas investigaciones, se relaciona con la distribución de la muestra por rangos. Es preciso equilibrar el número de personas por cada rango, ya que en esta investigación fue notorio que algunos rangos cuentan con mayor participación que otros.

Referencias

- Anton, Charis E. & Lawrence, Carmen** (2014). Home is where the heart is: The effect of place of residence on place attachment and community participation. *Journal of Environmental Psychology*, 40, 451-461. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2014.10.007>
- Arteaga, Catalina & Ugarte, Ana María** (2015). Identidades en emergencia: la otra cara de la reconstrucción. El caso de Chaitén. *Magallania* (Punta Arenas), 43(3), 107-123. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-22442015000300009>
- Au, Alma, Lai, Daniel W. L., Yip, Ho-ming, Chan, Stephen, Lai, Simon, Chaudhury, Habid, Scharlach, Andrew, & Leeson, George** (2020). Sense of Community Mediating Between Age-Friendly Characteristics and Life Satisfaction of Community-Dwelling Older Adults. *Front. Psychol*, 11(86). doi: 10.3389/fpsyg.2020.00086
- Berroeta, H. & Carvalho, L. P.** (2020). La Psicología Ambiental-Comunitaria en el estudio de los desastres: la importancia de los vínculos socioespaciales. *Psykhé*, 29(1), 1-16. <https://doi.org/10.7764/psykhe.29.1.1579>
- Berroeta, H., Ramoneda, A., Rodríguez, V., Di Masso, A., & Vidal, T.** (2015). Apego de lugar, identidad de lugar, sentido de comunidad y participación cívica en personas desplazadas de la ciudad de Chaitén. *Magallania* (Punta Arenas), 43(3), 51-63 doi.org/10.4067/S0718-22442015000300005
- Berroeta, Hector, Ramoneda, Álvaro, & Opazo, Luis** (2015). Sentido de comunidad, participación y apego de lugar en comunidades desplazadas y no desplazadas post desastres: Chaitén y Constitución. *Universitas Psychologica*, 14(4), 15-27. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=647/64744107003>
- Bonaiuto, Marino, Alves, Susana, De Dominicis, Stefano, & Petruccelli, Irene** (2016). Place attachment and natural hazard risk: Research review and agenda. *Journal of Environmental Psychology*, 48, 33-53. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2016.07.007>
- Chamlee-Wright, Emily & Storr, Virgilio Henry** (2009). “There’s no place like New Orleans”: sense of place and community recovery in the Ninth Ward after Hurricane Katrina. *Journal of Urban Affairs*, 31(5), 615-634. doi:10.1111/j.1467-9906.2009.00479.x
- Chang, Kirk** (2010). Community cohesion after a natural disaster: insights from a Carlisle flood. *Disasters*, 34(2), 289-302. doi:10.1111/j.0361-3666.2009.01129.x
- Departamento administrativo Nacional de Estadísticas [DANE]**. (2018). *Censo Nacional de Población y Vivienda 2018*. Autor. <https://www.ibague.gov.co/portal/admin/archivos/publicaciones/2020/30196-PLA-20200303111237.pdf>
- Flores-Cisternas, Paulina Tiare & Sanhueza-Contreras, Rodrigo Alejandro** (2018). Resiliencia comunitaria frente a los desastres naturales: caleta Tumbes, región del Biobío, Chile. Cuadernos de Geografía: *Revista Colombiana de Geografía*, 27(1), 131-145. doi:10.15446/rcdg.v27n1.59904
- Fuentes, Marcelo Torres** (2011). Reflexiones metodológicas y procesos de acción comunitaria en situaciones de emergencia y/o desastres naturales. *Revista Rumbos TS. Un espacio crítico para la reflexión en Ciencias Sociales*, 6, 55-68. <http://revistafacso.ucecentral.cl/index.php/rumbos/article/view/150>
- García, Cruz, Juárez, Margarita, Sandoval, Francisco Rubén, & Bustos, José Marcos** (2017). Una aproximación psicológica a la complejidad ambiental: Especificación de un modelo de estrés y resiliencia comunitaria. Comunitania: *Revista Internacional de Trabajo Social y Ciencias Sociales*, 14, 75-95. doi: 10.5944/comunitania.14.5
- Gobernación del Tolima** (2012). Plan Departamental de Gestión del Riesgo del Departamento del Tolima. Autor. <https://repositorio.gestiondelriesgo.gov.co/bitstream/handle/20.500.11762/384/PDGR%20Tolima.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

- Gomes, Erika & Cavalcante, Ana Célia** (2012). Desastres naturais: perdas e reações psicológicas de vítimas de enchente em Teresina-PI. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 720-728. doi: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n3/25.pdf>
- González, Fabiola, Escoto, María Consuelo, & Chávez, Joanna** (2017). *Estadística aplicada en Psicología y Ciencias de la salud*. Manual Moderno Editorial. https://www.academia.edu/37886939/Estad%C3%ADstica_aplicada_en_Psicolog%C3%ADa_y_Ciencias_de_la_salud_Spanish_Edition
- Greer, Alex, Binder, Sherri Brokopp, Thiel, Alexis, Jamali, Mehdi, & Nejat, Ali** (2019). Place attachment in disaster studies: measurement and the case of the 2013 Moore tornado. *Population and Environment*, 41, 1-24. doi: <https://doi.org/10.1007/s11111-019-00332-7>
- Hernández, B., Carmen Hidalgo, M., Salazar-Laplace, M., & Hess, S.** (2007). Place attachment and place identity in natives and non-natives. *Journal of Environmental Psychology*, 27(4), 310-319. doi:10.1016/j.jenvp.2007.06.003
- Hernández Sampieri, Roberto, Fernández-Collado, Carlos, & Baptista-Lucio, Pilar** (2014). *Metodología de la investigación Mc Graw Hill*. Interamericana Editores. ISBN: 968-422-931-3
- Hidalgo, Maria del Carmen & Hernández, Bernardo** (2001). Place attachment: Conceptual and empirical questions. *Journal of Environmental Psychology*, 21(3), 273-281. <https://doi.org/10.1006/jevp.2001.0221>
- Hombrados-Mendieta, Isabel** (2010). Calidad de vida y sentido de comunidad en la ciudad. *Uciencia*, 38-41. https://riuma.uma.es/xmlui/bitstream/handle/10630/4057/38_revistauciencia03.pdf?sequence=1
- Hombrados-Mendieta, Isabel & López-Espigares, Trinidad** (2014). Dimensiones del sentido de comunidad que predicen la calidad de vida residencial en barrios con diferentes posiciones socioeconómicas. *Psychosocial Intervention*, 23(3), 159-167. <https://www.redalyc.org/pdf/1798/179832689001.pdf>
- Huang, Yunong & Wong, Hung** (2014). Impacts of sense of community and satisfaction with governmental recovery on psychological status of the Wenchuan earthquake survivors. *Social Indicators Research*, 117(2), 421-436. doi: 10.1007 / s11205-013-0354-3
- Hurtado, Maria José & Silvente, Vanesa Berlanga** (2012). Cómo aplicar las pruebas paramétricas bivariadas t de Student y ANOVA en SPSS. Caso práctico. *Reire*, 5(2), 83-100. doi: 10.1344/reire2012.5.2527
- Knez, Igor, Butler, Andrew, Sang, Åsa Ode, Ångman, Elin, Sarlöv-Herlin, Ingrid, & Åkerskog, Ann** (2018). Before and after a natural disaster: Disruption in emotion component of place-identity and wellbeing. *Journal of Environmental Psychology*, 55, 11-17. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2017.11.002>
- Li, Wendy & Au, Alma** (2019). Successful ageing and community. In K. O'Doherty & D. Hodgetts (Eds.), *The SAGE handbook of applied social psychology* (pp. 366-380). SAGE. <https://www.doi.org/10.4135/9781526417091.n18>
- Long, D. Adam & Perkins, Douglas** (2007). Community social and place predictors of sense of community: A multilevel and longitudinal analysis. *Journal of Community Psychology*, 35(5), 563-581. DOI: 10.1002/jcop.20165
- McGuire, Adam, Gauthier, Jami, Anderson, Lisa, Hollingsworth, David, Tracy, Melissa, Galea, Sandro, & Coffey, Scott** (2018). Social support moderates effects of natural disaster exposure on depression and posttraumatic stress disorder symptoms: effects for displaced and nondisplaced residents. *J. Trauma Stress*, 31, 223-233. <http://dx.doi.org/10.1002/jts.22270>
- McMillan, D. W & Chavis, David. M.** (1986). Sense of community: A definition and theory. *Journal of Community Psychology*, 14(1), 6-23. [https://doi.org/10.1002/1520-6629\(198601\)14:1<6:AID-JCOP2290140103>3.0.CO;2-I](https://doi.org/10.1002/1520-6629(198601)14:1<6:AID-JCOP2290140103>3.0.CO;2-I)
- Mort, M., Rodríguez-Giralt, I., & Delicado, A.** (2020). *Children and young people's par-*

ticipation in disaster risk reduction: Agency and resilience. Policy Press. ISBN 978-1-4473-5443-7 OA ePdf

Muñoz-Duque, Luz Adriana & Arroyave, Orlando (2017). Percepción del riesgo y apego al lugar en población expuesta a inundación: un estudio comparativo. *Pensamiento Psicológico*, 15(2), 79-92. doi:10.11144/Javerianacali.PPSI15-2.pral

Mushtaq, Huda, Rehman, Sadaqat, & Margoob, Mushtaq (2017). Understanding long term community psychosocial needs of children and adolescent survivors of a natural disaster: One decade after 2005, ‘Snow-Tsunami’ in Kashmir. *JK-Practitioner*; 22(3-4), 1-5. http://jk-practitioner.com/pdfs/vol2234/jkp20172234_1.pdf

Organización de las Naciones Unidas [ONU] (2018). *Cambio climático y salud*. Autor. <https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/climate-change-and-health>

Pinto de Carvalho, Laís & Cornejo, Marcela (2018). Por una aproximación crítica al apego al lugar: una revisión en contextos de vulneración del derecho a una vivienda adecuada. *Athena Digital*, 18(3), e2004. <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.2004>

Poma, Alice (2019). Cambio climático y activismo ambiental: el papel de los apegos al lugar. Tla-Melaua. *Revista de Ciencias Sociales*, 13(46), 212-237. <http://www.apps.buap.mx/ojs3/index.php/tlamelaua/article/view/573/pdf>

Prior, Tim & Eriksen, Christine (2013). Wildfire preparedness, community cohesion and social-ecological systems. *Global Environmental Change*, 23(6), 1575-1586. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2013.09.016>

Proshansky, Harold, Fabian, Abbe, & Kaminoff, Robert (1983). Place- identity: physical world socialization of the self. *Journal of Environmental Psychology*, 3, 57-83. [https://doi.org/10.1016/S0272-4944\(83\)80021-8](https://doi.org/10.1016/S0272-4944(83)80021-8)

Razeto-Pavez, Alicia Cristina (2013). Potenciando el desarrollo local de comunidades afectadas por desastres = Promoting the local development of disaster-affected communities. *Revista INVI*. V., 28(7), 111-136. doi: 10.4067/S0718-83582013000100004

Ruiz, Cristina (2013), El apego al lugar en un entorno cambiante. *Estudios de Psicología: Studies in Psychology*, 34(3), 245-249. doi: 10.1174/021093913808295226

Sánchez, Alipio (2007). *Manual de Psicología Comunitaria: un enfoque integrado*. Ediciones Pirámide. ISBN: 978-84-368-2099-7 84-368-2099-1

Scannell, Leila & Gifford, Robert (2010). Defining place attachment: A tripartite organizing framework. *Journal of Environmental Psychology*, 30(1), 1-10. doi:10.1016/j.jenvp.2009.09.006

Scannell, Leila & Gifford, Robert (2017). The experienced psychological benefits of place attachment. *Journal of Environmental Psychology*, 51, 256-269. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2017.04.001>

Scopelliti, M. & Tiberio, L. (2010). Homesickness in university students: The role of multiple place attachment. *Environment and Behavior*, 42, 335-350. doi:10.1177/0013916510361872

Velásquez, Anibal Camargo & Sañudo, Jorge Palacio (2017). Apoyo social y sentido de comunidad en desplazados y damnificados en el departamento del Magdalena. *Duazary*, 14(1), 35-44. <http://dx.doi.org/10.21676/2389783X.1735>

Vidal, Ignacio Ramos (2014). La experiencia de múltiples sentidos de la comunidad. *Psicología Política*, 48, 47-67. <https://www.uv.es/garzon/psicologia%20politica/N48-3.pdf>

Vidal, Tomeu, Varela, Sergi, & Però, Maribel (2010). Place attachment, place identity and residential mobility in undergraduate students. *Psychology*, 1(3), 353-369. ISSN: 2171-1976

Willey, Rachel, Berman, Steven, Marsee, Mónica, Taylor, Leslie, Cannon, Melinda, & Weems, Carl (2011). Age Differences and Similarities in Identity Distress Following the Katrina Disaster: Theoretical and Applied Implications of Erikson’s Theory. *J Adult Dev*, 18, 184-191. doi:10.1007/s10804-011-9130

MÓNICA TATIANA PERDOMO PÉREZ

<https://orcid.org/0000-0002-1423-1366>

Profesora de tiempo completo de la Facultad de Humanidades, Artes y Ciencias Sociales de la Universidad de Ibagué, Colombia. Con estudios de maestría en psicología social y doctora en Psicología.

E-mail: tatiana.perdomo@unibague.edu.co

SARA ORJUELA GONZALEZ

<https://orcid.org/0000-0001-9926-998X>

Asesora regional del Semestre Paz y Región de la Universidad de Ibagué. Con estudios de maestría en intervención social y comunitaria.

E-mail: sara.orjuela@unibague.edu.co

Histórico	Submissão: 10/04/2021 Revisão: 18/10/2022 Aceite: 22/05/2024
Contribuição dos autores	Conceitualização: SJOG, MTPP Curadoria de dados: SJOG, MTPP Análise dos dados: SJOG Redação do manuscrito original: SJOG, MTPP Redação - revisão e edição: MTPP
Financiamento	Este artigo de pesquisa é o resultado do projeto de pesquisa intitulado Análise do senso de comunidade como promotor da resiliência da comunidade em habitantes de cidades em risco de desastres naturais com o código 18-553-INT financiado pela Universidad de Ibagué.
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	Este estudo teve o aval do comitê de ética da Universidad de Ibagué

EFEITOS DAS DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA URBANA PARA JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

EFFECTOS DE LA DINÁMICA DE LA VIOLENCIA URBANA EN LOS JÓVENES QUE CUMPLEN MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

EFFECTS OF URBAN VIOLENCE DYNAMICS ON YOUNG PEOPLE SERVING SOCIO-EDUCATIONAL MEASURES

Larissa Ferreira Nunes¹, Clara Oliveira Barreto Cavalcante¹, João Paulo Pereira Barros¹ e Tadeu Lucas de Lavor Filho^{1,2}

¹ Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil

² Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar os efeitos da dinâmica da violência urbana no cotidiano de jovens moradores da cidade de Fortaleza a quem se atribui o cometimento de ato infracional e estão em cumprimento de medidas socioeducativas. Utilizamos a cartografia como método de pesquisa-inter(in)venção. Fazemos uso de diários de campo, entrevistas narrativas e análise inspirada na própria cartografia. Os resultados e discussões apontam para a produção de trajetórias de vida em meio ao fogo cruzado entre a segurança pública e disputa de facções, de modo que jovens negros(as) e pobres estão sendo mais vitimados, bem como atualizações estruturais como machismo e sexismo nos mercados ilícitos que têm afetado o cotidiano de jovens. Concluímos que, a partir das narrativas dos adolescentes, a restrição de liberdade, o agravamento da violação de direitos sociais, morte à espreita e modos de subjetivação juvenil são os principais efeitos da violência aos seus cotidianos.

Palavras-chave: Adolescência; Violência urbana; Sexismo; Socioeducação; Cartografia.

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar los efectos de la dinámica de violencia urbana en la vida cotidiana de jóvenes residentes de la ciudad de Fortaleza a quienes se les atribuye la comisión de un delito y se encuentran cumpliendo medidas socioeducativas. Utilizamos la cartografía como método de investigación-inter(in)vencción. Hicimos uso de diarios de campo, entrevistas narrativas y análisis inspirados en la propia cartografía. Los resultados y discusiones señalan la producción de trayectorias de vida en medio del fuego cruzado entre la seguridad pública y las disputas entre facciones, por lo que los jóvenes negros y pobres están siendo más victimizados, así como actualizaciones estructurales como el machismo y el sexismo en los mercados ilícitos, que han afectado la vida cotidiana de los jóvenes. Concluimos que, a partir de las narrativas de los adolescentes, la restricción de la libertad, la agravación de la violación de los derechos sociales, la muerte al acecho y los modos de subjetivación juvenil son los principales efectos de la violencia en su vida cotidiana.

Palabras clave: Adolescencia; Violencia urbana; Sexismo; Socioeducación; Cartografía.

Abstract: The aim of this article is to analyze the effects of the dynamics of urban violence on the daily lives of young residents of the city of Fortaleza who are accused of committing a criminal act and are serving socio-educational measures. We used cartography as research-inter(in)vention method. We used field diaries, narrative interviews and analysis inspired by cartography itself. The results and discussions point to the production of life trajectories amidst the crossfire between public security and the dispute between criminal factions, so that poor black youth are being the most victimized, as well as to structural updates such as machismo and sexism in the illicit markets, which have affected the daily lives of young people. We conclude that, based on the narratives of adolescents, the restriction of freedom, the worsening of the violations of social rights, death in wait and the modes of juvenile subjectivation are the main effects of violence in their daily lives.

Keywords: Adolescence; Urban violence; Sexism; Socioeducation; Cartography.



Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar os efeitos da dinâmica da violência urbana no cotidiano de jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional e estão em cumprimento de medidas socioeducativas na cidade de Fortaleza. Para tanto, foram utilizados resultados de duas pesquisas de mestrado que enfocaram nas trajetórias de vida de adolescentes, na qual uma pesquisa teve como participantes adolescentes mulheres que cumpriam medida socioeducativa de meio fechado, e a segunda pesquisa foi com jovens homens que cumpriam Liberdade Assistida (LA) em um Centro de Referência de Assistência Social Especializado (CREAS), ambas instituições situadas em Fortaleza/CE. Por isso, ora apresentam informações sobre as adolescentes, ora sobre os jovens e ora sobre a percepção a análise de ambos diante da violência urbana na cidade e seus efeitos para suas vidas.

O nosso campo de problematização foram as dinâmicas da violência urbana na cidade de Fortaleza e seu entrelaçar com trajetórias adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, sejam meninas ou meninos. A noção de medida socioeducativa foi apontada inicialmente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069/90, e atualmente é gerida pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducacional (Sinase) a partir da Lei n. 12.594/2012. As medidas socioeducativas são ações destinadas a adolescentes que tenham cometido algum ato ilícito. Seu principal objetivo, conforme as legislações supracitadas, é promover a responsabilização do jovem, visando sua reintegração social e a prevenção de futuras infrações. Essas medidas focam na reabilitação, educação, prevenção da reincidência e proteção dos direitos do adolescente. Elas variam em gravidade e incluem opções como advertência, liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade e internação, sendo este último devendo ser associado em último caso.

Observa-se que o perfil dos/as socioeducados/as cearenses têm se repetido historicamente. É composto pessoas negras, sobretudo moradores de bairros periféricos, em que o índice de violência urbana e mortes por doenças sazonais são elevados, especialmente no que se refere ao número de homicídios de adolescentes e jovens pobres e negros, sendo estes as principais vítimas da violência letal no Ceará (Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2022).

Desse modo, conforme apresentam Barros, Nunes, Cavalcante e Sousa (2019), Ceará e sua capital, Fortaleza, são emblemas de uma necropolítica à brasileira, ou seja, exercícios de fazer morrer e deixar morrer específicos no Brasil. Para uma melhor compreensão dessa dinâmica da violência urbana se utiliza a noção de necropolítica para discutir de que modo é ficcionalizado esses sujeitos desimportantes. Postulada por Achille Mbembe (2017), a necropolítica se refere à transformação das estruturas de poder social, individual e político na gestão da vida e, sobretudo, da morte. Ela foi desenvolvida a partir de uma integração teórica com os conceitos de Michel Foucault (racismo de estado, biopolítica e governamentalidade), Giorgio Agamben (estado de exceção e estado de sítio) e Frantz Fanon (questão racial). Essa necropolítica tem operado de forma massiva nas expressões da necropolítica à brasileira, tais como a criminalização e homicídio de adolescentes e jovens pobres, pelo o encarceramento em massa e no aumento de assassinatos de mulheres nas dinâmicas da violência urbana, sobretudo adolescentes (Barros et al., 2019).

A realidade sobre o número elevado de homicídios no Ceará é reflexo do agravante da violência urbana, observado inclusive na região nordeste do Brasil nas últimas décadas, efeitos especialmente do encarceramento em massa, da política de guerra às drogas, da ficcionalização do inimigo e do recrudescimento de políticas punitivo penais em detrimento da redução de verbas públicas para políticas sociais, de prevenção à violência e sucateamento de políticas públicas que visam diminuir as desigualdades sociais (Barros et al., 2019). Facção criminosa é um

termo que se popularizou no Ceará para designar o crime organizado que disputa o mercado de drogas no Ceará. Essas facções trouxeram uma nova dinâmica da violência no Ceará. Até 2016, prevalecia no Ceará comandos em bairros marginalizados que se autointitulavam de gangues e fragmentavam simbolicamente Fortaleza por seus controles territoriais, o que ocasionou a instauração bélica dessas disputas em diferentes bairros da cidade e região metropolitana, conforme apontam Paiva (2019), Paiva e Freitas (2015), Paiva, Oliveira e Colaço (2019), Pinheiro (2018), Sá (2011), Sá e Aquino (2019), Sousa (2019).

Ainda a partir dessas literaturas supracitadas, esses conflitos territoriais impactam diretamente a vida dos e das jovens que residem em bairros que vivenciam essas disputas pelas facções criminosas. Tal disputa é, sobretudo, pelo mercado de tráfico de drogas, de armas e de novos ingressantes a esses agrupamentos como forma de fortalecer suas próprias organizações. Desse modo, destacamos uma categoria nativa “envolvido e envolvida”, produzida pelas mídias hegemônicas regionais e pela lógica militarista que impera nas políticas públicas de segurança no Governo do Estado do Ceará e da Prefeitura de Fortaleza. Esse enclausuramento narrativo do “envolvimento”, sobre o qual recai a pecha de envolvida e envolvido, aglutina trajetórias juvenis e os colocam como “metáforas da violência” (Sales, 2005).

Apesar da presença das facções, independente em que período estas se instalaram no Ceará, a situação da violência urbana já era preocupante, posto que desde os anos 2000 é possível perceber a diminuição orçamentária em políticas sociais, que visam diminuir as desigualdades e prevenir a violência urbana em bairros marginalizados, isso em detrimento do investimento financeiro e do fortalecimento de políticas de segurança pública ostensivas e militaristas (baseadas na figura de um inimigo a ser combatido), sobretudo com a criação de programas policiais que operam com abordagens perversas, operacionalizadas pelo racismo institucional e pelo encarceramento em massa de pessoas pretas e pobres e moradoras de bairros periféricos (Cavalcante et al., 2022; Gomes et al., 2020; Nunes, Sousa & Barros, 2023; Pinheiro, 2018, Soares et al., 2023; Sousa, 2019). Diante disso, norteamos esse artigo na seguinte problemática: Quais efeitos da dinâmica da violência urbana no cotidiano de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas na cidade de Fortaleza?

Partimos de articulações teóricas entre diferentes autores e autoras que se transversalizam em discussões sobre adolescência/juventudes, violência urbana e Psicologia Social locais, tais como João P. Barros e Veriana Colaço, que dialogam com essas questões e com aportes teóricos críticos à colonialidade, feministas e antirracistas (Barros et al., 2019; Lugones, 2014; Mbembe, 2016; Nunes, Sousa, & Barros, 2019; Passos & Carvalho, 2015; Sousa, 2019).

Os resultados mostram que transformações nas dinâmicas da violência urbana no Ceará, ligadas ao aumento de políticas punitivo-penais que intensificam a violação de direitos humanos, estigmatiza os jovens como perigosos. As narrativas destacam trajetórias marcadas por conflitos territoriais, em que a morte se torna uma constante e uma masculinidade hegemônica busca reconhecimento em um contexto de marginalização. O machismo e o sexismo nas facções subalternizam as mulheres, transformando seus corpos em objetos de disputa. As violências institucionais alimentam sentimentos de ódio e ressentimento, mas também surgem formas de resistência e reinvenção por meio da arte e da poesia.

Concluimos que essas reflexões são de grande valia para a Psicologia Social, possibilitando descolonizar o conhecimento ao fortalecer a promoção de alianças com os participantes da pesquisa, em específico, aos coletivos juvenis que enfrentam a violência nas periferias. Tal ação fortalece uma atuação ético-política na compreensão das complexidades da violência e da adolescência em contextos necropolíticos.

Metodologia

As pesquisas das quais derivam este artigo utilizaram a cartografia como método de pesquisa-inter(in)venção, em que esse “in” refere-se ao coengendramento entre intervenção, participação e invenção entre pesquisadoras e interlocutores/as (Passos, Kastrup, & Escóssia, 2010). Desse modo, são pesquisas-dispositivos que rompem com as lógicas separatistas e hierárquicas em busca de um plano coletivo de forças e de experiências compartilhadas em que os(as) jovens são produzidos e (os)as produzem (Passos et al., 2010). Como ferramentas de produção de dados, utilizou-se entrevista narrativa, diários de campo e atividades grupais.

Em relação à pesquisa com adolescentes e jovens do sexo masculino (pesquisa 1), foram realizadas entrevistas, acompanhamento, conversas no cotidiano e 12 oficinas grupais como estratégias metodológicas. A maioria dos participantes se encontrava em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), acompanhados por um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) de Fortaleza-CE, e estava na faixa etária de 15 a 18 anos. O critério de eleição dos adolescentes foi estarem sendo acompanhados pelo CREAS e participarem das oficinas grupais, sendo assim os jovens que foram entrevistados previamente participavam das oficinas. As oficinas de grupos foram transcritas em diário de campo. Os temas das oficinas eram sobre direitos humanos e questões das juventudes. Participavam dela não somente os jovens que cumpriam medida, mas familiares e companheiras que, às vezes, os acompanhavam nas oficinas temáticas, embora os entrevistados foram somente os que cumpriam medida no CREAS e que também participaram das entrevistas. Aqui no texto somente estão presentes Suarez, Igor, Iel, Emanuel e Marley que participaram somente das oficinas.

Quanto ao estudo com as adolescentes privadas de liberdade (pesquisa 2), o campo foi o único centro socioeducativo de privação de liberdade destinado a adolescentes e jovens mulheres do estado, por isso todas as medidas de meio fechado e de restrição de liberdade ocorrem na unidade. Ao todo, ocorreram 15 entrevistas com 10 adolescentes, já que cinco adolescentes finalizaram suas medidas socioeducativas antes do segundo encontro. Nesse segundo momento, a autoria levava alguns pontos elegidos a partir da análise da primeira entrevista, em geral, para contribuir para que as adolescentes falassem mais sobre assuntos que não foram bem descritos. Elas tinham entre 14 e 18 anos de idade, todas residiam em Fortaleza ou região metropolitana. O critério de inclusão foi participar do tráfico de drogas, já que há uma relação direta entre tráfico de drogas e inscrição destas nas facções criminosas, além de ser um dos atos ilícitos que mais tem levado adolescentes mulheres à medida socioeducativa em meio fechado (Nunes, 2020), visto que é um dos atos infracionais que mais corrobora para aplicação da medida socioeducativa no estado. O critério de exclusão foi não ter um responsável legal que autorizasse sua participação, para menores de idade, ou não terem tempo hábil para participarem das entrevistas, visto que algumas adolescentes dentro do perfil não se encontravam disponíveis diante das muitas atividades ou que aguardavam o resultado do juiz da vara de infância e juventude sobre a finalização da medida. Compõem esse artigo somente Chinesa, Lorin, Loirinha, Pérola e Marta.

Especificamente sobre o tipo de entrevista, ambas dissertações usaram o método de narrativa de história de vida, em que os/as participantes eram convidados/as a falarem abertamente sobre suas trajetórias. Essas entrevistas narrativas em sua condição de dispositivo inter(in)ventivo, visa acompanhar memórias, instantes de rupturas, ressignificações e mudanças que a narrativa pode possibilitar no plano coletivo de forças que produz seus modos de ser,

agir e estar no mundo (Passos, Kastrup, & Tedesco, 2014). Essas entrevistas foram transcritas e analisadas a partir dos pressupostos cartográficos (Barros & Barros, 2014). Aliada a essa perspectiva, tomamos as falas dos/as adolescentes como acontecimento-analisadores, inspiradas no conceito de analisador proposto por Lourau (1993) como ferramenta analítica que irrompem realidades cristalizadas, naturalizadas e institucionalizadas.

Ressaltamos que as dissertações respeitaram os preceitos das Resoluções n. 466/12 e 510/16 e foram aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Pareceres n. 3.398.368 e n. 3.398.916. Além disso, nossa discussão ética trata-se também da produção do conhecimento e de uma polifonia de outros territórios epistemológicos, uma psicologia social em alicerce com paradigma ético-estético-político e com as existências produzidas como matáveis. Todos os nomes que aqui serão apresentados são fictícios, nos quais alguns foram escolhidos pelos entrevistados/as e os demais pela autoria.

“Antes você podia andar em todo canto, agora não”: restrição de liberdade e agravamento da violação de direitos humanos

No ano de 2015 ainda nem existia facção, mas já estava começando, parece. Porque né, ele era de outro interior. Ai nesse interior dele já tava a pichação de PCC, na minha já era CV. Ai eu não era envolvido, mas por conta de eu ser das áreas tal e ele ser das áreas tal, o povo já considera envolvido. Ai como ele era das áreas do PCC e foi pra lá por causa de mim, todo mundo pensou que eu que tinha levado ele pro “cheiro do queijo” [significa algo ruim] (Lorin, 2019, entrevistada, pesquisa 2).

Iniciamos com o relato de Lorin sobre mudanças em seu cotidiano após o aparecimento de organizações criminosas advindas da região sudeste e norte para o Ceará. Segundo Lorin, aos poucos, as facções dominaram o tráfico local e impuseram regras nas comunidades em que encontra seus mercados, como proibir roubar no entorno da comunidade, “abaixe os vidros”, “tire o capacete” e “ligar os faróis”, são avisos presentes nos muros de diversas comunidades, devido às desconfiças de quem pode estar adentrando nesses espaços (Sousa, 2019). Como nos diz Emanuel em entrevista, “os muros falam, tá ligado, né? A galera fala que parede escuta, mas muro fala também, e tá lá, man, tudo três, tudo dois, abaixa o vidro, se liga?” (Emanuel, 2019, entrevistado, pesquisa 1).

Em período de “guerra” (disputa) territorial entre integrantes das facções, há relatos de interrupções de políticas sociais, educacionais e de saúde, “toque de recolher”, aumento expressivo de homicídios, de invasões territoriais, dentre outras. Caso as regras ou notificações como toque de recolher sejam desrespeitadas, represálias podem acontecer, tais como depredação de instituições, expulsar moradores do bairro ou mesmo o assassinato. Ambos participantes da pesquisa citaram como isso afeta a realidade de vida destes, impedindo até o próprio cumprimento da medida socioeducativa.

Segundo Marta (2019, entrevista, pesquisa 2), antes os conflitos armados e as relações de inimizade se restringiam à polícia ou entre as gangues que simbolicamente fragmentavam Fortaleza em busca de controle territorial; contudo, com o incremento dessa nova dinâmica, outras linhas compõem o novo dessa guerra informal entre facções contra facções e estas contra a polícia. Segundo ela, quando não se trata de integrantes de facções, são os policiais

que fazem rondas ostensivas onde moram, mas não tem certeza se alguma facção tem algum pacto com policiais, apesar de não descartar essa possibilidade.

Durante as oficinas com jovens em cumprimento de medida socioeducativa de meio aberto, surgiram alguns relatos sobre dificuldades de transitar pela cidade e até mesmo entre bairros adjacentes: Igor expressa a dificuldade de aproveitar atividades sociais devido ao temor constante: “*A gente não consegue mais nem se divertir, ir pra festas, com medo de matarem a gente*” (Igor, 2018, diário de campo, pesquisa 1). Na entrevista, ele retomou esse assunto, o que mostra como isso o afeta, finalizando com a seguinte frase: “*A gente sai e não sabe se volta*” (Igor, 2019, entrevistado, pesquisa 1). Esses relatos destacam como a violência permeia aspectos cotidianos e limita a liberdade de movimento, refletindo um estado de medo constante e a falta de segurança em espaços públicos.

O próprio cumprimento da medida se encontra fragilizado diante dessa realidade, assim como no caso de Marley (2018, diário de campo, pesquisa 1), que faltou em algumas oficinas, ou de Chinesa (2019, entrevistada, pesquisa 2), que cumpria MSE de semiliberdade e encontra dificuldades de sair nos finais de semana: “*eu não posso nem tá andando de ônibus... que armaria, passa em tanto canto que era eles, que eles podiam muito bem me arrastar de dentro do ônibus pra me matar, né*” (Chinesa, 2019, entrevistada, pesquisa 2).

Por essas tensões cotidianas, relata Iel, muitas pessoas que praticam ou não o tráfico de drogas preferem ficar em seus bairros do que andar pela cidade, mesmo com o risco de morte, em suas palavras: “*eu deixei de andar em vários canto, ... Dois amigo meu já morreu, eu já deixei de andar ali, porque os caras souberam que eu era amigo deles, entendeu? E podia pensar que eu tava armando pra eles, monitorando, na pracinha, pra pegar eles no flagrá*” (Iel, 2018, diário de campo, pesquisa 1).

É importante ressaltarmos que essas facções também podem fazer alianças entre elas quando lhe convém, como o período de pacificação entre 2015 a 2016, que inclusive o número de homicídio de jovens reduziu, e também a do começo do ano de 2019. A primeira aliança entre as facções foi feita para permitir que elas estabelecessem seus mercados ilegais em territórios que já dominavam e também para retirar das antigas gangues o monopólio do tráfico local, o PCC e GDE se aliaram contra a FDN e o CV, até o fim desse pacto de trégua que culminou em um dos períodos com maior número de mortes no Ceará. Já na segunda aliança, PCC, CV e GDE (facções que se encontravam presentes em 2019 no Ceará), se uniram contra o Governo do Estado do Ceará. Essas alianças e intrigas, agora renovadas, ocasionam diferentes efeitos para adolescentes e jovens, como a alternância entre amizade e inimizade, a construção e rompimento de relacionamentos amorosos, trocas de facções em resposta a mudanças no comando territorial após a quebra de alianças, além da exacerbação do ódio e do número de assassinatos diante das “quebras da paz”, especialmente em contextos de retaliação.

Conforme analisam Barros et al. (2019), o Estado é também um agente perpetuador da violência, o qual combate os problemas e as desigualdades sociais gerando mais violência por meio de políticas punitivo-penais, de extermínio e com o encarceramento em massa. Tomamos a discussão de Sayak Valencia (2010) acerca das práticas de governo e da atuação dos narcotraficantes no México, a qual se assemelha à situação cearense. Inspirados na perspectiva da autora, a gênese da violência e o “crime” organizado seja produzida pelo Estado, sobretudo pela violência institucional ou pelas facções, são sustentadas pela ordem masculinista hegemônica que são produzidas pelo sistema capitalista contemporâneo.

A ausência do Estado social, a presença do Estado punitivo, o baixo investimento em políticas sociais que visam diminuir as desigualdades, o militarismo e a produção de “zonas de morte” são expressões da presença do capitalismo *gore* (Valencia, 2010). O capitalismo *gore* foi proposto por Sayak Valencia (2010) para analisar uma variante do capitalismo reescrito pelo

narcotráfico e pela necropolítica, exercida ou não pelo Estado, em que os conflitos são marcados pelo exacerbamento de sangue. Esse capitalismo funda subjetividades *gore* de sujeitos *endriagas* nas relações de poder, saber e subjetivação do necromercado, ou necroeconomia, como nos diz Mbembe (2017). Valencia (2010) explora como, no contexto do capitalismo *gore*, a violência se torna uma ferramenta essencial para a construção da identidade e a afirmação pessoal. Segundo essa autora, o capitalismo *gore* é sustentado por práticas capitalistas que promovem a violência como parte do necroempoderamento e da necroeconomia. Essas práticas transformam contextos de vulnerabilidade e subalternidade em oportunidades para auto poder e afirmação, especialmente no contexto masculinista. A “subjetivação *gore*” descreve como a violência e a brutalidade são usadas para construir valor pessoal, enquanto o “sujeito *endriago*” é aquele que utiliza a violência como meio de expressão e poder. Assim, a violência não só é normalizada, mas também central para a construção da identidade no capitalismo extremo.

A narrativa do(a) “envolvido(a)”, por exemplo, é fruto dessa política belicista que tem se fortalecido no Brasil, àqueles(as) a quem recai a pecha do envolvimento são destituídos de valor, suas vidas se tornam estatísticas no extermínio de jovens e suas mortes geram pouca ou nenhuma comoção pública (Barros et al., 2019). Essa ficcionalização do inimigo permite que o Estado necroneoliberal atue sob o regime da necropolítica (Mbembe, 2017). Contudo, o poder de gerir a vida e a morte, com o avanço do modelo capitalista e sua lógica sacrificial, de regimes de visibilidade, sujeição de corpos morríveis e matáveis, possibilitou que outros sujeitos exercessem expressões da necropolítica existentes nas guerras informais. Para Valencia (2010), é nesse tipo de sociedade que a necropolítica passa a ser exercida por sujeitos/instituições que performatizam certos comportamentos e atitudes vistos como masculinistas nessas dinâmicas bélicas.

“É estranho a pessoa saber que a qualquer hora pode morrer”: morte à espreita e seus efeitos nos modos de subjetivação de juventudes ditas “envolvidas”

Depois de finalizadas as oficinas grupais no CREAS, Alan, um dos jovens participantes de facções, foi assassinado. Segundo nos contaram as profissionais do equipamento, Alan finalizara a medida, ia iniciar o curso de cabeleireiro, mas foi vítima de homicídio ao cometer roubo em outro território, de acordo com o relato de sua mãe. A sensação de que suas vidas podem ser interrompidas abruptamente é constante para esses jovens, que expressam em suas narrativas produções de subjetividade em relação à morte como possibilidade próxima, fazendo com que haja uma necessidade de viver intensamente, como nos diz Marta (2019, entrevistada, pesquisa 2).

Para a Oficina sobre Violência Institucional, levamos a música “*O que vejo*” do grupo Ponte de Equilíbrio e questionamos os participantes acerca do que mais lhes chamou a atenção na letra. Marley (2018, diário de campo, pesquisa 1) citou a frase “irmão mata irmão”, dizendo identificá-la com a realidade em que vive, o que nos atenta para o modo corriqueiro e cotidiano em que os homicídios ocorrem em suas localidades. Suarez (2018, entrevistado, pesquisa 1), outro participante do grupo, nos conta em entrevista como se deu sua chegada na Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA). Ele e um amigo estavam assaltando um ônibus, quando o motorista sacou uma arma, deu um tiro que acertou o amigo e os passageiros começaram a linchar os dois. Suarez foi levado à DCA, enquanto o amigo foi para o hospital, e, após informar seus dados na instituição, a sensação que teve ao saber da morte de seu amigo foi esta, segundo seu relato em entrevista:

naquela hora, sei lá, é como se o mundo tivesse caído em cima de mim, sabe, aí eu pensei “agora eu vou carregar a culpa sozinho, agora eu vou carregar a culpa todinha” porque querendo ou não, eu tinha uma parte da culpa, porque eu fui até a casa dele, entendeu, eu dei a corda, quando ele puxou, eu dei mais corda, entendeu? ... Aí eu “olha aí, né, man, o que foi acontecer” porque quem era pra ter morrido era eu. Se era pra ter morrido alguém, era eu, mas... sei não, Deus sabe todas as coisas (Suarez, 2018, entrevistado, pesquisa 1).

Suarez (2018, entrevistado, pesquisa 1) se sente culpado pela morte do amigo, argumentando que ele era quem deveria ter morrido. Uma condição de descartabilidade é incorporada, e a morte se torna uma possibilidade tanto para esses jovens quanto para as pessoas que estão em seu entorno. Suarez nos conta ainda que o policial lhe diz *“é, agora não adianta mais lamentar não, agora ele tá no céu dos vetin”*. *Falou desse jeito, o policial* (Suarez, 2018, entrevistado, pesquisa 1). O policial “brinca” com a morte do amigo de Suarez em meio à sua dor e ao seu aturdimento.

Mbembe (2017) aponta, dentro do que ele denomina de “sociedade da inimizade”, a produção de uma política que separa os cidadãos entre “semelhantes” e “não semelhantes”, baseando-se no combate ao inimigo. Este fenômeno tem em si o fator racial como constituinte fundamental, como uma atualização de relações colonialistas que tornam seres humanos descartáveis e aniquiláveis (Mbembe, 2017). De acordo com Misse (2015), a produção do inimigo desumaniza corpos, cujo extermínio se torna, assim, banalizado e justificado. Ao pensarmos junto à Mbembe (2017) sobre a ficcionalização do inimigo, produzindo assim jovens negro e pobres como inimigos internos, uma atualização de lógicas coloniais.

O efeito psicossocial da violência armada que paira no Ceará tem produzido modos de viver acuados em decorrência do medo e sensação de insegurança (Passos & Carvalho, 2015). *“Tenho que viver assim. Eu ando na rua olhando prum lado e pro outro. Eu morro de medo”* (Duda, 2019, entrevistada), *“Minha vida é muito difícil lá fora”* (Pérola, 2019, entrevistada, pesquisa 2), *“Já disseram que quando eu sair daqui, vão me matar”* (Loirinha, 2019, entrevistada, pesquisa 2).

Assim como Suarez (2018, entrevistado, pesquisa 1), Pérola (2019, entrevistada, pesquisa 2) “escapou da morte”, como ela diz, várias vezes. Nos conta em entrevista que já foi sequestrada por integrantes do PCC. Na época, seu pai fazia parte do Conselho do PCC e, quando recebeu o vídeo de sua filha, intercedeu por vida e posteriormente assassinou os sequestradores. Em um segundo momento da entrevista, Pérola (2019, entrevistada, pesquisa 2) nos falava sobre as chacinas que têm acontecido na cidade, declarando que o ciclo de vingança tem provocado elevados índices de homicídios com invasões e assassinatos simultâneos e em curto período de tempo. Sobre essa lógica, Igor também nos afirma: *“Que é que nem aquela frase, né? Guerra só traz guerra! O pessoal mata aí quer vingança, aí vai e mata. Aí o outro quer vingança, aí vai lá e mata. Aí assim vai morrendo todo mundo”* (Igor, 2018, entrevistado, pesquisa 1).

Dessa forma, surgem modos de subjetivação marcados pela sensação de uma morte iminente e pela percepção de que a vida pode ser abruptamente interrompida a qualquer momento. Os participantes da pesquisa 1, como Igor, expressam como os homicídios impactam profundamente suas emoções: *“Deixa a gente triste”* (Igor, 2018, diário de campo, pesquisa 1). Igor também reflete sobre a fragilidade da vida ao pensar: *“Vixe, má, se eu tivesse lá eu taria morto uma hora dessa”* (Igor, 2018, diário de campo, pesquisa 1). Além disso, o relato de Emanuel (2018, entrevistado, pesquisa 1), que expressa surpresa por ter completado 17 anos, destaca não apenas essa sensação de vida curta, mas também a percepção de que as oportunidades e possibilidades são extremamente limitadas.

tanto que quando eu fiz 17 eu comemorei, assim “caralho, eu fiz 17 ano! Caralho, eu tô vivão”. Porque a maioria da galera que eu tinha contato e tal, vínculo, ou a galera morria ou a galera matava aos 16 ano, aí quando eu fiz 17 ano, man, tipo, eu me escondia pra fazer 17 ano, se liga? E... só que assim que eu fiz 17 ano eu fui preso, se liga? Aí eu “caralho, man” (Emanuel, 2019, entrevistado, pesquisa 1).

Dialogando com Agamben (2007), as favelas, assentamentos precários, prisões e instituições de privação de liberdade podem ser encaradas como campos de concentração habitados por uma atualização do *homo sacer* (isto é, a figura do(a) jovem da periferia), considerados(as) descartáveis, não merecendo viver. A ideia de “*homo sacer*”, de Giorgio Agamben (2007), descreve a “vida nua” como a existência básica sem dignidade política ou social. Ele destaca que essa condição se refere a grupos excluídos da participação política como mulheres, crianças e escravos, que são considerados vidas sem valor além da sua anatomia. No contexto do “*homo sacer*” da Roma antiga, essas vidas poderiam ser sacrificadas aos deuses sem que sua morte fosse considerada homicídio, ilustrando uma forma extrema de marginalização e desproteção. De tal maneira, é possível observar que esses(as) jovens são tidos como sem valor, descartáveis e sem lamentação diante de suas mortes.

Questões de gênero e violência urbana: masculinidades e subordinação de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa

Retomamos aqui a Sayak Valencia (2010) para analisar o entrecruzamento do gênero, violência e produção de subjetividade. Chinesa (2019, entrevistada, pesquisa 2), adolescente que cumpria medida de semiliberdade, anteriormente quase foi apreendida por ainda menor de 18 anos visitar seu companheiro e levar o celular que havia acabado de ganhar para ele. As adolescentes são objetificadas e utilizadas como “iscas” para armadilhas contra jovens de facções rivais. As mães também entram nesse processo, pois com medo de represálias dentro das prisões, levam para seus filhos drogas e equipamentos eletrônicos, relatam-nos as adolescentes.

Duas perspectivas são apresentadas, para Iel, os rapazes são ludibriados com as mulheres perigosas “*o cara encantado, porque mulher é bicho ruim, né, também, mulher é bicho ruim mermo, seduz o cara mesmo, entendeu? Por isso que hoje morre muita gente, por causa de amor e por causa de curiosidade, entendeu?*” (Iel, 2019, entrevistado, pesquisa 1). Enquanto na perspectiva das meninas, elas acabam estando em um processo de hipervisibilização, atuam nessas armadilhas por respeito e afeto à “camisa” (respeito e submissão à facção), em contrapartida são marcadas e “decretadas” (divulgação de fotos em redes sociais solicitando a morte da adolescente) pelas facções rivais. Essa construção binária de gênero permeia as subjetividades, homens são fabricados como agressivos, viris e detentores do poder, enquanto mulheres são dóceis, frágeis, mas que aplicam o papel da “sedução” e do perigo (Saffioti, 2004).

A construção hierárquica de gênero coloca historicamente o feminino como subjugado ao masculino, essa subalternização também ocorre nos mercados ilegais, em que as mulheres exercem funções mais precarizadas, ganham menos dinheiro e reconhecimento, ou são reconhecidas a partir de seus parceiros, serem “laranjas” (assumiram um ato que não cometeram para acobertar outra pessoa) de um jovem homem maior de idade, além de atuarem no tráfico em funções que as colocam em posição mais próxima do conflito policial, como buscar e levar mercadoria para diferentes lugares, inclusive às prisões.

Além disso, observamos que em casos de assassinatos de adolescentes, elas são encontradas decapitadas, com filmagens de torturas divulgadas em redes sociais, essas com traços sexistas e com requintes de crueldade, com cortes de seios, cabelos e sobrancelhas. Infelizmente, temos tido sistematicamente aumento de mortes de adolescentes e jovens mulheres no Ceará (Sousa, Nunes, & Barros, 2020).

Na leitura de Valencia (2010), regulações de gênero, a imposição do capitalismo e sua forma de exploração-dominação baseado no projeto modernidade/colonialidade, transformam o corpo e a vida em ferramentas de riqueza e manutenção do capitalismo *gore*, o qual, por sua vez, perpetuam subjetividades *endriagas* como temos visto nas ações brutais de assassinatos de adolescentes e jovens mulheres no Ceará. A forma como adolescentes e jovens mulheres têm sido torturadas e assassinadas no Ceará são emblemas dessa performatividade masculinista, assim como constata Rita Segato (2014) sobre as brutalidades praticadas contras corpos/existências feminizadas em Ciudad de Juárez, em que a morte tem uma função instrumental e expressiva de posse e poder. Os feminicídios, ainda na perspectiva da autora, são efeitos/dejetos do processo de guerra - informal - entre homens antagonistas. O decreto e a forma como ele ocorre serve-nos para embasar esse tese, posto que a postagem de fotos de meninas ligadas a uma facção ou a um jovem que faz parte de uma, é divulgada massivamente com apelidos pejorativos e sexistas, solicitando a sua morte, e depois, quando ocorre, os vídeos da tortura seguida de morte é também divulgado com fins de chegar à facção a qual a adolescente está ligada para desestruturar tal coletivo criminoso e também expressar maior força e poder que seus antagonistas.

Essa hipótese também se baseia na análise das narrativas dos jovens, posto que demonstraram uma procura por reconhecimento e visibilidade através de uma masculinidade fundamentada na violência, na fantasia do másculo viril, corajoso e forte. Na análise de Sousa et al. (2020), uma destas formas de autoafirmação tem sido a tortura seguida de assassinato com adolescentes e jovens mulheres nas tramas da violência urbana na cidade. Entretanto, outras performances são encontradas pelos jovens para ganhar esse destaque, como dito por Igor quando perguntarmos sua opinião sobre o que motivaria jovens a entrarem em facções, ele nos responde “*Dinheiro, fama também, né? ... Gente que mata muita gente, ou é traficante, alguma coisa assim, mas é uma coisa medonha. Onde você chegar, ser falado ... Esse aí matou num sei que ... Esse aí é traficante*” (Igor, 2018, entrevistado, pesquisa 1).

Dessa forma, há então uma imposição de “respeito”, “consideração”, “moral” por meio do medo. A condição de (in)visibilidade perversa (Sales, 2005) se torna uma possibilidade de ser reconhecido de “tornar-se alguém”. Podemos relacionar “tornar-se alguém”, por sua vez, com um elemento constituinte do capitalismo *gore*: construção binária de gênero sujeita à ordem masculina hegemônica (Valência, 2010). Dialogando com este pensamento, podemos trazer Saffioti (2004) associando a violência no Brasil à ordem de gênero que é aqui reproduzida. Os homens seriam, desde cedo, mais autorizados à agressividade e violência são ferramentas de controle social e domínio, vivenciando contato próximo com padrões de masculinidades baseados na virilidade. Nessa fantasia de virilidade, a disposição de matar e morrer se dá pela lógica da guerra. Seria então o *ethos* do guerreiro que propõe uma dimensão de masculinidade a qual os jovens buscam o poder e o domínio do outro, conforme aponta Igor em entrevista: “*O pessoal mata aí quer vingança, aí vai e mata. Aí o outro quer vingança, aí vai lá e mata. Aí assim vai morrendo todo mundo*” (Igor, 2018, entrevistado, pesquisa 1).

Instala-se, assim, um “concurso de horrores”, uma competição, aberta e pública, de qual facção “barbariza” mais (Sousa, 2019, p. 116). Não exclusiva de facções, policiais também performam machismo, heteronormativismo e violência para impor medo e aniquilar inimigos.

Algo que também foi visto com as adolescentes, as quais utilizavam-se de comportamentos mais agressivos para se imporem nas facções, inclusive para manter ativo seus pontos de venda de droga como no caso de Pérola, que vez por outra tinha que punir de forma severa os devedores. São comportamentos que de modo geral são utilizados para manter um certo respeito diante dos demais, algo que é natural para a figura do homem. Entretanto, não foi mencionado pelos adolescentes de forma direta uma relação com essa masculinidade hegemônica e a forma brutalizada com que adolescentes e jovens mulheres têm sido torturadas e assassinadas, apesar de que tal relação analítica pode ser feita a partir das narrativas das meninas.

A manifestação da violência realizada contra corpos feminizados (aqui entram sujeitos que são atravessados pelo feminino como gays afeminados, travestis e transexuais) aponta para uma dinamização e uma certa performatividade de gênero que insufla novas formas de ataques aos corpos femininos vistos como territórios de disputas de jogos masculinistas (Segato, 2014). Portanto, o corpo/existência tida como feminina, sobretudo mulheres negras (perfil que mais tem sido vitimado) são territórios de disputas e de performances masculinistas de subjetividades *endriagas*.

Nesse sentido, essa subjetividade é ancorada em uma forma hegemônica de exercer a masculinidade, interioriza elementos estruturais do capitalismo cishéteropatriarcal, o qual se legitima por meio da violência exercida em corpos destituídos de humanidade, ou seja, àqueles que não são homens, cisgênero, hétero, branco, burguês e vivente em uma localização geográfica bem vista. Essa hipermasculinidade estimulada nas facções encontra espaço para colocar em prática o sexismo e misoginia em torturas e assassinatos de corpos femininos e genderizados. Além disso, essa lógica também perpetua em instituições sociais, como no caso da polícia, em que traços misóginos ou sexualização do fetiche da lésbica são vistos em operações policiais. Seja o pai do filho da Paul que é policial e bate sempre que a vê, ou nas invasões policiais na casa de Chinesa, em que os policiais pediam para levantar a roupa como se nos seios pudessem encontrar drogas, ou em pedir para que ela beijasse sua amiga na frente deles. Quando não, como relata Lorin, a violência física causada pelos policiais, sobretudo em adolescentes que “fogem” do estereótipo feminino e são lidas como “cabrões”, é mais drástica. Como diz em entrevista, “*parece que eles batem com mais força*” (Lorin, 2019, entrevistada, pesquisa 2).

Considerações finais

Apontamos ao longo do texto alguns efeitos da dinâmica da violência urbana nos cotidianos de jovens homens e mulheres que estão em cumprimento de medidas socioeducativas, sobre os quais recai a pecha de envolvimento e são vistos como algozes da violência no Ceará. Foram identificadas as transformações nas dinâmicas da violência urbana no Ceará junto ao aumento de políticas punitivo-penais e do agravamento da violação de direitos e seus respectivos efeitos nos cotidianos dos/as participantes, contribuindo assim para ampliação da violação de direitos humanos e o cancelamento destes jovens como perigosos e passíveis de morte. Além disso, enfocamos na discussão da produção de trajetórias de vida em meio ao fogo cruzado, a disputa territorial e de poder entre facções criminosas e estas contra o Estado, e a morte como uma sina, sempre à espreita desses corpos descartáveis. Tais condições perversas em torno da vida desses/as jovens contribuem para que estes tenham pouca perspectiva de futuro e ânsia de aproveitamento da vida antes de serem vitimados/as nas tramas da violência. Por fim, problematizamos a presença marcante e estrutural do machismo e sexismo nas tramas da

violência urbana, sobretudo nos *modus operandi* de facções criminosas que disputam o mercado de tráfico de drogas no Estado.

A partir das narrativas destes observamos a restrição de liberdade de sujeitos que vivem nas periferias de Fortaleza, o agravamento da violação de direitos sociais, a morte à espreita e modos de subjetivação juvenil como principais achados. Sendo este último, modos de subjetivação, pautados pela dinâmica neoliberal, do hiperconsumo e do capitalismo *gore*, corroborando para que esses adolescentes busquem reconhecimento e visibilidade fundamentados em uma masculinidade hegemônica, a partir de estratégias de imposição de medo para conseguir respeito e consideração dos demais e ao tornarem as mulheres como palco de disputas de suas lógicas bélicas e masculinistas.

Por fim, produzir tensionamentos acerca dos contextos de violência permanece sendo um campo de reflexões para a Psicologia Social, visto que os efeitos que levam ao adoecimento, a dificuldade de pensar no futuro com a iminência da morte, destituídas de humanidade que tornam suas vidas supérfluas, dentre outras questões, são dimensões macroestruturais que dificultam o fazer da Psicologia em contextos de violências. Esperamos que as pesquisas relatadas neste artigo não somente denunciem essas estruturas bionecropolíticas, como também possibilite fomentar uma visão crítica da necessidade de ouvir essas vozes e buscar alianças com os coletivos juvenis que pautem a violência nas periferias, como coletivos artísticos que atuaram em parceria em algumas atividades grupais. Sendo assim, é necessário disputar narrativas e campos epistemológicos que corroboram para uma atuação ético-política na Psicologia que problematiza adolescências, violências e socioeducação.

Notas finais

1 A expressão “Céu dos vetin”, como nomeou o policial, parece ser, segundo ele, um local para onde certos sujeitos iriam, “os envolvidos”.

Referências

- Agamben, G. (2007). *Estado de exceção: homo sacer*. Boitempo.
- Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (2022). *Nota técnica 01/2022*: Painel digital de informações facilita o monitoramento dos dados sobre homicídios no Ceará. Autor. <https://cadavidaimporta.com.br/news/painel-digital-para-consulta-de-dados-sobre-homicidios-no-ceara-e-em-cada-um-dos-184-municipios-do-estado/>
- Barros, L. M. R., & Barros, M. E. (2014). Pista da análise: o problema da análise em pesquisa cartográfica. In E. Passos, V. Kastrup, & S. Tedesco (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum* (pp. 92-127). Sulina.
- Barros, J. P. P., Nunes, L. F., Cavalcante, C. O. B., & Sousa, I. S. (2019). Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. *Revista Psicologia Política*, 19(46), 475-488. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300008
- Cavalcante, L. F., Nunes, L. F., Gomes, C. J. A., Alvez, I. S., & Barros, J. P. P. (2022). Efeitos psicossociais da violência armada no cotidiano de estudantes de uma escola pública da periferia de Fortaleza. *Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências*, 5(1), 26-44. <https://riec.univs.edu.br/index.php/riec/article/view/243/185>
- Gomes, C. J. A., Cavalcante, C. O. B., Barros, J. P. P., Nunes, L. F., & Alencar, F. A. B. (2020). Histórias desmedidas: reflexões sobre experiências de extensão com jovens (in)visibilizados. *Extensão em Ação*, 19(1), 41-52. <https://www.periodicos.ufc.br/extensaoemacao/article/view/40240>
- Lourau, R. (1993). *A análise institucional e práticas de pesquisa*. UERJ.
- Lugones, M. (2014). Colonialidad Y género: hacia un feminismo descolonial. In W. Mignolo et al. (Orgs.), *Género y descolonialidad* (pp. 13-42). Del Signo.
- Mbeme, A. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*. 1(32), 123-151. <https://doi.org/10.60001/ae.n32.p122%20-%20151>
- Mbembe, A. (2017). *Políticas de inimizade*. Antígona.
- Misse, M. (2015). Sujeição criminal: quando o crime constitui o ser do sujeito. In P. Birman, M. P. L. Leite, C. Machado, & S. Sá Carneiro (Orgs.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências* (pp. 77-92). Editora FGV.
- Nunes, L. F. (2020). *“Quando eu vi, tava envolvida”*: atravessamentos da violência urbana nas trajetórias de adolescentes privadas de liberdade [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE].
- Nunes, L. F., Sousa, I. S., & Barros, J. P. P. (2023). Narrativas de adolescentes sobre morte de meninas nas dinâmicas da violência no Ceará. *Revista Estudos Feministas*, 31(2), 1-12. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n285698>
- Paiva, L. (2019). “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. *Cadernos CRH*, 32(85), 165-184. <https://doi.org/10.1590/s0103-49792019000200001>
- Paiva, L. F., & Freitas, G. J. (2015). Ecos da violência nas margens de uma sociedade democrática: o caso da periferia de Fortaleza. *Sociedade e Cultura*, 18(2), 115-128.
- Paiva, I., Oliveira, M. C., & Colaço, V. (2019). Adolescentes em conflito com a lei: entre o prescrito legal e a prática social. In V. Colaço, I. Germano, L. Miranda, & J. P. P. Barros (Orgs.), *Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos* (pp. 177-208). Expressão Editora.
- Passos, L. M., & Carvalho, A. M. P. (2015). Medo e insegurança nas margens urbanas: uma interpretação do “viver acuado” em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim. *O público e o privado*, 26, 233-259. <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2488>

- Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L.** (2010). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Sulina.
- Passos, E., Kastrup, V., & Tedesco, S.** (2014). *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. Sulina.
- Pinheiro, J.** (2018). *Juventudes e violência urbana: trajetória de sujeitos em cumprimento de medida socioeducativa na cidade de Fortaleza* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE].
- Sá, L.** (2011). A condição de ‘bichão da favela’ e a busca por ‘consideração’: uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 4(2), 339-355.
- Sá, L. & Aquino, J. P. D.** (2019). A “guerra das facções” no Ceará (2013-2018): Socialidade armada e disposição viril para matar ou morrer. In *Anais do 42º Encontro Anual da Anpocs*. <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt35-10/11420-a-guerra-das-faccoes-no-ceara-2013-2018-socialidade-armada-e-disposicao-viril-para-matar-ou-morrer/file>
- Sales, M.** (2005). *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência* [Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP].
- Saffioti, H.** (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. Editora Fundação Perseu Abramo.
- Segato, R. L.** (2014.). Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. *Sociedade e Estado*, 29(2), 341-371. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200003>
- Soares, M. R. N., Miranda, L. L., Lavor Filho, T., Nunes, L. F., & Costa, E. A. G. A.** (2023). “A violência bate em mim primeiro?”: Oficinas nas escolas públicas de Fortaleza. *Psicologia Argumento (PUCPR. Online)*, 41(112), 2939-2960. <https://doi.org/10.7213/psicolargum.41.112.AO11>
- Sousa, M. J. S. S.** (2019) *As peculiaridades da violência no Ceará: aventuras e maneiras de fazer o crime* [Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE].
- Sousa, I. S., Nunes, L. F., & Barros, J. P. P.** (2020). Interseccionalidade, femi-geno-cídio e necropolítica: morte de mulheres nas dinâmicas da violência no Ceará. *Psicologia Política*, 20(48), 370-384. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000200009
- Valencia, S.**(2010). *Capitalismo gore*. Melusina.

LARISSA FERREIRA NUNES

<https://orcid.org/0000-0001-5384-0896>

Doutora em Psicologia (Universidade Federal do Ceará).

E-mail: larissafnpsico@gmail.com

CLARA OLIVEIRA BARRETO CAVALCANTE

<https://orcid.org/0000-0002-4610-5014>

Mestre em Psicologia (Universidade Federal do Ceará).

E-mail: clara.oliveira0305@gmail.com

JOÃO PAULO PEREIRA BARROS

<https://orcid.org/0000-0001-7680-576X>

Doutor em Educação (Universidade Federal do Ceará).

E-mail: joaopaulobarros07@gmail.com

TADEU LUCAS DE LAVOR FILHO

<https://orcid.org/0000-0003-2687-1894>

Doutor em Psicologia (Universidade Federal do Ceará).

E-mail: tadeulucaslf@gmail.com

Histórico	Submissão: 21/07/2022 Revisão: 25/09/2024 Aceite: 30/09/2024
Contribuição dos autores	Conceitualização: LFN, JPPB, TLLF e COBC Curadoria de dados: LFN, COBC e PPB Análise dos dados: LFN, JPPB e COBC Redação do manuscrito original: LFN, COBC, JPPB e TLLF Redação - revisão e edição: LFN e TLLF
Financiamento	LFN – Instituição financiadora: FUNCAP, seleção interna de bolsa de Pós-Graduação, Edital 04/2018 COBC – Instituição financiadora: CAPES, seleção interna de bolsa de Pós-Graduação, Edital 04/2018 TLLF – Instituição financiadora: FUNCAP, seleção interna de bolsa de Pós-Graduação, Edital 04/2018 JPPB – Bolsista PQ, Edital Chamada CNPQ nº 40/2022
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	Os estudos foram aprovados pelo Comitê de ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, sob os Pareceres n. 3.398.368 e n. 3.398.916

UNMET NEEDS OF LESBIAN WOMEN IN BREAST CANCER TREATMENT

NECESSIDADES NÃO ATENDIDAS DE MULHERES LÉSBICAS NO TRATAMENTO DO CÂNCER DE MAMA

NECESIDADES INSATISFECHAS DE LAS MUJERES LESBIANAS EN EL TRATAMIENTO DEL CÁNCER DE MAMA

Carolina de Souza e Manoel Antônio dos Santos

¹ Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP, Brasil

Abstract: Women whose sexuality deviate from the heteronormative standard, such as lesbians and bisexuals, go unnoticed by health services. This study aims to describe the experiences of discrimination suffered by a lesbian woman with breast cancer and her partner during their oncological treatment journey. A qualitative case study based on in-depth interviews was conducted with two lesbian spouses. Thematic analysis allowed the construction of thematic axes. The results showed that the vulnerability process of the spouses was amplified by the need to defend themselves against constant attacks on their identities. The invisibility and discrimination of lesbian women in the oncology care network has contributed to multiplying the unmet health needs, worsening the already tenuous link with health professionals. Addressing the disparities experienced by lesbian women in health services is a challenge for the effective implementation of the human rights agenda.

Keywords: Lesbian women; Breast neoplasms; Health services; Professional-patient relations.

Resumo: Mulheres cujas sexualidades divergem do padrão heteronormativo, como lésbicas e bissexuais, passam despercebidas pelos serviços de saúde. Este estudo objetiva descrever as experiências de discriminação sofridas por uma mulher lésbica com câncer de mama e sua parceira no itinerário do tratamento oncológico. Um estudo de caso foi conduzido sob abordagem qualitativa baseada em entrevistas em profundidade com um casal de lésbicas. A análise temática permitiu a construção de eixos temáticos. Os resultados mostraram que o processo de vulnerabilização do casal foi amplificado pela necessidade de se defenderem dos constantes ataques a suas identidades. A invisibilização e discriminação das mulheres lésbicas na rede de atenção oncológica contribuiu para multiplicar as necessidades de saúde não satisfeitas, agravando o vínculo já tênue com os profissionais de saúde. Confrontar as disparidades experimentadas pelas mulheres lésbicas nos serviços de saúde é um desafio para a implementação efetiva da agenda dos direitos humanos.

Palavras-chave: Mulheres lésbicas; Neoplasias da mama; Serviços de saúde; Relações profissional-paciente.

Resumen: Las mujeres cuyas sexualidades divergen del estándar heteronormativo, como lesbianas y bissexuales, pasan desapercibidas por los servicios de salud. Este estudio tiene como objetivo describir las experiencias de discriminación sufridas por una mujer lesbiana con cáncer de mama y su pareja durante el tratamiento oncológico. Se realizó un estudio de caso mediante un enfoque cualitativo basado en entrevistas en profundidad a una pareja de lesbianas. El análisis temático permitió la construcción de ejes temáticos. Los resultados mostraron que el proceso de vulnerabilidad de la pareja se vio amplificado por la necesidad de defenderse de constantes ataques a sus identidades. La invisibilidad y la discriminación de las mujeres lesbianas en los servicios oncológicos contribuyeron a multiplicar las necesidades de salud insatisfechas, empeorando el frágil vínculo con los profesionales de la salud. Enfrentar las disparidades que experimentan las lesbianas en los servicios de salud es un desafío para la implementación efectiva de la agenda de derechos humanos.

Palabras-clave: Mujeres lesbianas; Neoplasias mamarias; Servicios de salud; Relaciones profesional-paciente.

Introduction

There is consistent evidence showing deep health disparities among individuals with sexual orientation deviating from the heteronormative standard (Aleta Baldwin et al., 2017a; Aleta Baldwin, Brian Dodge, Vanessa Schick, Stephanie Sanders, & Dennis Fortenberry, 2017b; Jenni Soinio, Eija Paavilainen, & Jari Kylmä, 2020; Michael Johnson & Lynne Nemeth, 2014). Researchers have shown that people who identify as homosexual report more specific experiences of mistreatment in health care environments compared to heterosexuals and that harassment and discrimination based on sexual orientation are associated with greater vulnerability to psychological distress (Carolina Souza et al., 2021; Robin Lewis et al., 2015).

In Brazil, services such as the Family Health Units (Monica Andrade et al., 2018) are often seen as places “of women” and “for women”, who constitute the largest public seeking these services (Ana Paula Mello, 2014), which reinforces this perception and the construction of a gendered view of health (Lilian Junqueira, Elisabeth Vieira, Alain Giami, & Manoel Santos, 2013) that, paradoxically, does not benefit women. Usually, the actions implemented in these services are conceived in a binary logic and are related to aspects of reproductive health (Kátia Souto, 2008). The expected profile of the user who seeks health services is a woman who is an adult heterosexual mother. Any woman who deviates from this pattern tends to be made invisible or condemned to wander through services that are not adequate or sensitive to meet their demands (Mello, 2014).

Women whose sexuality dissent from the heteronormative standard, like lesbians and bisexuals, go unnoticed by health services. Even when they are not completely invisible, their identification of sexual orientation does not happen directly and transparently during consultations, but rather through the perception of characteristics culturally perceived as inherent to the male gender, such as the way of walking, fashion style and haircut. Typically, women who do not fit this stereotype are not perceived as lesbians, being even more invisible and having their demands unmet (Mello, 2014). Heteronormativity and gender stereotypes are barriers that prevent the professional-patient relationship from being effective (Johnson & Nemeth, 2014).

Professionals feel insecure and do not know which approach they should use when they identify a homosexual or bisexual woman and, due to the lack of specific technical arrangements to deal with issues from the LGBTQIA+¹ population, they end up following care protocols established for heterosexual and cisgender women (Caroline Dorsen & Nancy Van Devanter, 2016; Kathryn Flynn et al., 2019). It is understandable that professionals feel embarrassed or unprepared about what to do in these situations, since the education they received did not provide the opportunity to discuss expressions deviating from the normative standard of sexuality and gender and their interfaces with health. In this sense, the education and the production of educational material for health professionals need to consider the diversity and plurality of discourses (Dorsen & Van Devanter, 2016; Johnson & Nemeth, 2014). Moreover, professionals must also be careful when dealing with the classification categories present in the everyday life of sexual minority women, since the meaning of the words lesbian or bisexual, for instance, can be different for professionals and patients appointments (Regina Barbosa & Regina Facchini, 2009).

The discourses oppressing lesbian women, as well as men who identify as homosexuals, are those that enthrone heterosexuality as the correct base for society. Narratives of lesbophobic nature defend that imposed normativity of gender and sexuality would fall in a supposedly apolitical setting, even though it is not possible to think of anything that escapes the domain

of politics over the course of history. One of the means of reinforcing the oppression is to keep the lesbian possibility invisible, like a sexuality that emerges once in a while in a fragmented way to suddenly disappear again, as if the lesbian existence was a politically insignificant sign (Adrienne Rich, 1980; Monique Wittig, 1992).

Lesbian experience is seen through compulsory heterosexuality in a scale going from deviant to hateful or simply tends to be suppressed from the domain of experience and treated as invisible. Any speculation that situates the lesbian experience as mere “sexual preference”, a marginal or “less natural” phenomenon, the opposite of a heterosexual relationship, or the counterpart to a male homosexual relation, would be extremely fragile, even if it offers some contribution, due to the fact that all of these “theories” eliminate the possibility of lesbian women creating their own categories (Rich, 1980; Wittig, 1992).

In the experience of lesbian bodies affected by breast cancer, there is an urgent need to reflect on the organization of health services and the training of professionals, to guarantee favorable conditions for qualified listening that respects alterity and for adequate welcoming (Carolina Souza & Manoel Santos, 2021; Souza et al., 2021). There is a concern to ensure equity to all users of the public health system, so that universal access to resources and comprehensive care are achievable (Grayce Albuquerque, Cíntia Garcia, Maria Juscinaide Alves, Cicera Queiroz, & Fernando Adami, 2013; Mello, 2014). A supportive and welcoming environment, in which women feel secure enough to disclose their sexual orientation if they want, is important. Physicians who can provide a trusted environment can help lesbian and bisexual women develop their coping skills (Baldwin et al., 2017a; 2017b; Souza et al., 2021).

The State should ideally guarantee all citizens full access to the rights of freedom of expression, association and peaceful assembly, regardless of sex, sexual orientation or gender identity, and should ensure that any restrictions to these rights are not motivated by discrimination. To protect the exercise of these rights, acts of violence and intimidation must be prevented or effectively investigated and punished. Furthermore, the right to access health facilities, goods and services in a non-discriminatory manner, especially for vulnerable populations or those subject to marginalization, is an immediate obligation and must be guaranteed by governments (United Nations Human Rights, 2019). However, in countries that have experienced the rise of far-right governments, such as Brazil since 2018, there has been a sharp setback in the fundamental rights agenda, with programmatic dismantling of public policies, programs and government actions in the sectors of health, education, security and social services.

In the context of oncology, Linn Jennings, Chris Barcelos, Christine McWilliams and Kristen Malecki (2019) observed how some lesbian women experienced exposure to situations that reinforce their vulnerability within the health system when seeking treatment for breast cancer. These experiences can trigger adverse health outcomes and, consequently, impact their quality of life. Rachael Wandrey, Whitney Qualls and Katie Mosack (2016) analysis of a forum specifically for sexual minority women who have had breast cancer indicated that the currently available support services may not be adequately addressing the unique needs of sexual minorities. Lesbian users who posted on this specific forum reported the presence of homophobia, heterosexual prejudice and feelings of exclusion in mainstream breast cancer support services.

Therefore, for professional help to be effective, a comprehensive understanding of sexuality and the harmful effects of discrimination based on gender and/or sexual orientation is necessary. On the other hand, considering that the experiences of receiving social support largely affect their lives, contributing to meeting their mental health needs, providing sensitive care to the LGBTQIA+ population becomes a critical need in the current health agenda (Ruth Mc-

Nair & Rachel Bush, 2016). Partner involvement in decision-making, support and care has a significant impact on choices and outcomes (Lee White & Ulrike Boehmer, 2012). In view of the above, the aim of this study is to describe lesbian women's experiences of discrimination in health care services during breast cancer treatment.

Method

Type of study

This is a qualitative, descriptive-exploratory, cross-sectional case study (Rodrigo Peres & Manoel Santos, 2005), with theoretical foundations anchored in gender studies. The qualitative research perspective seeks to support the understanding of meanings, senses, experiences, beliefs and representations, valuing different perspectives of lesbian women affected by breast cancer and considering their biopsychosocial aspects (Dennis Howitt, 2019). According to Robert Yin (2017), the single case study have been a valued research strategy in the field of social sciences, as it allows participants to be approached at the moment they are involved in the phenomenon studied.

Participants

Two women who self-identify as lesbians participated in the study. One of the participants had been diagnosed with breast cancer and undergone oncological treatment four years earlier, having had a recurrence of the disease detected at the time of the interview, which required further treatment. The other participant was her girlfriend (also sometimes referred to as wife). They had established their emotional-sexual partnership in the form of cohabitation a year earlier.

Table 1. Sociodemographic characteristics of all the participants

Name (fictional)	Age (years)	Time with partner	Occupational status	Education ^a	Family income ^b	CCEB ^c
Débora	37	1 year	Production operator and bartender	Complete HE	\$ 906,34	B2
Helena	22		Law student	Incomplete HE (studying)		
Nina	53	30 years	Occupational therapist	Complete HE	Participant preferred not to inform	Participant preferred not to inform
Yele	38	6 months	Barber	Complete HE	\$ 604,23 to \$ 906,34	B1
Fernanda	43		Chemist	Complete HE	\$ 3021,15	A
Frida	51	13 years	Administrative Officer	Complete HS	\$ 906,34 to \$ 1057,40	B1
Marília	59		University professor	Complete HE	\$ 3927,49	A

^a HS: High School; HE: Higher Education

^b Dollar exchange rate in December 2017: R\$ 3,31 (BRL)

^c Brazilian Economic Classification Criteria

Source: elaborated by the authors.

The convenience sample consisted of seven women, all of whom self-identified as white and cisgender, and were between 22 and 59 years old. The participants were located through the researcher's personal contacts. There were two "refusals", one of which was Nina's wife, who told her that she did not want to participate in the research, and another woman who stopped responding to the researcher's messages and calls. It is worth mentioning that the researcher contacted several LGBTQIA+ and cancer support groups, as well as several hospitals, both in person and via Facebook and email, but there was no effective response in these cases. The participants were selected based on the following criteria: being at least 18 years old, identifying as lesbian, having been diagnosed with breast cancer (in the case of the patients) or being their partner. Women who presented significant difficulties in understanding and communication that could make impossible to participate in the interview were excluded.

The couple included in this case study was extracted from the research corpus. The "case" was selected because both participants reported having experienced situations of discrimination in health services, which they clearly related to the fact that they were lesbians. In addition, this was the only couple dealing with cancer recurrence, which caused the patient and companion to return to the health service years later, exposing themselves to new contact with professionals. Because of this, they were going through other care experiences in conditions of intense physical and emotional vulnerability and, therefore, more exposed to possible situations of discrimination.

Investigative instruments and procedures

1. Sociodemographic Data Form: A form containing sociodemographic data, such as age, education, profession, income, family constitution, and clinical data, such as time since diagnosis and therapeutic modalities to which the patient was submitted.

2. Brazilian Economic Classification Criteria (CCEB): An instrument intended to characterize participants in terms of purchasing power and their position in the social hierarchy (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa [ABEP], 2016).

3. Semi-structured Interview Script: To construct the data, episodic narrative interviews were carried out, which according to Uwe Flick (2009) focus on understanding the research participants' reports on facts, episodes and events about the consequences and developments of cancer treatment, which proved relevant to understanding the phenomenon studied. The interview script was developed based on a review of scientific articles on the subject. The script was evaluated, and the questions calibrated, in interviews conducted with two women (pre-test), who were subsequently discarded.

Procedures

1. Compilation of the research corpus: The researcher had access to the participants through their personal contacts and via social networks and support groups. An interview was carried out with each participant, and both participants chose to participate in both meetings. The meetings were held between November and December 2017, in person and audio-recorded, with the consent of the participants. Data collection was carried out in a protected environment. Initially, the researcher contacted the eligible women, explaining the research objectives and requesting their collaboration. After the patient's consent, the researcher contacted them and scheduled a meeting at the location of the participant's preference. At that time, the interview with her partner was scheduled.

2. Analysis of the research corpus: The interviews lasted 188 minutes and were subsequently transcribed and analyzed from the perspective of inductive thematic analysis (Virginia Braun & Victoria Clarke, 2006). This technique is particularly useful for organizing dense descriptions of a topic of interest through the creation of themes. The themes constructed were of an emergent nature (“bottom up”); that is, they were not defined by the researchers as a priori theoretical categories; on the contrary, they emerged inductively according to the research objectives. The interviews were exhaustively read and coded by two experienced members of the research team, guided by general aspects relevant to responding to the research objectives. The six methodological steps foreseen were followed:

Phase 1: Familiarization with the data – Exhaustive and repeated readings to immerse oneself in the material, in depth and breadth.

Phase 2: Generation of initial codes – Beginning of the coding process, with the production of initial codes from readings and re-readings of the corpus of analysis. The coding was carried out using the MAXQDA program, which allowed the labeling and naming of the narrative segments classified under each code, identifying the vignettes associated with the themes found. The entire database was systematically coded, but this study will report on aspects related to experiences of discrimination and gender relations, which formed the basis of repeated patterns (themes). A total of 36 codes agreed upon by both researchers were identified.

Phase 3: Search for themes – Combining different codes to form an overarching theme and its subthemes, without losing the overall context of the data.

Phase 4: Review of themes – Refining the themes, checking that there was sufficient data to support them. Code debugging and selection. A new reading was performed to debug the codes based on aspects that responded more specifically to the objective, with a view to identifying experiences of discrimination or moments perceived as important for this perception during treatment. This analysis resulted in 11 codes, which were inductively separated into themes and agreed upon by both evaluators.

Phase 5: Defining and naming themes – With the themes and subthemes already defined and refined, a thematic map of the data was produced. The content was organized into a consistent and coherent whole, ensuring that there was no overlap between themes. The codes resulted in three thematic axes related to the perception of having suffered prejudice or discrimination when receiving healthcare: “feeling overwhelmed by sexist comments”, “confronting the invisibility of lesbian women”, and “experiencing a feeling of powerlessness”.

Phase 6: Report production – The writing of the results sought to develop an attractive analytical narrative, which allows to go beyond the mere description of the data, with interpretations based on the theoretical framework of gender studies.

Ethical considerations

The project was approved by the Research Ethics Committee of the institution to which the researchers are affiliated, CAAE (Certificate of Presentation for Ethical Appreciation) no. 65391517.4.0000.5407, technical opinion no 2.201.691, following the ethical procedures of respect for volunteers according to Resolution no. 466/12 on research involving human beings (Ministério da Saúde, 2012). Participation in the research was voluntary, and the participants formally signed the Informed Consent Form. To ensure anonymity, their names were replaced by fictitious names.

Results and Discussion

Débora was diagnosed with breast cancer at the age of 33. The treatment plan included surgery (modified radical mastectomy) and complementary treatments (radiotherapy and chemotherapy). The treatment itinerary lasted one year. She underwent breast reconstruction in the same surgical procedure as the breast removal. At the time of the interview, at the age of 37, Débora had been diagnosed with recurrence. The tests identified metastases in the lungs. She began a new treatment protocol, which included new sessions of chemotherapy and radiotherapy. Helena, 22, is Débora's girlfriend. The participant explained that when she met Débora she had already undergone treatment for breast cancer and that it is Débora's lung metastasis that they are now dealing with.

The two have been together for approximately 1 year and also live together in a city near São Paulo. Débora has completed higher education and Helena is an undergraduate, studying law. They met in college and were both in the same law school class. They currently both work at the same company. Débora describes herself as a production operator and bartender and Helena as a law student.

The thematic analysis allowed the construction of three thematic axes: "feeling overwhelmed by sexist comments", "confronting the invisibility of lesbian women" and "experiencing a feeling of powerlessness".

Feeling overwhelmed by sexist comments

Débora received her treatments at a large public health hospital located in a city located close to where she and Helena lived. She reported more than one experience in which she felt embarrassed and ashamed during the appointments, especially due to sexist comments from doctors, both during her first and second appointments.

For example, from a professional who, instead of saying, "look, Débora, you have pneumonia, I'm going to prescribe you an antibiotic" ... he kept saying other things, making remarks like "wow, but you are a beautiful woman", and so on, all while my wife was by my side! So... it was very embarrassing, it was horrible ... (Débora, 37 years old)

The moral and psychological violence implied in the harassment suffered had harmful consequences for the continuity of treatment, causing irreparable damage to the bond of trust with the health professional:

It kind of freaked me out completely because he wanted to hospitalize me. I said, "what is this doctor capable of doing with me hospitalized?" ... If I were with my husband, he would not do what he did. I'm sure of that, because... I've been to places with my brother, for example, and I was respected then, you know? (Débora, 37)

In addition to feeling uncomfortable in the vulnerable situation, Débora felt doubly attacked because the doctor deliberately ignored the presence of her intimate partner in the consultation room. She describes the invisibility of the lesbian relationship: it is as if she, the patient, were alone in the consultation room with the professional. We note an echo of

Wittig's (1992) thinking, who coined the term heterosexual contract. Gender representations in health services and the management of users' sexual orientation have implications for the routine and organization of care, including the invisibility suffered by women who do not conform to the assumption of compulsory heterosexuality (Rich, 1980).

The narratives illustrate how the distribution of power is unequal between men and women, since social gender relations are historically marked by male domination (Joan Scott, 1986; Linda Nicholson, 1994). The heterosexual male doctor, with his privileges associated with gender dominance and hierarchy supplemented by professional authority, behaves and speaks offensively to his female patient without considering the destabilizing effect that his actions can trigger. It illustrates how compulsory heterosexuality is used as an instrument of oppression, making the patient feel afraid to follow the treatment and submit to the professional's raptures (Pascale Molinier & Daniel Welzer-Lang, 2009). Débora also highlighted that, if she were accompanied by a man, be it a brother or husband, instead of her girlfriend, she would probably be respected, as the presumption of heterosexuality would be maintained and male dominance over woman would be preserved (Daniela Santos, Manoel Santos, Vanessa Cesnik-Geest, & Elisabeth Vieira, 2017; Manoel Santos & Carolina Souza, 2019).

Confronting the invisibilization of lesbian women

Débora described a second experience of discrimination, which occurred during medical appointments, when she was seen by a professional who openly told her that he did not understand female homosexuality:

There was a professional who, when he asked about sexual intercourse, I said I had a female partner, he laughed and said, "I don't understand this". But I think it's not up to the professional to want to understand it or not. It's up to me, right, and I just want him to listen to me. (Débora, 37)

The judgemental voice of the health professional who believes he has the authority to issue his moral judgment shows the impossibility of understanding that a woman is free to follow her choices and make decisions without giving up her autonomy (Vanessa Cesnik et al., 2013). The cancer patient, like any other woman, has the autonomy to be whoever she wants to be. For a mind colonized by the patriarchal system, it is inconceivable to think that a woman can satisfy another woman emotionally and sexually, because the prevailing view in society is still that women are objects that must satisfy men's whims. This phallogocentric argument is the opposite of the belief that men are the absolute masters of reason and individuals capable of fully satisfying woman's desire. In the patriarchal system, any thought that differs from this sexist mentality is delegitimized (Livia Toledo & Fernando Teixeira, 2012). The physician's peremptory sentence, contradicted by the fearless attitude of a patient who reveals who she really is, shows an attempt to assert his authority.

Helena also reported that she feels that she and Débora are not recognized and treated as a couple during medical appointments, which can also be seen as discrimination due to the invisibility of bodies and the possibility of affective-sexual relationships between women. This also happens when they are seen by a female doctor:

It's as if there wasn't a couple [during appointments. It's... so much so that, like, she [the doctor] barely greets me when I enter the room. She only speaks to Débora, only addresses her. If I say something, she ... turns to Débora, as if she were alone there. (Helena, 22 years old)

To listen to lesbian women, health professionals need to “come out of the closet”, in the sense of leaving their comfort zone and facing their own prejudices. It is important for doctors to have the courage to listen to what lesbian and bisexual women have to say, keeping their value judgments on hold and understanding that difficulties will always exist, as there are certain questions for which there are no easy answers (Gilberta Soares, 2014). In fact, according to the reports obtained, it seems that the professional denies that the two women in their office can have their own sexuality, focusing on their own pleasure and not that of others, and that they constitute a conjugal bond not centered on heterosexuality and procreation. On the other hand, Maria Teresa Brown and Jane McElroy (2018) showed that women from sexual minorities believed that revealing their sexual orientation and/or gender identity ended up affecting the care they received, which illustrates the challenges involved in the decision to remain or come out of the closet.

Experiencing a feeling of helplessness

In the narratives about her experience as a caregiver and companion to her partner in the complexities of treatment, Helena described the feeling of powerlessness that permeates many of her experiences, weakening her bonds with health service professionals:

We have been receiving very poor care from the doctors she [Débora] has seen so far, for example, her mastologist. He messed up her breasts a bit and the silicone implant is turned around. ... And in the doctor's office he just said, “oh, that's normal.” (Helena, 22)

The report suggests that the professional's negligence is felt as exasperating and that it was as disconcerting or even more than the possible medical harm/error. Instead of being comforting, the encounters with the professionals are tense and reinforce negligent behavior. The couple shared other episodes marked by attitudes of neglect, indifference and poor reception in health services.

It seems that, in order to protect the service, on several occasions the couple avoided taking a more incisive stance to repudiate the abuse, disqualification and invasions of their privacy, even though their rights were violated. In order to withstand the successive blows, the feelings of indignation in the face of discriminatory situations seem to have been stifled. On the other hand, the condition of extreme fragility may have been further aggravated by the asymmetry of power reproduced in the health environments, especially in abusive relationships and attitudes of indifference (Rita Valadão & Romeu Gomes, 2011).

Helena mentioned feeling a lack of displays of empathy during medical appointments:

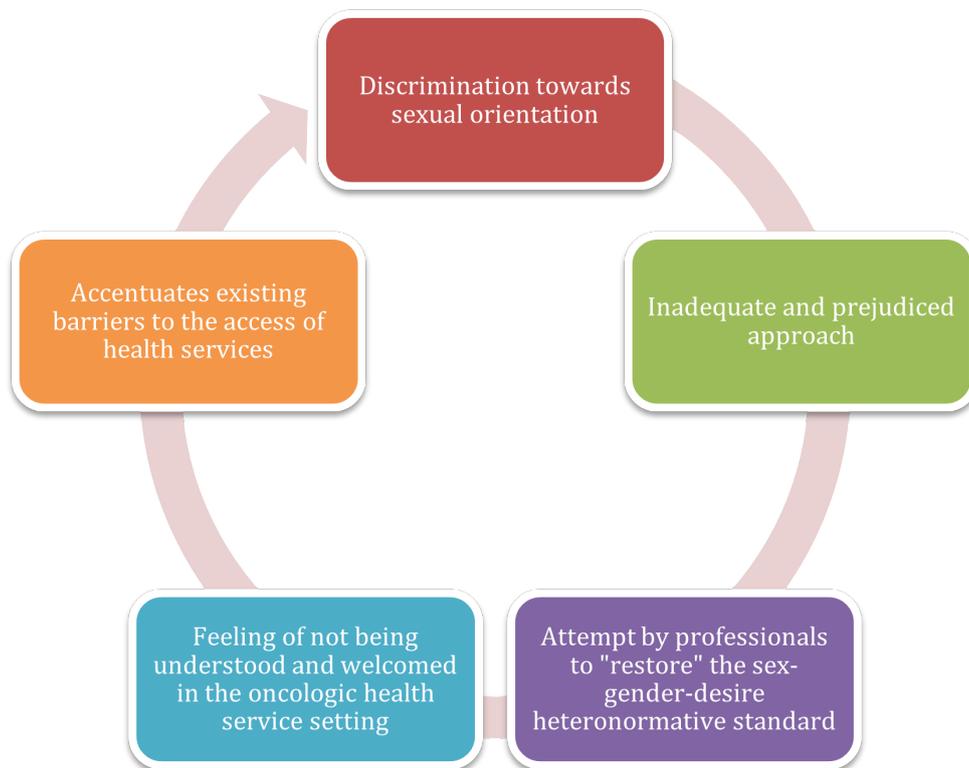
Because, like it or not, it's a very tough disease, so you need a service that is a little more empathetic, and we get there, and they are apathetic to what you're saying. (Helena, 22)

The construction of the vulnerability of women from sexual minorities in healthcare services is a complex phenomenon, traversed by several intersecting axes: gender, social class, generation, race and ethnicity. Wilza Villela (2014) argues that the focus is not on what will be asked to women during the consultations, but on seeking to investigate how the reception is, how openness is given for the user to talk about personal issues that directly impact their health, and this should go beyond topics that are directly related to sexuality. Helena, in her

report, asks that oncology professionals have more empathy with people living with “a tough disease” such as cancer, regardless of their sexual orientation.

In previous studies, researchers have found that sexual minority women are more dissatisfied with their breast cancer care than heterosexual women; in addition, they appear to be more likely to experience distress during and after treatment (Alicia Matthews, Amy Peterman, Patty Delaney, Lyssa Menard, & Dana Brandenburg, 2002; Jennifer Jabson & Deborah Bowen, 2014). One hypothesis is that this is due to the heterosexual bias they face in the health care system and the fact that health care professionals fail to recognize the specific health concerns of sexual minorities, so their care needs are often overlooked. This poses new challenges for thinking about the “lesbian issue” (Wittig, 1992) in the context of breast cancer treatment.

Figure 1. Summary of the obtained results.



Source: elaborated by the authors.

Figure 1 illustrates a chain of events that feed off each other: sexism and prejudices and abject comments related to sexual orientation feed discriminatory attitudes, which result from an attempt to “restore” the sex-gender-desire order, seeking to reaffirm medical authority and male dominance, which arouses feelings of patients not being understood and welcomed, accentuating existing structural barriers in access to health services.

It is important to highlight that the experiences of prejudice reported in this paper were experienced by a couple of white, cisgender women and that it is likely that if their ethnicities and gender identities were different, the discrimination suffered would have been more pronounced, since racism (Geordan Shannon et al., 2022; Natalie Talamaivao, Ricci Harris, Donna Cormack, Sarah-Jane Paine, & Paula King, 2020; Ruqaiyah Yearby, 2020) and cisnormativity (Nik Lampe, 2022, 2024) also permeate health services.

Health services need to be sensitive to the psychosocial and cultural specificities of the LGBTQIA+ population and not just tolerant and respectful of differences in sexual orientation and gender (McNair & Bush, 2016). In our study, women had conflicting experiences and wanted the healthcare environment to be improved to reflect an open acceptance of sexual diversity. Heteronormativity was seen as an obstacle to holistic health care. Women expected their healthcare provider to have the understanding to treat them in the same professional way as any other patient, but with expertise specific to their needs (Soinio et al., 2020). Culturally appropriate care for sexual minority cancer patients includes avoiding heterosexual assumptions, using inclusive language, and promoting the partner involvement in care (Karolina Lisy, Micah D. J. Peters, Penelope Schofield, & Michael Jefford, 2018), which implies legitimizing lifestyles and types of relationships that may even be opposed to the health care professional's personal convictions (Flynn et al., 2019; Soinio et al., 2020).

Conclusions

The adverse experiences reported by Débora and Helena demonstrate that their encounters with oncologic healthcare services were marked by attitudes that reveal prejudice and discrimination, the invisibility of lesbian women, and the exclusion of partners from care programs. Our study presents results that demonstrate that the rigidity with which sexuality is (dis)considered in health services restricts the mechanisms that could enable the desirable fluidity for the movement of free individuals. A direct consequence observed was the damage to the relationship of trust established with the professional, putting at risk the stability of the bond and adherence to treatment. So that professionals do not remain trapped in categories that imprison and convey the dominant heterocentric power, it is important that they are open to admitting the existence of fluid identities and the diversity of sexual practices.

Like any research, no matter how well planned and conducted, this study is marked by several limitations. One of them is that it was restricted to one of the most economically developed regions of Brazil and to a metropolitan area, not including participants from regions far from the country's most developed axis and from peripheral regions, which may be experiencing more intense prejudice and discrimination in relation to non-heteronormative sexual orientation. In addition, the sample was composed exclusively of white and cisgender women, which means that prejudice against non-white and non-cisgender people, also common in health services, did not appear in the participants' discourse and, consequently, in the analysis performed. Another possible limitation that can be highlighted is the fact that the research was not expanded to other people who make up the couple's significant social network, to capture how social support can work as a counterpoint to the insensitivity of health professionals.

Therefore, it is relevant to explore possible mitigating factors for the negative impacts triggered by both the challenging experience of breast cancer and the struggle waged by lesbian women to be recognized in health services. It is also important that future research addresses the intersectionality between race and sexual orientation and gender identity and sexual orientation, social markers that can make lesbian women even more invisible within health services.

In the field of oncology care, one of the pillars for improving equity is to invest in education on diversity, especially for health professionals, using strategies that allow incorporating a broad and comprehensive understanding of sexuality, and investing in prevention and not

only in combating harmful effects of discrimination based on gender and sexuality. Vigorously combating the inequities to which women are subjected in the health sector, particularly those who deviate from heteronormativity, is a challenge for the effective implementation of health rights, with respect for diversity, citizenship and the right to dignity.

Endnotes

The acronym LGBTQIA+ designates people who are lesbian, gay, bisexual, transgender, queer, intersex, asexual and others who do not identify with these names and do not align themselves with the standards established by heteronormativity and/or cisnormativity. This acronym is used in the LGBTQIA+ Inclusion and Diversity Guide of Brazilian Federal Senate (available at <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/598613>)

References

- Albuquerque, Grayce A., Garcia, Cíntia L., Alves, Maria Juscinaide H., Queiroz, Ciceira M. H. T., & Adami, Fernando (2013). Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. *Saúde em Debate*, 37(98), 516-524. <https://doi.org/10.1590/S0103-11042013000300015>
- Andrade, Monica V., Coelho, Augusto Q., Neto, Mauro X., Carvalho, Lucas R., Atun, Rifat, & Castro, Marcia C. (2018). Brazil's family health strategy: factors associated with programme uptake and coverage expansion over 15 years (1998-2012). *Health Policy and Planning*, 33(3), 368-380. <https://doi.org/10.1093/heapol/czx189>
- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – ABEP. (2016). *Critério de Classificação Econômica Brasil 2015*. Author. <http://www.abep.org/criterio-brasil>
- Baldwin, Aleta M., Dodge, Brian, Schick, Vanessa, Herbenick, Debra, Sanders, Stephanie A., Dhoot, Roshni, & Fortenberry, J. Dennis (2017a). Health and identity-related interactions between lesbian, bisexual, queer and pansexual women and their healthcare providers. *Culture, Health & Sexuality*, 19(11), 1181-1196. <https://doi.org/10.1080/13691058.2017.1298844>
- Baldwin, Aleta M., Dodge, Brian, Schick, Vanessa, Sanders, Stephanie A., & Fortenberry, J. Dennis (2017b). Sexual minority women's satisfaction with health care providers and state-level structural support: investigating the impact of lesbian, gay, bisexual, and transgender nondiscrimination legislation. *Women's Health Issues*, 27(3), 271-278. <https://doi.org/10.1016/j.whi.2017.01.004>
- Barbosa, Regina M. & Facchini, Regina (2009). Acesso a cuidados relativos à saúde sexual entre mulheres que fazem sexo com mulheres em São Paulo. *Cadernos de Saúde Pública*, 25(2), S291-S300. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009001400011>
- Braun, Virginia & Clarke, Victoria (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Brown, Maria Teresa & McElroy, Jane A. (2018). Unmet support needs of sexual and gender minority breast cancer survivors. *Supportive Care in Cancer*, 26(4), 1189-1196. <https://doi.org/10.1007/s00520-017-3941-z>
- Cesnik, Vanessa M., Vieira, Elisabeth M., Giami, Alain, Almeida, Ana Maria, Santos, Daniela B., & Santos, Manoel A. (2013). The sexual life of women with breast cancer: meanings attributed to the diagnosis and its impact on sexuality. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 30(2), 187-197. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2013000200005>
- Dorsen, Caroline & Van Devanter, Nancy (2016). Open arms, conflicted hearts: nurse-practitioner's attitudes towards working with lesbian, gay and bisexual patients. *Journal of Clinical Nursing*, 25(23), 3716-3727. <https://doi.org/10.1111/jocn.13464>
- Flick, Uwe (2009). *An introduction to qualitative research* (3 ed.). Artmed.
- Flynn, Kathryn F., Whicker, Dane, Lin, Li, Cusatis, Rachel, Nyitray, Alan, & Weinfurt, Kevin P. (2019). Sexual orientation and patient-provider communication about sexual problems or concerns among US adults. *Journal of General Internal Medicine*, 34(11), 2505-2511. <https://doi.org/10.1007/s11606-019-05300-3>
- Howitt, Dennis (2019). *Introduction to qualitative research methods in Psychology: putting theory into practice* (4 ed.). Pearson.
- Jabson, Jennifer M. & Bowen, Deborah J. (2014). Perceived stress and sexual orientation among breast cancer survivors. *Journal of Homosexuality*, 61(6), 889-898. <https://doi.org/10.1080/00918369.2014.870814>
- Jennings, Linn, Barcelos, Chris, McWilliams, Christine, & Malecki, Kristen (2019). Inequalities in lesbian, gay, bisexual, and transgender (LGBT) health and health care access and utilization in Wisconsin. *Preventive Medicine Reports*, 14, 100864. <https://doi.org/10.1016/j.pmedr.2019.100864>

- Johnson, Michael J. & Nemeth, Lynne S.** (2014). Addressing health disparities of lesbian and bisexual women: A grounded theory study. *Women's Health Issues*, 24(6), 635-640. <https://doi.org/10.1016/j.whi.2014.08.003>
- Junqueira, Lilian C. U., Vieira, Elisabeth M., Giami, Alain, & Santos, Manoel A.** (2013). Análise da comunicação acerca da sexualidade, estabelecida pelas enfermeiras, com pacientes no contexto assistencial do câncer de mama. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 17(44), 89-101. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832013000100008>
- Lampe, Nik M.** (2022). Liminal lives in uncertain times: health management during the Covid-19 pandemic among transgender and non-binary older adults. *Gerontology & Geriatric Medicine*, 8, 1-8. <https://doi.org/10.1177/23337214221127753>
- Lampe, Nik M.** (2024). Accounting for cisnormativity: understanding transgender and non-binary young people's strategies to resist and reduce inequality in healthcare. *Social Currents*, 11(1), 3-21. <https://doi.org/10.1177/23294965231179432>
- Lewis, Robin J., Padilla, Miguel A., Milletich, Robert J., Kelley, Michelle L., Winstead, Barbara A., Lau-Barraco, Cathy, & Mason, Tyler B.** (2015). Emotional distress, alcohol use, and bidirectional partner violence among lesbian women. *Violence Against Women*, 21(8), 917-938. <https://doi.org/10.1177/1077801215589375>
- Lisy, Karolina, Peters, Micah D. J., Schofield, Penelope, & Jefford, Michael** (2018). Experiences and unmet needs of lesbian, gay, and bisexual people with cancer care: a systematic review and meta-synthesis. *Psycho-Oncology*, 27(6), 1480-1489. <https://doi.org/10.1002/pon.4674>
- Matthews, Alicia K., Peterman, Amy H., Delaney, Patty, Menard, Lyssa, & Brandenburg, Dana** (2002). A qualitative exploration of the experiences of lesbian and heterosexual patients with breast cancer. *Oncology Nursing Forum*, 29(10), 1455-1462. <https://doi.org/10.1188/02.ONF.1455-1462>
- McNair, Ruth P. & Bush, Rachel** (2016). Mental health help seeking patterns and associations among Australian same sex attracted women, trans and gender diverse people: a survey-based study. *BMC Psychiatry*, 16(209), 1-16. <https://doi.org/10.1186/s12888-016-0916-4>
- Mello, Ana Paula L.** (2014). Panorama da saúde de mulheres lésbicas e bissexuais: um olhar a partir do discurso de profissionais de saúde da família. In Secretaria de Políticas para as Mulheres, *Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais* (pp. 19-23). Ministério da Saúde. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2014/livreto-atencao-a-saude-de-mulheres-lesbicas-versao-web.pdf>
- Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde** (2012). Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União*. <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view>
- Molinier, Pascale & Welzer-Lang, Daniel** (2009). Feminilidade, masculinidade, virilidade. In Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré, & Danièle Senotier (Orgs.), *Dicionário crítico do feminismo* (pp. 101-106). Editora UNESP.
- Nicholson, Linda** (1994). Interpreting gender. *Signs*, 20(1), 79-105. <http://www.jstor.org/stable/3174928>
- Peres, Rodrigo S. & Santos, Manoel A.** (2005). Considerações gerais e orientações práticas acerca do emprego de estudos de caso na pesquisa científica em Psicologia. *Interações*, 10(20), 109-126. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/inter/v10n20/v10n20a08.pdf>
- Rich, Adrienne** (1980). Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Signs*, 5(4), 631-660. <https://doi.org/10.1086/493756>
- Santos, Daniela B., Santos, Manoel A., Cesnik-Geest, Vanessa M., & Vieira, Elisabeth M.** (2017). Interrupção e retomada da vida sexual após o câncer de mama. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(4), e324219. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e324219>

- Santos, Manoel A. & Souza, Carolina** (2019). Intervenções grupais para mulheres com câncer de mama: desafios e possibilidades. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, e35410. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35410>
- Scott, Joan W.** (1986). Gender: a useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, 91(5), 1053-1075. <https://doi.org/10.2307/1864376>
- Shannon, Geordan, Morgan, Rosemary, Zeinali, Zahra, Brady, Leanne, Couto, Marcia T., Devakumar, Delan, Eder, Ben, Karadag, Ozge, Mukherjee, Mala, Peres, Maria Fernanda T., Ryngelblum, Marcelo, Sabharwal, Nidhi, Schonfield, Amos, Silwane, Pamela, Singh, David, Van Ryneveld, Manya, Vilakati, Siyasanga, Watego, Chelsea, Whyte, Eleanor, & Muraya, Kui** (2022). Intersectional insights into racism and health: not just a question of identity. *Lancet*, 400(10368), 2125-2136. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(22\)02304-2](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(22)02304-2)
- Soares, Gilberta** (2014). Diretrizes para assistência à saúde de lésbicas, mulheres bissexuais e que fazem sexo com outras mulheres. In Secretaria de Políticas para as Mulheres, *Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais* (pp. 43-47). Ministério da Saúde. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2014/livreto-atencao-a-saude-de-mulheres-lesbicas-versao-web.pdf>
- Soinio, Jenni I. I., Paavilainen, Eija, & Kylmä, Jari P. O.** (2020). Lesbian and bisexual women's experiences of health care: "Do not say, 'husband', say, 'spouse'". *Journal of Clinical Nursing*, 29(1-2), 94-106. <https://doi.org/10.1111/jocn.15062>
- Souto, Kátia M. B.** (2008). A Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher: uma análise de integralidade e gênero. *SER Social*, 10(22), 161-182. https://doi.org/10.26512/ser_social.v10i22.12950
- Souza, Carolina, Oliveira-Cardoso, Érika, Oliveira, Wanderlei, Nascimento, Lucila, Araújo, Jeferson, Leite, Ana Carolina, Neris, Rhyquelle, Risk, Eduardo, Braga, Iara, & Santos, Manoel** (2021). Violência contra mulheres lésbicas/bissexuais e vulnerabilidade em saúde: revisão da literatura. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 22(1), 450-466. <http://dx.doi.org/10.15309/21psd220210>
- Souza, Carolina & Santos, Manoel A.** (2021). Câncer de mama e homossexualidade feminina: uma revisão integrativa da literatura. *Psico*, 52(2), e-36109. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2021.2.36109>
- Talamaivao, Natalie, Harris, Ricci, Cormack, Donna, Paine, Sarah J., & King, Paula** (2020). Racism and health in Aotearoa New Zealand: a systematic review of quantitative studies. *The New Zealand Medical Journal*, 133(1521), 55-68. <https://nzmj.org.nz/media/pages/journal/vol-133-no-1521/racism-and-health-in-aotearoa-new-zealand-a-systematic-review-of-quantitative-studies/0e3298cdc9-1696476099/racism-and-health-in-aotearoa-new-zealand-a-systematic-review-of-quantitative-studies-open-access.pdf>
- Toledo, Livia G. & Teixeira, Fernando S.** (2012). As lesbianidades entre o estigma da promiscuidade e da ilegitimidade sexual. *Temáticas*, 20(40), 67-103. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v20i40.11539>
- United Nations Human Rights** (2019). *Born free and equal: Second edition*. Office of the High Commissioner. https://www.ohchr.org/Documents/Publications/Born_Free_and_Equal_WEB.pdf
- Valadão, Rita C. & Gomes, Romeu** (2011). A homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade à violência. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 21(4), 1451-1467. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312011000400015>
- Villela, Wilza** (2014). Atenção integral à saúde de mulheres lésbicas e bissexuais. In Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais* (pp. 31-35). Ministério da Saúde. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2014/livreto-atencao-a>

saude-de-mulheres-lesbicas-versao-web.pdf

Wandrey, Rachel L., Qualls, Whitney D., & Mosack, Katie E. (2016). Are mainstream support services meeting the needs of sexual minority women with breast cancer? An exploration of the perspectives and experiences of users of an online support forum. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, 28(4), 336-348. <https://doi.org/10.1080/10538720.2016.1221783>

White, J. Lee & Boehmer, Ulrike (2012). Long-term breast cancer survivors' perceptions of support from female partners: an exploratory study. *Oncology Nursing Forum*, 39(2), 210-217. <https://doi.org/10.1188/12.ONF.210-217>

Wittig, Monique (1992). *The straight mind and other essays* (1 ed.). Beacon Press.

Yearby, Ruqaiyah (2020). Structural racism and health disparities: reconfiguring the Social Determinants of Health framework to include the root cause. *The Journal of Law, Medicine & Ethics*, 48(3), 518-526. <https://doi.org/10.1177/1073110520958876>

Yin, Robert K. (2017). *Case study research: design and methods* (6 ed.). Sage.

CAROLINA DE SOUZA

<https://orcid.org/0000-0001-9333-7486>

Mestra em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP).

E-mail: carol.souza@hotmail.com

MANOEL ANTÔNIO DOS SANTOS

<http://orcid.org/0000-0001-8214-7767>

Professor Titular do Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP).

E-mail: masantos@ffclrp.usp.br

Historic	<p>Submitted: 05/10/2022 Revised: 17/09/2024 Accepted: 18/09/2024</p>
Author's Contribution	<p>Conceptualization: CS; MAS Data curation : CS Formal analysis: CS; MAS Writing – original draft: CS; MAS Writing – review & editing: CS; MAS</p>
Funding Statement	<p>This study received the support from the São Paulo Research Foundation (FAPESP) through a master's scholarship (process number 2016/26212-2), and from the National Council for Scientific and Technological Development – CNPq, through a scholarship of Research Productivity PQ-1A.</p>
Use of image consent	<p>Does not apply</p>
Ethical statement	<p>This study was approved by the Research Ethics Committee of the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of Ribeirão Preto of the University of São Paulo (FFCLRP-USP), CAAE n° 65391517.4.0000.5407, technical opinion no 2.201.691</p>

PROFESSORAS, PRECARIZAÇÃO E PANDEMIA NA FRONTEIRA

MAESTRAS, PRECARIEDAD Y PANDEMIA EN LA FRONTERA

TEACHERS, PRECARIOUSNESS AND PANDEMIC ON THE BORDER

Suéllen Soares Altrão¹ e Jenniffer Simpson dos Santos²

¹Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil

²Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, Brasil

Resumo: Neste artigo analisamos os fatores que contribuíram para o aprofundamento da precarização do trabalho de professoras de escolas públicas durante a pandemia de Covid-19 nos municípios de Dourados e Ivinhema, localizados no estado de Mato Grosso do Sul. Buscamos trazer contribuições acerca das memórias e mudanças nas relações de trabalho dessas docentes em diálogo com as epistemologias feministas e com as críticas ao neoliberalismo. As narrativas das professoras apontam a falta de apoio financeiro dos órgãos públicos, as dificuldades de acesso e manuseio de tecnologias, o cansaço decorrente do trabalho remoto, do luto constante, de demandas de cuidado e a dificuldade de separação entre os trabalhos produtivo e reprodutivo, exercidos no mesmo território trabalho-casa. Como resultado, argumenta-se que os fatores que contribuíram para a intensificação da precarização do trabalho dessas docentes durante a crise sanitária envolvem a apropriação capitalista e patriarcal de seus corpos, tempos e territórios.

Palavras-chave: Capitalismo; Professoras; Pandemia; Feminismo; Fronteira.

Resumo: En este artículo analizamos los factores que contribuyeron al agravamiento de la precariedad del trabajo de las maestras de escuelas públicas durante la pandemia de Covid-19 en los municipios de Dourados e Ivinhema, ubicados en el estado de Mato Grosso do Sul. Buscamos traer aportes sobre las memorias y cambios en las relaciones laborales de estas docentes, en diálogo con epistemologías feministas y críticas al neoliberalismo. Los relatos de las maestras señalan la falta de apoyo financiero de los organismos públicos, las dificultades para acceder y manejar las tecnologías, el cansancio derivado del trabajo remoto, del duelo constante y de las demandas de cuidados y la dificultad de separar el trabajo productivo y reproductivo, realizado en el mismo territorio trabajo-hogar. Como resultado, se argumenta que los factores que contribuyeron a la intensificación de la precarización del trabajo de estas docentes durante la crisis sanitaria involucran la apropiación capitalista y patriarcal de sus cuerpos, tiempos y territorios.

Palabras clave: Capitalismo; Maestras; Pandemia; Feminismo; Frontera.

Abstract: In this article, we analyze the factors that contributed to the worsening of the precariousness of the work of public school female teachers during the Covid-19 pandemic in the municipalities of Dourados and Ivinhema, located in the state of Mato Grosso do Sul. We seek to contribute to the memories and changes in the labor relationships of these teachers in dialogue with feminist epistemologies and criticisms of neoliberalism. The teachers' narratives point to the lack of financial support from public agencies, the difficulties in accessing and handling technology, the fatigue resulting from remote work, constant grief and care demands, and the difficulty in separating productive and reproductive work, carried out in the same work-home territory. As a result, it is argued that the factors that contributed to the intensification of the precariousness of the work of these teachers during the health crisis involve the capitalist and patriarchal appropriation of their bodies, time and territories.

Keywords: Capitalism; Teachers; Pandemic; Feminism; Border.



Introdução

No dia 17 de março de 2020, o Ministério da Educação (2020) decretou a substituição das aulas presenciais pelo ensino remoto, em decorrência da covid-19, conforme a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Essa decisão, ao mesmo tempo em que contribuiu para atender a necessidade de distanciamento físico, intensificou a precarização do trabalho e do ensino nas escolas públicas brasileiras, sobretudo em zonas periféricas e fronteiriças, cujo acesso à *internet* e a aparelhos digitais são mais limitados.

Nesse cenário, as professoras, que antes utilizavam os meios digitais apenas como ferramenta para a interlocução com os estudantes ou enquanto meio complementar aos processos educativos de ensino-aprendizagem, passaram a ser expostas cotidianamente à utilização destas tecnologias.

Não foram raros os casos em que as docentes tiveram que trabalhar em locais inapropriados, seja na própria residência ou na casa de familiares, e em turnos infundáveis, cuja fronteira laboral atravessou territórios, tempos e corpos. Entre outras consequências, essa situação foi motivo de angústias, visto que a solidariedade com as pessoas contaminadas pela covid-19, bem como a importância de se reconectar com o território, pareceu ser um ponto crucial.

O trabalho assalariado desempenhado pelas docentes não se reduziu à vinculação institucional. Elas também exerceram, principalmente, o trabalho doméstico não remunerado. Como destacam Nancy Fraser e Rahel Jaeggi (2020), o trabalho assalariado depende das atividades reprodutivas, que se constituem no âmbito do cuidado com crianças, idosos e pessoas com deficiência, atravessa o campo da formação escolar e das relações fundamentadas na vizinhança e na comunidade.

Silvia Federici (2019) defende que a atividade reprodutiva é constitutiva da estruturação e da manutenção do capitalismo. Tal atividade não se resume, simplesmente, à produção de mercadorias, pois abarca dimensões afetivas e subjetivas, que vão além da lógica mercadológica. Podemos destacar, como exemplos do exercício da atividade reprodutiva na pandemia, a confecção de máscaras por mulheres, os cuidados e acompanhamentos de pessoas idosas e de pessoas com alguma enfermidade.

Durante a pandemia, as atividades de cuidado continuaram sendo realizadas, em sua maioria, por mulheres. Além disso, houve a expansão da rede de cuidado e solidariedade, através da ampliação de divulgações acerca da covid-19, e, principalmente, de redes de apoio contra a violência doméstica (Sempreviva Organização Feminista [SOF], 2020, p. 49). Um estudo realizado pela SOF (2020) com 2.641 mulheres, entre os meses de abril e maio de 2020, demonstrou que as mulheres tiveram a sobrecarga de trabalho ampliada, por conta das necessidades de cuidado de algum dependente, além de outras atividades relacionadas à manutenção do território-casa. Importa destacar que a crise sanitária afetou especialmente mulheres que exerceram a função monoparental e mulheres idosas (Um retrato..., 2020).

Essa pesquisa expôs um quadro representativo de que a atividade reprodutiva como estrutura social não remunerada tende a ser desvalorizada, na sociedade capitalista, e é imbuída da manutenção do controle dos corpos das mulheres, em uma espécie atroz de confinamento, com a finalidade de mantê-las subjugadas frente aos trabalhos assalariados. Tais lógicas revelam que o trabalho reprodutivo costuma ser desvalorizado na referida sociedade (Fraser & Jaeggi, 2020).

Com a necessidade, imposta, do manuseio de tecnologias, ainda há muito que se refletir acerca do âmbito doméstico e da sobrecarga das docentes na sua relação com crianças que

também estão ocupando o mesmo ambiente, com o barulho ocasionado pela vizinhança e com instalações inadequadas para exercício do trabalho.

Somam-se a isso os gastos despendidos, do próprio salário das professoras, para dar conta do uso de *internet* 3G ou 4G, da *internet* banda larga, da compra de planos de aplicativos com a finalidade de oferecer maior praticidade e facilidade de acesso e, também, na obtenção de novos dispositivos eletrônicos, como celular e *hardwares* para garantir a melhor qualidade de interlocução com as/os estudantes e as pessoas envolvidas no teletrabalho.

Diante disso, neste estudo partimos dos seguintes questionamentos: quem são essas mulheres? Quais marcadores as atravessaram? Como o trabalho remoto as afetou? Como elas reagiram aos acontecimentos que afetaram o seu trabalho docente nos anos de 2020 e 2021?

Sendo assim, o propósito deste artigo é identificar e analisar os fatores que contribuíram para o aprofundamento da precarização do trabalho de professoras em escolas públicas dos municípios de Dourados e Ivinhema, localizados no estado de Mato Grosso do Sul (MS), expondo as dificuldades indicadas em suas próprias narrativas e os percursos tomados frente ao cenário em tela.

Caminhos metodológicos

Neste trabalho, foi adotada a abordagem metodológica qualitativa, por esta envolver as experiências e as dinâmicas das relações sociais (Minayo, 2001). Tal abordagem parte de um pressuposto que tenta alcançar um universo de significados que carregam dimensões mais profundas das relações e se constitui também como um processo de construção artesanal, levando em consideração questões históricas, sociais, políticas e simbólicas das pessoas.

Para os propósitos deste estudo, o método de pesquisa utilizado foi o estudo de caso. Nesse método, há a valorização contextual do fenômeno a ser estudado, cuja finalidade consiste em conhecer a realidade das pessoas na relação que estabelecem com a sociedade (Cozby, 2003).

Para analisar essas narrativas, utilizamos os estudos feministas (Brown, 2018, 2019; Federici, 2019; Fraser & Jaeggi, 2020) a respeito das atividades reprodutivas para discutir os modos como o capitalismo atua nos corpos das mulheres docentes entrevistadas. Além disso, conduzimos uma análise reflexiva, acerca da precarização do trabalho docente, de pesquisas realizadas em período anterior e durante a pandemia, com o propósito de discutir se esse processo se intensificou.

A análise dos relatos foi realizada pelo método da análise interpretativa, segundo o qual há inferência e interpretação das narrativas recolhidas, por parte da pesquisadora, procurando compreender essas narrativas nas entrelinhas e costurar as ideias e vivências narradas pelas professoras (Severino, 2007).

Ademais, a análise das narrativas a nós confiadas foi feita a partir da recusa de discursos universalizantes, de modo a provocar um distanciamento de leituras e interpretações de ciências positivistas e essencialistas (Nogueira, 2001). Com isso, foram privilegiados os sentidos que as professoras de escolas públicas do estado do Mato Grosso do Sul deram às suas próprias narrativas. Neste artigo, também procuramos oferecer enfoque a duas categorias analíticas que foram essenciais para costurarmos as narrativas das professoras, são elas: o tempo do trabalho produtivo e reprodutivo e a precarização do trabalho. Com este artigo, buscamos valorizar a divulgação dos estudos realizados nos territórios em que estão inseridos e ampliar o conhecimento da realidade do trabalho de mulheres docentes que atuaram durante a pandemia.

Ressalta-se que esta pesquisa foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Logo após a aprovação do Comitê, por meio do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 50179721.1.0000. 5160 e do Parecer nº 4.903.637, combinamos a aproximação inicial com as professoras. Durante o diálogo com elas, foram repassados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), utilizado para apresentar a pesquisa para as entrevistadas, e o roteiro de base para as entrevistadas. Além disso, nesta pesquisa, tivemos apoio da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT).

Neste estudo foram ouvidas 11 professoras de escolas públicas dos municípios de Dourados e Ivinhema. A escolha das participantes se deu por conveniência. Com algumas delas estabelecemos o contato a partir de relações de trabalho próximas, em Ivinhema. As participantes são mulheres, com idades entre 33 e 48 anos, e todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, em 2021. Por se tratar de uma entrevista semiestruturada, foi elaborado previamente um roteiro base com elementos que abordassem o perfil das professoras, bem como aspectos pessoais e trabalhistas. Posteriormente, foram retirados alguns trechos para compor as categorias analíticas. De modo a preservar o anonimato das entrevistadas, o nome delas foi substituído por referências que elas próprias elegeram.

Embora algumas entrevistas tenham sido conduzidas presencialmente durante a atuação de uma das autoras como psicóloga escolar, em Ivinhema/MS, após sua saída, a pandemia nos levou a adotar uma metodologia à distância, visando preservar a saúde das pessoas envolvidas. Antes das entrevistas com as docentes, procuramos criar uma relação de proximidade por meio de ligações, áudios ou mensagens de *Whatsapp*. Algumas professoras ligavam para compartilhar sobre seu dia e os desafios no retorno às aulas, expressando suas angústias. Esses contatos permitiram uma aproximação e a construção de uma relação afetiva. Esse vínculo foi fundamental, pois estávamos atravessando um momento difícil, que exigia a reestruturação de nossas formas de trabalho. Foram, então, entrevistadas 11 professoras: três presencialmente, nas escolas onde atuavam, e oito remotamente, via *Google Meet* e *Zoom*. Cada entrevista teve, em média, aproximadamente 2 horas de duração.

Em Dourados, que se insere no sudoeste do estado do MS, temos uma grande aproximação com os povos paraguaios. Estima-se que, nessa região, houve a maior migração de brasileiros para uma nação fronteiriça, e no Paraguai se encontra a segunda maior comunidade de brasileiros residentes no exterior (Albuquerque, 2009).

A relação entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, as cidades-gêmeas que se encontram em um entrelugar de fronteira seca, tende a apresentar uma interação muito profunda entre si. Por conta dessa intensa relação, corriqueiramente as pessoas que residem nessas cidades compartilham os serviços de saúde e de educação, constituindo uma identidade brasiguaiá (Albuquerque, 2009). Exemplos disso são a busca de estudos, por estudantes de Dourados e região, em universidades privadas de Pedro Juan Caballero (Scherma, 2012) e as redes de solidariedade, sobretudo no acesso à saúde (Nascimento & Andrade, 2018). Cabe destacar, ainda, que a aproximação entre o município de Dourados e a fronteira paraguaia proporcionou uma mistura de culturas que influenciou consideravelmente na constituição de escolas nesse território.

A fronteira também pode se constituir como um espaço de atritos, contradições e solidariedades, pois ao mesmo tempo em que as identidades são integradas nesse contexto, também podem ser recusadas (Souza, 2014). Vivenciar esse limiar ou entrelugar (Ferraz, 2010), portanto, significa querer pertencer a dois espaços simultaneamente e, ao mesmo tempo, passar investidas

de integração e recusas constantes. Logo, a fronteira aproxima e separa, produz identidades e identificações, sentidos, trocas, conflitos, afetos e desafetos, unindo e separando a um só tempo.

Os territórios fronteiriços apresentam a dimensão da complexidade que se coloca em viver-estar nessa fronteira historicamente colonizada. Glória Evangelina Anzaldúa (2005) tece afirmações sobre as identidades fronteiriças, compreendendo que as fronteiras extrapolam dimensões geográficas, políticas e econômicas e se constituem, principalmente, a partir de dimensões simbólicas complexas identitárias, imbuídas de sentidos e significações que constituem o ser-estar-viver neste contexto.

Elencamos neste artigo alguns apontamentos sobre os escritos de Anzaldúa (2005), pois é de suma importância compreender a fronteira a partir de dimensões simbólicas, subjetivas, práticas, sociais e culturais das pessoas que se inserem nesse contexto. Eudes Leite e Leandro Baller (2019) salientam que parte das pesquisas que tratam sobre a fronteira excluem os corpos e as perspectivas das mulheres, das/os negras/os, das/os indígenas, das lésbicas, bissexuais e transexuais, dos corpos periféricos, deixando de abarcar, por consequência, as diversidades étnico-raciais, de sexo e de classe. Desse modo, este trabalho procura se contrapor a essa herança de produção de ausências.

O tempo do trabalho produtivo e reprodutivo durante a pandemia: o trabalho tá dentro de casa

Quando destacamos o trabalho realizado pelas professoras nas escolas públicas, é necessário também trazer a variável da assimetria de poder sexual (Hirata & Kergoat, 2007). Historicamente, a classe trabalhadora foi abordada na literatura por vias homogêneas que levavam em consideração fatores como emprego/desemprego, qualificação/produção, e deixavam de abordar o sexo e, conseqüentemente, o trabalho das mulheres.

Como afirmam Hirata e Kergoat (1994), as discussões sobre trabalho corriqueiramente eram feitas a partir de perspectivas biologizantes ou que estereotipavam modos e condutas cotidianas, deixando de abarcar a dinâmica das relações, de corpo e vivências das mulheres. Por isso, como relatam Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira (2014), o trabalho reprodutivo ou doméstico era apartado dos estudos ou relegados a um segundo plano. Foi apenas a partir do século XX, sobretudo em meados dos anos 1970, que críticas sobre a divisão sexual desigual do trabalho começaram a ser construídas pelo movimento feminista, denunciando as teorias que apenas retratavam o trabalho produtivo e olhavam as mulheres pelas lentes biológicas e fatalistas.

Através das denúncias dos movimentos feministas foi também possível evidenciar a elevada quantidade de trabalhos exercidos pelas mulheres de forma gratuita. Trabalhos esses que foram constituídos, hegemonicamente, de modo a serem naturalizados como atrelados à condição da mulher e considerados invisíveis e sem reconhecimento. Por isso, para Hirata e Kergoat (2007, p. 597), a divisão sexual do trabalho constitui-se como “forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos”. Compreende-se, então, que um dos enfoques da discussão sobre a organização diferencial de mulheres e homens no mercado de trabalho se dá, justamente, nas profissões em que ocupam, ou seja, as mulheres são preferencialmente direcionadas aos trabalhos reprodutivos e os homens aos trabalhos produtivos, o que resulta também em alternâncias entre tempo e espaço nessa divisão. Assim, podemos entender que as desigualdades são sistêmicas e que são articuladas, em nossa

sociedade, a partir de meios que hierarquizam as ocupações e, em consequência, os corpos de homens e mulheres.

A separação de espaço e tempo de trabalho caminhou em direção aos benefícios do capital. Constituiu-se também como base importante na divisão sexual do trabalho, dado que as relações sociais são constituídas histórica e socialmente pelas configurações de sexo. Dessa maneira, ao refletirmos sobre a divisão sexual do trabalho, é preciso situar as tríades: mulheres, reprodução e espaço privado, por um lado; e homens, produção e espaço público, por outro. A primeira tríada, vinculada quase que diretamente ao trabalho doméstico, passa a ser dissociada do trabalho produtivo, embora o trabalho assalariado dependa do trabalho doméstico para se manter (Ávila & Ferreira, 2014).

Em consequência da divisão sexual de trabalho desigual, são as mulheres que ocupam os trabalhos mais precarizados. Portanto, a desvalorização, a desigualdade salarial e a extensão do tempo de jornada do trabalho passam a ser recorrentes na manutenção do mercado global que, por sua vez, como informa Guy Standing (2017), é uma máquina que não repousa, não pausa ou folga, pois está sempre em funcionamento, e os corpos das trabalhadoras são engrenagens para a perpetuação dessa estrutura.

Importa reiterar que, mesmo em casos em que o trabalho de cuidado é mercantilizado e visto como trabalho, com direito a salário, promoção, plano de formação de carreira, este continua instável e sem garantias, devido aos baixos salários. No Brasil, com a ampliação das redes de apoio, através da vizinhança e da comunidade, observa-se a expansão do fornecimento de cuidado, porém é no âmbito doméstico que essa função se torna mais presente.

Como notam as professoras Tulipa (2021) e Vitória (2021), ampliaram-se tanto a extensão da jornada de trabalho delas quanto a dissolução das fronteiras entre trabalho produtivo e reprodutivo:

Aumentou o tempo de trabalho e muito! Hoje mesmo eu vim aqui cedo, cumprir um plantão de três aulas, cheguei em casa e a minha mãe tá aí com os meus sobrinhos, fui olhar a minha sobrinha que tava fazendo avaliação, fui ver se tava tudo ok. Aí fui preparar uma comida pra minha mãe, que ela queria comer, aí sentei e, enquanto eu comia, tava imprimindo coisa pra colocar nos cadernos. E comendo e mexendo no computador, né? E tentando dar atenção pro sobrinho. E aí, tá... saí pra escola atrasada já. Chego aqui, que hoje ainda não tá tendo atendimento, mas a partir da semana que vem a gente vai ter que atender aluno. Aí você vai ter que preparar uma aula pra atender esse aluno na sala e, ao mesmo tempo que você atende ele, você atende os outros. O celular mesmo já começou a buzinar, aí enquanto você atende aquele aluno, você vai ter que atender, pelo celular, o outro que tá em casa. E planejando a aula do outro dia. ... E vai ser assim, aí chega em casa e, às vezes, até meia noite planejando ali, fora os estudos que a gente tem fora da escola, porque eu ainda faço pós-graduação e chego em casa e ainda vou estudar. Isso que eu moro sozinha, pra mim é mais fácil porque eu moro sozinha. Igual eu to com a família essa semana toda... eu não consegui fazer nada, não consegui dar atenção pra eles e nem me dedicar totalmente ao trabalho. Por que eu fico 24 horas em função da escola (Tulipa, 2021).

A professora Vitória (2021) completa: “Tive que fazer trabalho de casa na pandemia, sim, trabalho de casa nunca para não”. Nessas narrativas é possível verificar o tempo do trabalho reprodutivo, no sentido atribuído por Teresa Torns (2004), isto é, o tempo do trabalho repro-

ditivo apresenta uma lógica sincrônica, portanto as tarefas geralmente não são definidas em tempos fixos, tal como no trabalho produtivo (que compreende um tempo diacrônico, linear e contínuo), e nem sempre apresenta pausas e interrupções. Com a pandemia, as professoras relataram o aumento da precariedade do trabalho através do aprofundamento da inseparabilidade entre trabalho produtivo e reprodutivo.

Para Marc Bessin (2016), o tempo das mulheres é outro, é um tempo complexo, pautado no movimento das condições subjetivas, que se expressa numa “vida em duas”. Por isso, o autor vai ampliar a noção de presença das mulheres quanto às responsabilidades temporais. Como ele destaca, as mulheres vivenciam “uma relação de tempo baseada na antecipação e na consideração do outro (e de sua temporalidade)” (Bessin, 2016, p. 350). São elas que se encarregam da organização rotineira e temporal das pessoas que compõem a família (das atividades que vão realizar, em que momento podem agir), vivenciando um estado constante de alerta e organizando a sua vida a partir da agenda dos outros membros da família.

Ávila e Ferreira (2020) acentuam que o tempo de trabalho que as mulheres destinam ao cuidado com as pessoas não é levado em consideração no arranjo do tempo social. Soma-se a isso, também, o tempo de lazer. Por isso, para as autoras, o trabalho reprodutivo é praticado no âmbito doméstico e relegado a um segundo plano, afastado do projeto que constitui a mais-valia. Considera-se as mercadorias demandadas para a sustentação das/os trabalhadoras/es, porém pouco se valoriza os trabalhos destinados ao cuidado, à alimentação, às relações cotidianas e interpessoais, aos espaços de convívio e ao tempo da escuta. A relação de tempo de trabalho produtivo e reprodutivo é destituída de equidade. No trabalho reprodutivo não há remuneração e nem reconhecimento, porque esse tipo de trabalho não é visto, de fato, como trabalho.

Nas narrativas das professoras, observamos que as dinâmicas das atividades de cuidado se refletem de maneira intensa na jornada de trabalho. A professora Catarina (2021) revelou que, em sua casa, é ela quem cuida de sua mãe idosa; situação compartilhada também pela professora Amélia (2021), ao dizer que faz tudo, que inclusive cuida da casa, do quintal e da neta. Esses trabalhos também estão presentes nos casos das professoras Carla (2021), Rita (2021) e Iara (2021), como podemos observar nos relatos a seguir.

Minha mãe disse assim: “se você não tivesse aqui vindo ver a gente quase todo dia, como que a gente ia tá?” Porque meu irmão não ia (Carla, 2021).

Além do trabalho na escola, eu também tenho que limpar a casa... dar atenção para o esposo, eu cuido da minha mãe, porque ela é diabética e tá afastada do serviço dela. Ela é professora na Educação Infantil, na creche... só que ela desenvolveu várias coisas. Os problemas de saúde dela se agravaram um pouco antes da pandemia e ela não precisou aprender a mexer com as tecnologias para gravar pros pequenos. Mas ela tava apavorada... porque ela tem problema na coluna... por enquanto ela tá de licença e não se sente apta a voltar porque ela tá com esquecimento que se agravou na pandemia de um jeito (Rita, 2021).

Aumentou o meu trabalho, porque a rotina de casa é outra, né? A gente tem outros momentos em casa, daí a gente misturar a questão do trabalho da gente com a casa, ficou meio complicado (Iara, 2021).

Nas narrativas supracitadas, corroborando os demais relatos de docentes presentes neste artigo, notamos que houve uma ampliação, além de mudanças no compartilhamento, das atividades domésticas e de cuidado, com o irmão ou com o companheiro, e isso expõe o predomínio

da herança patriarcal presente nas relações sociais (Kergoat, 2009). Ainda a esse respeito, comumente as entrevistadas afirmavam serem as encarregadas do cuidado de idosos (mãe, pai, avós) e de filhas/os e netas/os, expondo o fato de que o trabalho reprodutivo em suas residências recaí sobre elas.

No relato a seguir, constatamos que o tempo de trabalho reprodutivo se define por uma jornada extenuante, descontínua e atravessada por pequenos momentos de repouso, de autocuidado e de lazer. As atividades que as professoras desempenharam em suas casas, somadas aos trabalhos produtivos desenvolvidos na escola, pareceram não proporcionar momentos de descanso.

No ano de 2020, praticamente eu não tinha tempo pra nada... cuidava de casa, da escola, das crianças. No ano passado [2020], foi um ano difícil principalmente pra mulher que trabalha em casa, de ter o seu momento. De sentar e ler um pouco, eu gosto de ler e queria sentar pra ler pelo menos quinze minutos, e não conseguia ler nem cinco minutos quando tava todo mundo em casa. Todo mundo chama na mesma hora, como você vai se concentrar? Não tem como. ... Semana passada eu madruguei, pra ir ao salão arrumar o cabelo e. chegando lá, falei “ah, que maravilha, eu posso dormir aqui sentada”. Lá eu ficava desligada, porque deixava as crianças e o marido em casa. Os quarenta minutos que ficava lá eram totalmente meus, eu precisava deles (Rosa, 2021).

Por fim, durante a pandemia, notamos que as professoras voltaram constantemente a sua atenção para o auxílio de outras pessoas — respondendo às demandas de cuidado, afeto, alimentação e preservação da vida. Isso nos leva a constatar que elas vivenciaram “um estado permanente de heteronomia quanto à organização de seu cotidiano” (Ávila, 2009, p. 105), desdobrando-se para atender às demandas dos familiares em qualquer horário e dia.

A precarização do trabalho: A gente tentou oferecer o que a gente tinha de melhor no momento

Na seção anterior, expusemos que, em consequência da desigualdade na divisão de trabalho entre os sexos, são as mulheres que realizam os trabalhos mais precarizados. Nesta seção, por sua vez, ao identificarmos o aumento da precariedade na crise sanitária, procuramos elencar as narrativas das professoras quanto à falta de recursos necessários para realizar o trabalho no período de pandemia.

Ao longo das entrevistas, percebemos que as falas das docentes são carregadas de queixas. Algumas delas expõem as precárias condições de trabalho na utilização do computador. Outras, ainda, revelam que se as condições e os instrumentos usados no trabalho não fossem tão precários, e até inadequados ou pagos por elas, a situação de trabalho não teria proporcionado carga emocional e física tão elevada. Isso é evidente nos relatos apresentados a seguir.

O trabalho em si triplicou. Então, a partir do momento que eu tive que trabalhar com o conteúdo digital, eu passava manhã, tarde e noite fazendo esse conteúdo. Daí me perguntavam o que fazer tarde da noite. Às vezes eu tava fazendo outro trabalho, até mesmo deitada, cansada... porque em casa eu não mantenho um escritório, igual muitas professoras montaram. Eu sei que sentava no quintal... na varanda, com o calor atrapalhando. Foi, com certeza, muito, muito difícil (Catarina, 2021).

Eu achei que eu trabalhei mais nesse período à distância, porque tinha também a carga emocional da desmotivação que eu ouvi de muitos. Aí eu trabalhei muito, porque eu não gostei de fazer os relatórios dos vídeos. E aí dava muito trabalho (Marisa, 2021).

A gente teve que se virar e aprender sozinho na pandemia. Os cursos *on-line* e gratuitos vieram depois, depois que a gente já tava no olho do furacão. A gente se virou muito bem, porque ter que se reinventar, e ainda tem mais pra aprender. Foi muito difícil, desesperador até. O ano passado [2020] foi desesperador mais ainda. Neste ano [2021], a gente tá assim “a gente dá conta”, porque foi tão difícil no ano passado, entende? A impressão é de que tá difícil, mas a gente dá conta (Rita, 2021).

Tivemos que correr atrás, tiveram que buscar recursos, né? Sozinhos... e quem não sabia teve que buscar ajuda. Até hoje nós temos aqui professores que têm dificuldade e busca ajuda dos colegas (Vitória, 2021).

A parte que ficou bem difícil foi ter que mandar vídeo. Então não é igual [com o ensino presencial] (Amélia, 2021).

As narrativas revelam que os meios utilizados para o desenvolvimento do trabalho foram variados, incluindo desde o uso de programas que gravam a tela do *smartphone*, até o manuseio de alguns aplicativos específicos e pagos como o *ApowerRec*. Foi possível constatar, também, que as redes sociais, como *Facebook*, *WhatsApp* e *Youtube*, foram corriqueiramente usadas, e as docentes buscaram o auxílio de colegas, amigas/os e familiares, para utilizá-las.

Amanda Moreira da Silva (2020), em pesquisa realizada durante a pandemia, destaca o processo de aprofundamento da precarização do trabalho docente por meio da *youtuberização* resultante do projeto de ensino *on-line*. Conforme a autora, isso resultou em um tipo de “precariado professoral”, que se intensificou ainda mais nesse período, com a perda de direitos sociais e trabalhistas. O trabalho realizado pela nova classe de professorado, resultado das formas contemporâneas de precarização, está mais próximo do tipo de trabalho flexível, como aponta Christian Laval (2019), feito a qualquer horário e sob quaisquer condições, com tempo indeterminado para sua continuidade (Antunes, 2018).

As professoras também disseram que aumentou a sensação de instabilidade em seu trabalho ao longo da pandemia, e que sempre buscavam contornos e formas de lidar com essa nova condição. Informaram, também, que tiveram gastos maiores, com materiais impressos, pacotes de programas, formatação de celular e notebook, gastos com o transporte e contas de energia e água que foram utilizados em suas próprias residências.

A respeito da instabilidade no trabalho, Danièle Linhart (2014) propõe uma reflexão através do conceito de “precariedade subjetiva”. A autora afirma que essa precariedade corresponde ao sentimento de abandono e isolamento generalizado no trabalho, e à extensão gratuita da jornada, o que expõe as pessoas a um tipo de decisão que depende só delas, individualizando as relações e as dinâmicas nesse contexto. Em outras palavras, essa instabilidade consiste na realização da lógica neoliberal, que transforma as pessoas em concorrentes, empresárias de si mesmas e sempre substituíveis (Brown, 2019; Foucault, 2010).

Essa operação aproxima a escola do funcionamento da empresa, convertendo docentes em colaboradores, e estudantes em clientes, ao transformar o sujeito em *homo economicus*, que

precisa gerir a si próprio e que é sempre o responsável pelos fracassos que possa vir a ter (Foucault, 2010). Nesse ponto, cabe o seguinte questionamento: de que forma o isolamento físico, que marca a condição da pandemia, intensificou as distâncias e as sensações de abandono, já anteriormente vivenciadas no âmbito do trabalho docente?

Ao longo das entrevistas, as professoras também expuseram que não foi realizada uma conversa ampla com a comunidade e nem com o corpo docente. Não se colocou em questão, pelos órgãos administrativos, se as docentes e a comunidade teriam condições de manuseio e de acesso às tecnologias exigidas pelo ensino remoto. Tal situação dialoga, também, com a perspectiva trazida por Amanda Silva (2020), que faz uma análise das implementações realizadas no estado de Mato Grosso (MT), pois a autora afirma que a preservação da vida foi colocada em segundo plano neste estado. Os problemas relacionados ao acesso, por parte da comunidade escolar, à *internet* e à equipamentos foram secundarizados, assim como as condições de trabalho das/os docentes.

Isso também se fez presente nas narrativas das professoras do MS. Durante as entrevistas, três professoras, que atuavam na escola do campo, em vilas próximas ao município de Dourados, denunciaram a falta de acesso à *internet*, decorrente do território em que se encontravam:

A aula *on-line* é interessante se as crianças tivessem acesso às mídias. A gente sabe que a nossa realidade aqui [no campo], eles não têm acesso. Os alunos do campo nem internet não têm, muito menos um computador ali, pra gente poder dar aula. Pelo menos no *meet* ali, não tem como. ... Às vezes eles iam no lugar que dava torre, por exemplo, daí já aproveitava e falava com o pessoal da escola, né? Ou o dia que eles iam fazer compra, é muito comum isso, ah, vai fazer compra na cidade, daí eles já dava uma passadinha ou então já ligava pra gente, ou passava na casa da gente. Tinha uma família, que eles moram no campo, que faziam isso, eu montei caderno pra menina, né? Aí eu passava bastante atividades no caderno, daí no dia da compra, lá no dia que eles saíam, aí ela trazia o caderno e na volta... quando ela voltava pra casa, ela pegava o caderno de volta. Ou então eles esperavam assim, tipo, um outro momento que viria aqui na vila, ou alguém passava pra pegar o caderno e levar de volta (Iara, 2021).

Na escola pública, o aluno não tem acesso à tecnologia, na escola pública o aluno, muitas vezes, não tem acesso nem à *internet*. Os pais chegavam em casa com o celular dele do trabalho e tinha que orientar os filhos, porque a tecnologia não é de acesso a todos ainda. Nem dois por cento da população têm acesso à tecnologia, né? E a escola que eu trabalho é escola pública, extremamente carente de tudo (Catarina, 2021).

Se pra nós no começo foi trabalhoso, imagina pra eles [os familiares], que são de alguma forma, não têm acesso à tecnologia, porque se você for nessas escolas mais longínquas, se você ver assim... por exemplo, teve aluno que disse: “prô, na minha casa não tem *internet*”. Aí a criança tem a alternativa de ir na escola algum dia com os familiares e retira as atividades. Em muitas escolas da cidade, essa foi a alternativa (Rosa, 2021).

A maioria [dos alunos] tem celular pré-pago e os dados móveis não aguentam uma pesquisa. Então usamos mais o livro, pra facilitar. Dificulta muito, até mesmo vídeo, professor enviando vídeo, explicando a matéria, se o vídeo for muito longo, não baixa. Vídeo de dois segundos dá [risos] (Carla, 2021).

Percebemos nas narrativas que a precarização, resultante da falta de acesso à *internet* e às tecnologias, intensificaram as desigualdades educacionais e regionais no território fronteiro de Mato Grosso do Sul. Tal situação de desigualdade enfraquece o projeto de cidadania,

ao destituir do sujeito os meios necessários para a sua formação. Como nos aponta Wendy Brown (2019), a noção de liberdade econômica é parte do projeto neoliberal em curso, quando arrancada do social, tende a ser praticada sem compromisso com as pessoas que compõem a sociedade, com o contexto e com o coletivo.

Esse cenário nos levou a concluir que as dificuldades de deslocamento e de acesso à *internet*, características do território de fronteira onde a pesquisa foi realizada, contribuíram para a falta de investimento adequado em educação nesse espaço. O resultado disso são escolas com escassez de recursos didáticos e tecnológicos, o que, por sua vez, agravou o isolamento social das professoras, aumentando a sensação de desamparo.

Esse contexto de precariedade na infraestrutura de transporte e comunicação, e a ausência de suporte adequado acarretaram uma vulnerabilidade ainda maior, não apenas estrutural, mas também subjetiva (Linhart, 2014). As professoras, ao enfrentarem, quase solitariamente, essas dificuldades, sentiram-se negligenciadas pelas políticas públicas e instituições que deveriam apoiá-las, o que reforçou a individualização do trabalho. A extensão da jornada de trabalho mencionada por Linhart (2014) também se aplica a essa realidade, já que, além das funções pedagógicas, as professoras assumiram tarefas como logística de entrega, correção de atividades e o acompanhamento de estudantes fora do horário regular. Portanto, o isolamento geográfico e a falta de investimento em educação, no território de fronteira, intensificaram tanto a precarização material quanto a subjetiva, gerando um sentimento de abandono e individualização.

Na contramão das necessidades sociais, ao longo da pandemia houve diminuição de investimentos públicos, corte de verbas e privatizações em relação ao suporte oferecido às famílias, sobretudo na educação e na saúde. O fato de o Estado cada vez mais se distanciar da responsabilização em relação às pessoas tem afetado, principalmente, as mulheres, que acabaram tendo uma jornada de trabalho não remunerado ainda mais intensa. Sendo assim, reiterando os apontamentos de Brown (2018, p. 13), “o neoliberalismo é tanto um modo específico de racionalidade, quanto uma produção de sujeitos, uma ‘condução de condutas’ e um esquema valorativo”. Além disso, devido à sua volatilidade, tende a se apropriar de novos discursos, adquirir novas formas e inscrever novos conteúdos em diferentes países e culturas, não apresentando uma identidade própria, sendo mutável e irregular em suas diversas formas de operar.

É perceptível, nas falas das entrevistadas, a tensão vivenciada por elas e o medo do que poderia vir. No ano de 2021, quando foi desenvolvida esta pesquisa, havia incertezas sobre a covid-19. A angústia que marcou a rotina delas fez-se presente na maioria de suas falas. Os questionamentos e as reflexões também foram recorrentes e se revelavam em seus olhares, gestos e discursos, reverberando em perguntas como a de Marisa (2021): “apesar de tanto tempo vivenciando a pandemia, tenho dúvidas sobre este momento ... fico procurando formas de lidar com esta nova realidade, sabe? Como ainda posso tornar os afetos, no trabalho e na minha vida pessoal, possíveis?”.

Ao longo deste artigo, evidenciamos narrativas e memórias vivenciadas por professoras residentes na fronteira de Mato Grosso do Sul. Agora conseguimos vislumbrar o fim da pandemia, mas não conseguimos imaginar o fim da precarização do trabalho, nos questionamos, então: quais narrativas serão lembradas como memórias da pandemia? Rita Segato (2016) sinaliza que é preciso retirar do gueto o problema das mulheres. É preciso também retirar do gueto as suas histórias e memórias. Nesse sentido, apontamos para a emergência de compreendermos as novas configurações de trabalho estabelecidas neste tempo, uma vez que a experiência das professoras contribui para se pensar em ações políticas comprometidas com uma educação menos desigual.

Considerações finais

Neste artigo, trazendo aquilo que foi alcançado a partir das narrativas das próprias docentes, procuramos contemplar o objetivo delineado inicialmente, isto é compreender se houve o aprofundamento da precarização do trabalho das professoras residentes no território sul-mato-grossense.

Dentre os resultados, observamos a ampliação da jornada de trabalho e, embora as docentes buscassem resgatar as memórias positivas desse tempo, destacou-se a intensificação das tensões laborais e das relações de solidariedade frágeis. Foi possível identificar, ainda, as transformações repentinas, geradas pela pandemia, no cotidiano das entrevistadas, drásticas mudanças entre a vida que elas tinham antes e a que viviam durante a pandemia.

Nesta pesquisa, também através da análise da divisão sexual do trabalho e do cuidado, expusemos as condições laborais em que as docentes se encontraram, com falta de acesso às tecnologias e dificuldades de manuseio destas. Constatamos, ainda, as dificuldades apresentadas pelas professoras quanto ao ritmo de trabalho, que se acelerou, o compartilhamento (ou não compartilhamento) das atividades reprodutivas e a configuração das relações estabelecidas com a comunidade escolar. Além disso, expusemos as adversidades quanto à administração do tempo, ora por demandas exorbitantes do trabalho da escola, ora por exigências do trabalho em suas residências, a fim de contemplar as demandas de outros membros da família.

Ademais, é preciso ressaltar a permanência da invisibilidade do trabalho doméstico, acrescida da cobrança constante das atividades de cuidado, como se fossem obrigações imanente da mulher, em prol do “amor natural” e como atribuição materna. Houve, também, nas narrativas, a desvalorização do trabalho doméstico, como se este não fosse, de fato, um trabalho.

Por meio dos relatos, foi possível, ainda, perceber a falta de acesso da comunidade escolar a equipamentos e às tecnologias. Desse modo, as professoras fizeram uso de seus próprios recursos para comprar os materiais necessários para atender as demandas do Ensino Remoto Emergencial (ERE), participando com a mão de obra e com os meios de realização do trabalho docente.

Outrossim, foram expostos os lutos vivenciados pelas docentes e as implicações que a crise de saúde trouxe para a vida pessoal delas — através da trágica perda de familiares, da diminuição da socialização com amigos e do isolamento que marcou o período de pandemia. Durante as entrevistas, identificamos pulsar o desconforto da sensação do não pertencimento, como se esse período se tornasse uma lacuna nas práticas que elas haviam desenvolvido havia anos, a partir das trocas construídas na escola e no cotidiano com as pessoas.

Em suma, os relatos retrataram um cenário de precarização acentuada em uma região de fronteira, onde as condições laborais das professoras foram desafiadas pela falta de infraestrutura, recursos tecnológicos e políticas públicas eficazes. Esse contexto evidenciou a urgência de ações voltadas para minimizar as desigualdades enfrentadas, tanto pelas educadoras quanto por estudantes nessas áreas, especialmente em tempos de crise.

Convém ressaltar que a invisibilidade de pesquisas que contemplem as dimensões de gênero, raça, sexualidade e classe social, no cenário de fronteira, reflete uma lacuna significativa nos estudos sobre esse território que ladeia o Paraguai. A ausência de atenção às vivências de mulheres cisgênero, imigrantes, pessoas negras, indígenas, lésbicas, bissexuais e transexuais revela uma perspectiva limitada que não abarca as diversas formas de opressão enfrentadas nesses contextos. Em análises sobre a fronteira, a complexidade das relações sociais, marcadas por interseccionalidades e desigualdades estruturais, é ignorada, deixando à margem os cor-

pos e subjetividades que mais sofrem com a precarização do trabalho e a exclusão social. Dessa forma, esses estudos acabam por reforçar a invisibilidade histórica e acadêmica das mulheres, ao desconsiderarem suas experiências e perspectivas únicas, fundamentais para que se possa compreender com mais profundidade e amplitude as dinâmicas sociais, econômicas e culturais desse território.

Nesse sentido, alcançamos o objetivo proposto ao constatarmos que, apesar de existirem poucos trabalhos que retratam o contexto fronteiriço, as narrativas das docentes evidenciaram um aumento significativo nas condições de precariedade laboral. Esses corpos e essas vozes locais destacaram a singularidade dos desafios enfrentados, reforçando a necessidade de maior atenção e cuidado a esse cenário de vulnerabilidade.

Em vista disso, acreditamos que não basta apenas reconhecer as precariedades expostas aqui, é preciso também ecoar as ações políticas reverberadas por essas mulheres. Nesse sentido, torna-se incontornável a elaboração de novos saberes, práticas e políticas que levem a sério as experiências vividas por múltiplos corpos que materializam como é ser professora na fronteira e em tempos de pandemia. Tais corpos clamam por uma outra gramática política e de vida, em oposição à opressão patriarcal, capitalista, racista e sexista, rumo a uma nova consciência, no sentido proposto por Gloria Anzaldúa (2005) — que também foi professora.

Referências

- Albuquerque, J. L. C.** (2009). A dinâmica das fronteiras: Deslocamento e circulação dos “Brasiguaios” entre os limites nacionais. *Horizontes Antropológicos*, 15(31), 137-166.
- Antunes, R.** (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. Boitempo.
- Anzaldúa, G.** (2005). La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. *Revista Estudos Feministas*, 13(3), 704. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300015>
- Ávila, M. B.** (2009). *O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência* [Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE].
- Ávila, M. B. & Ferreira, V.** (2014). Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres* (pp. 13-50). SOS Corpo.
- Ávila, M. B. & Ferreira, V.** (2020). Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. *Dossiê Psicologia e Sociedade*, 32, 2020. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32242869>
- Bessin, M.** (2016). Política da presença. As questões temporais e sexuadas do cuidado. In H. Hirata, A. Abreu, & M. Lombardi (Orgs.), *Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais* (pp. 17-26). Boitempo.
- Brown, W.** (2018). *Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Zazie.
- Brown, W.** (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. Editora Filosófica Politeia.
- Costa, C. L. & Ávila, E.** (2005). Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. *Revista Estudos Feministas*, 13(3), 691-703.
- Cozby, P. C.** (2003). *Métodos de pesquisa em ciências*. Atlas.
- Federici, S.** (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (Coletivo Sycorax, trad.). Elefante.
- Ferraz, C. B. O.** (2010). Entre-lugar: apresentação. *Revista Entre-Lugar*, 1(1), 15-31. <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/viewFile/610/406>
- Foucault, M.** (2010). *O nascimento da biopolítica*. Edições 70.
- Fraser, N. & Jaeggi, R.** (2020). *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. Boitempo.
- Hirata, H. & Kergoat, D.** (1994). A classe operária tem dois sexos. *Revista Estudos Feministas*, 2(1), 93-100. <https://goo.gl/qX5bn1>
- Hirata, H. & Kergoat, D.** (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *CADERNOS DE PESQUISA*, 37(132), 595-609. <https://goo.gl/8t84Ck>
- Kergoat, D.** (2009). Divisão sexual o trabalho e relações sociais o sexo. In H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré, & D. Senotier (Orgs.), *Dicionário crítico do feminismo* (pp. 67-75). UNESP.
- Laval, C.** (2019). *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Boitempo.
- Leite, E. F. & Baller, L.** (2019). Fronteira e fronteiriços. In A. Colling & L. Tedeschi (Orgs.), *Dicionário crítico de gênero* (pp. 315-322). Editora UFGD.
- Linhart, D.** (2014). Modernização e precarização da vida no trabalho: o surgimento de uma “precariedade subjetiva”. In R. Antunes (Org.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil* (pp. 45-54). Boitempo.
- Ministério da Educação** (2020). Portaria n. 343, de 17 de março de 2020. *Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de*

pandemia do Novo Coronavírus - Covid-19. Autor.

Minayo, M. C. de L. (2001). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Vozes.

Nascimento, V. A. & Andrade, S. M. O. (2018). As armas dos fracos: estratégias, táticas e repercussões identitárias na dinâmica do acesso à saúde na fronteira Brasil/Paraguai. *Horiz. Antropol.*, 24(50), 181-214. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832018000100181&lng=en&nrm=iso

Nogueira, C. (2001). Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. *Cadernos de Pesquisa*, 112, 137-153. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000100007>

Scherma, M. A. (2016). Cidades-gêmeas e integração: o caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. In *Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina*, São Paulo (pp. 1-16). CELAC. http://www.hu.usp.br/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/Marcio_Scherma_II-Simposio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-America-Latina.pdf

Segato, R. L. (2016). *La Guerra contra las mujeres*. Traficantes de sueños [e-book]. <https://www.traficantes.net/libros/la-guerra-contra-las-mujeres>

Severino, A. J. (2007). *Metodologia do trabalho científico*. Cortez.

Silva, A. (2020). Da Uberização à Youtuberização: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. *Revista Trabalho, Política e Sociedade*, 5(9), 587-610.

Sempreviva Organização Feminista - SOF. (2020). *Relatório pesquisa sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. http://mulheresnapanademia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf

Souza, M. J. (2014). Fronteiras Simbólicas – espaço de hibridismo cultural, uma leitura de dois irmãos, de Milton Hatoum. *Letrônica*, 7(1), 475-489.

Standing, G. (2017). *O precariado*. A nova classe perigosa. Autêntica.

Torns, T. (2004). Las políticas del tiempo: un reto para las políticas del estado del bienestar. *Trabajo* 13, 145-164. <https://goo.gl/3ue4aY>

Um retrato das mães solo na pandemia (2020). [vídeo, 2 min]. *Gênero e Número*. <https://www.generonumero.media/reportagens/um-retrato-das-maes-solo-na-pandemia-2/>

SUÉLLEN SOARES ALTRÃO

<https://orcid.org/0000-0003-2242-5870>

Graduada e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: suellenaltrao@gmail.com

JENNIFFER SIMPSON DOS SANTOS

<https://orcid.org/0000-0002-9323-0045>

Doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Docente do curso de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGPs) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

E-mail: jennifersantos@ufgd.edu.br

Histórico	Submissão: 06/04/2023 Revisão: 25/09/2024 Aceite: 26/09/2024
Contribuição dos autores	Conceitualização: SSA; JSS Curadoria de dados: SSA; JSS Análise dos dados: SSA; JSS Redação do manuscrito original: SSA; JSS Redação - revisão e edição: SSA; JSS
Financiamento	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT). Processo: 71/700.137/2020. Bolsa de mestrado recebida por Suéllen Soares Altrão.
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	Aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (CEP/UFGD), número do CAAE 50179721.1.0000.5160 e parecer de número 4.903.637.

CORPOS ALETÚRGICOS: A VONTADE DE MATAR COMO REGIME DE VERDADE DAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA

CUERPOS ALETÚRGICOS: EL DESEO DE MATAR COMO RÉGIMEN DE VERDAD EN LAS PRÁCTICAS DE SEGURIDAD

ALETHURGIC BODIES: THE WILL TO KILL AS A REGIME OF TRUTH IN SECURITY PRACTICES

Giovana Barbieri Galeano¹ e Neuza Maria de Fátima Guareschi²

¹ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil

Resumo: Este artigo objetiva o enfrentamento da branquitude que, em uma sociedade organizada pelo racismo, produz lugares de privilégio nas relações de poder e, neste trabalho, foi tomada como o elemento que articula a violência incontornável e a vontade de matar, no âmbito das práticas de segurança. Metodologicamente, fazemos uso de cenas como ferramentas de mobilização das narrativas urbanas da/sobre a violência que nos permitem analisar os regimes de verdade que possibilitam empreender uma ontologia do presente e dos processos de subjetivação a partir do incomodamento: como se constitui e se mantém a eficácia da letalidade? As análises permitem argumentar que, no Brasil, opera-se uma violência incontornável, que se sustenta nas lógicas da branquitude, produzindo espaços de criminalidade e matabilidade. Nessa conjuntura, sustentamos que branquitude e seus privilégios fazem o vínculo entre a incontornabilidade da violência e a vontade de matar, as quais constituem corpos aletúrgicos, no âmbito das práticas de segurança.

Palavras-chave: Segurança pública; Vontade de matar; Regimes de verdade; Branquitude; Racismo.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo confrontar la blanquitud que, en una sociedad organizada por el racismo, produce lugares de privilegio en las relaciones de poder y, en este trabajo, fue tomada como el elemento que articula la violencia inevitable y la voluntad de matar en el contexto de las prácticas de seguridad. Metodológicamente utilizamos las escenas como herramientas para movilizar narrativas urbanas de/sobre la violencia, que nos ayudan a analizar los regímenes de verdad que permiten emprender una ontología del presente y los procesos de subjetivación basados en la amonestación: ¿cómo se constituye y se mantiene la eficacia de la letalidad? Los análisis nos permiten argumentar que, en Brasil, hay violencia inevitable, que se basa en las lógicas de la blanquitud, produciendo espacios de criminalidad y matabilidad. En esta coyuntura, sostenemos que la blanquitud y sus privilegios forman el vínculo entre la ineludibilidad de la violencia y el deseo de matar, que constituyen cuerpos aletúrgicos en el contexto de las prácticas de seguridad.

Palabras clave: Seguridad pública; Deseo de matar; Regímenes de verdad; Blanquitud; Racismo.

Abstract: This article aims to confront whiteness, which, in a society organized by racism, produces places of privilege in power relations and, in this work, was taken as the element that articulates unavoidable violence and the will to kill in the context of security practices. Methodologically, we use scenes as tools for mobilize urban narratives of/about violence, which allow us to analyze the regimes of truth that make it possible to undertake an ontology of the present and of the processes of subjectivation based on the disturbance: how is the effectiveness of lethality established and maintained? The analyses allow us to argue that, in Brazil, there is an unavoidable violence operates that is sustained by the logic of whiteness, producing spaces of criminality and killability. In this context, we argue that whiteness and its privileges create the link between the inescapability of violence and the will to kill, which constitute aleturgical bodies within the scope of security practices.

Keywords: Public security; Will to kill; Regimes of truth; Whiteness; Racism.

Introdução

Esta escrita emerge do exercício epistemológico, ético e político de pensar “como se constitui e se mantém a eficácia da letalidade, no âmbito das práticas de segurança no Brasil?”. Perguntar sobre a constituição e a manutenção da letalidade no Brasil é fazer uma análise da relação entre poder, violência e processos de subjetivação que vinculam a verdade à decisão sobre a letalidade. Implica, portanto, abordar o conjunto de elementos acolhidos como verdadeiros por uma dada época e sociedade, sejam tais elementos atualizações de estereótipos e práticas já bastante conhecidas ou, ao contrário, a emergência de práticas “aparentemente novas”. Essa interrogação, por conseguinte, direciona-se a saber, por um lado, qual é a economia política da verdade que faz funcionar a letalidade no jogo das relações de poder e, por outro, de que modo essa economia produz efeitos na qualificação e na hierarquização das vidas sobre as quais o poder incide.

Tomamos o conceito de poder dos estudos foucaultianos, o que implica dizer que compreendemos o poder não como algo que se possa possuir, mas como um exercício sobre as condutas de sujeitos livres — nossas condutas sobre nós mesmas(os) e na relação que estabelecemos com os outros e com as instituições (Foucault, 1988). Nesse aspecto, o Estado é apenas uma das formas de organização do poder e que, nesta escrita, ganha importância inicial porque é a letalidade empreendida por agentes do Estado que nos serve de disparador e objeto, em um primeiro momento, para que possamos pensar as práticas de violência que incidem sobre certas categorias da população — não branca — e as práticas de segurança sobre outras categorias populacionais — branca, colonialmente produzida no Brasil, e não reduzida à cor da pele, mas associada ao conjunto de práticas que produzem vantagens simbólicas e materiais a certos grupos populacionais. Mais do que estabelecer uma dicotomia, nosso objetivo é, justamente, pensar como se dá o funcionamento das práticas de segurança no Brasil, o que as constitui enquanto combustível para a letalidade policial — expressão da violência que produz inimigos do Estado a serem exterminados e com a qual temos nos relacionado, mesmo após a redemocratização do país e a instituição jurídico-legal de uma outra forma de pensar a segurança pública.

Metodologicamente, fazemos uso de cenas, como ferramenta estratégica de mobilização das narrativas urbanas da/sobre a violência, que nos permitem analisar os regimes de verdade que possibilitam empreender uma ontologia do presente e dos processos de subjetivação que compõem o campo das práticas de segurança. Neste texto, as cenas não são utilizadas para representar a realidade ou possibilitar um suposto acesso ao fato vivenciado no campo de investigação, tampouco visam a reconstrução dos elementos do cotidiano tal como aconteceram. Ao contrário, buscamos, com elas, produzir rupturas no modo como, no contato cotidiano com os acontecimentos violentos, estes são transformados em fatos corriqueiros que reduzem nossa afetação ético-política.

Poder, violência e processos de subjetivação

Ao nos propormos a pensar a relação entre poder-violência-processos de subjetivação, está em questão não apenas uma escolha epistemológica, mas também uma posição ética e política, intimamente vinculada à problemática epistemológica, pois as geografias do poder, ou seja, o modo como organizamos as relações, regiões e como espacializamos as formas como nos conduzimos e conduzimos os outros, nos produzem enquanto sujeitos de certos discursos-prá-

ticas. Não há, sob essa perspectiva, um “fora” do poder, visto que o poder não é um lugar fixo ou um estrato específico. Não partimos, portanto, do poder enquanto algo que se possui, mas como um exercício que se pode visibilizar mediante as relações entre os sujeitos, dos sujeitos entre si e com as instituições. Em suma, concordamos, aceitamos, atrelamo-nos mais a alguns do que a outros discursos-práticas. Assim, se é possível que sejamos conduzidos de determinado modo, podemos alterar a forma como essa ação sobre outra ação se constitui e, portanto, as modalidades de subjetivação ou, como diz o próprio Michel Foucault (1995, p. 239), “talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos desse ‘duplo constrangimento’ político que é a simultânea individualização e totalização”, lógica essa presente naquilo que se convencionou a denominar “modernidade”.

Por “produção de subjetividade” intencionamos demarcar, também, nosso lugar epistemológico e ético-político. Primeiramente, seria interessante retomar as ideias Silva e Carvalhaes (2016) sobre a heterogeneidade de perspectivas teóricas que abordam a subjetividade. Nesse aspecto, duas linhas são destacadas: a) uma que situa a subjetividade enquanto estrutura interna, “geralmente articulados às relações primárias familiares e ao início da infância” (p. 248), cuja máxima seria a de uma subjetividade enquanto individualidade e em cuja lógica o campo sociocultural teria apenas função secundária — temos, então, a ideia de subjetividade como o que estaria dentro do indivíduo, sendo este apenas o invólucro que conteria a subjetividade em suas fronteiras —; b) a segunda linha toma a subjetividade enquanto processo diretamente ligado a “operadores ambientais, contextuais, políticos, tecnológicos e socioculturais, que interpelam os corpos cotidianamente” (p. 248). Nessa última linha, é possível compreender que não seria possível falar em “processo de subjetivação”, no singular, mas sim em “processos”.

Não operamos com a dicotomia fora/dentro, mas sim com embate e jogo, tensão e relação, rede de elementos com os quais estabelecemos proximidade ou distanciamento e a partir dos quais nos dirigimos no mundo, passamos a nos pensar enquanto alguém que pertence ou não, liga-se ou não, concorda ou não, questiona ou não esse mundo. A ideia de processo implica, também, que não existe um momento na existência humana em que a subjetividade estaria pronta, finalizada ou completa. O processo é o jogo entre aquilo que denominamos de humano e o que lhe acontece, enquanto o sujeito é o efeito desse jogo. A subjetividade, entretanto, não se resume ao ser, como uma unidade ou estado, mas ao fazer, enquanto exercício de si sobre si. Desse modo, quando o sujeito se pensa como um elemento do discurso, isto é, enquanto um “eu”, o que está em jogo, primordialmente, é o trabalho que esse sujeito faz sobre si mesmo (Foucault, 2016). Não se trata, portanto, de interrogar ontologicamente o ser, mas sim os processos que dão condição para que algo, como uma modalidade de subjetivação, seja possível; não se trata de uma analítica do ser ou da verdade, mas uma ontologia do presente, daquilo que permite que nos tornemos o que somos (Foucault, 2010).

O vínculo entre a verdade e a decisão sobre a letalidade não é aleatório ou a-histórico, ao contrário, nós o produzimos cotidianamente, direta e indiretamente, e não apenas ao apoiar-mos ou sermos contra as ações do Estado que produzem morte direta em ações de combate ao crime e garantia da segurança. Quando se trata de analisar a gestão da vida e da morte, especialmente em um país estruturado no racismo e no cis-hétero-patriarcado, é fundamental que toda análise considere como ferramenta analítica a interseccionalidade. A interseccionalidade é um conceito forjado por Kimberlé Crenshaw (1989) e que permite analisar as diferentes linhas de subjetivação que, interseccionadas, produzem espaços/experiências de opressão e privilégio.

É diante disso que argumentamos que, se nos acostumamos a realizar as discussões, no Brasil, sobre segurança/violência colocando como foco qualquer outra categoria da população que não a branca — produzida colonialmente —, os tensionamentos produzidos pelos movimentos negros, os já existentes estudos sobre branquitude e as diversas formas de resistência à violência letal empreendida pelo Estado e justificadas pela manutenção da ordem e pelo combate à criminalidade têm colocado a necessidade de pensar as formas como a branquitude funciona nessa conjuntura. Nesse sentido, a interseccionalidade permite identificar e analisar as geopolíticas do poder e seus efeitos nos processos de subjetivação e gestão da vida/morte, considerando as intersecções que produzem e manifestam o lugar ocupado pelos sujeitos, rompendo com as cisões e dicotomias comuns ao pensamento binário e permitindo empreender uma problematização da relação entre poder-violência-processos de subjetivação.

No que concerne às ciências humanas, Schucman (2014) afirma que diversas áreas desenvolvem trabalhos cujo foco é a compreensão acerca de quem é o negro brasileiro, entretanto, “quase não nos perguntamos sobre quem é o branco, e o que é ser branco no Brasil” (p. 84). A autora (2014) atribui, ainda, essa escassez de discussão sobre o(a) branco(a) e a branquitude à questão de que realizá-la seria expor os privilégios, tanto simbólicos quanto materiais, que pessoas brancas obtêm em razão de um racismo estrutural. Desse modo, colocar em análise a branquitude brasileira seria “desvelar o racismo, pois estes, intencionalmente ou não, têm um papel importante na manutenção e legitimação das desigualdades raciais” (p. 84). Não discutir a branquitude é, como disse Bento (2002), fazer a manutenção do pacto narcísico.

Jota Mombaça (2016), por sua vez, faz uma análise dessa ausência/silenciamento em relação ao branco e à branquitude. A autora explica que a norma faz uso da posição, não nomeada enquanto privilégio, que constitui a posição de poder daquele que se produz enquanto norma/normal, de modo que a “não marcação é o que garante às posições privilegiadas (normativas) seu princípio de não questionamento, isto é: seu conforto ontológico, sua habilidade de perceber a si como norma e ao mundo como espelho” (p. 11). Marcar a branquitude, nesta escrita, é o primeiro passo em direção a um exercício antirracista: o rompimento com esse silêncio seletivo e estratégico é necessário, especialmente porque objetivamos fazer ver que não apenas a segurança que protege as categorias socializadas como brancas no Brasil é derivada dessa posição de poder possibilitada pela lógica da branquitude, como também que essa segurança é o que tem servido de elemento racionalizado enquanto estratégia de manutenção da letalidade violenta.

A branquitude, ao se instituir enquanto modelo universal e estabelecer aquilo que difere a partir de si, é efeito de relações coloniais (Silva, 2017), essas relações se atualizam, estrategicamente, com a mudança nos paradigmas de governo, dos espaços e das populações. Há, nesse aspecto, uma lógica soberana atrelada ao privilégio branco, no sentido de que, ao mesmo tempo, se está e não se está incluso nessa norma: dentro, quando a estabelece, e fora, por não se submeter, a princípio, a ela (Agamben, 2012). Assim, a branquitude não extrapola o racismo fenotípico em operação no Brasil, pelo contrário: a branquitude faz a manutenção cotidiana da forma como os corpos manifestam a verdade, neste caso — mas não unicamente —, no campo das práticas de segurança/violência. É, também, nessa esteira de pensamento que existe um vínculo entre a produção de uma violência incontornável e a vontade de matar (Galeano, 2022): muito embora todos(as) nós sejamos passíveis de — em alguma medida — sermos atravessados por práticas de violência, temos produzido e atualizado uma vontade de matar que, enquanto regime de verdade, inclui o branco nas discussões sobre violência/segurança na medida em que o exclui tanto de ser alvo dos mecanismos repressivos e letais empreendidos pela polícia quanto enquanto objeto de polícia e de exame empreendidos no cotidiano pelos

demais cidadãos. O corpo branco manifesta a verdade da proteção, no âmbito das práticas de segurança brasileiras, sem, entretanto, estar separado/desimplicado da produção das estratégias de morte em funcionamento. Isso significa dizer que: a todo momento em que uma forma de proteção faz viver as pessoas privilegiadas pela branquitude, essa mesma forma de proteção alimenta a máquina de morte, em operacionalização, quanto às vidas produzidas como inimigas a serem combatidas.

O privilégio do silêncio e as lógicas da branquitude nas práticas de segurança

O mito da democracia racial brasileira (Nascimento, 2016), que tem sido falseado de maneira contundente, escancara uma realidade já conhecida tanto por estudiosos da área quanto, de maneira ainda mais sensível, por aquelas pessoas que sofrem os efeitos do racismo estrutural e da ausência de políticas efetivas de justiça social: o silenciamento imposto às populações não brancas corresponde, também, a um silenciamento da população branca — colonialmente forjada — nesta terra brasileira. Esses silenciamentos são distintos, uma vez que o primeiro corresponde a uma das faces do genocídio que atualiza os processos coloniais. Enquanto o segundo se atrela ao que Bento (2002) denomina como pactos narcísicos, isto é: a insistente ausência de problematização da branquitude na constituição e na manutenção de lógicas discriminatórias e violentadoras. Esse segundo tipo de silenciamento produz, também, insensibilidade com relação ao sofrimento das populações não brancas.

Desse modo, o silenciamento da problematização da branquitude produz armadilhas perigosíssimas, dentre as quais está a constituição de uma frágil compreensão de que os privilégios brancos seriam uma proteção, completa, total e inquestionável, contra demais violências. Além disso, produz a falsa ideia de que a violência racial é produzida, unicamente, em situações de discriminação explícita e de que as lógicas de proteção são diametralmente distintas das lógicas de desproteção/morte. Ademais, esse silenciamento de discussão expõe a forte e mortal ideia de que a diferença entre as pessoas não é efeito de processos de segregação e marginalização históricos, sociais e econômicos, mas culpa, problema, situação individual. Somado a isso, temos o fato de que a igualdade tem sido pautada na ideia de que a instituição dos direitos e, por meio destes, a inserção da vida nos jogos políticos, garantiria justiça. Outrossim, mesmo aqueles(as) que, cotidianamente, pensam criticamente as relações raciais brasileiras, que questionam suas posições de poder e buscam habitar e conduzir suas condutas a partir de um *ethos* antirracista, quando argumentam/pedem por segurança — no modo como ela tem se constituído no Brasil —, contribuem para que a letalidade continue a funcionar.

Propor outras formas de segurança deve, necessariamente, passar pela problematização da branquitude e seus privilégios, pois estes fazem o vínculo entre a violência incontornável e a vontade de matar, uma vez que permitem, para algumas categorias, ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança (Lispector, 2014), de modo que a estratégia que protege não é outra, senão a mesma que desprotege e mata. Não cabe, portanto, interrogar ao outro, reificando o lugar que se tem criado como o do crime e do perigo, é preciso questionar a ontologia do presente, que se invisibiliza, ao estabelecer a fronteira “nós/eles”, ao produzir o outro como objeto e que, mesmo nas tentativas de desmistificar a figura do bandido, do mal, do perigo, produz, novamente, enquadramentos que fazem a manutenção dos lugares já estabelecidos.

Assim, precisamos colocar a questão da/o invisibilidade/silenciamento em perspectiva: afinal, como seria possível afirmar que as populações não brancas ou as populações em situação de vulnerabilidade/marginalização é que são/estão invisibilizadas, sendo que são essas as populações que têm sido produzidas enquanto objeto de conhecimento? Ao contrário, excetuando-se estudos que rompem com essa lógica, as populações não brancas têm sido exaustivamente visibilizadas, seja com relação às formas de resistência, nas denúncias sobre a violação dos direitos e na tentativa de compreender como tensionam as formas hegemônicas de vida, seja como alvo das políticas de extermínio. Sendo assim, argumentamos que, embora o problema não seja a branquira (ou seja, a cor — inventada — da “pele branca”), ser branco(a), em uma sociedade que se organiza pelo racismo fenotípico sistemático, demanda que as posições de privilégio estruturadas pela branquitude devam ser produzidas como problema. Trata-se, portanto, de colocar essa lógica em problematização, pois diante do processo de instituição do branco enquanto norma, a partir da qual quem difere é o outro, a qualificação e a hierarquização de vidas/corpos/existências é urgente, necessária e politicamente inadiável. Do mesmo modo que não consideramos, epistemologicamente, a existência de um “fora” do poder, também não partimos do pressuposto natural da existência corpórea. Os corpos são efeitos das práticas de saber-poder (Foucault, 2010), portanto são, fundamentalmente, um dispositivo político e não “apenas” um dado biológico.

Silva (2017, p. 4) explica que os estudos críticos da branquitude emergiram diante da necessidade de análise da função da identidade racial branca nas relações raciais, em “sociedades marcadas pelo colonialismo europeu”, nas quais o colonialismo e o racismo produziam efeitos não apenas sobre a subjetividade do negro, mas também do branco. No que diz respeito à violência/segurança, Souza (2017, p. 5) reifica a necessidade de discutir as questões raciais, visto que “a população atingida pela desigualdade racial será a população mais criminalizada, será a população morta pelos diversos mecanismos de racismo estrutural, dentre outras tantas consequências perversas para as populações não brancas”. Gomes e Laborne (2018, p. 15), por sua vez, asseveram: “se o negro de um modo geral é visto pelos poderes instalados e eivados de branquitude como ameaça, exterminá-lo também pode significar impedir a continuidade de toda uma geração e uma raça considerada inferior”. A relação colonial — e a atualização dessa relação nas estratégias atuais da colonialidade do poder/saber — fez com que o encontro com o outro fosse operado pela via da desigualdade ao invés de ser um encontro com a diferença: o outro foi produzido enquanto o “índio”, o “escravo”, o “negro”, enfim, uma série de nomenclaturas que marcam espaços de desumanidade e coisificação (Silvério, 2002).

Em termos conceituais, a branquitude deve ser pensada como “um construto ideológico, no qual o branco se vê e classifica os não brancos a partir de seu ponto de vista”, esse construto implica diversas vantagens materiais e simbólicas garantidas aos brancos em detrimento dos não brancos. Cardoso (2017) diferencia a branquitude crítica da branquitude acrítica, sendo a primeira caracterizada enquanto atrelada aos grupos ou indivíduos que desaprovam publicamente o racismo e a segunda enquanto a identidade branca que argumenta pela superioridade racial.

Além disso, os privilégios atribuídos à branquitude advêm de uma “desigual distribuição de poder (político, econômico e social) e de bens materiais e simbólicos” (Silva, 2017, p. 13). Como dito anteriormente, a branquitude se manifesta enquanto norma “ao mesmo tempo em que como identidade neutra, tendo a prerrogativa de fazer-se presente na consciência de seu portador, quando é conveniente, isto é, quando o que está em jogo é a perda de vantagens e privilégios” (Silva, 2017, p. 13-14). Ademais, Schucman (Glamurama, 2021) afirma que, diante do modo como as relações raciais se produzem no Brasil — mediante o fenótipo — a branquira da pele se constitui enquanto uma posse, e uma posse na medida em que “permite às pessoas tran-

sitarem, ir e vir, subir e descer, estar na classe alta, estar na classe pobre e ela é uma posse que permite a pessoa a mudar dentro da estrutura de classe” (Glamurama, 2021, 28’57” 29’19”).

Ser branco no Brasil tem sido — bionecropoliticamente — a garantia da longevidade, da possibilidade de viver e da colocação da morte no ocaso da existência. Sustentamos, assim, que há uma íntima relação entre a incontornabilidade da violência e a vontade de matar (Galeano, 2022), visibilizada pelo modo como a branquitude e os seus privilégios se inserem na conjuntura que faz tanto a manutenção das categorias a serem combatidas quanto a constituição das estratégias que visam assegurar a proteção das demais. Essa articulação pode ser vista no fato de que as estratégias de segurança que produziram redução nas taxas de homicídios, o fizeram, majoritariamente, com relação às populações brancas. Além disso, os dados apontam que, embora existam mais policiais brancos do que negros, a letalidade se concentra na população de policiais negros (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020).

Santos (2012), ao discutir o racismo institucional na segurança pública, conclui que o sistema de segurança brasileiro privilegia sua identificação “baseada em raça e/ou cor no aparato repressivo para fins de controle social sobre a população negra” e que as políticas de segurança continuam a ser estruturadas a partir de uma ideologia racista, o que reforça o aparato repressivo discriminatório e abusivo (p. 163). Essa análise se vincula ao modo como, historicamente, a polícia (instituição e função) foi se organizando no Brasil, constituindo como norma o crime atrelado às populações não brancas, que deveriam ser combatidas, e a proteção às populações brancas, que poderiam ter seus bens e vidas colocados em risco pelas primeiras. Muito embora no período em que as primeiras instituições de cunho policial emergiram no Brasil ainda não houvesse uma noção de segurança pública, Cruz (2013, p. 2) afirma que existia “uma força policial que atuava em tempo integral, constituída no modelo militar e subordinada ao Ministério da Guerra e à Intendência de Polícia. Suas atividades eram capturar escravos, desordeiros e criminosos e patrulhar para reprimir as ações de contrabando”.

A vontade de matar como regime de verdade das práticas de segurança

Cabe, assim, neste ponto, retomar a demanda por pensar “como se constitui e mantém a eficácia da letalidade?”. Propomos, desse modo, analisar mais proximamente o que conceituamos como “vontade de matar”, que opera, no Brasil, no que diz respeito à letalidade policial no combate ao crime e na garantia da segurança, a partir não apenas da polícia enquanto corporação, mas da prática de polícia, que demanda de cada cidadão a tarefa de exame e vigilância cotidiana. Para pensar a vontade de matar é fundamental recuperar a demarcação epistemológica, ética e política explicitada, anteriormente, quando assumimos operar com os processos de subjetivação e não com a ideia de subjetividade como essência, intimidade e interioridade inerente aos indivíduos.

A letalidade que vitimiza e mostra as vidas produzidas enquanto inimigas, portanto passíveis de extermínio, é produzida por uma vontade de matar que, neste estudo, não é compreendida como um atributo interior aos sujeitos, mas como um regime de verdade (Foucault, 2010) que produz processos de subjetivação. Essa vontade de matar é fundada no racismo estrutural e na branquitude, e faz funcionar, portanto, não a lógica de manter os acontecimentos em um nível aceitável, como o proposto pelo dispositivo de segurança (Foucault, 1977/2012). Esse dispositivo valerá para as populações produzidas e socializadas como brancas, enquanto que, para as populações desprotegidas pelos pactos da branquitude (Bento, 2002), as práticas

prioritárias são as da identificação e do extermínio, não tanto para reduzir e manter os níveis de criminalidade em um patamar aceitável, mas sim porque o “normal” no país tem sido o genocídio das existências previamente marcadas pela vida-crime, vida-inimiga, cidadania abjeta.

O rompimento com a lógica biopolítica opera na modificação dessa forma de intervenção na vida, intervenção essa que se dá, em termos agambenianos, pela decisão soberana (Agamben, 2014). É fundamental anunciar que os regimes de verdade, portanto, são produzidos em um jogo político, econômico e cultural que determina as “obrigações dos indivíduos quanto ao procedimento de manifestação da verdade”, constringendo-os a tais atos, fazendo com que se estabeleça, para esses atos, as “condições, efetuações e efeitos específicos” (Foucault, 2010, p. 67).

Em se tratando de uma verdade que não é compreendida como universal, aquilo que se toma enquanto verdadeiro, que opera enquanto verdade, pode variar tanto de uma sociedade para outra quanto em uma mesma sociedade ao longo da história. A manifestação do verdadeiro não se dá somente de modo verbal, mas opera, também, pela manifestação do poder que incide no corpo e que nos permite acessar as regiões de visibilidade e dizibilidade que operam a economia política da verdade. Em outras palavras: em uma sociedade fundada no racismo fenotípico, é o corpo o elemento que manifesta a verdade e faz funcionar o poder que nele incide.

As narrativas da violência nos permitem capturar essas regiões e inseri-las como elementos que compõem o campo problemático das pesquisas que temos desenvolvido no âmbito das práticas de segurança, especialmente porque, com as narrativas, é possível visibilizar a relação entre poder-violência-processos de subjetivação que vincula a verdade e a decisão sobre a letalidade. Ao utilizar cenas que povoam esta escrita (associadas àquelas que, eventualmente, tenham sido disparadas no(na) leitor(a) a partir do acompanhamento deste artigo), nosso propósito é duplo: primeiramente, desacelerar o processo de aproximação (naturalização) entre os jogos de poder/saber que produzem a violência, tanto como elemento a ser combatido (sendo essa violência aquela empreendida por pessoas que cometem crimes e colocam a segurança em risco) quanto como a utilização da violência — letal — por parte dos agentes do Estado para o combate aos crimes que nos fazem amalgamar o conceito de bio e necropolítica às práticas de extermínio empreendidas no Brasil; e, em segundo lugar, pensar as cenas como analisadores dos processos de subjetivação, especialmente ao direcionar a análise para a constituição de uma vontade de matar que não culpabiliza ou atribui centralidade aos sujeitos individualmente, mas que diz dos regimes de verdade passíveis de problematização porque concernem à uma ontologia do presente e às formas de governo que temos produzido e com as quais temos conduzido nossas condutas.

Como é habitual em nossos exercícios de escrita, alguns cuidados conceituais precisam ser feitos, não apenas para que os conceitos continuem operando como ferramentas para nosso pensamento — o que nos demanda o exercício de não transpor de maneira acrítica e assíncrona o elemento conceitual —, mas, sobretudo, para colocar em operação o princípio metodológico empregado por Giorgio Agamben, qual seja: “individuar nos textos e nos contextos em que trabalho o que Feuerbach definia como o elemento filosófico, ou seja, o ponto da sua *Entwicklungsfähigkeit* (literalmente, capacidade de desenvolvimento)”, isto é, “o *locus* e o momento em que estes são passíveis de desenvolvimento” (Agamben, 2009, p. 39). Neste ponto, farei essa imersão conceitual necessária, a fim de apontar como as narrativas urbanas da/sobre a violência denunciam, mostram, visibilizam a operacionalização da vontade de matar como um regime de verdade, o qual opera mediante o corpo enquanto manifestação da verdade — aleturgia — na relação poder-violência-processos de subjetivação que vincula a verdade e a decisão sobre a letalidade.

Souza (2016) investiga a aparição e a gênese do conceito de regime de verdade em Michel Foucault. Em seu estudo, o autor afirma que o aparecimento do termo se dá na obra *Vigiar e*

Punir, concomitantemente ao interesse de Michel Foucault em analisar as práticas políticas que “reinvestiram o corpo a partir de novas relações de poder totalmente distintas da época do suplício e que implementaram formas inéditas de métodos punitivos” (Souza, 2016, p. 75). Nesse aspecto, os regimes de verdade produzem elementos verdadeiros que realizam, implementam e fazem funcionar as relações de poder. A manifestação do verdadeiro é visibilizada tanto no governo das condutas quanto na relação que os sujeitos estabelecem com as formas de gestão. A aleturgia, ou seja, a manifestação do verdadeiro, não se operacionaliza como na tragédia Édipo Rei, analisada por Michel Foucault, ou seja, não é pelo descobrimento de uma verdade que estava escondida ou era desconhecida. Ao contrário, a verdade é fundamental para o funcionamento do poder, de modo que ela deve ser manifestada: a aleturgia, o procedimento aletúrgico “faz muito mais do que dar a conhecer o que era desconhecido, muito mais do que revelar o que era oculto” (Foucault, 2014, p. 68). Não se pode esquecer que nenhum poder é um dado de fato, todo poder é contestável, não há poder inevitável e, ainda, nenhum poder “merece ser aceito logo de saída. Não há legitimidade intrínseca do poder” (Foucault, 2014, p. 72). Isso implica dizer que é nas relações entre sujeitos livres que esse poder ganha espessura e é legitimado.

Para pensar a produção aletúrgica dos corpos, no âmbito das práticas de segurança, é preciso que nos aproximemos de algumas cenas: no mês de junho de 2021, o instrutor de surf Matheus Ribeiro foi acusado, por Mariana Spinelli e Tomás Oliveira, um casal branco, de roubar a bicicleta com a qual estava enquanto aguardava a namorada em frente a um prédio no Leblon. A Justiça do Rio de Janeiro mandou arquivar o caso, pois, segundo a interpretação realizada pelo magistrado Rudi Baldi Loewenkron, um homem branco, as acusações realizadas pelo casal “não tiveram a intensão de acusar Matheus falsamente” (Arouca, 2021, para. 2) e, portanto, não configuravam calúnia em relação a Matheus, um homem negro. Na ocasião, entretanto, não havia sido acusado ou tomado como suspeito Igor Martins Pinheiro, um homem branco que, de fato, furtou a bicicleta, cujo modelo é avaliado em 8 mil reais, mas foi comprada por Matheus em um site de revenda. Igor tem 28 passagens pela polícia referentes a diversos crimes, dentre os quais furtos de bicicletas.

Mesmo após as averiguações, Matheus passou a ser investigado — depois de denunciar o casal branco — pela receptação da bicicleta. Embora a investigação por receptação tenha sido arquivada, essa cena nos serve de materialidade para pensar a forma como as narrativas da violência operam no cotidiano, colocando em visibilidade a vida-crime e o princípio da inocência. O que permite que uma pessoa branca não seja tomada, *a priori*, como criminosa no Brasil? Dado que somos todas(os) potencialmente criminosas(os), será que o homem branco que furtou, de fato, a bicicleta seria interpelado, por quem quer que fosse, como suspeito do roubo? E mais: o sistema de justiça, institucionalmente racista, não apenas absolve o casal branco como coloca, novamente, centralidade no corpo negro de Matheus — inocente com relação à acusação de roubo — em um inquérito por receptação.

Se o procedimento de verdade para operação do poder depende de os sujeitos se colarem ou não, aceitarem ou não, constrangerem-se ou não a determinado jogo de saber-poder, não temos apenas os sujeitos como operadores do ritual de manifestação da verdade, mas também aqueles que, enquanto testemunhas, podem afirmar, pela visão, que algo acontece, opera, funciona. Sabendo que a branquura, como afirmou Schucman (Glamurama, 2021), é uma posse simbólica e concreta, os estudos de branquitude têm, historicamente, tensionado o lugar de manifestação da verdade nesse lugar de poder. Implica dizer que a branquura, dada a forma das relações raciais brasileiras pautadas no fenótipo, tem sido chancela da verdade. No âmbito das práticas de segurança que operacionalizam a letalidade violenta, pode-se dizer que o corpo é

aletúrgico: ele faz operar as práticas que farão incidir a proteção ou a violência, o inimigo ou o sujeito a ser defendido, o cidadão-de-bem e o cidadão-abjeto, a vida-crime e a vida-inocência. Assim, “é verdade não aquilo que efetivamente se passou ou ocorreu, mas aquilo em que se acredita” (Mbembe, 2020a).

O caso de Matheus não é, infelizmente, isolado: um jovem negro foi acusado de roubo por ter sido visto correndo, ele estava correndo porque chovia e se tornou alvo da polícia após denúncia de um comerciante, na região de Contagem, na Grande BH (Fernandes, 2022); uma mulher negra foi acusada de roubar uma roupa na loja Leader, Norte Shopping, no Rio de Janeiro — detalhe: a roupa, um vestido, era DELA, a mulher, uma empresária, foi acusada por um funcionário logo após realizar a compra — (Vieira, 2021); um homem negro foi acusado de roubar uma mochila, COMPRADA POR ELE, na loja Zara, em um Shopping em Salvador (Souza, 2022). O jovem negro, que se tornou suspeito ao correr na chuva, nos alerta “se fosse branco passaria batido” e ainda “quando vi as imagens, comecei a ficar desesperado. Fiquei com medo de me reconhecerem na rua, de fazerem algum mal pra mim” (Fernandes, 2022, para. 3). Nesse sentido, é importante marcar não apenas a vítima, mas o violador: UM COMERCIANTE FOI RACISTA ao acusar um jovem que corria, devido à chuva, de roubo. A LEADER FOI RACISTA ao acusar uma consumidora de ter roubado uma roupa que era sua. A ZARA FOI RACISTA, diversas vezes, ao acusar um consumidor por roubar uma mochila comprada por ele mesmo.

Se, por um lado, o medo branco produzido pela fantasia securitária é hipotético e abstrato, por outro lado o medo das populações não brancas é presente e concreto, pois, como nos diz Clarice Lispector (2014, para. 7) sobre Mineirinho, “tudo o que nele é violência é em nós furtivo, e um evita o olhar do outro para não correremos o risco de nos entendermos. Para que a casa não estremeça”. Ao invés de evitarmos o olhar um do outro, devemos nos aliar com Conceição Evaristo e não deixar nem a história nem a casa grande dormirem o sono tranquilo embalado pela branquitude. Confundem-se muitas coisas, mas os corpos são bastante marcados: a polícia assassinou um jovem de 17 anos após confundir uma marmitta com uma arma de fogo; um guarda-chuva também fez com que a polícia cometesse homicídio contra um outro jovem negro de 26 anos, ele estava indo buscar os filhos e usava um canguru (*sling* de carregar bebês) que foi confundido com um colete à prova de balas; um celular também foi confundido com uma arma de fogo, então a polícia matou um jovem com tiros na cabeça; já confundiram uma bíblia, um macaco hidráulico, uma furadeira, um saco de pipocas foi confundido com drogas (Yahoo Notícias, 2021). As variáveis (marmitta, guarda-chuva, celular, macaco hidráulico, furadeira, saco de pipocas) nas mãos do invariável (corpos não brancos) são o experimento social cotidiano empreendido pelo racismo que faz da polícia brasileira aquela que toma seus concidadãos como inimigos. Do mesmo modo, devemos dizer: o invariável é a polícia, estruturalmente racista e criminosa, que subtrai, arbitrariamente, os futuros porvir das pessoas que assassina.

Governamo-nos, cotidianamente, diante de tais cenas. Aprendemos a conduzir nossas condutas diante do fato de que a polícia serve para proteger, mas ela mata. Ela mata e ela morre, TODO DIA, VÁRIAS VEZES AO DIA. E nós? Nós — brancos — nos salvamos, salvamo-nos mesmo sendo, todos nós, perigosos em potencial: “na hora em que o justiceiro mata, ele não está mais nos protegendo nem querendo eliminar um perigoso, ele está cometendo o seu crime particular” (Lispector, 2014, para. 16). Vemos, ouvimos, tememos, aprendemos a temer. É assim que produzimos o governo das nossas condutas — e dos outros. Aprendemos a nos sensibilizar com os corpos brancos — acidentalmente — postos ao chão e a compreender as justificativas para o extermínio diário dos corpos não brancos. As narrativas urbanas da violência movimentam cenas com as quais nos acostumamos e com as quais nos assombramos. Com quais cenas você se

assombra? Com quais cenas você está acostumada(o)? Essa brancura — posse — é que constitui, no âmbito das sociedades fundadas no racismo e na branquitude, não o colete à prova de balas, mas a garantia prévia de invisibilidade diante das práticas de segurança que operacionalizam a letalidade do Estado: “o passado está no presente” (Mbembe, 2020a, p. 183).

Mineirinhos: os sintagmas da letalidade brasileira

A vontade de matar é o regime de verdade que, além de construir as vidas passíveis de proteção e aquelas produzidas enquanto inimigas a serem combatidas, empreende toda uma rede de práticas que estabelecem as justificativas, razões e ideias de necessidade que permitem, como indica Mbembe (2020a), simultaneamente, o estabelecimento de uma relação sem desejo e o desejo de inimigo. Além disso, articula, organiza e possibilita a distinção entre “nós” e o outro, sendo o outro uma ameaça que deve ser mantida à distância, mediante a implementação de diversos procedimentos-parafernálias, tais como cercas elétricas, muros, portões e grades, bem como armas e sua possibilidade de posse por civis; ademais, permite as cidadanias-abjetas e inelutáveis.

Nessa lógica, não apenas o primeiro e o segundo tiro são ouvidos como alívio de segurança, mas todos os treze ou os oitenta tiros contra os Mineirinhos — sintagma que expõe o genocídio brasileiro em nome da segurança, da lei, da ordem e que mostra a relação entre vida e direito instituída e em funcionamento no Brasil. Outrossim, cabe agregar à vontade de matar aquilo que Mbembe (2020b, p. 47) denomina como brutalismo: modo de fazer funcionar e ministrar a força que, no ato de matar, faz operar a “exultação e a volúpia, o prazer de matar, de executar sumariamente e não raro em massa”. Por fim, argumentamos que, no Brasil, opera-se uma violência incontornável que se sustenta, historicamente, nas lógicas da branquitude, produzindo espaços de vulnerabilidade, criminalidade e matabilidade, expondo o modo como as hierarquizações e qualificações da vida funcionam. Nessa conjuntura, argumentamos que a branquitude e seus privilégios instituem o vínculo entre a incontornabilidade da violência e a vontade de matar, enquanto regime de verdade que constitui corpos aletúrgico no âmbito das práticas de segurança.

Referências

- Agamben, G.** (2009). O que é o dispositivo?. In G. Agamben. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios* (pp. 23-49). Argos.
- Agamben, G.** (2012). *Homo Sacer I: o poder soberano e a vida nua*. (2. ed., 1. reimp.). Editora UFMG.
- Agamben, G.** (2014). *Homo Sacer I: o poder soberano e a vida nua*. Editora UFMG.
- Arouca, I.** (2021, 6 de agosto). Jovem negro acusado falsamente de roubo no Leblon tem caso arquivado – confira detalhes. *Hugo Gloss*. Recuperado de <https://hugogloss.uol.com.br/brasil/jovem-negro-acusado-falsamente-de-roubo-no-leblon-tem-caso-arquivado-confira-detalhes/>
- Bento, M. A. S.** (2002). Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público [Tese Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo] https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf
- Cardoso, L.** (2017). A branquitude acrílica revisitada e as críticas. In T. M. P. Müller, & L. Cardoso (Orgs.), *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil* (pp. 1 - 34, paginação irregular, Kobo livros). Appris.
- Cruz, G. B.** (2013). A historicidade da Segurança Pública no Brasil e os desafios da participação popular. *Cadernos de Segurança Pública*, 5(4), 1-9. Recuperado de <http://www.isprevista.rj.gov.br/download/Rev20130403.pdf>
- Crenshaw, K.** (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1(8), 139-167. Recuperado de <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>
- Fernandes, V.** (2022, 3 de fevereiro). Visto correndo, jovem negro é acusado de roubo e exposto nas redes sociais: “Se fosse branco passaria batido”. *BHAZ*. Recuperado de <https://bhz.com.br/noticias/bh/jovem-negro-acusado-falsamente-roubo-celulares-tem-imagens-expostas-redes/#gref>
- Foucault, M.** (1984). *Microfísica do poder*. Edições Graal.
- Foucault, M.** (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. (1. ed., M. T. C. Albuquerque, Trad.). Edições Graal.
- Foucault, M.** (1995). O sujeito e o poder. In H. Dreyfus, & P. Rabinow. (Org.), *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-249). Forense/Universitária.
- Foucault, M.** (2010). *O governo de si e dos outros: curso dado no Collège de France (1982-1983)*. Editora WMF Martins Fontes.
- Foucault, M.** (1977/2012). Michel Foucault: a Segurança e o Estado. In M. Foucault. *Repensar a política: ditos e escritos* (Vol, VI, pp. 170-175). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Obra original publicada em 1997).
- Foucault, M.** (2014). *Aulas sobre a vontade de saber: curso no Collège de France (1970-1971)*. WMF Martins Fontes.
- Foucault, M.** (2016). *Subjetividade e verdade: Curso no Collège de France (1980-1981)*. WMF Martins Fontes.
- Galeano, G. B.** (2022). *Violência incontornável, ou sobre a vontade de matar*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul] Instituto de Psicologia, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/251678/001152759.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

- Glamurama.** (2021, Mai 26). *Lia Vainer Schucman e a questão de raça e cor* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=5iRhxycvdrI>
- Gomes, N. L. & Laborne, A. A. de P.** (2018). Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. *Educação em Revista*, 34, e197406. Recuperado de <https://www.redalyc.org/journal/3993/399365005100/html/>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fórum Brasileiro de Segurança Pública.** (2020). *Atlas da Violência 2020*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Recuperado de <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3519-atlasdaviolencia2020completo.pdf>
- Lispector, C.** (2014, 14 de fevereiro). Mineirinho – Por Clarice Lispector. *Portal Geledés*. Recuperado de <https://www.geledes.org.br/mineirinho-por-clarice-lispector/>
- Mbembe, A.** (2020a). *Políticas da inimizade*. n-1 edições.
- Mbembe, A.** (2020b). *Brutalismo*. n-1 edições.
- Mombaça, J.** (2016). *Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência*. Fundação Bienal de São Paulo. Recuperado de https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo_a_uma_redistribuiçao_a_o_da_vi
- Nascimento, A. do.** (2016). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Perspectivas.
- Santos, T. V. A. dos.** (2012). Racismo institucional e violação de direitos humanos ao sistema de segurança pública: um estudo a partir do Estatuto da Igualdade Racial [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo] https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-16052013-133222/publico/Dissertacao_Direito_TiagoVinicius_VersaoRevisada.pdf
- Schucman, L. V.** (2014). Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 83-94. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/psoc/a/ZFbbkSv735mbMC5HHCsG3sF/?format=pdf&lang=pt>
- Silva, P. E.** (2017). O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In T. M. P. Müller, & L. Cardoso (Orgs.), *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil* [Edição Kobo/Livro Digital] (location 1-28. Paginação irregular). Editora Appris.
- Silva, R. B., & Carvalhaes, F. F.** (2016). Psicologia e políticas públicas: passes e reinvenções. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 247-256. <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p247>
- Silvério, V. R.** (2002). Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *CADERNOS DE PESQUISA*, 117, 219-246. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/cp/a/RkKqjbycXDYS93kh8bNdLLs/?format=pdf&lang=pt>
- Souza, A. C. C.** (2017, ago.22-25). Raça, racismo e a criação das polícias. *Anais da Jornada Internacional de Políticas Públicas*, Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, São Luís, MA, Brasil, 8. <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo7/racaracismoecriacaodaspolicias.pdf>
- Souza, J.** (2022, 7 de janeiro). Acusado de furtar mochila na Zara pede indenização de R\$ 1 milhão ‘para desestimular o racismo’. *GI*. Recuperado de <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/01/07/advogado-de-homem-acusado-de-furtar-mochila-na-zara-diz-que-vai-pedir-indenizacao-de-r-1-milhao-para-desestimular-o-racismo.ghtml>
- Souza, J. F. C. de.** (2016). Regimes de verdade em Michel Foucault: aparição e gênese de um conceito [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília] Instituto de Ciências Humanas, Brasília, Distrito Federa. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21055>
- Vieira, K.** (2021, 17 de junho). Empresária negra denuncia racismo após acusação falsa de roubo por fiscal da Leader. *Hypeness*. Recuperado de <https://www.hypeness.com.br/2021/06/empresaria-negra-denuncia-racismo-apos-acusacao-falsa-de-roubo-de-fiscal-da-leader/>

Yahoo Notícias (2021, 21 de outubro). Bíblia, guarda-chuva, marmitta: relembre o que policiais já ‘confundiram’ com armas durante operações. *Yahoo Notícia*. Recuperado de https://br.noticias.yahoo.com/biblia-guarda-chuva-marmitta-relembre-o-que-policiais-ja-confundiram-com-armas-durante-operacoes-162900845.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xlLmNvbS8&guce_referrer_sig=AQAAALrnD3ixzP2K8C1L3y-KTwt6kxh9NvcWFb8tN5OfTFJ7aYYMXHPAcom8QgaHSffOo3mBO2gy46hBda-yVhuLquQLcOa19jscQR4brdA28AARGspU2V-Lt-oIJDry0h9CjR2d-QxaLvseMYBwso1wM16quZ4y5_9J2dYV3DhL2sQ

GIOVANA BARBIERI GALEANO

<https://orcid.org/0000-0002-5293-6439>

Doutora em Psicologia Social e Institucional pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com período Sanduíche no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com bolsa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ (Chamada CNPQ 25/2021). Professora Adjunta do curso de Psicologia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Email: giovanagaleano@hotmail.com

NEUZA MARIA DE FÁTIMA GUARESCHI

<https://orcid.org/0000-0001-5892-188X>

Doutora em Educação pela University of Wisconsin, nos Estados Unidos. Professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Email: mnguares@gmail.com

Histórico	Submissão: 29/04/2023 Revisão: 06/10/2024 Aceite: 22/10/2024
Contribuição dos autores	Conceitualização: GBG; NMFG. Curadoria de dados: GBG; NMFG. Análise formal: GBG; NMFG. Investigação: GBG; NMFG. Metodologia: GBG; NMFG. Escrita original: GBG; NMFG. Escrita - revisão e edição: GBG; NMFG.
Financiamento	Bolsa CAPES, nº do Processo: 88882.439013/2019-01. Bolsa de Produtividade em Pesquisa - CNPq, nº do Processo: 303433/2022-1.
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	Não se aplica

DEAMBULAÇÕES E CONVERSAS DE BEIRA DE MURO: UMA ETNOGRAFIA PARA ALÉM DAS DROGAS

*PASEOS Y CONVERSACIONES AL BORDE DEL MURO:
UNA ETNOGRAFÍA MÁS ALLÁ DE LAS DROGAS*

*WANDERINGS AND CONVERSATIONS ON THE EDGE OF
THE WALL: AN ETHNOGRAPHY BEYOND DRUGS*

Leandro Roque da Silva¹ e Ana Karenina De Melo Arraes Amorim¹

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, Brasil

Resumo: Este artigo teve como objetivo conhecer os modos de cuidado das pessoas que usam drogas e as relações que estas mantêm entre os serviços públicos e os territórios acessados. A pesquisa ocorreu em um serviço que atende pessoas com uso de álcool e outras drogas e em torno do território onde este funciona. A partir do método etnográfico e utilizando o diário de campo como ferramenta central de registro, nomeamos essas experiências como deambulações etnográficas e conversas de pé de muro, compondo um conjunto significativo de narrativas e de pensamentos. Como resultado, identificamos que há uma produção subversiva que acontece no cotidiano das práticas daqueles que usam drogas, podendo ser nomeadas como saberes e técnicas de cuidado. Concluímos que para propor ações neste campo de assistência junto às pessoas que usam drogas, se faz necessário um conhecimento mais denso das suas realidades e de suas dinâmicas socioculturais instituintes.

Palavras-chaves: Usuários de drogas; Etnografia; Atenção à saúde; Território sociocultural; Cotidiano.

Resumen: Este artículo tuvo como objetivo comprender las formas de atención a las personas que usan drogas y las relaciones que mantienen entre los servicios públicos y los territorios a los que acceden. La investigación se desarrolló en un servicio que atiende a personas que consumen alcohol y otras drogas y en todo el territorio donde opera. Basado en el método etnográfico y utilizando el diario de campo como herramienta central de registro, denominamos a estas experiencias como paseos etnográficos y conversaciones al borde del muro, componiendo un conjunto significativo de narrativas y pensamientos. Como resultado, identificamos que existe una producción subversiva que se desarrolla en las prácticas cotidianas de quienes consumen drogas, que pueden denominarse conocimientos y técnicas de cuidado. Concluimos que, para proponer acciones en este campo de atención a las personas que consumen drogas, es necesario un conocimiento más profundo de sus realidades y de sus dinámicas socioculturales instituyentes.

Palabras-clave: Usuarios de drogas; Etnografía; Cuidado de la salud; Territorio sociocultural; Vida cotidiana.

Abstract: The aim of this article was to understand the care methods used by people who use drugs and the relationships they maintain between public services and the territories they access. The research was carried out in a service that serves people who use alcohol and other drugs and in the surrounding territory where it operates. Using ethnographic method and the field diary as the central recording tool, we named these experiences as ethnographic wanderings and conversations on the edge of the wall, composing a significant set of narratives and thoughts. As a result, we identified a subversive production that occurs in the daily practices of those who use drugs, which can be called knowledge and care techniques. We conclude that, in order to propose actions in this field of assistance to people who use drugs, a deeper understanding of their realities and their instituting sociocultural dynamics is necessary.

Keywords: Drug users; Ethnography; Health care; Sociocultural territory; Everyday life.

Introdução

O presente artigo faz parte de uma pesquisa de doutoramento na qual buscamos conhecer os modos de cuidado das pessoas que usam drogas e as relações que estas mantêm entre os serviços públicos e os territórios acessados, de modo a encontrar pistas para a qualificação do cuidado em saúde mental, especialmente junto a essas pessoas.

No contexto brasileiro, desde a elaboração de leis repressivas sobre os psicoativos ao discurso moral na construção da chamada “questão das drogas”, houve uma convergência para a instituição da ilegalidade de determinadas drogas e a legitimação de outras. Para Dênis Petuco (2011), a questão do uso e suas nomeações são tratadas por veículos da mídia com ênfase em termos carregados de conotação moral, muitas vezes descolados de conhecimentos epidemiológicos e científicos, são compreensões genéricas, baseadas em premissas fisiológicas e psicológicas, que tendem a ficar no nível daquilo que Gilberto Velho (1994) chamou de estigmatização.

Diante da constituição profundamente desigual no país, torna-se pauta vigente discutir os usos como o consumo, os abusos e a produção de cuidados no campo das drogas, condicionando as reflexões a partir de marcadores de classe, gênero e raça, para evidenciar o caráter punitivo e moral das políticas sobre drogas voltadas a certos grupos sociais. Exemplo dessa postura foi a criminalização da maconha, como a interdição mais antiga conhecida no mundo, datada de 1830, pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro (Henrique Carneiro, 2019). A proibição dessa substância ocorreu porque seu significado, que prevalece até hoje na cultura brasileira é, antes de tudo, identificada com a cultura negra, portanto, uma evidência do racismo.

Para Olga Cruz, Carla Machado e Luis Fernandes (2012), estas compreensões colaboram para o entendimento de que o consumo de drogas cruza modelos político-jurídicos e médico-psicológicos diante de explicações proibitivas ainda predominantes neste campo. Segundo Maurício Fiore (2012), o proibicionismo seria a classificação simplificada do modelo que rege a atuação dos Estados, tendo como desdobramento a construção de um imaginário contemporâneo. São produzidos discursos que distinguem certas drogas que “fazem bem” – aquelas prescritas pela Medicina – e as drogas que “fazem mal”, aquelas proibidas em lei, com base, sobretudo, em argumentos controversos da área da saúde que justificam tal proibição.

Porém, outras leituras são possíveis diante deste complexo campo de saberes e práticas. No país, a partir da década de 1970, diante dos movimentos da Reforma Sanitária junto às mudanças provocadas pela Reforma Psiquiátrica, ganhou terreno de importância critérios políticos, socioculturais, econômicos e científicos nas políticas sobre drogas (Silvio Yasui, 2006). Dentre as propostas de reformulação, aliadas às práticas de Redução de Danos (RD), na convergência de experiências (Cristina Brites, 2006; Eduardo Passos & Tadeu Souza, 2011; Rafael Dias, 2013), ampliou-se a construção de uma gestão do comum de cuidados em relação ao consumo de substâncias.

A perspectiva da RD se destaca como um conjunto denso e múltiplo de estratégias e construção de práticas de cuidado. São inúmeras definições (Dias, 2013; Passos & Souza, 2011) e no Brasil, escrever sobre a RD, como uma inovadora proposta de leitura no campo das drogas, é produzir elementos de resistência aos modelos proibicionistas vigentes no país.

E no plano macropolítico, tais posicionamentos também ganharam impulso na década inicial dos anos 2000. Tivemos a publicação da Política de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e outras Drogas, em 2004, e, no ano seguinte, tivemos a Portaria nº 1.028/2005 propondo que o consumo problemático precisaria ser tomado pela perspectiva da saúde pública. E para

consolidar uma rede de cuidados, em 2011 instituiu-se a Portaria nº 3.088, propondo a Rede de Atenção Psicossocial no âmbito do Sistema Único de Saúde.

No entanto, apesar de tais avanços, nos últimos anos, o campo de cuidados se apresenta ainda mais tensionado pelos retrocessos nas políticas públicas do setor. Em 2017, a chamada “nova” política de Saúde Mental (Portaria nº 3.588) produziu diversas alterações no arcabouço jurídico-político, apontando para um recrudescimento das políticas no setor (Juliana Prudêncio & Mônica Senna, 2022). Além disso, a instituição da Nota Técnica nº 11 (2019), fortalece a ampliação dos leitos nos hospitais psiquiátricos e repasse para o financiamento das internações em Comunidades Terapêuticas (Prudêncio & Senna, 2022).

Portanto, diante dessa conjuntura atual, nos questionamos sobre a aposta na invenção dos modos de vida e cuidado no cotidiano das pessoas que enfrentam problemas no consumo de drogas. Assim, nos perguntamos: como é possível pensar em práticas de cuidado e resistência frente ao gigantesco aparato de projetos historicamente desenvolvidos para controlar a vida e os corpos das pessoas no envolvimento com as drogas? Como conhecer os modos de produção do cuidado das pessoas que usam drogas e quais as relações que estas mantêm entre os serviços públicos e os territórios onde estão situados?

Metodologia

Elegemos o método etnográfico como alternativa para a pesquisa no campo que envolve o cotidiano dos(as) usuários(as), pois entendemos haver uma multiplicidade de encontros a partir de uma diversidade de pessoas que constroem as convivências diante dos saberes locais, dos fluxos e dos contextos envolvidos (Michel Agier, 2011).

A escolha da etnografia é inspirada em um número expressivo de trabalhos que já foram realizados sobre o tema das drogas no Brasil, considerando seus usos, consumos e prejuízos, diante de estigmas e preconceitos relacionados ao uso (Luana Malheiros, 2018; Luciane Raupp, 2011; Rubens Adorno et al., 2013; Taniele Rui, 2012). Nesta direção, destacamos a importância de uma perspectiva contemporânea deste método, no sentido de resgatar “um olhar de perto e de dentro” capaz de identificar e refletir a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, como estes transitam na cidade (José Guilherme Magnani, 2002).

A partir da observação participante de natureza etnográfica, utilizamos o diário de campo como uma ferramenta central de registro do material de observação e pensamento em todos os percursos no campo. Tal recurso se aproximou daquilo que Fernandes (2002) e Florence Weber (2009) compreendem como historicizar e registrar o cotidiano vivenciado, colocando em análise os acontecimentos como possibilidade de rompimento das ordens instituídas que ali se apresentavam nas relações. E concordando com Rose Gerber (2014), para nós, os diários se apresentaram como um espaço que foi construído ao passo que o campo era vivido. Porém, optamos por não fazer o diário nos próprios cenários de prática, como forma de não gerar nenhum tipo de inibição nas relações que estavam sendo construídas.

Dessa forma, foi possível compor um conjunto significativo de narrativas, pensamentos e modos de relação com os(as) participantes diante dos variados percursos cotidianos de vida, sendo possível recriar imagens e formas de leituras próprias e singulares das situações vividas.

Do contexto de pesquisa: nomeações territoriais e outras questões (im)pertinentes

A pesquisa foi realizada em um território que ganhou dupla nomeação ao longo do tempo, se caracterizando por ser um bairro popular em que residem pessoas de média e baixa renda. Apresenta fragilidades no contexto urbano e social, com vários problemas em sua infraestrutura e saneamento básico.

Neste território, como um dos pontos iniciais da pesquisa, identificamos o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) - álcool e outras drogas como lugar de encontro com pessoas que recorrem às drogas. Este serviço foi inaugurado em fevereiro de 2010, inicialmente na modalidade tipo II, ou seja, com o seu funcionamento de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00. No entanto, devido à demanda crescente e às necessidades específicas de atendimento, em dezembro de 2011, passou a funcionar 24 horas (CAPS AD III), com 10 leitos de observação para casos mais agudos.

Para compor parcerias indispensáveis à pesquisa, foram construídos diálogos para apresentação do estudo junto à coordenação do serviço e também foram realizadas conversas informais com pessoas da equipe técnica de plantão nos dias que frequentamos o serviço.

Como recorte do campo para fins das análises aqui empreendidas, destacamos duas atividades da qual participamos a partir do convite de uma profissional da equipe. Estas ações de caráter itinerante foram realizadas semanalmente e consistiam em percorrer ruas do bairro em grupo, colando cartazes – comumente chamados de “lambes” – que usuários(as) do serviço estavam produzindo naquele período em oficinas de arte. Já os outros momentos se constituíram em conversas informais no pátio do CAPS AD III, mas não menos potentes para as análises aqui desenvolvidas.

Entre deambulações etnográficas e conversas de pé de muro: a experiência limiar no campo de pesquisa

Assim, feitas as contratualidades no campo de pesquisa, realizamos o que chamamos de “deambulações etnográficas” e de “conversas de pé de muro”, construindo nessas experiências tessituras de histórias complexas e variadas.

Nesse sentido, quando não conseguíamos acompanhar as atividades externas, tentávamos sempre permanecer entre o dentro e o fora, em um espaço que consideramos transitório: entre o muro da instituição e a rua. Pensar e considerar este espaço para além da nomeação de fronteira, da própria demarcação institucional do CAPS AD III, foi uma forma de propor outras vias para pensar nos limites e no estancamento de experiências que ali estavam instituídas ou as que estavam surgindo.

Neste aspecto, diferentemente de uma fronteira que delimita e que a princípio funciona como uma contenção de algo (Walter Benjamin, 2006), como possibilidade de manter uma forma definida, atribuindo limitações, nos inscrevemos nesta experiência a partir de outro registro, no qual foi possível pensar num trânsito existente e numa produção de encontros incessantes. A partir de Benjamin (2006), vivenciamos uma experiência limiar, que se configura como um acontecimento real e se localiza em tempo real e com pessoas reais. Tais encontros ultrapassaram o nível verbal, consciente, representável e mesmo psicológico, se constituindo em experiência a partir dos afetos e do singular, não redutível aos atos programados pela inteligência. Neste aspecto, o limiar, mais do que conter e limitar, se configurou como uma zona não estritamente definida, e que remeteu a fluxos e contrafluxos, lugares e tempos indeterminados (Cibele Rizek, 2012).

Daí retiramos a nomeação “conversas de beira de muro”. Na verdade, era “um meio muro”, metade muro e a outra metade era uma grade, que circulava os limites do CAPS AD III e fazia fronteira com a rua do bairro. No “pé” desse muro existia um lugar que foi batizado de “fumódromo” pelos(as) profissionais e usuários(as) do serviço. Lá, neste espaço, aconteciam diariamente as trocas de experiências, o relato das histórias e das situações que muitos vivenciavam em seu cotidiano. Era um local que também ocorriam disputas de jogos de tabuleiro como dominó e damas, mas, na maior parte do tempo, funcionava como um “zona livre de consumo” de tabaco (aparentemente), dentro do CAPS AD III. Ou, nas palavras de Ana Clara Ribeiro (2010), estávamos diante da criação de “instáveis territorialidades” em meio à emergência de relações e tensionamentos entre diferentes racionalidades, normatividades e territorialidades do lugar.

Portanto, mergulhados nas rodas de fumo, as conversas se desenvolviam, deixando o ambiente mais desejanante para possibilidades de interlocução. É neste movimento de fluxo intenso que iremos trazer alguns momentos construídos nas conversas de pé de muro como também nas deambulações etnográficas.

Entre usos de drogas, saberes profanos e criação de modos de vida: relatos do cotidiano

As deambulações e as conversas nos permitiram o encontro com as narrativas de vida e experiências dos participantes em seu contexto cotidiano, para os quais inventamos nomes fictícios, conforme contrato de pesquisa que estabelecemos com os mesmos. Assim, destacamos algumas destas situações que nos incitam à análise em torno da problemática de pesquisa.

Em uma ocasião que não saímos para as deambulações etnográficas rumo às ruas do bairro, devido ao número reduzido de funcionários que poderiam acompanhar tais atividades, foi decidido que todas as oficinas seriam na própria instituição. Ao chegar ao serviço, João nos cumprimenta dizendo: “hoje não terá passeio, tem poucos funcionários no CAPS”. Diante de tal situação, digo que provavelmente outras atividades acontecerão nesta tarde. Fui afirmando isso e caminhando com João ao “fumódromo”.

Era uma terça-feira com um quantitativo elevado de pessoas no serviço. A estrutura do CAPS AD III é pequena, fato que condiciona quase todos ali, exceto uma parte da equipe técnica, a ficarem circulando em um minúsculo pátio frontal, e que às vezes permitia construir temporariamente pequenas rodas entre aqueles que ali estivessem. É neste pátio onde está o fumódromo, que se configura como um espaço de intensas trocas diárias.

Entre fumos e fumaças, cigarros e isqueiros, ficamos atentos a todos os movimentos e nossa ida ao campo inevitavelmente produzia reflexões que traduzo aqui em uma pergunta: seria possível que estas pessoas, marcadas pela marginalidade do consumo de drogas, produzissem resistências, como modos de vida, no território ao se apropriar dos espaços acessados?

Com essa questão em mente, conhecemos Sidnei e Mário, que conversam conosco sobre a utilização do crack, ou melhor, da “pedra” ou “das sacolas” (nomeações dadas por eles neste contexto). A conversa é sem arroudeio e sem a preocupação de esconder as falas sobre tais ações. Sidnei afirma:

*Tenho muita raiva viu, você convida alguém para fumar em casa com você e a pessoa fica se levantando, agitada, catando estrela. Se eu estiver em minha casa, mando logo sair, e se não sair, pego logo o cabo de vassoura [risos]. Tem gente que não sabe fumar, nem espera a vez, quer que você use logo para usar o dele. Ah, bando de infeliz (risos). **Saber usar,***

até mesmo a pedra, é isso. Tem que se ligar, fazer as coisas de boas, relaxar com a pedra, fumar e relaxar, relaxar e fumar (grifo nosso).

E Mário diz:

*Tem gente que fica abusando para usar logo, sem esperar a vez, por isso que prefiro usar sozinho. Na verdade, estou até querendo diminuir mesmo a pedra [pausa]. Nunca mais faço essas coisas que aconteceu ontem. Estava lá no beco, onde moro, com o dono da boca. Ele apostou 10 conto para eu beber 2 burrinhos. Cada burrinho dá uns três copos descartáveis. Tomei os três primeiros copos, aí ele disse, dá um pau aqui na pedra. Dei um pau na pedra e aí o álcool todo foi embora, e aí, para ganhar a aposta, tomei o outro burrinho ... Mas me dei mal (risos), não consegui fumar mais nada e ainda perdi o dinheiro, porque a pedra fui eu que comprei. Fazer aposta com dono de boca é assim, você sempre sai perdendo. O que fiz foi ir embora para casa, já que pela noite, já tinha dado o que era para ter dado. **Oh mano, não adianta!! Chega uma hora que você tem que se recolher mesmo, porque nem a pedra faz mais efeito. As pessoas acham que quem fuma crack não tem noção de nada, mas pelo contrário; mas se bem que tem vezes que exageramos e perdemos mesmo as histórias** (risos) ... Mas cheguei em casa, acendi um baseado e relaxei, pois sou viciado ... quando não tem os remédios para dormir, uso maconha mesmo* (grifo nosso).

Em um texto intitulado “*Saúde: novos territórios de ação e escuta social: saberes profanos e estratégias possíveis*”, Martín Correa-Urquiza (2012) nos aponta uma via propícia para ampliação constitutiva de um saber próprio, local, territorial e subjetivo, baseado na experiência de pessoas com diagnóstico psiquiátrico, que o mesmo nomeia como “saber profano”.

Ao colocar em questão a discussão sobre um conjunto de estratégias predefinidas e protocoladas no processo de saúde e doença, o autor abre novas possibilidades de pensar o cuidado para além dos esquemas terapêuticos rígidos. É nesse sentido que diferentes modelos de cuidado criados e executados no cotidiano dos territórios podem gerar outras práticas relacionadas às formas de enfrentamento das situações. Para este autor, “trata-se de uma espécie de experiência da qual os sujeitos nem sempre estão necessariamente cientes, nem de sua existência, nem – às vezes – da realidade ou eficácia de sua aplicação” (Correa-Urquiza, 2012, p. 4).

Aqui falamos de algo que se manifesta na transversalidade de um saber oficial, médico, jurídico, científico, ultrapassando e sendo erguido pelos próprios atores nos encontros territoriais, como demonstram as falas de Sidnei e Mario sobre sua gestão do consumo de drogas e suas relações entre si e com seus corpos, indicando pistas a seguir na produção do cuidado. Nos grifos anteriores, encontramos múltiplas formas de se relacionar com as substâncias e também algumas estratégias de cuidado nas relações cotidianas. São experiências locais construídas no cotidiano de suas vivências e que ultrapassam imagens catastróficas patrocinadas por uma cruzada higienista, cerceadora e produtora de mais sofrimentos (Correa-Urquiza, 2012; Petuco, 2011).

Essas maneiras de se relacionar com as drogas, apesar de serem atravessadas pelo consumo, não deixam de compor invenções diárias que constroem os modos de vida dos(as) usuários(as), pois se produzem em territórios subjetivos a partir das próprias linhas de fuga a que são impelidos (Peter Pelbart, 2011). É justamente diante da ordenação biopolítica contemporânea organizada por dispositivos com a capacidade de capturar, controlar e assegurar os gestos e as condutas (Michel Foucault, 2019a), que se observam também modalidades do fazer cotidiano que apontam para a ultrapassagem destas capturas capitalistas do consumo. São

resistências que, diante do poder responsável sobre a gestão da vida, ocorrem para engendrar outras possibilidades, compondo forças inéditas do devir e da mudança (Foucault, 2019b).

Nesse sentido, apesar dos prejuízos significativos do consumo, apostamos que é no próprio cotidiano que diversas práticas são articuladas, guardando algo da ordem de um improviso ou de um imprevisto na construção de modos singulares de vida, com suas limitações e potencialidades, como também Fábio nos faz pensar:

Não sou de João Pessoa, sou de Manaus, sou índio... estou em situação de rua, fico numa praça no centro da cidade ... tenho minhas estratégias de vida. Ando bem devagarinho (risos), gosto de usar as minhas coisas para esquecer dos problemas ... pago 2 reais por dia para guardarem lá o meu lugar, sei onde pega sopa e tenho meu pendrive de 5.000 músicas. Ninguém mexe comigo não, sabemos das regras por lá. Muitas vezes, os profissionais do serviço não entendem a nossa vida, teve uma vez que uma profissional, acho que era do Centro POP, me perguntou porque eu não saio da rua já que estava ganhando o benefício (risos). O que eu vou fazer com 100 reais por mês? Não dá para nada! [risos] Vivo minha vida, como andarilho, já morei em vários lugares, conheci o Brasil quase todo e uso minhas coisas. Bebo meu burrinho e continuo com minhas parcerias na rua. É uma vida difícil, muitas vezes, pois rola violência, mas é a que tenho.

Ao apostarmos na construção de “outros tantos” arranjos no cotidiano das pessoas que usam drogas, experienciar a fala de Fábio nos faz pensar sobre a ética da redução de danos, na perspectiva de uma estratégia de cuidado que propõe o exercício construído pelas multiplicidades, que expressam as diferenças (Passos & Souza, 2011). Dessa forma, destacamos que é diante destas vidas equacionadas em lugares marginais que evidenciamos a produção de novos desejos e novas crenças, diante de novas associações e possíveis outras cooperações. Se para Pelbart (2011) “todos e qualquer um inventam, na densidade social da cidade, na conversa, nos costumes, no lazer ... a invenção não é prerrogativa dos grandes gênios, nem do monopólio da indústria ou da ciência, ela é a potência do homem comum” (pp. 16-17). Neste aspecto, nos aproximamos de nossa forma de compreensão da RD enquanto uma invenção, que ultrapassa um guia preciso ou um roteiro prescritivo (Souza, 2013), se espalhando, se alargando e depois transbordando em sua própria definição.

Ainda refletindo sobre as falas de nossos participantes, compreendemos que o cotidiano é tecido pelo “homem ordinário” e é a partir dessa própria história incessantemente produzida, que podemos pensá-lo. Em sua obra “*A invenção do cotidiano, as artes de fazer*”, Michel Certeau (1998) reconhece a importância dos estudos de Foucault (2019a) acerca dos dispositivos inerentes a uma sociedade disciplinar. Porém, simultaneamente, problematiza, por meio das artes de fazer, um lugar onde se tece uma rede “antidisciplinar” e, ampliando as análises de Certeau, uma rede também “antibiopolítica” que se localiza no próprio domínio do cotidiano.

É o que Danilo, em outra conversa de pé de muro, nos traz quando relata que já faz algum tempo que frequenta o serviço, queixa-se de dores de cabeça e mostra um curativo em sua testa acima do olho direito. Com dificuldades de locomoção, caminha segurando uma muleta, já bastante desgastada. Danilo é um homem com um corpo frágil diante de nós, mas que é também a resistência de um corpo. Ele nos diz que começou a fazer ingestão de álcool aos cinco anos, lembra que seu pai e sua mãe sempre beberam, e que na sua casa não tinha comida, mas bebidas, e uma caixa de som com uma radiola junto a uns discos velhos nunca faltavam. Relata que passou por muita coisa na vida e ao dizer que eu estava “castelando”, ou seja, que eu estava atento ao que ele dizia, me relata uma situação que o fez chorar:

Teve uma vez que eu já estava na rua, preferia assim, ficar na rua, do que ir para casa, era melhor para mim, pois na minha casa só tinha briga e cachaça. Mas outra coisa não tinha. Aí fui para rua. E na rua, bem antes, pegávamos as faixas penduradas nos postes, aquelas faixas de propagandas, para nos cobrirmos à noite. Hoje até isso não tem ... eu fico na área da praia e aí a noite faço um buraco na área e fico lá dentro, como um rato, um rato de praia. Sou um rato de praia. Mas não passo frio, é minha sobrevivência. Eu sei onde conseguir comida, vou nos serviços de assistência, tomo sopa. Vivo assim. Ando por toda a cidade, me viro e sobrevivo. O problema é que às vezes os serviços não ajudam muito, não sabem da realidade e os profissionais não sabem escutar.

Inventar uma saída para dizer o que não se pode dizer poderá evidenciar as relações de poder que incidem de modo substancial na construção social da vida pública urbana. Danilo vive, apesar das omissões do Estado, apesar de tudo que ele vive em um corpo marcado por violências e precariedades. É dessa forma que o cotidiano pode ser produzido não por objetos próprios, mas por destinos singulares dados pelos usos desses objetos, pelas anônimas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem dominante de produção racionalizada (Certeau, 1998). São precisamente estes “usos” que seria preciso “castelar nos ouvidos” das políticas públicas e das equipes que se destinam a cuidar de pessoas que usam drogas. Conhecer estes modos de vida é condição do cuidado.

Com isso, afirmamos que os meios populares fazem – daquilo que são o alvo pela máquina de governo – inúmeros e infinitesimais usos, segundo seus interesses próprios e suas regras (Certeau, 1998). E diante das situações limites de sua sobrevivência, Danilo aposta em táticas (Certeau, 1998), jogando com os acontecimentos para transformar as ocasiões e com isso produzir fissuras no próprio sistema. A ideia, portanto, não é um cotidiano de rotinização, da repetição (que apenas existe diante do próprio uso das substâncias), e sim de produção de movimento cujas ações são proporcionais às situações vividas (Rogerio Leite, 2010).

Desta forma, diante destas operações móveis a partir das ações dos sujeitos participantes, que transformam os lugares em espaços subjetivos, podemos pensar numa produção de subjetividades mais ampla e, conseqüentemente, em modos de cuidado no campo das drogas. Trata-se de uma noção que abre para os movimentos de confronto com os códigos sociais vigentes e opressores, construindo assim rupturas nos próprios territórios acessados, possibilitando, apesar de precária, a vida cotidiana.

Práticas de vida e os “territórios” inventados

Nas deambulações etnográficas, em um sábado a tarde, testemunhamos a seguinte cena, narrada a seguir: ao se dirigir a uma das maiores praças do lugar, com um grupo de pessoas que frequentam o CAPS AD III, Tota aponta para o lado direito, inclinando o seu olhar e o seu corpo castigado pelo uso dos tóxicos. O que ele nos mostra é um espaço em formato geométrico de “U”, circunscrito por um muro de mais ou menos 4m², que fica entre dois casebres, muito precários.

Observamos no local restos de calçamento no chão, mas, ao mesmo tempo, com pequenos arbustos de matos que crescem nas pedras. Além disso, “bitucas” de cigarros, latas de cervejas velhas e amassadas, um litro de aguardente sujo e vazio, preservativos usados e muitos fósforos

já riscados. Mesmo com estes objetos, o local aparentava que ninguém mais usava o espaço, pois eram materiais antigos, com marcas que denunciavam o tempo. Neste instante, Tota diz:

Ali é conhecido como beco da fumaça. O pessoal usava muita coisa neste canto. Se reuniam dia e noite... fica escondidinho, e os policiais não conseguem ver... acho que nem sabem que existe isso aqui [risos]. Mas nem todo mundo vinha para cá. Eu sei disso. Eu morei minha vida inteira neste bairro, hoje estou em outro lugar, perto de uma sobrinha que me ajuda. Este bairro sempre foi muito agitado [risos]. Nunca ninguém mexeu comigo aqui, mas sempre depois do show tinha bala, tiro [risos], mesmo tendo muitas viaturas de polícia na frente. Olha essa praça que estamos chegando, tá vendo ali, aquele local, o chamamos de “geladinho”. Fica na sombra o dia inteiro e o pessoal usa este local para tomar umas coisas. A ideia é ficar lá embaixo, na tranquilidade, relaxando e conversando com os amigos.

Esse momento com Tota foi vivido nas deambulações. Tais falas e descrições, sentimentos e lembranças, eram expressas a partir do fluxo de itinerância que íamos produzindo. Tota nos fala de alguns territórios, das “cenas de uso”, mas não de quaisquer territórios, e sim de espaços construídos no cotidiano das práticas de usos de drogas e compartilhados com os demais. Entre nomeações e descrições, o “beco da fumaça e o geladinho da praça” são pontos de encontro, que mergulhados na paisagem cotidiana, se destinam, entre outras tantas coisas, ao uso de drogas no bairro. Ao escutar Tota, perguntamo-nos sobre como as práticas de cuidado podem se aproximar desses espaços de vida e do cotidiano dos(as) usuários(as) de modo a produzir respostas mais eficientes para os problemas que enfrentam. Será que a equipe do CAPS sabia deste lugar? E qual a possibilidade de considerar incluir-lo como espaço de produção de cuidado, e não apenas de consumo de drogas? Descobrimos que não, mesmo este cenário sendo muito próximo do serviço.

É no contexto da Atenção Psicossocial que aprendemos que o vocábulo território está presente em múltiplas dimensões e sentidos. Aparece em documentos que expressam princípios e diretrizes das políticas de saúde e no planejamento das ações locais, se constituindo em um elemento central para organizar a rede de cuidados na Atenção Psicossocial. O termo em questão foi construído entre a contraposição dos serviços centrados no hospital psiquiátrico na “interface” dos serviços comunitários. Porém, muitas vezes são noções genéricas e operacionais, até mesmo burocráticas, desgastadas, palavras muitas vezes “mofadas”, que não correspondem a concepções e modos de criação que efetivamente acontecem no cotidiano.

Neste sentido, parece-nos urgente refletir sobre os territórios que se constituem no cotidiano em que ocorrem a transformação dos cenários e da história social da própria vida. São locais onde se produzem as memórias dos acontecimentos inscritos nas paisagens, nos modos de viver, nas manifestações que modulam as percepções e que auxiliam na compreensão sobre o próprio lugar.

Para Milton Santos (2002), o território é uma categoria central como construção social e existencial, e, neste aspecto, englobaria as características físicas de uma dada área geográfica, mas também as marcas produzidas pelo homem. Dessa forma, entendemos que o território não é um dado neutro, já que os lugares escolhidos também permitem a emergência de outras formas de vida para além de uma racionalidade dominante.

Com Fernandes (1998) podemos dialogar em torno da territorialidade urbana que consiste numa identificação psicológica com o espaço. Em seus estudos etnográficos (Fernandes, 2002; Mata & Fernandes, 2019), encontramos uma caracterização mais precisa e que se aproxima do interesse de nossa pesquisa, os chamados territórios psicotrópicos, que funcionam como atratores de indivíduos com interesse em torno das drogas, mas que produz algo além delas.

Em um artigo sobre a revisitação etnográfica aos atores e territórios psicotrópicos da cidade do Porto, Mata e Fernandes (2019) afirmam que os territórios psicotrópicos são fluídos, pois se organizam em pleno espaço público, produzindo uma forte ligação com seus indivíduos. Porém, não se reduz ao componente da droga. Esses autores atestam que os territórios psicotrópicos produzem, sobretudo, uma filiação ao bairro, ao seu ambiente, envolvendo as substâncias, mas também envolvendo de forma complexa a produção de vivências. São “determinadas parcerias” construídas diante dos usos e dos efeitos das drogas. São modos múltiplos, contíguos, contraditórios de construção dos locais, da produção de sentidos diante das práticas diárias que produzem o cotidiano das pessoas.

Com Félix Guattari e Suely Rolnik (1996) podemos pensar o território como um espaço subjetivo vivido, sendo o lugar onde um sujeito se sente “em casa”; como sinônimo de apropriação, de uma subjetividade produtiva desejante. Para estes autores, o território se caracteriza como um conjunto de projetos e representações nos quais poderão desembocar toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos e cognitivos (Guattari & Rolnik, 1996).

Dessa forma, se concordamos com Ruben Lemke (2009) sobre a indicação que toda a assistência em saúde seja articulada ao território em se tratando dos casos de álcool e outras drogas, se torna urgente efetuar algum tipo de aproximação de territórios vivos e complexos, os quais são efetivamente construídos/apropriados pelos(as) usuários(as), como o “beco da fumaça” e o “geladinho da praça”. Tal indicação aposta no ir além dos territórios imóveis, precários e burocráticos que muitas vezes os serviços da RAPS impõem no seu processo de cuidado.

É apostando que todo o cuidado deverá partir sempre do singular, privilegiando os espaços, as relações e as próprias pessoas envolvidas no processo, que o território precisa se constituir em um campo de possibilidades capaz de construir e modificar o próprio cotidiano. E é neste cotidiano que podemos perceber as experimentações, as amizades e, porque não dizer, as solidariedades e produções de cuidado mesmo diante dos consumos de drogas (Lemke, 2009).

Portanto, entre as pessoas que usam drogas se faz necessária a construção de outros caminhos pautados na escuta e atenção a elas de que há algo mais no ar que a fumaça e do odor dos tóxicos que são suas narrativas, modos de vida cotidiana e saberes da experiência.

Considerações finais

Ao concluir, destacamos, em primeiro lugar, que estamos trilhando o campo de estudos sobre o uso ampliado de drogas, compreendendo que tais usos compõem as diversas formas de se relacionar com os tóxicos, inclusive aquelas prejudiciais e problemáticas, mas também aquelas prazerosas e de reapropriação do mundo. Em segundo lugar, e que é fundamento dessa pesquisa, é que apostamos na possibilidade de evidenciar as modalidades de cuidado na dimensão conflituosa da vida urbana contemporânea, a partir dos próprios atores envolvidos. Atores estes marginalizados e condicionados a abjetos, mas que ocupam um lugar estratégico numa sociedade consumista e que criam modos de vida e resistência frente às omissões do Estado e precariedades a que suas vidas são reduzidas.

Percebemos na pesquisa que há uma produção subversiva que acontece no cotidiano das práticas daqueles que usam drogas, e que essa produção se aproxima de saberes e práticas de cuidado

em relação ao próprio uso e a si, que muitas vezes não conseguem ser evidenciadas e nem compreendidas diante de outras estratégias ditas “oficiais” no campo dos “cuidados em saúde mental”.

Dessa forma, para ultrapassar os estratagemas capitalistas diante do equacionamento de uma vida doente, mergulhada em normativas proibicionistas, é que estas invenções surgem como possibilidades reais de construção.

Foi com as cenas trazidas neste relato que atestamos a impossibilidade de planejar ações de assistência no campo dos cuidados às drogas, sem conhecer as pessoas em suas dinâmicas socioculturais instituintes, diante de modos de subjetivação e das relações com os seus territórios de vida. Propor construir ações mais ampliadas para determinados grupos sociais pressupõe sempre um conhecimento denso das suas realidades sob pena de produzir espaços de intervenção que serviriam como obstáculos às mudanças que se buscam promover.

Referências

- Adorno, Rubens C. F., Rui, Taniele, Silva, Selma L., Malvasi, Paulo A., Vasconcellos, Maria da Penha, Gomes, Bruno R., & Godoi, Tiago C. (2013). Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano. *Saúde & Transformação Social*, 4(2), 4-13. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=265328844003>.
- Agier, Michel (2011). *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. Terceiro Nome.
- Benjamin, Walter (2006). *Passagens*. UFMG; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Brites, Cristina M. (2006). Ética e uso de drogas - uma contribuição da ontologia *social para o campo da saúde pública e da redução de danos* [Tese de Doutorado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP].
- Carneiro, Henrique (2019). Proibição da Maconha: racismo e violência no Brasil. *Cadernos das Américas Latina*, 92, 135-152. <https://doi.org/10.4000/cal.10049>.
- Certeau, Michel (1998). *A invenção do cotidiano – Artes de fazer* (3ª ed.). Vozes.
- Correa-Urquiza, Martín (2012). Salud mental: nuevos territorios de acción y escucha social: saberes profanos y estrategias posibles. *Acciones de salud mental en la comunidad*. <http://ac-mcb.es/files/425-8240-DOCUMENT/OtrosterritoriosparaotrasidentidadesAEN.pdf>.
- Cruz, Olga S., Machado, Carla, & Fernandes, Luis (2012). O problema da droga: sua construção, desconstrução e reconstrução. *Análise Psicológica*, 30(1), 49-61. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/49128/1/Cruz%20et%20al%202012_O%20problema%20da%20droga_AnalisePsicologica.pdf.
- Dias, Rafael M. (2013). *Experimentação e cuidado: um campo problemático das drogas e a emergência do paradigma da redução de danos no Brasil* [Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ].
- Fernandes, Luis (1998). Periferias sociais e fenômeno droga. *Revista Toxicodependência*, 4(2), 5-13.
- Fernandes, Luis (2002). *O sítio das drogas – Etnografia das drogas numa periferia urbana*. Editorial Notícias.
- Fiore, Maurício (2012). O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. *Novos Estudos Cebrap*, 92, 9-21. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002012000100002>.
- Foucault, Michel (2019a). *Microfísica do poder*. Paz & Terra.
- Foucault, Michel (2019b). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Paz & Terra.
- Gerber, Rose M. (2014). Uma aventura antropológica: a perda da inocência. *Cadernos de Campo*, 23, 47-60. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v23i23p47-60>.
- Guattari, Félix & Rolnik, Suely (1996). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Vozes.
- Leite, Rogerio P. (2010). A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. *Dados*, 53(3), 737–756. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582010000300007>.
- Lemke, Ruben A. (2009). *A itinerância e suas implicações na construção de um ethos do cuidado* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Magnani, José Guilherme C. (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49), 11-29. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>.
- Malheiros, Luana S. B. (2018). *Tornar-se mulher usuária de crack: trajetórias de vida, cultura de uso e política sobre drogas no centro de Salvador, Bahia* [Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA].
- Mata, Simão & Fernandes, Luis (2019). Revisitação aos atores e territórios psicotrópicos do

Porto: olhares etnográficos no espaço de 20 anos. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, 19(1), 195-212. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30648>.

Nota Técnica n. 11 (2019). *Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas*. Ministério da Saúde.

Passos, Eduardo H. & Souza, Tadeu P. (2011). Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 154-162. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000100017>.

Pelbart, Peter Pál (2011). *Vida capital: ensaios de biopolítica*. Iluminuras.

Petuco, Dênis R. S. (2011). *Entre imagens e palavras: o discurso de uma campanha de prevenção ao crack* [Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB].

Portaria n. 1.028, de 1º de julho de 2005. (2005). Determina que as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, sejam reguladas por esta Portaria [Internet]. Ministério de Saúde. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1028_01_07_2005.html#:~:text=Determina%20que%20as%20a%C3%A7%C3%B5es%20que,sejam%20reguladas%20por%20esta%20Portaria.

Portaria n. 2.197, de 4 de outubro de 2004. (2004). Política de Atenção Integral aos usuários de álcool e outras drogas. Ministério de Saúde. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_atencao_alcool_drogas.pdf.

Portaria n. 3.088, de 23 de dezembro de 2011. (2011). Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ministério de Saúde. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html.

Prudêncio, Juliana D. L. & Senna, Mônica de C. M. (2022). Política de atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas: retrocessos nas concepções, desenho e financiamento. *Em Pauta*, 49(20), 159-173. <https://doi.org/10.12957/rep.2022.63449>.

Raupp, Luciane M. (2011). *Circuitos de uso de crack nas cidades de São Paulo e Porto Alegre: Cotidiano, práticas e cuidado* [Tese de Doutorado em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, SP].

Ribeiro, Ana Clara T. (2010). Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos. In Paola B. Jacques & Fabiana D. Britto (Orgs.), *Corpocidade: debates, ações e articulações* (pp. 24-41). EDUFBA. <https://ufba.academia.edu/FabianaDultraBritto?swp=tc-au-43258826>

Rizek, Cibele Saliba (2012). Limites e limiars: Corpo e experiência. *ReDOBRA*, 3(10), 33-39. http://www.redobra.ufba.br/?page_id=54.

Rui, Taniele Cristina (2012). *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack* [Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP].

Santos, Milton (2002). *O país distorcido, o Brasil, a globalização e a cidadania*. Publifolha.

Souza, Tadeu de Paula (2013). *A norma da abstinência e o dispositivo “drogas”: direitos universais em territórios marginais de produção de saúde (perspectivas da redução de danos)* [Tese de Doutorado em Saúde Coletiva, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP].

Velho, Gilberto (1994). A dimensão cultural e política do mundo das drogas. In Alba Zaluar (Org.), *Drogas e Cidadania: repressão ou redução de riscos* (pp. 23-30). Brasiliense.

Weber, Florence (2009). A Entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo? *Horizontes Antropológicos*, 15(32), 157-170. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832009000200007>.

Yasui, Silvio (2006). *Rupturas e encontros: desafios da reforma psiquiátrica brasileira* [Tese de Doutorado em Ciências da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro/RJ].

LEANDRO ROQUE

<https://orcid.org/0000-0001-8804-9551>

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

E-mail: leo_roque1@yahoo.com.br

ANA KARENINA DE MELO ARRAES AMORIM

<https://orcid.org/0000-0002-1343-9341>

Doutora em Psicologia social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

E-mail: akarraes@gmail.com

Histórico	Submissão: 03/05/2023 Revisão: 10/09/2024 Aceite: 10/09/2024
Contribuição dos autores	Conceitualização: LRS; AKMAA Curadoria de dados: LRS Análise dos dados: LRS; AKMAA Redação do manuscrito original: LRS Redação - revisão e edição: LRS; AKMAA
Financiamento	Não houve financiamento
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	O projeto de pesquisa foi registrado na Plataforma Brasil sob o processo de número 56839622.4.0000.5537 e submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O projeto foi aprovado a partir do parecer de número 5.388.829. Todos os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Autorização para o Registro de Voz e Imagens.

CONTRIBUIÇÕES DE ORLANDO FALS BORDA À ANÁLISE DOS COMPROMISSOS SOCIOPOLÍTICOS DA CIÊNCIA

APORTES DE ORLANDO FALS BORDA AL ANÁLISIS DE LOS COMPROMISOS SOCIOPOLÍTICOS DE LA CIENCIA

ORLANDO FALS BORDA'S CONTRIBUTIONS TO THE ANALYSIS OF SCIENCE'S SOCIOPOLITICAL COMMITMENTS

Cândido Rocha Flores Júnior¹ e Carolina Laurenti²

¹Universidade Federal do Pará, Belém/PA, Brasil

²Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR, Brasil

Resumo: Nossa realidade sócio-histórica exige o envolvimento de cientistas das mais diversas áreas no debate público e uma compreensão rigorosa a respeito da relação entre a ciência e a realidade política local. A discussão sobre essas questões na academia latino-americana encontra referência seminal em Fals Borda, que na década de 1970 propôs uma concepção de ciência própria e subversiva como oposição ao colonialismo e à dependência intelectual. A partir de uma análise teórico-conceitual de textos de Fals Borda, procuramos delinear um conjunto de questões que possam auxiliar na apreciação dos compromissos sociopolíticos de nossa prática científico-acadêmica tendo como base a caracterização de ciência própria e subversiva. Uma ciência própria latino-americana contribui com o conhecimento universal partindo de critérios e necessidades do contexto local. Essa ciência seria necessariamente subversiva, comprometendo-se com a ruptura das estruturas sociais que sustentam a dependência intelectual.

Palavras-chave: Orlando Fals Borda; Autonomia intelectual; América Latina; Ciência, Tecnologia e Sociedade; Mudança Social.

Resumen: Nuestra realidad sociohistórica requiere la implicación de personas científicas de las más diversas áreas en el debate público y una comprensión rigurosa de la relación entre ciencia y realidad política local. La discusión sobre estos temas en la academia latinoamericana encuentra un referente seminal en Fals Borda, quien en los años 1970 propuso una concepción de ciencia propia y subversiva, como oposición al colonialismo y la dependencia intelectual. A partir de un análisis teórico-conceptual de los textos de Fals Borda, buscamos esbozar un conjunto de preguntas que puedan ayudar en la apreciación de los compromisos sociopolíticos de nuestra práctica científico-académica, a partir de la caracterización de una ciencia propia y subversiva. Una ciencia latinoamericana propia contribuye al conocimiento universal a partir de criterios y necesidades del contexto local. Esta ciencia sería necesariamente subversiva, comprometiéndose a la ruptura de las estructuras sociales que sustentan la dependencia intelectual.

Palabras clave: Orlando Fals Borda; Autonomía intelectual; América Latina; Ciencia, Tecnología y Sociedad; Cambio social.

Abstract: Our socio-historical reality demands the involvement of scientists from a wide range of fields in public debate and a rigorous understanding of the relationship between science and the local political reality. The discussion of these issues in Latin American academia finds a seminal reference in Fals Borda, who in the 1970s proposed a conception of an own and subversive science, as an opposition to colonialism and intellectual dependence. Based on a theoretical-conceptual analysis of Fals Borda's texts, we seek to outline a set of questions that can help in the appreciation of the sociopolitical commitments of our scientific-academic practice, based on the characterization of an own and subversive science. An own Latin American science would contribute to universal knowledge based on the criteria and needs of the local context. This science would necessarily be subversive, committing itself to the rupture of the social structures that sustain intellectual dependence.

Keywords: Orlando Fals Borda; Intellectual autonomy; Latin America; Science, Technology and Society; Social change.

Introdução

Vivemos em um regime de sucateamento das instituições universitárias desde o golpe presidencial de 2016 contra Dilma Rousseff, passando pelos governos de Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro (Caetano & Campos, 2019; Medrado et al., 2021; Saraiva, 2019). Educação, ciência e tecnologia passaram por um desmonte de suas políticas de Estado, com cortes progressivos de orçamento. Especialmente no governo Bolsonaro, somaram-se tentativas de supressão de dados desfavoráveis ao governo e a nomeação de reitorias interventoras em universidades e institutos federais (Saraiva, 2019).

O padrão de desmonte da ciência nacional não é exclusividade brasileira e pode ser observado em outros países da América Latina (e.g., Giniger & Carbone, 2020). Esse itinerário favorece a continuidade da dominação imperialista estadunidense, por meio da manutenção da dependência tecnológica e intelectual dos países latino-americanos. De fato, as diferentes manifestações da crise política vivida na última década contemplam interesses de manutenção da dependência brasileira e latino-americana, em um contexto cada dia mais evidente de rearranjo da hegemonia econômica global (Bolaño, 2023; Fernandes, 2019).

Dentre as circunstâncias políticas diretamente vinculadas à forma e aos efeitos dos ataques às universidades e à ciência são especialmente relevantes aquelas que se relacionam à pandemia de Covid-19 (Calil, 2021; Malta, Murray, Silva, & Strathdee, 2020; Neves & Ferreira, 2020). Com o número de mortes no país alcançando as centenas de milhares, o uso responsável do conhecimento científico tornou-se mais do que nunca uma questão de sobrevivência. Os atores políticos do bolsonarismo incentivaram teorias conspiratórias, a rejeição às recomendações de cientistas e profissionais de saúde, e a oposição a políticas de distanciamento social, teste e vacinação da população. Em resposta aos ataques, foi possível observar uma tendência reativa à defesa de uma autoridade científica tecnocrática e neutra, que separaria os campos da ciência e da política como antagônicos (Neves & Ferreira, 2020).

As circunstâncias atuais intensificam a necessidade do envolvimento de cientistas das mais diversas áreas no debate público e exigem uma compreensão rigorosa a respeito da relação entre a ciência e a realidade política local. A escolha por negar o compromisso político da ciência (ao invés de qualificá-lo) pode favorecer ainda mais o projeto de desmonte da nossa ciência e a consolidação de nossa dependência tecnológica e intelectual. A necessidade de uma maior autonomia intelectual como uma exigência política e epistemológica não é um assunto novo na academia latino-americana, encontrando referência seminal na obra de Orlando Fals Borda (Albuquerque, 2013; Ballestrin, 2013; Escobar, 2003; Gewehr, 2010; Mota Neto, 2018).

O livro *Ciencia propia y colonialismo intelectual* (1971) reúne reflexões de Fals Borda sobre os compromissos da ciência com os contextos locais em um momento intermediário de sua obra (Cataño, 2008). O texto trazia a concepção de uma **ciência própria** como oposição ao colonialismo intelectual vivido na academia latino-americana. Essa ciência deveria necessariamente ser **subversiva**, por confrontar um *status quo* de dependência intelectual em relação aos países do norte global, comprometendo-se com valores de ruptura das estruturas sociais mantenedoras dessa condição. À época, Fals Borda passava por um processo de radicalização política e buscava se distanciar dos marcos objetivistas de sua formação acadêmica nos Estados Unidos, na qual, em suas palavras: “era obrigatório ser exato, muito objetivo, muito neutro, imitando os físicos que, para nós, eram apresentados como o ideal de cientista” (Fals Borda, 2004, p. 33).

Nas décadas seguintes a 1970, Fals Borda dedicou-se ao desenvolvimento de ferramentas metodológicas para a concretização de uma práxis que aliasse a produção de conhecimento a respeito das comunidades latino-americanas e ações voltadas à transformação de sua realidade (Fals Borda, 1991). Tais esforços culminaram no desenvolvimento da pesquisa-ação participante (*investigación-acción participativa*), que caracteriza “a um só tempo, um método de investigação, uma técnica educativa e uma ação política” (Mota Neto, p. 6). A influência do sociólogo colombiano e da pesquisa-ação participante para a psicologia latino-americana pode ser identificada desde o trabalho de Maritza Montero (1984). A autora estabelece Fals Borda, junto a Paulo Freire, como referência-chave para a produção da Psicologia Social própria da América Latina (Montero, 2010).

As problemáticas de interesse são éticas e políticas, bem como epistemológicas e metodológicas. Nossa discussão, naturalmente, não parte de uma premissa desinteressada. Os valores implicados dizem respeito à autonomia popular como um imperativo ético e à defesa pela transformação social como uma necessidade política de nossa realidade. Sobretudo, dizem respeito à defesa de que a interlocução com tais itinerários ético-políticos enraizados na história e no pensamento latino-americano pode trazer contribuições para a teoria e a prática de uma psicologia engajada no contexto local.

O objetivo deste artigo é delinear um conjunto de questões que possam auxiliar na apreciação dos compromissos sociopolíticos de nossa prática científico-acadêmica tendo como base a caracterização de Fals Borda de ciência própria e subversiva. A análise foi realizada a partir do Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto (PICT)¹, conforme descrito por Carolina Laurenti e Carlos Eduardo Lopes (2016). Cada capítulo do livro *Ciencia propia y colonialismo intelectual* (1971) foi analisado, além do apêndice *post scriptum* adicionado à quinta edição, *Irrumpe la Investigación Militante* (1981/2012), todos em suas versões impressas. Em sequência à interpretação conceitual da noção de ciência própria e subversiva de Fals Borda, construímos um conjunto de questões orientadoras à análise de compromissos sociopolíticos na ciência. Com base nesse material, desenvolvemos diretrizes para guiar a compreensão sobre as compatibilidades entre uma proposta científico-acadêmica e o projeto de uma ciência própria e subversiva.

Ciência própria e subversiva

O livro analisado é originalmente composto por oito capítulos compilados em 1970 a partir de diferentes escritos e discursos de Fals Borda, e recebeu um novo apêndice em 1981. Seu ponto de partida era um ensaio crítico sobre o relatório do delegado presidencial dos Estados Unidos, Nelson Rockefeller, sobre a situação da América Latina. Datado de 1969, o Relatório Rockefeller visava incentivar uma nova política externa em relação aos países latino-americanos. Fals Borda diagnosticava que a aceitação dessa política condicionaria a produção técnica e científica de nossos países a seguirem em lógicas de imitação e importação, com referências situadas no norte global e em suas normativas sobre a ciência. O sociólogo propunha um caminho contrário, a favor de uma ciência própria e subversiva. De acordo com o autor, em períodos anteriores, não seria viável propor tal itinerário científico, e a mudança seria consequência da crise pela qual a América Latina passava.

O conceito de crise recebe um tratamento especial ao longo de *Ciencia propia y colonialismo intelectual*. Em um alto grau de abstração, crise seria “uma situação em que uma sociedade ou nação, em seu desenvolvimento histórico, experimenta contradições e inconsistências de tal

entidade que sua solução não é alcançada sem produzir transformações fundamentais, levando a um novo tipo de estrutura social” (Fals Borda, 1971, p. 33). Seu sentido não estaria completo de modo abstrato, sendo necessária a contextualização empírica em sua conjuntura sócio-histórica. A crise latino-americana daquele momento estava ligada a um processo de mudanças produzidas pelas contradições de uma sociedade dependente, com o fracasso do reformismo e do desenvolvimentismo em resolver os problemas estruturais de seus países e a explicitação crescente de mecanismos de exploração e dominação externos e internos nas sociedades latino-americanas. Com uma maior consciência geral sobre as implicações do imperialismo e do colonialismo, se intensificavam ao mesmo tempo a articulação de grupos subversivos e práticas repressivas violentas.

O contexto delineado por Fals Borda impunha desafios à prática científica. Suas reflexões sobre as exigências impostas por essa situação levaram a formulações teóricas a respeito do colonialismo intelectual e do seu enfrentamento por meio do projeto de uma ciência própria e subversiva. No restante da seção apresentaremos uma síntese interpretativa a respeito dessas formulações.

Conforme a análise do texto de Fals Borda (1971, 1981/2012), podemos compreender a noção de ciência própria a partir de uma articulação entre autonomia intelectual e compromisso-ação. Definir ciência própria, então, exige a caracterização desses conceitos.

Autonomia intelectual é uma situação oposta ao colonialismo e à servidão intelectual. Como uma forma de dominação político-cultural sobre outros povos, o colonialismo intelectual é caracterizado pela imposição de critérios e referências que universalizem as experiências de produção e acumulação do conhecimento a partir dos interesses dominantes. A condição vivida pelos povos dominados por essa estratégia colonialista é a servidão intelectual. Esta é caracterizada por práticas de mimetismo, reproduzindo modelos intelectuais inapropriados à realidade local, e também pela consequente contribuição aos interesses e à acumulação de conhecimento do povo dominador, em detrimento às necessidades e interesses do próprio povo.

Autonomia intelectual, desse modo, diz respeito à produção e acumulação de conhecimento que tenha como base critérios próprios da sociedade local, inclusive quando houver transplantes conceituais² e o uso de referências estrangeiras. Uma produção intelectual autônoma e independente pode resultar em contribuições à ciência em nível universal, mas isso não seria a sua prioridade e apenas ocorreria como consequência do trabalho comprometido localmente.

Compromisso-ação, por sua vez, é uma atitude oposta ao compromisso-pacto. Atitudes de subserviência e concessões aos interesses dominantes relacionadas à noção de neutralidade científica e à separação entre ciência e política configuram o compromisso-pacto. Sua vigência leva à ideia de que a defesa do sistema social dominante seria uma posição objetiva, como atitude neutra e desinteressada por parte de cientistas e intelectuais. De forma consciente ou não, o compromisso-pacto contribui com a manutenção do *status quo*, seja por ação ou omissão.

O compromisso-ação nega a noção de uma prática científica desinteressada, assumindo a relação indissociável entre ciência e sociedade, e direcionando os esforços práticos e teóricos a uma causa política específica. Distanciando-se da identificação entre a objetividade e as noções de neutralidade ou desinteresse, o compromisso-ação envolve a compreensão de que os valores e as consequências práticas na realidade social fazem parte da ciência. Sendo assim, elucidar os compromissos implicados nos empreendimentos científicos seria necessário à rigorosidade científica e enriqueceria sua objetividade, ao invés de negá-la.

Definida pela tomada ativa e consciente de posição no empreendimento científico e no comprometimento com uma causa política específica, a noção de compromisso-ação não é de-

limitada a uma única expressão política. Embora Fals Borda defenda o compromisso-ação especificamente voltado a valores de libertação e revolução, o conceito envolve, basicamente: (a) uma dimensão de práxis, como união entre teoria e prática a fim de produzir determinado efeito na realidade; (b) um critério de objetividade que exige a elucidação e a explicitação dos compromissos e valores implicados em sua prática científica; e (c) o estabelecimento de grupos-chave, que devem servir como referência e fonte de demandas e apoio à prática científica e à efetivação de suas causas.

De cada um desses aspectos depreendem-se exigências ao trabalho científico que se organizam de acordo com as especificidades de cada compromisso, com o contexto sócio-histórico vivido e com a própria área científica. Entre essas exigências de trabalho, é de especial importância a questão do desenvolvimento de metodologias que deem conta do emprego coerente do compromisso-ação. Os métodos adotados necessitam de formas de garantir a unidade entre teoria e prática ao longo dos processos de pesquisa e ação; de promover a atenção crítica e reflexiva a respeito dos valores de quem pesquisa, acompanhando o empreendimento de maneira transversal; além de modos de integração e colaboração com as comunidades reconhecidas como grupos-chave, o que exige especial cuidado ético e rigor.

Nas especificidades dos países latino-americanos, possibilidades de uma ciência própria exigem a constituição de uma ciência subversiva. Uma ciência subversiva envolve um direcionamento a valores de ruptura com um determinado *status quo*, em prol da construção de novas possibilidades de existência.

No que diz respeito à autonomia intelectual, a necessidade da subversão parte do reconhecimento da condição de servidão intelectual latino-americana, o que exige a ruptura com o padrão dominante da produção científica, sua dinâmica geopolítica colonialista e suas **regras do jogo** universalizadas a partir das experiências de países desenvolvidos. A subversão intelectual necessária envolve o reconhecimento das formas de saber endógenas de cada sociedade, a valorização dos potenciais de originalidade e criatividade dos povos locais e o tratamento de temas e problemas pouco reconhecidos pela ciência hegemônica. Entre outras coisas, envolve também a rejeição às delimitações dogmáticas entre as diferentes disciplinas científicas, que afastam compreensões integrais e complexas a respeito do indivíduo e da sociedade.

No campo do compromisso-ação, os valores revolucionários de ruptura social e o comprometimento com a libertação dos povos oprimidos seriam necessidades decorrentes do contexto latino-americano de desigualdade e dominação pelas elites internas e externas. A exigência pelo posicionamento em relação a esses contextos se torna ainda mais explícita em momentos de crise estrutural, nos quais a negação dos conflitos sociais se torna inviável mesmo para quem exerça compromissos-pacto. A circunstância de crise tem o papel de fortalecer a viabilidade das rupturas sociais, percebidas como possibilidades iminentes em momentos de acirramento dos conflitos sociais.

Questões de análise do compromisso científico

As propostas de Fals Borda (1971, 1981/2012) não nos oferecem um conjunto de procedimentos a serem aplicados na realidade atual para que alcancemos uma práxis científica própria e subversiva. Suas teses proporcionam contribuições para o esforço de apreciação crítica da qualidade do compromisso exercido na produção e difusão do conhecimento científico. A apre-

sentação formal de uma ciência própria e subversiva dependerá do vínculo estabelecido com os grupos-chave e suas necessidades locais.

Com base na definição de ciência própria e subversiva que construímos, propomos sete temas associados a conjuntos de questões capazes de indicar as diretrizes do compromisso com uma ciência própria e subversiva: (a) menção a conflitos sociais; (b) caracterização de problemas sociais; (c) localização dos assuntos tratados; (d) perspectivas de resolução de problemas; (e) itinerários políticos; (f) dimensões éticas; e (g) teses sobre a atividade científica e suas relações, que compreende três subtemas: (a) relações com outras formas de conhecimento; (b) relações interdisciplinares; e (c) noções sobre o comportamento científico. Nossa perspectiva parte do campo da psicologia, mas as questões permitem a sistematização de análises de diferentes conjuntos de textos, publicações e documentos acadêmicos em relação a seus compromissos sociopolíticos.

Tabela 1 - *Questões orientadoras à análise de compromissos sociopolíticos na ciência.*

Tema		Questões orientadoras
Menção a conflitos sociais.		O material menciona conflitos de interesses entre diferentes grupos? Como esses grupos são caracterizados? Há um posicionamento a respeito dos conflitos?
Caracterização de problemas.		O material menciona algum problema social? Qual? É especificado quem esse problema afeta? É apontado por que seria um problema? Há declarações sobre o que criou/cria o problema?
Localização dos assuntos.		O material menciona alguma questão como específica a um contexto local? Qual o contexto? Há implicações práticas e/ou teóricas?
Perspectivas de resolução de problemas.		São apresentadas possíveis soluções aos problemas mencionados? Quem seria responsável? As soluções envolvem perspectivas de transformação ou de ajustamento social? Há declarações sobre o papel da ciência ou de cientistas na resolução de problemas sociais? Que papel seria esse?
Itinerários políticos.		O material menciona algum movimento político, movimento social ou filosofia política? Quais? Como são caracterizados no texto?
Dimensões éticas.		Há declarações sobre os valores éticos da ciência ou de cientistas? O que é dito a respeito?
Teses sobre a atividade científica e suas relações.	Outras formas de conhecimento.	Há declarações sobre as relações entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento? Quais relações seriam essas?
	Relações interdisciplinares.	Há declarações sobre as relações com outras áreas de conhecimento científico? Quais relações seriam essas?
	Comportamento científico.	O material menciona variáveis que afetam o comportamento de cientistas/especialistas? Quais?

O primeiro tema diz respeito ao tratamento a conflitos sociais, com a análise de menções ou posicionamentos a respeito de conflitos de interesse entre diferentes grupos ou pessoas. A caracterização de problemas sociais tem como foco não apenas quais problemas são enfatizados, mas também quais pessoas são afetadas por aquilo que está sendo caracterizado como um problema, possíveis justificativas para essa caracterização e apontamentos sobre condições ou atores responsáveis pela existência do problema. A localização dos assuntos configura o terceiro tema, dizendo respeito à descrição de questões como específicas de um contexto sócio-histórico, além de explicações sobre qual contexto seria esse e quais as implicações práticas e/ou teóricas dessas especificidades.

O quarto tema trata das perspectivas para a resolução dos problemas, com destaque à distinção entre lógicas de transformação ou de ajustamento social, além da especificação de quem

seria responsável por possíveis soluções apresentadas. O tema seguinte é voltado aos itinerários políticos mencionados e caracterizados no discurso científico, como movimentos políticos, movimentos sociais ou filosofias políticas. A análise de dimensões éticas parte de declarações sobre os valores éticos da ciência ou de cientistas. O sétimo e último tema envolve diferentes subtemas de questões sobre ciência e cientistas. O primeiro subtema trata de enunciados sobre a relação com outras formas de conhecimento, para além do saber científico. Afirmarções sobre relações interdisciplinares entre diferentes áreas do conhecimento científico dizem respeito ao segundo subtema. No terceiro subtema o foco são menções a variáveis que afetem o comportamento de cientistas ou especialistas.

Diretrizes para uma ciência própria e subversiva

Definida a nossa caracterização de uma ciência própria e subversiva, e organizados os temas e questões de nossa análise do compromisso científico, podemos apresentar algumas diretrizes organizadas a partir dos sete conjuntos de questões. As diretrizes podem orientar nossa compreensão a respeito das compatibilidades de uma proposta científico-acadêmica com o projeto de uma ciência psicológica própria e subversiva.

Menção a conflitos sociais

Fals Borda (1971, 1981/2012) estabelece a compreensão a respeito dos conflitos sociais como um critério de efetividade para a ciência, tanto na acumulação de conhecimento quanto na sua responsabilidade social. Essa tese é endossada pelo argumento de que os antagonismos presentes na sociedade interferem na produção científica, o que se torna ainda mais intenso em contextos de crise. Desse modo, a investigação a respeito dos conflitos e antagonismos sociais favorece, ao mesmo tempo: (a) uma produção de conhecimento coerente com a nossa realidade; (b) possibilidades de ações efetivas a favor dos interesses das pessoas prejudicadas pelos desequilíbrios nessas disputas; e (c) um critério de objetividade científica na qual quem pesquisa esteja consciente das formas como sua prática é afetada por essas circunstâncias.

Orientações que neguem ou ocultem os conflitos sociais, por sua vez, são relacionadas por Fals Borda ao compromisso-pacto com a manutenção do *status quo*. Esse aspecto se torna ainda mais relevante com a compreensão de que a crise brasileira atual tem relação direta com mecanismos de despolitização (Sabrina Fernandes, 2019). O sociólogo colombiano apontava como modelos teóricos hegemônicos em países desenvolvidos traziam concepções que enfatizavam a ordem social, o que favoreceria teorizações incompatíveis com a realidade latino-americana. A produção de uma ciência própria e subversiva também envolve, então, o questionamento sobre suas filiações com diferentes concepções do debate político e das ciências sociais.

Caracterização de problemas sociais

Defendemos que o projeto de uma ciência psicológica própria e subversiva exigiria que a caracterização dos problemas sociais a serem enfrentados tome como base as necessidades das maiorias populares e das populações oprimidas. Essa orientação deveria, ainda, ser coadunada com o enfoque histórico e estrutural na compreensão da gênese dos problemas. As discussões de Fals Borda (1971, 1981/2012) apontam a um modo de compreensão dos fenômenos sociais

que envolva aspectos concretos de cada situação, processos históricos e disputas, sem perder de vista o tratamento conceitual rigoroso e o conhecimento científico acumulado.

Localização dos assuntos tratados

O colonialismo intelectual permanece como um problema a ser enfrentado. A questão se intensifica após a década de 1970³, com a consolidação da hegemonia estadunidense no cenário global e o fortalecimento do projeto de dominação denunciado por Fals Borda (1971) com base no Relatório Rockfeller. O itinerário a favor da autonomia intelectual exige a contextualização do fazer científico em diferentes aspectos. Para além de questões de natureza epistemológica, ainda são necessários o enfrentamento aos problemas locais e a luta política a favor da ciência nacional.

Uma questão central é a relação entre conhecimento local e universal. No mimetismo científico, as regras e modelos estrangeiros são reproduzidos sob uma premissa de universalidade do conhecimento que antecede a avaliação sobre a adequação dessas referências ao contexto local. A autonomia intelectual, por sua vez, envolve a definição das prioridades que organizarão o empreendimento científico com base em necessidades próprias, de modo que tornar-se ou não uma contribuição a uma corrente intelectual universal seria uma consequência secundária. Esse processo de avaliação se demonstra necessário à prática científica autônoma, exigindo uma análise rigorosa e constante a respeito dessas relações.

Perspectivas de resolução de problemas

As orientações a modos de intervenção de uma ciência própria e subversiva não envolvem cursos de ação ou métodos definidos previamente, mas uma adequação da lógica de trabalho aos diferentes contextos sob a orientação de um compromisso-ação. Por si só, a configuração de um compromisso-ação exige a eleição explícita de valores políticos que informarão a prática, bem como os grupos-chave que deverão ser atendidos e reconhecidos como fonte de demanda e apoio. Fals Borda (1971, 1981/2012) defende, ainda, que épocas de crise exigem a preferência por métodos e conceitualizações mais simples, claros e precisos, como forma de facilitar a comunicação com diferentes atores sociais.

Defendemos a eleição de grupos oprimidos e de movimentos antiopressão como grupos-chave para a atuação de uma ciência própria e subversiva em nosso contexto. Nesse compromisso-ação, a ciência psicológica deve envolver uma orientação propositiva que indique alternativas de atuação. A articulação de possibilidades de intervenção por parte dos grupos sociais afetados deveria ser privilegiada, bem como o emprego de métodos participativos.

Itinerários políticos

O itinerário político de uma ciência própria e subversiva pode ser compreendido com base nos grupos-chave eleitos. Os grupos-chave são atendidos por essa ciência e colaboram com ela, servindo como referência e apoio. O objetivo político da pesquisa e da ação está relacionado às necessidades e às demandas desses grupos, o que delimita quais pautas e doutrinas políticas podem se demonstrar compatíveis ou não com o compromisso-ação. A eleição de populações historicamente oprimidas e da militância antiopressão para esse papel significaria um compro-

misso contra a opressão e a exploração, e a favor das transformações sociais necessárias para o processo libertador.

Dimensões éticas

A proposta de uma ciência própria e subversiva prevê uma dimensão de investigação e explicitação dos valores e compromissos que orientam a atividade de quem pesquisa. Fals Borda (1971, 1981/2012) relaciona essa consciência a respeito dos valores como uma dimensão da objetividade necessária ao rigor científico. São concepções relacionadas a um entendimento de que a ciência necessariamente envolve compromissos com determinados interesses e juízos de valor, de modo que a ocultação desses compromissos apenas serviria à manutenção do *status quo* e atenderia aos interesses dominantes.

Trazendo os valores ao centro da discussão sobre a construção da ciência própria, o sociólogo colombiano recorreu ao conceito de libertação para orientar sua proposta. A sociologia da libertação seria um campo da ciência sociológica voltado à ruptura da estrutura social e das relações de poder, a favor do fim da exploração sofrida pela população e da promoção de novas possibilidades de existência. O processo libertador é o objeto de investigação dessa ciência e, ao mesmo tempo, o objetivo de sua atuação. Enfatizada por Paulo Freire no campo da pedagogia e Fals Borda na sociologia, a ética da libertação ganha destaque na psicologia com o trabalho de Ignacio Martín-Baró (Martín-Baró, 1986/2006; Montero, 2004). A aproximação a esse projeto por parte de qualquer área científica orienta a defesa por valores relacionados ao combate às diferentes formas de opressão e exploração na sociedade.

Teses sobre a atividade científica e suas relações

As concepções a respeito da ciência estão no cerne das discussões realizadas até aqui. Mesmo problematizando as regras do jogo hegemônicas (e, especialmente, sua imposição), o tratamento crítico dado por Fals Borda (1971, 1981/2012) ao tema parte do reconhecimento da importância do processo de acumulação de conhecimento que caracterizaria o empreendimento científico. Esse processo é tomado pelo autor como uma prioridade em relação aos aspectos normativos e institucionalizados do fazer científico. Ainda assim, a acumulação de conhecimento não teria valor por si só e se justificaria por seus potenciais políticos, pelas mudanças na sociedade que permitiria. A relação com outras formas de saber deveria ser de aproximação e não de distanciamento, e o conhecimento científico deveria estar a serviço dos interesses populares.

O sociólogo rejeita lógicas reducionistas a respeito dos fenômenos sociais, defendendo a relação inextricável entre as ciências sociais e a política, estudar a sociedade e transformá-la. Desse modo, se faz necessária uma concepção científica que reconheça a possibilidade de transformação nas relações que compõem a sociedade e a participação do compromisso político na prática científica. Essa concepção também deve permitir a postura colaborativa entre cientista e população na acumulação do conhecimento socialmente relevante. Além de somar-se aos saberes populares, as diferentes disciplinas científicas também deveriam se somar entre si, para compor um entendimento mais integral a respeito da humanidade, rompendo com o modo fragmentado como o conhecimento científico está organizado.

Em momentos como o que vivemos hoje é compreensível o impulso em se fixar na autoridade científica como forma de enfrentar o crescimento de ameaças como o negacionismo

da saúde, o desmonte das universidades públicas, o pânico moral e a perseguição a populações oprimidas. Dessa forma, as normas científicas (muitas vezes defendidas com base na credibilidade de grandes centros universitários estrangeiros) são exaltadas como modo de garantia de isonomia, como a chave para a identificação das respostas e do caminho correto. O que escapa às suas normativas é tomado como conhecimento inválido, hierarquicamente afastado do saber científico. Aliás, não há motivos para surpresa quando essa lógica acaba incorrendo na negação à legitimidade das ciências sociais, por não se ajustarem aos critérios das ditas *hard sciences*.

O caminho de uma ciência própria e subversiva nesses momentos de crise não está na aparente segurança das regras do jogo, mas também não incorre na crítica árida que acaba contribuindo com o ideário anticientífico. A escolha é pela negação das falsas dicotomias e do afastamento entre ciência e sociedade. A crise deveria ser motivo de uma aproximação às maiorias populares; de simplificação dos métodos e das teorizações em favor de formas participativas trabalho; e da presença do saber científico no debate político, não como algo estranho ou superior a ele. Isso significa que o senso comum deveria ser disputado no campo da política e da cultura, e não suplantando pela autoridade científica.

Considerações finais

Procuramos investigar as noções de ciência própria e subversiva de Orlando Fals Borda e suas implicações para pensarmos o projeto de uma ciência comprometida em nossa realidade sócio-histórica atual. Uma ciência própria é caracterizada por condições de autonomia intelectual e compromisso-ação. Defendemos o compromisso com as populações oprimidas e com os movimentos antiopressão, e que a efetivação desse projeto envolve valores subversivos de ruptura com as condições sociais atuais. Com base nas propostas de Fals Borda, foram sugeridas sete temáticas capazes de orientar a apreciação de compromissos sociopolíticos na ciência.

Ainda há muito a ser recuperado em relação às contribuições de Fals Borda ao debate atual sobre as relações entre a ciência e a realidade sociopolítica local, e aos estudos sociais brasileiros em amplo aspecto. Novas incursões pela obra do autor podem proporcionar reflexões relevantes aos temas aqui tratados. Esperamos que o conteúdo que apresentamos possa fomentar análises voltadas aos compromissos de diferentes propostas científicas. As diretrizes e questões aqui sugeridas podem ser testadas, modificadas ou contrapostas no processo.

Nosso uso de conceitos de Fals Borda foi limitado a um pequeno conjunto de textos e não permite extrapolações a respeito do restante da obra do autor. A escolha desse material ainda traz limitações relacionadas ao transplante de uma discussão situada na Colômbia do século XX ao Brasil atual, o que exige esforços de contextualização. A proposta também está conscientemente vinculada a posicionamentos ético-políticos específicos, sem a pretensão de supor algum tipo de relação necessária entre teses ontológicas, epistemológicas, metodológicas, éticas e políticas (embora compatibilidades possam ser apontadas).

No cenário brasileiro atual, esperamos que nosso estudo possa contribuir com a inserção de cientistas e profissionais a favor dos caminhos que desejamos para a ciência psicológica e a nossa sociedade, e para que essa inserção aconteça de modo crítico e suficientemente informado. Especialmente, esperamos favorecer caminhos que correspondam aos interesses e às necessidades próprias de nossa população (e não de elites estrangeiras ou locais). Nossa pesquisa foi realizada com vista a um horizonte político voltado à ruptura com as estruturas de dominação

Notas finais

1 A primeira etapa do PICT (Laurenti & Lopes, 2016) é listar conceitos e doutrinas mencionados no material, apresentando suas definições a partir de trechos extraídos preferencialmente do próprio texto. A segunda etapa é uma caracterização das teses do texto, localizando a posição do autor em relação ao tema da pesquisa. Foram consideradas teses tradicionais as doutrinas, teorias e argumentos criticados por Fals Borda. As teses alternativas foram as propostas apresentadas pelo autor em função das críticas às teses tradicionais. Na terceira etapa organiza-se esquemas gráficos a partir das relações entre as teses e críticas. A última etapa é a elaboração da síntese interpretativa, com base nos esquemas gráficos já produzidos. Na pesquisa atual, também elaboramos um glossário a partir do uso de alguns verbetes ao longo dos capítulos. Embora o PICT identifique e sintetize as principais teses do texto, o glossário ajudou a integrar conceitos, termos e noções importantes do livro, organizando-os em um único documento que serviu como apoio adicional para a síntese final.

2 O termo é apresentado em analogia ao transplante de órgãos (Fals Borda, 1971). Trata-se da importação de um conceito desenvolvido em um outro contexto cultural. O autor defende que os critérios para a adaptação adequada desses conceitos são um tema central à discussão sobre a servidão intelectual.

3 Embora Fals Borda (1971) afirmasse um potencial pré-revolucionário nas condições vividas na década de 1970, as mudanças observadas foram contrarrevolucionárias, ocorrendo por meio da ascensão do neoliberalismo (Mathias & de Brito, 2016; Treacy, 2019). Conforme o movimento de expansão capitalista pós-Segunda Guerra dava sinais de fálência, a ideia de um estado de bem-estar social passa a ser apontada como a causa da crise. Então, a neoliberalização cumpriu o papel de reorganizar os padrões de dominação internacionais e internos, consolidando a subordinação dos países dependentes e fornecendo um modo de supressão temporária sobre as possibilidades de mudanças estruturais.

vigentes, e à construção de uma sociedade mais justa e equânime por meio da radicalização da participação e da autonomia popular. Tal horizonte exige uma nova relação entre a ciência e as maiorias populares.

Referências

- Albuquerque, Germán** (2013). El tercermundismo como paradigma científico en América Latina: El pensamiento de Orlando Fals Borda. *Universum* (Talca), 28(2), 209-227. <http://doi.org/10.4067/S0718-23762013000200011>
- Ballestrin, Luciana** (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11, 89-117. <http://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>
- Bolaño, César** (2023). Notas sobre imperialismo, guerra da Ucrânia, luta de classes e comunicação. *Princípios*, 42(166), 150-172. <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/282/141>
- Caetano, Eduardo F. da Silva & Campos, Ivete Maria B. Madeira** (2019). A autonomia das universidades federais na execução das receitas próprias. *Revista Brasileira de Educação*, 24, e240043. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240043>
- Calil, Gilberto Grassi** (2021). A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. *Serviço Social & Sociedade*, 140, 30-47. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.236>
- Cataño, Gonzalo** (2008). Orlando Fals Borda: sociólogo del compromiso. *Revista de Economía Institucional*, 10(19), 79-98. <https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/ecoins/article/view/325/306>
- Escobar, Arturo** (2003). Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. *Tabula rasa*, 1, 51-86. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600104>
- Fals Borda, Orlando** (1971). *Ciencia propia y colonialismo intelectual* (2a ed.). Nuestro Tiempo.
- Fals Borda, Orlando** (1991). Rehaciaendo el Saber. In Orlando Fals Borda & Muhammad Anisur Rahman (Eds.), *Acción y conocimiento: como romper el monopolio con investigación-acción participativa* (pp. 189-211). Cinep.
- Fals Borda, Orlando** (2004). “Uno siembra la semilla pelo ella tiene su propia dinámica”. In Nicolás A. H. Farfán & Lorena L. Guzmán (Comps.), *Ciencia, compromiso y cambio social. Textos de Orlando Fals Borda* (2ª ed., pp. 25-44). El colectivo – Lanzas y Letras – Extensión Libros.
- Fals Borda, Orlando** (1981/2012). Irrumpe la investigación militante. In Nicolás Armando Herrera Farfán & Lorena López Guzmán. (Comps.), *Ciencia, compromiso y cambio social. Textos de Orlando Fals Borda* (pp. 205-209). El colectivo – Lanzas y Letras Extensión Libros. (Original publicado em 1981)
- Fernandes, Luís Eduardo** (2019). Ofensiva imperialista e políticas públicas anticorrupção no Brasil. *Entropia*, 3(6), 180-199. <https://www.entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/402/428>
- Fernandes, Sabrina** (2019). *Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira*. Autonomia Literária.

- Gewehr, Catarina de Fátima** (2010). *Psicologia social desde América Latina: o desafio de uma possibilidade* [Tese de Doutorado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP].
- Giniger, Nuria Inés & Carbone, Rocco** (2020). América Latina siglo XXI: Golpes, derechos y científicidio. *Ephemerá*, 20(1), 177-209. <http://hdl.handle.net/11336/162919>
- Laurenti, Carolina & Lopes, Carlos Eduardo** (2016). Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia. In C. Laurenti, C. E. Lopes, & S. F. Araujo (Eds.), *Pesquisa teórica em psicologia: aspectos filosóficos e metodológicos* (pp. 41-69). Hogrefe.
- Malta, Monica, Murray, Laura, da Silva, Cosme M. F. Passos, & Strathdee, Steffanie A.** (2020). Coronavirus in Brazil: the heavy weight of inequality and unsound leadership. *EClinicalMedicine*, 25, 100472. <https://doi.org/10.1016/j.eclinm.2020.100472>
- Martín-Baró, Ignacio** (2006). Hacia una psicología de la liberación. *Revista Electrónica de Intervención Psicosocial y Psicología Comunitaria*, 1(2), 7-14. (Original publicado em 1986) <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2652421>
- Mathias, Meire & de Brito, Cássius M. T. M. B.** (2016). Dependência, imperialismo, neoliberalismo e capital-imperialismo: a dinâmica da posição brasileira na América Latina. *Rebela: Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, 26, 326-355. <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/2607>
- Medrado, Benedito, Hüning, Simone Maria, Bernardes, Anita Guazelli, Lyra, Jorge, Souza, Laura Vilela, Iñiguez-Rueda, Lupicínio, Lima, Maria Lucia Chaves, Cordeiro, Mariana Prioli, & Brizola, Ana Lúcia** (2021). Produção de conhecimento científico como ato de resistência política. *Psicologia & Sociedade*, 33, e202133. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33202133>
- Montero, Maritza** (1984). La psicología comunitaria: orígenes, principios y fundamentos teóricos. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 16(3), 387-400. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=80516303>
- Montero, Maritza** (2004). Relaciones entre psicología social comunitaria, psicología crítica y psicología de la liberación: una respuesta latinoamericana. *Psykhé*, 13(2), 17-28. <https://doi.org/10.4067/S0718-22282004000200002>
- Montero, Maritza** (2010). Crítica, autocrítica y construcción de teoría en la psicología social latinoamericana. *Revista colombiana de psicología*, 19(2), 177-191. <https://revistas.unal.edu.co/index.php/psicologia/article/view/13156/18616>
- Mota Neto, João J. Colares C. da** (2018). Paulo Freire e Orlando Fals Borda na genealogia da pedagogia decolonial latino-americana. *Fólios*, 48, 3-13. <https://doi.org/10.17227/folios.48-8131>
- Neves, André Luiz Machado & Ferreira, Breno de Oliveira** (2020). Narrativas entre ciência e política no ativismo da cloroquina. *Psicologia & Sociedade*, 32, e020006. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240338>
- Treacy, Mariano** (2019). Desarrollo desigual del capitalismo: colonialismo, imperialismo y dependencia en América Latina. *Revista Sociedad*, 38, 14-29. <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/revistasociedad/article/view/3560/2882>
- Saraiva, Ilyushin Zaak** (2019). Elementos para análise do ataque falacioso contra universidades e serviço público no neoliberalismo brasileiro pós-2015: balbúrdia, homens-pauta-bomba, ataque e recuo. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*. 1-21. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.25333.63209/2>

CÂNDIDO ROCHA FLORES JÚNIOR

<https://orcid.org/0000-0003-3845-1539>

Doutorando em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará e Mestre em Análise do Comportamento pela Universidade Estadual de Londrina.

E-mail: jrochaflores@gmail.com

CAROLINA LAURENTI

<https://orcid.org/0000-0002-5247-9610>

Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (2009), professora associada do Departamento de Psicologia na Universidade Estadual de Maringá na área de Fundamentos da Psicologia e credenciada no Programa de Pós-graduação em Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina.

E-mail: claurenti@uem.br

Histórico	Submissão: 27/06/2023 Revisão: 28/08/2024 Aceite: 04/09/2024
Contribuição dos autores	Concepção: CRFJ; CL Aplicação dos procedimentos de interpretação conceitual: CRFJ Elaboração e revisão do manuscrito: CRFJ; CL Aprovação final do manuscrito: CRFJ; CL
Financiamento	A pesquisa foi financiada pela CAPES, por meio da bolsa de mestrado (código de financiamento 001) do primeiro autor, e pelo CNPq, por meio da bolsa de doutorado (processo nº 165674/2021-0) do primeiro autor, do projeto aprovado no Edital Universal 2021 (processo nº 423361/2021-0) e da bolsa de produtividade em pesquisa (processo nº 315116/2021-8) da segunda autora.
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	Não se aplica

ANÁLISE DE NARRATIVAS DE ESTUDANTES NEGRAS NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: ANCESTRALIDADE FACE AO RACISMO ESTRUTURAL

*ANÁLISIS DE LAS NARRATIVAS DE LAS ESTUDIANTES
NEGRAS EN LA UNIVERSIDAD BRASILEÑA: LA
ASCENDENCIA ANTE EL RACISMO ESTRUCTURAL*

*ANALYSIS OF NARRATIVES OF BLACK STUDENTS AT BRAZILIAN
UNIVERSITIES: ANCESTRY IN THE FACE OF STRUCTURAL RACISM*

Jacqueline de Oliveira Moreira¹, Keren Clementina Martins França²,
Karinne Vieira Jesus¹, Mônica Eulália da Silva Januzzi¹,
Geísa Gonçalves de Castro², Késsia Daniele de Brito² e
Andréa Máris Campos Guerra²

¹Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil

²Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil

Resumo: Recorte de pesquisa que circunscreve o modo como as políticas universitárias de ações afirmativas impacta na subjetividade de estudantes negras. Analisa as narrativas de duas jovens universitárias na interface entre Psicanálise e Psicologia Social, valendo-se da metodologia das narrativas memorialísticas, técnica de entrevista que parte do convite disparador “conte-me sua vida” para compreender a interação do sujeito com os vários eventos da vida e seus efeitos na dimensão social e psíquica. A análise extraiu do discurso das participantes os meios pelos quais constroem posicionamentos que lhes permitem lidar com o racismo estrutural. Constatou-se que as relações de ancestralidade são potentes no enfrentamento ao racismo e na construção de uma autodefinição de si. As políticas afirmativas, ao oferecerem acesso ao conhecimento acadêmico, legitimam o conhecimento originário, impactando positivamente no sofrimento psíquico produzido pelo mal-estar colonial.

Palavras-chave: Racismo; Narrativas memorialísticas; Ações afirmativas; Filiação; Mal-estar colonial.

Resumen: Este sección de investigación aborda cómo las políticas universitarias de acción afirmativa impactan la subjetividad de las estudiantes negras. Analiza las narrativas de dos jóvenes universitarias en la interfaz entre Psicoanálisis y Psicología Social, utilizando la metodología de narrativas memorialísticas, técnica de entrevista que parte de la invitación desencadenante “cuéntame tu vida” con el objetivo de comprender la interacción del sujeto con los diversos acontecimientos de su vida y los efectos en las dimensiones social y psíquica. El análisis extrajo del discurso de las participantes las formas en que construyen posiciones que les permiten lidiar con el racismo estructural. Se encontró que las relaciones ancestrales son poderosas para enfrentar el racismo y construir una autodefinición. Las políticas afirmativas, al ofrecer acceso al conocimiento académico, legitiman el conocimiento original y tienen un impacto positivo en el sufrimiento psíquico producido por el malestar colonial.

Palabras clave: Racismo; Narrativas de memorias; Acciones afirmativas; Ascendencia; Malestar colonial.

Abstract: This research clipping focuses on how university affirmative action policies impact the subjectivity of black female students. This study analyzes the narratives of two young university students at the interface between Psychoanalysis and Social Psychology, using the methodology of memorial narratives, an interview technique that starts with the invitation “tell me about your life” in order to understand the subject’s interaction with various life events and their effects on social and psychic dimensions. The analysis extracted from the participants’ discourse the means by which they construct positions that allow them to deal with structural racism. It was found that ancestral relationships are powerful in combating racism and in the development of a self-definition. Affirmative action policies, by offering access to academic knowledge, legitimize original knowledge, positively impacting the psychological suffering produced by colonial malaise.

Keywords: Racism; Memorial narratives; Affirmative action; Ancestry; Colonial malaise.

Introdução

A pesquisa *Psicanálise e decolonização – o mal estar colonial –: como escutar e tratar o sofrimento psíquico do povo brasileiro?*, aprovada pelo Comitê de Ética da UFMG, com o CAAE n. 610252225.1001.5149 e financiada pelo CNPq (Edital universal 2022), conta com a participação de docentes, discentes e profissionais de cinco cidades brasileiros (Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Maceió/AL, Vitória/ES, Santo Antônio/BA) em um diálogo entre pluralidades e poli vocalidades.

Neste texto, apresentamos dados parciais do recorte da pesquisa que se dedicou a circunscrever, a partir de uma perspectiva psicanalítica e psicossocial, o modo como as políticas universitárias de ações afirmativas impactam na subjetividade de estudantes negras no Brasil. Com a aposta metodológica da escuta de narrativas memorialísticas (Karinne Vieira Jesus PUC Minas), esperamos desvelar modos e meios de superação, enfrentamento e tratamento dos efeitos do racismo institucional, vivenciados pelas jovens participantes da pesquisa, bem como desnudar as situações socioclínicas e institucionais de mal-estar articuladas ao racismo estrutural e aos processos de colonialidade experienciados por essas estudantes.

A pesquisa ocorreu entre 2022 e 2023, em quatro regiões do país (MG, PA, ES e AL), a partir de rede acadêmica interinstitucional. Foram feitas chamadas em quatro universidades, três públicas e uma privada, além de uma chamada nacional, para conversa virtual — apoiada por rede coletiva de colaboração para pesquisa —, para realização de conversações psicanalíticas sobre o tema “quem pode falar na universidade”, discutido a partir do livro de Grada Kilomba, intitulado *Memórias de Plantação* (2019). Além de cinco rodas de conversações psicanalíticas, as/os estudantes foram convidadas/os a trazerem sua narrativa memorialística de vida (Moreira et al., 2022) ou escrevivência (Evaristo, 2020). Os resultados estão reunidos em livro já aprovado para publicação.

Neste artigo, contudo, desenvolvemos a análise suplementar de duas narrativas memorialísticas, realizadas após a realização das conversações, dado que, em ambas, destacou-se, como elemento iterado, o racismo estrutural e a potencialidade da ancestralidade nas construções e transformações sociais da negritude frente ao sofrimento psíquico produzido pelo mal-estar colonial. Assim, este artigo se dedica, especialmente, à análise das saídas encontradas para esse enfrentamento, recuperando laços de ancestralidade.

O termo “mal-estar” aqui apresentado faz referência às proposições de Sigmund Freud (1930/1996), em *O mal-estar na civilização*. Nesse sentido, sendo a psicanálise um saber eurocentrado, berço dos povos colonizadores, cabe perguntar: por que convocá-la para sustentar um discurso anticolonial e antirracista? Inicialmente, porque a psicanálise nunca colonizou o saber hegemônico de sua época, tampouco o de agora. Ao contrário, sempre se mantém periférica aos modelos empíricos e biologicistas de compreensão do sofrimento psíquico, que se impõem como universais. Como ruptura e descontinuidade, a psicanálise acolhe e escuta, em cada época, os discursos que atravessam os corpos, constroem a precarização dos laços e estabelecem o movimento moebiano do dentro e do fora, nos quais a resistência se estabelece. Não apenas aquela inconsciente, mas sobretudo a resistência social como forma de existência sustentada no desejo que move a pulsão de vida e reverbera nos movimentos que buscam a afirmação da existência.

Freud (1930/1996) entende a estruturação da sociedade com base na presença irremediável de algo que parece falhar na garantia da proteção e da busca pela felicidade, bem como na

existência dos desvios civilizatórios que indivíduos e grupos são capazes de empreender em busca de satisfações individuais. O autor interroga-se sobre os motivos que fazem com que os regulamentos estabelecidos por nós mesmos não protejam e nem beneficiem a cada um/a. Da mesma forma, constata que aquilo a que chamamos civilização é, também, em grande parte, causa de nossos infortúnios. Por outro lado, destaca que não há outra saída para esses entraves que a de não buscar soluções no interior da própria relação civilizatória.

No percurso não linear da história, a humanidade se depara com a hostilidade a cada vez que a civilização convoca indivíduos e grupos à renúncia da satisfação ou exige a satisfação a qualquer preço. Diante disso, escreve Freud (1930/1996), a vida humana somente é possível quando uma maioria se reúne contra o poder centralizado do indivíduo isolado, dando origem ao direito — direitos humanos, diríamos. A substituição do poder do indivíduo pelo poder de uma comunidade é o passo decisivo da civilização e sua essência reside na restrição da satisfação, bem como na não centralização do gozo.

Esse é um dos problemas que incide sobre o destino da humanidade, ou seja, “o de saber se tal acomodação pode ser alcançada por meio de alguma forma específica de civilização (justiça) ou se tal conflito é irreconciliável” (Freud, 1930/1996, p. 102). Os povos colonizados bem sabem desses efeitos pelo modo como o racismo estrutural reverbera no lugar social que lhes cabe, diante do não reconhecimento de seus corpos como semelhantes.

Sabemos que as questões decoloniais, no contexto do racismo, surgem a partir de uma crítica às estruturas de poder e dominação herdadas do colonialismo, que continuam a moldar as relações sociais, políticas e econômicas em diversas partes do mundo. A noção de colonialidade, proposta por autores como Aníbal Quijano (2005) e Walter Dignolo (2017), refere-se à continuidade das hierarquias de raça que persistem mesmo após o fim do colonialismo formal. Segundo esses teóricos, o racismo é uma das principais ferramentas da colonialidade, usada para justificar a exploração de corpos, territórios e culturas não europeias, enquanto a modernidade é apresentada como uma narrativa de progresso.

No contexto universitário, os efeitos étnico-raciais da colonialidade do poder e do saber (Quijano, 2005), bem como do ser (Lugones, 2008), ecoam de forma mais incisiva sobre a geopolítica dos saberes afro-latino-americanos. O racismo, tal como proposto por Silvio Almeida, é “sempre estrutural, ou seja, ... ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade ... é a manifestação normal de uma sociedade, e não é um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade” (2019, p. 20). Nesse sentido, gostaríamos de salientar que as ações afirmativas nas universidades brasileiras, objeto de intensos debates, são reconhecidas como uma estratégia fundamental para a promoção da equidade e da inclusão social (Gomes et al., 2021). Essas políticas visam corrigir desigualdades históricas e promover o acesso e a permanência de grupos historicamente marginalizados, como negros, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes de baixa renda, no ensino superior. Além de possibilitar essa reparação histórica, as universidades e a sociedade, de uma forma geral, beneficiam-se dessa política, pois esses grupos provocam tensionamentos que proporcionam uma ampliação do conhecimento, trazendo lentes analíticas para compreender o mundo para além do olhar colonizador (Gonzaga, 2019).

Assim, a Psicanálise está alertada dos efeitos do colonialismo nos corpos e na subjetividade dos indivíduos. Se o inconsciente colonizado reverbera nos modos de subjetivação de uma época pode, certamente, tomar parte na reestruturação de toda uma sociedade. Logo, é com base nesse campo social e psíquico que situamos um modo de escuta dos efeitos da colonização dos corpos e do ser do sujeito negro.

Metodologia

Ao trabalharmos com o método das narrativas memorialísticas (Guerra et al., 2022), de duas jovens negras universitárias de 20 e 24 anos, entendemos que suas vozes podem reproduzir as de outras jovens na mesma condição. Dessa forma, considerando a máxima já evocada pelos movimentos feministas de que o pessoal é político, suas narrativas emitem algo que surge não apenas em suas vivências individuais, mas também em elementos culturais que partem de marcas estruturais próprias de nossa sociedade capitalista cisheteropatriarcal, herdeira de processos de colonização que se internalizam em nossas subjetividades.

As narrativas memorialísticas podem ser consideradas entrevistas em profundidade, porque nos permitem compreender as interações entre os vários eventos e seus desdobramentos nas vidas dos participantes, capturando suas experiências subjetivas e corporais na interdependência com a dimensão psíquica e social. Com elas é possível trazer à tona a memória do sujeito acerca de sua própria vida, com base na seguinte frase disparadora: “conte-me sua história de vida”. A partir daí, o sujeito se coloca a falar e não tem seu discurso interrompido ou constrangido em nenhum momento, sendo as falas do pesquisador restritas a interjeições que apenas façam o sujeito continuar seu raciocínio, ainda que este não esteja se dando de forma linear. O convite para narrar possibilita uma partilha que articula pessoas, locais, afetos e histórias. Podemos abrir, portanto, espaços para significados manifestos e latentes (Guerra et al., 2022).

O método é composto por três tempos distintos: narrar, criar, compartilhar. Após o registro da narrativa, artistas, poetas, *performers*, dançarinos são convidados a ouvir e criar obras sobre as histórias ouvidas, enquanto pesquisadores seguem na análise dos dados. Após um tempo de elaboração — em geral poucos meses —, os três, narradores, artistas e universitários, são convidados a compartilhar suas percepções sobre o vivido em uma cena-corte (Rancière & Jdey, 2021), que instaura campos inéditos de interpretação e troca. Isso porque, não existindo o “fora da cena”, ela deverá ser reconstruída nos intervalos de sentido, sendo ato potencialmente transformador para todos os envolvidos no processo de investigação. A obra artística é entregue para o narrador nessa ocasião.

As jovens foram convidadas para participarem da pesquisa a partir do encontro no grupo de conversação sobre e para pessoas negras, na Universidade Federal de Minas Gerais, coordenado por duas psicólogas negras que compõem a equipe de pesquisa. É importante ressaltar que esse fato contribuiu para uma maior identificação entre os participantes do grupo, favorecendo a possibilidade de um autêntico lugar de fala, o que viabilizou uma troca mais fluida e a construção de um encontro de experiências similares.

A participação no grupo de conversação foi um critério de inclusão na pesquisa, não havendo critérios de exclusão do lado dos pesquisadores. O grupo foi formado após a divulgação de cartazes na universidade e de posts em redes sociais, com o convite para a conversação intitulada “Grada Kilomba: Quem pode falar na universidade?”. O objetivo não foi apenas o reconhecimento de quem falava, mas também de quais vozes eram reconhecidas. Conforme o planejamento da pesquisa, o cronograma foi estruturado em cinco encontros, sendo o primeiro para apresentações e inauguração. Após a divulgação, 13 pessoas se inscreveram, e sete compareceram no primeiro encontro. Os três encontros consecutivos foram conversações estruturadas com base em um capítulo do livro *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, da psicóloga portuguesa Grada Kilomba (2019). Os capítulos foram escolhidos pelas(os) estudantes, interseccionando com narrativas pessoais e discussão em torno das pautas convocadas. Além do livro de Kilomba (2019), as(os) alunas(os) participantes sugeriram que as conversações também utilizassem a carta que Marielle Franco (2017) escreveu para estudantes cotistas

ingressantes na PUC-RJ, intitulada *Aos bastardos da PUC-Rio*, na qual a vereadora disserta sobre as dificuldades de ser cotista em uma universidade privada.

Após adesão às conversações psicanalíticas, os estudantes eram convidados a escrever ou narrar suas histórias de vida voluntariamente. As escritas, termo cunhado pela autora negra e mineira Conceição Evaristo (2020), transformaram-se em uma potente ferramenta de pesquisa. Assim, as escritas, que nascem na literatura, não ficam circunscritas a ela, ganham um corpo teórico e, por sua dupla dimensão, a poética e a de crítica social, tornam-se uma possibilidade na realização de pesquisas acadêmicas — o mesmo ocorrendo com as narrativas memorialísticas, oriundas da literatura de Pedro Nava (Porto, 2011). Neste artigo, trabalhamos com narrativas memorialísticas.

Assim, no último encontro, uma terceira psicóloga participou do encerramento do semestre e fez o convite para a narrativa memorialística, sendo que duas jovens aceitaram. Na data marcada, escolhemos uma sala na universidade e iniciamos a gravação das narrativas, que aconteceu em um único dia com cada participante. O instrumento de trabalho foi um gravador de voz instalado no celular da pesquisadora. A gravação das narrativas foi ouvida, posteriormente, pelas pesquisadoras e pelas narradoras, que tiveram livre acesso ao material transcrito e à análise deles, as narradoras tendo sido convidadas a participarem deste processo de escrita do artigo junto com as pesquisadoras, o que elas aceitaram. Após seis meses, houve, ainda, um encontro em que se compartilhou as obras de arte com as estudantes, artistas e pesquisadoras. Este artigo, entretanto, não aborda a análise das obras de artes e nem os efeitos do encontro entre artistas, narradoras e pesquisadoras.

Discussão e resultados

Recortes das narrativas

Neste estudo, as jovens recebem nomes fictícios de Gazânia e Kalanchoê, baseados em flores originárias do continente africano. A mesma forma de identificação damos a seus pais e familiares. Ambas são mulheres negras, cursando Psicologia na UFMG, por meio das políticas de ações afirmativas. Gazânia, na época da narrativa memorialística, era estudante do 10º período, e Kalanchoê, do 3º período. Gazânia falou por 32 minutos e 9 segundos, e Kalanchoê por 36 minutos e 18 segundos. As estudantes residiam em Barbacena/MG, apesar de uma delas ser do interior de Minas Gerais.

Assim, após a leitura do termo de consentimento livre esclarecido que localiza o objetivo da pesquisa, a pesquisadora disparou o convite: “conte sua história de vida”. A primeira reação das jovens foi de pequeno espanto, mas logo engrenaram na máquina do tempo e iniciaram com a ancestralidade, filiação, local de nascimento, infância, escolas: “*Então, tipo, é difícil né... Uma pergunta... Contar a história da minha vida... Mas eu nasci em 1998... no interior de MG (Gazânia).*

A força do convite para contar sua história de vida conduz o sujeito a uma viagem para o interior de si e exterior das relações, em um jogo enigmático do dentro e do fora. Kalanchoê também inicia a narrativa com a pergunta disparadora, fazendo um enigma para si:

Ai, nossa [risos]. Ai, é uma pergunta muito, tipo... Meu Deus [fez um gesto com as duas mãos abertas e para o alto]. Mas não sei por onde que eu posso começar assim, acho que talvez falando... Mas não sei, acho que primeiramente falando que eu sou filha da Ametista e do Senécio-Azul.

Na análise das falas de cada participante, localizamos algumas categorias de escuta que se destacam pela repetição nas duas narrativas: o impacto do racismo estrutural na subjetividade e a saída pela ancestralidade. Inspirados em Andréa Guerra (2001), sabemos que é possível buscar no discurso do sujeito “pontos significantizáveis”, ou seja, nomear, colocar em palavras aquilo que os sujeitos repetem.

Analizador: racismo estrutural e mal-estar colonial

“O que tem de errado comigo?” (Kalanchoê)

“Eu não precisava ser tão submissa.” (Gazânia)

As narrativas das duas jovens negras universitárias expressam a força de outras vozes de mulheres negras. Esses dois pequenos fragmentos de fala apontam para a força do racismo estrutural e para o questionamento da hierarquização produzida pelo dispositivo de controle “raça”. A ideia de raça como um dispositivo de controle se fundamenta no conceito de biopolítica de Michel Foucault (1976/1999). A primeira formulação do autor sobre o tema está articulada à problemática da Medicina, mas sua segunda proposta tem por foco o tema da guerra e do racismo, o que, no pensamento foucaultiano, é denominado “doenças do poder” (Farhi, 2008, p. 51).

No âmbito da biopolítica, o foco foucaultiano é o nazismo e o stalinismo. Todavia, acreditamos que seja possível, por essa inspiração, pensar o racismo contra as pessoas negras como um dispositivo de controle. Seguimos Aparecida Sueli Carneiro (2005), em sua tese *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*, na qual, com base no conceito de dispositivo de Foucault, a autora concebe o dispositivo de racialidade, o qual, mediante processos disciplinares, assujeita as racialidades negras por mecanismos de inferiorização intelectual. Exemplo disso é a anulação de pessoas negras referente à noção de sujeito de conhecimentos, ao passo que é por meio desse dispositivo que se consolida a supremacia intelectual da racialidade branca e no qual podemos destacar o epistemicídio.

Nesse sentido, Patrícia Hill Collins (2019) cunha o conceito de imagens controladoras, nas quais nos inserimo, por meio dos mecanismos do sistema heteropatriarcal e racista. Dessa forma, elas servem também como dispositivos de racialidade, pois impõem uma posição social na qual mulheres negras devem estar submetidas, em condição de servidão ou de objetificação, anulando sua humanidade.

Minha vó por parte de mãe... Ela veio pra cá principalmente pra trabalhar. Minha família tem essa... Não sei se posso dizer, essa tradição, de trabalhar em casa de família, mas... Casa de família, acho que... Todos sabem que ela era... É... Ela trabalhava numa posição assim... De empregada, né, mas, enfim, de forma que ela não recebia pelo trabalho. Então, tipo... Ela não recebia pelo trabalho dela, mas, tipo, ela tinha... Uma casa, né. Então ela ficou aqui por uns tempos até que ela conheceu meu avô, se casou e constituiu família aqui. (Kalanchoê)

Lélia Gonzalez (1983) resgata que essas imagens, no Brasil, se apresentam pelas figuras da mãe preta e da mucama, por meio das quais podemos ver representações em diversas esferas, sendo um exemplo desses estereótipos, respectivamente, Anastácia, da obra de Monteiro

Lobato, e a “Globeleza”. Enquanto uma simboliza um lugar de submissão e subserviência, a outra representa uma hipersexualização de corpos femininos negros.¹

É necessário pontuar que a hierarquização de fenótipos humanos que cunham a noção de raça ou de sujeito racializado somente foi formada pela experiência da colonialidade na qual, para tornar o homem branco cis heterossexual europeu no ápice da humanidade, foram necessários o extermínio e a subjugação de tantos outros que não se aproximavam desse ideal (Longhini, 2022; Santos & Oliveira, 2021). Logo, como nos mostra Abrahão Santos e Luiza Oliveira (2021), ao falarem sobre o bloqueio epistemológico, no Brasil e na Psicologia, essa associação disciplinatória entre negro e raça ganha, na academia, outros contornos. Dessa forma, esses dispositivos são usados ora para apagar e silenciar as barbaridades da escravização, que perduram até a atualidade, ora para europeizar a razão e a subjetivação com base na suposta neutralidade, objetividade cunhada pela perspectiva hegemônica de ciência, promovendo a negação e o apagamento dos estudos e das questões raciais que atravessam os povos “afro-pindorâmicos” (Santos, 2019).

Seguindo na desmontagem naturalista da ideia de raça, mas denunciando sua força política, Carneiro (2005) revela que “a cor — enquanto conceito racialmente definido — só pode ser critério explicativo das diferenças sociais existentes entre negros e brancos na medida da existência de uma concepção racial preexistente, da qual a cor é tributária” (p. 29). O racismo, como uma ferramenta biopolítica, uma tecnologia de controle social, produz *apartheid* social. Sua sustentação, como uma ciência, legítima “a produção de privilégios simbólicos e materiais para a supremacia branca que o engendrou” (Carneiro, 2005, p. 19).

Compreendemos, dessa forma, a raça como pertencente a uma matriz da colonialidade do poder (Quijano, 2005), que é uma estrutura dinâmica composta por eixos constituintes da subjetividade do povo brasileiro, controlando as relações sociais, o pensamento e as práticas sociais. Nesse sentido, além da racialidade, é importante marcar que essa estrutura produz exploração, silenciamento e negação da humanidade, seguindo a dominação de gênero, o controle do trabalho, a colonização da natureza e a imposição do pensamento eurocêntrico.

A ideia de um pensamento neutro, porque universal, se realiza em um curto-circuito em que a causa é efeito de si mesma. Sob essa lógica, porque o conhecimento acadêmico é universal, ele é neutro, porque é neutro não implica quem o produz, sendo a particularidade o referente para se pensar a diferença. Dessa maneira, forjam-se hierarquias nas quais as experiências ancestrais, populares e tradicionais são apartadas do centro da cientificidade e acabam desvalorizadas.

Como nos mostra, portanto, Geni Daniela Longhini (2022), nós nos organizamos com base nessa estrutura, em um sistema de monoculturas que impõe um único jeito de se relacionar, uma única forma de sexualidade possível, semelhante à monocultura contra a terra, que promove uma exploração nociva à diversidade. Essa lógica, como apontada pela autora, tem sido, durante muitos anos, produtora de intenso sofrimento e mal-estar colonial. Assim, ela faz uma provocação, dizendo que a invasão colonial não incide apenas sobre a terra, mas também sobre nosso corpo-território. Dessa forma, as identidades são construídas de modo que é necessário que um grupo se positive por meio da eliminação e do extermínio de outros povos, sendo esse um exercício contínuo. Logo, é preciso ressaltar o caráter estrutural dessas desigualdades que produzem sofrimento, pois os compartimentos binarizados do mundo colonial são formados e mantidos para dar um sentido natural às hierarquias de raça, gênero e classe (Longhini, 2022).

Essa forma única possível de se aproximar do humano é, pois, um efeito da colonialidade, que não acabou, mas se atualizou. Outro efeito que ela produz é o silenciamento da denominação das violências que a compõem, expondo apenas os corpos precarizados, ditando como as narrativas históricas devem ser feitas (Longhini, 2022). E esse efeito resulta no apagamento

da memória ancestral, no qual muitas pessoas negras não têm direito à própria história. Um exemplo desse mecanismo é o mito da democracia racial. A ideia de que o povo brasileiro é cordial e de que as relações inter-raciais dão origem à mestiçagem é reverberada de modo a constituir-se como prova de que o Brasil seria um paraíso racial, onde todos viveriam em harmonia, negando-se, assim, a existência de um racismo estrutural.

Retomando o recorte de dominação de gênero, Collins (2019) explica que as estruturas das imagens controladoras, embora tragam uma análise voltada à experiência de mulheres negras, não se restringem a elas apenas. A autora argumenta que a diferença entre as imagens controladoras para mulheres brancas e para as afro-americanas é apenas de grau e não de tipo. Dessa forma, embora ambos os grupos sejam objetificados de acordo com suas especificidades, as imagens operam na desumanização e no controle de todas, o que torna evidente considerar a interseccionalidade como a ferramenta analítica que permite uma compreensão e um acolhimento efetivo do trauma colonial. A interseccionalidade, que não é uma simples somatória de opressões, traz a ideia da interconectibilidade entre as diferentes dimensões das violências coloniais que atravessam e constroem nossa subjetividade pelos marcadores da racialidade, gênero e classe.

Nesse sentido, como nos mostra Jurema Werneck (2009), considerando esse recorte gênero e raça, a mulher negra não existe. Isso porque se não houvesse um movimento de colonização com força econômica, política e cultural amparado no racismo de cor, junto ao epistemicídio, que nega a heterogeneidade dessas sujeitas, se não fosse a dominação patriarcal heterossexual excludente e se esse esquema de dominação não se mostrasse tão contemporâneo, na forma da modernidade capitalista, então a resistência a esses cenários não seria um imperativo de sobrevivência. Logo, não existiriam mulheres negras e, não apenas nós, mas demais identidades dissidentes.

Analizador: a força da ancestralidade

É importante falar sobre a história deles, porque isso reverbera minhas escolhas. Não tenho muitas fontes de conhecer a história dos meus antepassados, mas é pela oralidade.
(Kalanchoê)

Freud (1913/1996) finaliza o texto *Totem e tabu* com a palavra poética de Goethe (1808, citado por Freud, 1913/1996, p. 160), “aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu”. A frase sintetiza o movimento de apropriação, por parte do filho, da herança parental. Temos, pois, transmissão, herança e filiação. Todavia, o tema da filiação, transmissão e herança reaparece como construção de um laço social, mediante o conceito de identificação, e a possibilidade da construção de si a partir da herança familiar. Esse nos parece o movimento das narrativas de Gazânia e Kalanchoê, que iniciam localizando sua ascendência familiar. Mãe, pai e avô aparecem em destaque, mas também encontramos a referência a tias e ao avô.

Florestan Fernandes (1964) escreve sobre a condição do povo negro depois da abolição. Esse grupo foi abandonado à própria sorte e lançado a uma precariedade de condições materiais, com dificuldade de compreender como poderia se integrar ao mundo social e às novas formas de trabalho, mas também com pouca possibilidade de “perpetuar parcela da herança cultural, que atravessa a escravidão” (Fernandes, 1964, p. 69). A precariedade de condições materiais lança o povo negro em uma pobreza e uma miséria que degrada a vida humana e ainda aprisiona os sujeitos na condição de miseráveis até hoje.

Soma-se à situação de pobreza das famílias, tributária, em certa medida, da dificuldade de os homens ingressarem no mercado de trabalho, um embaraço na transmissão de uma herança cultural que poderia oferecer contornos identitários e, assim, abrir a possibilidade de uma nova inserção para os filhos. O tema da quebra da transmissão de uma herança cultural parece decisivo para a compreensão de uma espécie de desenraizamento que lança o jovem em um vácuo sem referências identificatórias que poderiam possibilitar a construção de uma imagem narcísica valorativa de si. Perpetua-se, assim, a situação de pobreza, de exclusão, de escória e a associação entre cor e posição social. As dificuldades para a transmissão de uma herança cultural perpetuam essa posição do negro em nossa sociedade. Sabemos que algumas famílias encontram dificuldades para efetivar o processo de transmissão de uma herança cultural.

Esse não parece ser o caso das jovens negras universitárias que nos ofereceram as narrativas. Foi possível sentir, em suas falas, a força da “ancestralidade como memória e sentido do pertencimento cósmico e comunitário” (Santos, 2019, p. 161). Entendemos que a força da transmissão da memória, da cultura, dos desejos e projetos podem trilhar um caminho de cuidado e luta contra o racismo.

Se nos remetermos ao pensamento de Collins (2019), chegamos ao conceito de autodefinição, proposto como uma estratégia de resistência às imagens controladoras que, segundo Paula Rita Bacellar Gonzaga (2019), operam em negações históricas impostas às mulheres negras: negação do pensamento/intelectualidade, negação da memória/ancestralidade e negação do amor/afetividade. Nesse sentido, a autodefinição é uma forma de (re)existência a essa estrutura desumanizante, que coloca o *self* das mulheres negras no centro da análise, como produtoras de suas próprias narrativas, trazendo consigo uma raiva que “transforma o silêncio em linguagem e ação” (Lorde, 1977/2015). Remeter-se a nossos pais/avós pode se relacionar com um resgate da ancestralidade.

Uma das formas de construir a autodefinição se dá no contexto da família e da comunidade (Collins, 2019): “a conectividade entre indivíduos permite que as mulheres negras possam ter autodefinições mais profundas e significativas” (p. 294). Dessa forma, a autora escreve que o relacionamento de mulheres negras, umas com as outras, potencializa um espaço seguro para a manifestação da autodefinição. No caso de nossa reflexão, ficou evidente a força da ancestralidade efetivada na relação entre as mulheres da mesma família, mas também a força da partilha no grupo de conversação com estudantes negras e negros.

Parece-nos interessante ressaltar a força do afeto, da partilha e do apoio entre as mulheres afrodescendentes. Ademais, nessa passagem, podemos localizar a aposta na educação como forma de exercício de uma construção de futuro. Algo que aparece também nas narrativas de Kalanchoê e Gazânia. Assim, resgatando Audre Lorde (2019), é na educação, entre outras vias, que é possível transformar o silêncio em linguagem e ação. Logo, é ocupando esse espaço de produção de conhecimento que, entre outras formas, se possibilita o tensionamento de estruturas coloniais que submetem mulheres negras à desumanização. Desse modo, parece-nos importante mencionar a transmissão das famílias de Gazânia e Kalanchoê, no que se refere à aposta no ensino universitário. Kalanchoê nos diz:

E a minha mãe, ela sempre relata pra mim que ela teve muita vontade de estudar, sabe? De, é... Tentar coisas diferentes para a vida dela, mas que, assim, ela, o que ela conseguia fazer era dentro desse limite também, porque minha vó tinha essa demanda, né, de tá sempre provendo um sustento pra casa e também de tá olhando as, os mais novos, né. Então é... Acho que isso reverbera muito na criação que a minha mãe teve comigo, porque ela sempre tentou me estimular muito a estudar.

Desse modo, reafirmamos o que Werneck (2009, p. 149) enuncia, que “nossos passos vêm de longe”, evidenciando que o movimento de promoção de estratégias políticas de enfrentamento ao racismo e ao sexismo não surge agora, mas é fruto de um processo histórico de luta ancestral. Assim, Kalanchoê continua afirmando a importância de estar no espaço acadêmico, não como um processo individual, mas como fruto de uma conquista coletiva:

Ela sonha os meus sonhos... Assim, tipo, é uma coisa que a gente compartilha, sabe? De tá, por exemplo, entrando na universidade. Acho que não é uma conquista não só minha, mas é uma conquista dela, da minha vó, meu pai também, porque não cheguei aqui do nada, né, tem todo... [risos]. Assim, uma trajetória deles e uma luta deles, assim, que me permitiram estar aqui. Aí acho que eles vendo isso também é a realização de um sonho deles, sabe? É uma realização também que me dá muita alegria, muita satisfação, assim.

As famílias transmitem, portanto, a força da ancestralidade e a aposta em novos futuros que, devido a essas ações afirmativas, conquistadas pela mobilização e pela luta do povo negro, tornam-se um caminho possível para essa reparação e para o acesso ao ensino superior. Nesse sentido, não falamos que essas conquistas são privilégios, mas sim uma forma de acesso, já que, pela primeira vez entre muitas gerações, nossas interlocutoras puderam vislumbrar possibilidades dentre as quais poderiam escolher. Nas mães, portanto, mobilizaram-se essa força e o desejo de que as filhas e os filhos possam traçar caminhos menos excludentes, rompendo com esse processo de marginalização. Isso é perceptível na fala de Kalanchoê, ao contar um fato de quando ela ainda era criança:

E aí minha mãe ficou sabendo, por um pessoal, que tava tendo uma fila, né, pra fazer inscrição, porque, na época, era tipo quem chegasse primeiro garantia as vagas. E aí ela ficou acampada lá, tipo, tinha uma fila, já tava uma fila no dia anterior, e aí ela ficou lá, meu pai revezando com ela, né, pra ficar na fila; enfim, pra eu conseguir estudar nessa escola, né. E aí acho que é muito do esforço assim que ela tem, que eu acho que é... É muito de uma base, né, que me permitiu chegar aonde eu chego hoje.

Assim, retomando a ideia de Santos (2019), compreendemos a ancestralidade como memória e pertencimento e que contrapõe o projeto de colonização da memória, o qual apaga e animaliza homens e mulheres africanos, posteriormente com seus descendentes, fazendo com que estes se sintam efetivamente coisa nenhuma, objetos e escravos. Portanto, o acolhimento trazido pelos saberes da ancestralidade atualiza o cuidar, traz para o espaço do pertencimento do corpo e do espírito e potencializa a produção de coletivo. Sob essa perspectiva, a cura da ferida ancestral se dá no sentido da ancestralidade “afro-pindorâmica” (Santos, 2019), que é produção de coletividade, de pertencimento, de memória não colonizada. Nesse ínterim, na coletividade e na inserção de pessoas negras e indígenas na universidade e nos diversos outros espaços, é possível o rompimento com a lógica colonial que impõe um sistema de monoculturas normatizando um único caminho de ser, sentir e relacionar, o que produz o sofrimento (Longhini, 2022).

Considerações finais

A partir da escuta das narrativas memorialísticas, no contexto de uma pesquisa maior sobre o mal estar colonial e o racismo estrutural, escutamos duas jovens universitárias negras,

público das ações afirmativas no ensino superior brasileiro, Gazânia e Kalanchoê. De suas narrativas, dentre outras categorias, destacamos para análise em profundidade, por um lado, o racismo estrutural e o mal-estar colonial e, por outro, a ancestralidade como modo de transmissão e filiação que favorece novos modos de pertencimento e afirmação da presença negra no espaço universitário.

As narrativas memorialísticas permitiram traçar um caminho, ao mesmo tempo, tão singular quanto comum, de duas trajetórias acadêmicas e de vida; trajetórias essas marcadas pela assunção da herança da transmissão e da filiação que atravessa gerações marcadas pelos efeitos do racismo estrutural. A quebra do circuito de exclusão estrutural começa a ser realizada quando acontece a entrada, na universidade, de um primeiro membro de famílias excluídas desse espaço até a implementação de ações afirmativas que garantem seu ingresso no ensino superior. A invenção da raça como estratégia colonial de constituição de falsas hierarquias, assim como a da razão como fonte neutra, que culmina na auto-legitimação de um saber suposto universal, foram respaldadas por estratégias de produção de conhecimento, de imagens e de subjetividades subalternas. Contra esse movimento recalcitrante, a ancestralidade evidenciou-se como uma dimensão de resistência, apoio e projeção social diante dos efeitos do racismo estrutural, e, assim, abre a possibilidade da construção de uma autodefinição.

A transmissão e a filiação são examinadas como forma de resistência e de transgeracionalidade que perpetua a história, as memórias, as lembranças e projeta o sujeito negro nas conquistas futuras, levando consigo toda uma ancestralidade e novas formas de autodefinição. Assim, de acordo com as participantes da pesquisa, uma das formas de construir a autodefinição se dá no contexto do resgate da família e da comunidade. Nesse caso, a universidade aparece como uma possibilidade não apenas do acesso ao conhecimento acadêmico, mas também da legitimação do saber originário e, portanto, da legitimação da descendência.

Interpretar-se a si mesmo, como evidenciam os relatos de Gazânia e Kalanchoê, torna-se, assim, uma forma de resistência ao poder colonizador dos corpos no nível da singularidade das experiências universitárias. Além disso, num segundo plano, resgatar a dimensão ancestral, como feito por elas, abre o diálogo entre saberes, rompendo com a ideia de um centro hegemônico universal. E, finalmente, em um plano estrutural mais amplo, interrogar a sociedade e seus ordenadores geopolíticos e históricos transforma a própria perspectiva de leitura do que é civilizado e afirma novas e plurais condições de pertencimento e participação na civilização. Da dialética promovida pelas ações afirmativas no ensino superior brasileiro, ninguém sairá indiferente.

Notas finais

1 Após 30 anos na televisão brasileira, a Rede Globo decidiu, em 2022, cancelar a tradição da Globeleza. Esse símbolo sempre foi muito criticado por ser considerado racista e misógino e por colaborar para o imaginário social de uma mulher negra mucama.

Referências

- Almeida, S. L.** (2019). Republicanismo e questão racial. In L. Schwarcz & H. Starling (Orgs.), *Dicionário da república: 51 textos críticos* (pp. 343-348). Companhia das Letras.
- Carneiro, Aparecida Sueli** (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* [Tese de Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo].
- Collins, Patricia Hill** (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Boitempo.
- Evaristo, Conceição** (2020). A escrevivência e seus subtextos. In Constância L. Duarte & Isabella Rosado Nunes (Orgs.), *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo* (pp. 26-46). Mina Comunicação e Arte.
- Farhi, Leon.** (2008). Biopolítica como tecnologia de poder. *INTERthesis*, 5(1), 47-65. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2008v5n1p47>
- Fernandes, Florestan** (1964). *A integração do negro na sociedade de classes*. Contracorrente.
- Foucault, Michel** (1976/1999). *História da sexualidade I: a vontade de saber* (M. T. C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque, trans.). Graal.
- Freud, Sigmund** (1913/1996). Totem e tabu. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (P. C. de Souza, trad., v. 13, pp. 13-192). Imago.
- Freud, Sigmund** (1930/1996). Mal-estar na civilização. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (P. C. de Souza, trad., v. 21, pp. 67-153). Imago.
- Franco, Marielle** (2017). *Aos "Bastardos da PUC", com carinho*. Correio Instituto Moreira Salles. <https://correio.ims.com.br/carta/aos-bastardos-da-puc-com-carinho/>
- Gomes, Nilma Lino, Silva, Paulo Vinícius Baptista, & Brito, José Eustáquio de** (2021). Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na Educação: lutas, conquistas e desafios. Apresentação (Seção Especial). *Educ. & Soc.*, 42. e258226. <https://doi.org/10.1590/ES.258226>
- Gonzaga, Paula Rita Barcellar** (2019). *"A gente é muito maior, a gente é um corpo coletivo": produções de si e de mundo a partir da ancestralidade, afetividade e intelectualidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais* [Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG]. <http://hdl.handle.net/1843/32730>
- Gonzalez, Lélia** (1983). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In Luiz Antônio Machado Silva et al. (Eds.), *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos* (pp. 223-244). Anpocs. (Ciências Sociais Hoje, 2)
- Guerra, A. M. C.** (2001). A lógica da clínica e a pesquisa em psicanálise: um estudo de caso. *Ágora: Estudos Em Teoria Psicanalítica*, 4(1), 85-101. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982001000100006>
- Guerra, A. M. C., Moreira, J. O. Oliveira, L. V., & R. Goes e Lima** (2022). Narrativa memorialística como estratégia de pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais. In *Pesquisas com narrativas nas ciências humanas: psicanálise, psicologia social, sociologia e história* (pp. 19-50). EdIPUCRS. <https://editora.pucrs.br/livro/1585/?add-to-cart=13587>
- Kilomba, Grada** (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (Jess Oliveira, trad.). Cobogó.
- Longhini, Geni Daniela Núñez** (2022). *Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude* [Tese de Doutorado em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/ SC]. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/241036/PICH0255-T.pdf?sequence=-1>
- Lugones, Maria** (2008). Colonialidade e gênero. *Tabula Rasa*, 9, 73-102. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&tlng=es

- Lorde, Audre** (1977/2015). A transformação do silêncio em linguagem e ação. *Portal Geledés*. <https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>
- Moreira, J., Guerra, A., Rodrigues, B., Silva, A., & Malta, Amanda** (2022). *Narrativa memorialísticas e pesquisa em psicanálise: pensando o enigma e a alteridade*. Editora PUC-RS. <https://editora.pucrs.br/livro/1585/>
- Mignolo, W. D.** (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94), e329402. <https://doi.org/10.17666/329402/2017>
- Porto, Patrícia de Cássia Pereira** (2011). Narrativas memorialísticas: memória e literatura. *Revista Contemporânea de Educação*, 12, 432-448.
- Quijano, Anibal** (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas* (pp. 117-142). Clacso. http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf
- Rancière, Jacques & Jdey, Adnen** (2021). *O método da cena*. Quixote+Do.
- Santos, A. O. & Oliveira, L. R.** (2021). O bloqueio epistemológico no Brasil e a psicologia. *Revista Espaço Acadêmico*, 20(227), 250-260. <https://pt.scribd.com/document/541533970/O-bloqueio-epistemologico-no-Brasil-e-a-psicologia#>
- Santos, Abrahao de Oliveira.** (2019). O enegrecimento da Psicologia: indicações para a formação profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(nspe), 159-171. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003222113>
- Werneck, Jurema** (2009). Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In *Vents d'Est, vents d'Ouest: mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux* (pp. 151-162). Graduate Institute Publications.

JACQUELINE DE OLIVEIRA MOREIRA

<https://orcid.org/0000-0003-0901-4217>

Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Estágio Pós-Doutoral na Faculdade Jesuíta de Teologia e Filosofia (2007). Professora adjunto IV da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG. E-mail: jackdrawin@yahoo.com.br

KEREN CLEMENTINA MARTINS FRANÇA

<https://orcid.org/0009-0004-8825-3535>

Psicóloga pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/Minas Gerais. E-mail: kerencmf21@ufmg.br

KARINNE VIEIRA JESUS

<https://orcid.org/0000-0001-5271-8709>

Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG. E-mail: karinnevieira.jesus@gmail.com

MÔNICA EULÁLIA DA SILVA JANUZZI

<https://orcid.org/0000-0003-0788-9968>

Doutora em Psicologia pela PUC-Minas, Pós-Doutorado em Estudos Psicanalíticos UFMG/FAFICH, Professora Adjunta no Departamento e no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG.

E-mail: januzzimonicaeulalia@gmail.com

GEÍSA GONÇALVES DE CASTRO

<https://orcid.org/0009-0001-0746-0240>

Psicóloga pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG.

E-mail: geisagoncalvescastro@gmail.com

KÉSSIA DANIELE DE BRITO

<https://orcid.org/0009-0000-8098-9872>

Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG.

E-mail: kessia.brito@yahoo.com.br

ANDRÉA MÁRIS CAMPOS GUERRA

<https://orcid.org/0000-0001-5327-0694>

Doutorado em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com período de estudos aprofundados na Université de Rennes II (2007), sendo atualmente professora adjunta do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG.

E-mail: andreamcguerra@gmail.com

Histórico	Submissão: 31/07/2023 Revisão: 02/07/2024 Aceite: 18/09/2024
Contribuição dos autores	Conceitualização: JM, KF, MJ, AG Curadoria de dados: JM, KJ, MJ Análise formal: JM, KJ, MJ Escrita original: JM, KF, KJ, MJ, GC, KB, AG Escrita, revisão e edição: JM, KF, MJ, AG
Financiamento	Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021 - Faixa B - Grupos Consolidados. Processo: n. 409386/2021-9 Jacqueline de Oliveira Moreira PQ 1D Andréa Maris Campos Guerra PQ 2
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais, sob o Parecer CAAE n. 610252225.1001.5149

SENTIDOS ATRIBUÍDOS POR MULHERES NEGRAS EM RELACIONAMENTOS INTER-RACIAIS: INTERSECÇÕES ENTRE RACISMO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

*SIGNIFICADOS ATRIBUIDOS POR LAS MUJERES NEGRAS
EN LAS RELACIONES INTERRACIALES: INTERSECCIONES
ENTRE RACISMO Y VIOLENCIA DOMÉSTICA*

*MEANINGS ATTRIBUTED BY BLACK WOMEN IN
INTERRACIAL RELATIONSHIPS: INTERSECTIONS
BETWEEN RACISM AND DOMESTIC VIOLENCE*

Jennifer Ester de Sousa Bastos¹ e Tatiana Machiavelli Carmo Souza²

¹Prefeitura Municipal de Orizona, Orizona/GO, Brasil

²Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Catalão/GO, Brasil

Resumo: Objetivamos apreender os sentidos produzidos nas intersecções entre racismo e violência doméstica em mulheres negras em contexto de casamento ou união estável inter-racial com homens brancos. Foi realizada pesquisa pautada na epistemologia qualitativa com a participação de duas mulheres aqui nomeadas sob os pseudônimos de Julia (mulher preta de 43 anos) e Marta (mulher parda de 44 anos), ambas cisgênero e heterossexuais. Foram realizadas entrevistas *online* semidirigidas, gravadas por vídeo e, posteriormente, transcritas integralmente. As entrevistas foram analisadas à luz das teorias de Gênero e Raça e da Psicologia Sócio-histórica a partir do materialismo histórico-dialético. A violência doméstica vivenciada estava articulada a estereótipos racistas, usados como dispositivos de legitimação dessas violências e, principalmente, relacionados à hipersexualização e objetificação das mulheres negras. As vivências de violências psicológicas e morais tinham como especificidade a lógica do racismo à brasileira, que por se expressar de modo velado, é mais difícil de ser reconhecido.

Palavras-chave: Mulheres; Relações raciais; Violência doméstica; Casamento; Psicologia sócio-histórica.

Resumen: Nuestro objetivo fue comprender los significados producidos en las intersecciones entre racismo y violencia doméstica en mujeres negras en el contexto del matrimonio o unión estable interracial con hombres blancos. La investigación basada en la epistemología cualitativa se realizó con la participación de dos mujeres aquí nombradas bajo los seudónimos de Julia (mujer negra de 43 años) y Marta (mujer morena de 44 años), ambas cisgénero y heterossexuales. Se realizaron entrevistas en línea semidirigidas, grabadas en vídeo y posteriormente transcritas integralmente. Las entrevistas fueron analizadas a la luz de las teorías de Género y Raza y de la Psicología Sociohistórica basadas en el materialismo histórico-dialéctico. La violencia doméstica vivida estuvo vinculada a estereotipos racistas, utilizados como dispositivos para legitimar esta violencia y, principalmente, relacionada con la hipersexualización y la cosificación de las mujeres negras. Las experiencias de violencia psicológica y moral fueron específicas de la lógica del racismo brasileño, que es más difícil de reconocer porque se expresa de forma velada.

Palabras clave: Mujeres; Relaciones raciales; Violencia doméstica; Casamiento; Psicología sociohistórica.

Abstract: We aimed to understand the meanings produced at the intersections between racism and domestic violence in black women in the context of interracial marriage or stable union with white men. A qualitative epistemological study was carried out with the participation of two women named here under the pseudonyms Julia (43-year-old black woman) and Marta (44-year-old mixed-race woman), both cisgender and heterosexual. Semi-directed online interviews were conducted, video-recorded and later transcribed in full. The interviews were analyzed in light of Gender and Race theories and Socio-historical Psychology based on historical-dialectical materialism. The domestic violence experienced was linked to racist stereotypes, used as devices to legitimize this violence and, mainly, related to the hypersexualization and objectification of black women. The experiences of psychological and moral violence were specific to the logic of Brazilian racism, which is more difficult to recognize because it is expressed in a veiled manner.

Keywords: Women; Race relations; Domestic violence; Marriage; Social-historical psychology.

Introdução

A violência doméstica e o racismo estrutural, enquanto modos de opressão, subalternização e desigualdade, sustentam a organização social brasileira. Nesse bojo, historicamente, as mulheres negras têm suas existências atravessadas pela opressão de raça, gênero e classe. Logo, abordar a intersecção entre violência e racismo nas relações afetivas inter-raciais e heterossexuais é uma forma de trazer à tona questões historicamente silenciadas (Bárbara & Silva, 2020; Bastos & Souza, 2023; Bernardes, 2020; Carrijo & Martins, 2020; Medeiros & Machado, 2021).

A violência doméstica configura-se como qualquer ato ou omissão baseado no gênero que provoque morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. As mulheres são as principais vítimas desse tipo de violência, cujos autores costumam ter algum vínculo afetivo com elas. As mulheres negras, por sua vez, enfrentam a opressão sexista a partir das complexas ligações que se estabelecem entre a exploração de classe, raça/etnia e supremacia masculina (Bárbara & Silva, 2020; Bastos & Souza, 2023; Bernardes, 2020; Carrijo & Martins, 2020; Medeiros & Machado, 2021).

A complexidade da violência doméstica vivenciada pelas mulheres negras demanda a compreensão desse fenômeno a partir de um viés interseccional. A perspectiva interseccional apreende as dinâmicas geradas pela interação entre eixos de subordinação. Sistemas discriminatórios como racismo, patriarcalismo e opressão de classe produzem desigualdades elementares que estruturam os lugares relativos às mulheres, raças, classes e outras categorias (Collins & Bilge, 2020; Ribeiro, 2018). A interseccionalidade é uma lente analítica que permite compreender a inseparabilidade entre essas estruturas de opressão à medida que evidencia como os corpos são atravessados pela complexa rede de desigualdades que se reestruturam e se perpetuam (Collins & Bilge, 2020). Lélia Gonzalez (2018) aponta que as mulheres negras brasileiras são assujeitadas a tripla discriminação: os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo as coloca no mais baixo nível de opressão, inclusive em relação à classe, fazendo com que componham as camadas mais empobrecidas e subalternas da população.

Fundamentado na ideia de raça — construção histórica e social originada nas relações de poder e não no aspecto biológico —, o racismo integra a organização econômica, política e cultural da sociedade. É também responsável por produzir o sentido, a lógica e os mecanismos para a reprodução dos modos de desigualdade e violência que formam a vida social. Além disso, é um processo histórico e político que cria condições sociais para que grupos racialmente identificados sejam discriminados de maneira sistemática (Almeida, 2019).

O racismo à brasileira se estabelece de forma velada, pois se volta contra as pessoas negras, embora, ao mesmo tempo, pareça não o fazer, essa aparência de não racismo se dá a partir de discursos como o da democracia racial e o da **mestiçagem** (Gonzalez, 1988). Esses discursos fazem parte de um complexo esquema que gera estratégias de dominação política, econômica e racial e que produz uma lógica legitimadora da desigualdade racial e da violência (Almeida, 2019), além de demonstrarem sua eficácia mediante à fragmentação da identidade racial negra dada pela ideologia do branqueamento.

A violência racista, perpetrada pela branquitude, busca destruir a identidade das pessoas negras através da instauração de um modelo humano de existência que não é concreto e nem alcançável. A/O negra/o deseja embranquecer e, nesse movimento, nega a si mesmo (Souza, 1990). A mestiçagem, no Brasil, foi utilizada como justificativa para a inexistência do racismo: assume um projeto colonial que busca diluir a negritude até o ponto do seu desaparecimento (Devulsky, 2021).

Dentre os desdobramentos das relações constituídas entre mulheres negras e homens brancos, surgem os relacionamentos afetivos inter-raciais. Edward Telles (2003) denuncia que os relacionamentos inter-raciais, apesar de serem usados como justificativa de que não há barreiras entre pessoas negras e brancas, acontecem de forma seletiva, uma vez que as mulheres negras são apenas parcialmente incluídas e os homens brancos tendem a escolher parceiras negras de pele clara ao invés de mulheres negras retintas. Em consonância com essa perspectiva, outros estudos (Campos, 2020; Mizael, Barrozo, & Hunziker, 2021) indicam que as mulheres negras são preteridas em relacionamentos afetivos.

Ademais, o racismo também se inscreve de diversas formas nas vivências cotidianas dos relacionamentos inter-raciais. Nas relações afetivo-sexuais, as mulheres negras sofrem racismo por parte dos parceiros brancos e de suas famílias. Essas vivências racistas podem estar vinculadas à problemática dos estereótipos (Campos, 2020). A imagem das mulheres negras, no Brasil, quase sempre está vinculada aos estereótipos de servilismo profissional e sexual. Elas são vistas como domésticas, a partir do ideal da mucama, mulher escravizada responsável pelos serviços da casa, ou como mulata, objeto sexual para o homem branco e produto de exportação (Gonzalez, 2018).

As representações sociais estereotipadas promovem percepções, no imaginário social, de que enquanto as mulheres brancas pertenceriam ao **mercado afetivo**, do casamento e da união estável, as mulheres negras estariam naturalizadas no **mercado do sexo**, do trabalho doméstico e da erotização (Pacheco, 2013). Esses estereótipos podem reverberar, inclusive, nas relações mais duradouras, como no casamento (Souza, 1995).

Mesmo com o aumento das produções acadêmicas a respeito da violência doméstica nas últimas décadas, os estudos direcionados à intersecção entre violência doméstica e racismo são escassos (Bárbara & Silva, 2020; Bastos & Souza, 2023; Bernardes, 2020; Carrijo & Martins, 2020; Medeiros & Machado, 2021; Santos & Stempniewski, 2020). Há uma invisibilização dessa questão, apesar de as mulheres negras apresentarem maiores fatores de risco para vivenciar relacionamentos violentos e comporem os mais elevados índices de violência doméstica e feminicídio. Partindo desses aspectos, este estudo buscou apreender os sentidos produzidos nas intersecções entre racismo e violência doméstica, em mulheres negras em contexto de casamento ou união estável inter-racial com homens brancos.

Metodologia

A presente pesquisa se pautou na epistemologia qualitativa, abordagem que privilegia a subjetividade. Logo, não é uma pesquisa neutra ou isenta da subjetividade das pesquisadoras e das participantes, isto é, carrega a intencionalidade de todas as implicadas no processo (Rey, 2019).

Com o intuito de localizar as participantes, foi realizada a divulgação da pesquisa nas redes sociais das pesquisadoras (*Instagram*, *Facebook* e *WhatsApp*). Os critérios para a inclusão de participantes foram: as participantes deveriam se identificar como mulheres pretas ou pardas, maiores de 18 anos, que tivessem vivenciado casamento ou união estável inter-racial com homens brancos e que tivessem experiências de racismo e/ou violência doméstica ao longo do relacionamento.

Foram realizadas entrevistas *on-line* semidirigidas, gravadas por vídeo e, posteriormente, transcritas integralmente. O roteiro de entrevista foi composto por nove perguntas e buscou evidenciar questões relacionadas à vida afetiva, como a história do relacionamento, as princi-

pais características da relação e as vivências de racismo e violência doméstica. As entrevistas foram realizadas entre os meses de dezembro de 2021 e janeiro de 2022, e tiveram duração aproximada de 1 hora cada.

As entrevistadas foram nomeadas pelos pseudônimos Julia e Marta, ambas cisgênero e heterossexuais. Julia tinha 43 anos, se autodeclarou como mulher preta e esteve durante três anos em uma união estável; já Marta tinha 44 anos, se autodeclarou como mulher parda e esteve durante 25 anos em um casamento inter-racial. As duas haviam se separado havia mais de 5 anos.

As informações advindas das entrevistas foram analisadas à luz das teorias de Gênero e Raça e da Psicologia Sócio-Histórica, a partir do materialismo histórico-dialético. Nessa perspectiva teórico-metodológica, “a essência da realidade não está explícita imediatamente, mas necessita ser compreendida pelo pensamento teórico, abstrato, através da apreensão do fenômeno em suas múltiplas mediações histórico-concretas” (Costa, 2016, p. 394). Esse é um caminho de investigação que busca compreender o fenômeno a partir das relações e ligações dos diversos elementos que constituem a sua totalidade, em um “movimento lógico dialético que vai do todo às partes e das partes ao todo constantemente” (Martins & Lavoura, 2018, p. 227).

O estudo é parte integrante do projeto de pesquisa integrado *Violência, Gênero e Família: Implicações na Psicologia e Sociedade*, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Goiás, sob o Parecer de nº 5.271.943. Todos os aspectos éticos foram seguidos.

Resultados e discussões

O racismo à **brasileira** se dá de forma disfarçada (Gonzalez, 1988) e só é possível e eficaz devido a um imbricado conjunto de mecanismos e discursos que corroboram a permanência dos limites da ordem social escravocrata, mesmo após a ascensão da sociedade capitalista (Souza, 1990). Um desses mecanismos é a ideologia do branqueamento, projeto político que teve como objetivo o apagamento da população negra para a construção de uma sociedade de maioria branca, baseada na teoria racial de que existem raças inferiores. Nesse cenário, institui-se o colorismo, entendido como um sistema social complexo de preservação da hierarquia racial sustentada pela ideia da superioridade branca. Esse sistema violentamente hierarquiza os sujeitos segundo qualquer característica que evidencie algum traço de negritude (Devulsky, 2021).

O colorismo fragmenta intensamente a identidade racial das pessoas negras ao atribuir um não lugar a negras e negros de pele clara e vulnerabilizar ainda mais as pessoas retintas (Devulsky, 2021). É possível perceber esse elemento em Julia, quando ela expressa a dificuldade de se identificar enquanto uma mulher negra, mesmo vivenciando situações racistas: “eu não conseguia me enxergar como mulher negra! ... Então isso pra mim foi muito difícil, porque eu sofria por ser e não conseguia ter essa identificação, porque as pessoas falavam que eu era branca demais pra ser preta... mas na hora que convinha eu era preta demais pra ser branca” (Julia). A identidade racial de negras e negros é destruída pelo racismo, de modo que muitas pessoas não sabem ou não desejam ser o que são. A branquitude define o que é e o que não é belo, logo “o negro é o outro do belo” (Souza, 1990, p. 29).

Quanto mais intensas e presentes as características estéticas negras, maior é o abismo que se forma entre o sujeito e a possibilidade de existir dignamente. Os padrões de beleza incidem violentamente sobre as mulheres negras, uma vez que o padrão é o estético branco

eurocêntrico, que se pauta em uma lógica racista (Bastos & Souza, 2023; Carrijo & Martins, 2020). Dessa forma, as características físicas das mulheres negras são consideradas inferiores, o que leva muitas a encontrarem maneiras de **amenizarem** seus traços a partir da realização de procedimentos estéticos. Esse aspecto pode ser verificado na trajetória de Marta que, desde muito jovem, recorreu a procedimentos que possibilitassem uma maior aceitação social, como o alisamento de cabelo: “com 10, 12 anos, meu cabelo era alisado, eu tinha que colocar *bobs*, eu tinha que sair de *bobs* no meio da rua... eu morria de vergonha ... sempre fui alisando o cabelo e fazendo progressiva” (Marta).

A inferiorização dos atributos das mulheres negras fica explícita nas entrevistas mediante o relato de atitudes racistas dos parceiros que criticavam os traços físicos relacionados à negritude das participantes e elogiavam dispositivos que **invizibilizavam** esses traços. Essa vivência foi evidenciada por Julia ao relatar ocasiões sociais em que estava junto ao parceiro:

sempre que a gente saia ele pedia para que eu alisasse o cabelo, ... ele falava assim pra mim ‘olha, você fica muito mais bonita de cabelo liso ... quando você quisesse usar seu cabelo ao natural você podia prender o cabelo né?. Essa experiência também foi recorrente em situações em que ela procurava emprego: “ele [dizia] nossa, você podia fazer uma maquiagem, podia colocar... botar aquele pó um pouco mais claro, né? Vai com uma blusa com uma manga mais longa, pra como se... é... como se ele falasse, esconde a sua cor.

O padrão de beleza eurocêntrico e a inferiorização simbólica da negritude imputam às mulheres negras um lugar de sofrimento que reverbera também nas configurações de suas relações afetivas, visto que “se o racismo tem um papel preponderante na construção dos padrões de beleza, consequentemente também terá na construção do desejo” (Ribeiro, 2018, p. 86). O amor é uma construção social, portanto as concepções de amor, a escolha dos corpos **desejáveis** e o direcionamento dos afetos estão intrinsecamente relacionados ao contexto sócio-histórico. Nesse sentido, Ana Cláudia Pacheco (2013) aponta que a miscigenação brasileira é uma prática cultural violenta, que se produz muito mais pela preferência afetivo-conjugal de homens negros por mulheres brancas. Além disso, as mulheres negras (pretas e pardas) enfrentam a solidão afetiva-sociocultural no país (Mizael, Barrozo, & Hunziker, 2021). Segundo o Observatório Nacional da Família (2021), elas são a maioria das mães solo e as que menos se casam.

Julia evidencia a solidão imposta pela rejeição afetiva ao apontar:

eu sempre tive muita atração por homens negros, mas eu nunca me relacionei com nenhum ... já teve vezes mesmo em que já pessoas que eu me interessei falavam: ‘ah, eu não gosto de mulheres assim da sua cor, não gosto de mulheres com o cabelo encaracolado.

Ana Cláudia Pacheco (2013) aponta que as mulheres negras vivenciam o preterimento afetivo-sexual, inclusive, por parte dos homens negros. É importante destacar que a solidão das mulheres negras transcende as relações afetivo-sexuais e se efetiva no silenciamento e no preterimento nas redes de afeto, assim como na pseudoneutralidade do Estado frente às desvantagens materiais e simbólicas acumuladas pela população negra: altos índices de subemprego e desemprego; falta de acesso à promoção e à prevenção em saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), à educação e aos serviços de infraestrutura (Silva & Lima, 2021) são alguns dos aspectos que compõem essa experiência.

As vivências das participantes ocasionadas pelo racismo incidem violentamente na sua autoestima: “acho que assumi isso, sabe? Essa inferioridade... era... era... acho que hoje eu posso dizer assim, era uma inferioridade, ele branco, que tinha uma família com certo nome, e eu era filha de preto e pobre” (Julia). O sentimento de inferioridade pode, inclusive, gerar vulnerabilidade que contribui para a permanência em situações de violência doméstica:

eu tinha uma baixa autoestima muito grande e aí eu achava que eu nunca ia conseguir uma outra pessoa ... isso pra mim é nítido, se não fosse esse racismo estrutural principalmente, talvez eu... talvez seria mais fortalecida e não teria caído tanto nesse relacionamento.
(Marta)

Vale lembrar que as experiências racistas que tangenciam a autoestima e reverberam no isolamento social das participantes podem remontar à infância, aspecto exemplificado por Julia ao narrar seu convívio e o de sua irmã com outros adolescentes: “a gente não tinha uma sociabilização, a gente não era chamada para festinhas dos adolescentes porque a gente era filha de preto, era filha de pobre”. Exemplo semelhante é apresentado por Marta ao falar do racismo sofrido na escola: “estudei em escolas particulares, não tinha negros, então as pessoas não eram acostumadas a verem uma criança com cabelo crespo, então os meninos me chamavam de cabelo de bombril, isso fez com que eu crescesse com uma baixa autoestima”.

Partindo desses relatos, enfatiza-se outra importante categoria que se apresenta imbricada nas vivências de racismo das participantes: a classe. Silvio Almeida (2019) aponta que a escravização e o racismo são elementos constitutivos do capitalismo, portanto não há como desassociá-los. Desse modo, a desigualdade racial é um elemento constituinte das relações mercantis e de classe. O empobrecimento e a manutenção da pobreza das pessoas negras no Brasil, além de ser herança da escravização, é, também, projeto político.

Julia, ao falar das suas vivências de racismo, aponta dois significantes que se mostram articulados — **preto e pobre** — e que são repetidos ao longo da entrevista. Observamos que as vivências estão interseccionadas: ela é uma mulher negra, mas também é uma mulher de origem pobre. Além da desigualdade racial, a participante evidencia a desigualdade econômica, elemento utilizado pelo parceiro para humilhá-la e violentá-la, uma vez que ele tinha uma família com maior poder econômico. Ao narrar uma situação em que pediu a guarda da filha, Julia indicou que o parceiro se utilizou de sua condição de mulher e pobre para confrontá-la: “você acha que um juiz vai dar a guarda pra você? ... pra você que não tem estudo, não tem um emprego fixo... eu sou uma pessoa... a minha família tem dinheiro”.

Marta, por sua vez, apesar de ser pertencente à classe trabalhadora, teve acesso a escolas particulares e a outros lugares tradicionalmente ocupados por corpos brancos. As vivências da participante evidenciam singularidades relacionadas ao racismo que se associam à falta de representatividade negra nesses espaços: “não é só a questão de classe, porque eu venho de classe média, então onde eu frequento eu sou exceção, eu costumo dizer isso... eu sou exceção!” (Marta).

Outro mecanismo que tem importante papel na manutenção do racismo à brasileira e que aparece nas entrevistas é o racismo recreativo, que procura mascarar a realidade social discriminatória pelo tom de brincadeira. O racismo recreativo é um tipo específico de opressão racial que busca legitimar as hierarquias raciais da sociedade a partir da utilização do humor, permitindo a perpetuação do racismo à medida que protege a imagem social de pessoas brancas (Moreira, 2019).

A utilização desse tipo de opressão racista aparece no discurso de Marta ao falar sobre as atitudes do companheiro no relacionamento afetivo: “ele tinha umas brincadeiras muito, de

muito mal gosto ... ele falava umas coisas assim... ah, você é minha escrava, se fosse antigamente você seria minha escrava, algumas coisas pesadas assim, que era do feitio dele, sabe? (Marta). Nos relacionamentos inter-raciais, essa estratégia é extremamente violenta, uma vez que, entendido enquanto **piada**, o racismo pode acabar sendo **minimizado** ou, até mesmo, invisibilizado no casamento. O uso da expressão “sua escrava”, em contextos de relacionamentos heterossexuais e inter-raciais, indica a desigualdade de poder na relação.

Historicamente, a violência doméstica contra as mulheres se dá em decorrência das relações hierárquicas de poder, inclusive no meio familiar, que se configuram a partir dos papéis tradicionalmente e socialmente construídos pela cultura na qual o homem ocupa o lugar de dominante, detentor de poder, e a mulher o lugar de submissa a ele, situação em que sua maior responsabilidade se direciona aos serviços domésticos (Medeiros & Machado, 2021). No entanto, para além das questões de gênero, é importante que se pense em outras categorias estruturantes a partir de um viés interseccional, como a raça. Uma vez que a dimensão de poder é elemento constitutivo das relações raciais, o racismo é, sobretudo, relação de poder que se manifesta em circunstâncias históricas (Almeida, 2019).

O olhar dos homens brancos, dos homens negros e das mulheres brancas coloca a mulher negra em uma posição de subalternidade que é muito mais complexa de ser ultrapassada (Ribeiro, 2018). De acordo com o discurso das participantes, os parceiros utilizavam como mecanismo para a prática de violência não apenas o lugar sócio-historicamente atribuído a eles enquanto homens, mas sim enquanto homens brancos. Marta evidencia esse aspecto ao falar sobre as experiências de racismo no relacionamento:

eu percebia que ele se sentia superior pelo fato de ser branco ... ele tinha um gosto de saber que... né... que me controlava... assim... que ele chegava a falar assim ‘se você fosse, se fosse na época da escravidão, você seria minha escrava!’ Ele falava isso com gosto, sabe? Com a boca cheia assim... com um certo prazer em falar isso. (Marta)

A desigualdade de poder também é expressa quando Julia narra as violências psicológicas e morais perpetradas pelo parceiro quando ela tentava romper o relacionamento:

ele falava muito isso, né? ‘Você acha que você vai conseguir alguma coisa fora daqui? Você tem que dar graças a Deus porque você tá casada comigo... eu pelo menos ainda te dou uma chance de ser alguém na vida... han... você sendo filha de preto pobre’.

A estereotipação das mulheres negras é uma forma de racismo que também foi evidenciada pelas participantes. Segundo Adilson Moreira (2019), os estereótipos vão muito além de generalizações para atribuição de sentido. Eles têm função ideológica e política, pois legitimam arranjos sociais excludentes. Um dos principais traços de estereótipos raciais é a desumanização de negras e negros através da ideia de que são destituídos de racionalidade e que não podem ser moralmente adequados. É comum, por exemplo, associar pessoas negras às ideias de promiscuidade e indisciplina que afirmariam uma suposta inferioridade negra à medida que produziriam a noção de que brancos são inerentemente superiores.

A concepção desumanizadora da negritude, que associa pessoas negras a promiscuidade e indisciplina, é ressaltada na fala de Julia quando narra ocasiões em que seu parceiro afirmava que ela não teria condições de ser aprovada em uma universidade pública por ser indisciplinada, e que o fato de não ser uma prostituta já seria um alento:

ele dizia ‘você nunca vai passar numa universidade, você é muito indisciplinada, você é muito... é... você não tem foco, né, você, pelo seu histórico de vida, o fato de você não ter virado uma prostituta, o fato de você não ter ido para o mundo das drogas, isso já é grande coisa né?’ (Julia)

No discurso de Julia, também se verificou a presença de outros dois estereótipos: o da mulata e o da mucama, estereótipos esses já denunciados por Gonzalez (2018). A imagem da mulata — mulher hiperssexualizada e objetificada, associada principalmente ao âmbito carnavalesco — é corroborada quando a participante descreve os discursos do parceiro para adjetivar o seu corpo: “*você tem características... assim... bem visíveis, né? Das mulheres negras, né? A bunda muito grande, cê tem o quadril largo né... então é bem coisa de mulata, né, de que gosta de dançar, que gosta de sambar*” (Julia).

A hiperssexualização do corpo de Julia, enquanto uma forma de racismo, aparece interseccionada à violência psicológica e moral em situações em que o parceiro emite juízos morais sobre a sua conduta, limita o seu direito de ir e vir e a proíbe de utilizar determinadas vestimentas. Christiane Carrijo e Paloma Martins (2020) apontam que o racismo se intersecciona à violência doméstica no âmbito da sexualidade em situações em que as acusações dos parceiros recaem sobre a conduta sexual feminina negra estereotipada enquanto desviante e exacerbada. Percebemos que as formas de controle e coerção no relacionamento de Julia evoluíram para violências mais agudizadas, como no caso do cárcere privado: “*não deixava, por exemplo, eu sair pra dançar, eu sair com roupas que... digamos assim, fossem mais coladas ... a partir daí começou também a questão do cárcere privado*”.

O segundo estereótipo identificado se relaciona à imagem da doméstica, alicerçada no mito racista da **mucama**, mulher escravizada que era responsável pelos serviços da casa grande. Esse estereótipo é exemplificado por Julia ao contar sobre os momentos em que os colegas do companheiro visitavam a sua residência:

ele sempre levava colegas de trabalho em casa e pedia pra que eu fosse pra cozinha... que eu cozinhasse pra ele ... os amigos dele iam lá falavam: ‘nossa ela cozinha muito bem’ e ele sempre frisava ‘ah deve ser herança do pai e ela é da Bahia.’

Ademais, além do racismo, esse discurso apresenta caráter xenofóbico. Observamos que os estereótipos racistas podem reverberar nos relacionamentos de mulheres negras, como evidenciado anteriormente por Edileuza Souza (1995), e aparecem intrinsecamente relacionados à violência doméstica, inclusive como mecanismo de legitimação dessa violência.

Além do racismo empreendido pelos parceiros, as participantes também apontaram terem sofrido racismo por parte da família deles: “*eu sofri racismo pela família dele, que não queria casamento*” (Marta); “*tinha a questão mesmo dos olhares da família, a questão ... do isolamento social mesmo, eles não tinham um relacionamento comigo*” (Julia). As vivências de racismo também se estendiam às/aos possíveis filhos/filhas do casal: “*ah, você vai casar com uma menina com o cabelo assim, como é que vai ser o cabelo dos seus filhos?*” (Marta); “*já imaginou como seria o filho de vocês, a cor do filho, né, ele vai ter uma pele muito escura*” (Julia).

Se por um lado a família pode permitir o crescimento e protagonismo do sujeito, por outro lado, pode gerar a desconstrução de potências, sofrimento físico e psicológico (Schucman, 2018). A partir das vivências das entrevistadas notamos que as famílias podem ser lugar de legitimação do racismo, aspecto já evidenciado por Aline Campos (2020) e Jennifer Bastos e

Tatiana Souza (2023). A família também pode ser lugar de perpetuação das desigualdades de gênero e de tantas outras relações de poder, o que pode contribuir, inclusive, para o assujeitamento das participantes à violência doméstica e à permanência no relacionamento:

porque eu tinha umas crenças limitantes da minha formação, da minha educação familiar, sabe? Aí acabou que juntou tudo isso e deu no que deu ... então é uma questão familiar muito forte que a gente tem que aguentar as coisas até o fim. (Marta)

O racismo vivenciado pelas participantes, no que concerne ao relacionamento afetivo, extrapola as experiências com o parceiro. A família das entrevistadas e dos respectivos parceiros, assim como as relações estabelecidas fora do âmbito familiar, tiveram papel significativo na perpetuação e na manutenção dessa violência, conforme relato de Julia, ao falar dos comentários recebidos quando saía com o companheiro: “os comentários, né, quando nós dois estávamos juntos, fazendo uma comparação, era como se a menininha da senzala tivesse conseguido namorar o filho do dono da casa grande”.

O racismo praticado pelos homens brancos nos relacionamentos inter-raciais — socialmente perpetuado e potencializado — assume diferentes roupagens e incide violentamente sobre a vida das mulheres negras. Diante disso, outro elemento a ser destacado é a forma como o racismo reverbera nas vivências de violência psicológica das mulheres negras. É importante frisar que o racismo também se manifesta enquanto uma violência psicológica que causa danos à autoestima e à identidade da população negra. Nesse sentido, percebemos que o racismo também foi utilizado como mecanismo de manipulação e controle, aspecto apontado por Julia ao falar sobre como as violências começaram no relacionamento:

o meu sofrimento começou não foi apanhando, não, foi ele me agredindo verbalmente com palavras de baixo calão, foi pedindo pra mim alisar meus cabelos, foi pedindo pra eu não tomar mais sol, foi pedindo pra usar uma maquiagem que me deixasse mais branca. (Julia)

O racismo e a violência doméstica impactam incisivamente na saúde física e mental das mulheres negras. Ansiedade, depressão, baixa autoestima, fobias, transtorno pós-traumático, ataques de pânico, taquicardia e hipertensão arterial são alguns dos quadros que podem surgir nesse contexto (Medeiros & Zanello, 2018). Julia narra os impactos que o racismo e a violência, vivenciados no relacionamento, tiveram na sua saúde:

eu tinha crises... assim... eu vomitava muito, eu tinha muita dor de cabeça e eu dormia com um balde do lado da cama, porque eu vomitava muito ... depois que eu saí do relacionamento, anos depois, porque eu realmente, assim, eu fiquei descompensada. (Julia)

A psicoterapia foi uma das ferramentas encontradas pelas participantes para lidarem com os sofrimentos ético-políticos advindos do racismo e da violência doméstica. Frente aos impactos na saúde mental, a psicoterapia foi um instrumento importante para o processo de elaboração e reconhecimento das violências sofridas: “procurei uma psicóloga e foi através do meu tratamento que eu consegui identificar esse racismo e identificar esse abuso” (Julia). Esse processo de elaboração, segundo a participante, mostrou-se longo, “foi muitos anos, sabe, de tratamento, de terapia, pra poder identificar, porque eu não identificava” (Julia).

A dificuldade na identificação do racismo, como apontado por Julia ao falar do seu processo psicoterápico, está intrinsecamente relacionada, também, à própria identificação enquanto

uma pessoa negra. A negação do racismo e a fragmentação da identidade negra no Brasil andam lado a lado. As participantes, além de reconhecerem o apagamento da própria identidade, ocasionado pelo racismo, também identificam os mecanismos do racismo à brasileira exposto por Gonzalez (1988): um racismo comumente velado, disfarçado, que se dá através de falsos discursos sobre democracia racial e a mestiçagem. Marta relata a construção da sua identidade enquanto uma mulher negra:

eu me tornei negra há pouco tempo... quando eu... eu fiquei consciente de tudo que me tiraram da minha identidade. Julia, por sua vez, narra: “então, pra mim eu vejo que são as sutilezas, um racismo sutil, então inicialmente eu não conseguia identificar.” (Julia)

Além da psicoterapia, as entrevistadas também versaram sobre as contribuições da universidade e dos grupos que discutem raça e gênero no processo de reconhecimento do racismo e da violência doméstica, assim como na construção da própria identidade: *“foi durante o período da faculdade que eu comecei a estudar, que eu comecei a participar dos eventos, comecei a participar dos grupos e aí, a partir daí, que eu comecei a me entender, a me identificar como tal” (Julia); “o meu mestrado foi algo que me ajudou muito nesse meu processo de identificação com a minha identidade negra” (Marta).*

Eugenia Marques (2018) aponta a potencialidade da universidade enquanto *locus* de fortalecimento identitário das pessoas negras através da educação superior, do conhecimento e da participação em grupos de estudos. No entanto, a autora também ressalta dificuldades, visto que o ambiente universitário é racista e ainda conta com pouca representatividade negra, principalmente nas posições de poder. Outrossim, as discussões acerca da temática ainda são tímidas, elemento este citado por Julia: *“ainda assim era muito velado, eram grupos específicos, eram determinados assuntos, isso não é um assunto, pelo menos na época em que eu fiz faculdade, não era um assunto muito debatido nem divulgado”.*

No que concerne o enfrentamento da violência doméstica e do racismo, também se enfatiza a importância da rede de apoio, como afirma Marta, ao ser questionada se havia procurado ajuda de alguém ou de alguma instituição: *“o que me ajudou muito foram as minhas amigas... foi isso que me ajudou, porque eu tinha com quem falar, com quem conversar, aí foi essa rede”.* Julia, por outro lado, afirma que não procurou apoio, pois tinha muita vergonha de pedir ajuda:

eu tinha receio de procurar ajuda por conta disso, porque eu ouvia isso ‘uai, mas você nem é tão preta assim pra você se sentir tão humilhada’, eu tinha muita vergonha mesmo, tanto por essa questão... as pessoas falavam que isso não era motivo pra eu sofrer. (Julia)

As participantes apontaram, ainda, a culpabilização das mulheres em situação de violência e a naturalização da violência doméstica e do racismo. Julia aborda o caráter punitivo, atribuindo as atitudes do parceiro à sua **personalidade difícil**, como se ela merecesse ser punida por não ter um comportamento adequado, segundo uma concepção machista e misógina. Notamos que essa afirmação também carrega o estereótipo da **preta raivosa**, mito racista que situa as mulheres negras enquanto agressivas (hooks, 2020), aspecto que, simbolicamente, abafa as vozes das mulheres produzindo silenciamento.

Por fim, enfatizamos o papel ativo das participantes no processo de construção de estratégias de enfrentamento da violência e do racismo, seja pela busca de ajuda e acolhimento através dos amigos, seja pela psicoterapia, seja pelo acesso a dispositivos de políticas públicas e/ou por assumirem posturas diferentes daquelas socialmente destinadas às mulheres. Nesse sentido, o

processo de afirmação da própria negritude mostra-se significativo e pode ser exemplificado na vivência da transição capilar realizada por Marta:

essa transição foi muito forte em mim, porque eu tive que lidar com o meu cabelo, eu tive que enfrentar a minha identidade de frente e assumir a minha identidade, então esse processo foi muito libertatório pra mim e, quando eu me assumi, eu me curei, né, na minha baixa autoestima.

O processo de construção da própria identidade, enquanto uma mulher negra, contribuiu, ainda, para o enfrentamento da violência no relacionamento, uma vez que a transição capilar, alinhada aos estudos, possibilitou que conseguisse iniciar o processo de desvinculação do parceiro: *“foi um processo muito forte pra mim, de descobrir minha origem, de aceitar minha origem e depois veio quase um conjunto com o mestrado e juntou tudo... aí foi quando ele foi percebendo que não tava mais conseguindo me controlar, né? Já não tava conseguindo me manipular”* (Marta).

A construção da identidade negra é um ato político (Souza, 1990). É a partir do rompimento com os padrões e os limites estabelecidos pela branquitude que as pessoas negras adquirem um rosto próprio. Ao levar em conta o padrão de beleza imputado às mulheres negras, a transição capilar, para além de uma escolha estética da mulher, se revela um movimento político de afirmação da africanidade, movimento esse que vai na contramão da fragmentação racial socialmente estabelecida.

Considerações finais

Buscamos apreender os sentidos produzidos nas intersecções entre racismo e violência doméstica em mulheres negras em contexto de casamento ou união estável inter-racial com homens brancos. Essas intersecções produziram singularidades no que concerne às formas de expressão do racismo e da violência doméstica.

A violência doméstica esteve intimamente articulada aos estereótipos racistas presentes no imaginário coletivo que são usados, inclusive, como dispositivos de legitimação da violência, principalmente aqueles relacionados à hipersexualização e à objetificação das mulheres negras. Além disso, as violências psicológica e moral se apresentaram interligadas às atitudes racistas dos parceiros.

Observamos, ainda, que as vivências racistas tinham como especificidade a lógica do racismo à brasileira que, por se expressar de modo **velado**, é mais difícil de ser reconhecido. Outrossim, as consequências do racismo experienciado pelas entrevistadas desde a infância, inclusive no ambiente familiar, e materializado na baixa autoestima, na solidão afetivo-sexual e na dificuldade da autoidentificação enquanto mulheres negras contribuíram para o assujeitamento delas ao relacionamento violento. Nesse bojo, identificamos o processo de fragmentação da identidade racial ocasionado pelo colorismo e pela ideologia do branqueamento.

O processo de autoafirmação da própria negritude protagonizado pelas participantes tangenciou o ambiente universitário e a psicoterapia. A importância da psicoterapia evidencia a necessidade de que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, esteja atenta e reconheça o racismo como elemento que estrutura a sociedade. A negação do racismo pode contribuir para a naturalização das experiências racistas e violentas. O trabalho profissional da/o psicóloga/o

deve ser definido segundo as circunstâncias concretas da população à qual atende; logo, o seu compromisso ético-político é imprescindível para contribuir com a transformação social.

Destacamos que o perfil das entrevistadas se limitou a mulheres negras com alta escolaridade e acesso à internet. Devido ao período pandêmico, outra limitação diz respeito à necessidade de realizar as entrevistas de modo *on-line*. Para melhor apreensão dos sentidos produzidos nas intersecções entre racismo e violência doméstica em mulheres negras, é preciso pesquisas que localizem outros grupos, especialmente no que tange o recorte de classe.

Por fim, enfatizamos a importância de estudos que possibilitem a escuta das mulheres negras que são cotidianamente silenciadas em suas próprias narrativas. Não menos relevante, evidenciamos o papel da Psicologia na construção de discussões acerca de categorias como gênero, classe e raça, uma vez que mudanças sociais só são possíveis com o enfrentamento dos sistemas estruturais de opressão.

Referências

- Almeida, Silvio Luiz (2019). *Racismo estrutural*. Pólen.
- Bárbara, Daniele R. Santa & Silva, Viviane L. Santos (2020). Violência contra mulher e racismo estrutural: conexões e debates. In Ursula A. F. Amorim et al. (Orgs.), *Direitos humanos e fundamentais em debate* (pp. 62-67). Editora FOA. <http://editora.unifoa.edu.br/index.php/direitos-humanos-e-fundamentais-em-debate-e-book>
- Bastos, Jennifer E. Sousa & Souza, Tatiana M. Carmo (2023). Intersecções entre racismo e violência nas relações amorosas inter-raciais de mulheres negras. *Revista da SPAGESP*, 24(2), 41-53. <https://nesme.emnuvens.com.br/SPAGESP/article/view/60/33>
- Bernardes, Márcia Nina (2020). Questões de raça na luta contra a violência de gênero: processos de subalternização em torno da Lei Maria da Penha. *Revista Direito GV*, 16(3), 2-28. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201968>
- Campos, Aline de (2020). *Todos os olhos em mim: a presença do racismo nos relacionamentos inter-raciais*. Quintal Edições.
- Carrijo, Christiane & Martins, Paloma Afonso (2020). Violência doméstica e racismo contra mulheres negras. *Revista Estudos Feministas*, 28(2), 1-14. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n260721>
- Collins, Patricia Hills & Bilge, Sirma (2020). *Interseccionalidade*. Boitempo.
- Costa, Eduardo Moura (2016). Materialismo histórico-dialético como fundamento da psicologia histórico-cultural: método e metodologia de pesquisa. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20(2), 393-396. <https://doi.org/10.1590/2175-3539201502021083>
- Devulsky, Alessandra (2021). *Colorismo*. Jandaíra.
- Gonzalez, Lélia (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, 92(93), 69-82. <https://institutoodara.org.br/wp-content/uploads/2019/09/a-categoria-polc3aditico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>
- Gonzalez, Lélia (2018). *Primavera para as rosas negras*. UCPA Editora.
- hooks, bell (2020). *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. Elefante.
- Marques, Eugenia P. de Siqueira (2018). O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. *Revista Brasileira de Educação*, 23, 1-23. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230098>
- Martins, Lígia Márcia & Lavoura, Tiago Nicola (2018). Materialismo histórico-dialético: Contributos para a investigação em educação. *Educar em Revista*, 34(71), 223-239. <https://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.59428>
- Medeiros, Gabriele Fagundes & Machado, Juliana Marques (2021). Mulheres negras e violência doméstica: o desafio da articulação de gênero e raça. *Revista de Estudos Interdisciplinares Do Vale Do Araguaia*, 4(2), 1-28. <http://reiva.unifaj.edu.br/reiva/article/view/183>
- Medeiros, Mariana Pedrosa & Zanello, Valeska (2018). Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(1), 384-403. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000100021
- Mizael, Tâhcita Medrado, Barrozo, Sarah Carolinne Vasconcelos, & Hunziker, Maria Helena Leite (2021). Solidão da mulher negra: uma revisão da literatura. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)*, 13(38), 212-239. <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1270>
- Moreira, Adilson (2019). *Racismo recreativo*. Pólen.

- Observatório Nacional da Família** (2021). *Fatos e números: arranjos familiares no Brasil*. Secretaria Nacional da Família. Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/ArranjosFamiliares.pdf>
- Pacheco, Ana Cláudia Lemos** (2013). *Mulher negra: afetividade e solidão*. EDUFBA.
- Rey, Fernando González** (2019). A Epistemologia Qualitativa vinte anos depois. In Albertina M. Martínez, Fernando González Rey, & Roberto Valdés Puentes (Orgs.), *Epistemologia qualitativa e teoria da subjetividade: discussões sobre educação e saúde* (pp. 21-45). EDUFU. <https://dx.doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-502-2>
- Ribeiro, Djamila** (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* Companhia das Letras.
- Santos, Christiano Jorge & Stempniewski, Ligia Penha** (2020). Femicídio e racismo: mulheres negras morrem mais. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, 2, 267-284. https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/2/2020_02_0267_0284.pdf
- Schucman, Lia Vainer** (2018). *Famílias inter-raciais tensões entre cor e amor*. EDUFBA.
- Silva, Helena Clécia B. da & Lima, Telma C. Sasso de** (2021). Racismo institucional: violação do direito à saúde e demanda ao Serviço Social. *Revista Katálysis*, 24(2), 331-341. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e77586>
- Souza, Edileuza Penha de** (1995). Mulher negra: sua sexualidade e seus mitos. In Fátima Quintas (Coord.), *Mulher Negra: preconceito, sexualidade e imaginário* (pp. 10-20). Fundação Joaquim Nabuco. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/dipesfundaj/20121203110837/quintas.pdf>
- Souza, Neusa Santos** (1990). *Torna-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Graal.
- Telles, Edward** (2003). *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Relume-Dumará; Fundação Ford.

JENNIFER ESTER DE SOUSA BASTOS

<https://orcid.org/0000-0001-7077-3488>

Bacharel em Psicologia, Universidade Federal de Catalão, Catalão/Goiás.

E-mail: jennifersousa.psi@gmail.com

TATIANA MACHIAVELLI CARMO SOUZA

<https://orcid.org/0000-0001-8834-7022>

Pós-doutora em Direitos Humanos, Universidade Federal de Goiás, Goiânia/Goiás.

E-mail: tatimachiavelli@yahoo.com.br

Histórico	Submissão: 01/08/2023 Revisão: 26/06/2024 Aceite: 10/09/2024
Contribuição dos autores	Conceitualização: JESB, TMCS Curadoria de dados: JESB, TMCS Análise formal: JESB, TMCS Escrita original: JESB, TMCS Escrita, revisão e edição: JESB, TMCS
Financiamento	Não houve financiamento.
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Goiás, sob o Parecer de nº 5.271.943.

UMA EPISTEMOLOGIA FEMINISTA DE CORPO INTEIRO NA PESQUISA EM PSICOLOGIA SOCIAL

UNA EPISTEMOLOGÍA FEMINISTA DE CUERPO PLENO
EN LA INVESTIGACIÓN EN PSICOLOGÍA SOCIAL

A FULL-BODY FEMINIST EPISTEMOLOGY IN
SOCIAL PSYCHOLOGY RESEARCH

Aline Kelly da Silva¹, Simone Maria Hüning² e Jaqueline Tittoni¹

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil

²Universidade Federal de Alagoas, Maceió/AL, Brasil

Resumo: Realizamos uma discussão teórico-conceitual baseada na obra da intelectual indígena boliviana Silvia Rivera Cusicanqui. Discutimos a epistemologia *ch'ixi* e o conceito de memória coletiva, composta por uma memória larga e uma memória curta. Entendemos a epistemologia *ch'ixi* como uma ética que reconecta a ciência com o corpo, com os afetos, sonhos e imaginários e propomos um modo de fazer pesquisa em psicologia social desde um lugar no qual se pensa com o coração e com a memória. Ao apostarmos em uma epistemologia de corpo inteiro, unimos um pensar onde os pés pisam, com possibilidades de contar histórias trazidas na palma da mão. A memória, como resíduo e lampejo, relaciona-se com uma política de escrita contra-hegemônica, feita de camadas de estilhaços, rastros e vestígios que dizem respeito não apenas às violências coloniais, mas também ao que há de subversivo e incendiário para uma descolonização do pensamento.

Palavras-chave: Memória; Colonialismo; Feminismos subalternos; Epistemologia; Políticas contra-hegemônicas.

Resumen: Realizamos una discusión teórico-conceptual basada en la obra de la intelectual indígena boliviana Silvia Rivera Cusicanqui. Discutimos la epistemología *ch'ixi* y el concepto de memoria colectiva, compuesta por una memoria larga y una memoria corta. Entendemos la epistemología *ch'ixi* como una ética que reconecta la ciencia con el cuerpo, con los afectos, los sueños y la imaginación y proponemos una forma de investigar en psicología social desde un lugar donde se piensa con el corazón y con la memoria. Al invertir en una epistemología de cuerpo pleno, combinamos el pensamiento donde pisan nuestros pies con posibilidades de contar historias que llevamos en la palma de nuestras manos. La memoria, como residuo y destello, se relaciona con una política de escritura contrahegemónica, compuesta por capas de fragmentos, huellas y rastros que se relacionan no sólo con la violencia colonial, sino también con lo subversivo e incendiario para la descolonización del pensamiento.

Palabras clave: Memoria; Colonialismo; Feminismos subalternos; Epistemología; Políticas contrahegemónicas.

Abstract: We conducted a theoretical-conceptual discussion based on the work of indigenous bolivian intellectual Silvia Rivera Cusicanqui. We discussed *Ch'ixi* epistemology and the concept of collective memory, composed of a broad memory and a short memory. We understand this epistemology as ethics that reconnect science with the body, with affections, dreams and imagination, and we propose a way of conducting research in social psychology from a place where one thinks with their heart and memory. By investing in a full-body epistemology, we combine a way of thinking where the feet tread, with the possibilities of telling stories carried in the palm of the hand. Memory, as residue and sparkle, is related to a counter-hegemonic writing policy, made up of layers of fragments, traces and vestiges that concern not only colonial violence, but also about what is subversive and incendiary for a decolonisation of thought.

Keywords: Memory; Colonialism; Subaltern feminisms; Epistemology; Counter-hegemonic politics.

Introdução

Este texto objetiva realizar uma discussão teórico-conceitual baseada na obra da socióloga feminista boliviana Silvia Rivera Cusicanqui, colocando seu pensamento em diálogo com outras(os) autoras(es) e apontando contribuições para uma epistemologia feminista antirracista no campo da Psicologia Social de maneira crítica aos processos de colonização e aos modos hegemônicos de produção de conhecimento.

Nas seções seguintes abordaremos, consecutivamente, aspectos epistemológicos da obra de Silvia Cusicanqui e sua crítica ao colonialismo intelectual, particularmente aos teóricos do Grupo Modernidade/Colonialidade; o conceito de memória que, ao ser tomado como resíduo e lampejo, constitui-se como importante articulador de uma política de escrita contra-hegemônica e, por fim, propomos pensar uma epistemologia feminista de corpo inteiro, com base no que propusemos em uma pesquisa mais ampla, da qual este artigo é um recorte. Assinalamos modos de pesquisar a partir de uma micropolítica do corpo e de uma escrita que narra desde as entranhas superiores – fígado, estômago, coração e pulmões –, isto é, uma escrita visceral, em que o corpo da pesquisadora narra de dentro dos acontecimentos. Assim, a experiência é que conduz à teorização, e não o inverso. Além disso, a experiência como mote de histórias que contamos ao fazer pesquisa assinala um conhecimento situado, haja vista que o corpo que faz e é feito pela trajetória de pesquisa mencionada neste trabalho é de uma mulher negra, nordestina, que durante o doutorado transitou entre o nordeste e o sul do país, recolhendo histórias desse percurso entre violências dos sistemas de opressão e insurgências e potências de autorrecuperação pelas comunidades formadas no caminhar. Considerando o escopo do texto, daremos ênfase aos aspectos teórico-epistemológicos, sem nos determos às análises da pesquisa mais ampla.

A epistemologia *ch'ixi* de Silvia Cusicanqui

Para a ciência moderna, a construção do conhecimento depende de um distanciamento entre cognoscente e cognoscível. Isso implica uma visão de mundo antropocêntrica, que aposta não somente na dicotomia entre sujeito e objeto, natureza e cultura – postulante da possibilidade de conhecer, dominar e explorar fenômenos de modo apartado de intervenções e implicações políticas que o ato de pesquisar engendra –, como também numa determinada concepção de humanidade, posto que a ciência hegemônica exclui cosmogonias de povos indígenas e africanos no afã de construir um conhecimento voltado à expansão do liberalismo como sistema de produção econômica e subjetiva utilitarista na relação com o planeta e com povos não europeus. Tal ontologia, arraigada numa epistemologia dominante/colonizadora, só pode levar a um desencantamento do mundo (Marras, 2018).

Contudo, se as ciências modernas estão aliançadas com o antropocentrismo e o capitalismo, é também possível operar rupturas a esse modo de produção de conhecimento, tendo em vista o potencial político da própria ciência para estabelecer coalizações (Marras, 2018) com saberes até então ignorados pelo campo acadêmico e, mais do que isso, criar outros mundos possíveis em que já não partamos de uma fictícia superioridade do humano sobre o não humano. Descentrar o humano é reconhecer que a existência no planeta não se sustenta com essa separação entre um e outro e, a partir disso, apostar no caráter relacional de todo conhecimento, pois não há sujeito apriorístico nem idêntico a si mesmo. Sujeito e objeto, ou melhor, atores

de uma pesquisa, só podem emergir de um entrelaçamento de heterogeneidades em que ambos se coengendram sem chegar a uma unidade, com base em uma relação coconstitutiva.

Silvia Cusicanqui (2010a, 2018) propõe a epistemologia *ch'ixi aymara* como um esforço para superar os binarismos da ciência hegemônica, com seus conceitos de dialética e hibridismo. O presente, para ela, está repleto de contradições e paradoxos não passíveis de apaziguamento nem superação em busca de uma identidade pretensamente homogênea e moderna, pois a modernidade, com sua retórica de igualdade e cidadania, serve apenas de caricatura para encobrir privilégios políticos e culturais, a fim de criar uma tolerância diante das estruturas coloniais de opressão (Cusicanqui, 2010a).

Ainda na esteira dessa discussão, a autora faz uma crítica fundamental ao colonialismo interno, reproduzido por universidades, fundações e órgãos internacionais. Os intelectuais estão atrelados, para ela, a formas de dominação imperiais que vão desde pequenos poderes de bibliotecas e universidades paupérrimas até os palácios de privilégios e prestígios das universidades do Norte Global. Contrariamente aos valores eurocêntricos que produzem uma manufatura global do humano, ela convida a olharmos para uma múltipla irrupção de passados na contemporaneidade, pois é a partir dessa coexistência de passados que a fúria acumulada dos povos colonizados pode emergir lampejante e organizada coletivamente nos diversos movimentos indígenas, feministas e ambientais. O aqui-agora está entremeado por uma não contemporaneidade, isto é, uma justaposição de espaços, populações e culturas que parecem emergir do fundo de outros tempos, trazendo elementos incongruentes e díspares que se justapõem sem fundir-se em uma totalidade (Cusicanqui, 2010a).

Além disso, afirma que tanto o multiculturalismo como o discurso da hibridez são leituras essencialistas e historicistas, que acabam por renovar práticas de colonização e subalternização ao suplantando populações indígenas como sujeitos de história e cooptar suas lutas a uma engenharia cultural e estatal capaz de submeter tais populações a uma vontade neutralizadora da faísca revolucionária, promovendo reconhecimento retórico, formal e meramente simbólico. Isso porque não se pode sustentar um discurso ou uma teoria da descolonização sem uma prática descolonizadora (Cusicanqui, 2010b). A autora chama atenção, portanto, para o modo como nossas práticas podem recolonizar ou descolonizar mentes e imaginários a partir de uma economia do conhecimento, conceito que ela propõe em lugar de uma geopolítica do conhecimento, para enfatizar justamente a dimensão prática, o fazer coletivo e não somente a produção de ideias e teorias.

Silvia Cusicanqui (2010a) alerta, então, para os neocolonialismos que podem emergir de nossas ações, mesmo quando criticamos a perspectiva moderno-colonial de ciência, seja na psicologia ou em outros campos de saber. O pensamento *ch'ixi* ensina, portanto, a operar uma crítica a intelectuais incapazes de produzir conhecimento desde seu próprio lugar, seu povo e sua história, importando teorias e saberes para analisar problemáticas do Sul Global. A colonização intelectual limita-se a uma espécie de mimetismo europeu e, por isso, impossibilita a consciência necessária para ir além de um conhecimento abstrato e elitista, apartado das lutas sociais locais. Epistemologias que reverenciam o conhecimento produzido por povos colonizadores perdem potência transformadora, pois deixam de dialogar com a própria história (Cusicanqui, 2018).

Decorre disso a crítica de Cusicanqui às chamadas perspectivas pós-coloniais e decoloniais, especialmente a autores do Grupo Modernidade/Colonialidade como Walter D. Mignolo e Anibal Quijano. Para ela, em nome do pós e do de(s)colonial, tais autores criam modismos para estabelecer hegemonia acadêmica nas universidades mais elitistas do norte e formar redes clientelares entre indígenas e afrodescendentes. Como ela afirma, não é possível pensar um 'pós' nem um 'pré' sem assumir uma visão linear e teleológica da história. Intelectuais latino-

americanos pós-modernos e pós-coloniais que adotam referenciais “gringos” apenas conservam estruturas de poder e capital simbólico nas universidades (Cusicanqui, 2010a). O conceito de colonialidade do poder, por exemplo, pouco ou nada informa sobre uma atividade localmente comprometida com a descolonização, mas tão somente aponta para sobre estruturas ubíquas e externas como o Estado e o poder (Cusicanqui, 2015). Para ela, estudos pós-coloniais de pesquisadores(as) vinculados(as) a universidades norte-americanas perderam diálogo com as forças insurgentes populares, mantendo com o saber uma relação de forças próxima a ‘palácios’ imperialistas (Cusicanqui, 2010a).

O colonialismo conjuga uma estrutura, um *ethos* e uma cultura que se reproduzem através de opressões e silenciamentos, apesar das aspirações pregadas por intelectuais liberais, populistas, marxistas e progressistas, pois, ao importarem conhecimento europeu, deixam de realizar análises desde seu próprio lugar, seu próprio povo e paisagem. Silvia Cusicanqui (2018) atenta, singularmente, para o modo como o colonialismo presentifica-se tanto na constituição de territórios geográficos como no *chuyma*, isto é, nas entranhas superiores.

A epistemologia *ch'ixi* reconhece o sujeito fraturado pela história colonial, sujeito ativo na reivindicação de sua existência e nas lutas por uma alteridade radical. Nesse sentido, refere-se a um modo de falar, pensar e perceber sustentado pelo múltiplo e pelo contraditório, não como um estado transitório a ser superado, mas sim como força explosiva, com potência de pensamento e ação. Opõe-se às ideias de sincretismo, hibridez e dialética, pois não está em busca do uno nem da síntese. Silvia Cusicanqui entende a epistemologia como uma ética que reconecta a ciência com o corpo, com os afetos, sonhos e imaginários (Torinelli, 2018).

Com a sociologia da imagem, a autora defende especial atenção ao modo como as culturas visuais revelam aspectos que oferecem uma compreensão do social, como importante possibilidade metodológica para colocar em questão as tensões geradas pelo colonialismo. Para ela, o colonialismo faz com que as palavras muitas vezes encubram e escamoteiem relações de poder que afirmam discursos igualitários concomitantemente com a restrição ou exclusão de cidadania para uma maioria da população. Por isso, defende que as palavras se converteram em um registro ficcional atravessado por eufemismos que encobrem a realidade, em vez de designá-la (Cusicanqui, 2015).

O universo de significados e noções não ditas, de crenças na hierarquia racial e na desigualdade dos seres humanos, vão naturalizando-se no cotidiano, mas, de vez em quando, lampejam de modo catártico. Cabe-nos falar e conectar nossa linguagem pública com a linguagem privada, de modo a não separar a palavra da ação pública (Cusicanqui, 2015). Dessa maneira, o trânsito entre a palavra e a imagem é parte de uma metodologia e de uma prática pedagógica potente para atentarmos às lacunas e às potências entre a língua oficial e a oralidade, como afirma a autora. Destaco o ‘entre’ para enfatizar que não se trata de dimensões antitéticas, mas do modo como sujeitos postos às margens da humanidade podem transitar ‘entre uma e outra’, produzindo narrativas e memórias em resistência à história colonial.

Um dos fundamentos do sistema colonial é produzir uma condição não humana, com base no desconhecimento e na negação de valores de colonizadas(os). O jogo intercambiável entre palavra e imagem no sistema colonial produz imaginários em que certos povos beiram as fronteiras do inumano. Ao mesmo tempo, esse jogo imagético possui também potencial conceitual e teórico para uma argumentação crítica do colonialismo, pois, como mostra Silvia Cusicanqui (2015), é nos contornos de uma mirada ao passado e na construção de uma trama subversiva de saberes e práticas que se acendem faíscas de rebeldias contra a destruição colonial do mundo e das múltiplas formas de vida humanas e não humanas.

Descolonizar conceitos e práticas

A análise detalhada de Silvia Cusicanqui (2015) aborda diversos conceitos para uma descolonização do pensamento, dentre os quais o sentido de bem comum nas culturas indígenas bolivianas articulado às múltiplas relações estabelecidas no tecido social entre humanos e não humanos, entre famílias, comunidades e divindades. Para os povos andinos, anteriormente à colonização, não havia vocábulos que designassem opressão e exploração, por exemplo. O mundo ao revés, como nomeiam as comunidades *aymara* bolivianas, é imposto pelas invasões e conquistas de territórios e constrói exploração material e dominação psicológica pautada numa condição a partir da qual povos colonizados passam a identificar-se com valores colonizadores.

Para ela, o Estado utiliza a ideia de território para fixar certas populações em limites geográficos e jurídicos definidos pelos aparatos de colonização. As noções de território, identidade e nação bloqueiam nossa capacidade de atentar para as múltiplas formas de habitar e formar comunidades, de maneira porosa e molecular (Cusicanqui, 2018). Dessa maneira, território e fronteira são noções de um Estado masculinista, que coloniza e violenta indígenas, imigrantes, refugiadas(os) e toda uma gama de seres considerados como sub-humanidade. No Estado-nação, fronteiras servem para separar, enclausurar, constituir espaços cercados por todo um diagrama militar da existência.

Por isso, a autora defende que mapas e territórios são incompletos sem a noção de tecido. Precisamos de uma política pautada em um tecido feminino de histórias, um tecido feito pelas mãos num jogo ativo da memória. E, com isso, a autora evoca a imagem das mulheres artesãs, trabalhando e contando histórias transmitidas geracionalmente pela oralidade e pelas memórias do corpo. Podemos fazer do nosso trabalho artesanias intelectuais para escutar e alimentar de esperança outras mulheres? A própria autora nos auxilia nessa questão ao tomar de empréstimo da socióloga argentina Maristella Svampa o conceito de comunidades imaginadas. Conforme Cusicanqui (2018), uma comunidade imaginada é uma teia que se faz não somente pelos territórios, mas pela diversidade com a qual as pessoas imaginam e inventam seus modos singulares de ser. Essa diversidade assume a forma de uma autopoiese, já que as comunidades, no seu processo de fazer, recriam e reproduzem a si mesmas. Nem sempre geram estruturas permanentes, mas sim uma condição itinerante e transitória.

Outra importante contribuição de Cusicanqui (2018) para pensarmos uma política feminista de gestão comunitária diz respeito à substituição da ideia de pátria, invólucro do Estado-nação masculinista, por uma micropolítica da matéria ou uma política da terra. Descentrar, portanto, o foco de modelos políticos e epistemológicos pautados na masculinidade viril e heteronormativa. Uma micropolítica da matéria envolve descolonizar nossas relações e saberes, resistir às forças devastadoras do capitalismo para, então, cultivar formas organizadas de autogestão, forças comunitárias e desobediências coletivas.

No contexto brasileiro, ainda estamos sob efeitos de uma devastadora política ancorada no lema ‘Deus, pátria e família’. Em nome de um suposto patriotismo, vivemos, nos últimos anos, um desgoverno que fomentou o negacionismo, o armamento, o garimpo e o militarismo. O aumento de feminicídios durante a pandemia e as ações ilegais de garimpo em terras indígenas – com diversas denúncias de estupros cometidos contra mulheres *yanomami* por garimpeiros, vindo à tona nos canais midiáticos no começo do ano de 2023 – não deixam margens de dúvidas sobre como uma política da terra relaciona-se com uma micropolítica da matéria. Uma política feminista pode ser tomada como uma forma de reparação às existências subjugadas historicamente pelo branqueamento dos mapas colonizadores.

O lugar onde se pensa com o coração e com a memória

Chuyma, em *aymara*, refere-se ao lugar onde se pensa com o coração e com a memória. Isso produz uma direção epistemológica potente para pensarmos modos de fazer pesquisa profundamente movido pelas relações entre política, afetos e forças criativas dos sujeitos e coletivos com os quais intervimos e pesquisamos. Compreendendo que os territórios produzem subjetividades e corporalidades, só podemos produzir conhecimento, numa perspectiva anticolonial, a partir de uma micropolítica do corpo (Cusicanqui, 2018), cujas memórias encarnam um potencial subversivo para o presente.

Em *aymara*, conhecer remete a duas palavras: *lup'iña*, que vem da raiz *lupi* ou luz do sol e quer dizer pensar com a cabeça, de modo claro e racional; *chuyma*, quer dizer pensar com as entranhas superiores (estômago, fígado, coração, pulmões) que possuem funções de absorção e purificação do corpo no intercâmbio com o cosmos. Conforme a autora, a respiração e o latejar constituem um ritmo desse segundo modo de pensar. A epistemologia *ch'ixi* busca conjugar ambos os modos de pensar, sem excluir um ou outro. Para Cusicanqui, o *chuyma* é indissociável das múltiplas memórias que habitam as subjetividades e se expressam no terreno linguístico. Refere-se, ainda, a um mundo indígena que não está fora de nós, mas que nos habita. A esse respeito, a autora pontua que não é necessário fazer um trabalho de campo em comunidades remotas para entendermos que há uma episteme indígena à flor da pele em muitos lugares e que poderíamos habitá-la. Fazer de uma episteme à flor da pele um modo corporal de existir e de conhecer.

A filósofa e historiadora Sara Ahmed (2022) afirma que as vísceras têm inteligência, podem sentir que algo não vai bem. Certas violências, antes que consigamos identificar e nomear, deixam uma sensação incômoda no corpo, uma sensação de que houve algo de errado. Talvez até não tenhamos vontade de sentir o incômodo, mas ele se instala e comunica algo inapagável. Podemos nos esforçar para não perceber, pois perceber é sentir a ferida e muda nossa relação com o mundo. Um trabalho de memória requer uma escrita feminista visceral. Destacam-se em Sara Ahmed (2022) interlocuções com a obra de Silvia Cusicanqui, quando esta propõe uma produção de conhecimento *sentipensante*, unindo *lup'iña* e *chuyma*, em que corpo e memória são coproduzidos no friccionar de encontros. Conhecimento *sentipensante* é aquele que considera o coração como núcleo epistêmico e ontológico do pensamento e da ação política, tanto quanto a razão. O sociólogo colombiano Fals Borda cunhou esse conceito a partir dos povos ribeirinhos da costa atlântica colombiana, ao escutar essa expressão durante o diálogo com um pescador. Fals Borda enfatiza o coração como âmago das epistemologias latino-americanas e caribenhas (Barbosa, 2019).

A produção de conhecimento, nesse sentido, encarna um sentipensar com os pés na terra, pois o pensamento de Silva Cusicanqui parte do pressuposto de que a cabeça pensa onde os pés pisam (Torinelli, 2018), como aprendeu de Frei Betto. Isso implica efetuar uma mirada ética-estética-política que aposta na inseparabilidade entre *chuyma* e razão, partindo de saberes locais para descolonizar o pensamento. Assim como a memória é formada por camadas e vestígios de violências coloniais, a sociologia proposta por Silva Cusicanqui mostra que as práticas anticoloniais se afirmam no aqui-agora com a força da memória. As relações entre ética, estética e política encontram, então, na memória um modo de articulação para enfrentar o passado e produzir um presente-futuro.

Um corpo-memória feito de lampejos e resíduos

Silvia Cusicanqui defende a necessidade de olhar para o passado para caminhar pelo presente e pelo futuro – “*qhip nayr uñtasis sarnaqapxañani*” (Cusicanqui, 1984, p. 17). Esse tornou-se o lema do trabalho desenvolvido pelo Taller de Historia Oral Andina, coletivo fundado por ela na capital boliviana, e indica que o passado está vivo no presente, assim como o futuro já é no presente. Propõe, assim, um olhar debruçado sobre as lutas do presente, apartando-se de uma visão determinista como também de uma concepção teleológica que apostaria mais nas revoluções futuras do que nas insurgências cotidianas.

Há uma complexa dinâmica nos processos históricos que não possibilita falarmos em mera superação de um ciclo por outro, mas numa articulação cujo movimento espiralado atualiza símbolos de dominação colonial que perduram ao longo da história, em torno das hierarquias raciais e étnicas aprofundados pelo neoliberalismo e sua lógica desenvolvimentista excludente de povos colonizados. Os horizontes históricos constituem-se de camadas superpostas, carregam consigo uma grande densidade repleta de tensões e contradições, as quais se condensam em duas diferentes maneiras de produção de memória coletiva: a memória curta e a memória larga (Accossatto, 2017).

A memória curta constitui uma memória recente, de constituição mais contemporânea, enquanto a memória larga conforma um horizonte histórico de duração extensa, calcado em práticas sociais ligadas ao colonialismo e às formas de resistência aos modos de dominação. Há entrecruzamentos, intersecções e disrupções nas interfaces da memória curta com a memória larga; não necessariamente opostas, portanto, mas em processo de complementaridade e imbricamento em certos momentos históricos e, em outros, de antagonismo e conflitos (Accossatto, 2017). A memória larga diz respeito não somente a uma concepção cronológica de tempo, mas sobretudo à ideia de que o passado se estende no presente a partir de algo vivo. A memória larga não se restringe, portanto, à duração temporal, mas abarca o modo dinâmico e conflituoso pelo qual o passado produz algo de vivo no presente, com certos acontecimentos e relações sociais dilatando e tensionando o presente (Accossatto, 2017). As práticas de dominação colonial assentam-se em uma larga história de opressões que, resguardadas as especificidades de cada país, possuem uma matriz comum nos países da América Latina, marcada tanto pela colonização territorial como pela dominação através da religião, da língua e da cultura.

Para Silvia Cusicanqui (2018), a memória emerge como *quipñayra*, isto é, como lampejo que se dá a partir de entrelaçamentos entre passado e futuro, apontando para um sentido circular e reversível do tempo. Não há como ser linear ou total aquilo que retomo olhando para o passado. Quando narro experiências vividas, falo sobre o que restou em mim, os estilhaços que ficaram. E, além disso, o que faço com esses estilhaços para fabricar outras possibilidades de continuar minha jornada. *Hilacha*, outra palavra existente no *aymara*, quer dizer resto, resíduo, vestígio, e constitui também o conceito de memória em Cusicanqui (2018). Lampejos e resíduos.

A memória, como *quipñayra*, lampejo irreversível e circular de tempo, constitui-se como gesto de intervenção na imaginação e aponta um sentido de pertença que o passado tem para o presente. Ela pode ser tomada não como ato de nostalgia, mas de liberação e despertar das formas de vida na cidade (Cusicanqui, 2015). Cusicanqui (2018), inspirada no autor José Lezama Lima, afirma que memória é diferente de rememoração, pois esta última diz respeito a uma reconstituição do que já foi, enquanto a memória aponta para uma superfície sintagmática do presente: o aqui-agora, que nada mais é do que uma justaposição aparentemente caótica de marcas ou restos de diversos passados no presente e no futuro. Com isso, aponta-se um caráter de insurgência da memória e sua relação com um tempo não linear.

Escrever e pesquisar, acompanhada de Silvia Cusicanqui, faz conceber a memória como resíduo e lampejo. O conceito de memória aponta versões da história para além de um memorialismo de museu, especialmente no intercâmbio entre oralidade e escrita, nas histórias transmitidas por mulheres artesãs, trabalhadoras, anciãs que ensinam rituais sagrados (Cusicanqui, 2018). Além disso, relaciona-se com uma política de escrita contra-hegemônica, feita de camadas de estilhaços, rastros e vestígios que dizem respeito não apenas ao passado, pois apontam para o que reside de colonial como também para o que há de subversivo no presente.

Se em Silvia Cusicanqui destacamos as relações entre memória, corpo e oralidade, é imprescindível lembrar a articulação dessas categorias conceituais na obra de Beatriz Nascimento, historiadora negra sergipana, para quem a memória se constitui nas relações entre corpo, ancestralidade e oralidade transmitidas pelas experiências de comunidades africanas e afrodiáspóricas. Para Beatriz Nascimento, a memória de coletividades negras é indissociável da formação dos quilombos, que se reatualiza e expressa nas práticas e condutas de tais coletividades, marcadas ancestralmente por um esforço de combate pela vida (Ratts, 2021). O corpo-memória, em Beatriz Nascimento, remete ao *Orí*, pois conecta cabeça e corpo, pessoa e terra. Trata-se, para ela, de pensar um conhecimento situado nas possibilidades de articular razão e afetos. Uma vez que o corpo é memória, ele é também movimento que os antepassados negros realizaram no trabalho, na arte e na vida. Entre as dores da escravização e as experiências de alegria, a corporalidade negra encontra jeitos de escapar de estereótipos e encontra “[u]m jeito de corpo para entrar nos lugares onde negros não entram ou ainda são minoria desigual” (Ratts, 2006, p. 68). O corpo é o fio da memória.

Ainda conforme Beatriz Nascimento, um corpo negro pode ser concebido como uma memória da geopoética africana e afro-brasileira, um corpo-documento ligado à terra, capaz de uma recriação de si que é, a um só tempo, individual e coletiva. O corpo-memória enuncia resistências negras encarnadas em uma corporalidade que é resto e resíduo. Para ela, assim como para Cusicanqui, a memória também está para além de um memorialismo, não se reduz a monumentos antigos e artefatos do passado. Em vez disso, a memória deve ser tomada como “testemunho, testamento e recordação do que retorna, no tempo espiralar, como continuidade, ancestralidade e porvir” (Reis, 2022, p. 90), feita de histórias, exílios, diásporas e dispersões que constituem um corpo-território de encontros e passagens.

A história do nosso país é marcada por uma memória incendiada, em que o estupro de mulheres indígenas e negras é parte da mesma lógica de estupro das florestas quando os brancos dizem que vão desbravar uma floresta virgem (ou seja, ainda não explorada por eles), com queimadas, genocídios, ecocídios e destruição sistemática de documentos e instituições destinadas à preservação de comunidades ancestrais (Bona, 2020). Vivemos o alargamento dessa memória incendiada no desgoverno que ataca povos afro-indígenas. No substrato mais profundo de nossa memória, ainda sangram feridas antigas (Cusicanqui, 2010b). Contudo, se as feridas de nossa história colonial vertem sangue, despertam também a fúria do presente. Nas brechas das zonas coloniais, criam-se fagulhas incendiárias do presente.

É por vivermos tempos em que o conservadorismo pede direito ao esquecimento (Supremo Tribunal Federal, 2021), a fim de limpar rastros de sujeira e violência neofascistas, que precisamos cada vez mais reivindicar a memória nas nossas lutas. Reivindicá-la é resistir ao branqueamento dos mapas (Bona, 2020) e às formas contemporâneas de colonização, feitas em nome da histórica missão civilizatória do homem branco. É um modo de recusar o genocídio endereçado aos nossos corpos. Em vez disso, apostar nas utopias criativas e nas práticas micropolíticas de descolonização. Evocar o canto, a dança e a poesia para reativar memórias do corpo e da oralidade (Bona, 2020; Cusicanqui, 2018; Krenak, 2019).

Uma episteme à flor da pele: histórias na palma da mão onde os pés pisam

A partir dos resíduos, estilhaços e lampejos da memória, a epistemologia cusicanquiiana possibilita abrir camadas em acontecimentos vividos no percurso de pesquisa. Aqui nos referimos especialmente a um conhecimento *sentipensante* experienciado pela primeira autora nos encontros com outras estudantes negras de programas de pós-graduação em psicologia em universidades da região sul do país. Viver e pesquisar durante os anos atravessados pelo contexto da pandemia de Covid-19 foi um desafio e um convite a recuar um passo atrás, para dar mais atenção às experiências vividas como alguém que se recusa à lógica de avanço e progresso ao narrar histórias a partir de um corpo-memória de mulher negra nordestina, no transitar de encontros com jovens negros nas políticas socioeducativas e com jovens mulheres negras nas universidades, tendo como elo as insurgências e estratégias criativas de reinvenção da vida nas lutas contra violências perpetuadas pelos sistemas de opressão. Experienciar uma pandemia tornou-se lidar com a iminência do colapso de uma sociedade doente de velocidade e de progresso (Abenshushan, 2013), que devora o planeta e intensifica desigualdades que fizeram com que a Covid-19 se tornasse mais mortal entre a população negra do que entre a população branca no nosso país (Araújo & Caldwell, 2020).

Assim, na contramão da ciência hegemônica e do desencantamento do mundo, a escrita da pesquisa é uma maneira de contar mais uma história para adiar o fim do mundo, como já disse Ailton Krenak (2019). Com base na obra de Silvia Cusicanqui e na literatura feminista de mulheres como Jarid Arraes e Sandra Cisneros, sentipensar onde meus pés pisaram convidou a um narrar histórias trazidas na palma da mão. A noção de pequenas histórias na palma da mão foi criada pelo escritor Yasunari Kawabata, o primeiro escritor japonês a ganhar um Prêmio Nobel, no ano de 1968, cuja obra mescla pitadas de surrealismo, erotismo e psicanálise, com especial interesse a questões femininas. Tomei conhecimento desse autor a partir do livro *'A casa na Rua Mango'*, publicado originalmente em 1984 por Sandra Cisneros (1984/2020), escritora mexicana feminista que dedicou esse livro às mulheres.

Ao narrar violências coloniais e estratégias criativas de insubordinação, fugas e escapes, algumas histórias fazem doer a carne ao mesmo tempo em que aflagam quem lê. Como uma espécie de lâmina fina com uma mistura de sândalo, as histórias feministas que trazemos na palma da mão por vezes cortam afiadamente e, em seguida, colocam uma porção de sândalo a fim de proporcionar uma cura que, inevitavelmente, nos liga a outras mulheres. Sandra Cisneros (2020) me diz sobre o pai que quer vê-la casada e com filhos, ou que ela se torne a garota do tempo da televisão. Ela diz que não quer casar nem ter filhos, por enquanto. Ela vislumbra outras coisas para fazer na vida, como viajar, publicar um livro, ver a aurora boreal. Aprender a dançar, que tal? Como já provocou Ailton Krenak (2020), podemos indagar nesses tempos pandêmicos: seria possível dançar com os pés à beira do abismo?

As pequenas histórias também estão presentes no livro *"Redemoinho em dia quente"*, publicado em 2019, pela escritora negra cearense Jarid Arraes. No conto 'Mais iluminada que as outras', Jarid evoca a oralidade como forma de transmissão da memória. Ela narra histórias minúsculas, do cotidiano de gente comum do interior nordestino, especialmente mulheres negras, com forte marca da palavra falada e transmitida de uma geração à outra. Se a ordem social hegemônica garante a primazia da história oficial, registrada em livros escritos e publicados por sujeitos privilegiados econômica e socialmente, é preciso que sujeitas(os) colonizadas(os) tomem a palavra, pois narrar a própria história é também tomar o lugar da existência (Evaristo, 2005).

Assim, voltamos à noção de *chuyma*: escrever com as vísceras e com a memória é um gesto de descolonização da política, do conhecimento, do corpo e dos afetos. A autora assinala justamente como essas instâncias são inseparáveis: política estatal e micropolíticas do corpo podem ser reconstituídas a partir de uma episteme ancestral para fazer da memória um modo insurgente de ruptura com narrativas de progresso e desenvolvimento. O momento de crise é aquele que pode nos ajudar a superar bloqueios epistemológicos, ressalta novamente a autora. Se nossa mirada epistemológica hegemônica não atenta para as coisas do cotidiano, mas somente para grandes temas como Estado e movimentos sociais, precisamos prestar atenção ao pequeno, à multiplicidade e diversidade de práticas que afloram por toda parte.

A epistemologia *ch'ixi* aposta nas zonas de contato e de fricção como espaço de criação de um tecido intermediário, ou seja, que não busca reduzir sujeitas(os) e comunidades ao uno nem à pacificação, mas sustentar uma multiplicidade 'manchada' e habitada por saberes cósmicos. Por isso, a autora diz que "a zona de fricção é onde se enfrentam os contrários, sem paz, sem calma, em permanente estado de atrito e eletrificação" (Cusicanqui, 2018, p. 84, tradução livre). Trata-se de uma zona de fricção entre passado e futuro, entre *lup'iña* e *chuyma*, entre pensar e fazer. Silvia aposta numa ética do bem comum para sararmos os sofrimentos da *pacha* estando com os pés firmados no aqui-agora da terra. Por isso, o lugar onde se pensa com o coração e com a memória inspira a narrar histórias na palma da mão que falam sobre violências, escapes e reinvenções em direção a uma política feminista antirracista, que não aposta em grandes gestos de resistência, mas sim em uma micropolítica do corpo, como argumentamos ao longo deste trabalho.

Silvia Cusicanqui ensina ainda que precisamos de uma episteme *à flor da pele* para narrar os gestos pelos quais formamos comunidades em insurgência às violências patriarcais supremacistas brancas. São as comunidades de afetos e práticas locais que constituem uma micropolítica do corpo e da matéria (Cusicanqui, 2015, 2018), fundamental para subverter e recodificar epistemes que invalidam as relações cósmicas com todos os seres, rituais sagrados, crenças e relações orgânicas. Desse modo, as comunidades das quais a autora fala são capazes de fazer e falar, trabalhar com as mãos e a mente, sem eliminar nem silenciar vozes dissidentes.

Um pensar onde os pés pisam com histórias na palma da mão constitui o que estamos chamando aqui de epistemologia de corpo inteiro, aliada a uma escrita visceral, em que sentipensamos com o estômago, o fígado, os pulmões e o coração. Entendemos que é a partir de uma descolonização do pensamento que podemos dar centralidade a epistemologias criativas que unem o corpo outrora segmentado pela ciência moderno-colonial, cuja herança cartesiana levou a pensar conhecimento científico como sinônimo de uma razão arrogantemente neutra e universal. Dito de outra maneira, uma ciência branca e masculina pautada na apropriação de corpos, territórios e conhecimentos de culturas não europeias, bem como na destruição de práticas não legitimadas por suas religiões e códigos linguísticos e jurídicos.

As histórias na palma da mão onde os pés pisam indicam que nosso potencial de insurgências requer apostar na memória coletiva em meio às políticas coloniais que nos violentam/violentaram e não foram suficientes para deixarmos de ser duras na queda, como canta Elza Soares. E cabe aqui ressaltar que o conceito de memória coletiva de Silvia Cusicanqui talvez aponte uma necessária redundância, pois a memória é indissociavelmente coletiva. Fundamental é que uma epistemologia feminista de corpo inteiro oferece condições para reabilitar as potências do sonho, reativar as memórias da oralidade e reconectar a ciência com afetos e imaginários. Uma episteme *à flor da pele* assenta-se em um tecido de histórias transmitidas por mulheres que nos ensinam e nos acompanham no caminhar.

Considerações finais

Neste texto, discutimos fundamentos teóricos e epistemológicos da obra da intelectual feminista Silvia Rivera Cusicanqui. Em sua crítica ao colonialismo, a autora nos leva a reconhecer as promessas de progresso, feitas em nome da modernidade, como ficções úteis à manutenção de hierarquias do humano. Uma vez que o progresso almejado se baseia em uma concepção utilitarista da vida, ele contraria um bem viver pautado na inseparabilidade entre humano e natureza, nos modos de organização comunitária, com pés e mãos ligados à terra. É por não acreditarmos nas promessas da razão moderna que apostamos em modos de produzir conhecimento a partir da artesanaria da vida, em que coletivos múltiplos de pensamento e ação *corazonam* para enfrentar o que vier (Cusicanqui, 2018).

Ao mesmo tempo em que a memória aponta um substrato de temporalidade marcado pela história colonial, a epistemologia *ch'ixi* de Silvia Cusicanqui convoca-nos a uma descolonização de nossos saberes. Ao conceber a epistemologia como uma ética que reconecta a ciência com o corpo, com os afetos, sonhos e imaginários, a autora aponta possibilidades de combater o sufocamento das diferenças pela produção de um bem viver micropolítico e coletivo, marcado pelo múltiplo e contraditório sem pretensão de unidade ou apaziguamento de diferenças.

Pelo que abordamos neste trabalho, concebemos a memória de colonizadas(os) como uma fagulha incendiária do presente. O caráter residual e lampejante da memória nos convoca à tarefa de abrir camadas de temporalidades e histórias para rompermos com uma memória incendiada visando à aposta em uma memória incendiária. Se a memória dos vencedores instaura terror para colonizados (Cusicanqui, 2010b), uma política de escrita fraturada, residual e lampejante oferece condições para narrar histórias de um sujeito também fraturado pela história colonial. Assim, o próprio ato de narrar é rebeldia e insurgência para mulheres negras que ousam *sentipensar* uma produção de conhecimento comprometida com suas experiências, entre violências e potências criativas pelas quais recriam a si mesmas e aos coletivos múltiplos de pensamento e ação. Por fim, pensar com a memória e com o coração, unir razão e afetos situa-nos em uma perspectiva de produção de conhecimento que reabilita o corpo inteiro na pesquisa, apostando em epistemologias mescladas pela fúria feminista em direção à descolonização de teorias, métodos e epistemologias na psicologia social.

Referências

- Abenshushan, Vivian** (2013). Notas sobre os doentes de velocidade. *Caderno de Leituras*, 105, 1-24. https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2020/05/cad105-vivian-abenshushan-notas_sobre_os_doentes_de_velocidade.pdf
- Accossatto, Romina** (2017). Colonialismo interno y memoria colectiva: Aportes de Silvia Rivera Cusicanqui al estudio de los movimientos sociales y las identificaciones políticas. *Economía y Sociedad*, 21(36), 167-181. <https://www.redalyc.org/journal/510/51052064010/>
- Ahmed, Sara** (2022). *Viver uma vida feminista*. Ubu.
- Araújo, Edna & e Kia Caldwell, Kia** (2020). *Por que a COVID-19 é mais mortal para a população negra?*. Abrasco.
- Arraes, Jarid** (2019). *Redemoinho em dia quente*. Alfaguara.
- Barbosa, Lia Pinheiro** (2019). Estética da resistência: arte sentipensante e educação na práxis política indígena e camponesa latino-americana. *Conhecer: debate entre o público e o privado*, 9(23), 29-62. <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2019.9.23.1144>
- Bona, Dénètem Touam** (2020). *Cosmopoéticas do refúgio*. Cultura e Barbárie.
- Cisneros, Sandra** (1984/2020). *A casa na rua Mango*. Dublinense. (Original publicado em 1984)
- Cusicanqui, Silvia Rivera** (1984). “Oprimidos pero no vencidos”: *Luchas del campesinado aymara y qhechwa (1900-1980)*. Hisbol.
- Cusicanqui, Silvia Rivera** (2010a). *Ch’ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Tinta Limón.
- Cusicanqui, Silvia Rivera** (2010b). *Violencias (re) encubiertas em Bolivia*. Piedra rota.
- Cusicanqui, Silvia Rivera** (2015). *Sociología de la imagen: miradas ch’ixi desde la historia andina*. Tinta Limón.
- Cusicanqui, Silvia Rivera** (2018). *Un mundo ch’ixi es posible. Ensayos desde un presente en crisis*. Tinta Limón.
- Evaristo, Conceição** (2005). Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In Nadilza M. de Barros Moreira, & Liane Schneider (Orgs.), *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade, diáspora* (pp. 201-212). Idéia/Editora Universitária/UFPB. <https://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/genero-e-etnia-uma-escrevivenciade.html>
- Krenak, Ailton** (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- Krenak, Ailton** (2020). *Radicalmente vivos*. Editora O Lugar.
- Marras, Stelio** (2018). Por uma antropologia do entre: reflexões sobre um novo e urgente descentramento do humano. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 6, 250-266. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p250-266>
- Ratts, Alex** (Org.). (2006). *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Instituto Kuanza e Imprensa Oficial.
- Ratts, Alex** (Org.) (2021). *Beatriz Nascimento: uma história feita por mãos negras*. Zahar.
- Reis, Diego dos Santos** (2022). Corpo-documento: um ensaio para descolonizar memórias. *Interritórios*, 8(16), 78-93. <https://doi.org/10.51359/2525-7668.2022.253338>
- Supremo Tribunal Federal** (2021, 11 de fevereiro). STF conclui que direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição Federal. *Portal STF*. <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=460414&ori=1>
- Torinelli, Michele** (2018, 26 de abril). A experiência de uma sociologia que se tece por meio da paixão e do coletivo. *Brasil de Fato*. <https://www.brasildefato.com.br/2018/04/26/a-experiencia-de-uma-sociologia-que-se-tece-por-meio-da-paixao-e-do-coletivo>

ALINE KELLY DA SILVA

<https://orcid.org/0000-0003-4535-434X>

Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Graduada e Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

E-mail: alineksilva977@gmail.com

SIMONE MARIA HÜNING

<https://orcid.org/0000-0001-8080-7733>

Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Processos Culturais, Políticas e Modos de Subjetivação (CNPq). Bolsista Produtividade CNPq. Professora do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

E-mail: simone.huning@ip.ufal.br

JAQUELINE TITTONI

<https://orcid.org/0000-0002-3450-080X>

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Pós-Doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona – Doutorado em Psicologia. Professora do Instituto de Psicologia e do PPG em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: jatittoni@gmail.com

Histórico	Submissão: 15/08/2023 Aceite: 08/10/2024
Contribuição dos autores	Conceitualização: AKS; SMH; JT Curadoria de dados: AKS; SMH; JT Análise formal: AKS; SMH; JT Investigação: AKS Metodologia: AKS; SMH; JT Escrita original: AKS Escrita - revisão e edição: AKS; SMH; JT
Financiamento	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001: Bolsa de Doutorado concedida à primeira autora.
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IPSSCH-UFRGS), número do parecer: 5.036.141 e CAAE: 2 50042721.6.0000.5334.

PRÁTICAS FORMATIVAS EM PSICOLOGIA SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DE DIÁLOGOS INTER-EPISTÊMICOS COM POVOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

*PRÁCTICAS FORMATIVAS EN PSICOLOGÍA SOCIAL:
APORTES DE DIÁLOGOS INTEREPISTÉMICOS CON
PUEBLOS INDÍGENAS Y QUILOMBOLAS*

*TRAINING PRACTICES IN SOCIAL PSYCHOLOGY:
CONTRIBUTIONS FROM INTER-EPISTEMIC DIALOGUES
WITH INDIGENOUS AND QUILOMBO COMMUNITIES*

Amanda Barbosa Veiga dos Santos¹, Áquila Bruno Miranda¹, Camilla
Gabrielle Gomes Vieira¹, Julia Costa de Oliveira¹, Lucas Luis de
Faria¹, Suéllen Soares Altrão¹ e Claudia Mayorga¹

¹ Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil

Resumo: Este artigo relata percursos de práticas formativas em psicologia social a partir de diálogos inter-epistêmicos com povos indígenas e povos quilombolas, narrando três ações realizadas em 2021 e 2022: grupo de estudos e disciplina intitulados “Psicologia, Povos Indígenas e Quilombolas” e o Seminário “Reflorestar a Psicologia”. Tais práticas formativas possibilitaram tecer uma Psicologia em diálogo “com”, não apenas “sobre” os povos. Além disso, apontou para a necessidade de uma atuação pautada no território, na etnicidade e na multiplicidade cultural, se implicando ético-politicamente com as lutas dos povos indígenas e quilombolas, afirmados em sua diversidade. Concluímos que o saber/fazer da Psicologia Social, quando em aliança com os povos indígenas e quilombolas, possui um potencial contracolonial, interpelando as dinâmicas sociais e a própria psicologia.

Palavras-chave: Ensino; Psicologia Social; Povos Indígenas; Povos quilombolas; Estudos decoloniais.

Resumen: Este artículo relata caminos de prácticas de formación en Psicología Social a partir de diálogos interepistémicos con pueblos indígenas y quilombolas, narrando tres acciones realizadas en 2021 y 2022: un grupo de estudios y una disciplina titulados “Psicología, Pueblos Indígenas y Quilombolas” y el Seminario “Reforestar la Psicología”. Estas prácticas formativas permitieron tejer una Psicología en diálogo “con” y no solo “sobre” los pueblos. Además, señalaron la necesidad de una acción basada en el territorio, la etnicidad y la multiplicidad cultural, implicadas ética y políticamente en las luchas de los pueblos indígenas y quilombolas, afirmadas en su diversidad. Concluimos que el saber/hacer de la Psicología Social, en alianza con los pueblos indígenas y quilombolas, tiene un potencial contracolonial, desafiando la dinámica social y la Psicología misma.

Palabras clave: Enseñanza; Psicología Social; Pueblos Indígenas; Pueblos Quilombolas; Estudios Decoloniales.

Abstract: This article reports on the paths of training practices in Social Psychology based on inter-epistemic dialogues with indigenous and quilombo communities, narrating three actions carried out in 2021 and 2022: a study group and a discipline entitled “Psychology Indigenous and Quilombo Communities” and the Seminar “Reforesting Psychology”. These formative practices made it possible to weave a Psychology in dialogue “with”, not just “about” indigenous and quilombo peoples. Furthermore, they pointed to the need for an action based on the territory, ethnicity and cultural multiplicity, implicating ethically and politically with the struggles of indigenous and quilombo peoples, affirmed in their diversity. We conclude that the knowledge/practice of Social Psychology, when in alliance with indigenous and quilombo communities, has a countercolonial potential, questioning social dynamics and Psychology itself.

Keywords: Teaching; Social Psychology; Indigenous Peoples; Quilombo Peoples; Decolonial studies.

Introdução

Este artigo relata os percursos de práticas formativas em Psicologia Social, a partir de diálogos inter-epistêmicos com povos indígenas e povos quilombolas, articuladas aos Estudos Decoloniais e ao Feminismo Decolonial, considerando, sobretudo, o encontro com os territórios e os saberes tradicionais. Tratam-se de práticas costuradas pela linha de posicionamento crítico, uma construção de conhecimentos pautada no compromisso com o “reflorestar a Psicologia”, em alinhamento com os povos originários.

A experiência relatada neste trabalho foi gestada por meio de uma parceria entre estudantes negras e branca/os da Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, vinculados ao Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes, e que compõem a Coletiva Coletiva Urucum e Girassol. Nosso caminho de estudo, ensino e intervenção, ao longo dos anos de 2021 e 2022, perpassou a construção do grupo de estudos e da disciplina intitulados Psicologia, Povos Indígenas e Quilombolas, além da organização do Seminário Reflorestar a Psicologia junto aos povos indígenas e quilombolas: pela vida dos povos e pela demarcação dos seus territórios!. Esse percurso foi registrado em diários de campo, relatórios e produções artísticas, dos quais lançamos mão para a escrita deste relato.

A caminhada aqui partilhada foi forjada, inicialmente, a partir das vivências junto aos povos indígenas Kaiowá e Guarani (MS), Maxacali (MG), Pataxoop (MG) e às mulheres quilombolas do Vale do Jequitinhonha (MG). Encontros esses que fizeram germinar inquietações acerca do compromisso ético-político da psicologia, enquanto ciência e profissão, para o enfrentamento das desigualdades, do etnocídio e do epistemicídio que, apesar dos movimentos de resistência, ainda marcam o cotidiano das comunidades indígenas e quilombolas. Ao longo da nossa caminhada pelos territórios, as vozes, os cantos e os saberes dos povos indígenas e quilombolas nutriram o desejo de enfrentar as marcas da colonialidade presente em nossos corpos, nos nossos pensamentos e nas nossas práticas profissionais. Esses mesmos cantos, vozes e saberes nos convocaram a assumir riscos/aberturas para desaprender com os povos, com seus territórios e a terra.

Nesse fazer de reflorestamento da(s) psicologia(s), contamos com a circulação entre o território da cidade, a academia e a presença virtual de povos indígenas e quilombolas, na construção de reflexões e saberes da prática formativa. Assim, remontando a ideia de Audre Lorde (2019) sobre a necessidade de reconhecer nossas diferenças para tramar transformações, sabendo que as ferramentas do mestre não desmantelam sua própria casa, uma possibilidade de ação é centralizar, considerar que as relações étnico-raciais não são externas à universidade, compreender que são necessários posicionamentos efetivos que não apenas incluam sujeitos e saberes, mas que integrem e façam germinar novos modos de fazer, é preciso florescer para além da urgência de denúncia.

Destarte, esse relato de experiência foi organizado considerando três convites para o campo da psicologia social. Inicialmente, apresentamos o grupo de estudos que, pela possibilidade de diálogo com lideranças indígenas e quilombolas de diversos territórios, reafirmou a necessidade da escuta dessas vozes para romper com homogeneizações coloniais e radicalizar o compromisso do fazer coletivo. Em seguida, compartilhamos a disciplina como forma de, no âmbito da universidade, ocupar e questionar o campo da Psicologia em relação às demandas e aos conhecimentos de povos indígenas e quilombolas, a partir de estratégias formativas de resistência às monoculturas que negam a existência desses povos. Por fim, partilhamos as vivências e construções elaboradas em um seminário, o qual convoca a psicologia a se (re)posicionar politicamente em seus saberes/fazer, dialogando com o conceito de “Guerra das Denominações”, do mestre e intelectual quilombola Antônio Bispo Santos (2015), que se apresenta como

Nego Bispo e que também propõe o conceito de Contracolonização, a partir do qual defende que povos quilombolas e indígenas resistem e lutam contra os processos etnocêntricos.

Pluralidade de vozes marcando o início da caminhada

O grupo de estudos aconteceu entre novembro de 2021 e janeiro de 2022, com 8 encontros remotos, devido ao contexto de pandemia da Covid-19. Os encontros foram construídos coletivamente por 14 participantes ligados aos campos da psicologia, da educação, da astrofísica e das artes. Tal diversidade de áreas de conhecimento marcou positivamente o grupo de estudos, considerando que o trabalho de psicólogas junto a povos indígenas e quilombolas é, necessariamente, multiprofissional e interdisciplinar (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2019, 2022).

Ao longo do grupo, foram abordadas as temáticas: saúde, educação, movimento social e espiritualidade (este último não estava na proposta inicial, tendo sido incluído a partir da interpeção de uma das participantes). Sabe-se que os itinerários de cuidado de sujeitos indígenas e quilombolas envolvem práticas de cura relacionadas à espiritualidade, à terra, às ervas, à dança, ao canto — como apontam Edinaldo Xukuru (2022) e Raquel Pereira (2021) —, ainda assim, esse tema não havia sido considerado até então. É importante ressaltar, ainda, que um dos pressupostos presentes no grupo de estudos e nas demais experiências formativas foi o imperativo de dialogar com saberes produzidos por sujeitos e coletividades indígenas e quilombolas. Assim, em todo o cronograma, buscamos priorizar produções de autoria indígena e quilombola, e convidamos lideranças indígenas ou quilombolas para o diálogo. Afinal, como aponta Paula Gonzaga (2019), é imprescindível ouvir as vozes historicamente silenciadas pela psicologia hegemônica.

O formato *on-line* trouxe a possibilidade de tecer pontes com convidados/as de outros municípios e estados, tais como: Iterniza Pereira, indígena da etnia Macuxi (Roraima); Maria Aparecida Nunes Silva, liderança quilombola do Córrego Narciso do Meio (Minas Gerais); Antônia da Silva Santos, indígena do povo Kanindé (Ceará); Kunhã Yvoty, rezadeira e parteira Kaiowá (Mato Grosso do Sul); Emanuel Fulni-ô, indígena da etnia Fulni-ô (Pernambuco); e Ana Carolina Santos Silva, liderança quilombola (Minas Gerais). Essa pluralidade de vivências e experiências apresenta-se como uma potência, considerando que, no Brasil, há mais de 300 etnias indígenas com diferentes cosmologias e modos de viver (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2010), pluralidade presente também entre povos quilombolas (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). Nesse sentido, é necessário ir contra as tentativas de homogeneização de tais populações produzidas pela colonialidade e reafirmar suas singularidades, como defende Geni Núñez (2019, 2022).

Os diálogos com as lideranças indígenas e quilombolas possibilitaram espaços de escuta de temas urgentes para as comunidades, visto que, mesmo com a diversidade e a distância entre os territórios, existem aproximações entre as opressões enfrentadas e as estratégias de resistência adotadas. Dentre as violências citadas pelos participantes, destacamos: a perseguição de lideranças indígenas devido ao racismo religioso; a falta de assistência especializada no acompanhamento das vítimas da Covid-19 e seus familiares, configurando uma política de morte que imperou no trato da pandemia no Brasil junto a esses povos (Articulação Dos Povos Indígenas Do Brasil [APIB], 2021); falta de abastecimento de água, de internet e de centros culturais nas comunidades; o preconceito linguístico; o aumento do suicídio entre jovens indígenas; o fechamento de escolas indígenas e quilombolas e a ausência de material pedagógico.

Ao mesmo tempo, movimentos de enfrentamentos foram compartilhados. Como aponta Nego Bispo (2015), povos afropindorâmicos resistem há séculos, modificando suas estratégias de luta com o tempo. Nesse sentido, nos encontros foram relatadas estratégias como a construção de materiais bilíngues, para orientar as populações indígenas sobre a Covid-19, e a criação de redes de apoio autônomas, para assistir as populações com alimentos, máscaras e materiais de higiene, o que também é descrito na literatura (Valente et al, 2021). Outras práticas contra-coloniais relatadas incluíram as expressões artísticas por meio de poesia, material audiovisual, além da criação de espaços educativos nas comunidades, a prática de cuidados a partir da espiritualidade e a construção de materiais pedagógicos para educação de crianças e adultos.

Tais vivências do grupo de estudos reafirmaram a potência da escuta dos povos indígenas e quilombolas, intensificando o movimento de construir uma psicologia em diálogo “com”, não apenas um diálogo “sobre”. Além disso, a experiência do grupo de estudos apontou para a necessidade de que a atuação da Psicologia leve em conta o território, a etnicidade e a multiplicidade cultural, e que se implique de modo ético-político com as lutas dos povos. Com o encerramento do grupo, propusemos a continuidade das ações da Coletiva Urucum e Girassol com a criação de uma disciplina no curso de graduação em Psicologia da UFMG costurando, assim, aprendizados e afetações decorrentes do grupo e mantendo parcerias constituídas.

Ocupar, questionar e transformar os currículos acadêmicos da Psicologia

A disciplina Psicologia, povos indígenas e quilombolas ocorreu como estágio em docência, no segundo semestre de 2022, no período de retorno às aulas presenciais na UFMG. A oferta dessa disciplina é um movimento que continua e amplia a proposta do grupo de estudos, mas também se insere na trajetória de disciplinas que abordam temas contra-hegemônicos na universidade, como a disciplina Psicologia social do racismo (Castro, Dutra, Borges, Ferreira, & Mayorga, 2020; Mayorga, Donato, Amorim, & Souza, 2013). Essa foi a primeira proposta do programa curricular do curso a abordar, especificamente, a interface entre Psicologia e populações indígenas e quilombolas.

A disciplina foi ofertada em caráter optativo, visto que, ainda que imprescindível para a compreensão da formação social e intersubjetiva latino-americana, as temáticas dos povos indígenas e quilombolas não compõem o currículo obrigatório. Nesse processo, tivemos matrículas de diferentes temporalidades, desde estudantes do quarto semestre até do último semestre da formação. Essa diversidade foi apontada, na narrativa das/os estudantes, como resultado da importância e da urgência da discussão.

O conteúdo programático foi organizado em três unidades: (a) Psicologia e as questões raciais: de onde partimos? (b) Diálogos inter-epistêmicos: onde estamos? (c) Movimentos de resistências originárias: para onde vamos? Na primeira unidade, convidamos as/os estudantes ao (re)conhecimento dos povos indígenas e quilombolas a partir de referências artísticas e estéticas. Nessa experiência, lançamos mão de múltiplas linguagens, como músicas, murais, poesias e festas populares. Nessa ocasião, destacamos a situação de um estudante que, ao buscar fontes quilombolas de sua cidade, des(en)cobre seu pertencimento à coletividade por parentesco próximo. Um texto escrito pelo estudante inicia com a sentença “eu me sinto roubado!”.

Entre a primeira e a segunda unidade, tivemos outro acontecimento marcante: a participação na inauguração da Feira Abya Yala, a primeira feira indígena e migrante da região

metropolitana de Belo Horizonte. Nessa experiência, nos deslocamos da sala de aula para o espaço de uma praça localizada no centro da cidade. Esse movimento nos oportunizou o diálogo direto com lideranças indígenas de diferentes etnias, dentre elas, o cacique Merong, do povo Kamakã Mongoió. Em sua fala, na roda de conversa mediada por nós, Merong afirmou: “os povos indígenas não precisam de dinheiro, pois não comemos dinheiro, os povos precisam de terra, porque comemos o que vem da terra”. Tal problematização perpassou as aulas subsequentes, por apresentar uma concepção outra sobre os modos de viver em contraponto ao modelo moderno/colonial-capitalista.

Na segunda unidade, as/os estudantes se responsabilizaram por pesquisar e apresentar discussões, sendo parte ativa no processo de ensino-aprendizagem, a partir dos temas: saúde, conflitos socioambientais e educação. Nesse ponto, uma das aulas aconteceu em um espaço da universidade construído por e para estudantes indígenas de diferentes etnias. Já na terceira unidade, discutimos os movimentos de resistência e (re)existência históricos dos povos ante o projeto de extermínio da modernidade/colonialidade, apresentando narrativas outras em relação às imagens que a historiografia colonial produziu desses povos. A esse respeito, marcou-nos a pontuação de uma estudante que relatou sentir-se angustiada com a condição nefasta provocada pela colonização e suas repercussões ainda atuais, compartilhando a dificuldade de visualizar alternativas. Nessa ocasião, foi importante o apontamento da compreensão de Paulo Freire (2000, p. 119) de que “falando de como está sendo a realidade, *denunciando-a, anuncia* um mundo melhor”.

A experiência de construção dialógica da disciplina com as/os estudantes foi significativa para a formação coletiva, como sinalizado pelas avaliações delas/es próprias/os no encerramento da disciplina. Como simbolização desse processo, ao final, propomos a escrita colaborativa de nossos afetos e (des)aprendizados por meio de desenhos, pinturas, colagens e bordados em um tecido longo. Com esse texto buscamos ampliar o convite para tecermos de forma colaborativa, e em diálogo com os povos, o reflorestamento do currículo da Psicologia, rumo à transformação das realidades desiguais e ao bem viver.

Com a finalização da disciplina, provocadas/os pela necessidade de continuidade e ampliação desse compromisso ético-político junto aos povos indígenas e quilombolas, nos movimentamos para a organização de um evento aberto e presencial, sendo esse um outro modo de demarcar o espaço da universidade. Essa nova etapa é narrada na próxima seção.

Pela vida dos povos e pela demarcação dos seus territórios: ecoando o compromisso ético-político da psicologia

O primeiro seminário Reflorestar a Psicologia junto aos povos indígenas e quilombolas: pela vida dos povos e pela demarcação dos seus territórios! ocorreu no segundo semestre de 2022, na UFMG, com a participação de 80 pessoas. Foram realizadas duas rodas de conversa intituladas: Confluência dos saberes dos povos indígenas e quilombolas e transformações das práticas e Psicologia, território e as lutas dos povos indígenas e quilombolas. Destaca-se que as/os palestrantes, em sua maioria, eram intelectuais indígenas e quilombolas, várias/os das/os quais parceiras/os nas ações anteriores, como a psicóloga quilombola Adriana Moreira e Iterniza Pereira, além de novas convidadas, como a intelectual quilombola Mona Lima. Ao longo do seminário, contamos com a participação de monitores/as da graduação em Psicologia e produzimos uma intervenção artística a partir dos trabalhos realizados na primeira unidade da disciplina Psicologia, povos indígenas e quilombolas.

A partir do que foi dialogado no seminário, elaboramos, coletivamente, uma carta reiterando o nosso posicionamento em prol de uma psicologia antirracista e despatologizante, marcada por reflorestamentos feitos a partir das lutas e dos movimentos construídos com os povos indígenas e quilombolas. Realizamos, assim, alguns encaminhamentos reunidos em quatro eixos: (a) lutar junto aos povos indígenas, quilombolas e povos tradicionais contra as violações de direitos e violências estruturais; (b) garantir o acesso e a permanência de povos indígenas, quilombolas e povos tradicionais nas universidades públicas (na UFMG a Coletiva Urucum e Girassol tem se comprometido a reivindicar vagas suplementares aos estudantes indígenas na graduação em Psicologia); (c) pluralizar e coletivizar o cuidado entre psicólogas, povos indígenas, quilombolas e povos tradicionais; (d) garantir o acesso de povos indígenas, quilombolas e povos tradicionais às políticas públicas, bem como a ocupação de espaços decorrentes dessas políticas por profissionais indígenas, quilombolas e tradicionais.

Por meio dessa carta compromisso, convidamos o campo da Psicologia ao engajamento junto às lutas dos povos indígenas, quilombolas e povos tradicionais. Destacamos, assim, a importância de uma formação antirracista, de uma psicologia comprometida com o diálogo entre os saberes sem hierarquização. Nos posicionamos também contra o racismo institucional e reiteramos a importância da efetivação de políticas públicas criadas a partir da perspectiva dos povos. Através dos encaminhamentos, também construímos ações junto a coletivos e entidades, como o Centro Acadêmico de Psicologia da UFMG e o Movimento de Estudantes Indígenas da Coletivo de Estudantes Indígenas da UFMG – COLEI/UFMG.

A articulação da Psicologia com povos indígenas e quilombolas coloca-se como um espaço de resistência ao processo que o mestre e intelectual Nego Bispo (2015) caracteriza como “guerra das denominações”. Desde 1500, a história do Brasil, apesar dos enfrentamentos dos povos indígenas e quilombolas, foi atravessada pelo epistemicídio e pelo etnogenocídio que perpetua uma história única contada pela perspectiva dos colonizadores.

A esse respeito, a pesquisadora e psicóloga Geni Núñez (2022, p. 51) aponta que os efeitos da invasão colonial se manifestam também na universidade, estando a Psicologia inserida nesse processo histórico. Os currículos, as práticas e os saberes produzidos pela academia, muitas vezes, são orientados por perspectivas europeias, que se colocam “no lugar de privilégio de definir, categorizar e legitimar ou não identidades de grupos minorizados”, não dialogando com as epistemologias das populações indígenas e quilombolas. Assim, perpetuam-se determinados modos de subjetivação que atualizam as marcas da colonialidade. Nesse sentido, “é fundamental que o princípio da autonomia seja respeitado na construção de uma Psicologia crítica que recuse esse lugar de quem tutela o outro” (Núñez, 2022, p. 51).

Desse modo, a construção de alianças entre a psicologia e os povos indígenas e quilombolas mostra-se como um caminho para interrogar as matrizes formadoras dos cursos de psicologia, bem como para compreender e elaborar instrumentos para enfrentar as violentas denominações produzidas pela invasão colonial.

Considerações finais

Em meio a encontros, leituras, feiras, benzimentos e escutas comprometidas ética e politicamente, nos mobilizamos junto aos povos indígenas e quilombolas em três experiências formativas no campo da Psicologia Social: grupo de estudos, disciplina e seminário. Nesses es-

paços formativos, defendemos que assumir um compromisso ao lado desses povos representa, sobretudo, o posicionamento das/dos psicólogas/os contra o compulsório e violento processo de degradação e expropriação dos territórios e das tentativas de apagamento e negação dos saberes tradicionais. Para isso, buscamos priorizar referências originárias, em suas produções acadêmicas e presenças físicas, ocupando, assim, o território da universidade de modo a construir redes de apoio para reverberar ensinamentos e denúncias às omissões do Estado em produzir ações reparadoras. Além disso, nos mobilizamos pela cidade, tecendo caminhos de combate às colonialidades.

Diante de tais compartilhamentos, destacamos a importância de escutar e sentir para além daquilo que é explicitado pelo idioma colonial no qual somos inseridos: há linguagens outras para produzir compreensão no diálogo quando a palavra falta, no sentido semântico e traduzível, no encontro com as línguas dos povos originários; exemplos disso foram as expressões artísticas e palavras das lideranças. Assim, apostamos em assumir, na formação e na prática, as lacunas de não saber e de aprender com a parcialidade de cada sujeito, com a coletividade e com o território, em detrimento de se tomar como especialista e encerrar-se no saber-fazer hegemônico.

Com os movimentos dos povos indígenas e quilombolas, temos aprendido que os territórios-corpos, territórios-línguas, territórios-espaço sociocultural são caminhos para a construção de esperanças, democracias e bem-viver. Nesse sentido, demarcamos a necessidade do diálogo permanente com os povos para mobilizar transformações coletivas. Essas transformações são cruciais, se considerarmos a política de genocídio que indígenas e quilombolas vivenciam no Brasil, a qual é evidenciada, por exemplo, pelo Projeto de Lei nº 490/2007, que busca instituir um marco temporal para a demarcação dos territórios indígenas, a partir do qual “o colonizador viraria dono da terra, enquanto o indígena seria visto como invasor” (Mawé, 2023), ou pelo despejo das comunidades quilombolas de Alcântara, no Maranhão. Portanto, os convites aqui apresentados ao campo da Psicologia Social reafirmam a importância da tessitura de alianças de luta e produção de conhecimentos contracoloniais — urgentes para a construção de uma Psicologia engajada com os movimentos de resistência de povos indígenas e quilombolas.

Referências

- Articulação Dos Povos Indígenas Do Brasil - APIB** (2021). Manifesto “*Nossa luta ainda é pela vida*”. Autor. <https://apiboficial.org/2021/03/13/manifesto-nossa-luta-ainda-e-pela-vida/>.
- Castro, Ricardo D., Dutra, Juliana C. O., Borges, Larissa A., Ferreira, Fernando L., & Mayorga, Claudia** (2020). Psicologia social do racismo: uma experiência de resistência feminista decolonial. In E. Oliveira, M. R. Mesquita, & T. Souza (Orgs). *Feminismos, psicologia e resistências contemporâneas* (pp. 16-42). EDUFAL.
- Conselho Federal de Psicologia - CFP** (2019). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) para a atuação de psicólogas(os) com povos tradicionais*. Autor.
- Conselho Federal de Psicologia - CFP** (2022). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) junto aos povos indígenas*. Autor.
- Freire, Paulo** (2000). *Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos*. Editora UNESP.
- Gonzaga, Paula Rita Bacellar** (2019). Sobre úteros que sangram e mulheres inteiras: uma aposta que a Psicologia pode – e deve – ser feminista, antirracista e decolonial. In Paula Rita Gonzaga, Leticia Gonçalves, & Claudia Mayorga (Orgs), *Práticas acadêmicas e políticas sobre o aborto* (pp. 190-203). CRP04.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE** (2010). *Características Gerais dos Indígenas – Resultado do Universo: Censo Demográfico*. Autor.
- Lorde, Audre** (2019). As ferramentas do senhor nunca derrubarão a Casa Grande. In *Irmã Outsider: Ensaio e Conferências* (1ª ed., pp. 1-3). Autêntica.
- Mayorga, Claudia, Donato, Cássia R., Borges, Larissa Amorim, & Souza, Luciana M.** (2013). Psicologia social do racismo e a formação em psicologia. *Eureka: Asunción (Paraguay)*, 10(2), 254-270.
- Mawé, Samela Sataré** (2023). O marco temporal é inconstitucional, nosso território é ancestral. *Folha de São Paulo* (PerifaConnection). <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/perifaconnection/2023/05/o-marco-temporal-e-inconstitucional-nosso-territorio-e-ancestral.shtml>.
- Núñez, Geni** (2022). Efeitos do binarismo colonial na Psicologia: reflexões para uma psicologia anticolonial. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicologia brasileira na luta antirracista* (pp. 49-52). CFP. https://crpsc.org.br/public/images/boletins/crp-sc_plural-agosto%20Geni.pdf.
- Pereira, Raquel de Souza** (2021). “*Nós temos uma luta lá que vai dizer até onde Morrinhos vai viver*”: O processo de resistência do quilombo de Morrinhos frente ao avanço da monocultura de eucalipto [Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG].
- Santos, Antônio Bispo** (2015). *Colonização, Quilombos: modos e significados*. INCTI.
- Valente, Polyana Aparecida, Schall, Brunah, Moreira, Agda. Marina F, Souza, Sanete Esteves, Silva, Maria Aparecida Nunes, Silva, Maria Aparecida Machado, & Oliveira, Roberta Gondim** (2021). Narrativas sobre a Covid-19 na vida de mulheres quilombolas do Vale do Jequitinhonha: estratégias contracolonizadoras de luta e (re)existência. In G. C. Matta, S. Rego, E. Souto, & J. Segata (Eds.), *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia* (pp. 171-180). Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ. <https://doi.org/10.7476/9786557080320.0014>
- Xukuru, Edinaldo** (2022). Saúde indígena e saberes tradicionais: interfaces de um cuidado em saúde mental num território indígena de Pernambuco. In *Articulação Brasileira dos(as) indígenas psicólogos(as) – ABISPI* (Orgs.). *Pintando a psicologia de jenipapo e urucum: narrativas de indígenas psicólogos(as) do Brasil* (pp. 145-179). Casa Leiria. (Série Saberes Tradicionais)

AMANDA BARBOSA VEIGA DOS SANTOS

<https://orcid.org/0000-0002-0785-6202>

Mestra em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: amandabveiga@yahoo.com.br

ÁQUILA BRUNO MIRANDA

<https://orcid.org/0000-0001-9106-5907>

Mestra em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: aquilabruno@ymail.com

CAMILLA GABRIELLE GOMES VIEIRA

orcid: <https://orcid.org/0009-0007-4945-0255>

Mestra em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: allimac.gomes@gmail.com

JULIA COSTA DE OLIVEIRA

<https://orcid.org/0000-0003-3899-1092>

Mestra em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: co.julia@hotmail.com

LUCAS LUIS DE FARIA

<https://orcid.org/0000-0001-5836-0496>

Mestre em Processos Psicossociais pela Universidade Federal da Grande Dourados.

E-mail: lucasluisf@outlook.com

SUÉLLEN SOARES ALTRÃO

<https://orcid.org/0000-0003-2242-5870>

Mestra em Processos Psicossociais pela Universidade Federal da Grande Dourados.

E-mail: suellenaltrao@gmail.com

CLAUDIA MAYORGA

<https://orcid.org/0000-0003-1728-0726>

Doutora em Psicologia Social pela Universidade Complutense de Madri.

E-mail: mayorga.claudia@gmail.com

Histórico	<p>Submissão: 31/08/2023 Revisão: 10/09/2024 Aceite: 18/09/2024</p>
Contribuição dos autores	<p>Conceitualização: ABVS; ABM; CGGV; JCO; LLF; SSA; CM Escrita original: ABVS; ABM; CGGV; JCO; LLF; SSA; Escrita- Revisão e Edição: CM</p>
Financiamento	<p>Amanda Barbosa Veiga dos Santos, Bolsa de mestrado CAPES-88887.658260/2021-00. Áquila Bruno Miranda, Bolsa de doutorado CAPES 88887.653962/2021-00. Camilla Gabrielle Gomes, bolsa de mestrado CAPES - 88887.910339/2023-00. Julia Costa de Oliveira, Bolsa de doutorado CAPES - processo 88887.703107/2022-00. Lucas Luis de Faria, Bolsa de doutorado CAPES - 88887.712822/2022-00. Suéllen Soares Alirão, Bolsa de doutorado CAPES - processo 88887.654373/2021-00.</p>
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	Não se aplica

RESPONSABILIZAÇÃO E CULPABILIZAÇÃO: ATRIBUIÇÕES, POSICIONAMENTOS E JOGOS DE PODER DURANTE MELHORAMENTO DE ASSENTAMENTO PRECÁRIO

*RESPONSABILIZACIÓN Y CULPABILIZACIÓN: ATRIBUCIONES,
POSICIONES Y JUEGOS DE PODER DURANTE
MEJORAMIENTO DE ASENTAMIENTO PRECARIO*

*ACCOUNTABILITY AND BLAMING: ATTRIBUTIONS, POSITIONS,
AND POWER PLAYS DURING A SLUM IMPROVEMENT*

Mário Martins¹, Sandra Assis², Fernanda Lima-Silva³,
Mary Jane Spink⁴ e Gustavo Massola³

¹ Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, Brasil

² Universidade Paulista, São Paulo/SP, Brasil

³ Universidade de São Paulo, São Paulo/SP/São Paulo, Brasil

⁴ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil

Resumo: O objetivo do presente artigo foi analisar processos de responsabilização e culpabilização entre pessoas com diferentes filiações institucionais e comunitárias envolvidas no melhoramento urbano de um assentamento precário cuja implementação enfrentou atrasos e problemas variados. As notas de campo foram os recursos utilizados para registro das interações, e a análise de cunho qualitativo, indutivo e discursivo enfocou as atribuições, posicionamentos e jogos de poder identificados. Os resultados mostram o uso de diferentes estratégias de evitação e atribuição de responsabilidade e culpa no processo e sua relação com o exercício do poder e os posicionamentos de autoridades governamentais, pessoal da área técnica, conselheiros e moradores(as) do local. Conclui-se que o estudo complexifica o entendimento das atribuições de culpa e responsabilidade em uma perspectiva discursiva.

Palavras-chave: Responsabilidade; Culpa; Reforma urbana; Jogos de poder; Discurso.

Resumen: El objetivo de este artículo fue analizar procesos de responsabilización y culpabilización entre personas con diferentes afiliaciones institucionales y comunitarias involucradas en el mejoramiento urbano de un asentamiento precario, cuya implementación enfrentó retrasos y diversos problemas. Las notas de campo fueron utilizadas para registrar las interacciones, y el análisis de tipo cualitativo, inductivo y discursivo se centró en las atribuciones, posiciones y dinámicas de poder. Los resultados muestran el uso de diferentes estrategias para evitar e atribuir responsabilidad y culpa en el proceso y su relación con el ejercicio del poder y las posiciones de las autoridades gubernamentales, equipo técnico, asesores y residentes. Se concluye que el estudio agrega complejidad al entendimiento de las atribuciones de culpa y responsabilidad en una perspectiva discursiva.

Palabras clave: Responsabilidad; Culpa; Reforma urbana; Juegos de poder; Discurso.

Abstract: This article aimed to analyze the processes of accountability and blaming among individuals with different institutional and community affiliations involved in the urban improvement of a precarious settlement, whose implementation faced delays and various issues. Field notes were the resources used to record interactions, and the qualitative, inductive, and discursive analysis focused on the attributions, positionings, and power dynamics identified. The results show the use of different strategies for avoiding or attributing blame and responsibility in the process and their relation to the exercise of power and positionings of government authorities, technicians, advisors, and residents. It is concluded that the study adds complexity to the understanding of blame and responsibility attributions from a discursive perspective.

Keywords: Accountability; Blame; Urban reform; Power dynamics; Discourse.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar processos de responsabilização e culpabilização entre pessoas envolvidas no projeto de melhoramento urbano de um assentamento precário. Compreende-se responsabilização como a indicação de que um sujeito ou uma instituição tem a obrigação de cumprir uma função ou atividade específica, assumir as consequências de atos relacionados e tomar medidas para corrigir ou lidar com os danos decorrentes desses atos (Fontes, 1999). Por sua vez, a culpabilização é o ato de indicar uma conduta negligente, imprudente ou imperita que viola um dever e causa danos (Bandeira, 2008). Logo, para as finalidades deste artigo, compreende-se responsabilização como o ato de indicar obrigações a si ou a terceiros, enquanto culpabilização refere-se ao ato de indicar a má conduta de si ou de terceiros.

A meta é analisar esses processos a partir de três elementos: atribuições, posicionamentos e jogos de poder. Com relação às atribuições, compreende-se que responsabilizar e culpabilizar são processos atributivos: na emergência de um problema as pessoas tendem a atribuir responsabilidade e/ou culpa umas às outras por sua ocorrência. Logo, as formas pelas quais as pessoas explicam casualmente uma relação entre um problema e aqueles(as) passíveis de responder por ele se tornam objeto de interesse para um estudo psicossocial (Deschamps, 1997).

Todavia, os estudos sobre atribuições fundamentam-se, tradicionalmente, em perspectivas cognitivas sobre processamento racional ou quase racional de informações e seus efeitos, relegando à linguagem a mera função de expressar tais processos (Antaki, 1988). Em contrapartida, este artigo compõe uma linha de trabalho que visa repensar essa concepção a partir da reformulação do conceito de linguagem que o sustenta; saindo da ideia de linguagem como veículo para a de linguagem como ação. Dessa forma, aborda atribuições de modo alternativo, a partir de referencial teórico discursivo, com vistas a ampliar possibilidades analíticas da área e redefinir o que se pode dizer sobre elas: podem ser compreendidas, por exemplo, como *práticas discursivas* (Spink e Frezza, 2013; Martins & Spink, 2020).

De acordo com essa abordagem, as atribuições são vistas como produtos do uso da linguagem e da interação social. Diversos autores destacam a importância de examinar as práticas discursivas e as construções retóricas para compreender como as atribuições operam e impactam a vida cotidiana (Edwards & Potter, 1993; Martins & Spink, 2020; Murphy, 2018; Snejdjer & Te Molder, 2005). Para alcançar esse objetivo, torna-se necessário estudar os posicionamentos das pessoas envolvidas no processo atributivo.

Os posicionamentos referem-se ao modo como as enunciações sobre direitos e deveres estão associadas às posições sociais ocupadas por diferentes indivíduos. Isso porque o desenvolvimento de uma determinada narrativa é mutuamente determinado pelos atos de fala que as pessoas produzem, o que, por sua vez, é influenciado pelas posições que se supõe que elas ocupem em um determinado episódio (Harré, Moghaddam, Cairnie, Rothbart, & Sabat, 2009).

Logo, parte-se do entendimento de que atribuir responsabilidade e culpa implica posicionar-se e posicionar o outro a partir do uso da linguagem, com objetivos que variam desde moldar a opinião pública ou reforçar estruturas de autoridade existentes, até desviar a atenção do próprio interlocutor (Hansson, 2015). Por esse motivo, tanto processos de atribuição como posicionamentos estão intimamente relacionados ao exercício do poder.

Nesse ensejo, estudos antropológicos clássicos destacam a influência das dinâmicas de poder na atribuição de responsabilidade e culpa. Certas pessoas ou grupos são mais propensos a serem culpabilizados por erros ou falhas. Essas atribuições podem ser utilizadas como meca-

nismos de consolidação e reforço do poder, pois pessoas marginalizadas ou estigmatizadas podem se tornar alvos fáceis desse processo, resultando em um aprofundamento de sua marginalização. Isso pode gerar um ciclo vicioso, no qual grupos marginalizados são frequentemente culpabilizados por problemas que estão além de seu controle, enquanto aqueles(as) em posição de autoridade continuam a manter sua dominação. Ao culpar um grupo ou pessoa impopular por eventos indesejados, aqueles(as) que estão em posição de autoridade podem evitar críticas e consequências que poderiam recair sobre si (Douglas, 1994).

Essas estratégias de evitação da atribuição de responsabilidade e culpa por meio da culpabilização de outros(as) foi foco do estudo de Sten Hansson (2015), no qual o autor analisa as práticas discursivas adotadas por ocupantes de altos cargos na esfera governamental, em circunstâncias nas quais estão correndo o risco de serem culpabilizados ou responsabilizados. Segundo ele, tais profissionais fazem uso de estratégias discursivas para moldar uma representação positiva de si e de suas ações, colocando em segundo plano funções que estão sob sua responsabilidade, tanto em seus textos como em seus discursos, transferindo culpas e responsabilidades a outras pessoas ou fazendo com que quaisquer críticas pareçam menos direcionadas a si. Essa estratégia só é necessária porque as relações não são estanques: fatores como a responsabilidade funcional da gestão, por exemplo, influenciam a atribuição de culpa em uma hierarquia organizacional, deslocando-a para cima (Piatak, Mohr, & Leland, 2022).

Considerando o que foi exposto, a pergunta que orienta esta pesquisa pode ser formulada da seguinte maneira: como se processam a responsabilização e a culpabilização entre as pessoas envolvidas em uma reforma para o melhoramento urbano de um assentamento precário, considerando as atribuições, os posicionamentos e os jogos de poder?

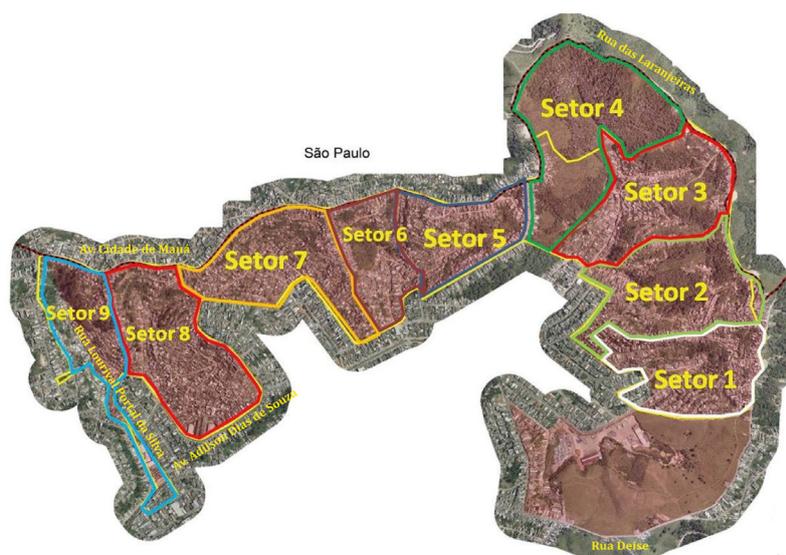
Método e materiais

Caracterização da área de estudo

Esta pesquisa foi desenvolvida entre os anos de 2017 e 2021, no município de Mauá, região metropolitana de São Paulo. O município enfrenta déficits significativos de moradia: 109 assentamentos precários com aproximadamente 28.000 casas nesses territórios, o que corresponde a 22% do total de moradias da cidade. Devido à criticidade da situação, esses espaços têm recebido investimentos financeiros substanciais para o melhoramento urbano, especialmente no Chafick-Macuco, a maior favela da cidade. As intervenções de melhoramento urbano nesse território estão inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e configuram o maior projeto de melhoramento urbano de toda região (Petrarolli, Boari, & Carvalho, 2019).

Esse projeto de melhoramento tem como objetivo lidar com situações de risco, questões ambientais e fornecer infraestrutura básica e regularização fundiária sustentável. No entanto, devido às limitações de recursos, apenas os Setores 1 e 2 (Figura 1) passarão por esse aprimoramento (Petrarolli & Boari, 2018).

Para acomodar o projeto, está planejada a realocação de 507 famílias que vivem na área, sendo 118 atendidas com unidades habitacionais construídas dentro do próprio território de intervenção, enquanto as outras 389 famílias receberão apartamentos em um outro território (Prefeitura do Município de Mauá, 2015).

Figura 1. Chafick-Macuco em setores

Fonte: Prefeitura do Município de Mauá (2015)

A elaboração do projeto para intervenção na área teve início em 2011 e foi finalizada no ano de 2013, com solicitação ao Ministério das Cidades. Após aprovação da primeira fase do projeto, a previsão para a liberação do repasse financeiro e início das obras foi estipulada para o ano de 2014. Todavia, o prazo previsto não foi concretizado: a liberação do repasse ocorreu apenas no ano de 2017 e a autorização para o início das obras ocorreu apenas no ano de 2020.

Apesar do progresso no planejamento e na licitação, a intervenção no Chafick-Macuco tem enfrentado atrasos devido a problemas políticos (prisão, *impeachment* e cancelamento do *impeachment* do então prefeito da cidade, conflitos com o vice-prefeito), gestão federal e local (extinção do ministério das cidades à época e dificuldades na recepção do financiamento), além de dificuldades gerais na implementação de políticas habitacionais (disputa pela permanência ou transferência habitacional e falta de confiança entre população e governo). Todas essas situações acabam gerando atribuições de responsabilidade e culpa entre envolvidos(as). Foi nesse contexto que a análise apresentada neste artigo foi desenvolvida.

Procedimentos éticos da pesquisa

Originalmente, o procedimento metodológico a ser adotado nesta pesquisa seria o registro em áudio de entrevistas com várias pessoas envolvidas no projeto de melhoramento urbano: suas ideias, questões, medos, reclamações e, sobretudo, a quem atribuíam responsabilidade pelo andamento do projeto ou culpa pelos vários problemas suscitados por esse empreendimento. No entanto, não demorou muito para que a pesquisadora descobrisse que esse era um tema extremamente sensível na comunidade e no próprio serviço público. Os(as) interlocutores(as) com os(as) quais conversou expressaram preocupação em assinar os documentos de consentimento livre e esclarecido e ainda mais de ter suas vozes gravadas. Mesmo após diversas explicações sobre os procedimentos éticos de anonimização e de cuidado com os dados produzidos, eles(as) temiam que os documentos vazassem e que, de alguma maneira, fossem alvo de retaliação por parte das autoridades que gerenciam o projeto. Afinal, seriam suas assinaturas, suas vozes.

A saída ética e metodológica encontrada em diálogo com os(as) interlocutores(as) foi a de que a pesquisadora registrasse, em diários de campo, os tópicos das conversas, as posições dos(as) interlocutores(as), devidamente anonimizadas, em relação ao projeto e informações contextuais. O registro sempre era comunicado aos(às) interlocutores(as) e esses diários não poderiam conter informações que eles(as) não permitissem. Assim, os tópicos das conversas foram especificados, os nomes dos(as) interlocutores(as) foram substituídos por letras aleatórias e suas posições foram generalizadas ao máximo para que fosse possível garantir-lhes segurança, sem descaracterizar os objetivos da pesquisa.

É importante salientar que a pesquisadora possui amplo conhecimento sobre o território, em virtude de ser moradora da região há mais de vinte anos e de ter atuado como psicóloga social na região, entre 2014 e 2015, e de ter sido coordenadora da Proteção à Saúde e Vigilâncias do município, entre 2017 e 2020. Além disso, produziu ainda outros vínculos com moradoras e moradores da região que frequentaram a padaria da sua família durante um período que trabalhou no local no ano de 2019. As reflexões produzidas em seus diários de campo foram discutidas com pares que assinam esta pesquisa e que validaram as reflexões ou sugeriram interpretações alternativas que foram incorporadas.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - CEP-PUC/SP, campus Monte Alegre, número do parecer 3.943.041, CAAE 18756519.6.0000.5482.

Instrumentos

As notas de campo foram utilizadas pela pesquisadora para compor seus diários de campo. Herança da antropologia, os diários de campo adquiriram diversos formatos e objetivos na pesquisa psicológica (Costa & Coimbra, 2008). Para esta pesquisa, a organização das notas de campo visou documentar as vivências da pesquisadora junto aos(às) interlocutores(as). Essas notas foram estruturadas em três eixos: a posição das pessoas envolvidas (se são moradores(as), da área técnica da prefeitura, autoridades municipais ou conselheiros), o tópico discutido com a pesquisadora e informações contextuais.

Procedimentos de produção e análise das informações

A pesquisadora participou de audiências, realizou visitas a moradores(as), fez visitas técnicas no território, agendou reuniões na Secretaria Municipal de Habitação e conversou com interlocutores(as) nos corredores das instituições e vielas do bairro. As notas decorrentes dessas interações compuseram o material de pesquisa.

Os procedimentos analíticos foram de cunho indutivo e pautados no princípio de que atribuir/evitar responsabilidade ou culpa são práticas discursivas (Spink & Frezza, 2013). Nas notas, buscou-se de forma indutiva uma variabilidade nos processos de atribuição de responsabilidade e culpa e, em seguida, os padrões existentes dentro dessa variabilidade (Potter & Wetherell, 1987). Por fim, essas práticas, sua relação com a posição dos(as) interlocutores(as), seus posicionamentos e as relações de poder em que se envolviam foram interpretados com base nos objetivos da pesquisa e da literatura estudada.

Interlocutores(as)

Os registros contemplaram encontros com 13 interlocutores(as) que abordaram, direta ou indiretamente, questões de responsabilização e culpabilização relacionadas ao projeto. Tais interlocutores(as) distribuem-se da seguinte forma, de acordo com sua posição em relação ao projeto: duas autoridades governamentais, cinco servidores públicos em função técnica na área de habitação, dois conselheiros civis da área de habitação — todos os conselheiros eram homens à época — e quatro moradores(as) da área. Todos(as) eram maiores de 18 anos e permitiram que a pesquisadora realizasse o registro em notas de campo. São apresentados neste artigo todos os trechos dos diários de campo nos quais foi possível identificar, de forma evidente, a responsabilização ou a culpabilização dos agentes.

Resultados e discussões

As atribuições das autoridades governamentais

A pesquisadora participou de uma reunião do Conselho de Habitação da cidade, convocada por moradores(as), na qual estiveram presentes várias pessoas interessadas na discussão sobre o atraso do projeto de melhoramento urbano. Nessa reunião, a presidente do Conselho fala ao público.

F., que é presidente do Conselho, falou sobre as dificuldades da Secretaria de Habitação, com toda a demanda de ocupações irregulares no município. Mencionou a falta de dinheiro, a falta de programa adequado para arrecadar impostos ou para gerar despejos/expropriações, o número insuficiente de pessoal técnico para toda a demanda municipal, bem como a ineficiência de muitos desses servidores. A essa altura, a presidente pediu desculpas pelo termo que usaria, mas, segundo ela, não poderia usar outro para representar o comportamento de alguns profissionais: “*alguns técnicos sentam no próprio rabo*”. (Diário de Campo. Reunião do Conselho, 10 de agosto de 2019)

F. atribui as dificuldades enfrentadas pela Secretaria de Habitação a vários fatores estruturais. Ela posiciona essas limitações como impedimentos além do controle da função que ocupa. Dessa maneira, evita ser responsabilizada por essas questões e, conseqüentemente, culpabilizada: ao mencionar a falta de recursos, sejam financeiros ou humanos, ela desvia a responsabilidade da Secretaria, que é responsável pela gestão desses recursos, para as entidades diretamente acima dela. Esse recurso discursivo transfere a responsabilidade da função e da organização que representa para outras instâncias, evitando, assim, a possibilidade de ser enquadrada por essa questão.

Em seguida, F. se desculpa pelos termos que vai utilizar, reconhecendo que sua escolha de palavras pode ser percebida de forma negativa. Dessa forma, mostra uma tentativa de se aproximar de uma linguagem mais coloquial e próxima dos(as) moradores(as) presentes na reunião, mas mantendo um senso de profissionalismo e respeito ao discutir o comportamento de alguns técnicos(as) de “sentar no próprio rabo”, um ditado popular que se refere à estagnação. Ao fazer isso, F. culpa diretamente tais profissionais, relacionando tal ineficiência à demora e aos atrasos no projeto. Uma informação importante para a discussão, e que não foi abordada, é a de que, apesar das dificuldades inerentes à gestão de pessoas no setor público, quem gerencia tais profissionais são autoridades que ocupam cargo de gestão, como o que ela ocupa.

Em um momento seguinte, ela mantém essa linha narrativa ao comentar que “*durante as fiscalizações, ouviu de moradores(as) sobre a corrupção de alguns(mas) técnicos(as) da gestão pública e a ingerência política de membros do legislativo*” (Diário de Campo. Reunião do Conselho. 10 de agosto de 2019). Nesse trecho, F., que é do executivo, chama a atenção para casos de corrupção entre profissionais da área técnica da gestão pública e ingerência política de parlamentares do legislativo. Ao destacar essas questões, ela novamente evita ser responsabilizada, engajando-se na culpabilização de profissionais e figuras políticas que, segundo os(as) moradores(as), seriam corruptas. A razão pela qual afirma-se que F. está atribuindo culpa para evitar ser culpabilizada é que ela mesma indica que há indícios de crimes cometidos por seus(as) subordinados(as) e se exime de posicionar-se como alguém que pode colaborar para solucionar tal problemática. Ao mesmo tempo, ao informar que ouviu de moradores(as) da comunidade essas ameaças, busca se eximir de responsabilidade por prestar queixas: não é uma constatação dela, mas de outras pessoas.

Uma estratégia mais complexa é assumir parcialmente uma responsabilidade e potencial culpabilização resultantes de seu descumprimento para evitar um processo de atribuição. Essa estratégia é vista em outra reunião, desta vez um seminário sobre regularização fundiária, em que P., autoridade governamental municipal, apresenta as razões pelas quais essa política não avança no Brasil e, conseqüentemente, no município.

Após as falas iniciais, P. questiona as razões pelas quais a regularização fundiária não avança no país. Ele aponta a questão técnica, como apoio logístico, e a falta de conhecimento sobre o assunto, nesse caso, por parte dos governantes, como entraves a esse processo, e aponta como ações possíveis para solucionar tal lacuna: a articulação entre setor público e privado, o investimento em políticas de subsídios e a aplicação adequada de recursos. (Diário de Campo, Seminário sobre regularização fundiária. 20 de abril de 2018)

P. identifica questões técnicas, como suporte logístico e a falta de conhecimento das autoridades do governo sobre o assunto, como obstáculos à regularização fundiária, e sugere possíveis ações para abordar essa lacuna. Embora propositivo, P. relaciona o lento progresso da regularização fundiária à falta de expertise técnica e conhecimento entre autoridades governamentais: um tipo de *mea culpa* no nível institucional.

O *mea culpa* pode ser usado como uma estratégia para evitar um tipo de culpabilização: se assume uma responsabilidade e se reconhecem eventuais erros, como uma forma de evitar exposição por outros, controlando o enquadre da situação. Nesse caso, institucionalmente, P. antecipa críticas aos governantes, evitando, assim, que essas críticas sejam publicamente feitas por outras pessoas (Palmer, Simmons, & Kervenael, 2010). P. também generaliza o processo, evitando falar especificamente do caso do Chafick-Macuco, dando a entender que o problema é sistêmico e não pode ser resumido ao nível local.

Seja atribuindo responsabilidade ou culpa, seja assumindo-as de um modo controlado, ambas autoridades governamentais vinculadas a esse projeto são apresentadas nas notas de campo como preocupadas em evitar atribuições externas diretas de responsabilidade e culpa a suas respectivas funções. Esse tipo de atitude é comum entre autoridades públicas em situação de risco político (Hansson, 2015). É importante recordar que o período no qual a pesquisa foi desenvolvida era de ampla tensão política pois havia o movimento de *impeachment* do prefeito da época.

Nesta pesquisa, o *mea culpa* é um recurso presente apenas no discurso das autoridades governamentais. Mesmo quem mantém algum tipo de relação direta com as autoridades go-

vernamentais vinculadas ao projeto, como o pessoal da área técnica e os conselheiros, precisam fazer uso de outras formas de atribuição.

As atribuições do pessoal da área técnica e conselheiros civis

A pesquisadora relata o encontro com pessoas da área técnica. Um deles, M., começa a falar sobre o que ele acredita ser a razão pela qual as pessoas vivem em áreas de risco no Chafick-Macuco. “M. comenta que muitos(as) moradores(as) não saem das áreas de risco porque não têm para onde ir, nenhum lugar para viver. No entanto, ele também reconhece que algumas pessoas estão lá porque querem” (Diário de campo. Reunião com os técnicos M., B. e D. 20 de agosto de 2018).

Os verbos são unidades importantes na construção do discurso. Nesse caso, ao usar o verbo “reconhecer”, a pesquisadora enquadra o discurso de M. de uma maneira em que ele teve que admitir que, embora entenda que algumas pessoas ficam porque não têm para onde ir, outras ficam porque querem. Ao reconhecer que algumas pessoas estão lá por escolha, M. implicaria que elas têm alguma responsabilidade por sua situação. Todavia, essa leitura fica atravessada pela escolha verbal da pesquisadora. Afinal, os técnicos responsabilizam ou culpabilizam os(as) moradores(as)?

B. e D. disseram que muitos(as) moradores(as) estão vendendo os apartamentos que conquistaram e voltando para a área de risco em que moravam, e que esse retorno possibilita questionar as verdadeiras condições financeiras e as necessidades habitacionais de algumas dessas pessoas. (Diário de campo. Reunião com pessoal da área técnica M., B. e D., 20 de agosto de 2018)

A declaração apresenta moradores(as) que estão vendendo seus apartamentos e retornando a áreas de risco. Considerando que é de responsabilidade do morador(a) zelar pelo direito habitacional que lhe foi garantido, a narrativa de B. e D. questiona as condições financeiras e as necessidades habitacionais dessas pessoas, sugerindo indiretamente que possam não precisar genuinamente de assistência ou não ter razões válidas para fazer tais escolhas. Esses técnicos não mencionam a responsabilidade em relação à fiscalização das áreas desocupadas, ocultando as obrigações de seus cargos, atribuindo responsabilidade e culpa aos(às) moradores(as) que vendem suas casas, retornam às áreas de risco e, em sua concepção, atrasam o projeto. Desse modo, esses técnicos desviam o foco de fatores externos, como opções insuficientes de habitação acessível ou sistemas de apoio inadequados.

O problema se torna mais complexo quando as pessoas que responsabilizam diretamente moradores(as) vivem nessas comunidades. Um dos conselheiros, que mora na comunidade, usa argumentos nos quais responsabiliza a população por sua situação informal.

Outro aspecto que me impactou nessa reunião foram os discursos dos conselheiros, incluindo aqueles feitos por representantes da comunidade. Todas as discussões sobre habitação baseavam-se em culpar moradores(as). Um deles (A.) disse que o problema das invasões na cidade reside na falta de ‘humanidade’ das pessoas e também na falta de cultura e educação em nossa sociedade. Eu me senti em uma reunião de trabalho no poder executivo da gestão pública. (Diário de campo. Conversa com A., 10 de fevereiro de 2019)

Uma característica interessante dessa atribuição é que esses conselheiros, ao invés de defender os(as) moradores(as), escolheram replicar as práticas discursivas que o pessoal da área

técnica utilizou, na narrativa anterior. Pode parecer contraditório (e é), mas também indica que eles entendem que sua posição como conselheiros está acima de sua posição como moradores. Esses conselheiros, que legitimam A., ocupam uma posição de poder e autoridade dentro da comunidade e do governo, e podem sentir a necessidade de se alinhar com personagens de maior status, as quais tendem a culpabilizar moradores(as) pela situação. Além disso, ao replicar as práticas de culpabilizar do pessoal da área técnica, tais conselheiros podem acreditar que estão cumprindo seu papel como representantes, se alinhando com estruturas de poder estabelecidas. O problema que se apresenta é: se conselheiros são representantes, estão representando quem?

Uma posição diferente é apresentada por outro conselheiro. Este já morou na área e agora trabalha na Secretaria de Habitação do município. No entanto, ele não adere à posição do pessoal da área técnica e nem do conselheiro que o precedeu: ele questiona as autoridades a quem serve e coloca-se como representante dos(as) moradores(as).

J. diz: Eu moro aqui há muito tempo, vi o bairro crescer e se expandir, especialmente as áreas de risco, a miséria e a degradação na área do Chafick. Ele continua: o tempo passou e a prefeitura não fez nada. Então me perguntei: não há um tratamento melhor para moradores(as)? Será que todos(as) estarão condenados à mesma coisa? Então fui em busca de respostas. Eu quero que todos(as) tenham um lugar digno para morar, assim como meus filhos têm. (Diário de campo, Conversa com J., 8 de abril de 2019)

Esse discurso pode ser visto como uma forma de atribuição de culpa, já que J. aponta as deficiências ou falhas da prefeitura em lidar com essas questões. O uso de frases como “a prefeitura não fez nada” indica negligência e uma forma de responsabilização direcionada às autoridades, por não tomarem as medidas adequadas. Ele não pensa, necessariamente, em retirar as pessoas de lá: ele acredita que a melhor maneira é dar-lhes um tratamento melhor onde estão.

Vale a pena indicar que, assim como J., nem sempre o pessoal da área técnica responsabiliza ou culpabiliza moradores(as) pela situação de irregularidade em que se encontram. Nesse ponto, há uma contradição: posições questionadoras que tornam mais complexas as problemáticas sobre a regularização fundiária no local. Um exemplo disso é a conversa que a pesquisadora teve com os(as) técnicos(as) E. e H. nos corredores da prefeitura.

Em seguida, começamos a discutir as possíveis razões para a paralisação do projeto. O cenário político foi o principal argumento, tanto no âmbito municipal quanto no federal. Segundo eles(as), a dissolução do Ministério das Cidades pode ter sido um fator importante que dificultou a comunicação entre o município e o Governo Federal. Outro fator é a instabilidade política municipal. A disputa política entre o prefeito e o vice-prefeito no município paralisou muitas ações. (Diário de campo. Conversa com E. e H. 8 de abril de 2019)

Durante a conversa, a pesquisadora, E. e H. discutiram os possíveis motivos para a estagnação do projeto. E. e H. sugerem que a dissolução do Ministério das Cidades e a instabilidade política dentro do município, especificamente o conflito entre o prefeito e o vice-prefeito, dificultaram a comunicação e paralisaram muitas ações. Diferentemente de colegas, visualizaram causas acima da esfera local, complexificando as práticas de atribuição de responsabilidade e culpa: há instâncias que estão acima dos jogos de poder local e que influenciam diretamente esses jogos. Nesse caso, atribuir responsabilidade e culpa são atos restritivos.

Essas posições divergentes de J., E. e H. expressam heterogeneidade onde pareceria existir uma posição hegemônica. Isso é fundamental, no sentido de abrir espaço para a contestação e o questionamento no contexto de grupos e comunidades. É justamente a diversidade de posições, ideias e, neste acaso, atribuições, que possibilita que haja uma construção democrática da participação desses grupos nos jogos de poder públicos. A diversidade, as contradições internas e as discordâncias são a base de construção de um mundo comum (Wiesenfeld, 1996). Todavia, é importante destacar que, nesses jogos de poder, os conselheiros são influenciados pela percepção de sua representatividade, seja via proximidade aos cargos de poder, seja pelo reconhecimento de sua função pública, de modo que essa compreensão se torna determinante para suas atribuições de responsabilidade e/ou culpa.

Até o momento, deu-se ênfase a posicionamentos de pessoas com cargos públicos ou participação em conselhos de políticas públicas. A próxima seção apresenta narrativas de moradores(as) diretamente afetados pelo projeto.

As atribuições de moradores(as)

Nesta seção, são apresentadas quatro narrativas de moradores(as) que nos ajudam a entender a relação entre o conhecimento sobre o projeto e as possibilidades de responsabilizar ou culpabilizar. A primeira delas é de C., uma moradora que não teve sua casa incluída no plano de remoção, mesmo estando perto de uma área de risco. A moradora expressa abertamente sua insatisfação:

C. é residente de Chafick-Macuco há 23 anos e sua casa está localizada perto de uma área de risco, em um lugar de difícil acesso. Embora sua casa não esteja em uma área de risco, C. diz que as paredes de sua casa estão todas rachadas, uma parede já caiu e ninguém da Prefeitura fez nada. Além disso, o local onde sua casa está situada é um caos de sujeira e lama, e ela tem medo que tudo desabe, pois a porta do seu banheiro, por exemplo, já desabou. Ela teme que sua casa se deteriore após uma tempestade. (Diário de campo. Conversa com C., 10 de fevereiro de 2018)

C. atribui a responsabilidade à Prefeitura ao afirmar que ninguém de lá fez nada para resolver os problemas de sua casa. Ela sugere que a Prefeitura deveria ter tomado medidas para consertar as paredes rachadas, a parede caída e o estado caótico da área circundante. C. recorre à responsabilização e culpa diretamente a Prefeitura pelos estragos em sua casa e arredores. A responsabilização permite que ela aponte aqueles(as) cujas decisões provocaram danos em sua vida e culpe-os(as) pela conduta negligente.

C. não é a única a reclamar de figuras de autoridade. I., uma moradora que teve sua casa incluída no plano de remoção, também culpa as autoridades.

Durante uma conversa com I., na padaria, ela me contou que mora na região há uns 24 anos e que sabia desse projeto de urbanização há muito tempo. Ela diz que atualmente o projeto está parado por causa da prisão do prefeito, pois o povo dizia que ele foi preso porque roubou o dinheiro do projeto. (Diário de campo, Conversa com I. na padaria. 13/05/2019)

I. sugere, por meio do termo “o povo”, que as pessoas, indefinidas, atribuíam a culpa ao prefeito por, supostamente, desviar os fundos do projeto de melhoramento urbano e que sua prisão é a causa

do atraso no projeto. Ao incorporar o ponto de vista coletivo “o povo”, I. atribui a culpa ao prefeito, como resposta à opinião pública ou consenso. Isso permite que ela distribua a autoria daquela afirmação entre um grupo maior (o povo) em vez de assumir sozinha o fardo da culpabilização, ao mesmo tempo em que encontra, na má conduta do prefeito, uma justificativa para o atraso na obra.

C. e I. fazem uma contestação e uma reivindicação direcionadas aos representantes de altos cargos, seja de maneira institucional (Prefeitura) ou pessoal (prefeito). Essa é uma forma de enfrentamento à hierarquia estabelecida no projeto: é uma relação de poder anti-hierárquica.

Todavia, nos casos de C. e I., as práticas de responsabilização e culpabilização são possíveis em virtude do conhecimento que lhes foi transmitido sobre o projeto. Afinal, para que seja possível responsabilizar ou culpabilizar alguém, moradores(as) precisam estar cientes do projeto. Há casos, como o de G., em que não é possível atribuir culpa ou responsabilidade frente ao desconhecimento.

G. relata que não sabe de nenhum projeto de melhoria, mas que ele tem um projeto próprio para melhorar a região. G. mora em uma casa em que houve a remoção do antigo morador, entretanto o imóvel não foi demolido, tendo sido, então, reocupado. G. diz que seu pai está considerando vendê-la para tentar conseguir algum dinheiro. (Diário de campo. Conversa com G., 11 de julho de 2019)

O desconhecimento de G. chama atenção para uma lacuna informacional relevante. Afinal, em um projeto desse porte, com tantas implicações, como é possível não saber sequer que o projeto vai acontecer?

A questão, de certa forma, pode ser explicada pela narrativa que segue. Nela, O., que é liderança comunitária na região, mostra como atribuir responsabilidade ou culpa pode ser muito mais difícil do que se imagina, pois não é só a falta de conhecimento sobre o projeto que dificulta esses processos.

Para O., falta confiança da população no poder público. Segundo ele, a população não acredita que o projeto irá acontecer. Por exemplo: quando o pessoal da área técnica fala para os(as) moradores(as) não mexerem em suas casas porque serão removidos(as), eles e elas perguntam quando isso acontecerá e a prefeitura não sabe dizer. Os(as) moradores(as) também perguntam para onde vão, e a prefeitura também não sabe dizer. Perguntam se vão pagar a bolsa aluguel, mas também não sabem. Então, falta confiança, falta diálogo, falta envolvimento da população com o projeto, e com isso o poder público perde credibilidade. Nós sabemos que é difícil esse contato da prefeitura com os(as) moradores(as), porque são quase 30 mil pessoas, é quase uma cidade e a prefeitura não tem pernas para isso e nem estrutura. Mas se tivesse credibilidade seria mais fácil. (Diário de Campo. Conversa com O. 08 de abril de 2020)

Nesse trecho, O. faz uma análise muito rica dos diálogos da prefeitura com a comunidade e afirma que não há confiança na implementação do projeto por falta de clareza da prefeitura com relação aos próprios processos do projeto. Ele inicia constatando que a população não confia no poder público e justifica isso ao destacar situações em que os representantes técnicos não conseguem fornecer informações específicas sobre o projeto, como o prazo de realocação, os arranjos habitacionais alternativos ou a compensação de aluguel. Sem essas informações, a população fica sem norte. Essa lacuna informacional, associada ao atraso no projeto, leva à descrença de que será executado e ele deixa de ser uma questão. Sem circular pela comunidade,

pessoas como G. ficam sem saber sobre ele. Logo, não se trata simplesmente de responsabilizar ou culpabilizar, mas de mostrar uma intrincada rede de relações nas quais as demandas de moradores(as) e as possibilidades do poder público nem sempre se equalizam.

A fala de O. é importante porque complexifica a questão das atribuições de culpa e responsabilidade. Ao mesmo tempo em que aponta para o fato de que a prefeitura não consegue manter um diálogo constante com moradores(as), responder às suas dúvidas e preocupações de forma satisfatória, e incluí-los no processo decisório, a fim de construir confiança e fortalecer a relação entre as partes envolvidas, ele também salienta as restrições que a prefeitura possui para alcançar esse objetivo, deslocando o que poderia ser uma atribuição de culpa (pela imperícia dos técnicos) ou responsabilidade (a obrigação de envolver moradores(as) no processo) em uma discussão que ultrapassa essa seara.

Conclusões

A pesquisa identificou diversas atribuições de responsabilidade e culpa discutidas a partir da perspectiva discursiva, com enfoque nos posicionamentos e jogos de poder entre interlocutores(as). Uma síntese pode ser consultada na Figura 2.

Figura 2 - Análise das atribuições de responsabilidade e culpa e das influências dos jogos de poder e posicionamentos de acordo com interlocutor, posição e tópico abordado

Interlocutor(a)	Posição	Tópico	Atribuições de culpa e responsabilidade	Influências dos jogos de poder e posicionamentos
F.	Autoridade municipal	Pessoas vivendo em áreas irregulares	Fatores estruturais	Redirecionamento, hierarquia, enquadramento e controle
			Pessoal da área técnica	
			Autoridades municipais	
P.	Autoridade municipal	Atrasos	Fatores estruturais	Análise macroestrutural e <i>mea culpa</i>
M.	Área técnica	Pessoas vivendo em áreas irregulares	Moradores(as)	Hierarquia
B. e D.	Área técnica	Moradores(as) vendendo moradia social	Moradores(as)	Hierarquia
A.	Conselheiro, morador da comunidade	Pessoas vivendo em áreas irregulares	Moradores(as)	Percepção da representatividade, hierarquia
J.	Conselheiro ex-morador da comunidade	Pessoas vivendo em áreas irregulares	Autoridades municipais	Percepção da representatividade, enfrentamento à hierarquia
E. e H.	Área técnica	Atraso	Fatores estruturais	Análise macroestrutural
			Autoridades municipais	
C..	Moradora não incluída no projeto de remoção	Danos em sua casa e arredores	Autoridades municipais	Reivindicação, enfrentamento à hierarquia
I.	Moradora incluída no projeto de remoção	Atraso	Autoridades municipais	Enfrentamento à hierarquia
G.	Morador incluído no projeto de remoção	Atraso	Sem atribuição	Desconhecimento do projeto
O.	Liderança comunitária	Atraso	Fatores locais e macroestruturais	Análise macroestrutural

Fonte: Elaboração própria

No decorrer deste estudo, ficam evidentes as tentativas das autoridades governamentais de evitarem a responsabilização e a culpabilização por meio da atribuição de responsabilidade e culpa a outras pessoas ou mesmo antecipando essas atribuições e enquadrando-as conforme seus próprios critérios. Apresentou-se, ainda, uma estratégia verticalizada, utilizada pelo pessoal da área técnica e por conselheiros, para atribuir culpa à população, ao mesmo tempo em que contrapontos, dentro desses mesmos grupos, lançavam luz sobre a percepção da representatividade para o exercício dessas atribuições. Por fim, o estudo possibilitou mostrar que moradores(as) podem, por um lado, responsabilizar e culpabilizar as autoridades públicas de maneira direta, apontando para negligências ou erros de conduta, ou ignorar o projeto e, assim, alienar-se do processo; por outro lado, podem considerar a complexidade da implementação do melhoramento urbano, o que implica corresponsabilização.

Nesse sentido, as relações de poder entre os diferentes atores entrevistados revelam-se dinâmicas e complexas, impulsionadas por sua compreensão do tipo de problema, por suas posições e possibilidades de posicionamento. Elementos como a hierarquia e a autoridade institucional, a percepção de representatividade política e institucional, a necessidade de controle do processo atributivo, as condições para análise macroestrutural e o acesso a informações e conhecimento sobre o projeto desempenham papéis cruciais na forma como as atribuições de culpa e responsabilidade são praticadas discursivamente.

Considerando esse aspecto, a abordagem discursiva adotada para compreender os processos atributivos mostrou-se rica, ao propiciar compreender as relações entre as posições e posicionamentos das pessoas e as relações de poder em jogo. Compreende-se que abordagens mais relacionais de estudo da responsabilidade (Biagi & Rasera, 2018) podem ser úteis em análises futuras, de modo a aprofundar as nuances identificadas em algumas das falas, nas quais as atribuições se apresentam de modo interconectado a fatores externos e complexos.

Referências

- Antaki, Charles** (1988). Explanation, communication and social cognition. In *Analyzing everyday explanation: A casebook of methods* (pp. 1-14). Sage.
- Bandeira, Paula Greco** (2008). A evolução do conceito de culpa e o artigo 944 do Código Civil. *Revista da EMERJ*, 11(42), 227-249. https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista42/Revista42_227.pdf
- Biagi, Berenice Araújo Dantas & Rasera, Emerson Fernando** (2018). A construção da responsabilidade relacional em terapia familiar. *Pensando famílias*, 22(1), 3-17. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2018000100002&lng=pt&tlng=pt
- Costa, Eduardo A. de Pontes & Coimbra, Cecília Maria Bouças** (2008). Nem criadores, nem criaturas: éramos todos devires na produção de diferentes saberes. *Psicologia & Sociedade*, 20(1), 125-133. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000100014>
- Deschamps, Jean-Claude** (1997). Attribution or Explanations in Everyday Life. *European Journal of Work and Organizational Psychology*, 6(1), 7-24. <https://doi.org/10.1080/135943297399268>
- Douglas, Mary** (1994). *Risk and blame: Essays in cultural theory*. Routledge.
- Edwards, Derek & Potter, Jonathan** (1993). Language and causation: A discursive action model of description and attribution. *Psychological Review*, 100(1), 23-41. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.100.1.23>
- Fontes, André** (1999). Os fatores de atribuição na responsabilidade por danos. *Revista da EMERJ*, 2(5), 207-215. https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista05/revista05_207.pdf
- Harré, Rom, Moghaddam, Fathali, Cairnie, Tracey, Rothbart, Daniel, & Sabat, Steven** (2009). Recent Advances in Positioning Theory. *Theory & Psychology*, 19(1), 5-31. <https://doi.org/10.1177/0959354308101417>
- Hansson, Sten** (2015). Discursive strategies of blame avoidance in government: A framework for analysis. *Discourse & Society*, 26(3), 297-322. <https://doi.org/10.1177/0957926514564736>
- Martins, M. H. M. & Spink, M. J. P.** (2020). Discourse Analysis of the Attributions of Causality and Responsibility for the Occurrence of Leptospirosis. *Paidéia*, 30, e3027. <https://doi.org/10.1590/1982-4327e3027>
- Murphy, James** (2018). *The discursive construction of blame: the language of public inquiries*. Palgrave Macmillan.
- Palmer, Mark, Simmons, Geoff, & Kervenael, Ronan** (2010). Brilliant mistake! Essays on incidents of management mistakes and mea culpa. *International Journal of Retail & Distribution Management*, 38(4), 234-257. <https://doi.org/10.1108/09590551011032072>
- Petrarolli, Juliana Gomes & Boari, Fernando Dimiranda** (2018). Metodologia para implementação de melhorias habitacionais no âmbito do PAC: o caso do assentamento precário Chafick, em Mauá [Apresentação de trabalho]. In *Anais do III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas – UrbFavelas*, Salvador, Brazil. <http://lepur.com.br/wp-content/uploads/2018/12/METODOLOGIA-PARA-IMPLEMENTA%C3%87%C3%83O-DE-MELHORIAS-HABITACIONAIS-NO-AMBITO-DO-PAC.pdf>
- Petrarolli, Juliana Gomes, Boari, Fernando Dimiranda, & Carvalho, Fábio** (2019). Projeto Chafick. In Lara Ferreira, Paula Oliveira, & Victor Iacovini (Orgs.), *Dimensões do Intervir em Favelas: desafios e perspectivas* (pp. 173-176). Peabiru TCA / Coletivo LabLaje.
- Piatak, Jaclyn, Mohr, Zachary, & Leland, Suzanne** (2022). Blame dynamics across the organizational hierarchy and sectors: how a staffing shortage and ownership shape blame for nursing homes in crisis. *International Public Management Journal. Advance online publication*, 27(1), 1-20. <https://doi.org/10.1080/10967494.2022.2064022>

Potter, Jonathan & Wetherell, Margaret (1987). *Discourse and social psychology: beyond attitudes and behaviour*. Sage Publications.

Prefeitura do Município de Mauá (2015). *Plano de trabalho - PT Chafick-Macuco - R2*. Autor.

Sneidjer, Petra & Te Molder, Hedwig (2005). Moral logic and logical morality: Attributions of responsibility and blame in online discourse on veganism. *Discourse & Society*, 16(5), 675-696. <https://doi.org/10.1177/0957926505054941>

Spink, M. J. & Frezza, R. M. (2013). Práticas discursivas e produção de sentidos. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 1-22). Cortez.

Wiesenfeld, Esther (1996). The concept of “we”: A community social psychology myth?. *Journal of Community Psychology*, 24, 337-346. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1520-6629\(199610\)24:4<337::AID-JCOP4>3.0.CO;2-R](https://doi.org/10.1002/(SICI)1520-6629(199610)24:4<337::AID-JCOP4>3.0.CO;2-R)

MÁRIO MARTINS

<https://orcid.org/0000-0002-1370-300X>

Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP.

E-mail: mario.martins@ufscar.br

SANDRA ASSIS

<https://orcid.org/0000-0002-1290-6542>

Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP

E-mail: sandralassis@hotmail.com

FERNANDA LIMA-SILVA

<https://orcid.org/0000-0003-4838-7075>

Doutorado, Fundação Getulio Vargas, São Paulo/SP.

E-mail: emaildefernandalima@gmail.com

MARY JANE SPINK

<https://orcid.org/0000-0003-1672-505X>

Doutorado, London School of Economics and Political Science, London/UK.

E-mail: mjpspink@gmail.com

GUSTAVO MASSOLA

<https://orcid.org/0000-0002-1601-9211>

Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP.

E-mail: gustavomassola@usp.br

Histórico	<p>Submissão: 29/09/2023 Revisão: 24/09/2024 Aceite: 25/09/2024</p>
Contribuição dos autores	<p>Conceitualização: MHMM, SLA Curadoria de dados: SLA, MHMM Análise de dados: MHMM, SLA Redação do manuscrito original: MHMM, SLA, FLS, MJPS, GMM Redação, revisão e edição: MHMM, SLA, FLS, MJPS, GMM</p>
Financiamento	<p>O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/Processo nº88887.149687/2017-00), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/Processo Nº 305471/2021-0 – Bolsa de Produtividade Senior) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processos nº 2018-00728-8 e 2023/15029-6.</p>
Consentimento de uso de imagem	<p>Não se aplica</p>
Aprovação, ética e consentimento	<p>O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - CEP-PUC/SP, campus Monte Alegre, número do parecer 3.943.041, CAAE 18756519.6.0000.5482.</p>

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO À COMUNIDADE SURDA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ESTÁGIO

*PSYCHOLOGICAL SUPPORT FOR THE DEAF COMMUNITY:
REPORT ON INTERNSHIP EXPERIENCE*

*ASISTENCIA PSICOLÓGICA A LA COMUNIDAD SORDA:
RELATO DE EXPERIENCIA DE PASANTÍA*

Aléxia Thamy Gomes de Oliveira¹, Laleska Caroline Freitas e Silva
Honorato¹ e Francisco Aldemir Silva Lima¹

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, Brasil

Resumo: Historicamente, a ciência psicológica negligenciou o seu papel na promoção de saúde mental de grupos considerados minoritários, utilizando sua produção de conhecimento como forma de produzir ainda mais segregação e preconceito. Com o decorrer do tempo, tem início uma maior preocupação com esses grupos que passam a fazer parte do público-alvo para os trabalhos produzidos a partir de uma concepção crítica de psicologia. O objetivo deste texto é apresentar um relato de experiência de estágio em uma Clínica-Escola, no curso de Psicologia de uma universidade privada, em que foram realizados atendimentos na modalidade de psicoterapia, por uma estudante surda, com dois pacientes surdos, sendo um atendimento realizado em Libras e outro realizado em Libras Tátil devido ao segundo paciente ser surdo-cego. Pretende-se, com esse texto, evidenciar a importância das Libras na formação em Psicologia e contribuir com a luta da comunidade surda pelo direito linguístico.

Palavras-chave: Libras, Libras Tátil, Psicoterapia em Libras, Comunidade Surda.

Resumen: Históricamente, la ciencia psicológica ha descuidado su papel en la promoción de la salud mental de grupos considerados minoritarios, utilizando la producción de conocimiento como una forma de producir aún más segregación y prejuicios. Con el tiempo, empezamos a notar una mayor preocupación por estos grupos, que pasan a formar parte del público objetivo de obras producidas bajo una concepción crítica de la psicología. El objetivo de este texto es presentar un relato de una experiencia de pasantía en una Clínica Escolar, en la carrera de psicología de una universidad privada, en la que se realizaron sesiones de psicoterapia por una estudiante sorda con dos pacientes sordos, siendo un servicio realizado en Libras y el otro en Libras táctil, debido a que el segundo paciente era sordociego. Este texto pretende resaltar la importancia de Libras en la formación de Psicología y contribuir a la lucha de la comunidad sorda por los derechos lingüísticos

Palabras clave: Libras, Libras táctil, Psicoterapia en Libras, Comunidad Sorda.

Abstract: Historically, psychological science has neglected its role in promoting mental health for groups considered minorities, using the production of knowledge as a way to further segregate and prejudice. Over time, greater concern for these groups has begun to be perceived, as they have become part of the target audience for work produced under a critical conception of psychology. The aim of this text is to present an experience report of an internship at a Teaching Clinic, in the psychology course at a private university, where psychotherapy sessions were carried out by a deaf student with two deaf patients, one session being conducted in Libras and the other in Tactile Libras, because the second patient is deaf-blind. The aim of this text is to highlight the importance of Libras in Psychology training and to contribute to the deaf community's fight for linguistic rights.

Keywords: Libras, Tactile Libras, Psychotherapy in Libras, Deaf Community

Introdução

A ciência psicológica contribuiu historicamente para processos segregadores e excludentes de diversos grupos que não faziam parte daquilo que era considerado normalidade. Contudo, após 60 anos de regulamentação desta área de conhecimento no Brasil, percebe-se uma ciência psicológica crítica e comprometida eticamente com os diversos grupos que compõem a sociedade. Os padrões de “normalidade” impostos socialmente contribuíram para a formação do que Lorena Fernandes, Anita Schlesener e Carlos Mosquera (2011) chamaram de quatro paradigmas: exclusão, segregação, integração e inclusão.

O modelo médico, discutido por Débora Diniz (2007), é representado pelo paradigma da integração e coloca a deficiência como unicamente biológica, o que coloca a pessoa com deficiência em um lugar de adaptação e reabilitação. Já o modelo social faz uma relação entre os fatores biológicos e os fatores culturais, discutindo a deficiência a partir de um olhar para a exclusão social e a negação de direitos, compreendendo esta como um fenômeno que surge da relação entre um corpo lesionado e um contexto insensível à diversidade, gerando, conseqüentemente, a segregação de indivíduos que habitam estes corpos lesionados (Diniz, 2007).

Nesse ínterim, quando nos referimos especificamente à comunidade surda, para Carlos Skliar (2008); Strobel (2008); Martins e Klein (2012), esse “padrão de normalidade” imposto socialmente é chamado de Ouvintismo, um padrão de normalidade que considera a surdez um desvio, sendo considerado normal o sujeito ouvinte e colocando o Surdo¹ em um lugar de inferioridade (Calado et al., 2021)

Além do modelo social da surdez, há outro modelo oposto ao modelo médico que enfatiza o caráter cultural e que trouxe o conceito de Cultura Surda, a saber, o modelo antropológico, o qual propõe para a surdez uma perspectiva multiculturalista e que apresenta a ideia de que o Surdo convive em uma situação de biculturalidade e bilinguismo com a comunidade surda e com o povo brasileiro, no caso do Brasil (Ferreira et al., 2021).

Assim, discutir a relação entre saúde mental e cultura surda é necessário, pois além da indispensável reflexão crítica sobre a ciência psicológica, deve-se pensar ainda sobre as propostas curriculares dos cursos de graduação para a possibilidade de uma prática que preze pelo acesso à saúde e pela garantia dos direitos das pessoas com deficiência, e, para a discussão aqui apresentada, pelos direitos da comunidade surda. Refletir sobre os paradigmas biologizantes da sociedade é levar à reflexão também sobre a necessária mudança dos paradigmas da própria ciência psicológica – uma vez que esta área do saber, durante décadas, contribuiu para determinados preceitos excludentes e segregadores da ciência médica, o que contribuiu para práticas racistas e segregadoras (Calado et al., 2021) e que associava à surdez problemas emocionais, intelectuais, sociais e linguísticos, “desconsiderando as barreiras culturais e sociais que provocavam tais questões” (Bisol, Simioni, & Sperb, 2008). Além disso, esse processo também nos coloca em um lugar de reflexão acerca da própria formação em psicologia ao que se refere a garantia de direitos.

O profissional formado em psicologia tem um dever a ser cumprido no que tange o sigilo (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2005) profissional, uma vez que o atendimento deve ser realizado por meio das Libras e, em muitos casos, se faz necessário o acompanhamento do intérprete de Libras. Segundo a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), os estados-partes também devem observar essa regra relativa aos dados pessoais e relacionados à saúde e à reabilitação de pessoas com deficiência (Decreto nº 6949/2009).

Aqui surge o primeiro desafio para a formação em psicologia, pois, partindo do modelo social da deficiência e de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), é um dever assegurar o acesso da pessoa com deficiência, por meio da remoção de barreiras – nesse caso, prioritariamente comunicativas, a fim de garantir os direitos constitucionais dos indivíduos em suas especificidades (Lei nº 13.146/2015), considerando a saúde como um direito social (Constituição Brasileira, 1988) e saúde mental como um direito humano (Ferreira, Bezerra, & Alves, 2021). Contudo, a formação em psicologia, assim como em outras áreas da saúde, historicamente, não prevê o atendimento à pessoa surda, o que leva alguns (poucos) profissionais buscarem capacitação externa durante ou após o processo formativo.

Discussão

A clínica-escola funciona dentro de uma universidade particular na cidade do Natal/RN e possui diversos serviços disponíveis para a comunidade como: psicoterapia, plantão psicológico, avaliação psicológica, grupos terapêuticos e outros. Os casos que aqui serão relatados foram acompanhados por uma aluna surda do curso de psicologia em seu último ano de curso, no estágio profissionalizante. No ano de 2022 foram atendidos dois pacientes na clínica-escola de Psicologia, sendo uma paciente do sexo feminino, surda, 13 anos e com pouco domínio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o segundo paciente, Surdo-cego, 52 anos, e com pleno domínio da Libras.

Nos dois atendimentos, os pacientes chegaram ao serviço de psicologia por encaminhamento de instituição externa e este encaminhamento se deu por terem sido identificados sinais de possíveis processos de sofrimento relacionados à saúde mental.

Casos atendidos

Paciente 1 – Feminino - 13 anos (surda)

De acordo com o relato da acompanhante, a paciente (surda) apresentava comportamento de isolamento há pelo menos 3 anos. No ano de 2021, a paciente teve uma crise forte de depressão e ansiedade, crise esta que foi atribuída a problemas de socialização e a questões familiares. Além disso, a paciente afirma que sofreu assédio e sofria *bullying* na escola. A partir deste momento, a paciente começou a receber acompanhamento psiquiátrico e solicitou acompanhamento psicológico em Libras. Com essa paciente foram realizados 10 atendimentos e, apesar dos desafios devido à paciente ter pouco conhecimento das Libras, foi possível perceber grande evolução, assim como redução significativa dos sintomas relacionados à ansiedade.

Em famílias ouvintes de pessoas surdas, caso da primeira paciente, é comum que o desenvolvimento da autonomia do Surdo seja comprometido devido à sensação que as famílias possuem de que a pessoa surda não tem capacidade de se relacionar com o mundo de maneira autônoma. Nessas famílias existem processos de organização que podem ser impeditivos para a pessoa surda se relacionar com o mundo diretamente, sendo sempre representada por um parente ouvinte que irá se comunicar pela pessoa surda nos espaços sociais. Tais barreiras são representativas de uma sociedade excludente que, apesar dos avanços referentes à inclusão, ainda possui poucos espaços verdadeiramente inclusivos – como a presença de pessoas fluentes em Libras.

Quando a linguagem, ferramenta de mediação, socialização, apropriação da cultura e de construção do eu nos processos de internalização (Vygotsky, 1991), não é apreendida pelo sujeito em seu processo de desenvolvimento, pode ser gerado nesse sujeito determinamos compromettimentos, pois, “todas as funções psicológicas superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos” (Vygotsky, 1991, p. 41), através, principalmente, da mediação linguística. No caso das pessoas surdas, quando não há o aprendizado das Libras, a utilização signos e significados culturais, dentro de uma cultura oralizada, pode ocorrer um processo de incompreensão cultural, dos próprios sentimentos e emoções, assim como incompreensão a respeito do próprio processo de adocimento psicológico, pois, de acordo com Vania Calado et al. (2021), “quando a pessoa surda aprende a se comunicar através das Libras, seu processo de “desenvolvimento, ensino, aprendizagem e socialização ocorre de forma mais ampla e complexa” (p. 447).

No caso da paciente em questão, quem a levou ao atendimento psicológico foi sua mãe após percebê-la isolada em casa, passando dias no próprio quarto. Vale ressaltar que o atendimento ocorreu no período pós-pandemia da Covid-19, momento em que muitas pessoas surdas, por não terem familiares conhecedores das Libras e não poderem estar em espaços de socialização com outras pessoas surdas, vivenciaram um processo de ainda maior isolamento, para além do sentimento já relatado em Jan-Kåre Breivik (2005) como citado em Claudia Bisol & Tania Mara Sperb (2010). A mãe afirmou que a paciente não sabia explicar o que estava sentindo por meio dos gestos (forma que a mãe da paciente utilizava para se comunicar com a mesma), nem através de palavras escritas, já a paciente possuía pouco conhecimento das palavras em português.

Durante os atendimentos, para a compreensão da demanda trazida pela paciente, a estagiária se utilizou de recursos de imagens (cartões com *emojis* impressos representando as emoções Felicidade; Tristeza; Raiva; Medo) e no decorrer dos atendimentos a estagiária fazia perguntas, indicava os cartões com as imagens e pedia para a paciente explicar os momentos em que sentia a emoção do cartão escolhido. Na finalização dos atendimentos, a paciente passou a ter mais facilidade de se expressar por meio das Libras e informou se sentir feliz por ser aquele espaço (além da instituição em que estudava Libras) o local onde se sentia acolhida, o que corroboram Liliane Dizeu e Sueli Caporali (2005) ao discutir a importância das Libras para o processo de apropriação da cultura e para a construção da subjetividade do Surdo, além do desenvolvimento da autonomia, já que, no caso apresentado, a paciente passou a pedir para entrar sozinha para o atendimento psicológico e não mais com a sua mãe, como ocorreu nos primeiros atendimentos.

Paciente 2 – Masculino - 52 anos (Surdo-cego)

O segundo paciente (Surdo-cego) estava apresentando comportamento de isolamento em casa, sem socialização e com dificuldade para se comunicar por ser Surdo-Cego. Surdo desde o seu nascimento perdeu a visão ainda na infância. De acordo com ele, estudou em uma instituição para aprender Libras, mas por motivos que o paciente não soube explicar, foi retirado da instituição e matriculado em uma escola regular, sem intérprete, e lá era proibido de utilizar as Libras para se comunicar com os colegas. Para aprender a se comunicar pela Língua de sinais, o paciente relatou que se escondia nos horários de intervalo para praticar com seus colegas.

Apesar dos grandes avanços sociais que a comunidade surda conquistou ao longo dos anos no que tange às políticas públicas², ainda há muito o que conquistar ao que se refere à inclusão de fato.

Muitas famílias, por não compreenderem a importância das Libras para o processo de desenvolvimento, por falta de informação ou mesmo por preconceito em relação à surdez, optam por tratamentos de vocalização, insistindo em acompanhamentos com profissionais defensores do paradigma médico biologizante e impedindo a pessoa surda de se apropriar das Libras, uma língua de organização visual-espacial. Ferreira et al. (2021) discutem sobre tema chamando-o de “oralização coercitiva” e apresentam a seguinte reflexão:

Como a oralização coercitiva na maioria dos casos é considerada por membros da comunidade surda como uma forma de violência, aprender Libras em vez de exigir tal integração seria uma forma de realizar as “adaptações razoáveis” e a “universalização do acesso” que a LBI e o CFP preconizam (p. 552).

Vale ressaltar que não se pretende aqui gerar um posicionamento de completa oposição aos tratamentos médicos, mas sim fazer uma crítica a estes quando são vistos como única (e mais eficaz) forma de lidar com o fenômeno da surdez.

O modelo médico-clínico considera a surdez uma doença e centraliza-se na visão da reabilitação por meio de implantes cocleares, próteses e/ou aprendizagem da linguagem oral (Bisol & Sperb, 2010). Assim, são geradas famílias que, ao se depararem com o diagnóstico da surdez de suas crianças, se isolam e buscam diversos tratamentos que prometem a vocalização.

De acordo com Maria Aparecida Augusto & Miguel Chacon (2011):

Muitos pais ouvintes de crianças surdas demoram em optar se a educação do seu filho será pautada pela linguagem gestual ou pela modalidade oral, ou ainda se fará ou não implante coclear, talvez a decisão dos pais seja a primeira forma de controle afetivo e de proteção, pois quanto mais se posterga a escolha pelo melhor caminho a seguir, mais demorado é para a criança o processo de aprendizagem e de apreensão da linguagem (p. 1317).

A insistência nos tratamentos de vocalização, muitas vezes, representa também a negligência em relação ao aprendizado das Libras, o que, além de representar possíveis impactos para o desenvolvimento da pessoa surda, também representa a negação de um direito, o direito linguístico.

O paciente relatou se sentir isolado por não conviver com pessoas que conhecem as libras-tátil (além de sua noiva) e que vivencia conflitos com a família. De acordo com Luciane Oliveira e Eduardo Córdula (2017), a interação da pessoa surda com a família é fundamental na constituição social do sujeito e, no caso do paciente em questão, tal interação aparentemente não ocorria de maneira proveitosa e saudável, o que pode ter contribuído para seu processo de adoecimento.

Com este paciente foram realizados apenas dois atendimentos, pois, por questão de acessibilidade urbana, ele dependia de um acompanhante para ir ao serviço, e isso foi um impedimento para a sua assiduidade. Além disso, para o paciente e sua acompanhante chegarem ao serviço de psicologia, dependiam do serviço de transporte gratuito, que nem sempre está disponível, o que nos apresenta outros desafios já impostos socialmente para além daqueles apresentados no âmbito da psicologia e discutidos neste artigo.

Apesar dos poucos atendimentos psicológicos, o paciente relatou que se sentia muito grato por ter a possibilidade de ter acesso a um serviço de psicologia, possibilidade essa que o paciente acreditava que jamais teria devido a sua Surdo-cegueira.

Considerações finais

É essencial tratar desse tema para dar visibilidade sobre a importância do atendimento psicológico para pessoas surdas, possibilitando o acesso desta comunidade aos cuidados relativos à saúde mental. Para que esse acesso seja garantido, os profissionais de psicologia devem se utilizar de diversas ferramentas como: leitura labial, acompanhamento com intérprete de Libras (nos casos que sejam de grande necessidade, como naqueles em que a pessoa surda não compreenda português) ou utilizar a escrita, por exemplo. Essas são estratégias que podem contribuir para um melhor atendimento à comunidade surda. No caso de utilização do intérprete, percebe-se que ainda pode se fazer necessário, considerando o pequeno número de profissionais de psicologia que são fluentes em Libras, assim como a compreensão – ou não – do idioma português pelo usuário do serviço de saúde mental.

O meio de comunicação do Surdo, a Língua Brasileira de Sinais, tem um papel expressivo na vida deste público, além de ser um direito linguístico, pois ela fornece condições necessárias para construir relações culturais e interpessoais; contudo, o Decreto 5.626/2005, de 22 de dezembro de 2005, põe a disciplina de Libras como obrigatória apenas nos cursos de formação de professores (nível médio e superior) e no curso de fonoaudiologia, sendo excluído dessa obrigatoriedade o curso de psicologia e tantos outros. Ou seja, propiciar atendimento psicológico com a língua de sinais (principal instrumento para o desenvolvimento dos aspectos cognitivos do indivíduo Surdo e possibilitador de um atendimento acolhedor e compreensível), ainda é facultativo para os profissionais da área.

No Brasil, cerca de 5% da população é surda e, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), esse número representa aproximadamente 10 milhões de pessoas, dos quais 2,7 milhões não possuem audição alguma.

Desde 2002, por meio da Lei nº 10.436/2002, o país reconhece a Libras como a língua de estrutura própria para a comunicação e expressão da comunidade surda brasileira. A lei estabelece diretrizes importantes para a inclusão e acessibilidade das pessoas surdas no Brasil. Ela prevê que os sistemas públicos de saúde e educação devem apoiar o uso e difundir a língua Libras, assegurando o acesso adequado à comunicação e ao tratamento para os deficientes auditivos.

No entanto, apesar dessas legislações e reconhecimentos, ainda há um longo caminho a percorrer para que esses direitos sejam efetivamente garantidos. A inclusão de pessoas surdas nas esferas de saúde e educação requer ações eficazes, como a capacitação de profissionais para a comunicação em Libras, a disponibilidade de intérpretes qualificados e a adaptação de materiais educacionais e de comunicação. É essencial que o país continue a trabalhar no sentido de promover a igualdade de oportunidades e o acesso pleno aos serviços públicos para todas as pessoas, independentemente de sua condição auditiva.

Como discutem Calado et al. (2021)

Se a Libras não é ofertada como obrigatoriedade a todos os cursos, muitos profissionais não conseguem ter acesso a essa dimensão e não conseguem compreender a Cultura Surda, nem seu direito linguístico, conseqüentemente são formados profissionais de diversas áreas que não estão preparados para atender e trabalhar com pessoas surdas (p. 485).

Por fim, os psicólogos também precisam pensar sobre a inclusão em todos os campos na sociedade, precisam refletir sobre a necessidade e agir na garantia de direitos da comunidade surda em relação ao acesso às políticas públicas de saúde, se afastando de uma visão ingênu

diante de processos de exclusão e inclusão e reconhecendo as lutas sociais da comunidade surda, garantindo ao Surdo acesso ao atendimento psicológico para que gozem de seus direitos (Ferreira, Bezerra & Alves, 2021). Assim, o propósito deste artigo foi de evidenciar a importância do conhecimento a respeito da Cultura Surda e estimular alunos e profissionais da saúde e de outras áreas do conhecimento a se aproximarem dos temas relacionados à inclusão e a diversidade, assim como a respeito do direito linguístico.

Notas finais

1 Optamos pela escrita do termo Surdo com inicial maiúscula por concordarmos com as perspectivas teóricas que apresentam este enquanto sujeito político e ativo no mundo.

2 Constituição Federal (1988); Lei nº 7.853 (1989); Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); Declaração Mundial de Educação para Todos (1990); Declaração de Salamanca (1994); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); Decreto Nº 3.298 (1999); Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001); Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001 (2001); 2001 – Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001 (2001); 2002 – Resolução CNE/CP nº1/2002 (2002); Lei nº 10.436/02 (2002); Portaria nº 2.678/02 (2003); Cartilha – O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular (2004); Decreto nº 5.296/04 (2004); Decreto nº 5.626/05 (2005); Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006); Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (2007); Decreto nº 6.094/07 (2007); Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); Decreto nº 6.571 (2008); Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2009); Decreto nº 6.949 (2009); Resolução No. 4 CNE/CEB (2009); Plano Nacional de Educação (2011); Lei nº 12.764 (2012); Lei Brasileira de Inclusão (2015)

Referências

- Augusto, M. A. & Chacon M. C.** (2011). Diferentes enfoques das relações familiares: superproteção e abandono. In *Anais do VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial* (pp. 1316-1327), Londrina.
- Bisol, C. A., Simioni, J., & Sperb, T.** (2008). Contribuições da psicologia Brasileira para o estudo da surdez. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(3), 392-400. <https://doi.org/10.1590/s0102-79722008000300007>
- Bisol, C. & Sperb, T. M.** (2010). Discursos sobre a surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 07-13. <https://doi.org/10.1590/s0102-37722010000100002>
- Calado, V. A., Oliveira, A. T. G. d., Dias, B. d. S., Souza, E. L. F. d., Honorato, L. C. d. F. e. S., & Reges, L. L. G.** (2021). A psicologia escolar e a cultura surda: desafios e possibilidades diante da pandemia. In *Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?* (pp. 469-491). Pimenta Cultural. <https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2021.441.469-491>
- Constituição Federal** (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Governo Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009.** (2009). Promulga a Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência, e outras Providências. Presidência da República.
- Diniz, D.** (2007). *O que é deficiência*. Brasiliense.
- Dizeu, L. C. T. B. & Caporali, S. A.** (2005). A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. *Educação & Sociedade*, 26(91), 583-597. <https://doi.org/10.1590/s0101-73302005000200014>
- Fernandes, L. B., Schlesener, A., & Mosquera, C.** (2014). Breve Histórico da Deficiência e seus Paradigmas. *Revista InCantare*, 2(1), 132-144. <https://doi.org/10.33871/2317417x.2011.2.1.181>
- Ferreira, J. L., Bezerra, H. J. S., & Alves, E. O.** (2021). Atendimento psicológico à pessoa surda por meio da Libras no Brasil: Uma revisão de literatura. *Psicol. Clin.*, 33(3), 537-556. <https://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0033n03A08>
- Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015.** (2015). Lei Brasileira de Inclusão (LBI), tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Presidência da República.
- Martins, Fancielle C. & Klein, Madalena** (2012). Estudos da Contemporaneidade: sobre o audismo e o ouvintismo. In *Anais do IX ANPED SUL*, Caxias do Sul/RS. <https://silo.tips/download/estudos-dacontemporaneidade-sobre-ouvintismo-audismo>
- Oliveira, L. & Córdula, E. B.** (2017). A comunicação entre crianças surdas filhas de pais ouvintes. *Revista Educação Pública*. <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/3/a-comunicacao-entre-criancas-surdas-filhas-de-pais-ouvintes>
- Skliar, C.** (1998). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Mediação.
- Strobel, K. L.** (2008). *Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História* [Tese Doutorado em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC].
- Vygotsky, L. S.** (1991). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Martins Fontes.

ALÉXIA THAMY GOMES DE OLIVEIRA

<https://orcid.org/0000-0003-3185-2372>

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.

E-mail: thamy@ufrn.edu.br

LALESKA C. F. E SILVA HONORATO

<http://orcid.org/0009-0005-1405-2578>

Graduada em Psicologia pela Universidade Potiguar – UnP; Especialização em Terapia Cognitivo Comportamental. Docente do curso de Libras no Agora – UFRN e na Associação de Surdos de Natal – ASNAT.

E-mail: psi.laleskahonorato@gmail.com

FRANCISCO ALDEMIR SILVA LIMA

<https://orcid.org/0009-0006-0274-7476>

Graduado em Pedagogia pela Universidade Potiguar. Especialista em Libras e Braille pela Faculdade Metropolitana de São Paulo.

E-mail: aldemirlimalibras@gmail.com

Histórico	Submissão: 20/12/2023 Revisão: 07/10/2024 Aceite: 13/10/2024
Contribuição dos autores	Conceitualização: ATGO Curadoria de dados: LCFSH; FASL; Análise formal: ATGO; LCFSH; Escrita original: ATGO Escrita - revisão e edição: ATGO; FASL;
Financiamento	Não houve financiamento
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	Não se aplica

AUTOESTIGMA EM MÃES DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

*AUTOESTIGMA EN MADRES DE NIÑOS CON
TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA*

*SELF-STIGMA IN MOTHERS OF CHILDREN
WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER*

Claudete Veiga de Lima¹, Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira²,
Leni Porto Costa Siqueira¹, Rosane Lowenthal³ e
Cristiane Silvestre Paula²

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

² Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil

³ Santa Casa de São Paulo, São Paulo, Brasil

Resumo: A compreensão limitada do Transtorno do Espectro Autista (TEA) contribui com o desenvolvimento de atitudes estigmatizantes, dificultando o processo de inclusão social. Este estudo teve como objetivo identificar fatores associados ao autoestigma entre cuidadores de 176 alunos com TEA da rede pública de ensino de Niterói, RJ. Entre os 122 entrevistados que preencheram questionários de autoestigma (Escala de Autoestigma entre Cuidadores), os resultados revelaram uma prevalência elevada de autoestigma (63%). Constatou-se que essa autoestigmatização está estatisticamente ligada a questões de saúde mental, ao estresse decorrente dos desafios diários de cuidar de seus filhos e à redução da qualidade de vida, caracterizada pela dificuldade de conseguir assistência e apoio ante as necessidades de seu filho e diminuição do bem-estar. Recomenda-se a implementação de programas e intervenções que visem mitigar problemas de saúde mental e reduzir o estresse de cuidadores.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Mães; Estigma.

Resumen: La limitada comprensión del Trastorno del Espectro Autista (TEA) contribuye al desarrollo de actitudes estigmatizantes, dificultando el proceso de inclusión social. Este estudio tuvo como objetivo identificar factores asociados al autoestigma entre cuidadores de 176 estudiantes con TEA del sistema escolar público de Niterói, Rio de Janeiro. Entre los 122 encuestados que completaron cuestionarios de autoestigma (Escala de Autoestigma en Familiares de Personas con Enfermedad Mental), los resultados revelaron una alta prevalencia de autoestigma (63%). Se encontró que esta autoestigmatización está estadísticamente relacionada con problemas de salud mental, el estrés resultante de los desafíos diarios del cuidado de sus hijos y la reducción de la calidad de vida, caracterizada por dificultad en obtener asistencia y apoyo en respuesta a las necesidades de sus hijos, y reducción del bienestar. Se recomienda implementar programas e intervenciones que tengan como objetivo mitigar los problemas de salud mental y reducir el estrés en los cuidadores.

Palabras clave: Trastorno del Espectro Autista; Madres; Estigma.

Abstract: Limited understanding of Autism Spectrum Disorder (ASD) contributes to the development of stigmatizing attitudes, hindering the process of social inclusion. This study aimed to identify factors associated with self-stigma among caregivers of 176 students with ASD from the public school system of Niterói, Rio de Janeiro. Among the 122 respondents who completed self-stigma questionnaires (Affiliate Stigma Scale), the results revealed a high prevalence of self-stigma (63%). It was found that this self-stigmatization is statistically linked to mental health issues, stress resulting from the daily challenges of caring for their children, and reduced quality of life, characterized by difficulty in obtaining assistance and support for their child's needs and decreased well-being. It is recommended to implement programs and interventions that aim to mitigate mental health issues and reduce caregiver stress.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Mothers; Stigma.

Introdução

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado pelo comprometimento do desenvolvimento das habilidades de comunicação social e por padrões de comportamentos restritivos, repetitivos e estereotipados (Associação Americana de Psicologia, 2022). Indivíduos com TEA sofrem preconceito e estigma por parte da sociedade, que desconhece as particularidades do TEA (Montenegro et al., 2022), o que impacta negativamente na sua vida, assim como na vida de seus familiares (Kinnear, Link, Ballan, & Fischbach, 2016), o que pode, inclusive, favorecer o autoestigma nos cuidadores das pessoas com TEA (Chan, Yip, & Leung, 2022; Meulien & Baghdadli, 2024; Zheng, Long, & Choi 2024).

Erving Goffman (1988) definiu o conceito de estigma como uma situação em que um indivíduo é desqualificado socialmente com base em deformidades físicas, culpas de caráter ou estigmas tribais. A concepção do estigma refere-se a atitudes, estereótipos, preconceitos e discriminação (Corrigan, Roe, & Tsang, 2020), que são consequências de conceitos equivocados sobre determinadas características de um indivíduo, em relação ao grupo cultural dominante, e que são perpetuados a partir de estruturas sociais (Mitter, Ali, & Scior, 2019). Segundo Roy Grinker (2024), o estigma é cultural e aprendido. Podemos mudá-lo ao conhecer sua origem, fortalecer os estigmatizados e superar as barreiras que impedem o acesso adequado ao atendimento. A Psicologia Social tem tratado há décadas da temática do estigma (e auto-estigma), devido ao seu impacto negativo na sociedade (Major & O'Brien, 2005; Kaushik & Kostaki, 2016; Turnock, Langley, & Jones, 2022).

O estigma se manifesta de diversas formas, incluindo a estigmatização pública, uma reação social e psicológica baseada em representações sociais negativas sobre indivíduos que possuem certas características. Essas representações geram emoções e comportamentos negativos direcionados a grupos estigmatizados (Cobbinah, 2015). Do mesmo modo, o estigma estrutural ou institucional é constituído e alimentado por forças sociais ou políticas que atuam através de mensagens e ações de instituições que têm o poder de limitar as oportunidades dos grupos estigmatizados (Pryor & Reeder, 2011).

O autoestigma, por sua vez, ocorre quando o indivíduo internaliza o estigma que sofre, aceitando estereótipos negativos sobre si (Corrigan & Watson, 2002). Isso leva à baixa autoestima, resultando em culpa, angústia, raiva e autorreprovação (Lovell & Wetherell, 2018) o que pode gerar ou agravar problemas de saúde mental devido à autodepreciação e ao isolamento social (Grinker, 2024; Mitter, Ali, & Scior, 2019). O autoestigma é comum entre mães/principais cuidadores de indivíduos com TEA. Um estudo conduzido na Arábia Saudita revelou que 42% das mães enfrentam o autoestigma por terem um filho com TEA, em comparação com índices de 26% relatados por seus parceiros (Alshaiqi et al., 2020).

Finalmente, os familiares podem experimentar o estigma associado, que é a estigmatização social por estarem ligados a alguém estigmatizado (Deguchi, Asakura, & Omiya, 2021; Salleh, Abdullah, Yoong, Jayanath, & Husain, 2020). Esse tipo de estigma é especialmente direcionado aos pais/responsáveis que são culpabilizados e constrangidos pelos comportamentos ou déficits dos filhos (Ali et al., 2012), demonstrando que o estigma se estende às pessoas próximas.

Durante a pandemia da Covid-19, estudos revelaram que as mulheres/mães foram as mais afetadas pela situação de isolamento (Althiabi, 2021). Um estudo com 1.852 famílias do Brasil e de outros países da América Latina identificou que os indivíduos com TEA também sofreram um grande impacto, sendo que uma parcela substancial das crianças e jovens apresentaram regressão do seu desenvolvimento e aumento de irritabilidade, piora do sono, sintomas de

ansiedade, entre outros (Valdez et al., 2021). Essa piora na sintomatologia dos TEA, direta ou indiretamente, tende a gerar maior carga e estresse para os cuidadores, como demonstrado em estudos anteriores (Fallahchai & Fallahi, 2022; Hayes & Watson, 2013).

Estudo anterior da Rede REAL, conduzido com 2.500 mães/cuidadores de crianças/adolescentes com TEA de seis países de América Latina, identificou padrão de autoestigma decorrente de pressões sociais (Montenegro., 2020). Algumas das frases que refletem esse padrão de autoestigma foram: sentirem-se desamparadas por terem um (a) filho(a) com TEA (52%); que outras pessoas as discriminariam se soubessem que são mães de uma pessoa com TEA (35%); e que ter um filho com TEA trouxe um impacto negativo em suas vidas (20%). Apesar de o estudo contar com grande amostra, as mães/cuidadores tinham nível de escolaridade bem mais alto do que a média de seus países, isso ocorre pelo grupo ser composto por amostra de conveniência, sem o objetivo de representar a população-alvo. Além disso, o diagnóstico das crianças/adolescentes era autodeclarado, sem nenhuma comprovação. Assim, apesar de sua relevância, o estudo supracitado tem algumas limitações que devem ser endereçadas em novas pesquisas.

Dada a importância deste tema e a urgência por pesquisas que abordem lacunas identificadas em estudos anteriores, este estudo visa explorar os níveis de autoestigma, estresse e qualidade de vida de cuidadores de crianças com TEA em uma cidade do estado do Rio de Janeiro, além de identificar fatores preditores do autoestigma.

Método

Desenho e etapas do estudo

O desenho deste estudo é transversal e correlacional, visando estimar níveis de autoestigma experimentado por mães e cuidadores de crianças com TEA, e sendo testadas correlações com preditores relacionados a saúde mental, qualidade de vida e apoio social.

A pesquisa teve início com a apresentação do projeto e sua aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa ao Núcleo de Estudos e Pesquisas (NESP) da Fundação Municipal de Educação de Niterói/RJ. Após análise e aprovação, o NESP solicitou reunião com a Coordenação de Educação Especial da Rede Municipal de Educação (RME), que concordou com a realização da pesquisa, disponibilizando a lista de alunos com TEA regularmente matriculados na rede municipal. Posteriormente, foram realizadas reuniões com as professoras do Atendimento Educacional Especializado (AEE), para explanação da pesquisa e auxílio no agendamento das reuniões com as mães/principais cuidadores.

Assim, nossa coleta, realizada em cada unidade escolar, só teve início após a ciência e o apoio dos órgãos e atores envolvidos, contando com entrevistas (1) com mães/principais cuidadores dos alunos com TEA e (2) administradores escolares, para mapeamento dos serviços educacionais e de saúde que essas crianças/adolescentes recebiam. Inicialmente, as entrevistas foram realizadas presencialmente, posteriormente, em virtude da pandemia de covid-19, parte da coleta foi realizada por telefone ou virtualmente (formulário eletrônico), conforme detalhado na seção a seguir.

Amostra e local

O público-alvo do estudo foram os principais cuidadores de crianças com diagnóstico de TEA matriculadas na rede municipal de educação de Niterói/RJ. O critério de inclusão dos cuidadores

foi: dedicar-se ao cuidado do filho por, pelo menos, seis horas por dia. O critério de inclusão dos filhos foi o laudo diagnóstico de TEA no prontuário da escola. Foram excluídos alunos com TEA que possuíam comorbidade com outras síndromes genéticas relacionadas pelo informante ou identificadas no prontuário. O estudo foi conduzido entre 2020 e 2021, na cidade de Niterói, onde existem sete polos regionais de educação compostos por 49 unidades escolares com séries do Ensino Fundamental I e II (Prefeitura de Niterói, 2024). O total de alunos matriculados nessas unidades escolares somavam aproximadamente 43 mil estudantes, dos quais 176 com TEA. Participaram do estudo 122 cuidadores de crianças com TEA, configurando 69,31% do total. Na Tabela 1 segue a caracterização da amostra. A maioria das crianças (87,70%) é do sexo masculino, com a idade média de 10 anos ($DP \pm 3,08$), 96,72% residiam com os pais e irmãos, 78,69% cursavam o Ensino Fundamental I em escolas regulares com AEE. A maioria (71%) havia recebido o diagnóstico de TEA até os quatro anos de idade. A maioria dos respondentes eram mães (90,16%), com Ensino Médio (50,82%) e renda familiar de 1-5 salários-mínimos (83,61%), com idade média de 40 anos ($DP \pm 8,69$).

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica e socioeconômica da amostra (n=122)

Perfil das crianças/jovens			
Variáveis	Categorias	N	%
Sexo da criança/adolescente	Masculino	107	87,70
	Feminino	15	12,30
Escolaridade da criança/adolescente	Ensino fundamental 1	96	78,69
	Ensino fundamental 2	26	21,31
Perfil dos responsáveis			
Variáveis	Categorias	N	%
Sexo	Masculino	7	5,74
	Feminino	115	94,26
Grau de parentesco com a criança/adolescente	Mãe	110	90,16
	Pai	7	5,74
	Avó	5	4,10
Nível de escolaridade do responsável	Analfabeto	2	1,64
	Ensino fundamental	45	36,89
	Ensino médio	62	50,82
	Ensino superior	13	10,66
Renda familiar em salários-mínimos	Menor do que 1	3	2,46
	1 a 5	102	83,61
	Acima de 5	17	13,93

Fonte: Elaborado pelas autoras

Instrumentos e medidas

Os instrumentos de pesquisa incluíram:

1. Questionário sociodemográfico dos cuidadores e seus filhos com TEA, o qual contém informações demográficas como composição familiar, idade, escolaridade, situação empregatícia e nível socioeconômico dos membros da família, bem como a perda de vínculo empregatício da mãe em função dos cuidados com o filho.

2. Versão brasileira da Escala de Autoestigma entre Cuidadores: instrumento adaptado da *Affiliate Stigma Scale*, desenvolvida e validada na China e traduzida para o inglês para mensurar internalização vivenciada por cuidadores ligados a populações tipicamente estigmatizadas (Mak & Cheung, 2008). Com autorização dos autores da escala original, foi realizada a tradução, a adaptação cultural e a validação do instrumento. Essa adaptação se deu por análise de juízes, comprovando a compreensão dos itens. Evidências de validade de conteúdo da versão brasileira mostraram alta concordância nos critérios de objetividade, clareza, precisão e credibilidade para todos os itens (Rubinho, 2015).

Como preconizado na Escala de Autoestigma entre Cuidadores, no presente estudo, os itens foram preenchidos por mães/cuidadores de acordo com a escala Likert, seguindo os critérios de 0 para discordância total, 1 para concordância parcial e 2 para concordância total.

3. Questionário Self-Report Questionnaire-SRQ-20: utilizado para avaliar sinais/sintomas de saúde mental dos cuidadores, questionário de rastreamento autoaplicável, com 20 perguntas do tipo sim e não, desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde [OMS]. A versão do SRQ-20 tem evidências de validade no Brasil a partir de adequados índices de sensibilidade e especificidade, 83% e 80%, respectivamente, com o ponto de corte 7 (De Jesus Mari & Williams, 1986).

4. Questionário sobre qualidade de vida da mãe/principal cuidador e grau de desafios/estresse no cuidado do filho com TEA. Esse foi um instrumento desenvolvido pelas pesquisadoras para avaliar indicadores de qualidade de vida experimentada pelas mães/principais cuidadores de crianças/jovens com TEA nos últimos 12 meses. Considerando qualidade de vida como a percepção do indivíduo de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (OMS, 2012), o foco desta pesquisa foi bem-estar, felicidade e otimismo das mães/principal cuidadores. Os indicadores de qualidade de vida considerados são: satisfação com a vida; felicidade; otimismo; bem-estar; compreensivo; maduro; fortalecido; resistente às adversidades e/ou dificuldades; e politicamente ativo. O instrumento foi composto por sete itens com escala de pontuação variando de 0 a 5, sendo 0 = nenhum apoio; 1 = muito pouco apoio; 2 = pouco apoio; 3 = apoio razoável; 4 = apoio suficiente e 5 = muito apoio. Portanto, quanto mais alta a pontuação, maior a qualidade de vida das mães/cuidadores.

Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada parcialmente em modelo presencial e parcialmente no formato *on-line*, devido ao *lockdown* da pandemia de Covid-19. A coleta *on-line* foi realizada através de um formulário eletrônico criado via plataforma *Survey Monkey* e encaminhado por e-mail às mães que haviam aceitado participar do estudo via escolas e RME. A partir de agosto de 2021, foram retomadas as visitas às unidades escolares e os instrumentos de coleta de dados foram aplicados presencialmente, tendo sido realizado esse tipo de aplicação em 81,82% da amostra.

Procedimentos de análise de dados

Os dados coletados foram tabulados no programa Microsoft Excel e analisados no SPSS versão 21. Para todas as análises estatísticas, adotamos como significativas as variáveis com valor $p < 0,05$, enquanto os valores de p entre 0,05 e 0,10 foram interpretados como marginalmente significativos. Foram testadas associações entre o autoestigma das mães/cuidadores

com as seguintes variáveis: nível de saúde mental; nível de qualidade de vida (bem-estar, felicidade, otimismo); apoio social (de familiares e amigos e grupos com outras famílias); desafios no cuidado; estresse com desafios do dia a dia; percepção dos cuidadores em relação a seus filhos (grau de desafios como *proxy* de gravidade, incluindo estresse).

Para analisar o efeito conjunto de todas essas variáveis independentes sobre o autoestigma, foi utilizada a análise de regressão linear multivariada, após verificação de sua aderência à distribuição normal (teste de Kolmogorov-Smirnov). Os modelos multivariados seguiram a seguinte estratégia: variáveis com coeficiente de correlação de Pearson ou Spearman $\geq 0,40$, seja negativo ou positivo, foram selecionadas para inclusão no modelo inicial. As variáveis com $p < 0,20$ no teste t de Student também foram selecionadas para o modelo multivariado. Para a elaboração do modelo multivariado foi utilizada a estratégia de modelagem *stepwise forward*, ou seja, do modelo mais simples para o mais complexo, considerando o valor do coeficiente de correlação, do maior para o menor, e o valor p dos testes t de *Student* (sendo as variáveis selecionadas manualmente). As variáveis que se mantiveram significativas foram mantidas no modelo de regressão linear multivariado final, já com testes de interação para garantir o papel independente de cada uma delas. A análise dos resíduos, através de gráfico do erro versus valores estimados e o gráfico PP-PLOT do erro, foi realizada para verificar a presença de vies nos modelos e a presença de valores aberrantes. Qualquer variável que alterasse o coeficiente de regressão (R^2) em 10% ou mais, quando comparado ao modelo anterior, foi considerada de controle. Ao final da modelagem, foram avaliadas possíveis interações entre variáveis e foi feita a análise de resíduos.

Resultados

A Tabela 2 contém informações sobre o grau de autoestigma das mães/cuidadores. Verifica-se que metade das questões sobre estigma foram frequentemente vivenciadas, com mais de 30% concordando com as afirmações. A esse respeito, por exemplo, 63,01% relataram sentir algum tipo de vergonha referente ao comportamento do seu filho, 56,6% mencionaram o desamparo por ter um filho com TEA e 54,9% reportaram pressão constante por terem um filho com essas condições.

Tabela 2. Distribuição dos índices de estigma segundo cada item da Escala de Autoestigma entre Cuidadores (n=122).

Autoestigma entre mães/ cuidadores	Discordo	Concordo
	%	%
Minha reputação está manchada porque tenho um(a) filho(a) com Transtorno do Espectro Autista	95,1	4,9
Não me atrevo a participar de atividades relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista, pois outras pessoas poderiam suspeitar que eu tenho um(a) filho(a) com Transtorno do Espectro Autista	94,3	5,7
Eu não me atrevo a dizer aos outros que tenho um(a) filho(a) com Transtorno do Espectro Autista	93,4	6,6
Ter um(a) filho(a) com Transtorno do Espectro Autista me faz pensar que eu sou menos que os outros.	91,0	9
Eu me sinto diminuída em relação aos outros por ter um(a) filho(a) com Transtorno do Espectro Autista	89,3	10,7
Eu evito falar com meu(minha) filho(a) com Transtorno do Espectro Autista	88,5	11,5

Autoestigma entre mães/ cuidadores	Discordo	Concordo
	%	%
Preocupa-me que outras pessoas saibam que eu tenho um(a) filho(a) com Transtorno do Espectro Autista	85,2	14,8
Eu tenho diminuído meu relacionamento com o(a) meu(minha) filho(filha).	82,8	17,2
Eu me sinto inferior porque tenho um(a) filho(a) com Transtorno do Espectro Autista	79,5	20,5
Sinto-me triste por ter um(a) filho(a) com Transtorno do Espectro Autista	74,6	25,4
Eu me sinto inferior porque tenho um(a) filho(a) com Transtorno do Espectro Autista	68,9	31,1
A atitude das pessoas em relação a mim se torna mais negativa quando estou com o(a) meu(minha) filho(a)	67,2	32,8
Ter um(a) filho(a) com Transtorno do Espectro Autista tem um impacto negativo sobre mim.	67,2	32,8
Sinto-me triste por ter um(a) filho(a) com Transtorno do Espectro Autista	60,7	39,3
Eu me sinto emocionalmente abalada porque tenho um(a) filho(a) com Transtorno do Espectro Autista	59,0	41,0
Saio menos de casa quando estou com o(a) meu(minha) filho(a)	57,4	42,6
Por ter um(a) filho(a) com Transtorno do Espectro Autista, eu tenho diminuído o contato com os meus amigos e parentes.	54,1	45,9
As pessoas me discriminariam se eu estivesse na companhia do(a) meu(minha) filho(a)	50,8	49,2
Eu sinto que estou sob grande pressão, porque tenho um(a) filho(a) com Transtorno do Espectro Autista	45,1	54,9
Sinto-me desamparada por ter um(a) filho(a) com Transtorno do Espectro Autista	43,4	56,6
O comportamento de meu(minha) filho(a) me deixa embaraçada	36,9	63,1

Fonte: Elaborado pelas autoras

Quando questionadas sobre o grau de estresse em relação a potenciais desafios no cuidado da criança/jovem com TEA, verificamos altos/médios índices de estresse (todos acima de 60%), com exceção dos cuidados com problemas de saúde (Tabela 3). Além disso, identificou-se alta frequência de problemas de saúde mental, com 59,84% dos cuidadores apresentando risco para Transtornos Mentais Comuns, segundo o SRQ-20.

Tabela 3. Distribuição dos índices de estresse relatado pelos cuidadores segundo perfil clínico de seus filhos com TEA. (n=122)

Desafios	Nada de estresse		Estresse médio		Alto estresse		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Comportamentos desafiadores	23	18,9	55	45,1	44	36,1		
Dificuldades com a dieta/ para se alimentar	35	28,7	46	37,7	41	33,6	122	100
Habilidades de vida diária	42	34,4	41	33,6	39	32,0	122	100
Comportamentos repetitivos/ interesses restritos/ insistência na rotina	32	26,2	52	42,6	38	31,1	122	100
Dificuldade de interação social	38	31,1	48	39,3	36	29,5	122	100
Dificuldade de comunicação	41	33,6	45	36,9	36	29,5	122	100
Problemas de saúde	62	50,8	28	23,0	32	26,2	122	100
Questões sensoriais	46	37,7	47	38,5	29	23,8	122	100
Problemas com o sono	49	40,2	47	38,5	26	21,3	122	100

Fonte: Elaborado pelas autoras

Por outro lado, o grupo de cuidadores não relatou problemas em sua qualidade de vida, já que todos os itens apresentaram pontuação acima da média (Tabela 4). Apenas o item “ter se tornado politicamente ativa” apresentou um valor muito baixo, que pode indicar um foco nos cuidados familiares e não políticos ou pode ter sido mal interpretado pelas participantes.

Tabela 4. Medidas de tendência central e de dispersão dos escores de qualidade de vida dos cuidadores (últimos 12 meses). (n=122)

Qualidade de Vida	Valor mínimo	Valor máximo	Média ± DP
Estou satisfeita com minha vida	0	5	3,21 ± 1,76
Me sinto feliz	0	5	3,11 ± 1,62
Estou otimista	0	5	3,11 ± 1,69
Sinto bem-estar	0	5	3,04 ± 1,47
Me tornei mais compreensiva	0	5	4,15 ± 1,45
Me tornei mais madura	0	5	4,10 ± 1,52
Estou fortalecida	0	5	4,02 ± 1,57
Sou resistente às adversidades e ou dificuldades	0	5	4,01 ± 1,57
Me tornei politicamente ativa	0	5	1,66 ± 2,04

Fonte: Elaborado pelas autoras

A partir dos resultados das análises bivariadas, foram selecionadas as variáveis com valor p menor do que 0,20 (quando utilizado o teste t de Student) e com coeficiente de correlação moderados positivos ou negativos ($\geq 0,40$ de correlação de Spearman) para ingressarem no modelo inicial multivariado.

A Tabela 5 apresenta todos os modelos de regressão linear, onde o modelo quatro foi considerado o final porque as variáveis que o compõem explicaram a maior proporção da variância do autoestigma ($R^2 = 52,29\%$), indicando ser estatisticamente significativa ($p < 0,001$). Observa-se que todas as demais variáveis, quando inseridas no modelo de regressão, não foram estatisticamente significativas, tampouco alteraram a significância das variáveis inseridas anteriormente. Além disso, foram testadas interações entre as variáveis que permaneceram no modelo final, mas não foi constatada nenhuma interação significativa.

Esse modelo final, comprovado pela análise de resíduos (vide abaixo dois gráficos de valores estimados e PP-PLOT do erro), revela que as variáveis saúde mental da mãe/cuidadora, desafios em habilidades de vida diária, ser compreensivo (sentimentos positivos) e bem-estar (em qualidade de vida) tiveram efeitos independentes sobre a escala de autoestigma. Assim, o autoestigma das mães/cuidadores era maior conforme aumentavam os índices de problemas de saúde mental e o estresse relacionados aos desafios de habilidades de vida diária dos filhos, e quando a mãe/cuidador se sentia menos compreensiva em relação a ter um filho/a com TEA (qualidade de vida) e tinha vivenciado menos bem-estar nos últimos 12 meses (qualidade de vida).

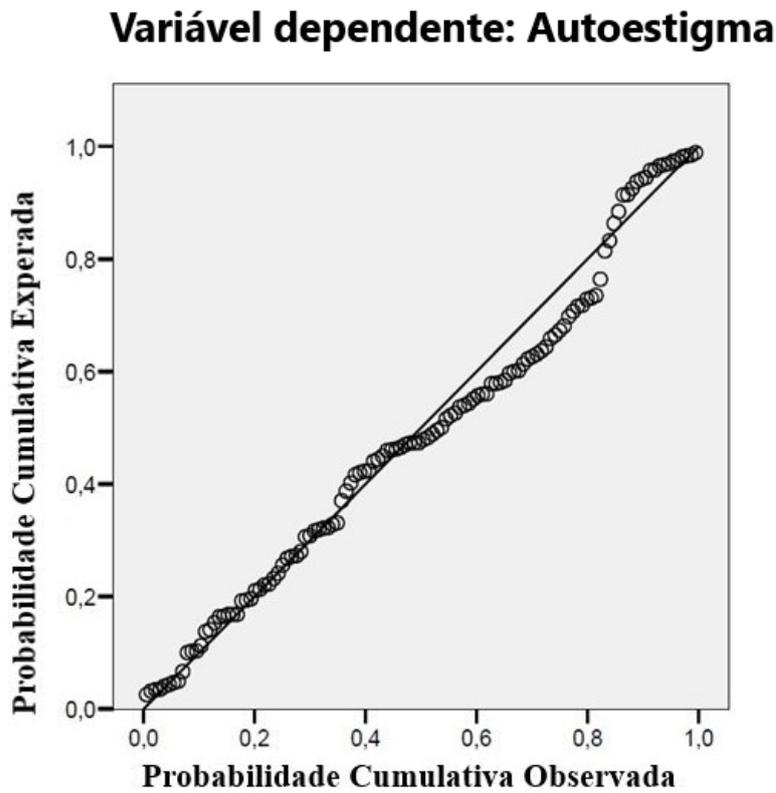
Tabela 5. Resultado da análise de regressão multivariada do autoestigma e as variáveis da mãe/cuidadora, desafios no cuidado com o filho com TEA e sua qualidade de vida. (n=122)

Modelos	Variáveis independentes					
	β_0	β	p	IC 95%	R ²	p do Modelo
Modelo 1						
Saúde mental da mãe/ principal cuidadora	1,198	0,076	0,000	0,054; 0,097	0,293	<0,001
Modelo 2						
Saúde mental da mãe/ principal cuidadora	1,049	0,062	0,000	0,042; 0,082	0,429	<0,001
Desafios em habilidades de vida diária do filho		0,285	0,000	0,179; 0,391		
Modelo 3						
Saúde mental da mãe/ principal cuidadora	1,661	0,059	0,000	0,040; 0,078	0,504	<0,001
Desafios em habilidades de vida diária do filho		0,207	0,000	0,101; 0,313		
Qualidade de vida: Ser compreensiva		-0,124	0,000	-0,182; -0,066		
Modelo 4 final						
Saúde mental da mãe/ cuidador	1,859	0,052	0,000	0,033; 0,072	0,523	<0,001
Desafios em habilidades de vida diária		0,191	0,000	0,086; 0,297		
Qualidade de vida: Ser compreensiva		-0,102	0,001	-0,163; -0,042		
Qualidade de vida: Sentir bem-estar		-0,068	0,032	-0,130; -0,006		
Modelo 5						
Saúde mental da mãe/ cuidadora	1,965	0,051	0,000	0,032; 0,070	0,536	<0,001
Desafios em habilidades de vida diária		0,169	0,002	0,062; 0,276		
Qualidade de vida: Ser compreensiva		-0,064	0,089	-0,137; 0,010		
Qualidade de vida: Sentir bem-estar		-0,062	0,052	-0,124; 0,001		
Qualidade de vida: Sentir fortalecida		-0,063	0,076	-0,134; 0,007		
Modelo 6						
Saúde mental da mãe/ cuidadora	1,878	0,051	0,000	0,032; 0,071	0,525	<0,001
Desafios em habilidades de vida diária		0,189	0,001	0,083; 0,295		
Qualidade de vida: Ser compreensiva		-0,097	0,002	-0,160; -0,035		
Qualidade de vida: Sentir bem-estar		-0,055	0,145	-0,129; 0,019		
Qualidade de vida: Ter Felicidade		-0,023	0,498	-0,090; 0,044		

β_0 : coeficiente do modelo; β é o coeficiente de cada variável

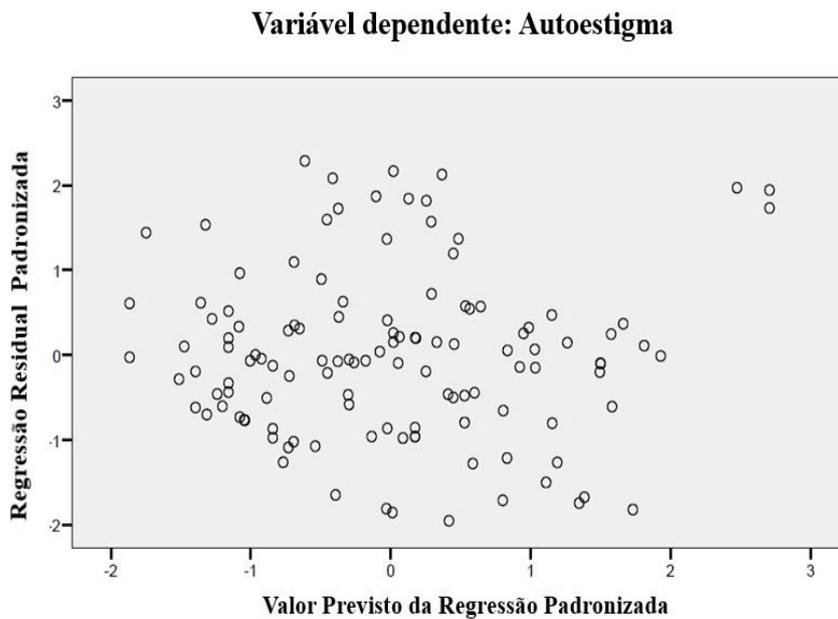
Fonte: Elaborado pelas autoras

Figura 1 - PP-PLOT do resíduo da análise de regressão.



Fonte: elaborado pelas autoras.

Figura 2 - Diagrama de dispersão entre resíduo e valores previstos



Fonte: elaborado pelas autoras.

Discussão

Este estudo revelou elevados índices de autoestigma entre as mães participantes, o que foi visto no estudo anterior conduzido com familiares de crianças e jovens do Brasil e de outros cinco países da América Latina (Paula et al., 2020). Não é possível afirmar que os resultados sejam decorrentes da pandemia de Covid-19, pois não houve medidas de coletas pré-pandemia. Contudo, esses resultados são relevantes, considerando que a pandemia agravou os problemas enfrentados por crianças/jovens com TEA que, de maneira repentina, ficaram sem a assistência especializada e sem redes de apoio, o que pode ter revelado um aumento do autoestigma em mães/cuidadores (Garrido et al., 2021; Liz, Torres, Ramírez, Montiel-Nava, & Grupo REAL, 2022; Valdez et al., 2021).

Os níveis de estresse associados a sinais/sintomas clínicos dos filhos foram elevados neste estudo, principalmente relacionados com comportamentos desafiadores, com dificuldades alimentares e os desafios para manejo de habilidades de vida diária dos filhos. Os indicadores de sobrecarga vivenciada pelas mães/cuidadores podem estar associados com o nível de suporte que os filhos precisam, em função das limitações de funcionamento adaptativo para a realização de atividades de vida diária (Farmer et al., 2022; Meyer, Powell, Butera, Klinger, & Klinger, 2018), bem como com problemas de comportamento (Alshaigi et al., 2020; Montenegro et al., 2022), como inflexibilidade e comportamentos restritos/repetitivos (Cohen & Flory, 2019). Na amostra deste estudo, o maior percentual de associação com o estresse das mães foram os problemas de comportamentos.

Apesar dos altos índices de estresse das mães/cuidadores, a autopercepção de qualidade de vida foi positiva, já que quase todos os domínios analisados resultaram em valores superiores ao valor médio, podendo esse ser considerado um resultado promissor do estudo. Nosso resultado é discrepante em relação a estudos anteriores, nacionais e internacionais, nos quais a qualidade de vida de cuidadores de crianças com TEA usualmente está prejudicada (Hayes & Watson, 2013; Ni'matuzahroh et al., 2021; Paula et al., 2020), mas semelhante a outro estudo nacional, conduzido com mães de 89 crianças com TEA (idade média 6 anos) que frequentavam três clínicas da cidade de São Paulo. Assim como no presente estudo, esses autores brasileiros desenvolveram uma escala com pontuação variando de zero a cinco e obtiveram médias positivas de bem-estar (3,0; DP: $\pm 1,3$), felicidade (3,0; DP: $\pm 1,4$), otimismo (3,7; DP: $\pm 1,4$) e satisfação com a vida (3,1; DP: $\pm 1,3$), apesar de relatarem alto estresse (Rubinho, 2015).

O presente estudo não permite responder aos motivos dessa autopercepção positiva das mães/principais cuidadores, mas como foi semelhante aos achados de outro estudo nacional, pode ser uma especificidade das mães brasileiras da amostra, que têm percepção do estresse e dos problemas de saúde mental que enfrentam, considerando boa a sua qualidade de vida. Outra hipótese seria a de que as participantes de nosso estudo estariam em um contexto possivelmente privilegiado, com todo o alunado com TEA originário de escola com AEE, em comparação com pesquisa anterior onde apenas 34% declarava ter apoio de professor especializado (Chan et al., 2022). Do mesmo modo, as crianças/adolescentes de Niterói/RJ haviam recebido diagnóstico de TEA antes dos quatro anos de idade, amplificando suas chances de assistência nos primeiros anos de vida, enquanto a maioria no Brasil obtém esse diagnóstico após os cinco anos (Ribeiro et al., 2017). Finalmente, podemos levantar como hipótese a falta de clareza ou adequação das perguntas utilizadas sobre qualidade de vida, já que não utilizamos um questionário desenvolvido e validado para esse fim.

Um estudo de revisão sistemática com 132 artigos sobre desafios que os pais enfrentam no exercício desse cuidado revelou que os aspectos que mais geram estresse são o diagnóstico

e a dificuldade de acesso a serviços de saúde mental para o filho com TEA (Bonis, 2016). Nesse sentido, têm sido cada vez mais estimuladas as intervenções que contribuem para o empoderamento e o suporte de pais de crianças com TEA (Bordini et al., 2020; Dawson-Squibb, Davids, Harrison, Molony, & Vries, 2020; Wichmann, Dellazzana-Zanon, Freitas, & Teixeira, 2019).

No presente estudo, os fatores preditores do autoestigma que explicaram a maior proporção da variância foram problemas de saúde mental, estresse relacionado aos desafios de habilidades de vida diária dos filhos com TEA, percepção da dificuldade de conseguir assistência e apoio ante as necessidades de seu filho com TEA (qualidade de vida) e vivência de menos bem-estar nos últimos 12 meses. O autoestigma das mães/cuidadores foi maior entre aquelas com problemas de saúde mental, mais estresse relacionado aos desafios de habilidades de vida diária dos filhos, ser menos compreensivas em relação a ter um filho com TEA (qualidade de vida) e ter vivenciado menos bem-estar nos últimos 12 meses (qualidade de vida). Assim, as demais variáveis, quando inseridas no modelo multivariado, não alteraram a significância das variáveis inseridas anteriormente, indicando a complexidade do fenômeno do autoestigma (Corrigan et al., 2020). As variáveis preditoras encontradas mostram que não apenas os sinais/sintomas do TEA podem afetar a percepção de autoestigma parental, mas também fatores de ordem interpessoal dos próprios cuidadores, particularmente o estresse relacionado aos desafios no cuidado com os filhos, sua qualidade de vida e bem-estar. Por isso, o contexto ambiental e familiar de pessoas com TEA deve abarcar a assistência não só ao indivíduo com TEA, mas também a seus pais/cuidadores, especialmente quando a responsabilidade por esse cuidado está centrada em uma só pessoa.

Nesse cenário, estudos voltados para a Psicologia Social podem contribuir para o desenvolvimento de estratégias que auxiliem essa população e a sociedade, promovendo diálogos de temas com forte cunho social como ‘normal’ e ‘diferente’, assegurando que a diversidade seja aceita como subjetiva, favorecendo a aceitação entre singularidade e coletividade, identidade e cultura, igual e diferente (Nogueira et al., 2015). Ações junto a familiares de pessoas com TEA que envolvam a sociedade em geral são essenciais, dada a complexidade desse transtorno crônico, o qual, dependendo do grau de comprometimento, pode exigir suporte contínuo ao longo da vida.

Usualmente as mães acabam tendo as maiores sobrecargas do cuidado, se comparadas aos pais (Keenan, Louise, Newman, Gray, & Rinehart, 2016; Nordahl-Hansen, Hart, & Øien, 2018). Nesse contexto, o estresse e a sobrecarga se associam a sentimentos de tristeza, desamparo, isolamento e a grande pressão por ter um filho nessa condição (Paula et al., 2020; Pinto & Constantinidis, 2019; Rubinho, 2015). O cotidiano das mães/principais cuidadores é repleto de cuidados diários e ininterruptos com o filho, adaptações do comportamento e necessidades decorrentes do seu novo cotidiano, além da intensificação das demandas referentes ao cuidado com o passar dos anos (Pinto & Constantinidis, 2019; Ribeiro & Souza, 2010). Isso vai ao encontro dos principais desafios relatados por mães/cuidadores de Niterói, sendo eles: o estresse propriamente dito (39,3%), as preocupações com segurança dos filhos (38,5%) e os comportamentos desafiadores dos filhos com TEA (36,1%).

Assim, nossos achados foram semelhantes ao que tem sido apontado na literatura internacional, na qual a sobrecarga e o estresse sofrido pelas mães/principais cuidadores de crianças com TEA comprometem o seu bem-estar e a sua qualidade de vida, sendo os desfechos mais comuns aqueles relacionados ao estresse, depressão e ansiedade (Alshaiqi et al., 2020). Sabe-se que, ao longo do curso e evolução do TEA, os cuidadores se sentem fragilizados e precisam de acolhimento tanto quanto seus filhos. Nesse cenário, técnicas de suporte e capacitação ajudam no empoderamento e minimizam a sobrecarga vivenciada. Sob essa perspectiva,

o suporte oferecido por uma equipe multidisciplinar, que acompanha o indivíduo com TEA ao longo da vida, também deveria se estender aos familiares (Romano, Portes, & Bagaiolo, 2024).

Dessa maneira, é preciso contribuir para a compreensão de que não se pode avaliar o TEA em função da dicotomia ‘certo e errado’, mas sim com aceitação e entendimento do transtorno, dos sintomas e de como o engajamento parental pode contribuir para que a internalização do autoestigma diminua. A Psicologia Social combate o autoestigma ao redefinir indivíduos como partes integrantes da sociedade, em vez de isolá-los com base em preconceitos culturais. Essa abordagem é eficaz porque a disciplina analisa como as interações e comportamentos sociais variam entre estar sozinho e em grupo (Nogueira et al., 2015).

Nosso estudo mostrou que, quanto pior a qualidade de vida, maior é a internalização do autoestigma. Isso pode indicar que as mães/principais cuidadores se sintam inferiores por terem um filho com TEA (Alshaigi et al., 2020). Com isso, é possível afirmar que o autoestigma provem da experiência de subjetivação produzida pela interação social (Grinker, 2010) que, no caso das mães de crianças com TEA, é relatada como negativa. A busca por soluções para os desafios relacionados aos TEA pode beneficiar-se da Psicologia Social, que promove a conscientização ao estudar as relações entre indivíduo, sociedade e cultura. A Psicologia Social brasileira, em constante desenvolvimento teórico e prático, aborda temas sensíveis e oferece contribuições valiosas ao conhecimento sobre os TEA, destacando-se pela sua abordagem crítica (Nogueira et al., 2015).

Nosso estudo tem limitações, como o fato de a coleta ter sido realizada em dois formatos, em decorrência da pandemia da Covid-19. Do total de participantes elegíveis (176 famílias), tivemos uma perda amostral de 30%. O estudo foi realizado com estudantes da rede pública de um município que possui atendimento especializado para estudantes com deficiência/TEA, o que pode ter trazido algum viés nos resultados obtidos. Os instrumentos foram respondidos somente pelos cuidadores principais, enquanto a avaliação de outros membros da família poderia ter ajudado a entender melhor as interações sociais no ambiente familiar.

Optamos por realizar um estudo quantitativo após nosso levantamento da literatura nacional indicar uma carência mais significativa de dados quantitativos do que qualitativos. Isso nos permitiu gerar um panorama com taxas de frequência e associações comparáveis à literatura existente. Apesar da falta de dados qualitativos, nossos resultados enriquecem um campo ainda carente de estudos que elucidem o fenômeno do autoestigma entre mães/cuidadores de crianças com TEA, contribuindo, assim, para estratégias de assistência mais eficazes. Reconhecemos, no entanto, que essa ausência pode limitar a identificação de fatores como aspectos da qualidade de vida das mães/cuidadores e a compreensão dos mecanismos nas associações estatísticas identificadas.

Conclusões

Os principais achados deste estudo foram a identificação do elevado nível de autoestigma entre mães/cuidadores de crianças com TEA e sua associação com problemas de saúde mental, estresse e redução de bem-estar dos cuidadores. Os dados também indicaram aspectos pessoais positivos dos cuidadores, na experiência do cuidar do filho com TEA, e bons indicadores de qualidade de vida, apesar dos níveis baixos de compreensão dos desafios de ter um filho com TEA. Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de maior atenção e cuidado com o bem-estar e a saúde mental dos cuidadores.

Da mesma forma, o estudo aponta para a necessidade de propostas de trabalho voltadas para a sensibilização e a socialização de informações envolvendo a família e a comunidade, inclusive apoiando movimentos sociais organizados e a sociedade civil como um todo em ações para diminuir manifestações de estigma em função do transtorno dos filhos, o que tem sido observado nas últimas décadas. Desde 2007, as Nações Unidas estabeleceram o dia 04 de abril como dia de conscientização sobre o autismo. No Brasil, a campanha “Abril Azul” busca sensibilizar a população, envolver a comunidade, aumentar a visibilidade e promover uma sociedade mais consciente, menos preconceituosa e mais inclusiva (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, 2023). Esses processos de empoderamento são evidentes nos movimentos sociais que têm ocorrido nas últimas décadas, visando à cidadania, à autonomia e ao respeito à subjetividade das pessoas com necessidades especiais.

Referências

- Ali, Afia, Hassiotis, Angela, Strydom, Andre, & King, Michael (2012). Self-stigma in people with intellectual disabilities and courtesy stigma in family carers: a systematic review. *Research in Developmental Disabilities: a Multidisciplinary Journal*, 33(6), 2122-2140. <https://doi.org/10.1016/j.ridd.2012.06.013>
- Althiabi, Y. (2021). Attitude, anxiety and perceived mental health care needs among parents of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Saudi Arabia during Covid-19 pandemic. *Research in developmental disabilities*, 111, 103873. <https://doi.org/10.1016/j.ridd.2021.103873>
- Alshaigi, Kahlid, Albraheem, Reema, Alsaleem, Khalid, Zakaria, Moneer, Jobeir, Aman, & Aldhalaan Hesham (2020). Stigmatisation among parents of autism spectrum disorder children in Riyadh, Saudi Arabia. *International Journal of Pediatrics and Adolescent Medicine*, 7(3), 140-146. <https://doi.org/10.1016/j.ijpam.2019.06.003>
- American Psychological Association (2022). *Manual de publicação da APA* (6a ed., D. Bueno, trad.). Autor.
- Bonis, Susan (2016). Stress and Parents of Children with Autism: A Review of Literature. *Issues Ment Health Nurs*, 37(3), 153-163. <https://doi.org/10.3109/01612840.2015.1116030>
- Bordini, Daniela, Paula, Cristiane, Cunha, Gracielle, Caetano, Scheila, Bagaiolo, Leila, Ribeiro, Tatiane, Martone, Maria Carolina, Portolese, Joana, Moya, Ana Cláudia, Brunoni, Décio, Bosa, Cleonice, Brentani, Helena, Cogo-Moreira, Hugo, & de Jesus Mari, Jair (2020). A randomised clinical pilot trial to test the effectiveness of parent training with video modelling to improve functioning and symptoms in children with autism spectrum disorders and intellectual disability. *Journal of Intellectual Disability Research*, 64(8), 629-643. <https://doi.org/10.1111/jir.12759>
- Chan, Kevin Ka Shing, Yip, Charles Chiu Hung, & Leung, Donald Chi Kin (2022). Longitudinal impact of self-stigma content and process on parental warmth and hostility among parents of children with autism spectrum disorder. *Journal of autism and developmental disorders*, 53(7), 2728-2736. <https://doi.org/10.1007/s10803-022-05529-8>
- Cobbinah, Patrick Brandful (2015). Contextualising the meaning of ecotourism. *Tourism Management Perspectives*, 16, 179-189. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2015.07.015>
- Cohen, Ira & Michael Flory (2019). Autism Spectrum Disorder Decision Tree Subgroups Predict Adaptive Behavior and Autism Severity Trajectories in Children with ASD. *Journal of Autism Development Disorder*, 49(4), 1423-1437. <https://doi.org/10.1007/s10803-018-3830-4>
- Corrigan, Patrick W. & Watson, Amy C (2002). Understanding the impact of stigma on people with mental illness. *World Psychiatry*, 1(1), 16-20.
- Corrigan, Patrick W., Roe, David, & Tsang, Hector W. H (2020). *Challenging the stigma of mental illness: lessons for therapists and advocates*. Wiley-Blackwell.
- Dawson-Squibb, John-Joe., Davids, Eugene L., Harrison, Ashley J., Molony, Maggie A., & de Vries, Petrus J. (2020). Parent Education and Training for autism spectrum disorders: Scoping the evidence. *Autism : The International Journal of Research and Practice*, 24(1), 7-25. <https://doi.org/10.1177/1362361319841739>
- Deguchi, Naoko Kumada, Asakura, Takashi, & Omiya, Tomoko (2021). Self-stigma of families of persons with autism spectrum disorder: a scoping review. *Review Journal of Autism and Developmental Disorders*, 8, 373-388. <https://doi.org/10.1007/s40489-020-00228-5>
- De Jesus Mari, Jair & Williams, Paul (1986). A validity study of a psychiatric screening questionnaire (SRQ-20) in primary care in the city of Sao Paulo. *The British Journal of Psychiatry*, 148, 23-26. <https://doi.org/10.1192/bjp.148.1.23>
- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (2023). *Abril azul: Mês de Conscientização sobre o Autismo*. Autor. <https://www.gov.br/dnocs/pt-br/assuntos/noticias/abril-azul>

mes-de-conscientizacao-sobre-autismo

- Fallahchai, Reza & Fallahi, Mariam** (2022). Parental stress and dyadic adjustment among parents of children with ASD: Moderating effects of dyadic coping and perceived social support. *Res. Dev. Disabil.* 123, 104-192. doi: 10.1016/j.ridd.2022.104192
- Farmer, Cristan, Thurm, Audrey, Condy, Emma, Duku, Eric, Szatmari, Peter, Bennett, Teresa, Elsabbagh, Mayada et al.** (2022). Disentangling global and domain-level adaptive behavior trajectories among children with autism spectrum disorder. *J Child Psychol Psychiatry*, 64(6), 868-875. <https://doi.org/10.1111/jcpp.13741>
- Garrido, Pablo, Edenius, Lars, Mikusiński, Grzegorz, Skarin, Anna, Jansson Anna, & Thulin, Carl-Gustaf** (2021). Experimental rewilding may restore abandoned wood-pastures if policy allows. *Ambio*, 50(1), 101-112. <https://doi.org/10.1007/s13280-020-01320-0>
- Goffman, Erving** (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Guanabara Koogan.
- Grinker, Roy Richard** (2010). *Autismo: um mundo obscuro e conturbado*. Larrousse do Brasil.
- Grinker, Roy Richard.** (2024). *Ninguém é normal: como a cultura criou o estigma do transtorno mental*. Arquipélago.
- Hayes, Stephanie & Watson, Shelley** (2013). The impact of parenting stress: a meta-analysis of studies comparing the experience of parenting stress in parents of children with and without autism spectrum disorder. *Journal of Autism and Development Disorders*, 43(3), 629-42. <https://doi.org/10.1007/s10803-012-1604-y>
- Kaushik, Anya, Kostaki, Evgenia, & Kyriakopoulos, Marinos** (2016). The stigma of mental illness in children and adolescents: A systematic review. *Psychiatry research*, 243, 469-494. <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2016.04.042>
- Keenan, Belinda, Newman, Louise, Gray, Kylie, & Rinehart, Nicole** (2016). Parents of Children with ASD Experience More Psychological Distress, Parenting Stress, and Attachment-Related Anxiety. *Journal of Autism and Development Disorder*, 46(9), 2979-2991. <https://doi.org/10.1007/s10803-016-2836-z>
- Kinnear, Sidiney H., Link Bruce G., Ballan Michelle S., Fischbach Ruth L.** (2016). Understanding the Experience of Stigma for Parents of Children with Autism Spectrum Disorder and the Role Stigma Plays in Families' Lives. *J Autism Dev Disord*, 46(3), 942-953. doi: 10.1007/s10803-015-2637-9
- Liz, Georgina, Torres, Andy, Ramírez, Ana C., Montiel-Nava, Cecilia, & Grupo REAL** (2022). Repercussions of the Covid-19 lockdown for autistic people in Mexico: The caregivers' perspective. *Salud Mental*, 45(4), 159-167.
- Lovell, Brian & Wetherell, Mark** (2018). Caregivers' characteristics and family constellation variables as predictors of affiliate stigma in caregivers of children with ASD. *Psychiatry Research*, 270, 426-429. <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2018.09.055>
- Major, Brenda & O'Brien, Laurie** (2005). The social psychology of stigma. *Annual review of Psychology*, 56, 393-421. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.56.091103.070137>
- Mak, Winnie & Cheung, Rebecca** (2008). Affiliate stigma among caregivers of people with intellectual disability or mental illness. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 21(6), 532-545. <https://doi.org/10.1111/j.1468-3148.2008.00426.x>
- Meyer, Allison, Powell, Patrick, Butera, Nicole, Klinger, Mark, & Klinger, Laura** (2018). Brief Report: Developmental Trajectories of Adaptive Behavior in Children and Adolescents with ASD. *J Autism Dev. Disord*, 48, 2870-2878. <https://doi.org/10.1007/s10803-018-3538-5>
- Meulien, Clara & Baghdadi, Amaria** (2024). A Systematic Review of the Stigma Experienced by People with Autism Spectrum Disorder Associated with Intellectual Disabilities and by Their Family Caregivers. *Journal of autism and developmental disorders*. <https://doi.org/10.1007/s10803-024-06435-x>

- Mitter, Natasha, Ali, Afia, & Scior, Katrina (2019). Stigma experienced by families of individuals with intellectual disabilities and autism: a systematic review. *Research in Developmental Disabilities*, 89, 10-21. <https://doi.org/10.1016/j.ridd.2019.03.001>
- Montenegro, Maria Cecilia, Abdul-Chani, Monica, Valdez, Daniel, Rosoli, Analia, Garrido, Gabriela, Cukier, Sebastian, Silvestre de Paula, Cristiane, Garcia, Ricardo, Rattazzi, Alexia, & Montiel-Nava, Cecília (2020). Service encounters across the lifespan in individuals with autism spectrum disorders: Results from a multisite study in Latin America. *Research in Autism Spectrum Disorders*, 79, 101670. <https://doi.org/10.1016/j.rasd.2020.101670>
- Montenegro, Maria Cecilia, Abdul-Chani, Monica, Valdez, Daniel, Rosoli, Analia, Garrido, Gabriela, Cukier, Sebastian, Silvestre de Paula, Cristiane, Garcia, Ricardo, Rattazzi, Alexia, & Montiel-Nava, Cecília (2022). Perceived stigma and barriers to accessing services: experience of caregivers of autistic children residing in Latin America. *Research in Developmental Disabilities*, 120, 104123. <https://doi.org/10.1016/j.ridd.2021.104123>
- Ni'matuzahroh, Suen, Mein-Woei, Ningrum, Valendriyani, Widayat, Yuniardi, Muhammad, Hasanati, Nida, & Wang, Jui-Hsing (2021). The Association between Parenting Stress, Positive Reappraisal Coping, and Quality of Life in Parents with Autism Spectrum Disorder (ASD) Children: A Systematic Review. *Healthcare* (Basel). 10(1), 52. doi: 10.3390/healthcare10010052. <https://www.mdpi.com/2227-9032/10/1/52>
- Nogueira, Maria Luísa Magalhães, Batista, Cássia Beatriz, Silva, Jardel Sander da, Almeida, Ana Rita Pereira de, Brun, Olívia Ameno, & Silva, Jonas Carneiro (2015). Transtornos do Espectro do Autismo: o que a Psicologia Social tem a ver com isso? *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, 15(1), 63-77. <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgdd/article/download/11273/7008>
- Nordahl-Hansen, Anders, Hart, Logan, & Øien Roald (2018) The Scientific Study of Parents and Caregivers of Children with ASD: A Flourishing Field but Still Work to be Done. *Journal of Autism and Development Disorder*, 48(4), 976-979. <https://link.springer.com/article/10.1007/s10803-018-3526-9>
- Organização Mundial de Saúde – OMS (2012). WHOQOL User Manual Programme on Mental Health Division of Mental Health And Prevention of Substance Abuse World Health Organization. Author. <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-HIS-HSI-Rev.2012-3>
- Silvestre Paula, Cristiane, Cukier, Sebastián, Rodrigues Cunha, Gracielle, Irrázaval, Matías, Montiel-Nava, Cecília, Garcia, Ricardo, Rosoli, Anália, Valdez, Daniel, Bordini, Daniela, Shih, Andy, Garrido, Gabriela, & Rattazzi, Alexia (2020). Challenges, priorities, barrier to care, and stigma in families of people with autism: Similarities and differences among six Latin American countries. *Autism*, 24(8), 2228-2242. <https://doi.org/10.1177/1362361320940073>
- Pinto, A. & Constantinidis, T. C. (2019). Revisão Integrativa sobre a Vivência de Mães de Crianças com Transtorno de Espectro Autista. *Revista Psicologia Saúde*. <https://doi.org/10.20435/pssa.v0i0.799>
- Prefeitura de Niterói (2024). *Educação: Unidades Municipais de Ensino Fundamental*. Autor. <https://www.educacao.niteroi.rj.gov.br/mapa-escolar/unidades-municipais-de-ensino-fundamental/>
- Pryor, John. B. & Reeder, Glenn. D. (2011). HIV-related stigma. In J. C. Hall, B. J. Hall, & C. J. Cockerell (Eds.), *HIV/AIDS in the Post-HAART Era: manifestations, treatment, and Epidemiology* (pp. 790-806). PMPH-USA. https://www.researchgate.net/publication/302944473_HIV-related_stigma
- Ribeiro, A. F. & Souza, C. A. (2010). O cuidador familiar de doentes com câncer. *Arquivos de Ciências da Saúde*, 17(1), 22-27.
- Ribeiro, S. H., Paula C. S., Bordini D., Mari J. J., & Caetano S. C. (2017). Barreiras à identificação precoce do autismo no Brasil. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 39, 352-354.

- Romano, Claudia, Portes, João Rodrigo M., & Bagaiolo, Leila** (2024). Modelos de intervenção baseados em Capacitação Familiar Multicêntrica evidências para crianças brasileiras com Transtorno do Espectro do Autismo. In C. Schmidt & Cristiane Silvestre de Paula (Eds.), *Transtorno do espectro autista: pesquisas na saúde e educação* (pp. 73-98). Papirus.
- Rubinho, Stephanie** (2015). *Autoestigma entre mães de crianças com transtorno do espectro do autismo* [Dissertação de Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo].
- Salleh, Noor Shuhada, Abdullah, Khatijah Lim, Yoong, Tang Li, Jayanath, Subhashini, & Husain, Maruzairi** (2020). Parents' experiences of affiliate stigma when caring for a child with autism spectrum disorder (ASD): a meta- synthesis of qualitative studies. *Journal of Pediatric Nursing*, 55, 174-183. <https://doi.org/10.1016/j.pedn.2020.09.002>
- Turnock, Alice; Langley, Kate & Jones, Catherine R. G.** (2022). Understanding Stigma in Autism: A Narrative Review and Theoretical Model. *Autism Adulthood*, 4(1), 76-91. [https://doi: 10.1089/aut.2021.0005](https://doi.org/10.1089/aut.2021.0005)
- Valdez, Daniel, Montiel-Nava, Cecilia, Silvestre, Cristina, Rattazzi, Alexia, Rosoli, Analia, Barrios, Nathalia, Cukier, Sebastián, Garcia, Ricardo, Manrique, Sandra, Liz, Georgina, Veiga, Claudete, Amigo, Cecilia, Besio, Virginia, & Garrido Gabriela** (2021). Enfrentando al Covid-19: situación de las personas con autismo y sus familias en Latinoamérica. *Siglo Cero Revista Española Sobre Discapacidad Intelectual*, 22(1), 119-140. <https://doi.org/10.14201/scero202152e119140>
- Wichmann, Fredericko, Dellazzana-Zanon, Letíci, Freitas, Lia Beatriz, & Teixeira, Marco Antônio** (2019). Relações entre projetos de vida, tarefas domésticas e desempenho escolar em adolescentes. *Psicol. teor. prat.*, 21(1), 220-235. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872019000100009&lng=pt&nrm=iso
- Zheng, Lin, Long, Chen, & Choi, Wongyu** (2024). The effect of social activities on the alienation and family resilience of Chinese caregivers for children with autism: a latent class analysis. *Front Psychiatry*, 15, e1406073. <https://doi.org/10.3389/fpsy.2024.1406073>.

CLAUDETE VEIGA DE LIMA

<http://orcid.org/0009-0006-5604-9104>

Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Humano, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo/SP.

E-mail: claudete.veiga04@gmail.com

MARIA CRISTINA TRIGUERO VELOZ TEIXEIRA

<https://orcid.org/0000-0002-6096-8414>

Doutorado em Filosofia da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

E-mail: mctvteixeira@gmail.com

LENI PORTO COSTA SIQUEIRA

[Orcid: 0009-0003-6602-4750](https://orcid.org/0009-0003-6602-4750)

Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Humano, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo/SP.

E-mail: leni.tutora@gmail.com

ROSANE LOWENTHAL

<https://orcid.org/0000-0002-6330-850X>

Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Humano, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo/SP.

E-mail: rosane.lowenthal@fcmsantacasasp.edu.br

CRISTIANE S. DE PAULA

<https://orcid.org/0000-0003-0438-9407>

Doutorado em Psiquiatria e Psicologia Médica, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo/SP.

E-mail: csilvestrep09@gmail.com

Histórico	Submissão: 04/01/2024 Revisão: 26/08/2024 Aceite: 03/09/2024
Contribuição dos autores	Elaboração do método do estudo e coleta de dados: CVL; MCTVT; CSP Análise dos dados: CVL; CSP Redação do manuscrito: CVL; MCTVT; CSP Revisão crítica e aprovação da versão final: CVL, MCTVT, RL e CSP
Financiamento	Esse projeto recebeu financiamento no formato de Bolsa de Doutorado da 1ª autora Claudete Veiga de Lima: bolsa da CAPES Proex 07/2018 - 18/12/2018. Bolsa do Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento - Universidade Presbiteriana Mackenzie. As autoras Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira e Cristiane S Paula são bolsistas de Produtividade PQ do CNPQ.
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Presbiteriana Mackenzie (Número de Processo: 12831519.9.90000.0084)

PSICOLOGIA SOCIAL (CRÍTICA) DO TORCER: CAMINHOS TRILHADOS E CAMINHOS A SE TRILHAR

*PSICOLOGÍA SOCIAL (CRÍTICA) DEL HINCHAR: CAMINOS
RECORRIDOS Y CAMINOS POR RECORRER*

*(CRITICAL) SOCIAL PSYCHOLOGY OF FAN SUPPORT:
PATHS TRODDEN AND PATHS TO BE TRODDEN*

Felipe Tavares Paes Lopes ¹

¹ Universidade Estadual de Campinas /SP, Brasil

Resumo: Neste artigo, revisito e discuto a pertinência de algumas teses sobre o(a) torcedor(a) de futebol oferecidas por autores vinculados à perspectiva crítica do esporte, a fim de abrir caminho para um enfoque mais construtivo para o desenvolvimento de uma psicologia social (crítica) do torcer. Ao realizar essa discussão, analiso como essa perspectiva tem abordado a “massa-torcedora”, o(a) próprio(a) torcedor(a), seu corpo e sua capacidade de organização política. Feito isso, defendo o emprego de uma abordagem multiperspectívica como instrumento de análise psicossocial das torcidas de futebol.

Palavras-chave: Futebol; Psicologia Social; Teoria Crítica; Marxismo; Multiperspectivismo.

Resumen: En este artículo, revisito y discuto la relevancia de algunas tesis sobre el hincha de fútbol ofrecidas por autores vinculados a la perspectiva crítica del deporte, con el fin de allanar el camino para una aproximación más constructiva al desarrollo de una psicología social (crítica) del hinchar. Al realizar esta discusión, analizo cómo esta perspectiva ha abordado a la “masa hinchada”, al hincha mismo, a su cuerpo y a su capacidad de organización política. Hecho esto, defiendo el uso de un enfoque multiperspectivista como herramienta para el análisis psicossocial de las hinchadas de fútbol.

Palabras clave: Fútbol; Psicología social; Teoría crítica; Marxismo; Multiperspectivismo.

Abstract: In this article, I revisit and discuss the relevance of some theses on football fans offered by authors linked to the critical perspective of sport, in order to pave the way for a more constructive approach to the development of a (critical) social psychology of fandom. In conducting this discussion, I analyse how this perspective has approached the “fan-mass”, the fans themselves, their bodies and their capacity for political organization. Having done this, I advocate the use of a multiperspectivist approach as an instrument for psychosocial analysis of football fans.

Keywords: Football; Social psychology; Critical theory; Marxism; Multiperspectivism.

Introdução

Durante muitos anos, o futebol foi considerado um objeto de pesquisa secundário pelas ciências humanas, sem relevância científica e política. Isso começou a mudar na década de 1960, na Europa, quando o tema passou a ser estudado de forma mais sistemática e sistematizada (Bracht, 1997/2011). Naquele momento, parte da produção sobre o tema era influenciada pela teoria do processo civilizador, de Norbert Elias, que busca compreender as modificações, ocorridas na Europa Ocidental desde o fim da Idade Média, que vinham afetando fenômenos aparentemente diversos, como o esporte e a alimentação. Modificações essas que, segundo o sociólogo alemão, se relacionam com o refinamento dos padrões sociais, o crescimento das pessoas para exercerem um autocontrole mais rigoroso e contínuo, uma mudança no equilíbrio da censura interna e da censura externa a favor da primeira e um crescimento do “superego” como regulador de comportamento (Dunning, 2014). Embora tenha obtido um reconhecimento tardio, Elias deixou uma série de herdeiros(as), especialmente na Universidade de Leicester, dentre eles, Eric Dunning, que foi um dos pioneiros nos estudos sobre o problema do hooliganismo — tema forte no futebol inglês a partir dos anos de 1960, quando o fenômeno da violência nos estádios do país reapareceu com força renovada (Alabarces, 2004).

Outra parte da produção sobre futebol era influenciada pelas teses freudo-marxistas — especialmente pelas análises de Louis Althusser, Theodor W. Adorno e Max Horkheimer sobre ideologia e cultura de massa. Essas análises contribuíram para a compreensão das maneiras através das quais o futebol influencia a formação do(a) torcedor(a) como sujeito e as formas por meio das quais reforça a dominação social no modo de produção capitalista, interpretando-o pelas chaves da alienação, do controle e da manipulação (Bracht, 2011). Entre os(as) principais representantes da chamada teoria crítica do esporte, destaca-se Jean Marie-Brohm (1982; 1993), o qual, fundamentalmente, argumenta que o futebol reflete a ideologia burguesa, legitimando a ordem social capitalista. Além de publicar diversas produções sobre o fenômeno esportivo, Brohm lançou, em 1975, juntamente com Marc Perelman, a revista *Quel Corps?*, que durou 20 anos e publicou uma produção muito crítica (e até virulenta) às instituições, às práticas e aos eventos esportivos (Casco, 2018). Outro representante de destaque da teoria crítica do esporte é o psicólogo social alemão Gerhard Vinnai (1970/1978), que publicou, em 1970, o livro *O futebol como ideologia*. Seguindo uma linha de raciocínio similar à de Brohm, Vinnai defende, entre outras coisas, que tal esporte apatiza, fragmenta e manipula as massas, impedindo a formação da consciência de classe e o desenvolvimento de movimentos emancipatórios.

Na América Latina, a teoria crítica do esporte também exerceu influência. No fim da década de 1970 e começo da década de 1980, por exemplo, intelectuais, como o historiador Joel Rufino dos Santos (1981), argumentaram que a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) havia militarizado a seleção nacional e condenado sua forma de jogar, levando-a a entrar em declínio. Assim, para que ela voltasse a conquistar campeonatos, seria preciso que o Brasil se redemocratizasse, porque, dessa forma, os jogadores poderiam voltar a atuar com liberdade e exercer sua criatividade.

Assim como ocorreu na Europa, a teoria crítica do esporte começou a perder força ainda na década de 1980 nas ciências humanas e sociais¹. Nesse momento, uma interpretação quase oposta do futebol, influenciada por correntes antropológicas, foi ganhando corpo. Correntes essas que privilegiaram a perspectiva dos(as) amantes do futebol e que passaram a considerar esse esporte não mais como um espaço de alienação, mas como um local de formação de identidades, participação, pertencimento, emoção, criação e imaginação (Lovisoló, 2011).

Essas correntes, contudo, também foram objeto de contestação. Ao debruçar-se sobre a obra de Roberto DaMatta, Alexandre Vaz (2002), por exemplo, argumenta que, a despeito de sua originalidade, DaMatta subestima a inserção do futebol na indústria cultural e, por conseguinte, dá pouca atenção a seus vínculos com a lógica capitalista de organização da sociedade, para o que já chamava à atenção a teoria crítica do esporte. Alexandre Vaz e Felipe Quintão Almeida (2010), no entanto, não deixam de problematizar, também, a postura de alguns autores marxistas da Educação Física, que propuseram um “giro ontológico” na área, defendendo o realismo e, por conseguinte, a ideia de que o conhecimento científico deve chegar à “essência” da realidade. De acordo com os autores, essa postura: 1. solapa o caráter provisório e processual do ser vivente (se alcançamos o verdadeiro modo como “o mundo é em si”, qual o sentido da transformação?); 2. recai em velhos problemas epistemológicos (qual é o parâmetro para decidir qual realidade é mais verdadeira?); e 3. reinstaura uma razão monológica (há um único conhecimento verdadeiro, os demais são irracionais), o que pode levar ao estabelecimento de uma relação autoritária com o outro, criando obstáculos para o processo democrático.

Seja como for, seria incorreto afirmar que a teoria crítica do esporte deixou de ter relevância nos debates acadêmicos posteriores às críticas direcionadas a ela, nos anos 1980. Tanto é que, em 1998, ano da Copa do Mundo da França, o ensaísta argentino Juan José Sebreli publicou o influente livro *La era del Fútbol*, que retoma uma série de teses que desenvolveu em *Fútbol y masas*. Fortemente influenciado pelas ideias frankfurtianas, Sebreli (1998) analisa, nessas obras, temas como: futebol e alienação; futebol e política; futebol e mito; futebol e atividade sexual; e futebol e personalidade autoritária.

Tampouco seria correto afirmar que a teoria crítica do esporte foi objeto de investigação e crítica sistemáticas. Na Argentina, por exemplo, o que parece ter ocorrido foi uma sucessão geracional — com Eduardo Archetti (1999/2016) e Pablo Alabarces (2011; 2014) à frente —, a qual se realizou através de críticas pontuais. Seguindo a lógica da estrutura de relações dos campos científicos (Bourdieu, 1981/2019), Alabarces parece, inicialmente, ter se contraposto ao pensamento sebreliano — argumentando, por exemplo, que ele apenas reitera, sem maiores críticas, as análises de Brohm e de Vinnai (Alabarces, 2011) —, com o objetivo de estabelecer uma nova interpretação do futebol argentino. No entanto, para desenvolver essa nova interpretação, não chegou a realizar um exame minucioso da linha argumentativa sebreliana, que analisasse ponto a ponto e desmontasse suas ideias-chave.

Certamente, as análises de Sebreli, assim como aquelas oferecidas pela teoria crítica do esporte em geral, podem servir de base para o desenvolvimento de uma psicologia social (crítica) do torcer. Esse desenvolvimento não pode, no entanto, ignorar as críticas feitas a elas. Críticas que, embora assistemáticas, têm chamado nossa atenção para as fragilidades e os limites da tese do futebol como “ópio do povo”. Ao mesmo tempo, não podemos cair nas armadilhas do discurso populista, que substitui a condenação apocalíptica do futebol pela sua exaltação acrítica, devolvendo-o ao “império do senso comum”. O desenvolvimento de uma psicologia social (crítica) do torcer exige, portanto, um olhar que seja crítico das teses freudo-marxistas da teoria crítica do esporte, mas que, ao mesmo tempo, não perca de vista aquela pergunta que nenhum(a) cientista social deve se esquecer: a que se interroga pela dimensão do poder (Alabarces, 2004).

Tendo isso em mente, neste artigo, objetivo revisitar e discutir a pertinência de algumas teses sobre o(a) torcedor(a) de futebol oferecidas por autores(as) vinculados(as) à perspectiva crítica do esporte, a fim de abrir caminho para um enfoque mais construtivo para o desenvolvimento de uma psicologia social (crítica) do torcer. Evidentemente, minha discussão sobre essas teses será seletiva e deixará de lado muitos aspectos importantes, que merecem discussão em

um estudo mais completo. Tenho a pretensão, no entanto, de indicar e desenvolver suas linhas gerais e seu conjunto mais amplo dos pressupostos.

A fim de alcançar o objetivo estabelecido, organizei o artigo em cinco partes. Primeiramente, analiso o modo como a “massa-torcedora”, em geral, é tratada pela perspectiva crítica do esporte. Feito isso, discuto como essa perspectiva compreende o torcedor individualmente. Depois, focalizo suas análises sobre seu corpo e, em seguida, sobre sua capacidade de organização política. Por fim, defendo o emprego de uma abordagem multiperspectívica como instrumento de análise psicossocial do torcedor de futebol.

A “massa-torcedora”: leituras, pressupostos e implicações

Desde o fim do século XIX, as massas constituem um tema de grande relevância para as pesquisas em psicologia social, com destaque para os estudos de Gustave Le Bon (1895/2008). Embora não tenha sido o(a) primeiro(a) autor(a) a pensar e a elaborar uma “psicologia das multidões” — em parte, suas ideias já se encontravam nos livros de Scipio Sighele e de Gabriel Tarde —, Le Bon exerceu forte influência sobre o campo psicológico, tendo sido debatido por pensadores como Sigmund Freud e Serge Moscovici (Álvaro & Garrido, 2006). Sua influência extrapolou tal campo e alcançou outras áreas, como o jornalismo esportivo. Na década de 1950, por exemplo, o *Jornal dos Sports* publicou uma série de matérias sobre o comportamento da massa nos estádios e suas relações com a violência. Matérias que se inspiravam explicitamente na obra leboniana (Hollanda, 2009).

Nascido em 1841, Le Bon (1895/2008) vivenciou de perto alguns dos conflitos que marcaram a história da Europa no século XIX, como a Comuna de Paris, em 1871. De perfil conservador e impactado com a quantidade de sangue que correu nas ruas da “cidade luz”, o pensador francês responsabilizou as massas (proletárias) pelo ocorrido e defendeu a preservação dos valores tradicionais e das crenças religiosas. Para ele, as massas atuam como “micróbios” — dissolvendo o “corpo civilizatório”, quando debilitado — e suas características principais seriam o desaparecimento das individualidades e a aparição de uma “alma coletiva”. Assim, independentemente das características pessoais dos indivíduos que compõem a massa, essa “alma” faria com que eles pensassem e agissem de um modo totalmente diferente caso estivessem isolados. Em outras palavras, a formação da massa não se reduziria a uma simples aglomeração de pessoas, mas implicaria uma mudança qualitativa nas relações sociais, a qual envolveria o compartilhamento de ideias, afetos e ações.

Ao debruçar-se sobre esse tipo de leitura das massas aplicada ao contexto latino-americano, o ensaísta argentino Juan José Sebreli (1981;1998) — nos livros *Fútbol y masas* e *La era del fútbol* — argumenta que ela expressa um desprezo aristocrático pelas multidões (incluindo as torcedoras), compreendendo que os fenômenos coletivos são, essencialmente, irracionais. De acordo com o autor, esses fenômenos são, segundo tal leitura, produzidos pelo aumento da igualdade social e das oportunidades de participação da classe trabalhadora, assim como pelo desenvolvimento da educação pública. Afinal, ao invés de refinar intelectualmente a população, ampliando sua capacidade cognitiva, esse desenvolvimento teria como efeito provocar a decadência de uma refinada cultura (supostamente) só acessível a uma pequena minoria. Em outras palavras, do ponto de vista do referido ensaísta, tal leitura concebe a irracionalidade como um patrimônio exclusivo das massas populares. Rejeitando essa leitura, Sebreli recorda que grandes pensadores(as) já fizeram apologia a “movimentos irracionistas” — como o filó-

sofo Martin Heidegger ao nazismo. O autor argumenta, ainda, que a leitura leboniana busca, em última instância, justificar o controle das massas (incluindo as torcedoras) e excluí-las das deliberações coletivas. Afinal, sendo irracionais, não teriam nada de relevante a dizer.

Além de criticar a leitura leboniana, Sebreli (1998; 1981) rejeita a leitura “populista” das massas. Afinal, de acordo com ele, se a primeira entende que as multidões são essencialmente irracionais, a segunda, ao contrário, as exalta de forma acrítica. Afinal, se não enxergaria nelas qualidades intrinsecamente negativas, essa leitura “populista” identificaria virtudes que lhes seriam inerentes, mistificando, assim, a cultura popular. Em outras palavras, de acordo com o autor, a perspectiva populista essencializa a ideia de povo, fazendo crer que o povo é uma instituição imutável e eterna — como se houvesse algo como uma “alma popular”, que se expressaria por meio de atividades como o futebol. Crença essa que, conforme observa Sebreli, perde de vista que a história modifica, permanentemente, as paixões e expressões populares. Logo, o autor entende que a cultura popular só pode ser compreendida como uma construção social. Uma construção que, reforça ele, se efetiva em um espaço assimétrico de poder, onde algumas organizações (a indústria cultural) conseguiriam moldar as preferências e os desejos das populações em benefício próprio.

Sebreli (1981; 1998) argumenta, ainda, que a rejeição à crença de que o futebol expressa a “alma popular” leva a crer que seus(as) detratores(as) são elitistas. Afinal, rejeitariam um traço cultural original das classes populares. No entanto, segundo o autor, é preciso recordar que esse argumento perde força se tivermos em mente que, atualmente, as elites expressam um status elevado não por meio do consumo de atividades ou produtos exclusivos (carros de luxo, viagens ao exterior, vinhos caros etc.), mas, ao contrário, através do consumo das coisas mais vulgares — como o próprio futebol. Consumo esse que, no entanto, seria realizado de uma maneira ultra refinada, (supostamente) capaz de oferecer um gozo inigualável. Sob essa perspectiva, por exemplo, diferentemente de um olhar vulgar sobre o Maradona, que se encantaria com seus dribles desconcertantes, um olhar intelectualizado se deleitaria por ele oferecer uma chave privilegiada de leitura do populismo na Argentina.

O “indivíduo-torcedor”: leituras, pressupostos e implicações

A despeito de, acertadamente, rejeitar uma leitura essencialista das massas, Sebreli (1981; 1998) adota uma perspectiva de “indivíduo-torcedor” passivo, que desconsidera a complexidade do processo de recepção/consumo do futebol. Nesse ponto, suas reflexões sobre a (suposta) personalidade autoritária do(a) torcedor(a) são ilustrativas. Baseando-se nos estudos de Adorno (1975/2019) publicados nos anos 1950, nos Estados Unidos, sobre o “homem autoritário”, o ensaísta argentino argumenta que o(a) torcedor(a) é uma pessoa autoritária passiva, que se submete cegamente à autoridade e é facilmente sugestionável. Tratar-se-ia de alguém completamente adaptado e integrado ao “endogrupo” — a própria torcida — e que rechaçaria completamente o “exogrupo” — a torcida adversária. Isso ocorreria pois o pertencimento ao clube de futebol seria sua única fonte de identidade, já que ele(a) não teria uma identidade pessoal sólida. Isto é, os(as) torcedores(as) teriam um “eu” frágil e incompleto. Sua paixão pelo futebol seria, assim, o resultado dessa fragilidade e incompletude.

Contudo, o que provocaria essa fragilidade? Grosso modo, a falta de maturidade psicológica do(a) torcedor(a). Para Sebreli (1998), a paixão pelo futebol chega ao seu grau máximo na adolescência — fase em que a inserção infantil no grupo familiar e a identificação com os

pais entrariam em crise. Conseqüentemente, o(a) adolescente precisaria de algo novo para se identificar, como um “time de coração”. Não à toa, segundo o autor, a partir dos 25 anos, a paixão pelo futebol diminuiria, uma vez que, nessa idade, começaria a surgir (ou se intensificar) o interesse por outros temas, como a política, o trabalho e o sexo. A existência de alguns(mas) adultos(as) muito apaixonados(as) pelo futebol seria explicada porque, por diferentes razões, eles(as) não teriam conseguido formar um “eu” maduro. Ainda de acordo com Sebrelí, a fragilidade identitária do(a) adolescente se acentuaria quando este(a) pertence ao lumpemproletariado, já que, segundo ele, esse grupo, geralmente, não está inserido em nenhum tipo de trabalho ou estudo que poderia servir de base para a construção de uma identidade mais sólida.

A tentativa de Sebrelí (1998) de compreender o(a) torcedor(a) a partir das análises adonianas sobre a personalidade autoritária pode, eventualmente, ajudar a iluminar aspectos relevantes de suas ações, mas precisa ser validada pela pesquisa sistemática de seus comportamentos em contextos sócio-históricos concretos. Afinal, não é totalmente evidente que, apesar de algumas práticas torcedoras relativamente recorrentes — como a idolatria pelos(as) craques ou a violência física e simbólica nas arquibancadas —, possamos afirmar que todos(as) torcedores(as) (ou que a sua maioria) careçam de espírito crítico e ajam de uma forma que sirva para prendê-los(as) à ordem social. Ao contrário, diversos estudos (Numerato, 2014; Simões, 2017; Lopes, 2023) têm mostrado que o universo do futebol não é uma “máquina infernal” programada para manter o *status quo*, mas um campo de conflitos e lutas. Lutas essas levadas a cabo, por exemplo, por coletivos ativistas de torcedores(as) que, com certa frequência, organizam atos de resistência às forças dominantes do futebol e da sociedade em geral.

Outro problema da leitura de Sebrelí (1998) a respeito do(a) torcedor(a) é que, ao defini-lo(a) como alguém que se submete cegamente à autoridade e é facilmente sugestionável, acaba incorrendo nos mesmos problemas políticos da análise leboniana das massas, por ele criticada. Afinal, a partir de tal definição, somos levados a crer que o(a) torcedor(a), assim como um indivíduo no meio da multidão, não é capaz de ter espírito crítico, ou seja, que ele(a) seria alguém que não tem absolutamente nada de significativo a dizer. Em outras palavras, somos levados a deslegitimar, de antemão, sua palavra e, conseqüentemente, suas demandas por, por exemplo, ingressos mais baratos. Aliás, se concordarmos com Sebrelí, segundo o qual o futebol não passa de uma atividade de ócio alienada, esse tipo de demanda só pode mesmo parecer irracional ou funcional às classes dominantes.

Nesse ponto, no entanto, é possível contra-argumentar que a leitura de Sebrelí (1998) apenas formula hipóteses. Afinal, assim como diversos(as) intelectuais que estudaram o futebol, o autor opta pela produção ensaística e, nesse tipo de produção, “as ideias são desenvolvidas sem a necessidade de seu esgotamento, de sua comprovação cabal, nem de sua exaustão argumentativa” (Hollanda, 2017, p. 37). Sendo assim, suas ideias sobre o(a) torcedor(a) deveriam ser tomadas apenas como especulativas e provisórias. O problema é que esse caráter especulativo e provisório acaba desaparecendo no seu texto, por conta da adoção de uma linguagem dogmática. Assim, as referidas ideias acabam adquirindo uma aparência de explicações cabais sobre como a ideologia, difundida pelo futebol, leva a um comportamento obediente e conformista, que atrofiaria o espírito crítico.

No Brasil, o livro *Futebol: ideologia do poder*, de Roberto Ramos (1984), chega a conclusões semelhantes sobre o(a) torcedor(a). Produto de uma monografia orientada por Pedrinho Guareschi e de base marxista-althusseriana, tal livro defende que o futebol opera como um aparelho ideológico de Estado, mistificando a realidade e legitimando o capitalismo. Essa mistificação levaria o(a) torcedor(a) a assumir uma posição acrítica e passiva diante da realidade.

Não à toa, de acordo com o autor, quando termina o jogo, o(a) torcedor(a) está em perfeitas condições psicológicas para obedecer ao patrão. Assim como na obra de Sebreli (1998), poderíamos argumentar que essa é apenas uma hipótese de pesquisa. Hipótese essa que, no entanto, é sistematicamente desmentida por estudos recentes sobre “ativismo-torcedor” (Simões, 2017; Lopes, 2023), os quais mostram a emergência de diversos coletivos de torcedores(as) que empregam as mais variadas estratégias para enfrentar as diferentes estruturas de dominação da sociedade, como vemos na seção seguinte.

4 O “corpo-torcedor”: leituras, pressupostos e implicações

Se, como sugerem as análises sebrelianais, a teoria crítica do esporte compreende que o futebol atrofia o espírito crítico, o que dizer da leitura que essa teoria faz acerca do corpo dos(as) torcedores(as)? Começemos por aquilo que ela diz sobre os corpos dos(as) praticantes de esporte. De acordo com Brohm (1978/1982), o treinamento esportivo busca planificar e positivar esses corpos, quantificando suas performances e controlando suas funções fisiológicas. Nesse sentido, tais corpos passam, segundo ele, por um processo de desumanização, transformando-se em máquina. Tratar-se-ia de um corpo-máquina, portanto.

Longe de ser uma novidade, esse processo de desumanização do corpo já estava, em certo sentido, presente na filosofia cartesiana do século XVIII, que concebia o corpo como uma máquina, que funcionaria segundo suas próprias leis, isto é, como algo autônomo e alheio aos seres humanos (Lopes, 2021). Filosofia essa que, no século XX, viria a influenciar fortemente o desenvolvimento da Educação Física no Brasil. De modo geral, esta tomava o corpo como um objeto, que deveria passar por uma série de procedimentos, arranjos e dispositivos. Não à toa, na década de 1980, no período de redemocratização do país, autores(as) da área começaram a questionar a biologização da disciplina. Afinal, de acordo com eles, essa biologização operava como um aparelho da ditadura civil-militar (1964-1985) e era útil ao modo de produção capitalista, pois reforçaria valores como a competição e o desempenho (Lovisol, Vendruscolo & Góis Júnior, 2015).

As críticas desses(as) autores(as) da Educação Física inseriam-se dentro de um conjunto mais amplo de análises da teoria crítica do fenômeno esportivo. Para tal teoria, a submissão do corpo do(a) praticante de esporte ao controle técnico-científico constitui uma das marcas do esporte moderno. Essa submissão, segundo essa teoria, está atrelada à busca do recorde — outra característica do esporte moderno —, que, por sua vez, teria como objetivo a superação do ser humano da sua própria limitação biológica, negando, assim, a própria ideia de morte. Em outras palavras, podemos afirmar que, do ponto de vista da teoria crítica, os(as) atletas buscam, em última instância, se distanciar da sua própria condição de existência: a finitude. A busca pelo recorde, ademais, criaria uma hierarquia corporal, baseada na habilidade esportiva, que seria naturalizada pelo próprio campo esportivo e idealizada pelos meios de comunicação. Os corpos “inalcançáveis” das grandes estrelas do esporte seriam vendidos por esses meios para a população em geral como os modelos corporais ideais, criando frustração, dada a sua falta de proximidade real (Casco, 2018).

Outra característica dos corpos dos(as) atletas seria sua rigidez, necessária para resistir à dor corporal. Vinnai (1978), por exemplo, argumenta que o esporte se caracteriza justamente pelo seu elemento masoquista. Afinal, de acordo com ele, se, por um lado, o(a) atleta pode exercer, na atividade esportiva, seus impulsos agressivos; por outro, ele(a) precisa aprender a

obedecer e a sofrer para se superar e vencer seus(uas) adversários(as). Esse seria um aprendizado que o(a) atleta logo passaria a aplicar (consciente ou inconscientemente) também a outras esferas da sua vida. Em outras palavras, do ponto de vista do psicólogo social alemão, a “educação esportiva” para a resistência corporal impeliria os(as) atletas para a aceitação irrefletida da repressão no seu dia a dia.

No que diz respeito ao(à) torcedor(a), Vinnai (1978) observa que este(a) seria orientado(a) pela máxima do caráter autoritário-masoquista, que diz que a maior das virtudes é sofrer sem se lamentar. Uma máxima que, segundo o autor, possibilita justamente a subsistência de poderes sociais cegos e incontroláveis. Não à toa, para ele, “os gols que se fazem no campo de futebol são gols contra os dominados” (Vinnai, 1978, p. 127, tradução minha).

Seguindo essa linha de raciocínio, Sebreli (1998) argumenta que o futebol, ao invés de ser uma “escola formadora de caráter”, como dizem seus(uas) apologistas, na verdade, seria um difusor de valores tradicionais de uma sociedade patriarcal e sexista, tais como: a agressividade; a frieza; a vontade obsessiva de triunfar; a obediência à autoridade; o desprezo pela fragilidade; e a capacidade de suportar a dor. Esses valores se acentuariam nas “classes baixas”, às quais pertenceriam os(as) torcedores(as) mais fanáticos(as), como os membros das *barras* argentinas (equivalentes às torcidas organizadas brasileiras). Isso ocorreria pois, em tais classes, os homens seriam criados, na infância e na adolescência, nas ruas, sem a vigilância de pessoas adultas — o que os levaria a interagir de forma agressiva entre si e estabelecer hierarquias baseadas em fatores como idade e força física. Ademais, a participação em brigas, o consumo de bebidas alcoólicas e de drogas, a habilidade em contar piadas “suja” e certa astúcia na “luta pela vida” seriam práticas altamente valorizadas nos grupos de mesma idade e nível social.

Essa explicação de Sebreli (1998) é muito similar àquela, oferecida por Dunning (2014), para o hooliganismo inglês e encontra certo respaldo empírico em estudos antropológicos levados a cabo por alguns(mas) de seus(uas) compatriotas. O antropólogo José Garriga Zucal (2010), por exemplo, mostra que o universo das *barras* é orientado por um ideal de virilidade que valoriza justamente a resistência à dor corporal. Ideal que, segundo ele, é expresso no seguinte princípio moral: “*hay que tener aguante*” (“é preciso aguentar”, em tradução livre). Talvez, a principal diferença em relação ao mundo atlético seja que, no contexto das *barras*, a forma privilegiada de mostrar *aguante* ocorra através da participação em embates corporais — não à toa, cicatrizes são valorizadas e exibidas por seus membros, já que operam como signos de participação em brigas passadas. Outra diferença é que os corpos masculinos não precisam ser, necessariamente, rígidos para serem valorizados — corpos gordos, por exemplo, também gozam de certo prestígio. De qualquer modo, os corpos dos torcedores homens precisam, assim como os dos(as) atletas, mostrar capacidade de resistência à dor.

Outro argumento sustentado por Sebreli (1998) é o de que o futebol e o ato de torcer estão intimamente relacionados a uma homossexualidade reprimida. Tanto que os torcedores homens se abraçariam, beijariam a camisa suada de seus ídolos, os desnudariam em jogos triunfais, teriam sua foto no seu quarto, dedicariam maior tempo ao futebol do que a suas próprias esposas etc. Segundo o ensaísta argentino, essa (suposta) relação não deve, no entanto, nos levar a certo “esteticismo pseudopagão de direita” de exaltar o esporte moderno a partir da sua (falsa) identificação com a liberdade erótica da Grécia Antiga. Tampouco deve, de acordo com o autor, nos conduzir a certo “puritanismo de esquerda”, que buscaria explicar o fascismo a partir da “perversão sexual”, que teria raiz em instituições como o esporte. Afinal, de acordo com Sebreli, a (suposta) homossexualidade latente no esporte — incluindo o futebol e o ato de torcer, evidentemente — não significa um predomínio do “princípio de prazer”

sobre o “princípio de realidade”, mas sim a repressão e a sublimação das nossas pulsões em atitudes totalmente opostas àquelas que são reprimidas, a saber: a virilidade, o asceticismo e o preconceito anti-homoerótico.

Certamente, o principal problema das análises de Sebreli (1998), Vinnai (1978), Brohm (1982) e outros(as) autores(as) ligados(as) à teoria crítica do esporte é que elas extrapolam na derivação de algumas consequências lógicas e políticas. A esse respeito, por exemplo, é possível ressaltar que não é, de modo algum, evidente, como fazem crer esses(as) autores(as), que a constituição de corpos resistentes à dor seja funcional à repressão cotidiana, educando para ela. Mostrar que os(as) atletas e os(as) torcedores(as) são orientados(as) por um ideal que diz que é preciso aguentar a dor e que esse ideal molda seus corpos é uma coisa; mas é outra coisa, totalmente diferente, mostrar que, ao incorporarem esse ideal, eles(as) são impelidos(as) a agir de maneira conformista, aceitando, docilmente, as repressões e opressões cotidianas.

Nesse ponto, dois eventos são ilustrativos. O primeiro deles ocorreu nos meses de março e junho de 2020, quando torcedores(as) organizados(as) quebraram o silêncio reinante no campo da esquerda e saíram às ruas para defender a democracia e se manifestar contra a (desastrosa) gestão bolsonarista da epidemia de Covid-19, em Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e São Paulo. O segundo ocorreu no fim de 2022, após Luís Inácio Lula da Silva (PT) derrotar Jair Bolsonaro (PL) nas eleições presidenciais, quando esses(as) mesmos(as) torcedores(as) resolveram, diante da inércia das forças policiais, desbloquear com as “próprias mãos” as rodovias fechadas por bolsonaristas inconformados com a derrota eleitoral (Lopes, 2023). E por que esses eventos são ilustrativos? Porque ambos representam uma forma de resistência à violência da extrema direita e porque, em parte, só foram possíveis graças ao referido ideal de “aguentar a dor”. Afinal, sem ele, dificilmente, esses(as) torcedores(as) teriam saído de suas casas para enfrentar uma pandemia em seu auge, a violência (potencial) das forças policiais e a fúria de fascistas descontentes.

É preciso recordar, ainda, que, inclusive, esse tipo de enfrentamento também ocorreu em outros protestos mundo afora. Torcedores(as) ultras (os equivalentes europeus das torcidas organizadas brasileiras) formaram a linha de frente de diversas batalhas por mais democracia e liberdade no início dos anos 2010, como aquelas que ocorreram na Tunísia, na Turquia e no Egito. Para ficar apenas com este último caso: em 2011, os(as) Ultras Ahlawy, do clube mais popular da cidade do Cairo, o Al-Ahly, enfrentaram (e derrotaram) as forças policiais e ocuparam a maior praça pública do centro da cidade, a Praça Tahrir, contribuindo para a queda do regime militar de Hosni Mubarak. Graças à sua (enorme) capacidade de aguentar a brutalidade policial, eles(as) se transformaram, aos olhos da população, nos(as) protagonistas daquela que ficou mundialmente conhecida como Revolução Egípcia (Correia, 2019).

A “organização-torcedora”: leituras, pressupostos, implicações

Os episódios descritos na seção anterior sugerem que, longe da figura caricata do alienado, os torcedores de futebol possuem capacidade de organização política. No Brasil, desde meados da década de 1970, os torcedores organizados, por exemplo, possuem entidades representativas (Canale, 2020). Atualmente, existe até uma entidade de caráter nacional, a Associação Nacional das Torcidas Organizadas Brasileiras (Anatorg), que busca estabelecer o diálogo entre essas torcidas — inclusive, entre aquelas com histórico de rivalidade violenta — e entre elas e o poder público (Lopes, 2019). Também há uma série de coletivos ativistas de torcedores, os quais lutam por diversas bandeiras, tais como: a do reconhecimento da popula-

ção LGBTQIA+; a do antifascismo; a do antirracismo; a do direito ao estádio e ao clube; a do feminismo; a da democracia; e a do socialismo (Lopes, 2023).

As teorias críticas do esporte, no entanto, tendem a passar por cima da capacidade de organização política dos(as) torcedores(as), ocultando práticas e processos sociais potencialmente contestadores da ordem social estabelecida. De certa forma, esse ocultamento é uma decorrência da sua perspectiva de “indivíduo-torcedor” passivo. Afinal, assujeitado(a) pela ideologia dominante, o(a) torcedor(a) não teria capacidade de se organizar em instituições capazes de representar uma ameaça real às forças dominantes. Na verdade, tais teorias costumam destacar apenas os aspectos negativos das organizações torcedoras. Sebreli (1998), por exemplo, aborda a violência das *barras* argentinas e seus vínculos históricos com os(as) dirigentes esportivos(as) e com os grandes partidos políticos de seu país (de diferentes tendências ideológicas). Ao fazer isso, argumenta que as *barras* se utilizam e são utilizadas por esses dirigentes e partidos. Utilização essa que faria parte de uma longa tradição argentina do lumpemproletariado a serviço dos caudilhos.

Por um lado, é certo que, hoje em dia, a relação das torcidas de futebol com os(as) dirigentes e políticos(as) está muito bem documentada. O jornalista Gustavo Grabia (2012), por exemplo, mostrou, em detalhes, como a *barra* do Boca Júnios, a temida *La Doce*, trabalhou para diferentes partidos, chegando a criar, inclusive, uma fundação legal para a lavagem de dinheiro obtido a partir de extorsão. Também mostrou como ela opera em dias de jogos, revendendo ilegalmente ingressos, “gerindo” os estacionamentos próximos ao estádio do clube e “oferecendo” concessões para comerciantes de alimentos e bebidas poderem atuar nas suas redondezas². Por outro lado, também é certo que essas práticas clandestinas e ilegais das torcidas de futebol são apenas uma entre tantas outras. No Brasil, as torcidas organizadas possuem diversos projetos sociais (campanhas de doação de sangue, cursos de inclusão digital, distribuição de comida para pessoas em situação de rua, entre outros) e são fonte de identidade e lazer para milhões de jovens periféricos (Lopes, 2019). Ademais, conforme já antecipei, elas se articulam politicamente para pautar demandas a favor do(a) torcedor(a) pobre, como a redução no preço dos ingressos, e, em alguns momentos, para pautar demandas mais amplas, como a defesa do regime democrático.

Para ser justo com Sebreli (1998), é preciso reconhecer que ele focaliza a realidade argentina. No entanto, a fim de reforçar seu argumento, também se apoia em dados e informações de outros contextos, como o inglês e o italiano, e, em nenhum momento, discorre sobre esse “outro lado” das organizações torcedoras. Dessa forma, ao jogar luz apenas sobre um dos lados (o negativo), o autor contribui para estigmatizar essas organizações — tomando uma de suas partes (a considerada “defeituosa”) como a sua totalidade (Goffman, 1963/1988) — e, por conseguinte, para desacreditá-las perante a opinião pública. O que, por sua vez, subtrai a “força simbólica” de suas demandas e reivindicações nos debates públicos. Esse processo de estigmatização potencial do(a) torcedor(a), vale observar, também está presente na obra de outros(as) autores(as) críticos(as), como Vinnai (1978), o qual, assim como Sebreli (1998), parece focalizar o lado agressivo das organizações torcedoras.

Considerações de prosseguimento: em direção a uma abordagem multiperspectiva do torcer

Para finalizar, gostaria de destacar que, ainda que apresente alguns problemas, a perspectiva crítica do esporte é útil para a análise psicossocial do(a) torcedor(a); afinal, ela, acertadamente, enfatiza a importância dos vínculos (umbilicais) entre futebol e poder. Insisti, ainda,

que sua análise só pode ser feita se integrada no contexto mais amplo do estudo da sociedade capitalista. Sendo assim, a perspectiva crítica do esporte não deve ser tratada como um resíduo do passado, ou seja, como representante de um pensamento já superado. Na verdade, penso que o mais adequado é confrontar, tensionar e complementar os estudos freudo-marxistas, discutidos neste artigo, com outras leituras críticas do(a) torcedor(a). Em outras palavras, considero que o mais adequado é a adoção de uma abordagem multiperspectívica.

Essa abordagem é apresentada por Douglas Kellner (2001) e, de acordo com ele, inspira-se no perspectivismo de Friedrich Nietzsche — “segundo o qual toda interpretação é necessariamente mediada pela perspectiva de quem a faz, trazendo, portanto, em seu bojo, inevitavelmente, pressupostos, valores, preconceitos e limitações” (p. 129) —, defendendo o emprego de várias interpretações (críticas) a serviço do conhecimento. Esse emprego, no entanto, não deve ser visto como o caminho em direção a um conhecimento não situado, (supostamente) capaz de dar conta plenamente da realidade. Afinal, o multiperspectivismo sempre será apenas uma leitura a partir de uma posição de um sujeito localizado em um contexto social específico e situado em determinado momento histórico. Tampouco deve ser visto como um *pot-pourri* de diferentes pontos de vista, pois nem sempre é possível (e desejável) combinar diferentes leituras críticas, uma vez que elas podem partir — e, com frequência, partem — de pressupostos metateóricos distintos. Na verdade, tal emprego deve ser visto apenas como um convite para a articulação coerente de várias perspectivas críticas. Afinal, cada uma delas tem seus pontos cegos, clarões, vantagens e desvantagens, e nenhuma é capaz de esgotar o conhecimento.

Apenas para dar um exemplo, a teoria social crítica de John B. Thompson (1995/2000) pode, eventualmente, contribuir para o desenvolvimento de uma análise psicossocial do torcer, ao oferecer elementos importantes para compreendermos o papel e os (diferentes) modos de operação da ideologia no futebol, sem abrir mão de uma perspectiva de “indivíduo-torcedor” ativo e sem perder de vista que essa compreensão deve ser feita, necessariamente, à luz de contextos concretos. Afinal, nenhum fenômeno social subsiste em um vácuo, eles ocorrem em condições sociais e históricas específicas. Ou ainda, as análises do psicólogo social Tomás Ibáñez (2001) sobre dominação podem nos ajudar a problematizar as tentativas de compreender a ideologia no futebol baseadas em leituras deterministas, mecanicistas e apocalípticas, como se o espetáculo futebolístico fosse uma espécie de “veneno” capaz de impregnar o cérebro do(a) torcedor(a) com imagens distorcidas da realidade, que passariam a fazê-lo(a) agir de forma obediente e funcional ao *status quo*.

Certamente, a pertinência (ou não) desses(as) autores(as), e de tantos(as) outros(as), para o desenvolvimento de uma psicologia social (crítica) do torcer e a possibilidade de eles(as) serem articulados(as) de maneira coerente merecem ser discutidas, detalhadamente, em estudos futuros. Afinal, o futebol é um fenômeno complexo e de grande valor econômico, social, cultural e afetivo para o(a) brasileiro(a), não podendo, portanto, ser ignorado pela psicologia social.

Notas finais

1 No campo da Educação Física, isso não ocorreu. Ao contrário, foi nos anos 1980 que ela começou a ganhar mais força (Lovisoló, Vendruscolo & Góis Júnior, 2015).

2 Essa relação não se dá, necessariamente, de forma clandestina, ela também pode ocorrer de forma pública e legal. A presidenta do Palmeiras, Leila Pereira, por exemplo, já fez aportes milionários, via Lei Rouanet, para desfiles carnavalescos da principal organizada do clube, a Mancha Alviverde.

Referências

- Adorno, Theodor** (1975/2019). *Estudos sobre a personalidade autoritária*. Editora Unesp.
- Alabarces, Pablo** (2014). Entre la banalidad y la crítica: perspectivas de ciencias sociales sobre el deporte en América Latina. *Memória y Civilización*, 1(7), 39-77. <https://doi.org/10.15581/001.7.33755>.
- Alabarces, Pablo**. (2004) Entre la banalidad y la crítica: perspectivas de las Ciencias Sociales sobre el deporte en América Latina. *Memoria y Civilización*, 07, 39-77. Recuperado de <https://perio.unlp.edu.ar/catedras/esdcat2/wp-content/uploads/sites/21/2020/03/Alabarces-Entre-la-banalidad-y-la-cr%C3%ADtica-.pdf>
- Alabarces, Pablo** (2011). *Veinte años de ciencias sociales y deportes, diez años después*. 1(1), 11-22. <https://doi.org/10.22409/antropolitica2011.0i31.a47094>
- Almeida, Felipe Quintão; Vaz, Alexandre Fernandez** (2010). Do giro linguístico ao giro ontológico na atividade epistemológica em educação física. *Movimento*. 16(3), 11-29.
- Álvarez, José Luis & Garrido, Álvaro** (2006). *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. McGraw-Hill.
- Archetti, Eduardo P.** (1999/2016). *Masculinidades: fútbol, tango y polo en la Argentina*. Delgradón.
- Bourdieu, Pierre**. (1981/2019). *Questões de sociologia*. Vozes.
- Bracht, Valter** (1997/2011). *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. Unijuí.
- Brohm, Jean-Marie** (1993). 20 tesis sobre el deporte. In Jose Ignacio Barbero (Ed.), *Materiales de sociología del deporte* (pp. 47-55). Las Ediciones de La Piqueta.
- Brohm, Jean-Marie**. (1978/1982). *Sociología política del deporte*. Fondo de Cultura Económica.
- Casco, Ricardo** (2018). Ideologia esportiva e formação do indivíduo: contribuições da Teoria Crítica do Esporte. *Psicologia USP*, 29(02), 179-188. <https://doi.org/10.1590/0103-656420160149>.
- Correia, Mickael** (2019). *Una historia popular del fútbol*. Hoja de la Lata.
- Dunning, Eric** (2014). *Sociologia do esporte e os processos civilizatórios*. Annablume.
- Canale, Vitor** (2020). *Um movimento em muitas cores: O circuito de relações das torcidas organizadas paulistas entre 1968 e 1988 - Uma história da ATOESP (Associação das Torcidas Organizadas do Estado de São Paulo)*. Tese de Doutorado, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- Goffman, Erving** (1963/1998). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Guanabara.
- Grabia, Gustavo** (2012). *La Doce: a explosiva história da torcida organizada mais temida*. Panda Books.
- Hollanda, Bernardo Buarque** (2017). O ensaio como gênero e a produção ensaística sobre futebol no Brasil: um balanço. In Elcio Loureiro Cornelse, Priscila Campos & Silvio Ricardo da Silva (Orgs.), *Futebol, linguagem, artes, cultura e lazer. Vol II* (pp. 31-75). Jaguatirica.
- Hollanda, Bernardo Buarque** (2009). *O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro*. 7 Letras.
- Ibáñez, Tomás** (2001). *Municiones para disidentes: realidad-verdad-política*. Gedisa.
- Kellner, Douglas** (2001). *A cultura da mídia. Estudos culturais; identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. EDUSC.
- Le Bon, Gustave** (1895/2008). *Psicologia das multidões*. Martins Fontes.
- Lopes, Felipe Tavares Paes**. (2019) *Violência no futebol: ideologia na construção de um problema social*. CRV.
- Lopes, Felipe Tavares Paes**. (2021). Corpo, cultura e esporte: raízes históricas e filosóficas da concepção sociocultural de corpo e sua relevância para a compreensão das práticas dos torcedores organizados de futebol. *Arquivos em Movimento*, 17, 136-149. Recuperado de <https://>

revistas.ufrj.br/index.php/am/article/view/38206

Lopes, Felipe Tavares Paes. (2023) *Ativismo e resistência no futebol: o Trio de Ferro contra a dominação*. AutorEsporte.

Lovisoló, Hugo Rodolfo (2011). Sociologia do esporte (futebol): conversações argumentativas. In Ronaldo Helal, Hugo Rodolfo Lovisoló & Antonio Jorge Soares Gonçalves (Orgs.), *Futebol, jornalismo e ciências sociais: interações* (pp.11-32). EdUERJ.

Lovisoló, Hugo Rodolfo, Vendruscolo, Rosecler, & Góis Júnior, Edivaldo (2015). Recorte dos estudos socioculturais na Educação Física. In Marco Paulo Stigger (Org.), *Educação Física + Humanas* (pp. 181-202). Autores associados.

Numerato, Dino (2014). Who says “no to modern football?”. Italian supporters, reflexivity, and neo-liberalism. *Journal of Sport and Social Issues*, 39(2), 1-9. <https://doi.org/10.1177/0193723514530566>.

Ramos, Roberto (1984). *Futebol: ideologia do poder*. Vozes.

Santos, Joel Rufino dos (1981). *História política do futebol brasileiro*. Brasiliense.

Sebrelli, Juan José (1981). *Fútbol y masas*. Galerna.

Sebrelli, Juan José (1998). *La era del fútbol*. Sudamericana.

Simões, Irlan. (2017). *Cientes versus rebeldes: novas culturas torcedoras nas arenas do futebol*. Multifoco.

Thompson, John Brookshire (1995/2000). *Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Vozes.

Vaz, Alexandre Fernandez. (2002). DaMatta: o futebol como drama e mitologia. In Proni, Marcelo; Lucena, Ricardo. (Orgs). *Esporte: história e sociedade*. (pp. 139-164). Autores Associados.

Vaz, Alexandre Fernandez (2013). Esporte, cultura de massas: comentários segundo uma teoria crítica da sociedade. In Bernardo Borges Buarque de Hollanda et al. (Orgs.). *Olho no lance: ensaios sobre esporte e televisão*. (pp. 17-31). 7 Letras

Vinnai, Gerhard (1970/1978). *El fútbol como ideología*. Siglo Veintiuno.

Zucal, José Garriga (2010). *Nosotros nos peleamos: violencia e identidad de una hinchada de fútbol*. Prometeu.

FELIPE TAVARES PAES LOPES

<https://orcid.org/0000-0002-0213-7858>

Doutor em Psicologia Social pela USP e Doutor em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC. Professor da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (FEF-Unicamp).

E-mail: lopesftp@gmail.com

Histórico	Submissão: 05/02/2024 Revisão: 26/09/2024 Aceite: 30/09/2024
Financiamento	Fapesp – Auxílio à Pesquisa Regular – Processo N. 2023/11526-5
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	Não se aplica

“O QUE VALE É O SANGUE, HISTÓRIA(S) E ORIGEM(NS)!”¹: INDIANIDADES DOS POVOS INDÍGENAS TABAJARA

“LO QUE CUENTA ES LA SANGRE, HISTORIA(S) Y ORIGEN(ES)!”:
INDIANIDADES DE PUEBLOS INDÍGENAS TABAJARA

“WHAT COUNTS IS BLOOD, HISTORY(S) AND ORIGIN(S)!”:
INDIANITIES OF THE TABAJARA INDIGENOUS PEOPLES

Brisana Índio do Brasil de Macêdo Silva¹ e João Paulo Macedo²

¹Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil

²Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba/PI, Brasil

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender os campos de sentidos atribuídos pelos povos indígenas Tabajara às suas indianidades, no Piauí. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada com 20 lideranças indígenas, fundada no aporte teórico e metodológico da Produção de Sentido no Cotidiano. Os relatos destacam a desconstrução da imagem colonial e estereotipada do ser indígena e os modos de ser e de (re)afirmar-se indígena. A partir disso, observou-se que à medida que os grupos indígenas Tabajara passaram a (re)elaborar sua identidade étnica e coletiva em torno de um vínculo ancestral, de parentesco e de território comum, esses grupos colocaram em análise aspectos constitutivos de um discurso colonial e estereotipado sobre o “ser indígena” e (re)criaram práticas discursivas em torno de suas histórias de vida e de suas indianidades, assumindo-as enquanto estratégia de luta, resistência e (re)existência indígena, frente às relações de colonialidade presentes no cotidiano da vida.

Palavras-chave: Povos indígenas; Indianidade; Produção de sentido; Decolonialidade.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo comprender los campos de significado atribuidos por los indígenas Tabajara a su indianidad en Piauí. Se trata de una investigación cualitativa realizada con 20 líderes indígenas, basada en el aporte teórico y metodológico de la Producción de Significado en la Vida Cotidiana. Los informes destacan la desconstrucción de la imagen colonial y estereotipada del ser indígena y las formas de ser y (re)afirmarse como indígena. A partir de esto, se observó que, a medida que los grupos indígenas Tabajara comenzaron a (re)elaborar su identidad étnica y colectiva en torno a un vínculo ancestral, de parentesco y territorio común, pusieron en análisis aspectos constitutivos de un discurso colonial y estereotipado sobre el “ser indígena” y (re)crearon prácticas discursivas en torno a sus historias de vida y su indianidad, asumiéndolas como una estrategia de lucha, resistencia y (re)existencia indígena frente a las relaciones coloniales presentes en la vida cotidiana.

Palabras clave: Pueblos indígenas; Indianidad; Producción de significado; Descolonialidad.

Abstract: This article aims to understand the fields of meaning attributed by the Tabajara indigenous peoples to their Indianness in Piauí. This is a qualitative study carried out with 20 indigenous leaders, based on the theoretical and methodological framework of the Production of Meaning in Everyday Life. The reports highlight the deconstruction of the colonial and stereotypical image of the indigenous being and the ways of being and (re)affirming oneself as indigenous. From this, it was observed that as the Tabajara indigenous groups began to (re)elaborate their ethnic and collective identity around an ancestral bond, kinship and common territory, they analyzed aspects of a colonial and stereotypical discourse about ‘being indigenous’ and (re)created discursive practices around their life stories and their Indianness, assuming them as a strategy of struggle, resistance and indigenous (re)existence in the face of the relations of coloniality present in everyday life.

Keywords: Indigenous peoples; Indianity; Production of meaning; Decoloniality.

Introdução

Em resposta às práticas de etnocídio, genocídio e epistemicídio historicamente empreendidas pelo Estado brasileiro, os povos indígenas têm intensificado ações voltadas para a valorização de seus modos de vida, territórios e especificidades étnicas e culturais. Nesse contexto, observa-se um aumento no número de grupos indígenas que, até então considerados “desaparecidos” ou “extintos”, passaram, nas últimas décadas, a se autodeclararem e a reivindicarem o reconhecimento de sua condição étnica e de seus direitos constitucionais. Esse fenômeno, denominado pela Antropologia como “etnogênese”, “(re)emergência étnica”, “reexistência”, “eticização”, “ressurgimento” ou “viagem de volta”, denota para esses especialistas a constituição de novos grupos étnicos e políticos (Arruti, 2006; Bartolomé, 2006; Oliveira, 1998).

No entanto, o uso de tais nomeações tem sido alvo de críticas por parte dos movimentos sociais e acadêmicos, pois sugerem uma certa inventividade a esse processo de afirmação étnica. Assim, os grupos indígenas indicam uma recusa ao uso desses termos, uma vez que querem ser reconhecidos por suas histórias de luta e de resistência, e não por uma “suposta” ressurgência ou emergência. Nesse sentido, compreendendo esse fenômeno enquanto uma prática de (re)existência cultural e política, e com base no campo conceitual da descolonização, dos estudos decoloniais e pós-coloniais e da interdisciplinaridade crítica, Casé Angatu (2021) tem optado por denominá-lo como indianização, fortalecimento da indianidade e/ou retomada da indianidade.

Em termos históricos, tais reivindicações iniciaram no Brasil, sobretudo na região Nordeste, nos anos de 1920, prolongando-se até 1940, e posteriormente foram retomadas nos anos de 1970, seguindo até os dias atuais. Para José Maurício Arruti (2006), tal percurso passa por um primeiro ciclo (1920-1940), fruto de um longo histórico de luta indígena por reconhecimento oficial e de reivindicações pela reconquista das terras dos antigos aldeamentos, totalmente extintos entre as décadas de 1860 e 1870, em virtude da Lei de Terras de 1850. Diante desse cenário, os aldeamentos indígenas, especialmente no Nordeste brasileiro, foram extintos e suas terras incorporadas à propriedade privada e à Nação, resultando em inúmeros conflitos fundiários, assim como precárias condições de trabalho e de vida. Para o autor, o avanço do latifúndio, acompanhado de uma maior concentração de terras não produtivas e da condição de pobreza, exploração e violência, fez com que os grupos indígenas do nordeste brasileiro, até então invisibilizados e tidos como “caboclos”, passassem a se mobilizar, a fim de reivindicar a reconquista de suas terras, de seus antigos aldeamentos.

A principal característica desse primeiro ciclo, segundo Arruti (2006), é que este se configurou com base em uma rede de trocas de rituais e de parentescos estabelecida entre os grupos indígenas que, mesmo diante da usurpação de suas terras tradicionais e das tentativas de assimilação por parte Estado, compartilhavam festas religiosas, rituais indígenas e lutas políticas, a fim de manterem vivas as suas tradições, suas crenças e seus costumes. Por esse aspecto, o autor levanta a hipótese de que esse seja, justamente, o motivo pelo qual o primeiro ciclo se esgota em meados da década de 1940, como resultado de uma sobrecodificação das redes sociais e de trocas existentes entre os grupos indígenas; como exemplo disso, cita Fulni-ô (PE), Pankararu (PE), Xukuru-Kariri (AL), Kambiwá (PE), Tuxá (BA), Trucá (PE) etc.

O segundo ciclo, por sua vez, tem início a partir de 1970, impulsionado por dois aspectos principais: o primeiro diz respeito ao fortalecimento étnico das próprias etnias, diante a tessitura de uma rede de parentescos pelo país; e o segundo relaciona-se, por um lado, às lutas empreendidas pelos povos indígenas e pelas entidades indigenistas não-governamentais e de representação nacional, em resposta à crise econômica, política e social vigente no cenário bra-

sileiro, e, por outro, aos inúmeros casos de assassinatos, perseguição e tortura empreendidos durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira (Arruti, 2006).

Assim, contrariando as expectativas do Estado com as políticas de emancipação indígena — as quais pretendiam definir quem era ou não indígena — os povos indígenas ganharam maior visibilidade no cenário nacional, por meio de suas mobilizações sociais e políticas. Esse movimento gerou um conjunto de demandas e pautas indigenistas que culminaram na proposição de uma nova constituinte para o Brasil. Nas palavras de Eduardo Viveiros de Castro (2006):

A Constituição de 1988 interrompeu juridicamente (ideologicamente) um projeto secular de desindianização, ao reconhecer que ele não se tinha completado. E foi assim que as comunidades em processo de distanciamento da referência indígena começaram a perceber que voltar a ‘ser’ índio — isto é, voltar a virar índio, retomar o processo incessante de virar índio — podia ser interessante. Converter, reverter, perverter ou subverter o dispositivo de sujeição armado desde a “Conquista” de modo a torná-lo dispositivo de subjetivação; deixar de sofrer a própria indianidade e passar a gozá-la. (p. 43)

Nessa direção, outro marco legal, no campo indigenista, que contribuiu para tais discussões e avanços advindos da Constituição de 1988 foi a Convenção nº 169/1989 sobre *Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes*, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989. Essa convenção estabelece a autoidentificação étnica como critério fundamental para o reconhecimento dos povos indígenas. Historicamente, o Estado impôs restrições aos processos de reconhecimento étnico, atribuindo essa autoridade ao órgão indigenista estatal e, posteriormente, aos antropólogos, por meio de laudos periciais antropológicos. Com a Convenção nº 169, ratificada no país pelo Decreto nº 143/2002, essa prerrogativa de validação do reconhecimento não se destina mais ao Estado, mas sim aos próprios grupos e comunidades, que passaram a se identificar com base nos etnônimos que se autoatribuem (Angatu, 2021; Arruti, 2006; Ricardo, Klein, & Santos, 2023).

Desse modo, apesar dos inúmeros impasses quanto à aplicabilidade da Convenção nº 169 pelas autoridades judiciais e administrativas — as quais, ainda marcadas por um viés formalista, tecnicista e colonialista, continuam a solicitar laudos antropológicos para a identificação étnica desses grupos e reproduzem um modelo de indianidade eurocêntrico e colonial —, observou-se uma maior diversificação de grupos que passaram a assumir sua indianidade em diversos contextos sociais, incluindo cidades, comunidades rurais, comunidades ribeirinhas e outros (Almeida, 2008; Conselho Federal de Psicologia, 2022; Ricardo, Klein, & Santos, 2023).

A exemplo disso, temos os dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que demonstram um crescimento no número de pessoas autodeclaradas indígenas no país, passando de 250 mil para 897 mil, entre os anos de 1991-2010; sendo que, no ano de 2010, registrou-se a existência de 305 etnias e 274 línguas indígenas (IBGE, 2012). Dando continuidade, o Censo 2022 revelou que no Brasil tem 1,7 milhão de indígenas, o que representa 0,83% do total de habitantes do país; de modo que, pouco mais da metade (51,2%) da população indígena está concentrada na Amazônia Legal. Tais dados apontaram um aumento de 88,82% no número de indígenas nesses últimos 12 anos, período em que esse contingente quase dobrou (IBGE, 2022).

No Piauí, observa-se também um crescimento de 144% da população indígena autodeclarada, sendo o 5º maior crescimento registrado no país, ficando atrás somente do Rio Grande do Norte (351,48%), da Bahia (306,35%), do Ceará (191,44%) e do Amazonas (191%). Em 2010,

eram 2.944 pessoas e, em 2022, foram 7.198 moradores, distribuídos em 157 municípios do Piauí, que representam 70,08% das cidades do Estado, sendo Piripiri a que detêm o maior número absoluto de indígenas, com 1.370, e Lagoa de São Francisco a que tem o maior percentual de população autodeclarada indígena, com 10,76% (IBGE, 2022).

No tocante à população indígena do Piauí, na região norte do estado, destacam-se os grupos indígenas da etnia Tabajara, que se organizam — em torno das seguintes associações indígenas: Associação Indígena Itacoatiara de Piripiri; Associação Organizada dos Indígenas do Canto da Várzea; e Comunidade Indígena Nazaré de Tabajara, Itamarati e Tapuia —, a fim de garantir o reconhecimento de sua condição étnica e de seus direitos constitucionais, sobretudo diante da realidade em que vivem, visto que, por residirem em bairros periféricos e/ou em áreas rurais, são nomeados como grupos indígenas não-aldeados ou desaldeados (Silva & Macedo, 2022).

Partindo disso, os Tabajara têm reafirmado suas histórias de vida, suas memórias, seus vínculos comunitários e de parentescos, em busca de uma história do presente, já que, por muito tempo, a presença indígena em Piauí foi invisibilizada e silenciada. Esse movimento tem, portanto, impulsionado e dinamizado elementos simbólicos e culturais dentro do grupo, provocando o reposicionamento do lugar de fala e das relações de força que os constituem como sujeitos de direitos.. Isso favorece a constituição de novos campos de sentidos em torno de suas indianidades, as quais operam como vetores/movimentos que conformam uma multiplicidade de modos de ser e de (re)afirmar-se indígena, em contraposição a um padrão ou modelo de indianidade construído, historicamente, pelos órgãos indigenistas estatais ao (re)produzirem uma imagem colonial e estereotipada do que é ser indígena, tomando como referência o homem burguês e as características do mundo ocidental moderno eurocentrado e colonizador.

Desse modo, o presente artigo objetiva compreender os campos de sentidos que os povos indígenas da etnia Tabajara atribuem às suas indianidades, a fim de contribuir com o debate em torno dos processos de (re)existência cultural e política dos povos indígenas no Brasil, especialmente no Piauí. Busca-se, ainda, fomentar a produção de novas perspectivas teóricas e analíticas que auxiliem na atuação de psicólogos/as/es junto à população indígena brasileira.

Metodologia

Dada a natureza do objeto de investigação proposto, optamos por uma abordagem qualitativa, orientada pela proposta teórico-metodológica da produção de sentido no cotidiano, oriunda da perspectiva construcionista. Essa abordagem se debruça sobre as relações cotidianas e sociais dos indivíduos e/ou coletivos, exigindo dos pesquisadores uma postura crítica frente às construções sócio-históricas que permeiam o dia a dia. Ademais, considera como as pessoas e os grupos sociais produzem significados e se posicionam nas relações sociais (Spink, Brigagão, Nascimento, & Cordeiro, 2014).

O estudo foi realizado nos municípios de Piripiri e Lagoa de São Francisco, onde vivem famílias da etnia Tabajara. Em Piripiri, essas famílias residem em bairros periféricos da cidade e na Comunidade Canto da Várzea (zona rural). Em Lagoa de São Francisco, elas se encontram na Comunidade Nazaré (zona rural). Participaram do estudo 20 lideranças indígenas, sendo 10 homens e 10 mulheres, com idades entre 18 e 88 anos, distribuídos da seguinte forma: 7 da zona urbana de Piripiri, 4 da zona rural de Piripiri e 9 da zona rural de Lagoa de São Francisco.

Como ferramentas de pesquisa, utilizamos a observação participante e as conversas no cotidiano, com o objetivo de compreender o dia a dia das pessoas, do grupo ou da comunidade. Além disso, foram realizadas entrevistas individuais e grupais, partindo da pergunta: “o que é ser indígena?”. Todo o percurso metodológico foi registrado em diários de campo, nos quais narramos os acontecimentos observados e as impressões suscitadas, considerando as falas, o contexto e as dinâmicas do campo de estudo. Para a análise das entrevistas, utilizamos a elaboração do Mapa de Associação de Ideias, também conhecido como Mapa Dialógico, um instrumento de análise que auxilia na organização das práticas discursivas e orienta as categorias analíticas a serem discutidas (Spink et al., 2014).

Nesse sentido, examinamos as práticas discursivas que compõem o processo de indianização dos Tabajara, divididas em duas subcategorias analíticas: (a) desconstrução da imagem colonial e estereotipada do ser indígena — abordando aspectos relacionados: aos estereótipos, preconceitos e racismo; à colonização, mestiçagem e caboclatização e à ressignificação da identidade indígena, orgulho e sentimento de pertença —; (b) modos de ser e de (re)afirmar-se indígena Tabajara — explorando o modo de vida tradicional, a relação com a terra e a natureza; medicina tradicional e o papel do Pajé; revitalização de práticas culturais, a exemplo do Toré; pintura e língua indígena e do Museu Indígena Anízia Maria.

Ademais, consideramos todos os aspectos éticos relacionados à pesquisa com seres humanos, conforme a Resolução nº 466/2012. Todos os participantes optaram por divulgar seus nomes nos registros das falas utilizadas neste trabalho, visto que os relatos tratam de suas histórias de vida, memórias, experiências e acontecimentos comunitários. Essa escolha também reflete o desejo de registrar suas trajetórias de luta, resistência e (re)existência, no contexto piauiense. Por fim, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, conforme o Parecer Consubstanciado nº 3.131.050.

Resultado e discussão

Desconstrução da imagem colonial e estereotipada do ser indígena

O violento processo de colonização das terras brasileiras e dos povos originários criou duas representações que reverberam até hoje no imaginário social: uma, sob a ótica da matriz identitária do “índio inimigo”, que os caracteriza como atrasados, preguiçosos e inimigos do progresso econômico e social do país; e outra, sob a perspectiva do “índio aliado”, que os retrata como pacificados, integrados e civilizados, dentro de uma imagem idealizada e romantizada do bom selvagem. Ambas as representações foram usadas para justificar o domínio e o controle sobre suas vidas (Gonçalves, 2015). Em vista disso, a história colonial deixou marcas profundas, ainda vigentes na sociedade brasileira, por meio das relações de colonialidade (Quijano, 2005), que sustentam discursos romantizados e gloriosos sobre o passado colonial, dificultando a produção de novas narrativas que contraponham tais matrizes identitárias e ideológicas, que oprimem, invisibilizam e negam a população indígena, objetificando e inferiorizando suas existências.

Nesse contexto, ao refletir sobre seu processo de indianização no cenário piauiense, as lideranças indígenas Tabajara questionam essas matrizes identitárias e ideológicas impostas pela sociedade. Matrizes essas que, construídas sob a ótica do colonizador, retratam os indígenas como “primitivos”, “bárbaros”, “preguiçosos”, “exóticos” e “inimigos”, conforme expressado nas seguintes falas:

Não somos bravos nem preguiçosos como muitos pensam. Queremos apenas nossos direitos!
(Pajé Chicão)

As pessoas acham que os povos indígenas são inimigos do desenvolvimento da Nação! Pelo contrário, ao longo desses anos, fomos nós que contribuímos! Mas os grandes empresários, fazendeiros, os brancos, não entendem, e por isso nos matam e nos oprimem! (Cícero Dias)

Todo esse estereótipo em torno do ser indígena/ser índio foi criado pelo branco, pelo europeu, para justificar as violências cometidas contra os povos indígenas! (Sheila Leite)

Assim, a partir desses relatos, nota-se que, para a sociedade ocidental moderna, “ser indígena/ser índio” é estar à margem dos padrões estabelecidos pelo modelo hegemônico eurocêntrico. Esse modelo, fundamentado no mito da modernidade e da superioridade europeia, consagrou o homem branco europeu cristão como ideal e, simultaneamente, criou seu oposto: os não brancos, os não civilizados, os não europeus (Castro-Gómez, 2005). Por não se enquadrarem nessas representações eurocêntricas e coloniais, as lideranças indígenas Tabajara relatam que têm suas histórias de vida, ancestralidades e indianidades deslegitimadas e negadas.

O silêncio foi grande! Mas, aos poucos, as pessoas estão criando coragem! A discriminação é muito grande também! Você diz: “eu sou indígena!”. Logo, você escuta: “ah, índio anda é no mato, não é na cidade, não!”. “Índio anda é nu!”. Acredita que tem gente que até faz brincadeiras do tipo: “Você, morde?” (Cícero Rodrigues)

Eles dizem que quem é índio é somente aqueles que têm o fenótipo indígena. Aí falam: “ah, esses daí não são índios, não, estão é inventando!”. No geral, a sociedade tem essa visão de que índio é só quem vive na aldeia, fala uma língua, tem os olhos puxados e o cabelo liso. Já aconteceu de as pessoas dizerem na minha cara que eu não sou indígena, que eu sou é branca, mas o engraçado é que eu nunca me enxerguei branca. (Sheila Leite)

Atento a tais questões, Angatu (2021) aponta que essas representações evidenciam as contradições do próprio Estado brasileiro em relação aos povos indígenas: ao passo que exige uma “pureza” e “essência” a ser preservada e mantida, empreende, por outro lado, desde o período colonial sob o domínio da coroa portuguesa, diversas ações contra os territórios e modos de vida indígenas, sob discursos de aculturação, assimilação e integração dos povos indígenas à sociedade nacional, que legitimam inúmeras tentativas de etnocídio, genocídio e desindianização, muitas vezes incentivadas por agências nacionais e internacionais interessadas na exploração das riquezas minerais e naturais de seus territórios.

Dessa forma, tais discursos impactam diretamente a vivência dos povos indígenas. Por se oporem ao modelo capitalista e eurocêntrico hegemônico, são frequentemente posicionados como o “outro” não eurocêntrico, marginalizados e transformados naquilo que o sujeito branco teme reconhecer em si. Esse processo é descrito por Grada Kilomba (2019) como Outridade, “a personificação de aspectos repressores do ‘eu’ do sujeito branco” (p. 38), onde o “outro” é criado em antagonismo ao “eu”, instituindo padrões, representações e estereótipos aos grupos colonizados. No caso da população indígena, isso se traduz na construção de um imaginário social sobre o que é ser indígena, em que “o indivíduo é cirurgicamente retirado e violentamente separado de qualquer identidade que ela/ele possa realmente ter” (p. 39).

Nessa direção, as lideranças indígenas da etnia Tabajara evidenciam o quanto o ambiente escolar pode contribuir para a reprodução de tais representações que engendram o imaginário social do que é ser indígena e dificultam o processo de indianização de muitos indivíduos e coletivos, os quais ficam receosos de assumir suas ancestralidades indígenas, já que, ao longo da história brasileira, os indígenas foram retratados como seres exóticos que vivem nas florestas ou nas selvas, andam nus, caçam com arco e flecha. Exemplo disso é apresentado nos trechos a seguir:

Desde muito cedo, meu avô e minha mãe sempre me diziam que tínhamos raízes indígenas, mas eu ainda carregava dentro de mim os estereótipos que a sociedade impôs. Eu pensava: “como vamos nos identificar como indígenas se não sabemos muito sobre nossa história?”. E me questionava: “será que sou mesmo indígena?”. Na escola, havia sempre o medo de estereótipos e brincadeiras: “ah, você não anda nua, não vive em oca, então não é indígena!”. Com o tempo, começamos a amadurecer essa questão na comunidade, descobrimos mais sobre nossa história e eu fui me descobrindo também. Mas o processo de me identificar como indígena foi difícil, precisei aprender muito sobre a nossa história e sobre quem foram meus avós para, hoje, poder afirmar que sou indígena. Acho muito importante que outras pessoas façam o mesmo, porque sempre nos ensinam que não há indígenas aqui, que isso é algo distante, restrito à Amazônia. (Dinayana Kelly)

Desde a infância, as pessoas costumavam me chamar de índia. Na escola, isso me incomodava por conta dos estereótipos. Hoje, já não sinto mais isso, mas na infância era difícil! Eu achava estranho, como se fosse um apelido. No entanto, agora é diferente: sinto muito orgulho disso! (Maria do Socorro)

Desse modo, diante de tais representações eurocêntricas e coloniais, as lideranças da etnia Tabajara, inicialmente, enfrentaram inúmeras dificuldades para afirmar suas indianidades, principalmente por não apresentarem os traços socioculturais e físicos historicamente atribuídos à população indígena. Isso se deve ao processo de miscigenação e caboclatização da população brasileira, além das inúmeras tentativas de etnocídio e genocídio que perduram até os dias atuais, manifestando-se nas relações de colonialidade presentes no dia a dia. Essas relações colocam historicamente os grupos colonizados em uma posição de subalternidade, em relação à supremacia racial branca, com o objetivo de oprimir e desqualificar seus discursos e corpos (Lander, 2005).

Contudo, mesmo diante de todo esse sistema colonialista, racista e patriarcal, a população indígena busca constantemente legitimar suas histórias, seus saberes e suas lutas, além de analisar os discursos coloniais e eurocêtricos. Por isso, a margem não deve ser vista apenas como um espaço de opressão, perda e privação, mas como um território de resistência e (re)existência, onde novos discursos, novas narrativas e novos mundos são criados e (re)inventados (Krenak, 2019).

Nesse bojo, os Tabajara reportam que, à medida que foram resgatando suas histórias de vida e se organizando politicamente, foram colocando em análise tais discursos construídos para legitimar o processo de colonização. Além disso, destacam que passaram a assumir seus modos de ser e de (re)afirmar-se como indígenas, superando o modelo de indianidade (eurocêntrico e colonial) estabelecido a priori por órgãos tutelares e instituições estatais, conforme o relatado:

Quando começamos a resgatar nossas raízes indígenas, eu fiz esse mesmo questionamento em Brasília, na CTL da Funai, porque queria entender melhor, principalmente sobre a questão dos traços físicos, já que eu ainda tinha muitas dúvidas. A resposta que me deram

foi: “olha, não pense que para ser índio precisa ter cabelo liso e ser moreno! Temos índio loiro, índio negro, índio de cabelo branco, índio de cabelo enrolado. O que importa é a história de vocês! É o sangue que corre nas veias de vocês! Quem define quem você é é o seu passado, é a sua história!”. Quando eu trouxe essa questão aqui para a Comunidade Nazaré, as pessoas se abriram mais. Muitos tinham receio de afirmar que eram indígenas, achando que era necessário ter cabelo liso e pele morena, mas hoje nós nos assumimos com muito orgulho! (Cacique Henrique Manoel)

Dessa forma, as lideranças indígenas Tabajara indicam que, devido ao processo de miscigenação da população brasileira e às estratégias estatais de aculturação, assimilação e integração da população indígena, muitos grupos indígenas passaram por um processo de “caboclatização”. Nesse processo, tidos como “aculturados”, “miscigenados”, “integrados” e “civilizados”, passaram a ser denominados, pela sociedade nacional, como “caboclos”, especialmente pelos órgãos tutelares e estatais. Essa nomeação carregava uma conotação de inferioridade, categorizando esses grupos indígenas como “falsos índios”, pelo fato de não apresentarem mais sinais diacríticos fortemente contrastantes, devido à convivência com a sociedade não-indígena. Em resposta a essas atribuições, o termo “caboclo” passou a ser usado por alguns indivíduos e coletivos como uma forma de autoidentificação, com o objetivo de minimizar e/ou eliminar os estigmas e as conotações de inferioridade atribuídos pela população branca à sua aparência física, costumes e modos de vida (Lima, 1999).

Nesse sentido, Deborah Magalhães Lima (1999), ao estudar a construção histórica do termo “caboclo”, afirma que a definição e o uso dessa categoria social são complexos e ambíguos. A palavra “caboclo”, em suas etimologias, pode significar “aquele que vem da floresta” (derivado do tupi “*caa-boc*”) ou “procedente do branco” (vem da palavra tupi “*kari'boka*”) relacionando-se, assim, tanto com os povos indígenas quanto com o processo de mestiçagem entre indígenas e brancos e, posteriormente, com o modo de vida tradicional. Além disso, a autora destaca que, em alguns cultos afro-brasileiros, o termo é usado para se referir aos “encantados”, ou seja, aos espíritos da natureza.

Nós, indígenas, nos identificamos como caboclos! Somos caboclos da mata! Teve uma vez que meninos de outras regiões vieram para um evento aqui no Piauí, e nós só nos tratávamos assim: “ei, caboclo, vem cá!”; “ei, caboclo, vamos ali!” Era caboclo pra lá e pra cá! Agora, quando usam o termo de forma depreciativa, aí a gente não gosta! Mas, entre nós, é tranquilo. (Joselane Dias)

Para nós, os caboclos seriam os nordestinos que vivem hoje no sertão e que, para sobreviver, passaram a se chamar de caboclos. Mas caboclo também é indígena. Nós somos caboclos! Isso faz parte da nossa cultura! A palavra “caboclo” vem do indígena, está no Toré, nas cantigas e tantas outras coisas. (Maria Lucinete)

Dessa forma, apesar das representações negativas e pejorativas historicamente atribuídas aos povos indígenas, observa-se que o processo de resgate histórico e de organização política dos grupos indígenas no Brasil, como os Tabajara no Piauí, possibilitou a recuperação da autoestima e do orgulho em torno de suas identidades indígenas, assumidas como estratégias de luta e (re) existência cultural e política. Nesse contexto, Gersem dos Santos Luciano (2006) aponta que a ascensão do movimento indígena no Brasil, a partir dos anos 1970, contribuiu significativamente

para essa retomada de orgulho e autoestima, permitindo novas formas de exercício de cidadania e (re)existência política e cultural dos povos indígenas no cenário nacional.

Eu digo com muito orgulho que sou indígena, e ninguém vai tirar isso de mim, de nós! É nosso direito! E eu fico muito feliz quando as pessoas olham meu documento e perguntam “você é indígena?” e eu respondo “com muito prazer!” (Cacique Francisco Marcos)

Tenho muito orgulho! Toda a minha família é indígena! A pessoa tem que mostrar quem é, não ficar se escondendo, dizendo: “ah, eu tenho vergonha!”. Eu não tenho isso, não! Nasci índio e sou índio até hoje! (Raimundo Manoel)

Hoje eu me sinto bem no movimento indígena, foi onde eu me encontrei. Faço isso com muito orgulho e prazer. Tenho o maior prazer em puxar um Toré, em cantar as músicas, porque é onde me identifico. Foi algo que a gente construiu, onde nos reencontramos! E não sou só eu, é toda a Comunidade Nazaré! Nosso povo tem o maior prazer em participar de um evento! E quando puxamos um Toré, todo mundo fica de queixo caído, porque é onde todos nós nos reconhecemos em algo que é nosso! (Cacique Henrique Manoel)

Nesse sentido, é possível observar, nas falas das lideranças indígenas Tabajara, a alusão a um forte sentimento de pertencimento ao coletivo, ao movimento indígena e à cultura indígena. Isso contribui para o fortalecimento de suas identidades indígenas, bem como para o fortalecimento das relações comunitárias, a construção de um projeto de futuro e a reelaboração de aspectos históricos e culturais do grupo, através das formas de sociabilidade vivenciadas entre eles em seus respectivos espaços comunitários, seja na zona urbana ou rural. Conforme argumenta Maurice Halbwachs (2004), o sentimento de pertencimento a um coletivo está baseado no processo de apropriação de uma memória coletiva, construída tanto por acontecimentos vividos pelo grupo no presente quanto por eventos do passado. Por meio da interação e da socialização, isso possibilita a construção de uma história do presente e de um passado comum.

Assim, observa-se que o processo de resgate histórico e de organização política dos grupos indígenas pelo país, a exemplo dos grupos da etnia Tabajara no Piauí, proporcionou aos envolvidos a recuperação de uma autoestima e de um orgulho em torno de suas indianidades. Isso possibilitou, ainda, que esses grupos colocassem em análise suas próprias representações em torno do ser indígena, evidenciando um processo de descolonização, uma vez que tiveram que desconstruir a imagem, colonial e estereotipada, que tinham do ser indígena, para produzir, em contraposição às relações de colonialidade postas no cotidiano, novas práticas discursivas em torno de suas histórias de vida e de suas indianidades. De acordo com Kilomba (2019), um processo de descolonização “refere-se ao desfazer do colonialismo” e, politicamente, descreve “a conquista da autonomia por parte daquelas/es que foram colonizadas/os” (p. 224).

Nesse sentido, os Tabajara, por meio de seu processo de descolonização, têm buscado fortalecer e resgatar elementos e traços de sua cultura indígena, com o objetivo de (re)afirmar e fortalecer suas identidades indígenas. Não se trata de avaliar ou classificar quanto de “índio” restou após o processo de mestiçagem, caboclatização e as tentativas de etnocídio e genocídio vivenciadas ao longo dos anos, nem de adotar um padrão ou modelo específico de indianidade. Em vez disso, busca-se (re)afirmar e resgatar os elementos e traços culturais que definem seus modos de ser e de se (re)afirmar como indígenas, em um país caracterizado por uma grande diversidade cultural e étnica.

Eu acredito que ser indígena é como fazer parte de uma cultura. É você se sentir pertencente! Algo que ainda cultivamos hoje em nossa Comunidade Nazaré. Algo que vem de muitos anos e que continuamos a buscar fortalecer e resgatar! (Elayne da Silva)

Ser indígena para mim era tudo o que eu queria. Poder reconhecer minha origem, sabe? Eu morava em outro lugar e me mudei para o Canto da Várzea. Aqui, conheci o movimento indígena e me encontrei! E aqui estou! Estou muito feliz! (Maria da Anunciação)

Assim sendo, cada indivíduo e/ou grupo da etnia Tabajara afirma suas indianidades, a partir das relações estabelecidas com os elementos e traços culturais que marcam suas histórias de vida individuais e/ou coletivas, que versam sobre: seus modos de vida tradicionais, a relação com a terra e a natureza; a medicina tradicional e o papel do Pajé; a revitalização de práticas culturais, a exemplo do Toré; a pintura e a língua indígena e o Museu Indígena Anízia Maria, conforme apresentado na seção a seguir.

Modos de ser e de (re)afirmar-se indígena Tabajara

Como já mencionamos, os grupos indígenas da etnia Tabajara passaram a afirmar seus modos de ser com base em suas dinâmicas sociais e comunitárias. Eles (re)afirmam elementos e traços culturais que remetem à sua ancestralidade e à cultura indígena, com o objetivo de construir uma história do presente. Assim, cada um, à sua maneira, atribui sentidos aos seus modos de ser e de (re)afirmar-se indígena, seja nas áreas urbanas ou rurais.

Isso posto, vale ressaltar que algumas lideranças indígenas da etnia Tabajara, ao refletirem sobre suas histórias de vida e as de seus antepassados, relatam que assumem suas indianidades a partir do seu modo de vida tradicional. O que faz atentarmos para o fato de que se antes, devido ao processo de colonização, mestiçagem e caboclatização, alguns grupos indígenas tiveram que escamotear seus costumes, tradições e práticas, agora usam desses marcadores culturais e sociais para (re)afirmarem suas indianidades nos mais diversos espaços.

Eu continuo fazendo roça, plantando e cuidando dos animais. É o que faço todo dia. Adoro plantar macaxeira, feijão, fava, melancia e abóbora. Ainda me sinto firme e forte, muito orgulhosa de poder dizer hoje, de boca cheia, que sou indígena! (Maria Gorete)

Nunca deixamos de fazer roça, de colher frutos e de fazer artesanato, mesmo morando na cidade! (Joselane Dias)

Dessa forma, para além de um discurso colonizador sobre o ser indígena, não podemos negar a relação que os Tabajara estabelecem com a terra, a natureza e o uso de recursos naturais. Longe de ser um sinônimo de “incivilização”, trata-se de uma relação de existência e subsistência, pois é através dela que eles expressam sua diversidade sociocultural, suas cosmovisões, seus saberes e seus modos de vida tradicionais (Angatu, 2021; Krenak, 2019; Luciano, 2006).

Com base nisso, os grupos indígenas Tabajara reivindicam o direito à demarcação ou aquisição de suas terras. Além disso, com o objetivo de cultivar e transmitir suas memórias, suas ancestralidades, seus saberes e expressões culturais, cada grupo detêm, em seus respectivos espaços comunitários, uma Oca indígena. De modo mais específico, o grupo indígena da

zona rural de Piripiri tem se empenhado na construção de uma Vila Indígena, em um terreno cedido por uma das lideranças às demais famílias que ainda não possuíam um espaço próprio para morar. Assim sendo, a Oca e a Vila Indígena representam, para os Tabajara, a (re)afirmação de um espaço identitário, ou seja, de um território físico e simbólico, que conecta o passado ao presente, contribuindo para a afirmação identitária do grupo, bem como para a tessitura de novas relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Nesse contexto, outro aspecto destacado foi o uso de medicinas tradicionais, como o cultivo de ervas medicinais, a produção de garrafadas e as práticas de cura, dentre outras. De modo que, esses saberes e práticas se refletem na própria concepção de saúde e de doença que as lideranças Tabajara apresentam no dia a dia, bem como nas ações de cuidado em saúde que estabelecem consigo e com as demais pessoas, conforme elucidado nas seguintes falas:

Os saberes e as práticas da medicina tradicional são o que temos de mais forte até hoje. É algo que sempre cultivamos aqui em casa! (Sheila Leite)

Os rituais, as garrafadas, os remédios da mata não podem morrer! Isso é a nossa cultura! Por isso, continuo fazendo esses remédios naturais, para não deixar isso desaparecer de jeito nenhum! (Cícero Rodrigues)

Trabalho com remédios caseiros e estudo as plantas há muitos anos, porque ajudo pessoas que estão doentes e que precisam desse tipo de ajuda! (Pajé Vitor)

Tais saberes e práticas contrastam com o modelo médico hegemônico que, historicamente, se baseia no biologicismo e na medicalização do processo saúde-doença. Além disso, com a afirmação da medicina tradicional, ganha-se destaque entre os grupos da etnia Tabajara a figura do Pajé, considerado o detentor dos conhecimentos tradicionais, das práticas de cura e do entendimento sobre a natureza e os encantados, escolhido por seu conhecimento sobre os saberes tradicionais e sua habilidade em realizar curas, tanto físicas quanto espirituais.

De acordo com as lideranças indígenas, as práticas e saberes advindos da medicina tradicional, juntamente com a figura do Pajé, têm fortalecido a dimensão espiritual dos povos Tabajara, especialmente nas relações que mantêm com os encantados, que são espíritos associados à natureza, ou seja, entidades que possuem uma força proveniente da natureza e que trazem consigo o poder de cura, através dos sonhos e dos rituais realizados, por contatos mediúnicos (Ferretti, 2008), conforme podemos observar nos seguintes relatos:

Como Vitor sempre trabalhou com rezas, plantas medicinais e práticas de cura, tanto na Comunidade Canto da Várzea quanto fora dela, ele foi escolhido para ser o nosso Pajé! (Cícero Dias)

Como eu sempre gostei de fazer remédios com cascas de árvores, mesmo antes de participar da associação, já que eu mesmo preparava meus remédios no mato, fui escolhido para ser o Pajé! Desde então, conduzo as doutrinas e guias! (Pajé Chicão)

O Pajé Barbosa, do Estado do Ceará, menciona que, na Comunidade Nazaré, cerca

de 30% do nosso povo pode receber os encantados. No entanto, isso deve ser trabalhado internamente, especialmente na escolha do Pajé. Segundo ele, a pessoa certa aparecerá no momento adequado, pois deve estar pronta para receber e lidar com os encantados e trabalhar com a comunidade. O Pajé deve ser o conselheiro espiritual do grupo, trabalhar com a medicina tradicional, rezar pelas pessoas e atuar como curador e guardião dos indígenas! (Cacique Henrique Manoel)

Dessa maneira, nessa relação estabelecida entre saberes tradicionais, práticas de cura e com os encantados, os povos Tabajara, tanto de Piripiri quanto de Lagoa de São Francisco, resgataram o Toré, por meio do contato estabelecido com os demais grupos indígenas, como os do Estado do Ceará. O Toré é uma manifestação espiritual-religiosa da cultura afroameríndia, que combina dança, religião e luta. É uma das principais expressões culturais dos grupos indígenas da região Nordeste, servindo como uma importante forma de expressão cultural e política (Grünewald, 2008).

Realizamos o Toré. Fomos aprendendo os cânticos com outros grupos e, hoje, realizamos dentro e fora da comunidade! Alguns dos meninos são responsáveis por puxar o Toré. O Toré é um ritual sagrado dos indígenas, que serve tanto para agradecimento quanto para chamar os encantados! (Antônio Eduardo)

Para nós, o Toré representa o resgate de toda a nossa história e é a maior riqueza que a Comunidade Nazaré possui. É o retorno à história do nosso povo, dos povos indígenas, que estava esquecida e que estamos trazendo de volta. (Cacique Henrique Manoel)

Nesse contexto, ao participar de algumas rodas de Toré na Comunidade Nazaré, observei como esse ritual, além de fortalecer e afirmar suas indianidades, promove as relações comunitárias e intergeracionais. A prática do Toré está frequentemente ligada a atividades culturais e comunitárias que envolvem todos os membros da comunidade, sejam indígenas ou não, e de diversas faixas etárias. Em particular, os jovens têm valorizado esses saberes e práticas e até formaram um grupo/coletivo, chamado Juventude Indígena de Nazaré Tabajara e Tapuio (JOINT). Esse grupo se reúne quinzenalmente para realizar o Toré e demais atividades culturais e educativas sobre cultura indígena, o protagonismo juvenil indígena, práticas museológicas etc.

Além do mais, o contato com demais indígenas, não só possibilitou o aprendizado do Toré, mas também promoveu a troca de saberes sobre as pinturas corporais indígenas e suas simbologias, agregando novas aquisições simbólicas da estética corporal e composições gráficas ao coletivo. Além disso, contribuiu para o aprendizado da língua Tupi, que resultou até mesmo na realização do I Curso de Língua Indígena em Tupi Nheengatu, na Comunidade Nazaré. Esse curso incluiu a confecção de um livro didático abordando temas como vogais e consoantes (*vugal kunsuante itá*), animais (*suú itá*), plantas medicinais (*kaá pusanga itá*), cantos infantis (*nheegasá itá*), entre outros.

No III Fórum Nacional de Museus Indígenas do Brasil, Benício do Ceará e mestre em pintura indígena com jenipapo, realizou uma oficina com os jovens e com todos que queriam aprender. Ele explicou desde a retirada do fruto, a preparação da tinta até a pintura do corpo. Os jovens se interessaram e alguns se destacaram na pintura. Desde então, fazemos pintura indígena até hoje! (Maria Vitória)

O resgate da língua é muito importante para a gente da Comunidade Nazaré. Faz parte da nossa história e da cultura indígena. É uma forma de manter a tradição, de recuperar o que foi perdido, de afirmar quem somos e de transmitir esse legado para as gerações futuras! (Lucinete Maria)

Nessa direção, a Comunidade Nazaré também conta com o Museu Indígena Anízia Maria², criado em 2016, após a participação de algumas lideranças da comunidade no II Fórum Nacional de Museus Indígenas do Brasil, realizado em Pernambuco. O fato de a comunidade ter sido escolhida para sediar o próximo fórum, realizado no ano seguinte, intensificou as mobilizações para a criação do museu. Atualmente, o Museu Indígena Anízia Maria possui mais de 150 peças e é gerido por um Núcleo Gestor, responsável pela administração, pela documentação e pela execução de projetos, e por um Núcleo Educativo, composto principalmente por jovens da comunidade, encarregados do processo formativo do museu. Esses jovens agendam e guiam as visitas, organizam e catalogam as peças, investigando sua história, sua origem e o motivo da doação, entre outras tarefas. Eles são os protagonistas na criação, na manutenção e na gestão do museu, desempenhando um papel central na preservação e na valorização de sua própria história e memória.

Desse modo, em oposição à um modelo tradicional de museu, representado historicamente por instituições “intocáveis”, “inquestionáveis”, “elitistas” e “detentoras do poder”, ou seja, atreladas a uma lógica hegemônica colonial e eurocêntrica, o Museu Indígena Anízia Maria constitui-se como um espaço de cidadania, de sociabilidade, de educação, de cultura e de participação social e popular, capaz de “ativar memórias adormecidas, romper silêncios, iluminar caminhos, estimular e tirar da clandestinidade certas memórias” (Scheiner, 2012, p. 72). Trata-se de um espaço inventado que acaba atuando enquanto possibilidade de conhecer o passado e de (re)inventar o presente, através das relações comunitárias e cotidianas e das histórias de luta e de resistência, sendo um dos alicerces da consciência social, cultural e política dos Tabajaras no Piauí, conforme podemos observar no relato a seguir:

Todo dia a gente está fazendo o Museu, não é só a estrutura física, mas todo o trabalho que fazemos para poder receber as pessoas. Quando começamos o Museu, nossa intenção era que a comunidade conhecesse sua própria história e que a juventude pudesse aprender sobre sua própria história e a dos mais velhos. Portanto, o Museu não se resume apenas às peças; é um processo contínuo de educação e conscientização. (Dinayana Kelly)

Em vista disso, é possível perceber que os grupos indígenas Tabajara, ao afirmarem suas indianidades por meio de tais expressões culturais e ancestrais, fortalecem um caminho rumo à decolonialidade, a partir da transmissão de novas histórias, narrativas e experiências que se contrapõem à lógica hegemônica colonial e eurocentrada. Esta lógica histórica apagou, silenciou e condenou muitos saberes tradicionais dos povos originários e indígenas, resultando em uma verdadeira violência epistêmica que provocou, por um lado, uma “imensa perda de conhecimentos” e, por outro, uma legitimação do “imaginário do mundo moderno” e do “mito da superioridade epistemológica do pensamento europeu” (Neves, 2015, p. 1).

Assim sendo, discutir o processo de (re)existência cultural e política dos povos indígenas no cenário nacional — e, neste caso, no Piauí — exige que nos posicionemos contra a colonização imposta aos povos subalternizados ao longo da história e, sobretudo, contra os discursos coloniais e hegemônicos que definem o ser indígena. Afinal, a descolonização vai além da simples remoção de colonizações físicas ou simbólicas, trata-se de uma luta contínua contra as relações de colonialidade presentes no cotidiano, que exige a (re)escrita de uma história do

presente e a subversão do padrão de poder colonial, assim como ocorrido com os povos Tabajara em territórios piauienses.

Considerações finais

Os sentidos atribuídos pelos povos indígenas Tabajara às suas indianidades, no Piauí, refletem uma trajetória de resistência, resgate cultural e reapropriação identitária. Para os Tabajara, a indianidade está profundamente ligada ao vínculo com a terra, aos laços de parentesco e à conexão com os ancestrais. Esse sentido de pertencimento é manifestado através de práticas culturais, espirituais e simbólicas que reafirmam sua existência como um povo indígena, apesar dos séculos de colonização e opressão no cenário nacional e regional.

Diante disso, a indianidade dos Tabajara não se limita a uma identificação étnica; ela é um processo vivo de (re)construção, no qual tradições, como o Toré, a medicina tradicional, a relação com os encantados, a pintura corporal, o uso da língua indígena e a organização em vilas e ocas, são fortalecidas e revalorizadas. Essas práticas, além de resgatarem a memória ancestral, também servem como formas de enfrentamento às narrativas coloniais, que tentaram e ainda tentam apagar ou invisibilizar os povos indígenas, construídas sob um ideal de modernidade e de supremacia racial branca.

Nesse contexto, a indianidade, para os Tabajara, carrega também um sentido político. Ela se coloca como um contraponto às relações de colonialidade que ainda persistem, tanto no nível do poder quanto no do saber, ao reivindicar o direito à autodeterminação e ao reconhecimento de suas formas de vida e organização. Esse processo de reafirmação da indianidade é, ao mesmo tempo, uma recuperação de sua história e uma subversão das representações eurocêntricas que os marginalizaram.

Dessa maneira, a indianidade, para os Tabajara, é uma expressão de autonomia, memória e resistência, sendo essencial na luta por direitos territoriais, culturais e sociais, no Piauí. Ela não apenas reforça a continuidade de sua existência, mas também ressignifica o ser indígena no contexto contemporâneo, tanto nos contextos urbanos quanto rurais, por meio de um processo que envolve a afirmação de um processo de resistência e (re)existência indígena que dialoga com o passado, mas que está profundamente enraizado no presente e voltado para o futuro.

Notas finais

1 Trecho da entrevista de Cacique Henrique Manoel proferida a presente pesquisa.

2 Segundo as lideranças indígenas da etnia Tabajara da Comunidade Nazaré, Anízia Maria era filha de Antônia Jacinta, uma descendente da “índia” que foi “pega a dente de cachorro” na região. Essa expressão, utilizada por eles, remete, historicamente, às situações em que mulheres indígenas eram perseguidas na mata por colonos com a ajuda de cachorros; quando capturadas, eram submetidas a violências físicas, emocionais e sexuais. Isso nos leva a refletir sobre como a população indígena, especialmente as mulheres, esteve e ainda está vulnerável, desde o início da colonização brasileira, as agressões físicas, psicológicas e abusos sexuais. Além disso, é importante destacar que as lideranças indígenas, assim como outros grupos, utilizam o termo “índio/índia” não para reforçar a nomeação imposta pelos colonizadores ao chegarem em terras de Pindorama, mas para demarcar o processo de colonização que afetou seus corpos, modos de vida e cultura.

Referências

- Almeida, Alfredo Wagner Berno** (2008). *Terra de quilombo, terras indígenas, 'babaçuais livres', 'castanhais do povo', faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. PGSCA-UFAM. (Coleção Tradição e Ordenamento Jurídico)
- Angatu, Casé** (2021). Tupixuara Moingobé Ñerana. *Revista Espaço Acadêmico*, 21(231), 13-24. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60509>
- Arruti, José Maurício Andion** (2006). Etnogêneses indígenas. In Beto Ricardo & Fany Ricardo (Eds.), *Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005* (pp. 50-54). Instituto Socioambiental.
- Bartolomé, Miguel Alberto** (2006). As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana*, 12(1), 39-68. <https://www.scielo.br/j/mana/a/fGbD5TshWKbCX-ScWRZt9hGH/>
- Castro-Gómez, Santiago** (2005). Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In Edgardo Lander (Org.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 80-87). CLACSO.
- Conselho Federal de Psicologia** (2022). *Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) junto aos povos indígenas*. Autor.
- Convenção n. 169, de 26 de junho de 1989**. (1989). Convenção relativa aos povos indígena e tribais em países independentes. Organização Internacional do Trabalho [OIT]. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-convencao169-pl.pdf>
- Decreto n. 143, de 25 de julho de 2002**. (2002). Aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes. Câmara Federal. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-convencao-1-pl.html>
- Ferretti, Mundicarmo** (2008). Encantados e encantarias no folclore brasileiro. In *Anais do VI Seminário de Ações Integradas em Folclore, São Paulo/SP*. <https://gurupi.ufma.br/jspui/bitstream/1/198/1/Encantados%20e%20encantarias.pdf>
- Gonçalves, Bruno Simões** (2015). Nem tupi nem tapuia. Livre determinação e políticas sociais na trajetória histórica dos indígenas brasileiros. In Hildeberto Vieira Martins, Marcos Roberto Vieira Garcia, Marco Antônio Torres, & Daniel Kerry dos Santos (Orgs.), *Intersecções em Psicologia Social-raça/etnia, gênero, sexualidades* (pp. 32-55). ABRAPSO Editora.
- Grünwald, Rodrigo de Azeredo** (2008). Toré e Jurema: emblemas indígenas no Nordeste do Brasil. *Ciência e Cultura*, 60(4), 43-45. http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_artext&pid=S0009-67252008000400018
- Halbwachs, Maurice** (2004). *A memória coletiva*. Centauro.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE** (2012). *Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Autor. https://ww2.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE** (2022). *Censo IBGE 2022*. Autor. <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>
- Kilomba, Grada** (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Krenak, Ailton** (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- Lander, Edgardo** (Org.). (2005). *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO.
- Lima, Deborah Magalhães** (1999). A construção histórica do termo caboclo. Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*, 2(2), 5-32. <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewArticle/107>

- Luciano, Gersem dos Santos** (2006). *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Ministério da Educação. http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf
- Neves, Lino João Oliveira** (2015). A Necessária Desconstrução da Colonialidade nas Amazôniaas e nas Américas. *Textos e Debates*, 2(27), 1-7. <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/3208>
- Oliveira, João Pacheco** (1998). “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. *Mana*, 4(1), 47-77. <https://www.scielo.br/j/mana/a/LXb-FMZgsrbyVpZfbdjy6zm>
- Quijano, A.** (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.). *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais* (pp. 107- 130). CLACSO.
- Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012.** (2012). Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Conselho Nacional de Saúde. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Ricardo, Fany, Klein, Tatiane, & Santos, Tiago Moreira** (Eds.). (2023). *Povos indígenas no Brasil: 2017/2022*. Instituto Socioambiental.
- Scheiner, Tereza Cristina** (2012). Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 7(1), 15-30. <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/cSJ5xdKWRhL9fQTfkQvyJMc/?format=pdf&lang=pt>
- Silva, Brisana Índio Do Brasil de Macêdo & Macedo, João Paulo** (2022). Povos indígenas e luta por garantia de direitos no Piauí, Brasil. *Revista Psicologia Política*, 22(55), 602-621. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2022000300007&lng=pt&nrm=iso
- Spink, Mary Jane, Brigagão, Jacqueline, Nascimento, Vanda Lúcia, & Cordeiro, Mariana** (Orgs.) (2014). *A produção de informação na pesquisa social-compartilhando ferramentas*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Viveiros de Castro, Eduardo** (2006). No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é. In Bento Ricardo & Fany Ricardo (Eds.), *Povos indígenas no Brasil: 2001-2005* (pp. 41-49). Instituto Socioambiental.

BRISANA ÍNDIO DO BRASIL DE MACÊDO SILVA

<https://orcid.org/0000-0003-1150-8291>

Doutoranda em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza/CE.

É bolsista de Apoio à Difusão do Conhecimento 1A/CNPq.

E-mail: brisanaindio@gmail.com

JOÃO PAULO MACEDO

<https://orcid.org/0000-0003-4393-8501>

Doutor (2011) em Psicologia pela UFRN. Professor Associado 2 da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr. Está vinculado aos Programas de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) e da Universidade Federal do Ceará (UFC),

E-mail: jampamacedo@gmail.com

Histórico	Submissão: 08/02/2024 Revisão: 18/09/2024 Aceite: 18/09/2024
Contribuição dos autores	Conceitualização: BÍBMS; JPM. Análise de dados: BÍBMS Redação do manuscrito original: BÍBMS Redação, revisão e edição: BÍBMS; JPM.
Financiamento	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí, sob Edital FAPEPI/CAPEs nº 005/2018.
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, sob o Parecer Consubstanciado nº 3.131.050.

OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA ADOLESCENTES EXPLORADOS PELO TRÁFICO DE DROGAS

LOS SIGNIFICADOS DEL TRABAJO PARA LOS ADOLESCENTES EXPLORADOS POR EL NARCOTRÁFICO

THE MEANINGS OF WORK FOR ADOLESCENTS EXPLOITED BY DRUG TRAFFICKING

Beatriz Pinheiro de Melo ¹, Daniele Paulino ¹,
Pedro F. Bendassolli ¹ e Fellipe Coelho-Lima ¹

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, Brasil

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi analisar os sentidos do trabalho para adolescentes explorados pelo tráfico de drogas. Com base na Psicologia Histórico-Cultural, realizamos entrevistas semiestruturadas com adolescentes com histórico de exploração pelo tráfico de drogas. A análise do núcleo de significação das falas permitiu apreender quatro eixos que se referem a complexas nuances que demarcam o tráfico de drogas como um trabalho. Concluímos que o sentido do trabalho no tráfico para esses adolescentes é marcado também por contradições objetivas e subjetivas quanto ao trabalho e ao tráfico; à moral comum e à busca pelo consumo.

Palavras-chave: Psicologia Histórico-Cultural; Sentidos e Significados do Trabalho; Exploração do trabalho infantil; Tráfico de drogas; Medida socioeducativa

Resumen: El objetivo de esta investigación fue analizar los significados del trabajo para los adolescentes explotados por el narcotráfico. Basados en la Psicología Histórico-Cultural, realizamos entrevistas semiestructuradas a adolescentes con antecedentes de explotación a través del narcotráfico. El análisis del significado central de los enunciados permitió comprender cuatro ejes que remiten a los complejos matices que definen el narcotráfico como oficio. Concluimos que el significado del trabajo en el narcotráfico para estos adolescentes también está marcado por contradicciones objetivas y subjetivas en relación al trabajo y la trata. También está marcada por contradicciones objetivas y subjetivas en torno al trabajo y lo narcotráfico, a la moral común y a la búsqueda del consumo.

Palabras llave: Psicología histórico-cultural; Significados del Trabajo; Explotación del trabajo infantil; Narcotráfico; Medida socioeducativa.

Abstract: The aim of this research was to analyse the meanings of work for adolescent exploited by drug trafficking. Based on Historical-Cultural Psychology, we carried out semi-structured interviews with adolescents with a history of exploitation by drug trafficking. The analysis of the core meaning of the statements allowed us to understand four thematic axes that refer to the complex nuances that demarcate drug trafficking as work. We conclude that the meaning of work in drug trafficking for these adolescents is also marked by objective and subjective contradictions regarding work and drug traffic, common morality and the search for consumption.

Keywords: Historical-Cultural Psychology; Meanings and Significances of Work; Exploitation of child labor; Drug trafficking; Socio-educational measure.

Introdução

Atualmente, convivemos no Brasil com cerca de 1,768 milhão de crianças e adolescentes em situação de exploração do trabalho infantil. Tal situação tem sido alvo de uma atenção histórica da sociedade civil organizada, da Academia e do Estado, na forma de políticas públicas de combate, prevenção e erradicação, as quais adotam o viés da proteção integral, na tentativa de reconstituir o direito à infância (Criança Livre do Trabalho Infantil, n.d.).

Contudo, a proteção prevista não chega da mesma maneira aos casos de exploração do trabalho infantil pelo tráfico de drogas. Por ser encarado socialmente como crime, cometido por traficantes, essa prática está sujeita a punições. De fato, ao mesmo tempo que, legalmente, é considerada uma das piores formas de exploração do trabalho infantil, contraditoriamente, também é tida como ato infracional passível de responsabilização dos adolescentes (Lei nº 8.069,1990).

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a existência de programas de proteção de caráter socioeducativo para adolescentes que cometem atos infracionais e, em alinhamento com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (*Lei nº 12.594, 2012*), regulamenta o funcionamento de instituições destinadas à responsabilização de adolescentes, mediante determinação e cumprimento de Medidas Socioeducativas (MSEs) em meio aberto ou em privação de liberdade. Na letra da lei, as atividades desenvolvidas nesses contextos deveriam ser orientadas de modo a possibilitar a emancipação desses jovens, além de possuir caráter educativo e proporcionar, entre outras coisas, o acesso a oportunidades profissionais e de educação.

Contudo, conforme pontua Marinho (2013), o sistema socioeducativo apresenta contradições evidentes. Em primeiro lugar, a premissa básica de “ressocialização” proposta por esses mecanismos, e que são voltados às classes populares, não proporciona a ascensão dessas mesmas classes, mas as reconduz a situações limitadas de vida. Em segundo lugar, há um perfil muito específico de adolescentes para os quais o cumprimento de MSEs são destinadas. Dados demográficos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), em 2023, revelam que 95,6% dos adolescentes são do sexo masculino e 63,8% declararam-se pardo/preto. Com relação à renda, 19,1% dos adolescentes têm renda familiar de até um salário-mínimo e 26,7% residem na periferia dos municípios (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023).

Há, pois, uma dimensão racial relevante que atravessa a concessão das MSEs entre os adolescentes brasileiros, além das questões de classe associadas a ela. Dessa forma, difundiu-se no imaginário social a ideia de um tipo de jovem potencialmente perigoso, que habita em determinados espaços da cidade e para o qual deveria ser pensado um aparato de repressão e vigilância. A consequência desse posicionamento é a morte precoce de milhares de jovens e adolescentes, representada por uma banalização da vida e a naturalização da morte violenta (Wacquant, 2003).

Em uma realidade na qual a escola pública, muitas vezes, é o primeiro lugar de desinvestimento simbólico por parte dos adolescentes, as vagas de trabalho disponibilizadas são precárias e informais (Gonzalez, 2020). É nesse contexto que o tráfico aparece como forma de obter renda para sobreviver e acessar bens e status que os trabalhos legalizados não oferecem. Conforme aponta o Conselho Nacional de Justiça (2012), o tráfico de drogas é o segundo motivo de privação de liberdade entre adolescentes (24%), ficando atrás apenas dos crimes contra o patrimônio (roubo e furto, 36%), embora muitos destes crimes estejam relacionados indiretamente ao tráfico.

Apesar de a lógica de funcionamento do tráfico de drogas no Brasil envolver diferentes nuances de complexidade nas formas de sua manifestação e de seu funcionamento, o fato é que, sobretudo a partir da década de 1990, esse fenômeno ganhou os contornos de uma lógica organizativa, diante da qual a pessoa participante dessa atividade é tida como uma “empregada” do crime (Costa & Barros, 2019). Dessa forma, o tráfico é compreendido, por algumas perspectivas acadêmicas que investigam o fenômeno, como um “trabalho” (Lessing, 2008; Oliveira, 2006).

Pelo fato de o tráfico englobar um contingente considerável de adolescentes e ser uma das principais causas de internação desses adolescentes em instituições socioeducativas, questionamo-nos como eles significam essa situação; mais especificamente, se eles compreendem o tráfico como um trabalho e quais sentidos atribuem a ele. Com base nessa pergunta central estruturamos a presente pesquisa.

Para responder a essa questão, inicialmente, precisamos aproximar-nos de uma definição sobre o conceito trabalho. Segundo Lukács (2013), trabalho é a categoria fundante do ser social e, ontologicamente, é por meio dele que se desdobram tantas outras categorias próprias e únicas desse ser. Apesar de central para a apreensão do que nos faz propriamente humanos, o trabalho abriga contradições evidentes. Dentro do modo de produção capitalista, por exemplo, o trabalho é subjugado pela geração de lucros, intensificando-se, assim, seu caráter de atividade de exploração, a qual funciona para a reprodução do capital. Essa subjugação faz com que muitas das potencialidades humanizadoras do trabalho sejam eclipsadas (Marx, 2011). O resultado dessa contradição é a necessidade de grande parte da humanidade vender sua força de trabalho para obtenção de renda. Os trabalhadores passam a ser pagos com salários que só repõem o mínimo necessário à sua sobrevivência (Netto & Braz, 2006; Netto, 2009).

A definição de trabalho associada ao emprego apresenta alguns desdobramentos ideológicos importantes (Costa & Barros, 2019). A esse respeito, Souza (2003) aponta que, na sociedade brasileira, desempenhar um trabalho está associado a um lugar de dignidade social, o trabalho permite o reconhecimento da pessoa como cidadã e, conseqüentemente, com acesso a direitos graças a seu status de “trabalhadora”. Uma das conseqüências disso é o endossamento do discurso meritocrático, o qual associa a tríade qualificação-trabalho-salário como a chave que permite o acesso ao status de cidadão completo.

Nas camadas sociais marcadas pela pobreza, essa ideologia se fortalece por meio da compreensão de que é mais digno desempenhar um trabalho precarizado do que envolver-se em atividades criminosas. Desse modo, os jovens são socializados a partir de interditos que demarcam claramente a distinção entre o lícito (trabalho) e o ilícito (crime). Na visão dessas famílias, deve-se garantir que os filhos estejam afastados dos últimos lugares da fila moral. Se não é possível ocupar as primeiras posições na esfera do trabalho, é necessário, acima de tudo, evitar o lugar de derrota social representada pelo crime. O imperativo é submeter-se e aceitar qualquer tipo de trabalho, desde que legal (Maciel & Grillo, 2011).

Não obstante essas interdições, tanto as atividades informais quanto as ilegais aparecem como opções acessíveis para parcela da classe trabalhadora e, sobretudo, seus filhos, não só como meio de sobrevivência, mas também como forma de alcançar status e acesso ao consumo. A necessidade de obter os produtos propagandeados traz uma especificidade extra para os adolescentes, uma vez que o ato de consumir tais produtos está também associado à validação social dos pares, à satisfação e à autoestima (Santos, 2011).

Ademais, a entrada nas atividades declaradas ilegais pelo Estado capitalista dá-se de acordo com o grau e o tipo de pobreza de uma região. Paradoxalmente, o capital obtém vantagens nessas atividades. Esse é o caso da indústria das drogas, que atualmente movimenta cerca de

900 bilhões de dólares ao ano (Galdeano & Almeida, 2018). Ademais, as atividades ilegais são caracterizadas pela forte presença da exploração do trabalho infantil que, como já destacamos, desperta contradições legais sobre a relação entre ato infracional — que culmina na responsabilização e na punição, além da exploração do trabalho precoce — passível de proteção e assistência especializada (Alberto, Pessoa, Malaquias, & Costa, 2020; Galdeano & Almeida, 2018).

Em se tratando especificamente do tráfico de drogas, dados do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontam que o principal motivo que leva os adolescentes brasileiros ao cumprimento de MSEs é a produção, o transporte e a venda de substâncias ilícitas, sendo esse um grave reflexo da política de guerra às drogas instaurada a partir da década de 1970 (Âmbito Jurídico, 2016). É diante dessa realidade que retomamos a questão inicial proposta neste artigo, referente ao significado associado ao trabalho. Para respondê-la, partimos da Psicologia Histórico-Cultural, notadamente, na sua contribuição para a compreensão dos processos de significação.

Conforme estipulado pelo ECA (Lei nº 8.069, 1990), o adolescente é uma pessoa em condição especial de desenvolvimento. Segundo a perspectiva histórico-cultural, o desenvolvimento humano acontece em Situação Social de Desenvolvimento (SSD). Segundo Vygotski (1991), a SSD corresponde a uma relação única, peculiar e específica que se estabelece entre o ambiente social e a pessoa, implicando em um sistema de relações mútuas que se estabelecem entre o outro significativo e a pessoa (Fleer, González-Rey, & Veresov, 2017).

O adolescente em cumprimento de MSE de internação, originada pelo envolvimento na atividade do tráfico, habita um contexto relacional e social particular, por meio do qual acessa a significados e constrói sentidos sobre o mundo ao seu redor. No caso específico de interesse da presente pesquisa, sentidos e significados acerca da atividade do tráfico e de sua compreensão como trabalho. Seguindo essa perspectiva teórica, entendemos sentido e significado como uma unidade dialética e indivisível (Vygotski, 1991).

Nessa unidade, o significado representa aquilo que é construído e compartilhado social e culturalmente, ou seja, é parte das palavras — as quais, sem o significado, seriam apenas ruídos. Sob essa perspectiva, as generalizações, entendidas como produtos da atividade intelectual, possuem duas funções: a realização do pensamento e a comunicação/sociabilização (Vygotski, 1995). Já os sentidos são aspectos mais internos, subjetivos e construídos com base nas experiências de cada sujeito, podendo variar de acordo com as circunstâncias, os momentos de vida e as situações concretas vividas por uma pessoa. Dizendo de outro modo, o sentido é o singular daquilo que é historicamente construído (significados).

Em síntese, Vygotski conceitua o sentido como sendo tudo aquilo que uma palavra desperta na consciência, criando as várias tonalidades afetivas dos significados. É na relação entre sentidos e significados que ocorre a significação e a internalização do mundo, da cultura e de tudo aquilo a que temos acesso, permitindo, assim, o agir sobre a realidade (Barros, Paula, Pasqual, Colaço, & Ximenes, 2009; Vygotski, 1991). Em consonância com esses conceitos, buscamos analisar os sentidos atribuídos ao trabalho no tráfico para os adolescentes que são explorados por essa indústria e que estejam em unidade de internação provisória, justamente em decorrência dessa inserção no tráfico.

Método

Apoiados no conceito de saturação teórica (Fontanella, Ricas, & Turato, 2008), esta pesquisa baseia-se na realização de nove entrevistas, voltadas à identificação de similaridades e re-

petições de conteúdos de fala envolvendo sentidos e significados do trabalho. Foram escolhidos adolescentes *cis* masculinos, haja vista serem os que mais compõem os sistemas socioeducativos (Âmbito Jurídico, 2016). No momento da realização da pesquisa, todos estavam alocados no Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório (CASEP) da cidade de Natal-RN. A entrada dos pesquisadores na instituição ocorreu por meio de assinatura de carta de anuência da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNDASE) e da própria unidade.

Optou-se por entrevistar adolescentes cujo encaminhamento à unidade tenha ocorrido devido a ato infracional análogo ao tráfico de drogas, além de serem adolescentes em reincidência, ou seja, que já possuíam esse envolvimento em seu histórico. Com auxílio de psicólogas que atuam na referida unidade, a pesquisa foi apresentada aos adolescentes e a adesão a ela, baseada em identificação e interesse, foi voluntária. Desse modo, evitamos expor os adolescentes e gerar possíveis problemas legais aos que estivessem em liberdade atuando em atividade ilícita. Os encontros se deram no próprio CASEP e foram gravados e transcritos na íntegra, após autorização dos adolescentes, celebrado em Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e Termo de Autorização de Gravação de Voz.

Para a construção dos dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada, a qual foi dividida em cinco eixos: trajetória de vida no trabalho; sentidos do trabalho; significados no trabalho; sentidos no trabalho; e perspectivas e planos futuros. Ademais, a entrevista foi associada a outros recursos e materiais, com a intenção de trazer provocações e reflexões. Desse modo, foram utilizados: (a) construção da linha do tempo do período de trabalho no tráfico; (b) nuvem de palavras relacionadas aos termos “trabalho” e “tráfico”; e (c) reflexão produzida pelos adolescentes em torno de trecho de fala das entrevistas contidas no livro *Vidas Arriscadas: O cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. O trecho utilizado foi:

Tráfico tá aí para quem quiser. Tá à disposição, não tem idade. Molecada se sente atraída mesmo. Não tem nada para fazer, para ganhar um dinheiro... quando acha um dinheiro fácil perto de casa, ter dinheiro para fazer um rolê no final de semana... uma namoradinha, se envolve mesmo (Feffermann, 2006, p. 237).

Esses recursos objetivaram provocar reflexões nos participantes, tentando ir além dos sentidos mais superficiais e cristalizados. Eles permitiram, durante as entrevistas, colocar em movimento (Vygotski, 1995) os sentidos (pessoais) relacionados ao tráfico de drogas e vivenciados pelos participantes. Em específico, a nuvem de palavras e o trecho de fala contribuíram para o avanço sobre essas questões, enquanto a linha do tempo possibilitou a reconstrução das vivências que originaram, na biografia dos participantes, tais sentidos.

Organizada em três etapas, a análise deu-se pelo método de núcleos de significação, (Aguiar & Ozella, 2006). Iniciou-se com o levantamento de pré-indicadores, por meio de uma leitura flutuante. Essa etapa permitiu identificar palavras e pequenos trechos de falas e expressões, as quais apresentam os primeiros indícios das formas de pensar, agir e sentir dos participantes, as quais estão relacionadas às mediações culturais e vivências de cada um. Desse primeiro momento, totalizou-se 69 pré-indicadores.

Em seguida, esses pré-indicadores foram agrupados considerando similaridade, complementariedade e contraposição. Tal sistematização resultou em nove indicadores, sendo eles: i) trabalho infantil; ii) adultização e responsabilidade; iii) comunidade; iv) violência; v) dinheiro e poder; vi) política; vii) ser trabalhador; viii) consumo; e ix) “sossegar”. Por fim, os indicadores foram sistematizados em núcleos de significação, terceira etapa do método, que transita do

empírico para o interpretativo, considerando o conteúdo das falas dos participantes e das determinações histórico-culturais.

Ao final, foram construídos quatro núcleos: a) o tráfico como trabalho: contradições do ser trabalhador; b) sexo e drogas: adultização, entrada no tráfico e consumismo; c) violência como mediadora de conflitos no trabalho e fora dele; e d) o desejo de sair (ou não) do tráfico: trabalhar por dinheiro *vs.* trabalhar por prazer. Na seção seguinte, apresentamos, em detalhe, o conteúdo de cada um desses núcleos.

Resultados e discussões

Os participantes da pesquisa tinham idades entre 15 e 18 anos, tendo começado a trabalhar em idades entre 8 e 13 anos, período semelhante ao qual começaram a ser explorados pelo tráfico. Um adolescente declarou-se branco, seis identificaram-se como pardos e dois como pretos. Eles desempenharam funções relacionadas, principalmente, à venda direta, com poucos casos em que desenvolveram alguma gerência sobre a comercialização. Quanto à renda pessoal nessas atividades, conseguiam em média R\$ 250,00 por semana, podendo chegar a R\$ 1.000,00 em períodos de festas. Já a renda de suas famílias de origem variava entre um e dois salários-mínimos. Nenhum dos adolescentes estava na escola, todos pararam de frequentar a escola no Ensino Fundamental II.

O tráfico como trabalho: contradições do ser trabalhador

Construído com base nos relatos acerca dos significados do que é trabalho e do que é ser trabalhador, esse núcleo é marcado pelas fortes contradições que compõem a consciência dos adolescentes ao se pensar “trabalho”. Movidas por uma das primeiras perguntas da entrevista, “você considera que o tráfico é um trabalho?”, as respostas, em sua maioria, foram positivas, duais ou com ressalvas relativas à “honestidade”, como ressaltado na fala de um dos entrevistados: “é, mas não é um trabalho honesto”.

Para aprofundar essa temática, utilizou-se a nuvem de palavras para a compreensão dos sentidos-significados relacionados, especificamente, às palavras “trabalho” e “tráfico”. Ao mostrar aos participantes a figura com a palavra “trabalho” em seu centro e questioná-los sobre quais outras palavras eles associavam a ela, foi evocada uma série de atribuições de caráter moral, atributos positivos, marcados pelas concepções sociais, culturais e coletivas associadas ao trabalho e ao ser trabalhador, como: suor; uma coisa boa; alegria; honestidade; dinheiro honesto; humildade; orgulho; acordar cedo; futuro; e desenvolvimento. Essa relação entre trabalho e “bom caráter” é apontada por Bendassolli (2009) ao explicitar que o trabalho tem um duplo papel moralizante: ao mesmo tempo que atribui caráter positivo a quem trabalha, também constrói normas de organização social e de relações entre as pessoas.

Esses significados entraram em contradição quando, após explorar o conceito “trabalho”, os adolescentes foram questionados sobre “tráfico”. Apesar de, inicialmente, afirmarem que consideram o tráfico um trabalho, os atributos dessa atividade são completamente opostos àqueles associados à dimensão do trabalho. Sendo assim, tráfico, para esses adolescentes, é: dinheiro; independência; drogas; mulheres; prostituição; baderna; morte; cadeia; ilusão; responsabilidade; risco; e disciplina.

A concepção de trabalho, então, se torna dual: apesar de possuir uma conotação de honestidade e contribuição para o desenvolvimento das pessoas (quando considerado genericamente), ao tratar-se especificamente do tráfico (apesar de também ser considerado trabalho), não recebe esses atributos “positivos”. Ao contrário, o tráfico é visto como risco e ilusão. Desse modo, em teoria, o trabalho é positivo, mas na prática do tráfico, não. Da mesma maneira, “trabalhador” serve para qualificar aquela pessoa que acorda cedo, tem seu trabalho honesto e que dedica muitas horas por dia a essa atividade, possuindo ou não carteira assinada. Para os participantes da pesquisa, ser trabalhador não é apenas exercer uma atividade de trabalho, mas carregar também uma série de conteúdos morais e, de certa forma, punitivos, já que, para ser trabalho, a atividade não pode ser fácil ou prazerosa.

Mesmo identificando as atividades dentro do tráfico como um trabalho, os participantes não se reconhecem como trabalhadores. Esse elemento evidencia a contradição anteriormente apontada neste artigo. Quer dizer, os adolescentes oscilam entre uma visão ontológica do trabalho, como atividade constitutiva do ser humano (Lukács, 2013) e de dignidade social para a configuração do “cidadão completo” (Souza, 2003), e uma compreensão do tráfico como impossível de ser absorvida no conceito anterior, haja vista sua ilegalidade e seu rompimento com a ideologia socializada pelas famílias em vulnerabilidade social, a de que é melhor o trabalho lícito precário do que o envolvimento com a criminalidade (Maciel & Grillo, 2011).

Para mim, uma pessoa trabalhadora é aquela que vai trabalhar, tem o trabalhozinho honesto dela, sabe? Que tem muitas pessoas lá. Pronto, tem os morador, lá nós respeita muito os morador. Nós respeita muito os trabalhador, sabe? (Adolescente 04)

Ademais, a centralidade do dinheiro é fortemente ressaltada pelos participantes, sendo o principal motivador das atividades no tráfico. Ao serem questionados se permaneceriam no tráfico caso ganhassem muito dinheiro na loteria, sete dos nove entrevistados afirmaram que não. Nesse sentido, destacaram que estar no tráfico é somente pelo dinheiro e, tendo-se dinheiro por meio de outras atividades, perde-se o sentido desempenhar aquela função:

É porque ninguém tá vendendo droga por amor. Não é um amor destruir a família dos outros, entendeu? A pessoa tá ali por dinheiro. Uns tão ali pelo dinheiro para comprar as coisas para dentro de casa, e outros tão ali pelo dinheiro para comprar arma, carro, maioria das coisas. Cada qual é uma circunstância. Cada vida de um traficante há uma história por trás (Adolescente 07).

Não obstante, essa situação exacerba a lógica central do que é o trabalho no capitalismo: no processo de exploração, o trabalho aparece para o trabalhador apenas como uma forma de obter renda (por meio do salário) e, assim, acessar os bens sociais (Marx, 2011, Netto & Braz, 2006). Em outras palavras, o trabalho se apresenta como sinônimo de emprego remunerado (formal ou informal). Logo, os adolescentes, em alguma medida, encontram no tráfico essa forma de obter renda.

Já os que afirmaram que permaneceriam no tráfico, mesmo ganhando dinheiro por outras vias, apontaram como justificativa o senso de responsabilidade para com a comunidade. Dessa forma, destacaram o compromisso em proteger a favela da polícia — dos abusos, humilhações e invasões — e em permanecer provendo o necessário para os moradores da comunidade, sentindo-se úteis e protetores. Essa perspectiva foi evidenciada na fala do Adolescente 04: “*Não é pelo dinheiro, é pela adrenalina, pelo prazer. Aquilo é um prazer de você tá ali*”.

Portanto, trabalhar nessa frente assume um sentido para além do dinheiro, atingindo, dessa maneira, o senso de comprometimento e de revolta desses adolescentes, como expresso

na fala do Adolescente 02, ao ser questionado sobre o que faria se ganhasse na Mega Sena: “*Ia fazer uma quadra, fazer um campo, fazer um parque para as crianças brincar particular. Se não tivesse escola, tornar uma escola, renovar. E assim ia*”.

No entanto, esse fato prolonga outra forma de dualidade, desta vez entre o “fazer algo” pela comunidade, isto é, um resultado social, e a compreensão da natureza ilícita da atividade pela qual alcançam esse resultado (Galdeano & Almeida, 2018).

Sexo e drogas: adultização, entrada no tráfico e consumismo

A entrada precoce no mundo do trabalho pode ser considerada o primeiro marco de adultização desses adolescentes. Em geral, essa iniciação ao trabalho dá-se por volta dos oito anos de idade. Os prejuízos ao desenvolvimento saudável na infância aparecem nas esferas escolar, afetiva, familiar e interpessoal, interferindo no brincar, no tempo livre, nas relações com outras crianças e nos processos de aprendizagem (Alberto et al., 2020). Para os participantes, a entrada no tráfico ocorre após a entrada em outras atividades informais, tais como carroceiros, atendentes, vendedores, ambulantes ou auxiliares. A má remuneração das atividades informais e a exaustão gerada por elas, somadas ao desejo de mudar de vida e prover melhores condições para suas famílias, são os principais motivadores para a venda de substâncias psicoativas:

Às vezes criança... CRIANÇA, eu falo criança mesmo, de 7 anos, 6 anos, trabalhando para o tráfico. Por quê? Porque não aguenta ver a mãe sem comer. Passa dias ali, passa dias sem comer (Adolescente 06).

Ao ingressarem nas atividades relacionadas ao tráfico, a necessidade de adultização é enfatizada. Não é possível comportar-se ou pensar como criança. Ser “forte”, “desenrolado” (resolutivo) e “responsável” são critérios necessários ao desempenho das atividades, dada a necessidade de lidar com conflitos, clientes, embates com a polícia e a própria segurança, além da exigência de demonstrarem “ser adulto” (sic) para não serem “levados na brincadeira”. Assim, sexo, dinheiro, motos e a própria violência são recursos importantes que fazem com que não haja mais espaço para as coisas típicas da infância e da adolescência, como as brincadeiras, o ócio e a descoberta da puberdade e do interesse amoroso.

Isso fica evidente quando, por exemplo, a sexualidade é desenvolvida pelo acesso à profissionais do sexo ou a outras adolescentes em troca de dinheiro ou drogas. A possibilidade de pagar pelo sexo carrega também a sensação de poder e autoridade, evidenciando o machismo enraizado nas relações com o tráfico e o dinheiro. As próprias expressões de felicidade e o orgulho ao relatarem situações como “fechar cabarés” ou pagarem pelos serviços de mais de uma profissional do sexo evidenciam a sensação de poder e dominação.

A cobrança por responsabilidade, atenção e resolução de problemas é constante e o trabalho toma praticamente todo o tempo disponível, sendo, inclusive, um dos motivos de saída da escola. O diálogo a seguir, com um dos adolescentes, evidencia essa situação:

E: Quando eu falo assim “criança, adolescente e adulto”, você acha que você tá aonde?

P: *Eu acho que eu sou adolescente.*

E: Você acha que você tem cabeça de adolescente?

P: Não, eu acho que eu tenho a cabeça de um adulto.

E: Com quantos anos você acha que sua cabeça ficou de adulto?

P: Acho que com meus 12, 12 anos e pouco (Adolescente 04).

Com um ganho material que pode chegar a até R\$ 1.000,00 por dia em períodos de festas e feriados, torna-se possível a realização de diversos desejos relacionados ao consumo de bens e serviços. O consumismo marcante no modo de produção capitalista associa ao ato de comprar e aos bens materiais a sensação de felicidade, satisfação e realização pessoal. É por meio do consumo que o valor pessoal e subjetivo é mensurado, em uma relação diretamente proporcional (Santos, 2011).

A entrada no tráfico não se mostra muito difícil. Em geral, os adolescentes afirmaram que já conheciam seus fornecedores e, ao pedirem para iniciarem na venda, receberam o empréstimo de uma quantidade de substâncias que deveria ser vendida em um determinado tempo. O lucro dessa primeira venda, após a prestação de contas, é revertido em mais produtos para comercialização. Nenhum adolescente afirmou ter sido aliciado ou convencido a entrar no tráfico. Nesse sentido, eles apenas enxergavam nos traficantes a possibilidade de ter vida boa, dinheiro, festas, mulheres e amigos, ficando, assim, livres dos apertos e dificuldades que estavam acostumados a passar.

Esse relato coaduna com a parte do trecho do livro de Feffermann (2006) destacada pelos adolescentes: “o tráfico tá aí para quem quiser”, fragmento por meio do qual eles confirmaram a facilidade da entrada nesse universo, desde que se demonstre responsabilidade, “cabeça” e comprometimento com as prestações de conta. Contudo, apesar desse aspecto, eles reconheceram os riscos da atividade que desempenham e, em diferentes momentos das entrevistas, afirmaram que “não vale a pena”.

Ao serem questionados se indicariam esse tipo de trabalho a outras pessoas, os participantes afirmaram que não, pois não gostariam de ver outras pessoas passando pelas dificuldades e pelos riscos que enfrentam. Alegaram que dariam conselhos para que outros adolescentes buscassem o estudo, o “trabalho honesto” e outras formas de não “ver a mãe chorar”. Essa é uma contradição central, movida pelo dilema entre as vantagens e desvantagens de estar no tráfico. Ao mesmo tempo que enxergam nessa atividade a possibilidade de viver, não apenas sobreviver, de acessar o consumo incentivado pelo modo de produção capitalista, de não morrer de fome, também é nesse espaço que a morte se coloca extremamente próxima.

Portanto, o sentido sobre essa situação explicita a contradição vivenciada pelos adolescentes: de um lado, dada sua origem social e sua marca racial, são-lhes reservadas as vagas de trabalho mais precárias (Gonzalez, 2020); por outro lado, o tráfico aparece como forma de obter renda para sobreviver e acessar bens e status que os trabalhos legalizados não oferecem.

Violência como mediadora de conflitos no trabalho e fora dele

A presença da violência é constante e perpassa diversos aspectos da vida dos adolescentes, sendo um dos requisitos do trabalho no tráfico. Nesse contexto, é necessária a manutenção do “respeito”, imposto por meio da violência e da defesa aos constantes ataques por parte da polícia, da facção rival ou de outros inimigos. No Rio Grande do Norte, disputam diretamente duas facções: o Primeiro Comando da Capital (PCC), originário de *São Paulo*, e o *Sindicato-RN*

ou *Sindicato do Crime*, *dissidência local do PCC*. Essas facções disputam o mercado de venda de drogas e as atividades dos adolescentes são reguladas por elas de forma violenta, mesmo eles não sendo integrantes oficiais (“batizados”).

A expressão utilizada por um dos adolescentes, título do núcleo anterior, cria conexões inseparáveis com este terceiro núcleo. “Sexo, drogas e violência” resumem e generalizam a realização do pensamento e a percepção social e particular do que é o tráfico. Sentido, significado, construção social e subjetiva aparecem imbricados ao compilar, em três palavras, o que é o tráfico:

Se ele chegar “E aí, parceiro, mata teu irmão aí, parceiro, se não...” Vida se paga com vida, se você não matar, eles vão lá e mata você. Mata você e seu irmão. É desse jeito (Adolescente 05).

A utilização do recurso da “linha do tempo” explicitou a forte presença da violência na vida desses jovens. Ao serem questionados sobre suas experiências mais marcantes dentro do tráfico, a maioria das situações relatadas é marcada pela violência: tiros, facadas, homicídios, apreensões e espancamentos por parte da polícia.

A relação com a polícia é outro ponto fundamental ao se pensar na violência. Todos os adolescentes afirmaram que os confrontos com a polícia, o risco de morte e o encarceramento são a parte ruim do trabalho no tráfico. As abordagens truculentas, muitas vezes, ajudam a compor a própria motivação dos adolescentes em entrar e permanecer no tráfico. O senso de proteção em relação à comunidade e a expressão da revolta pelas humilhações sofridas nas abordagens policiais aparecem como um dos lados positivos do status de traficante, daquele que provê à comunidade o que lhe é negado pelo Estado.

Porque eles [polícia] humilha os morador. Aí vê a pessoa trabalhadora, eles dá na cara, sai invadindo casa por casa, por isso que eles não gostavam. E também, um negócio desse, só me deixava mais revoltado. Por isso que quando a polícia entrava, eu atirava mesmo (Adolescente 04).

Não é secundário que esteja em pauta um contexto generalizado de violência na vivência de adolescentes racializados. O uso da violência contra as pessoas negras, no Brasil, tem raízes históricas na escravização do povo negro e foi mantido como modo de gestão das formas mais precárias de trabalho ao longo das décadas. Trabalhos esses que continuaram sendo ocupados por pessoas negras (Gonzalez, 2020). Assim, o próprio método, utilizado pelo Estado, de uso extremado da violência contra o tráfico de drogas, sendo os adolescentes alvos dessa mesma política, encontra lastro histórico que legitima tal política de morte. Dessa maneira, identificamos que essa consolidação do histórico de uso da violência para gestão de trabalhos destinados a pessoas negras, com a política de guerra às drogas, tem favorecido a reprodução de relações violentas entre os adolescentes e demais trabalhadores do tráfico.

Por fim, a naturalização social da violência sobre as pessoas negras, nas relações produtivas e sociais, em especial nesse contexto do tráfico, é reproduzida na consciência desses adolescentes. Conforme apontou Wacquant (2003), é por meio dessa naturalização que eles se dão conta das contradições vivenciadas nesse contexto. É uma relação paradoxal, na qual ser violento garante a própria sobrevivência ao mesmo tempo que as relações violentas causam, em muitos casos, a morte precoce desses soldados do tráfico.

O desejo de sair (ou não) do tráfico: trabalhar por dinheiro vs. trabalhar por prazer

Ao serem questionados sobre suas perspectivas de futuro, todos os adolescentes afirmaram que desejam construir uma família e poder dar aos seus filhos aquilo que não tiveram. Nesse sentido, a permanência ou não no tráfico revela-se como uma grande contradição. A saída implica em perda financeira, especialmente pela dificuldade de conseguir emprego e pela baixa remuneração das atividades possíveis, além das ameaças das facções das quais desejam desligar-se.

Os participantes pontuaram que o desejo de sair do tráfico é mais forte quando estão dentro das unidades de cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE). Não porque o sistema “regenera” ou “ressocializa” esses jovens, mas sim pela solidão, pela sensação de abandono, pelas violências e pela falta de liberdade ali vivenciadas. Na prática, eles mesmos reconhecem que essa mudança é mais complexa: sabem que, ao saírem, voltarão para a mesma realidade. Esse fato escancara a ineficácia de um sistema baseado em punições, que pouco interfere na mudança de vida desses adolescentes. Prova disso são os altos *índices de reincidência* — por exemplo, dos nove entrevistados, apenas dois nunca haviam sido apreendidos antes da entrada na unidade. “*Eu não vou mentir não, lá fora eu posso ir vender de novo. Porque, aqui dentro, é fácil o cara dizer que vai parar, quando o cara vê o mundo aí fora?*” (Adolescente 08).

Ainda que seja comum o desejo de sair do tráfico, alguns adolescentes afirmaram a intenção de continuar. Isso porque, comparado com outras atividades do “crime”, como o furto ou roubo, *o tráfico é mais “tranquilo” e permite prover para a família*. Contudo, embora façam essa afirmação, os participantes também anseiam o “sossegar”, isto é, ter um trabalho “honesto” e uma vida mais tranquila. Dentro de uma mesma entrevista, com diferença de minutos, o discurso oscila entre essas duas possibilidades, como mostrado na fala de um dos entrevistados que, ao início, afirma: “Não saio não. Do tráfico eu não saio não”. Entretanto, mais à frente, ao ser questionado sobre os planos de futuro e onde se vê daqui a 5 ou 10 anos, declara: “*Vai chegar um dia que eu vou mudar, visse? Igual quando eu saí daqui eu vou... Deus quiser eu vou alugar uma casa, num canto, sair daqui*” (Adolescente 02).

Sair do mundo do tráfico não é apenas uma decisão a ser tomada, é necessário levar em consideração uma série de questões reais e materiais de manutenção da vida, da reintegração no mundo do trabalho, dos preconceitos, opressões e rejeições que sempre fizeram parte da vida desses adolescentes. Nessa direção, mais uma vez, a contraditoriedade é uma marca do processo de significação sobre o tráfico, já que o caminho encontrado de vivenciar a própria vida pode ser exatamente o responsável por tirá-la.

Se, por um lado, podem perder a vida por continuarem nessa atividade, por outro lado, é essa mesma atividade que garante não apenas a sobrevivência, mas a construção do valor e do reconhecimento desses adolescentes frente à sua comunidade. Seja pelo dinheiro ou por poder contribuir financeiramente com a família, seja por proteger sua comunidade ou por operar algumas funções que seriam do Estado, como educação, lazer, cultura e segurança, o abandono do tráfico não parece ser uma decisão livre de hesitação (Silva, 2011).

Assim, as contradições do sistema materializam-se na consciência desses jovens, criando também contradições subjetivas, tornando os sentidos do trabalho no tráfico também contrapostos. Ao mesmo tempo em que querem ter uma vida tranquila, reconhecem que o tráfico é a oportunidade mais palpável; da mesma forma que se enxergam como adultos, eles reconhecem que são adolescentes, sentem falta da família, anseiam pelos cuidados da mãe; da mesma maneira que querem aproveitar a vida e reconhecem seu valor, eles sabem que a morte chega banalizada e é esperada a qualquer momento; do mesmo modo que admiram trabalhadores e os consideram exemplos, também se gabam, por vezes, do status de “traficante” (Maciel & Grillo, 2011; Souza, 2003).

E: Você acha que você, que conseguiu proporcionar essas coisas [festa e presente do Dia das Crianças], representa o que para essas crianças?

P: Representa que tem ali alguém. Tipo, tá uma pessoa ali por eles. Porque quem protege assim a favela, né, é os traficantes (Adolescente 01).

Considerações finais

O objetivo deste estudo foi o de analisar os sentidos e significados do trabalho no tráfico para os adolescentes explorados por essa indústria. Nesta pesquisa, encontramos as significações que circulam em torno de elementos como a contradição entre ser “trabalhador” no tráfico, o lugar do dinheiro para garantir acesso a status social, a violência como parte desse trabalho e a relação conflituosa entre permanecer e sair do tráfico. Esses achados apontam em algumas direções, no que concerne ao modo como a força de trabalho infantil é incorporada na reprodução do capital que ocorre na indústria das drogas.

A primeira constatação diz respeito ao modo como os adolescentes tomam consciência das contradições próprias do trabalho, no modo de produção capitalista, e das diversas contradições inerentes ao tráfico de drogas nesse contexto. Uma delas envolve, de um lado, a moralização do trabalho na base da socialização — não importa qual, desde que honesto — e, de outro, a escassez (de quê?), até mesmo desse trabalho precarizado, cuja remuneração não é compatível com as pressões para que esses adolescentes entrem em circuitos de consumo e manutenção de status. Além do mais, trabalhos precários são particularmente destinados a jovens, sobretudo àqueles negros periféricos.

Uma segunda direção está associada a formas sociais mais amplas, além de econômicas. Trata-se da indústria da droga e de uma sociedade que, embora a critique na aparência, se aproveita dela nos subterrâneos. Afinal, ela é um setor econômico no qual circulam recursos financeiros, inclusive por meio de instituições “legais”. Tal indústria, como qualquer outra, depende de uma massa de trabalhadores disposta a se sujeitar, quer por inclinações morais, quer por falta de condições de sustento.

Desse modo, o circuito está formado: o jovem se sujeita ao tráfico, fazendo dele sua forma de trabalho e de vida. Já o tráfico põe em movimento a comercialização de drogas. O capital é realizado na medida em que surge, de modo exploratório, e circula livremente nos circuitos de consumo e poder, sem excluir as entranhas do próprio Estado. É nesse contexto que o trabalho é significado pelos jovens. Os adolescentes, individualmente, encontram uma forma de suprir as necessidades de consumo geradas pelo próprio sistema no qual são explorados e pelo qual podem ser descartados, inclusive pela força policial do Estado.

Partindo da ideia de que está instalada a contradição, presente no capitalismo, sobre o tema do tráfico, torna-se fundamental o mapeamento e a construção de outras possibilidades de inserção no trabalho, emprego e geração de renda, para que sejam mais atrativos e que estejam em acordo com as necessidades específicas das juventudes. Por fim, também é urgente a construção de processos de organização e de luta coletiva desses jovens (e junto a eles) para a superação das estruturas que limitam as suas possibilidades de vida.

O estudo limitou-se ao contato com adolescentes cis masculinos e moradores de zonas urbanas da cidade de Natal, o que proporciona interações específicas com o tema, as quais são balizadas por questões centrais como gênero e território. Além disso, o fato de esses adoles-

centes estarem, especificamente, em uma unidade provisória, contribuiu para falas voltadas ao momento de vida singular que experienciavam.

Como proposta para novas pesquisas, sugere-se a investigação dos sentidos do trabalho para as demais identidades de gênero, bem como a investigação da temática entre adolescentes em cumprimento de MSEs, após as decisões judiciais (as quais são aguardadas no provisório). Esses atravessamentos podem evidenciar diferentes experiências e, conseqüentemente, sentidos e significados próprios de cada realidade. Além disso, também se sugere o aprofundamento na temática das masculinidades negras, enfatizando a tríade raça-gênero-classe e os atravessamentos na construção da vida desses jovens.

Referências

- Aguiar, W. M. J., Ozella, S. (2006) Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia, ciência e profissão*, 26(2), 222-245. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pcp/a/QtcRbxZmsy7mDrqtSjKTYHp/>
- Alberto, M. F. P., Pessoa, M. C. B., Malaquias, T. A. P., & Costa, C. S. S. (2020) Trabalho infantil e ato infracional: análise histórico-cultural do desenvolvimento infanto-juvenil. *Revista da SPAGESP*, 21(1), 127-142. Recuperado de https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702020000100010
- Âmbito Jurídico. (2016) Tráfico de drogas é o crime mais cometido pelos menores infratores. Recuperado de <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/trafico-de-drogas-e-o-crime-mais-cometido-pelos-menores-infratores/410522503>.
- Barros, J. P. P., Paula, L. R. C., Pasqual, J. G., Colaço, V. De F. R., & Ximenes, V. M. (2009) O conceito de “sentido” em Vygotsky: Considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. *Psicologia & Sociedade*, 21(2), 174-181. 10.1590/S0102-71822009000200004.
- Bendassolli, P. F. (2009) *Psicologia e trabalho: apropriações e significados*. Coleção Debates em Administração. Cengage Learning.
- Conselho Nacional de Justiça. (2012) 75% dos jovens infratores no Brasil são usuários de drogas, aponta CNJ. Recuperado de: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/75-dos-jovens-infratores-no-brasil-sao-usuarios-de-drogas-aponta-cnj.html#:~:text=Entre%20os%20atos%20infracionais%20mais,patrim%C3%B4nio%2C%20como%20roubo%20e%20furto>.
- Costa, A. P. M. & Barros, B. W. (2019) “Traficante não é vagabundo”: Trabalho e tráfico de drogas na perspectiva de adolescentes internados. *Revista Direito e Práxis*, 10(4), 2399-2427. 10.1590/2179-8966/2019/36727.
- Criança Livre Do Trabalho Infantil. (n.d.). Estatísticas. Recuperado de: <https://livredetrabalho infantil.org.br/trabalho-infantil/estatisticas/>.
- Feffermann, M. (2006) *Vidas arriscadas: o cotidiano de jovens trabalhadores do tráfico*. Vozes.
- Fleer, M., González-Rey, E., & Veresov, N. Perezhivanie, emotions and subjectivity: Setting the stage. In Fleer, M.; González-Rey, E.; Veresov, N. (Eds.). (2017) *Perezhivanie, emotions and subjectivity: Advancing Vigotski's legacy* (pp 1-18). Springer. 10.1007/978-981-10-4534-9.
- Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008) Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(1), 17-26
- Galdeano, A. P. & Almeida, R. (2018). *Tráfico de drogas entre as piores formas de trabalho infantil: mercados, famílias e rede de proteção social*. Cebrap. Recuperado de https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Tr%C3%A1fico-de-Drogas-Trabalho-Infantil_ebook.pdf.
- Gonzalez, L. (2020) *Por um feminismo afro-latino-americano*. Schwarcz-Companhia das Letras.
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990) Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União.
- Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. (2012) Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Brasília, DF: Diário Oficial da União.
- Lessing, B. (2008) As facções cariocas em perspectiva comparativa. *Novos Estudos*, 80, 43-62.
- Lukács, G. (2013) *Para uma ontologia do ser social II*. Boitempo.
- Maciel, F.; Grillo, A. (2011). O trabalho que (in)dignifica o homem. In Souza, J. (Org.). *A ralé brasileira: quem é e como vive* (pp. 241-277). Editora UFMG.
- Marinho, F. C. (2013). *Jovens egressos do sistema socioeducativo: Desafios à ressocialização*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Recuperado de https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_76025a035754b6b917d5a05d8aee56a2.

- Marx, K.** (2011) *O capital: livro I*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.** (2023). *Dados sobre a Política Nacional de Atendimento Socioeducativo são divulgados pelo MDHC*. Recuperado de <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202312/apos-6-anos-sem-levantamento-dados-sobre-a-politica-nacional-de-atendimento-socioeducativo-sao-divulgados-pelo-mdhc>.
- Netto, J. P.** (2009) *O que é marxismo* (9a ed). Brasiliense.
- Netto, J. P.; Braz, M.** (2006). *Economia política: uma introdução crítica* (8a ed). Cortez, 2006.
- Oliveira, A.** (2006). *As peças e os mecanismos do fenômeno tráfico de drogas e do crime organizado*. 2006. Tese Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Recuperado de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/1397>.
- SANTOS, L. H.** (2011). O consumo na sociedade: a subjetividade e o papel do dinheiro. *Acta Científica*, 20(1), 35-45.
- Souza, J.** (2003). (Não) reconhecimento e subcidadania, ou o que é ser gente? *Lua Nova*, 59, 51-73. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/ln/a/p4F65RZgPJHSGXn4BTkvPyr/>
- Vygotski, L. S.** (1991). *Obras escogidas: Tomo IV*. Antonio Machado Libros.
- Vygotski, L. S.** (1995). *Obras escogidas - Tomo III. Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores*. Visor Distribuciones SA.
- Wacquant, L.** (2003). *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Revan.

BEATRIZ PINHEIRO DE MELO

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9816-8922>

Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Email: ?

DANIELE PAULINO

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1820-2770>

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Professora da Universidade Potiguar

Email: paulino223@gmail.com

PEDRO F. BENDASSOLLI

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7761-0857>

Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Email: pbendassolli@gmail.com

FELLIPE COELHO-LIMA

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-7763-4050>

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Email: fellipecoelho@gmail.com

Histórico	Submissão: 29/03/2024 Revisão: 04/09/2024 Aceite: 04/09/2024
Contribuição dos autores	Conceitualização: BPM; FCL Curadoria de dados: BPM; FCL; DSP; PFB Análise formal: BPM; FCL; DSP; PFB Investigação: BPM; FCL Metodologia: BPM; FCL; DSP; PFB Escrita original: BPM; FCL; DSP; PFB Escrita - revisão e edição: BPM; FCL; DSP; PFB
Financiamento	Bolsa de mestrado CAPES – Programa CAPES de demanda social. Processo nº 88887.508310/2020-00
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – CEP UFRN. Parecer nº 4.788.194

A NATURALIZAÇÃO DO ABSURDO: POLÍTICA BOLSONARISTA E A LEGITIMAÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO

*LA NATURALIZACIÓN DEL ABSURDO: LA POLÍTICA
BOLSONARISTA Y LA LEGITIMACIÓN DEL DISCURSO DEL ODI*

*THE NATURALIZATION OF THE ABSURD: BOLSONARO'S
POLICY AND THE LEGITIMIZATION OF HATE SPEECH*

Alessandra Marchioro Repp¹ e Wallisten Passos Garcia¹

¹ Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba/PR, Brasil

Resumo: O discurso de ódio ocupa uma função essencial na dinâmica de poder do atual cenário político brasileiro, tendo em vista o legado do governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. A utilização de falas odiosas para discriminar grupos minoritários, culpabilizados pelos males do país, reverbera na subjetividade da população e proporciona um cenário propício para a discriminação e violência sistemáticas contra esses grupos. Nesse sentido, a presente pesquisa busca analisar como a legitimação de discursos de ódio pelo Estado brasileiro opera na subjetividade dos indivíduos. Para tanto, comentários de usuários do Facebook em discussões políticas relacionadas a questões de gênero e sexualidade foram analisados sob a ótica da Análise Crítica do Discurso. A discussão suscita correlações entre esses discursos e o autoritarismo, a intolerância e as práticas discursivas do governo Bolsonaro.

Palavras-chave: Psicologia Social; Preconceito; Minorias sociais; Análise crítica do discurso; Autoritarismo.

Resumen: El discurso de odio juega un papel esencial en la dinámica de poder del actual escenario político brasileño, dado el legado del gobierno del expresidente Jair Messias Bolsonaro. El uso de discursos de odio para discriminar a grupos minoritarios, a los que se culpa de los males del país, repercute en la subjetividad de la población y proporciona un escenario favorable para la discriminación y la violencia sistemáticas contra estos grupos. En este sentido, esta investigación busca analizar cómo la legitimación del discurso de odio por parte del Estado brasileño opera en la subjetividad de los individuos. Para ello, se analizaron desde la perspectiva del Análisis Crítico del Discurso comentarios de usuarios de Facebook en discusiones políticas relacionadas con temas de género y sexualidad. La discusión plantea correlaciones entre estos discursos y el autoritarismo, la intolerancia y las prácticas discursivas del gobierno de Bolsonaro.

Palabras clave: Psicología Social; Prejuicio; Minorías sociales; Análisis crítico del discurso; Autoritarismo.

Abstract: Hate speech plays an essential role in the power dynamics of the current Brazilian political scenario, given the legacy of the government of former President Jair Messias Bolsonaro. The use of hate speech to discriminate against minority groups, who are blamed for the country's problems, reverberates in the subjectivity of the population and provides a favorable scenario for systematic discrimination and violence against these groups. In this sense, this research aims to analyze how the legitimization of hate speech by the Brazilian State operates in the subjectivity of individuals. To this end, comments from Facebook users in political discussions related to gender and sexuality issues were analyzed from the perspective of Critical Discourse Analysis. The discussion raises correlations between these discourses and the authoritarianism, intolerance, and discursive practices of the Bolsonaro government.

Keywords: Social Psychology; Prejudice; Social minorities; Critical Discourse Analysis; Authoritarianism.

Introdução

O discurso é essencial na constituição da vida social e psicológica dos indivíduos e tem o poder de facilitar, limitar, legitimar ou regular o que pode ou não ser dito, por quem, em que momento e local. Conceição Nogueira (2008) acrescenta que as práticas discursivas são sociais, produzidas através de relações de poder concretas, numa época determinada. Por isso, os discursos proferidos através de uma ideologia dominante, por meio de instituições, como o Estado, a Igreja e a Ciência, são capazes de manter a vigência de uma determinada lógica de poder. Segundo Ignacio Martín-Baró (1985/2017), esses discursos constituem e articulam o *ethos*, a visão de mundo e, de forma geral, a própria subjetividade dos indivíduos.

Desse modo, a repercussão de discursos na esfera social tem especial efeito de instigação e de regulamentação de práticas nas massas, especialmente quando esses discursos são legitimados por autoridades. Conforme Bruno Sampaio (2017), em uma sociedade cuja relação de poder é desigual, o discurso é capaz de apresentar realidades históricas transitórias como verdades absolutas e, conseqüentemente, mostrar processos sociais de dominação como aspectos naturais do próprio mundo.

No contexto brasileiro, a construção da sociedade deu-se historicamente a partir de um longo processo de colonização europeia, com componentes autoritários significativos, que marcaram as relações sociais desiguais no país. Assim, a busca por direitos humanos dos povos oprimidos sempre foi confrontada por valores tradicionalistas coloniais, que seguem embasando a forma como a população brasileira pensa, vive e se relaciona em sociedade, como explica Helerina Novo (2001). Mais que um sintoma desse processo histórico, durante o período eleitoral e o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro, o discurso de ódio assumiu o papel de ferramenta para a hostilização de grupos minoritários socialmente marginalizados e, acima de tudo, para a manutenção da lógica desigual de poder brasileira, legitimadas pelo posicionamento de uma liderança autoritária.

Nessa conjectura, não há dúvidas de que, quando se fala em discurso de ódio e suas repercussões sociais, a política brasileira contemporânea se apresenta como um significativo objeto de estudo. Mesmo com o fim do mandato de Bolsonaro, algumas indagações ainda pairam na atmosfera política brasileira, a saber: quais os motivos dos ataques e do ódio direcionado aos grupos socialmente minoritários? Por que uma parte do povo brasileiro entrou em concordância com esse discurso e se tornou apático frente a falas e atos desumanos praticados pelo presidente? Qual o papel de uma figura de poder na legitimação de discursos de ódio pela população?

Ao considerar essas questões, este estudo busca caracterizar os discursos de ódio propagados durante a ascensão de Bolsonaro à presidência, analisando os argumentos que fortalecem e legitimam as falas e seus efeitos na subjetividade do povo e nas relações sociais brasileiras.

Método

A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa documental que, segundo Arilda Godoy (1995), se constitui da análise de materiais de natureza diversa, em busca de interpretações novas ou complementares de seu conteúdo. A coleta de dados foi realizada através da busca por postagens na página do jornal *El País Brasil* na rede social *Facebook*, selecionada – após uma análise comparativa entre as páginas de alguns dos principais veículos de comunicação brasileiros – por abordar frequentemente questões de cunho social e político relevantes ao período estudado. Além disso, em comparação com outras, a página gerava um alto volume de interações nos comentá-

rios, o que indicava não apenas a popularidade das postagens, como também a diversidade de pontos de vista e o engajamento ativo dos usuários em discussões políticas.

O recorte temporal de 2017 a 2019 foi escolhido devido à emergência dessas discussões, ocasionadas pelo período das eleições presidenciais de 2018. O candidato Jair Bolsonaro proferiu diversos discursos de ódio contra grupos minoritários durante sua campanha, o que ocasionou um aumento nas ocorrências de violência discursiva em redes sociais pela população, principalmente por eleitores/as que se autointitulam “bolsonaristas”. O período pré-eleitoral de 2017 também foi considerado, uma vez que discussões políticas emergiram como temáticas recorrentes nas interações em redes sociais, já motivados pelas crescentes manifestações públicas do então deputado Jair Bolsonaro, considerando o cenário político da época, após o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff. Dessa forma, as redes sociais se mostram um relevante meio para investigação dos discursos de ódio durante as eleições de 2018.

Para a operacionalização da pesquisa, foi necessário estipular palavras-chave para busca. Optou-se por focar em dois grupos minoritários: mulheres e a comunidade LGBTQIA+. A partir dessas buscas, foram escolhidas postagens referentes às temáticas supracitadas. O material de análise deste estudo foram os comentários de usuário/as/es sobre as matérias com as temáticas. Foram selecionadas duas reportagens: “O vocabulário feminista que todos já deveriam estar dominando em 2017”, de Clara Ferrero (2017), publicada em 8 de março de 2018, e “Entrevista: A sociedade inteira está discutindo a ‘cura gay’. Saímos vitoriosos”, escrita por Felipe Betim (2017), de 22 de setembro de 2017.

Os procedimentos de análise pautaram-se na Análise Crítica do Discurso, que compreende as práticas discursivas como práticas sociais que constituem os sujeitos e ocupam um papel importante em processos sociais de legitimação de poder (Nogueira, 2008). Foram analisadas as relações entre os discursos da população e o do Estado, uma vez que ambos atuam como maneiras de organizar, administrar e regular a vida social. Considerou-se necessário analisar também como esses sujeitos se identificavam ao tecer comentários odiosos ou preconceituosos nas publicações analisadas, de modo a compreender seus posicionamentos sociopolíticos. Por isso, foram analisados brevemente os perfis dos/as/es usuários/as/es responsáveis pelos comentários, a fim de identificar publicações, grupos e páginas curtidas que indicassem ou não o apoio desses indivíduos à figura do ex-presidente Jair Bolsonaro e às políticas que ele adotava.

Salienta-se que os comentários foram citados exatamente conforme a escrita da publicação original. Para manter o sigilo da identidade dos sujeitos, seus nomes foram ocultados e as iniciais foram utilizadas como forma de identificação.

Resultados

Os comentários selecionados foram considerados representativos de noções coletivas sobre as temáticas propostas. Procedeu-se a análise dos significados implícitos e explícitos contidos nos enunciados e nas interações subsequentes de outros usuários da rede social.

Discurso de ódio contra mulheres e os movimentos feministas

A primeira postagem escolhida (*El País Brasil*, 2017) anexava a reportagem de Ferrero (2017), que trazia como tema os objetivos e pautas dos movimentos feministas. O artigo definia

o feminismo como a crença na igualdade entre homens e mulheres e apresentava o significado de alguns conceitos normalmente utilizados pelos movimentos. Nos comentários, foram verificadas manifestações de descaso aos direitos das mulheres e aos movimentos em questão, como neste comentário: “*Feminismo: acreditar que as mulheres têm os mesmos direitos que os homens. Machismo: acreditar que as mulheres têm os mesmos direitos e os mesmos deveres que os homens. Machista consciente e orgulhoso aqui!*” (N. S., comunicação pessoal, 2018).

O enunciado acima exemplifica uma reação contrária de um homem às pautas de igualdade de gênero defendidas pelo feminismo. Ele demonstra a concepção errônea de que os movimentos lutam somente pela conquista de direitos pelas mulheres, ou mesmo a obtenção de privilégios sociais em detrimento dos homens, enquanto se omite sobre as responsabilidades femininas em sociedade. O comentário explicita uma percepção de que, ao conquistarem mais direitos, as mulheres estariam prejudicando ou impondo uma desvantagem aos homens em sociedade.

Como respostas a este comentário, foram identificados discursos de mulheres em defesa dos movimentos feministas. Diante dessas falas, N.S. mais uma vez reforça seu posicionamento:

Mulheres de verdade, não são lacradoras. Na família se divide os mesmos direitos e os mesmos deveres, respeitando as desigualdades existentes entre os indivíduos. Sabemos que não queremos igualdade porque não somos todos iguais, temos cada um seus gostos, sua individualidade, seus objetivos e assim por diante. Machista consciente orgulho, sem mimimi, sem frases de efeito, respeitando a natureza das coisas! (N. S., comunicação pessoal, 2018)

N.S. menciona o termo “mimimi”, muitas vezes utilizado para desmerecer as falas de defensores/as de pautas sociais e apoio às minorias, acusando-os/as de vitimistas e anulando suas argumentações. Também faz uma oposição entre “mulheres de verdade” e “lacradoras”, termo empregado às mulheres aderentes ao feminismo e que revela uma desqualificação destas como seres dignos de respeito ou reconhecimento. Destaca-se ainda a frase “respeitando a natureza das coisas”, que convoca uma noção de normatividade e apelo aos papéis sociais de gênero como imperiais e imutáveis, além de ser uma referência biologicista às determinações sexuais. Na mesma direção, em resposta a outro comentário que aparentemente defendia os movimentos feministas e havia sido deletado, outro homem comenta: “Tadinha de vc, precisa se vitimar, para falar mal dos homens. Muito contraditória, pois as mulheres estão cada dia mais fortes, só na hora da comparação com os homens, daí vcs são frágeis e coitadinhas” (F. F., comunicação pessoal, 2018). Tal comentário evidencia a falsa ideia de que a mulher finge uma vulnerabilidade social supostamente inexistente para conquistar regalias, o que demonstra um desconhecimento ou ignorância quanto às consequências da desigualdade de gênero.

No enunciado seguinte, F. F. atribui ao feminismo atual o termo “nazi”, dizendo que “*Hoje não existe mais feminismo, apenas nazi feministas, pq a feminista já conquistou seu lugar, já a nazi tem ódio pelo homem.*” (F. F., comunicação pessoal, 2018). “Feminazi” é um termo regularmente usado para criticar a militância feminista de forma pejorativa e veicula a noção errônea de que os feminismos não buscam a igualdade de gênero, mas sim a subversão e dominação sobre o homem. Nas respostas a esse comentário, F. F. afirma que as mulheres têm mais direitos que os homens atualmente:

Agora quanto a direito, as mulheres tem muito mais que os homens e já assumiu seu lugar na sociedade ao lado do homem. Volta 50 anos atrás, e veja os avanços, lá sim a mulher era oprimida e não tinha direitos. (F.F., comunicação pessoal, 2018)

Nota-se que o usuário reconhece os avanços promovidos pelo feminismo na conquista de direitos pelas mulheres nos últimos 50 anos, entretanto, segue desvalorizando os movimentos atuais, considerando-os como ultrapassados ou desnecessários, por acreditar que atualmente não há mais tamanha opressão sobre as mulheres. N. S., sujeito do primeiro enunciado analisado, se insere na discussão de F. F., destacando, usando aspas em seu comentário, a resposta de uma mulher:

“Esses véio que se aposentam e ficam sem ter o que fazer daí descobrem que tem a Internet para falar besteira, este é o caso do F. hahahahaha”. É por esse tipo de comentário, carregadíssimo de preconceito e desprezo pelo ser humano, que o machismo consciente é uma NECESSIDADE ABSOLUTA. Mulherinhas assim devem ser postas na rédea curta, chamadas na chinha. Por isso que os homens estão dominando tudo, se não diretamente, o estão fazendo através dos trans! Muitos lugares que poderiam estar ocupados por mulheres estão ocupados por trans! Estou adorando, inclusive, ver! (N. S., comunicação pessoal, 2018)

Estabelece-se um enunciado violento, de menosprezo e de dominação masculina sobre a figura feminina, confirmado na verbalização de que “os homens estão dominando tudo” e na referência às mulheres como “mulherinhas” que deveriam ser postas “na rédea curta”. Ao mesmo tempo, N. S. também se refere a mulheres transgênero como uma extensão da figura masculina e como indivíduos que estão ocupando os lugares das mulheres cisgênero. Essa fala externaliza um discurso transfóbico, ao considerar a mulher trans pertencente à comunidade masculina e “invasora” do mundo feminino. A fala de outro homem, J. P. R., traz uma mensagem mais explícita de apelo a estereótipos atribuídos às mulheres para desqualificá-las, como as características de “dirigir mal” e serem “fofoqueiras”:

Que tanto de coisas graves e absurdas que afligem as mulheres que vc apontou. Dirigir mal e fofoqueiras? Isso é zoação. É daquelas que piada ofende? Homens caçoam uns aos outros de forma infinitamente pior. Ameaça de agressões físicas é caso de polícia. Não é situação que aflinge exclusivamente mulheres (J. P. R., comunicação pessoal, 2018)

Também se destaca nesse enunciado o discurso de que violências não são sofridas somente por mulheres, o que desmerece a tipificação de violência de gênero e os princípios que a Lei Maria da Penha defende. Deixa-se de considerar que a motivação da violência de gênero é justamente a dominação, a disparidade de força e poder social do homem sobre a mulher, enquanto as violências sofridas por homens não têm qualquer embasamento no gênero.

Na fala seguinte, L. P. faz referência ao conservadorismo e aos papéis sociais de gênero, apresentando um posicionamento religioso, quando coloca que “o diabo” quer destruir a “ordem tradicional milenar” das relações de gênero: “eu acredito na hierarquia. Homem em cima, mulher em baixo. Isso é a ordem tradicional milenar, que agora o diabo quer destruir.” (L. P., comunicação pessoal, 2018).

O enunciado de L. P. evidencia o posicionamento de indivíduos que se colocam como antife-ministas, que recorrem ao conservadorismo, ao tradicionalismo e à religião para defender a manutenção da lógica patriarcal. Ao definir os feminismos como algo “do diabo”, coloca os movimentos como a figura bíblica: inimigo, causador de destruição e caos, que, como tal, deve ser combatido.

Por fim, analisa-se o enunciado de outro homem, E. M. que profere um discurso abertamente misógino ao dizer que “o melhor movimento feminino ainda é o dos quadris.” (E. M., comunicação pessoal, 2018). Com esse posicionamento, o usuário não somente desqualifica os movimentos so-

ciais feministas, como também demonstra uma visão da mulher exclusivamente como meio para usufruto de prazer pelos homens, demonstrando a objetificação sexual feminina.

O discurso de ódio contra a comunidade LGBTQIA+

A próxima publicação analisada (El País Brasil, 2018) é acompanhada do anexo da reportagem de Betim (2017), que aborda o posicionamento do Conselho Federal de Psicologia (CFP), contrário à prática das *pseudoterapias* de reversão de orientação sexual. O tema passou a ser largamente discutido pela população após o juiz Waldemar Cláudio de Carvalho ter concedido uma liminar que possibilitava a aplicação de *pseudoterapias* por psicólogos. O CFP, contudo, havia regulamentado em 1999 que a homossexualidade não poderia ser tratada como desvio ou doença e que, portanto, não se justifica a aplicação de tratamento psicológico. Diversos perfis de usuários/as/es se manifestaram contra o CFP, demonstrando argumentações homofóbicas e mesmo transfóbicas para justificar que a homossexualidade deveria ser tratada psicologicamente, com suposta reversão à heterossexualidade.

Nos comentários, foram identificados enunciados que, apesar de não desenvolverem uma argumentação extensa ou se posicionarem diretamente sobre as *pseudoterapias* de reorientação sexual, demonstram repúdio à homossexualidade, seja pela aparente indiferença em relação ao tema ou por comentários explicitamente odiosos. A frase de E. M. (comunicação pessoal, 2018): “*Para mim isto não influi nem contribui. Faço de conta que não vi, não ouvi nada a respeito! E ponto final!!*”, exemplifica essa falsa indiferença à temática e remete implicitamente ao incômodo, produzido pelo preconceito, e à intolerância para discutir sobre questões relativas à homossexualidade. Já o enunciado de D. O. (comunicação pessoal, 2018): “*chega de vitimismo já encheu o saco*”, demonstra a desvalorização da defesa dos direitos da população LGBTQIA+, pelo discurso do “vitimismo”.

Em outro sentido, o discurso de ódio nos comentários foi evidenciado sob a forma de estereótipos e apelidos pejorativos que escancaram o repúdio aos homossexuais: “*Os gays não perdem uma oportunidade, seja contra eles ou a favor elas aparecem espalhafatasas, e isso é irritante*” (D. D., comunicação pessoal, 2018). Na mesma direção, E. S. (comunicação pessoal, 2018) afirma: “*Eu acho que essa página El País tá cheio de viado*”. O termo “viado” é utilizado com conotação pejorativa e parte do pressuposto de que, ao publicar uma reportagem em defesa aos direitos da comunidade LGBTQIA+, os/as/es jornalistas são necessariamente pertencentes a esse grupo. Evidencia-se a percepção de que, para defender os direitos de povos socialmente minoritários, é necessário se identificar com esses diretamente, excluindo a possibilidade da prática de alteridade com o sofrimento de grupos sociais distintos ao seu próprio.

Também pejorativo, o comentário de outro homem, A. L., escancara o preconceito e o ódio contra a homossexualidade: “*Eu não!!! Não é eu que gosta de sentar em uma mandioca, o problema são vcs que nasceu homem e quem se travestir de mulher!!*” (A. L., comunicação pessoal, 2018). Esse discurso é fundamentado na lógica de que o homem gay não é visto como homem, uma vez que a heterossexualidade é atribuída como característica intrínseca à masculinidade, o que desqualifica a possibilidade do homem se identificar com qualquer sexualidade divergente desta. A. L. demonstra nitidamente uma confusão entre os conceitos de identidade de gênero, relativo à identificação de cada indivíduo com o gênero masculino, feminino ou outros, e orientação sexual, relativa à atração sexual e/ou emocional por outros indivíduos, afirmando que o problema são as pessoas que nasceram homens e “querem se travestir de mulher”. Outrossim,

identifica-se, no mesmo enunciado, uma intolerância contra a comunidade LGBTQIA+, uma vez que coloca todos os indivíduos pertencentes a esse grupo sob uma mesma característica geral, de “nascer homem e querer ser mulher”.

Em um enunciado com princípios semelhantes, M. M. utiliza uma argumentação biologicista para justificar a “causa da homossexualidade”:

Mano, homossexualidade/heterossexualidade é uma questão hormonal. Se um hétero se masturba 5x ao dia, ele diminuirá seus níveis de testosterona e começará a se ‘sentir diferente’. Isso é normal, quando se baixa em níveis bem baixos acontece esse tipo de coisa. Além disso, existem tipos de indução sim que no longo e médio prazo alteram a produção de hormônios que influenciam na sexualidade. Principalmente na infância, devido a traumas ou exposições demasiadas a certos tipos de ocasiões há uma grande chance de isso a modificar totalmente. Pura besteira achar que não pode haver modificações deste tipo sem saber o mínimo de como funciona este processo. Aliás, não passa de um alienado. (M. M., comunicação pessoal, 2018)

Primeiro, M. M. afirma que a sexualidade é uma questão hormonal e que a masturbação acarreta a regulação dos níveis de testosterona nos homens, afirmações estas sem qualquer embasamento científico. Acrescenta que, se ocorre uma redução hormonal no organismo, acontece “esse tipo de coisa”, referindo-se à homossexualidade. Com isso, defende a possibilidade de reorientação sexual através da Psicologia. No mesmo enunciado, M. M. relaciona a vivência de traumas e exposição a determinados conteúdos que supostamente influenciam o indivíduo a identificar-se com a homoafetividade:

Pornografia, abusos, exposições demasiadas aos meios de comunicação sem supervisão e afins tudo influencia para um lado mais homoafetivo. Tem estímulos do tipo até nos desenhos animados. Se os gênios não entendem que o cérebro produz estímulos para aquilo que te pareça te fazer bem, tal como comer chocolate ou uma pizza, já caíste no conto da mídia. Tal como a publicidade de algumas empresas que utilizam muito esse sistema de indução... Claro que tem os que nascem e os que são induzidos. Um não exclui o outro. É uma grande falácia! (M. M., comunicação pessoal, 2018)

O discurso de M. M. evidencia a crença de que a homossexualidade é um transtorno, uma patologia que pode ser produzida a partir de um contexto disfuncional ao qual o indivíduo é submetido. Apesar de mencionar, ao final de seu comentário, que acredita que existe a homossexualidade inata, M. M. considera que, independentemente da forma com a qual o sujeito se identifica com a homossexualidade, é uma questão de ordem biológica e que pode ser corrigida através de intervenção profissional, desconsiderando que o próprio CFP já havia desmistificado e recriminado a teoria na Resolução 01/99, como explicitado na reportagem (Betim, 2017). No seguinte comentário, de S. C., o posicionamento heteronormativo também é nítido:

Muitos homossexuais assumidos hoje provam que realmente há possibilidade de mudança de sexualidade, pois como homens e mulheres viviam e até se realizavam como heterossexuais e agora são gays, sabe por quê? Porque houve uma mudança de comportamento e puderam decidir em ser o que são. E digo mais se muitos tivessem acompanhamento e orientação de profissionais que tivessem liberdade e profissionalismo para tratá-los como clientes que precisam de ajuda e não de doentes que precisam de cura, decidiriam em continuar a ser héteros. (S. C., comunicação pessoal, 2018)

A fala de S. C., em conformidade com os outros enunciados aqui discutidos, também indica uma visão de que a sexualidade natural do ser humano é a heterossexualidade e, conseqüentemente, também indica que qualquer expressão sexual diversa desta deve ser tida como um desvio.

Analogamente, o comentário de W. T., uma mulher que ironiza a temática, expõe o mesmo ideal de heteronormatividade dos enunciados acima e menospreza a chamada “minoría”, que seriam os membros da comunidade LGBTQIA+. No comentário dela, lê-se que “*a maioria da sociedade está errada, a minoría está certa... por favor... menos histeria...*” (W. T., comunicação pessoal, 2018). Identifica-se aqui, mais uma vez, um apego à manutenção do *statu quo* de dominação de um grupo majoritário sobre um grupo minoritário. Ademais, W. T. entende erroneamente o conceito de minoría como um grupo numericamente menor aos demais, considerando que esse termo se refere a um menor poder político e social desses grupos. A usuária suplica por “menos histeria”, discurso que relaciona à loucura a luta da comunidade por direitos, dando a entender que é algo exagerado e desnecessário. Esse tipo de enunciado é comumente apresentado por indivíduos que se colocam contrários a movimentos de grupos socialmente minoritários e segue a mesma lógica que fundamenta o emprego do termo “mimimi”. Ao classificar um grupo e seus discursos como histéricos, absurdos ou imorais, invalida-se por completo qualquer discussão proposta e, assim, a argumentação é reduzida à mera banalidade.

Perfil dos comentaristas

Por fim, a análise dos perfis dos comentaristas revelou que a grande maioria, salvo três exceções, apresentaram publicações ou curtidas em páginas de apoio ao presidente Jair Bolsonaro, além de páginas com títulos referentes ao conservadorismo, ao antifeminismo e ao anticomunismo. Essa análise permitiu associar os enunciados preconceituosos ou intolerantes com a aprovação das políticas presidenciais de Bolsonaro.

Discussão

Para a Análise Crítica do Discurso, o sujeito não discursa só, mas sim “imerso no meio e lutando para ter a sua posição social ou cultural tomada em atenção” (Nogueira, 2008, p. 240). O discurso é, então, de natureza coletiva, no qual a cultura estampa seus símbolos e significados e onde ficam visíveis processos de legitimação e relações de poder. Essa dinâmica é fundamental para compreender como a exclusão social se materializa.

Conforme explica Lilia Schwarcz (2019), a intolerância é um comportamento caracterizado pela “falta de habilidade, ou mesmo de vontade de reconhecer e respeitar diferenças de opiniões, crenças, valores ou orientações sociais” (p. 214). Isso é evidenciado em todos os comentários analisados, através de lógicas argumentativas reacionárias, da polarização política e do desinteresse em conhecer e dialogar com grupos minoritários.

Apesar das diferentes temáticas entre as reportagens escolhidas, os enunciados utilizados para atacar as minorias e os movimentos em questão se mostraram semelhantes. Alguns termos, como “mimimi” e “vitimismo”, o uso de estereótipos como o de que mulheres dirigem mal e homossexuais são “espalhafatosas”, termos pejorativos como “viado” e “mulherinha” e o apego ao conservadorismo, a papéis sociais de gênero e à heteronormatividade frequentemente apareceram nos discursos analisados. Por meio do discurso de ódio, a intolerância torna-se uma ferramenta política que apaga e repudia pontos de vista contrários ao normativo “e tal

comportamento, não raro, se utiliza do preconceito e da disseminação de estereótipos para a sua afirmação” (Schwarcz, 2019, p. 214).

Outra questão evidenciada a partir dos comentários analisados foi o apelo moralista à “família tradicional brasileira”. Schwarcz (2019) menciona que novos governos autoritários no Brasil têm demonstrado isso através de uma nostalgia de retornar aos velhos tempos, ou seja, ao conservadorismo e ao patriarcalismo, que eram tomados como leis universais e inquestionáveis. Dessa vontade de retomar/manter a vigência desses valores morais, surge uma distribuição de ódios segregativos contra os mais diversos grupos, contudo, os alvos são sempre sujeitos que desafiam de alguma forma a desejada normatividade e as lógicas de dominação entre grupos e classes sociais. Segundo Schwarcz, “quanto mais autoritários são os regimes políticos, maiores são as tendências para que se intensifiquem tentativas de controle das sexualidades, dos corpos e da própria diversidade” (p. 216).

Neste estudo, percebeu-se a aplicação dos mesmos pressupostos e embasamentos discursivos para formular enunciados odiosos endereçados aos dois grupos analisados. Contudo, identificou-se, concomitantemente, a utilização de formas específicas de discriminação endereçadas a cada grupo.

Na primeira publicação analisada (*El País Brasil*, 2017) foi possível identificar comentários que demonstram desconhecimento a respeito das pautas feministas e da problemática da desigualdade de gênero. Esse dado nos leva a pressupor que não há interesse no conhecimento dessas pautas e que a maioria dos/as comentaristas nesta publicação não a leram o texto antes de comentá-lo, ou leram, mas se posicionaram a partir de um ponto de vista rigidamente contrário ao conteúdo. Vale ressaltar que os perfis que proferiram enunciados antifeministas eram majoritariamente masculinos, o que pode evidenciar a discussão acerca da existência de uma percepção incorreta de que o feminismo ameaça o lugar do homem em sociedade e busca inverter a lógica de dominação entre os gêneros. Essa é a crença de muitos dos homens que se intitulam antifeministas e que, na verdade, demonstram o medo de perder seu lugar de privilégio na sociedade, ou até mesmo de rever esse papel e se adaptar a mudanças.

Schwarcz (2019) argumenta que o autoritarismo brasileiro sempre teve forte relação com a questão de gênero, ao colocar a mulher como subordinada ao homem, enquanto este permanece usufruindo de seu domínio e autoridade na sociedade. A misoginia apresenta diversas formas de manifestações violentas, que se estendem da exclusão social da mulher até os diferentes tipos de violência de gênero, o que pode ser observado nos discursos estudados.

A análise dos comentários relativos à população LGBTQIA+ apontou a predominância da heteronormatividade nos discursos, fundamentada em concepções biologicistas e explicações médicas ou psicológicas que a justificam, com o entendimento da homossexualidade como desvio. Guacira Louro (2020) elucida que a lógica heteronormativa relaciona-se a uma sequência inteligível na qual um corpo, logo após o nascimento, seja designado como homem ou mulher (macho ou fêmea) para, a seguir, assumir seu gênero culturalmente e então expressar desejo pelo sexo oposto ao seu. Por ser dissidente da heteronormatividade, a comunidade LGBTQIA+ representa uma ameaça às normas sociais e, portanto, torna-se alvo de ataques.

Observa-se que as noções de cidadania, ou seja, quem deve ou não ser reconhecido como parte integrante da sociedade, são perpassadas por questões de raça e gênero e norteadas por uma heterossexualidade hegemônica que produz desigualdades de gênero e sexualidade. Assim, se constrói e se mantém a supremacia do binarismo de gênero e a limitação das práticas sexuais e coloca-se a diversidade representada pela comunidade LGBTQIA+ como anormal e passível de discriminação social. De acordo com João de Oliveira, Miguel Pereira, Carlos Costa

e Conceição Nogueira (2010), a institucionalização desse senso comum, legitimada por instâncias de controle, produz e dissemina diferentes tipos de intolerância sobre essa comunidade gerando violências discursivas, físicas e estruturais.

A partir da lógica heteronormativa, abre-se a possibilidade de uma “cura gay” como forma de reversão de indivíduos à normalidade e, com isso, a Psicologia e a Medicina são nomeadas como agentes de intervenções que podem promover tratamento para essas pessoas, ou seja, sua cura. Nos comentários analisados, diversos indivíduos utilizam discursos biologicistas que mascaram seu preconceito com a demonstração de suposta preocupação com o bem-estar psicológico do sujeito homossexual. Vincula-se a noção de que esses indivíduos são infelizes ou frustrados e, assim, a libertação da “doença” da homossexualidade promoveria alguma melhora ao sofrimento deles. Esse posicionamento elucida a percepção de que a única possibilidade de aceitação de alguém como cidadão seria a anuência deste em se tornar “igual a mim”, ou seja, de se tornar heterossexual. Nesse processo, desconsidera-se que a origem do sofrimento do sujeito homossexual não é sua sexualidade, e sim o preconceito perpetuado sobre sua existência.

A questão que une as análises feitas até aqui é o propósito revelado em todos os enunciados: a manifestação em prol da manutenção das dinâmicas de poder vigentes. O sujeito preconceituoso nega qualquer discurso que aponte as desigualdades impostas sobre minorias sociais e rejeita toda argumentação que defenda a equidade.

Em consonância, diversos comentários analisados se assemelham a outros enunciados proferidos publicamente por Jair Bolsonaro. Em matéria da revista *Carta Capital* (Bolsonaro em 25 frases polêmicas, 2018), são apresentadas falas do então candidato a presidente que evidenciam suas tendências de desrespeito aos direitos humanos e de desprezo a grupos marginalizados. É possível citar alguns exemplos que podem ter agido como referência discursiva para muitos/as/es eleitores/as. Dias antes do segundo turno, em 2018, Bolsonaro disse em entrevista que “*isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso*”. Em 2010, na TV Câmara, havia afirmado que “*O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um couro, ele muda o comportamento dele. Tá certo?*”. Em discurso a apoiadores gravado e postado no *Youtube* em 2017, enquanto falava sobre a religião cristã no país, Bolsonaro disse “*vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem*”.

De acordo com Pedro Doria (2020), o governo Bolsonaro foi marcado pelo reacionarismo, uma vez que, no discurso bolsonarista, havia um desejo pela destruição do cenário atual, porém, sem oferecer em troca algo novo que pudesse substituí-lo. Existia uma ânsia pelo retorno a uma cultura brasileira primitiva, de aceitação unicamente da “tradicional família cristã, de pai, mãe e filhos” (p. 256). Como consequência, esse pensamento aponta bodes expiatórios, grupos e indivíduos culpados pelo declínio da nação e pela “inversão de valores” de modo que, assim sendo, justifica-se a sua exclusão como um sacrifício para que a sociedade retorne ao ideal do tradicionalismo e conservadorismo.

Segundo Schwarcz (2019, p. 211), os movimentos autoritários atuais se baseiam na criação de “verdadeiras mitologias de Estado”, que veiculam uma lógica polar de rivalidade entre “el@s” e “nós”. Produz-se de uma binaridade que se mantém ao estabelecer categorias sociais sempre opostas e conflitantes. Essa lógica de afeto ao semelhante e ódio contra o diferente contamina não só as instituições públicas, mas também as relações cotidianas.

Ao mesmo tempo em que o discurso do Estado fomenta a aversão a esses grupos, emerge um sentimento de indiferença em relação aos indivíduos dissidentes da norma, que são desumanizados e, assim, a violência contra eles é naturalizada. Sampaio (2017) entende a natura-

lização do absurdo como uma tática de controle social, que encobre as relações de dominação apresentando-as como aspectos intrínsecos e imutáveis da realidade, de modo que injustiças e atrocidades passam a ser banalizadas no cotidiano.

Jair Bolsonaro foi eleito presidente da república em 2018, instigando as mais diversas discussões políticas e manifestações de discurso de ódio, tais como as analisadas anteriormente. Segundo Wagner Dutra e Bruna Silva (2022), o autoritarismo bolsonarista reagiu com nacionalismo, conservadorismo, alianças com as elites tradicionais e violência e, ao conquistar força política e popular, abandonou qualquer restrição ética ou legal. Com esse representante, o Estado se mostrou eficaz em convocar as massas e suscitar reações aversivas aos bodes expiatórios que apontava. Grande parte da população foi, e ainda é, seduzida pelo discurso de destruição do cenário político existente (muitas vezes justificado por escândalos de corrupção que ocorreram nos últimos três governos do Partido dos Trabalhadores) e assume o papel de cúmplice, conivente com as práticas violentas do governo. Nessa conjuntura, a própria democracia é atacada, ou seja, a convivência de diferenças e a existência de diálogo e consenso passam a ser repudiadas.

Dessa forma, os discursos proferidos por Jair Bolsonaro, sujeito que ocupou o lugar de maior autoridade no país, são capazes de convocar a população a também discursar e a agir em prol de seus ideais.

Edgard Barros (1960) aponta que o/a/e líder é o indivíduo capaz de influenciar seus seguidores, através do poder que naturalmente porta pelo seu título de líder, ou pela autoridade de que se reveste, por meio da força que recebe de grupos e instituições populares. Nesse sentido, uma figura de liderança ocupa um lugar de suma importância na vida do grupo, pois permite que ele aja com certa coesão e uniformidade.

A força do sistema de controle de um/a/e líder, portanto, procede dessa capacidade de centralizar as massas e unificá-las, o que o/a/e permite dirigir as relações interpessoais e promover a realização de seus objetivos (Barros, 1960). Por esses atributos de liderança que se observa que, para seus apoiadores, Jair Bolsonaro representa a junção de diversas crenças e opiniões que se encontravam latentes até então. Enunciados odiosos passaram a ter uma figura de autoridade que não só os aceita, como também os profere.

No ex-presidente brasileiro passaram a ser depositadas todas as expectativas, medos e anseios de parte da população e ele assume uma figura mítica, de herói e salvador da pátria, um “messias”. Nesse lugar, ele recebe a aceitação das massas para, em nome do Estado, verbalizar preconceitos, operacionalizar políticas segregacionistas, manifestar ignorância e descaso à ciência e à razão. Nesse sentido, um governo autoritário como o de Jair Bolsonaro foi (e continua sendo) capaz de naturalizar o absurdo. O Estado não inventa preconceitos, uma vez que a segregação de minorias sociais é histórica e presente em qualquer governo, mas tem o poder de legitimar a exteriorização de repúdio que oprime e marginaliza esses grupos.

Conclusão

A partir da análise de enunciados preconceituosos postados em redes sociais nos anos que antecederam a eleição de Bolsonaro, foi possível compreender a retroalimentação entre o discurso de uma liderança autoritária como Jair Bolsonaro e práticas discursivas violentas da população. Ambos se fortalecem em um ciclo de legitimação e naturalização do absurdo, que permite

sua continuidade e autoriza a discriminação de grupos tidos como ameaças à norma vigente. Também cíclica, historicamente, é a emergência de figuras autoritárias e da extrema-direita.

Enquanto, em um passado próximo, Bolsonaro ocupava o poder como representante da extrema-direita, em outros momentos históricos existiram e existirão outros como ele. Essas personagens políticas convocam a população a externalizar seus preconceitos, seu anseio pela dominação e pelo extermínio de dissidentes das normas sociais vigentes. As consequências sociais e históricas desses governos autoritários são extensas, mas não existe um movimento social desta proporção que não provoque a resistência dos povos oprimidos. Se as instituições podem ser utilizadas como forma de manutenção da lógica de poder numa sociedade, elas também podem ser instrumentos de resistência e de luta.

O Brasil, especialmente nesse momento histórico, demanda crítica, compreensão e posicionamento. Toda psicologia é política e a neutralidade frente à opressão denota conivência, negligência. De acordo com Martín-Baró (1985/2017), o/a/e profissional de psicologia deve trabalhar lado a lado com grupos oprimidos, contribuindo para a ruptura e superação de relações assimétricas de submissão, dependência e opressão, assumindo um compromisso ético, político e social de transformação da sociedade. Por isso, toda produção de saber deve ser não somente crítica, como também agente de transformação.

Referências

- Barros, Edgard de Vasconcelos** (1960). *O problema da liderança*. Serviço Social Rural.
- Betim, Felipe** (2017, 22 de setembro). Entrevista | “A sociedade inteira está discutindo a ‘cura gay’. Saímos vitoriosos”. *El País Brasil*. https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/20/politica/1505941371_475167.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM&fbclid=IwAR2EZRBEBAvKw_9tdX1Q4mgT-e41aAJeXIIh7OY3swNZ0lsFxlBdiucoin8
- Bolsonaro em 25 frases polêmicas** (2018, 29 de outubro). *Carta Capital* <https://www.carta-capital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>
- Conselho Federal de Psicologia – CFP**. (2005). *Código de ética profissional do psicólogo*. Autor. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>
- Doria, Pedro** (2020). *Fascismo à brasileira: como o integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo*. Planeta.
- Dutra, Wagner Honorato & Silva, Bruna Coutinho** (2022). Um Ubu para Chamar de Nosso: Ensaio sobre o Bolsonarismo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 22(1), 86-104. <https://doi.org/10.12957/epp.2022.66481>
- El País Brasil** (2017, 22 de set.) “O que faz uma pessoa pedir para deixar de ser homossexual? É porque neste país, há pessoas que são mortas [Reportagem anexada]. *Facebook*. <https://www.facebook.com/elpaisbrasil/posts/1555712081155403>
- El País Brasil** (2018, 8 de março). Se você acredita na igualdade entre homens e mulheres, você é feminista. Qualquer dicionário explica que “o feminismo é a ideologia” [Reportagem anexada]. *Facebook*. <https://www.facebook.com/elpaisbrasil/posts/1731442050249071>
- Ferrero, Clara** (2017, 11 de julho). O vocabulário feminista que todos já deveriam estar dominando em 2017. *El País Brasil*. https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/10/cultura/1499708850_128936.html?%3Fid_externo_rsoc=FB_BR_CM&fbclid=IwAR03fRq5BSwhOz2L9ePHhNuVpMSHbxiHXR2LvNIwNyCYONGAUWt99yBPj0k
- Godoy, Arilda Schmidt** (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 20-29. <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt&format=pdf>
- Louro, Guacira Lopes** (2020). *Um corpo estranho*. Autêntica.
- Martín-Baró, Ignacio** (1985/2017). A desideologização como contribuição da psicologia social para o desenvolvimento da democracia na América Latina. In *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 55-66). Vozes. (Original publicado em 1985)
- Nogueira, Conceição** (2008). Análise(s) do Discurso: Diferentes Concepções na Prática de Pesquisa em Psicologia Social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 235-242. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000200014>
- Novo, Helerina Aparecida** (2001). Autoritarismo, exclusão e a construção da alteridade. *Dimensões*, 12(25), 229-234. <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2370>
- Oliveira, João Manuel, Pereira, Miguel, Costa, Carlos Gonçalves, & Nogueira, Conceição** (2010). Pessoas LGBT - Identidade e discriminação. In J. M. Oliveira & C. Nogueira (Orgs.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero* (pp. 149-209). Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Sampaio, Bruno Andrade** (2017). *Ideologia e absurdo na obra de Kafka* [Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA].
- Szwarcz, Lilia Moritz** (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Companhia das Letras.

ALESSANDRA MARCHIORO REPP

<https://orcid.org/0009-0001-4065-7619>

Psicóloga formada pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba/PR.

E-mail: alerepp@hotmail.com

WALLISTEN PASSOS GARCIA

<https://orcid.org/0000-0003-2518-7345>

Doutor em Educação, psicólogo. Docente do curso de graduação em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba/PR.

E-mail: wallistenpg@yahoo.com.br

Histórico	Submissão: 17/04/2024 Revisão: 26/10/2024 Aceite: 29/10/2024
Contribuição dos autores	Conceitualização: AMR Curadoria de dados: AMR Análise formal: AMR; WPG Investigação: AMR Metodologia: AMR; WPG Escrita original: AMR Escrita - revisão e edição: AMR; WPG
Financiamento	Não houve financiamento
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	Não se aplica

A AGRESSIVIDADE NA PERSPECTIVA DE JOVENS ATLETAS, DE SEUS FAMILIARES E TREINADORES

AGGRESSIVENESS FROM THE PERSPECTIVE OF YOUNG ATHLETES, THEIR FAMILIES AND COACHES

LA AGRESIVIDAD DESDE LA PERSPECTIVA DE LOS JÓVENES DEPORTISTAS, SUS FAMILIAS Y ENTRENADORES

Matheus Pinheiro¹, Alberto Filgueiras² e Carlos Eduardo Nórté¹

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro/RJ, Brasil

² Central Queensland University, Cairns, QLD, Australia

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é conhecer a percepção de agressividade na perspectiva de jovens atletas, de seus familiares e de treinadores. Entrevistas semiestruturadas foram usadas para coletar dados qualitativos de quatorze participantes, seis jovens atletas de futebol, seis familiares e dois treinadores. A análise temática foi adotada como método de análise de dados. Foram encontrados quatro principais temas a partir da análise temática: acontecimentos nas arquibancadas, perspectiva de mães e de treinadores, fatores vinculados à agressividade e concepções sobre a agressividade. Diante da análise dos temas gerados a partir das entrevistas, pôde-se assumir que os entrevistados tinham noções prévias a respeito da diferença entre agressividade hostil e instrumental, tendo a maioria deles demonstrado aversão à hostilidade. Em nenhuma entrevista os participantes apontaram colegas de equipe como influentes para a agressividade, já os familiares foram indicados nas entrevistas como os agentes que mais exercem influência nos comportamentos hostis de jovens atletas.

Palavras-chave: Agressividade; Futebol; Jovem; Atletas; Análise temática.

ABSTRACT: The aim of this research is to understand the perception of aggressiveness from the perspective of young athletes, their families and coaches. Semi-structured interviews were carried out to collect qualitative data from fourteen participants, six young soccer athletes, six family members and two coaches. Thematic analysis was adopted as the data analysis method. Four main themes were identified from the thematic analysis: events in the stands, perspective of mothers and coaches, factors linked to aggressiveness and conceptions about aggressiveness. Based on the analysis of the themes generated from the interviews, it was possible to assume that the interviewees had prior notions regarding the difference between hostile and instrumental aggression, with the majority of them expressing an aversion to hostility. In no interview did the participants indicate teammates as influential factors in their aggressiveness, while family members were highlighted in the interviews as the agents that most influence the hostile behaviors of young athletes.

Keywords: Aggressiveness; Soccer; Young; Athletes; Thematic analysis.

RESUMEN: El objetivo de esta investigación es comprender la percepción de la agresividad desde la perspectiva de jóvenes deportistas, sus familias y entrenadores. Se utilizaron entrevistas semiestructuradas para recopilar datos cualitativos de catorce participantes, seis jóvenes deportistas de fútbol, seis familiares y dos entrenadores. Se adoptó el análisis temático como método de análisis de datos. Del análisis temático se encontraron cuatro temas principales: acontecimientos en las gradas, perspectiva de madres y entrenadores, factores vinculados a la agresividad y concepciones sobre la agresividad. Dado el análisis de los temas generados a partir de las entrevistas, se podría suponer que los entrevistados tenían nociones previas sobre la diferencia entre agresión hostil y instrumental, la mayoría de ellos han demostrado aversión a la hostilidad. En ninguna entrevista los participantes señalaron que sus compañeros de equipo influyeran en la agresividad, mientras que los familiares fueron señalados en las entrevistas como los agentes que más influyen en la hostilidad de los atletas jóvenes.

Palabras clave: Agresividad; Fútbol; Joven; Atletas; Análisis temático.

Introdução

A agressividade é um comportamento que visa ferir uma pessoa ou destruir uma propriedade, produzindo uma ferida psicológica ou física (Bandura, 1973). No meio esportivo, porém, esse conceito pode ser mais bem compreendido a partir da classificação apresentada por Luciana Bidutte, Roberta Azzi, José Raposo e Leandro Almeida (2005), que qualificam a agressividade em duas categorias: a agressividade hostil, relacionada à ação em que o sujeito tem intenção de prejudicar o seu adversário; e a agressividade instrumental, que está relacionada à ação de alcançar determinadas metas, ainda que os adversários venham a se machucar no processo.

A modelação social é caracterizada como um método de aprendizagem ou modificação de comportamentos por meio de modelos, seja de forma intencional seja eventual (Costa, 2008). Através da modelação, o indivíduo pode adquirir atitudes, valores, formas de resolver problemas e até padrões de autoavaliação (Bee & Boyd, 2011).

Adriana Lacerda e Caroline Muniz (2019) afirmam que pais, treinadores, dirigentes, amigos e professores formam o grupo de pessoas a partir do qual a criança, durante o processo de iniciação no esporte, adquire suas aprendizagens. Segundo as autoras, a influência das figuras paternas é um elemento fundamental para a estruturação da personalidade da criança ligada ao esporte.

Joan Duda e Marta Guivernau (2002) concluem que colegas de equipe e treinadores exercem influência sobre a agressividade de jovens atletas, sendo o treinador o agente que exerce maior influência. O estudo mostrou que o atleta, quando diante de uma escolha moral, é altamente influenciado pela percepção de agressividade e trapaça que tem de seus treinadores, o que interfere na decisão do atleta para tomar atitudes agressivas e inapropriadas.

A perspectiva socioconstrucionista (Berger & Luckmann, 2003; Braun & Clarke, 2006) sugere que a realidade é construída a partir de interações e relações sociais. Em consonância, o sócio-historicismo (Melo & Peduzzi, 2007), enquanto posição epistemológica, sugere que as relações sociais e as modalidades interacionais se alicerçam em um conhecimento historicamente constituído.

Mário Barroso, Nívia Velho e Alex Fensterseifer (2005) ampliam o olhar sobre a internalização da agressividade no contexto esportivo a partir de uma perspectiva psicossociológica, na qual atravessamentos históricos, políticos e sociais com marcadores de diferenças e singularidades influenciam nesse fenômeno.

Partindo desses posicionamentos, esta pesquisa teve como objetivo realizar uma análise da compreensão do conceito da agressividade na perspectiva de jovens atletas, de seus familiares e de seus treinadores.

Metodologia

Em alinhamento com os objetivos do presente estudo, a metodologia considera o socioconstrucionismo e o sócio-historicismo como posições filosóficas fundamentais na interpretação das experiências vividas pelos indivíduos. Sendo assim, para compreender os principais temas emergentes nestas experiências sociais interacionais, optou-se por uma abordagem qualitativa, a análise temática (Braun & Clarke, 2006).

Participantes

Foi adotada a amostra não probabilística, por conveniência. Foram entrevistados seis jovens atletas, de escolha aleatória da comissão técnica dos clubes, suas mães e dois treinadores da categoria de base dos atletas. Totalizando quatorze participantes relacionados a dois grandes clubes do futebol carioca.

Todos os participantes preencheram um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), os responsáveis pelos atletas assinaram ainda um TCLE para a aprovação das entrevistas com os participantes menores de idade.

A relação dos participantes da pesquisa, suas categorizações nos dados e algumas informações demográficas estão presentes na Tabela 1.

Tabela 1 - Categorização dos participantes da pesquisa

PARTICIPANTE (SIGLA)	IDADE	TEMPO DE ATUAÇÃO NO CLUBE
Treinador do time A (TREA)	35 anos	3 anos como treinador da categoria
Treinador do time B (TREB)	34 anos	3 anos como auxiliar técnico da categoria e 2 semanas como treinador da categoria
Atleta 1 do time A (ATLA1)	13 anos	3 anos e 8 meses
Atleta 2 do time A (ATLA2)	13 anos	4 anos
Atleta 3 do time A (ATLA3)	13 anos	4 anos
Atleta 1 do time B (ATLB1)	14 anos	1 ano e 6 meses
Atleta 2 do time B (ATLB2)	14 anos	6 meses
Atleta 3 do time B (ATLB3)	14 anos	1 ano e 4 meses
Familiar do atleta 1 do time A (FAMA1)	41 anos	-
Familiar do atleta 2 do time A (FAMA2)	41 anos	-
Familiar do atleta 3 do time A (FAMA3)	48 anos	-
Familiar do atleta 1 do time B (FAMB1)	49 anos	-
Familiar do atleta 2 do time B (FAMB2)	37 anos	-
Familiar do atleta 3 do time B (FAMB3)	44 anos	-

Fonte: O autor, 2023

Procedimentos

Como instrumento de coleta de dados para esta pesquisa, fez-se uso da entrevista semiestruturada, contendo cinco perguntas-chave. Com a primeira pergunta buscou-se compreender o histórico de agressividade do indivíduo e suas características agressivas. A segunda e a terceira pergunta trouxeram informações sobre a aceitação da agressividade no contexto do futebol e sua relação com a competitividade. Na quarta pergunta foram coletadas as opiniões da amostra acerca da influência de familiares, treinadores e colegas de equipe para a eliciação de comportamentos agressivos. Com a quinta pergunta investigou-se a aceitação da agressividade verbal dos participantes e perspectivas sobre a agressividade instrumental, ela foi aplicada

apenas para o time B, pois foi formulada durante a qualificação, que ocorreu após a coleta de dados no time A e antes da coleta no time B.

As entrevistas foram realizadas nas dependências dos clubes e duraram, em média, trinta minutos.

Resultados e discussão

Para a análise dos dados qualitativos obtidos, foi utilizado o método de análise temática. Com a finalidade de seguir uma metodologia estabelecida e reconhecida, esta pesquisa seguiu o processo de análise temática dividida em seis fases, conforme proposta de Virginia Braun e Victoria Clarke (2006). As autoras afirmam que a análise temática envolve a identificação de temas ou padrões de significados em conjuntos de dados. A prevalência de um tema pode ser contada de formas diferentes, pode ser algo que aparece na maioria das entrevistas, algo afirmado por muitos participantes ou apenas por um número de participantes.

A principal exigência para que um tópico fosse considerado expressivo para a análise, foi o grau de relevância para a pesquisa, o qual foi atribuído pelos pesquisadores. Também foi usado como critério o número de vezes em que esse tópico foi abordado por diferentes participantes da amostra, tendo sido considerado tópico relevante apenas aqueles que foram citados por três ou mais indivíduos.

Todos os tópicos relevantes que foram considerados candidatos à posição de temas e os participantes que os abordaram podem ser observados na Tabela 2.

Tabela 2 - Tópicos relevantes candidatos a temas e os sujeitos que os abordaram

TÓPICO RELEVANTE	TREINADORES	FAMILIARES	ATLETAS
Seriedade do jogo e comprometimento gera distância da agressividade	TREB - TREA	-	ATLA ₂
Brigas, xingamentos e discussões nas arquibancadas	TREA - TREB	FAMA ₂ - FAMA ₃ - FAMB ₂	ATLA ₂ - ATLA ₃ - ATLB ₂ - ATLB ₃
A “maldade” como sinônimo de agressividade	TREA	FAMA ₃	ATLB ₁ - ATLB ₂ - ATLB ₃
A recusa da hostilidade e a alegação de ser não-agressivo	TREA - TREB	FAMA ₁ - FAMA ₂ - FAMA ₃ - FAMB ₁ - FAMB ₂ - FAMB ₃	ATLA ₁ - ATLA ₂ - ATLB ₁ - ATLB ₂
Benefícios e fatores positivos da agressividade	TREA - TREB	FAMA ₁ - FAMB ₁	ATLA ₁ - ATLB ₁ - ATLB ₃
A influência de questões familiares na agressividade	TREA - TREB	FAMA ₃ - FAMB ₁ - FAMB ₂ - FAMB ₃	ATLA ₁ - ATLB ₁ - ATLB ₃
Condições do jogo afetam na agressividade ou estresse de atletas	TREB	FAMA ₁ - FAMA ₂ - FAMB ₁ - FAMB ₃	ATLA ₁ - ATLA ₂ - ATLA ₃ - ATLB ₁
Acompanhar o filho apesar de não gostar de futebol	-	FAMB ₁ - FAMB ₂ - FAMB ₃	-
Falta de contato entre familiares e treinadores	TREB	FAMA ₁ - FAMB ₁ - FAMB ₂ - FAMB ₃	-

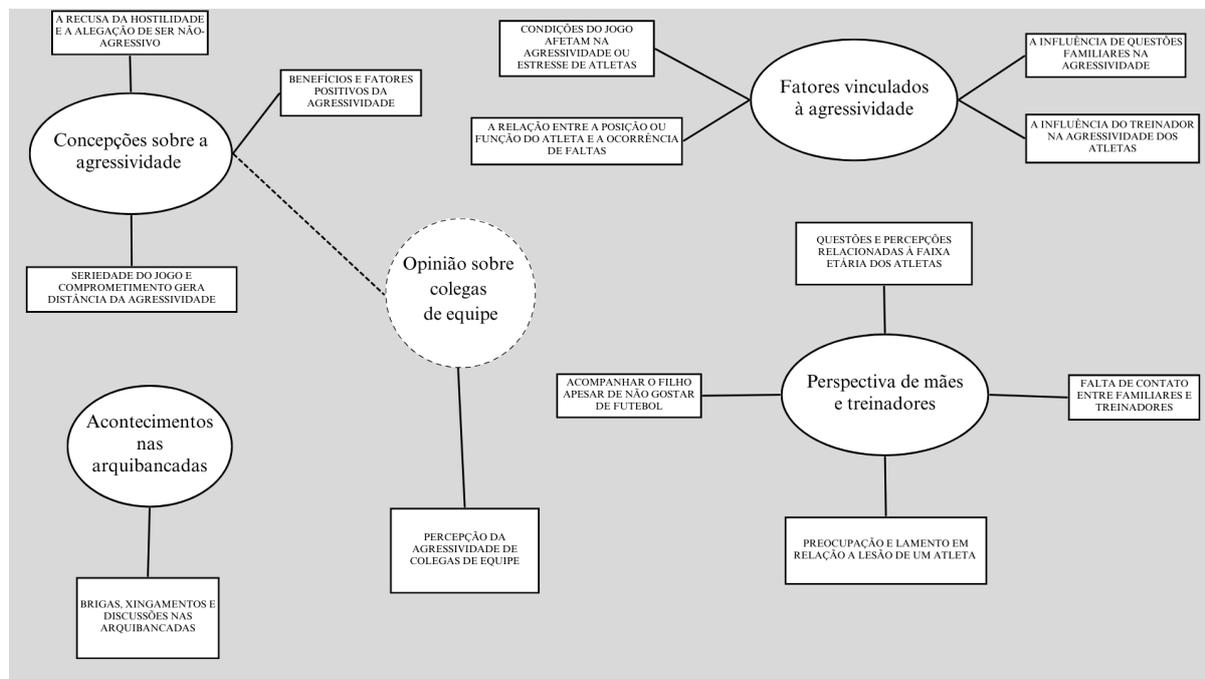
TÓPICO RELEVANTE	TREINADORES	FAMILIARES	ATLETAS
Preocupação e lamento em relação a lesão de um atleta	-	FAMB1 - FAMB2 - FAMB3	-
Questões e percepções relacionadas à faixa etária dos atletas	TREB	FAMA1 - FAMB1 - FAMB2 - FAMB3	-
A relação entre a posição ou função do atleta e a ocorrência de faltas	TREB	FAMA3	ATLB1 - ATLB3
A influência do treinador na agressividade dos atletas	-	FAMA1 - FAMA2	ATLA1 - ATLA2 - ATLB2
Percepção da agressividade de colegas de equipe	-	-	ATLA1 - ATLA2 - ATLB1 - ATLB2 - ATLB3

Nota: TREA = treinador do time A; TREB = treinador do time B; ATLA1 = atleta 1 do time A; ATLA2 = atleta 2 do time A; ATLA3 = atleta 3 do time A; ATLB1 = atleta 1 do time B; ATLB2 = atleta 2 do time B; ATLB3 = atleta 3 do time B; FAMA1 = familiar do atleta 1 do time A; FAMA2 = familiar do atleta 2 do time A; FAMA3 = familiar do atleta 3 do time A; FAMB1 = familiar do atleta 1 do time B; FAMB2 = familiar do atleta 2 do time B; FAMB3 = familiar do atleta 3 do time B;

Fonte: O autor, 2023.

A junção de diferentes tópicos relevantes em um tema mais amplo e a conversão de um único tópico em um tema próprio e específico, podem ser contemplados no mapa temático presente na Figura 1. Nesta ilustração, os tópicos relevantes são identificados dentro de quadrados, os temas são identificados dentro de círculos com bordas contínuas e os subtemas em círculos com bordas tracejadas.

Figura 1 - Mapa temático que apresenta revisão e refinamento de tópicos em temas.



Fonte: O autor (2023)

O tópico que fora descartado e que não faz parte do mapa temático, categorizado como “A ‘maldade’ como sinônimo de agressividade” não foi considerado tão relevante para esta pesquisa quanto os outros temas encontrados no processo de refinamento. Enquanto na etapa de releitura das entrevistas transcritas, pôde-se analisar que os entrevistados expressavam o termo “maldade” com o intuito de se referir à agressividade hostil.

Tema: acontecimentos nas arquibancadas

Um dos temas mais abordados pelos participantes e que, de maneira isolada, conseguiu apresentar relevância e frequência suficientes para ser considerado um tema específico, foi “acontecimentos nas arquibancadas”. Durante as entrevistas, esse tema manifestou-se na primeira pergunta-chave e, na maioria das vezes, apareceu como uma constatação de um episódio real em que os familiares dos atletas eram os protagonistas. Alguns atletas, quando questionados se seus familiares já haviam brigado ou se desentendido por causa de futebol, puderam relatar episódios de brigas e agressões nas arquibancadas: “Minha mãe com a outra torcida ... a mulher da outra torcida me xingou porque eu tinha me machucado, aí minha mãe brigou com a mulher” (ATLA3).

Tanto treinadores, quanto familiares e atletas puderam relatar momentos em que, nas arquibancadas, pais ou mães de atletas xingavam, discutiam ou até brigavam entre si enquanto assistiam a algum jogo de seus filhos. A frequência da aparição desse tema e a variedade dos indivíduos que o abordaram corroboram para a interpretação de que esse tipo de acontecimento seja comum nos jogos de atletas da base.

Algumas mães entrevistadas e que alegaram já terem se comportado dessa maneira, justificaram suas ações nesses episódios relacionando-os com uma emoção incontrolável e, por vezes, explicando seus sentimentos e suas motivações para esse tipo de comportamento, por exemplo:

Quem está ali na arquibancada vive esse momento às vezes de forma tão intensa como os atletas que estão em campo. Até porque estamos ali na condição de pai e mãe, né? Então a gente acaba vivendo aquela emoção e, falando por mim, é como se eu tivesse ali jogando pelo meu filho. (FAMA2)

É possível ainda considerar os elementos que servem como fatores promotores para os comportamentos agressivos desses familiares enquanto assistem às partidas dos jovens atletas. Pode-se considerar que quando uma mãe ou pai assiste a uma partida competitiva do seu filho, esse indivíduo está confiante em relação à vitória e alimentando expectativas otimistas dentro de si, e a mera esperança de um final favorável já é razão para um aumento das tendências hostis (Cabral et al., 2020).

Dessa forma, estando o indivíduo suscetível à agressividade hostil e à impulsividade por conta de sua expectativa positiva em relação ao resultado e desempenho do jovem atleta, pode-se compreender que certos fatores frustrantes podem colaborar para elicitación de comportamentos agressivos. É preciso destacar que, mesmo que nem sempre ela conduza ao comportamento agressivo, a frustração aumenta consideravelmente a probabilidade de agressão por conta do aumento de excitação e raiva (Weinberg & Gould, 2017).

Tema: perspectiva de mães e treinadores

Esse tema apresenta conteúdos abordados exclusivamente pelos treinadores e pelas mães, sendo esses os adultos da amostra.

Nesse tema, foi possível compreender um tópico que está associado à relação entre familiares e treinadores, em que observou-se certo distanciamento entre eles, o que foi justificado como proposital por um dos treinadores, porém, por parte das mães não houve maior aprofundamento no assunto.

Treinadores e mães destacaram explicações para certos comportamentos, ações e condutas dos atletas. Os entrevistados usaram a faixa etária dos atletas, combinando com elementos ligados à maturidade deles, como justificativa para suas percepções sobre como esses atletas lidam e expressam a sua agressividade.

Em alguns casos, afirmou-se haver uma relação negativa entre a idade do atleta e a agressividade, por exemplo: “Eu acho que eu tenho algo mais agressivo dentro de mim do que ele mesmo. Mas talvez isso seja porque ele é muito novo, né” (FAMA1). Em outros casos, a relação foi oposta: “Então isso dele ter alguma violência no futebol, eu acredito que é porque ele ainda é muito imaturo” (FAMB2).

Tais extratos das entrevistas evidenciam diferentes perspectivas dos participantes em relação à correlação dos conceitos de agressividade e maturidade ou idade. Porém, na literatura acadêmica pode-se observar resultados mais homogêneos acerca da relação entre personalidade agressiva e idade.

Vivian Bandeira e Denise Ramos (2020) afirmam que torcedores de futebol mais novos apresentam níveis de agressividade consideravelmente mais altos quando comparados com torcedores mais velhos. O estudo realizado por Tobias Greitemeyer (2022), que aponta uma relação positiva entre a agressividade atlética e traços de personalidade como psicopatia, maquiavelismo, sadismo e narcisismo, também pôde concluir que atletas mais velhos obtiveram pontuações menores nessas características de personalidade hostis.

Resultados semelhantes que relacionam idades menores de atletas com níveis mais altos de agressividade também foram encontrados por Özlen Keskin (2018), em uma pesquisa que investigou níveis de satisfação esportiva com agressividade e estresse. A autora afirma que, conforme os atletas vão ficando mais velhos e adquirindo mais experiências, eles vão aprendendo novas habilidades de redução de estresse e, dessa forma, diminui-se a frequência de comportamentos agressivos.

Ainda em relação ao tema referente à perspectiva dos adultos da amostra, pôde-se notar dois assuntos que foram de elocução exclusiva das mães dos atletas. O primeiro desses tópicos a ser detalhado é a questão dessas mães que, apesar de não se interessarem por futebol, acompanham a carreira dos filhos.

Yasmin Alves e Ana Paula Becker (2021), ao revisarem a literatura acerca do envolvimento parental e a prática esportiva, afirmam que as mães costumam expressar maior apoio emocional à criança. Além disso, as autoras ainda constataram que, em alguns dos artigos revisados, existiam relatos de mães que apoiaram emocionalmente seus filhos atletas, porém, se sentiram desvalorizadas por eles por desconhecerem as questões relacionadas ao jogo e não poderem opinar acerca de suas performances atléticas.

Outro tópico presente nesse tema amplo que foi abordado especificamente pelas mães de atletas de um único time, foi a questão do lamento e preocupação com lesões. Esse assunto

surgiu derivado das narrativas de um evento que aconteceu em um período próximo à coleta das entrevistas, em que um atleta sofrera uma lesão gravíssima.

A partir desse relato, as mães que abordaram esse assunto expressaram empatia pelo atleta que, ainda tão novo, havia sofrido uma falta que poderia acabar com o seu sonho de se tornar um jogador profissional. Elas também demonstraram empatia pelo atleta que cometeu a falta, demonstrando preocupação com a saúde mental do jovem atleta:

Foi angustiante pelo sofrimento do menino que chorava e sentia dor e pelo outro menino que estava estreando naquele dia. Nos primeiros minutos dele em campo, ele quebrou a perna do outro jogador. Eu me perguntava o que estava passando na cabeça daquele garoto. (FAMB3)

Algumas entrevistadas também relataram seus pensamentos e angústias ao imaginar o mesmo acontecendo com seus filhos, demonstrando uma certa angústia e prevenção em relação ao bem-estar dos jovens atletas. Isso expressa o maior envolvimento e preocupação das mães nos cuidados básicos do filho, o que pode ser explicado a partir de uma extensa construção histórica e cultural, na qual mulheres e homens desempenham comportamentos e papéis visando uma legitimação da expectativa social (Alves & Becker, 2021).

Tema: fatores vinculados à agressividade

Nesse tema foi possível analisar uma grande variedade de participantes que abordaram os mais diversos elementos que seriam condições que influenciam na agressividade dos atletas. Alguns participantes puderam fazer uma relação entre a ocorrência de faltas e a posição que o atleta ocupa. Esse tópico foi abordado após a segunda pergunta-chave do roteiro da entrevista. Em alguns casos, os entrevistados afirmaram que a incidência de faltas, ou o uso de agressividade instrumental, estaria mais vinculada aos defensores do que aos atacantes.

Os entrevistados também reconheceram fatores estressores e que podem interferir no atleta dentro de campo, podendo aumentar a probabilidade desse atleta de se estressar e de se comportar de maneira hostil. Alguns dos elementos citados foram: rivalidade entre equipes, pressão da torcida, placar apertado, número de faltas e comportamentos de jogadores adversários.

Entre alguns exemplos de falas em que fatores estressores do jogo foram abordados, pode-se citar uma mãe que afirmou: “De repente com a situação, uma rivalidade com um time, como um Fla-Flu da vida ... tem relação com o nível de arbitragem, tem relação também” (FAMA1). E, da perspectiva de um atleta, houve uma relação entre a ocorrência de faltas e o placar do jogo: “Se a gente tiver ganhando com uma vantagem grande a gente não vai fazer falta. Depende da situação” (ATLA3).

A questão da rivalidade, que foi o fator mais citado pelos entrevistados, pode ser compreendida como um fator que perpassa por questões históricas. Essa história pode estar relacionada com a instituição em si ou com a história pessoal dos próprios atletas. Dessa forma, segundo Cristiano Barreira e Thabata Telles (2019), uma rivalidade quando acirrada pode levar os atletas a uma disposição prévia aos conflitos, e até mesmo pode conduzi-los à organização planejada de comportamentos agressivos dentro e fora de campo. Segundo os autores, a partir da rivalidade é possível que um indivíduo se comporte de maneira violenta, apresentando comportamentos que não seriam tão facilmente reproduzidos em outras esferas sociais.

Em relação às ocorrências que podem gerar estresse aos jovens atletas, deve-se compreender que existe uma diversidade desses fatores que podem ser compreendidos como elementos estressores. Os elementos estressores são compreendidos como condições que causam um aumento no nível de estresse dos atletas, que afetam negativamente o seu desempenho e que estão relacionadas aos problemas profissionais, à ansiedade e à auto insatisfação (Bagni et al., 2020).

Na pesquisa realizada por Bagni e seus colaboradores (2020), os pesquisadores puderam apontar alguns elementos estressores presentes em atletas de tênis. Entre os achados, os principais elementos estressores encontrados foram: o clima competitivo, as atitudes de trapaça dos oponentes e os comentários negativos expressados pelos treinadores e pelos familiares. Sendo assim, é razoável considerar que esses elementos estressores experimentados por atletas de tênis sejam comuns também aos atletas de outras modalidades de esporte como, por exemplo, o futebol.

Ainda no mesmo tema, foram também incluídos tópicos em que os entrevistados comentaram sobre a influência de certos agentes na agressividade dos jovens atletas. Uma grande variedade de participantes discorreu sobre a influência das questões familiares na agressividade desses atletas.

Na maioria das entrevistas, os indivíduos afirmaram que atletas que se comportam de maneira hostil dentro de campo podem se comportar dessa maneira caso estejam passando por problemas familiares, ou se assim foram condicionados e ensinados por seus familiares próximos. Quando os entrevistados eram questionados sobre quem seria a pessoa que mais exerceria influência na agressividade dos atletas dentro de campo, era comum um tipo de resposta: “Acho que os pais. Porque os filhos são espelhos dos pais. Se você for agressivo com seu filho, dependendo do que você passa pra ele dentro de casa, ele também vai passar dentro de campo” (FAMA3).

Por outro lado, alguns atletas afirmaram que não se comportam de maneira hostil por conta da influência de seus familiares, afirmando que a família orienta a não optar por comportamentos agressivos. Um desses atletas, ao ser questionado com a mesma pergunta anterior, respondeu de maneira diferente:

Família, comigo é cem por cento família. Meu pai sempre me ensinou que jamais eu tenho que ser agressivo com ninguém, na disputa de bola não ir na maldade. Você vai disputar a bola, mas sem dar cotovelada nos outros, sem esse tipo de coisa. Minha mãe também sempre me ensinou a ser respeitoso. (ATLB1)

O último tópico a ser analisado dentro desse tema amplo é o que trata da influência do treinador na agressividade de atletas. Esse tópico foi abordado por poucos participantes em relação ao que trata da influência de familiares. Foram também apresentadas perspectivas positivas e negativas nessa relação. Porém, foi possível observar que, na maioria das entrevistas em que esse assunto foi abordado, a influência do treinador estaria atrelada à agressividade instrumental apenas.

Alguns entrevistados fizeram uma relação entre a agressividade e a influência do treinador, afirmando que o treinador seria um agente que teria como função orientar os atletas a não produzirem comportamentos hostis dentro de campo. Enquanto outros entrevistados afirmaram que os jovens atletas poderiam exercer comportamentos agressivos por meio da influência direta de seus treinadores, mesmo essa não sendo uma agressividade hostil, como relatou um atleta: “Querendo ou não, acho que o nosso treinador influencia a gente também a

pensar numa agressividade positiva. A maioria do nosso pensamento vem com o que a gente aprende no clube, então acho que sim” (ATLA1).

Enquanto outros entrevistados fizeram uma relação diferente entre os conceitos de agressividade e influência do treinador, afirmando que o treinador seria um agente que teria como função influenciar e orientar os atletas a não produzirem comportamentos hostis dentro de campo. Como disse a mãe de um atleta:

Por vezes os atletas têm muito reflexo do treinador. Eu costumo até dizer que, nessa categoria, eles são supertranquilos. São meninos que não se envolvem em confusão, não se envolvem em brigas dentro de campo. Então eu acho que isso é o que o treinador realmente passa pra eles. É uma tranquilidade, não tem necessidade de ser agressivo. Acho que tem que jogar bola, acho que o resultado você deve mostrar no futebol e não brigando dentro de campo, então eu acho que isso é reflexo do treinador mesmo. (FAMA2)

Adriana Lacerda e Caroline Muniz (2019) ainda reforçam que os pais e os treinadores são as principais pessoas que englobam o conjunto de indivíduos pelos quais as crianças desportistas obtêm seus conhecimentos e instruções. Os condicionamentos sociais e culturais expostos às crianças durante o seu desenvolvimento influenciam fortemente no processo de construção de personalidade, sendo assim, condicionamentos negativos podem gerar personalidade tímidas, inseguras, desconfiadas e até agressivas (Lacerda & Muniz, 2019).

Em concordância com essa perspectiva, o Modelo Geral da Agressão proposto por Johnie Allen, Craig Anderson e Brad Bushman (2018) sustenta que normas culturais que aprovam a violência, problemas familiares, pares violentos e conflitos grupais são alguns dos modificadores ambientais que aumentam a chance de desenvolvimento da personalidade agressiva. Além disso, o comportamento agressivo reproduzido por uma criança ou por um adulto é mais provável de ocorrer caso o indivíduo tenha recebido instruções parentais inadequadas ou se conviveu com familiares muito coercitivos (Allen et al., 2018).

Tema: concepções sobre a agressividade

Nesse tema, foi possível analisar as percepções dos entrevistados sobre o principal conceito dessa pesquisa: a agressividade. É importante ressaltar que dentro deste tema serão expostas opiniões e perspectivas distintas acerca da agressividade e de suas funções, demonstrando uma grande diversidade de concepções dentro de um mesmo tópico.

O primeiro tópico a ser analisado é o que se refere à seriedade e ao comprometimento, e como esses aspectos geram distância da agressividade. Poucos indivíduos abordaram esse tópico, porém, o que se fez interessante foi que ambos os treinadores entrevistados abordaram esse tema. Os entrevistados afirmaram que, por conta do ambiente competitivo, governado por leis rígidas, sérias e ocupado por atletas centrados, os comportamentos relacionados à agressividade hostil eram menos frequentes.

O controle da agressividade relatada por esses entrevistados pode ser explicado pela previsão das consequências dos comportamentos, pois, segundo Christian Haag Kristensen, Juliane Silveira Lima, Mirela Ferlin, Renato Zamora Flores e Patrícia Hauschild Hackmann (2003), os indivíduos que aprenderam comportamentos agressivos podem fazer uma antecipação da recompensa ou da punição que decorrerá da ação agressiva. Dessa forma, é possível que os indivíduos

possam restringir seus comportamentos agressivos temendo pelas punições e consequências negativas acarretadas pelas normas estabelecidas no futebol, como cartões e suspensões.

Neste tema foi possível compreender o tópico que trata a respeito da recusa da hostilidade e a alegação de ser não agressivo. Cabe ressaltar que esse foi o assunto mais presente em todas as entrevistas, sendo abordado por todos os treinadores, por todas as mães e por quatro dos seis atletas. O fator de maior relevância que pôde ser observado foi que, em todas as entrevistas em que esse assunto surgiu, os jovens atletas foram classificados e considerados pessoas tranquilas e não agressivas.

Foram comuns frases e alegações como: “Sou muito tranquilo, ... não fui criado pra xingar ninguém” (ATLB1) e “Sou muito da paz” (ATLA1). E, por parte das mães, ocorreram também semelhanças nas citações quando discorreram sobre o histórico de agressividade de seus filhos: “O perfil do meu filho é ser mais tranquilo...” (FAMA1) e “Ele é um menino muito tranquilo, até ri dependendo da situação” (FAMB3).

A concepção de autoconceito pode ser relacionada com o fenômeno dos atletas se declararem “tranquilos” e “da paz”. Segundo Guilherme Gasparotto, Thaynara Szeremeta, Gislaíne Vagetti, Tania Stoltz e Valdomiro Oliveira (2018), o autoconceito pode ser compreendido como a percepção que o sujeito tem de si mesmo a partir de um ideal projetado socialmente. Sendo assim, é possível compreender que esses atletas não queiram ser associados à agressividade, visto que essa é uma conduta que gera prejuízo social e que não é socialmente aprovada.

Uma interpretação semelhante pode ser feita referente às mães e aos treinadores que afirmaram que os atletas não possuíam personalidades agressivas, é possível que esses agentes mantenham discursos que os afastem da imagem de alguém que promova a agressividade nos jovens atletas. Dessa forma, é provável que a perspectiva que esses indivíduos têm a respeito da agressividade dos jovens atletas, esteja relacionada com os seus próprios autoconceitos.

Ainda dentro do tema amplo anterior, pôde-se situar um tópico em que os indivíduos puderam alegar benefícios e fatores positivos da agressividade que, na maioria das vezes, surgiu após a terceira pergunta-chave. Nesse tópico, os entrevistados puderam fornecer suas perspectivas a respeito de vantagens e proveitos que teriam a partir da reprodução de comportamentos agressivos. Os participantes conseguiram criar uma relação entre essa perspectiva de agressividade benéfica e valências como: imposição, defesa, virilidade, postura, combatividade e competitividade.

É interessante analisar que os técnicos, por exemplo, trouxeram um discurso sobre fatores positivos da agressividade relacionando aspectos técnicos do jogo. Quando foi questionado acerca da utilidade da agressividade no futebol, um dos técnicos afirmou:

Tem que ser competitivo, o jogo é competitivo. Se você não for competitivo, você não consegue seus objetivos, que é a vitória. Então, a gente tem alguns tipos de competição, uma delas é a técnica, outras são os aspectos mentais e combativos. O jogador de futebol que não é combativo, ele não consegue alcançar o alto nível. (TREB)

A perspectiva desses entrevistados acerca dessa agressividade que apresenta fatores positivos coincide com a agressividade instrumental em certos fatores, tais quais: é motivada pela intenção de se alcançar um objetivo, não é canalizada pela raiva e é planejada pouco tempo antes de ser executada (Fanning et al., 2019).

Dentro do subtema “opinião sobre colegas de equipe”, nas entrevistas com os atletas, percebeu-se que há uma variedade de opiniões. Alguns atletas afirmaram suas percepções dizendo

que seus colegas de equipe não são agressivos e não costumam expressar comportamentos relacionados à agressividade hostil. Como disse um atleta, afirmando que: “Da minha categoria não tem muito moleque maldoso não” (ATLB2).

Por outro lado, alguns atletas tinham percepções contrárias, esses disseram que tinham companheiros de equipe muito agressivos que, de maneira contumaz, reproduziam comportamentos hostis dentro de campo. Um dos atletas, por exemplo, contou sobre um colega de equipe em específico: “Ele antigamente brigava e tinha vezes que, na maldade, pisava no pé dos adversários que estavam no chão. Ele batia, pisava e tudo mais” (ATLB1). Em todos os casos em que os atletas proferiram suas perspectivas sobre seus companheiros de equipe, eles também afirmavam os seus julgamentos quanto às atitudes de seus companheiros.

Justin Worley, Sebastian Harenberg e Justine Vosloo (2020) dissertam sobre o conceito de coesão de equipe, que pode ser caracterizado como um processo dinâmico que está associado à tendência do grupo de permanecer unido e de buscar objetivos em comum. Os autores ainda afirmam que a coesão grupal pode ser abalada quando a pessoa percebe que sua identidade como indivíduo participante do grupo não está de acordo com a identidade social do grupo.

Dessa maneira, pode-se compreender que as normas grupais de uma equipe em relação à agressividade também estão submetidas a essa lógica. Um atleta que afirma não ter uma personalidade hostil e violenta pode se sentir deslocado da equipe se, em sua concepção, a sua equipe segue princípios e normas pró-agressividade. Por outro lado, esse atleta poderia se sentir mais satisfeito e pertencente ao grupo se ele identificasse que a identidade social do grupo se encontra em concordância com a sua identidade como indivíduo.

Conclusões

O presente trabalho indica que a internalização da agressividade a partir da perspectiva de jovens atletas, mães e treinadores é marcada por atravessamentos socioculturais, que constituem marcadores de diferenças na percepção do fenômeno. Atravessamentos de gênero, raça, nível socioeconômico, dentre outros, estruturam a forma subjetiva dos entrevistados de compreender a agressividade no esporte.

Porém, conclui-se que, entre os participantes, algumas opiniões e perspectivas sobre a agressividade no futebol são parecidas. Alguns dos entrevistados apresentaram noções a respeito da diferença entre comportamentos relativos à agressividade hostil e instrumental. Isso reflete a perspectiva socioconstrucionista adotada nesta pesquisa de que as interações sociais são a principal fonte de constituição da realidade e da compreensão sobre a realidade (Berger & Luckmann, 2003).

Os entrevistados, em certos casos, sentiram até mesmo dificuldade em tentar nomear os conceitos, e apontar as diferenças entre os dois tipos de agressividade. Porém, todos os entrevistados que se pronunciaram sobre o tema “concepções sobre a agressividade” conseguiram expressar que existia uma diferença entre uma agressividade “boa” e uma agressividade “ruim”, o que coaduna com o conceito de agressividade de Bidutte et al. (2005).

Foi identificada a presença de discursos que afirmavam que familiares e treinadores desempenhavam certo fator de influência na agressividade dos atletas, porém, não surgiu em nenhum momento, por parte de nenhum dos participantes de qualquer categoria, discursos e falas que confirmassem a influência dos colegas de equipe. Dentre todas as entrevistas, apenas

dois entrevistados apresentaram, em seus discursos, uma relação positiva entre a influência do treinador e a agressividade hostil dos atletas, outros entrevistados que abordaram a influência do treinador puderam fazer uma relação desse tipo de influência com a agressividade instrumental. Dessa forma, compreende-se que, para a maioria dos participantes que trataram desse assunto, o treinador estaria mais relacionado com a instrução, mesmo que não explícita, de uma agressividade útil, necessária ao jogo e que não está associada à hostilidade ou violência.

Por outro lado, seis de todos os entrevistados asseguraram uma relação positiva entre a influência de familiares com a reprodução de comportamentos agressivos hostis dos jovens atletas. Entre os entrevistados que afirmaram essa associação estavam treinadores, atletas e até mesmo as próprias mães. Esses achados consolidam a noção de que a família é o principal ator social (Lacerda & Muniz, 2019), tanto construindo a visão dos jovens atletas sobre agressividade quanto sendo a instituição histórica que lhes apresenta o conceito, reforçando o que a episteme sócio-historicista argumenta.

Espera-se que com os resultados provenientes da presente pesquisa, futuros estudos possam ser idealizados e realizados. Pesquisas que venham a investigar os fenômenos das brigas em arquibancadas da torcida, comuns no Brasil, podem ser de grande utilidade, visto que esses ocorridos se fazem frequentes nas arquibancadas segundo os relatos dos entrevistados. É de grande importância que se realizem pesquisas sobre as percepções das mães de jovens atletas em específico, visto que nesse estudo a ocorrência dessa personagem foi uma surpresa que expressa a sua presença e influência nos cuidados do jovem atleta. Assim como se faz necessária, principalmente, a continuidade de pesquisas acerca da agressividade em geral e de seus elementos preditores nos diversos âmbitos e domínios, principalmente abordando a família como possível fator influenciador.

Referências

- Allen, Johnie, Anderson, Craig & Bushman, Brad (2018). The general aggression model. *Current Opinion in Psychology*, 19(19), 75-80. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2017.03.034>
- Alves, Yasmin & Becker, Ana Paula (2021). Prática esportiva e relacionamento familiar: uma revisão da literatura. *Pensando Famílias*, 25(2), 31-47. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2021000200004&lng=pt&tlng=pt
- Bagni, Guilherme, Morão, Kauan Galvão, Verzani, Renato Henrique & Machado, Afonso Antonio (2020). Agentes estressores e o enfrentamento de problemas em tenistas e mesatenistas universitários. *Caderno de Educação Física e Esporte*, 18(2), 39-43. <https://doi.org/10.36453/2318-5104.2020.v18.n2.p39>
- Bandeira, Vivian & Ramos, Denise (2020). Aspectos sociodemográficos relacionados à agressividade e ao fanatismo em uma torcida de futebol. *Psicologia Revista*, 29(1), 246-272. <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2020v29i1p246-272>
- Bandura, Albert (1973). *Aggression: a social learning analysis*. Prentice-Hall.
- Barreira, Cristiano & Telles, Thabata (2019). Reflexões sobre a violência no esporte. In Rubio, Katia, Camilo, Juliana et al. *Psicologia Social do Esporte*, 79-103. Kepos.
- Barroso, Mário, Velho, Nívia, & Fensterseifer, Alex (2005). A violência no futebol: revisão sócio-psicológica. *Rev. Bras. Cine. Des. Hum.*, 7(1), 64-74. Recuperado de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/rbcdh/article/view/3785>
- Bee, Helen & Boyd, Denise (2011). *A criança em desenvolvimento* (12a ed). Artmed.
- Berger, Peter & Luckmann, Thomas (2003). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento* (23a ed). Vozes.
- Bidutte, Luciana de Castro, Azzi, Roberta Gurgel, Raposo, José Jacinto Vasconcelos, & Almeida, Leandro (2005). Agressividade em jogadores de futebol: estudo com atletas de equipes portuguesas. *PsicoUSF*, 10(2), 179-184. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712005000200009&lng=en&tlng=pt
- Braun, Virginia & Clarke, Victoria (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Cabral, João Carlos Centurion, Corrêa, Mikael Almeida, das Neves, Vera Torres, Dias, Ana Cristina Garcia, & de Almeida, Rosa Maria Martins (2020). Do otimismo à agressão: cognições positivas preveem comportamento violento em homens. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 38(1), 203-217. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.6853>
- Costa, Anna Edith (2008). Modelação. In Bandura, Albert; Azzi, Roberta Gurgel; Polydoro, Soely et al. *Teoria social cognitiva: conceitos básicos* (pp.123-148). Artmed.
- Fanning, Jennifer, Coleman, Morgan, Lee, Royce & Coccaro, Emil (2018). Subtypes of aggression in intermittent explosive disorder. *Journal of Psychiatric Research*, 109, 164-172. Recuperado de: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6699742/>
- Gasparotto, Guilherme, Szeremeta, Thaynara, Vagetti, Gislaine, Stoltz, Tania & Oliveira, Valdomiro (2018). O autoconceito de estudantes de ensino médio e sua relação com desempenho acadêmico: uma revisão sistemática. *Revista Portuguesa De Educação*, 31(1), 21-37. <https://doi.org/10.21814/rpe.13013>
- Greitemeyer, Tobias (2022). The dark side of sports: personality, values, and athletic aggression. *Acta Psychologica*, 223, 103500. <https://doi.org/10.1016/j.actpsy.2022.103500>
- Guivernau, Marta & Duda, Joan (2002). moral atmosphere and athletic aggressive tendencies in youth soccer player's. *Journal of Moral Education*, 31(1), 67-85. <https://doi.org/10.1080/03057240120111445>
- Keskin, Özlem (2018). Effect of sports satisfaction on aggression and stress in judokas and

swimmers. *Journal of Education and Training Studies*, 6(6), 31-40. <https://doi.org/10.11114/jets.v6i6.3142>

Kristensen, Christian Haag, Lima Silveira, Juliane, Ferlin, Mirela, Zamora Flores, Renato, & Hackmann Hauschild, Patrícia (2003). Fatores etiológicos da agressão física: uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia*, 8, 175-184. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000100020>

Lacerda, Adriana & Muniz, Caroline (2019). Aspectos biopsicossociais no contexto da iniciação esportiva e do desenvolvimento infantil. In Conde, Erick et al. *Psicologia do esporte e do exercício: modelos teóricos, pesquisa e intervenção* (pp. 65-85). Passavento.

Melo, Ana Carolina S. & Peduzzi, Luiz (2007). Contribuições da epistemologia bachelardiana no estudo da história da óptica. *Ciênc. Educ.* 13(1), 99-126. doi: <https://doi.org/10.1590/S1516-73132007000100007>

Weinberg, Robert & Gould, Daniel (2017). *Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício* (6a ed). Artmed.

Worley, Justin, Harenberg, Sebastian, & Vosloo, Justine (2020). The relationship between peer servant leadership, social identity, and team cohesion in intercollegiate athletics. *Psychology of Sport and Exercise*, 49, 101712. <https://doi.org/10.1016/j.psychsport.2020.101712>

MATHEUS PINHEIRO

<https://orcid.org/0009-0008-3258-2371>

Mestre em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
Rio de Janeiro/RJ. Professor em Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

E-mail: mtsilvapinheiro@hotmail.com

ALBERTO FILGUEIRAS

<https://orcid.org/0000-0002-6668-0606>

Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-
RJ). Rio de Janeiro/RJ. Central Queensland University, Cairns, QLD, Australia.

E-mail: albertofilgueiras@gmail.com

CARLOS EDUARDO NÓRTE

<https://orcid.org/0000-0002-4068-5126>

Doutor em Psiquiatria e Saúde Mental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ). Rio de Janeiro/RJ. Professor em Universidade do Estado do Rio de Janeiro
(UERJ)

E-mail: cadulsn@gmail.com

Histórico	Submissão: 17/04/2024 Revisão: 13/08/2024 Aceite: 25/08/2024
Contribuição dos autores	Conceitualização: MP Curadoria de dados: MP Análise formal: MP Investigação: MP Metodologia: MP Escrita original: MP; AF e CEN Escrita - revisão e edição: MP; AF e CEN
Financiamento	Não houve financiamento
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa Número do Parecer: 5.587.656 CAAE: 60441722.9.0000.5282

“YOU AIN’T WHITE. ARE THEY WHITE?”: O “BRANCO VERDADEIRO” EM *BACURAU* (E NO BRASIL)

“YOU AIN’T WHITE. ARE THEY WHITE?”: EL “VERDADERO BLANCO” EN *BACURAU* (Y EN BRASIL)

“YOU AIN’T WHITE. ARE THEY WHITE?”: THE “TRUE WHITE PERSON” IN *BACURAU* (AND IN BRAZIL)

Amana Rocha Mattos¹ e Lia Vainer Schucman²

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil

²Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil

Resumo: Neste artigo, discutimos a noção de “branco verdadeiro” e as hierarquias intrarraciais da branquitude, considerando a constituição histórica das categorias raciais brasileiras. Alicerçada na ideologia do embranquecimento vigente no Brasil, a noção de “branco verdadeiro” encontra-se tanto em teorizações acadêmicas quanto em expressões midiáticas e artísticas, mesmo naquelas que se destacam pela crítica social. Tomamos como analisador uma cena do filme *Bacurau* para pensar as narrativas da branquitude sobre ser branco/a no Brasil, assim como postagens em redes sociais, articulando-as com o mito da democracia racial e a ideia de miscigenação que vigora no país – inclusive em setores progressistas. Como resultado, indicamos que um dos problemas da suposição de que no Brasil não haveria brancos/as “verdadeiros” é contribuir para a desresponsabilização da população branca em relação à desigualdade racial e pode colocar em descrédito as discussões sobre a redistribuição antirracista de recursos e oportunidades no Brasil.

Palavras-chave: Branquitude; Raça; Mito da Democracia Racial; Subjetividade; Cinema.

Resumen: En este artículo, discutimos la noción de «verdadero blanco» y las jerarquías intraraciales de la blanquitud, considerando la constitución histórica de las categorías raciales brasileñas. Basada en la ideología del blanqueamiento vigente en Brasil, la noción de «verdadero blanco» se encuentra tanto en la teorías académicas como en los medios de comunicación y las expresiones artísticas, incluso en aquellas que se destacan por su crítica social. Utilizamos como punto de partida para el análisis una escena de la película *Bacurau* para pensar en las narrativas de la blancura sobre ser blanco en Brasil, así como las publicaciones en las redes sociales, articulándolas con el mito de la democracia racial y la idea de mestizaje que prevalece en el país - incluso en sectores progresistas. Como resultado, indicamos que uno de los problemas con la suposición de que no habría «verdaderos» blancos en Brasil es que contribuye a la falta de responsabilidad de la población blanca en relación a la desigualdad racial y puede desacreditar las discusiones sobre la redistribución antirracista de recursos y oportunidades en Brasil.

Palabras clave: Blanquitud; Raza; Mito de la democracia racial; Subjetividad; Cine.

Abstract: In this article, we discuss the notion of “true white person” and the intraracial hierarchies of whiteness, considering the historical constitution of Brazilian racial categories. Based on the ideology of whitening that is prevalent in Brazil, the notion of “true white person” is found both in academic theories and in media and artistic expressions, even those that stand out for their social criticism. We took a scene from the film *Bacurau* as a starting point for our analysis to consider the narratives of whiteness about being white in Brazil, as well as posts on social media, linking them to the myth of racial democracy and the idea of miscegenation that prevails in the country - including progressive sectors. As a result, we indicate that one of the problems with the assumption that there are no “true” white people in Brazil is that it contributes to the white population’s lack of responsibility in relation to racial inequality and may discredit discussions about the anti-racist redistribution of resources and opportunities in Brazil.

Keywords: Whiteness; Race; Myth of Racial Democracy; Subjectivity; Cinema.

Introdução

Nos estudos críticos de raça e das relações raciais, compreende-se raça como uma ficção produzida para justificar desigualdades sociais e significar relações de poder (Hall, 2015; Munanga, 2003). Essa invenção – uma construção sócio-histórica que estrutura desigualdades sociais – produz, entretanto, efeitos materiais que hierarquizam os grupos sociais. Em outras palavras, o conceito é pensado como relacional, resultado do contexto em que as relações se dão – e não como uma essência ou uma natureza. Assim, não há grupos raciais *a priori*. Stuart Hall (2015, p. 1) argumenta que “raça é um significante, e que o comportamento e a diferença racializados devem ser entendidos como fato discursivo e não necessariamente genético ou biológico”. Já para Kabengele Munanga (2014), “A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é, natural, é de fato uma categoria etnosemântica” (2014, p. 6). Antônio Sérgio Guimarães (2023) destaca que o uso do vocábulo raça é analítico para as ciências sociais, uma vez que ele permite desvendar, por meio da análise sociológica, uma ordem de opressão em dado contexto social que se organiza, implícita ou explicitamente, pelo racismo. Segundo Munanga (1988), o tema das relações raciais configura-se como objeto de estudo multidisciplinar, cabendo a cada disciplina fornecer sua contribuição ao tema. Assim, a Psicologia Social tem tido um papel importante para a compreensão do fenômeno do racismo no que tange aos seus efeitos psicossociais, discriminação, estereótipos, produções identitárias e ações coletivas. No Brasil, é também a Psicologia Social como ciência uma das principais responsáveis pelas produções teóricas sobre o tema da branquitude, conceito fundamental na construção deste artigo.

Como raças não existem *a priori*, é sempre através de processos que estas se formam. Segundo os sociólogos Michael Omi e Howard Winant (1986), a produção da raça é fenômeno cujo significado é disputado em toda a vida social. Nessa abordagem, a raça é vista tanto como constitutiva do sujeito e suas identidades coletivas e das relações interpessoais, quanto como componente irreduzível das estruturas sociais ocidentais. Tais processos — de “significação racial” — são inerentemente discursivos e estão em disputa. São variáveis fluidas, conflitivas e contestadas em cada setor da sociedade, desde o nível subjetivo até o das classificações oficiais dos Estados-nação. Existem, portanto, em um mesmo momento, diferentes interpretações e significações para raça em um território.

Seguindo esse entendimento de que raça é uma construção social e discursiva, a compreensão acerca de quem é branco/a também será resultado do contexto em que os sujeitos e grupos raciais se localizam, não podendo ser definida por uma essência ou algum traço imanente ou constitutivo do indivíduo branco, mas devendo ser pensada relacionalmente em determinados momentos históricos e em territórios específicos.

Neste artigo, analisamos a noção de “branco verdadeiro” que circula na sociedade brasileira contemporânea, bem como as hierarquias intrarraciais da branquitude, considerando a constituição histórica das categorias raciais brasileiras, em especial do século XX até o presente momento. Alicerçada sobre a ideologia do embranquecimento vigente no Brasil, a noção de “branco verdadeiro” pode ser encontrada tanto em teorizações acadêmicas quanto em expressões midiáticas e artísticas, mesmo naquelas que se destacam pela crítica social. Tomamos, neste trabalho, como analisador (Baremlitt, 1998) desta questão uma cena do premiado filme franco-brasileiro *Bacurau* (Mendonça & Dornelles, 2019) para pensar as narrativas da branquitude sobre ser branco/a no Brasil, articulando-as com o mito da democracia racial e a ideia de miscigenação que vigora, ainda hoje, para parte considerável da população brasileira – in-

cluindo setores progressistas da sociedade. Também analisamos publicações feitas em perfis e páginas públicas de redes sociais que acionam a ideia de “branco verdadeiro”.

A cena que tomamos para análise traz um diálogo entre as personagens estrangeiras e as brasileiras “do sul”, que conversam, sentadas à mesa, após a chegada das primeiras na cidade fictícia de Bacurau, no sertão de Pernambuco. As personagens falam em inglês, inclusive as brasileiras. Enquanto o homem e a mulher brasileiros colocam-se em uma posição de aliança – produzida pela identificação racial branca – com as personagens estrangeiras, estas traçam uma desdenhosa distinção entre seu grupo e o casal brasileiro. Essa tensão fica evidente no diálogo abaixo:

WILLY: *So, where do you come from?*

[Então, vocês são de onde?]

FORASTEIRO: *We come from the south of Brazil. A very rich region. With German and Italian colonies. More like you guys.*

[A gente é do sul do Brasil. Uma região muito rica. Com colônias alemãs e italianas. Somos mais como vocês.]

WILLY: *More like us? But we’re white, you ain’t white. Are they white?*

[Mais como a gente? Mas nós somos brancos, vocês não são brancos. Eles são brancos?]

Willy joga a pergunta para o resto da mesa.

TERRY: *They look like white Mexicans, really. She looks white, but she ain’t white. Her nose and her lips gives it away.*

[Eles estão mais para mexicanos brancos. Ela parece branca, mas não é branca. Os lábios e nariz entregam.]

KATE: *... Yeah, more latino like.*

[É... estão mais pra latinos.]

FORASTEIRA: *Why do you say that?*

[Por que dizem isso?]

JULIA: (Olhando para o Forasteiro.) *I think he’s a handsome latino guy.*

[Eu acho ele um latino bonito.]

CHRIS: *Come on, guys, knock it off. This is bullying.*

[Parem com isso, vocês, isso é bullying.]

O Forasteiro tenta sorrir com a brincadeira.

(Mendonça, 2020, pp. 269-270)

A cena mobilizou a audiência de *Bacurau*, tendo repercutido fora das salas de cinema questões que estão presentes em nosso país há pelo menos um século: haveria “brancos/as de verdade” no Brasil? Quem pode dizer quem é branco/a e quem não é? Qual seria o critério definitivo de branquidade? Quais seriam as hierarquias entre os/as brancos/as? Tais questões ultrapassam em muito o roteiro do filme e articulam-se com debates que se reatualizam em nossa sociedade no contemporâneo. Interessa-nos, neste artigo, discutir o que este diálogo coloca em jogo e suas repercussões no campo das relações raciais no Brasil, bem como nas disputas narrativas sobre raça e branquitude. Para além de dizer da intencionalidade dos diretores e roteiristas do filme com a cena, lançamos mão desta como um analisador para pensar a branquitude e seus processos de subjetivação na sociedade brasileira contemporânea. Partimos da hipótese de que a crença na ideia da existência de um “branco verdadeiro” é sustentada, no Brasil, pelos alicerces lançados pelo mito da democracia racial e pela ideologia do embranquecimento, presentes na sociedade brasileira desde o período pós-abolição – marcado, no Brasil, “pela manutenção de privilégios e/ou benefícios reservados aos homens e, em menor grau, às

mulheres brancas, tendo a diferença de raça como elemento estruturante na reprodução das desigualdades entre cidadãos” (Santos & Nascimento, 2023, p. 270). A crença na existência do “branco verdadeiro” se sustentaria sobre a hierarquização intrarracial branca, mas não eliminaria privilégios e vantagens de indivíduos e grupos brancos que não são lidos em diferentes contextos como “brancos verdadeiros”.

Para tanto, a primeira seção discute os conceitos de raça, branquitude e a produção das classificações raciais no Brasil. Nosso objetivo é situar a querela acerca da existência do “branco verdadeiro” no contexto histórico brasileiro, em que a ideologia do embranquecimento e o mito da democracia racial produziram, no último século, um imaginário bastante específico sobre mestiçagem. Na segunda seção, retornamos ao filme *Bacurau* e à cena destacada inicialmente, propondo uma análise de seus efeitos sobre o público – com especial atenção ao riso que ela frequentemente produz entre espectadores/as brancos/as progressistas. Aqui, pensamos sobre o que esse riso pode revelar acerca das crenças da branquitude brasileira sobre si mesma e sobre hierarquias e pertencimento raciais. Buscamos, ainda, situar onde, na produção discursiva sobre o “branco verdadeiro”, está sendo localizado o critério de validação sobre quem seria *de fato* branco/a e quem não. Entender esse ponto é importante, uma vez que a discussão crítica sobre branquitude e seus desdobramentos – tais como a proposição de políticas públicas e institucionais de reconhecimento, justiça social e reparação – historicamente vêm sendo pautados por intelectuais e movimentos negros e indígenas. Sustentamos, assim, que a suposição, apresentada nesta cena de *Bacurau*, de que quem detém o critério sobre a “verdade” do/a branco/a sejam grupos e representantes dos países colonizadores e imperialistas, apaga a luta antirracista promovida por povos e movimentos negros e indígenas brasileiros, que têm denunciado os modos de funcionamento locais da branquitude, reproduzindo a ideia colonial de que quem decide os parâmetros raciais são o norte global.

Raça, branquitude e classificações raciais no Brasil

Durante os séculos XIX, XX e início do XXI, podemos dizer que a categoria raça tem sido um dos conceitos fundamentais para justificar e legitimar as desigualdades produzidas por contextos sociais e históricos de dominação e colonização, bem como a forma de desvelar as relações de poder entre diferentes grupos humanos. Ao redor dessa categoria, circulam enunciados e práticas divergentes e contraditórios entre si. O mesmo significante “raça”, que já foi operacionalizado por regimes genocidas (como o nazismo na Segunda Guerra Mundial e o *apartheid* na África do Sul) e usado como diferenciador de maior relevância para a violência policial no Brasil, também é empregado como articulador para as lutas por emancipação e liberdade pelos movimentos de minorias sociais. Dessa forma, a compreensão sociológica da raça é fundamental para o entendimento da estrutura social nos níveis global, nacional e local, e também para a compreensão das relações sociais cotidianas no que diz respeito às experiências coletivas e singulares dos sujeitos (Guimarães, 1999, 2023).

No entanto, apesar de sua materialidade no que concerne às desigualdades sociais, raça tal como a entendemos é uma forma de dar significado às relações de poder existentes no campo social, ou seja, não há nada de genético, tampouco de cultural, que seja essencial a algum grupo humano. Até mesmo as características físicas que hoje são classificadas como marcas raciais só se transformam efetivamente em marcadores de raça a partir da produção de discursos sobre elas, ou, como afirma Hall (2015, *online*):

raça funciona como uma linguagem. E os significantes se referem a sistemas e conceitos da classificação de uma cultura, a suas práticas de produção de sentido... Esse sentido, por ser relacional e não essencial, nunca pode ser fixado definitivamente, mas está sujeito a um processo constante de redefinição e apropriação.

Assim, entendemos raça como um conceito do campo social e produzido a partir de discursos, uma ideia fictícia que visa justificar as desigualdades e hierarquias de valores sobre os seres humanos a partir de marcas corpóreas, uma ficção que construiu significados positivos sobre beleza, inteligência, conduta moral a quem foi classificado/a como branco/a, e significados negativos da feiura, incivilidade e imoralidade a classificados/as como negros/as (Munanga, 1988, 2014). Embora o conceito seja falacioso e incomprovado dos pontos de vista biológico e genético, os desdobramentos dessa categoria são reais, estruturando a vida no que diz respeito à distribuição diferenciada de recursos entre os diferentes grupos sociais racializados. As classificações raciais, por sua vez, que localizam e mapeiam raça em corpos e grupos sociais, surgem nas relações sociais, envolvendo instituições, movimentos e relações interpessoais. Como definem Verônica Daflon e Alexandre Camargo (2023, p. 64), “Raça e classificações raciais são fenômenos multidimensionais e, por isso, podem ser decompostos e analisados em diferentes planos e escalas”.

Exatamente por não se tratar de um fenômeno com sentido único, nem tampouco estar ancorado em uma essência, não é possível fixar um mesmo significado de raça que dure para além da história e dos locais que possibilitaram sua produção. Assim, é importante delinear brevemente como a categoria raça se produziu no tecido social brasileiro. Ao examinarmos o campo de estudos das relações raciais no Brasil, é possível identificarmos três momentos do pensamento social brasileiro acerca das relações etnicorraciais, que podem ser pensados pelos seus paradigmas norteadores: (a) paradigma biológico; (b) paradigma cultural; (c) paradigma social. Assim, temos o período do final do século XIX ao início do século XX, caracterizado pelo surgimento e consolidação de um modelo biológico de raça que se define pela naturalização da história social e hierarquização entre brancos, negros e indígenas, justificada pela ciência por meio de uma ideia biológica errônea – o que hoje é nomeado como racismo científico. As teorias raciais propagadas neste período partiam da ideia de que a humanidade estaria dividida em grandes grupos humanos, e os indivíduos destes grupos teriam características morais, intelectuais e estéticas semelhantes, determinadas geneticamente pelo fato de pertencerem ao mesmo conjunto de pessoas. Ou seja, parte-se do pensamento de que a humanidade estaria dividida em raças e estas conformariam uma hierarquia biológica, na qual os brancos ocupariam uma posição superior (Guimarães, 1999; Munanga, 2014; Schwarcz, 1993; Skidmore, 1976).

O que os estudos raciais desse período tinham em comum era a defesa científica da superioridade do grupo de pessoas brancas europeias sobre as demais raças que habitavam as colônias em África, Ásia e Américas (Skidmore, 1976). O desafio dos homens da ciência deste tempo consistia em adaptar o racismo científico formulado na Europa para o Brasil. Foi ficando evidente, entretanto, que este racismo científico colocava um entrave para a possibilidade de desenvolvimento do país, já que a nação era formada por uma parcela majoritária de negros e mestiços. Para adaptar a doutrina racista ao solo brasileiro, intelectuais como Oliveira Viana, Silvio Romero, Euclides da Cunha, entre outros, trabalharam para pautar a miscigenação como um valor positivo para o progresso. Daí surgiu o ideal de “branqueamento”, uma teoria tipicamente brasileira, aceita entre 1889 e 1914 pela maioria da elite brasileira, que foi assim definida por Skidmore (1976):

A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca ... À suposição inicial, juntaram-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía

progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças, e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procuravam parceiros mais claros que elas (p. 81).

O ideal de branqueamento teve grande aceitação na intelectualidade brasileira e na política de Estado nas primeiras décadas do século XX. Foi visto como meio mais apropriado para que o país alcançasse o progresso segundo o ideal de civilização europeia. Dessa forma, fica flagrante a relevância da imigração europeia como uma forma ideal (vista pela ideologia racista da época) para o desenvolvimento e o progresso do país. Nesta ideologia, o mestiço aparecia como um lugar transitório até que, por meio da miscigenação, a população se tornasse majoritariamente branca.

O segundo momento, período de 1930 até 1950, caracteriza-se pela crítica e desconstrução do determinismo biológico das raças. A partir daí, as teorias do racismo científico se tornam refutáveis. Aqui, entra em jogo o paradigma dos grupos sociais como distintos a partir da ideia de cultura – momento em que Gilberto Freyre (2005) volta-se para o culturalismo de Franz Boas e, com a obra *Casa Grande e Senzala*, torna-se um dos maiores intérpretes desse novo significado em que raça se ancora. As explicações para as desigualdades sociais, que até então eram dadas pelo conceito de raças superiores e inferiores, foram transformadas e substituídas pela teoria de culturas superiores e culturas inferiores, permanecendo a hierarquia da civilização branca europeia sobre as civilizações africanas e indígenas. Com Freyre (2005), a ideia de “cultura” se transformou, então, em uma noção tão inalterável quanto o conceito biológico de raça, substituindo-o nas produções acadêmicas e difundindo-se na sociedade em geral. Assim, os discursos de civilização – a modernidade e o progresso – substituíram os discursos de cor e genética, mas, longe de desaparecerem, as noções de diferença baseadas na raça deslocaram-se para outros contextos discursivos. Dentre eles, destaca-se a ideia de “culturas civilizadas”, marcada nas expressões que produziram a ideia de que o Sul e o Sudeste do país eram mais brancos e, portanto, mais civilizados, como fica evidente na fala do personagem brasileiro de *Bacurau* quando indica que o casal vem de uma região rica, de colônias europeias.

Um terceiro momento histórico aparece na década de 1970, com as pesquisas sobre desigualdades raciais (Hasenbalg, 1979) que, através de análises quantitativas e qualitativas, evidenciaram o lugar da raça no acesso desigual da população negra à saúde, educação, moradia, cargos de trabalho, expectativa de vida e à dignidade e qualidade de vida. Nesse sentido, os estudos das relações raciais enfatizaram o papel da discriminação persistente e na reprodução de hierarquias raciais entre brancos, de um lado, e negros e indígenas, de outro, demonstrando assim como a raça opera como uma forma de construção social nas relações de poder estruturantes da sociedade brasileira (Santos & Nascimento, 2023). Em seu trabalho, Hasenbalg (1979) anuncia que a brancura da pele é uma propriedade que produz privilégios para a mobilidade social na estratificação de classes sociais, analisando quantitativamente dados disponíveis que evidenciavam que os/as negros/as brasileiros/as tinham maior dificuldade de mobilidade e ascensão social do que os/as brancos/as. Hasenbalg apontava, portanto, a brancura da pele como um privilégio simbólico e material.

Assim, no Brasil, as noções de cor e a aparência física substituíram oficialmente as raças. Ou seja, a cor da pele no Brasil é colada e atrelada à imagem de raça produzida pela ciência moderna. Nessa lógica, quanto mais escura a cor da pele de um indivíduo, mais perto da ideia de raça negra estereotipada e estigmatizada pelo racismo moderno ele está, e quanto mais perto

da cor de pele branca, mais status ele ganha. Nesse sentido, a caracterização de Oracy Nogueira (2007) sobre o tipo de preconceito racial brasileiro e quem são as suas vítimas é válida e atual. Ao realizar uma análise comparativa entre Brasil e EUA, o autor utiliza as denominações “preconceito de marca” e “preconceito de origem”, sendo o fenômeno brasileiro exercido essencialmente sobre a aparência, os traços físicos do indivíduo e o fenômeno estadunidense definido sobre a ancestralidade.

Entender a produção racial do/a branco/a é, portanto, mapear a construção de identidades e as chaves de leitura racial (e, com isso, de discriminação racial) em um contexto específico, considerando-se que essa operação é relacional. As especificidades sócio-históricas que balizam as classificações raciais no Brasil tomam o fenótipo como materialidade para atribuição de cor e raça. Mas, como destaca Lia Schucman (2014), com base nos resultados de sua pesquisa sobre a apropriação da ideia de branquitude por sujeitos brancos da cidade de São Paulo, a aparência física surge diretamente relacionada às noções de origem e ancestralidade. Em seu trabalho de campo, os/as entrevistados/as falaram sobre como o fenótipo estaria ligado “a uma ideia de pertença étnica e origem dos indivíduos” (Schucman, 2014, p. 139). A ideia de “branco original” ou “branco verdadeiro” aparece nas entrevistas em contraponto ao “branco brasileiro” – que seria mestiço/a na ascendência, mas que é branco/a de cor em oposição aos/às negros/as.

Essa hierarquização intrarracial, encontrada em achados de diversas pesquisas de campo sobre branquitude (Alves, 2010; Marcinik & Mattos, 2021; Sovik, 2009), pode ser pensada como um resultado de múltiplos fatores presentes na sociedade brasileira, como os paradigmas norteadores que discutimos anteriormente. Na própria fundação do campo dos estudos críticos da branquitude no país, observamos que a ideia de miscigenação impactou conceitualmente seus precursores. Em 1957, o sociólogo Guerreiro Ramos discutiu os significados positivos atribuídos pela população brasileira à branquitude (Barbosa, 2006). Ele propõe uma análise do racismo e de seus efeitos sobre as pessoas brancas no Brasil, mas não abre mão da ideia de que estas não seriam puras, estando alijadas da brancura europeia devido à miscigenação, recolocando então a ideia de um branco puro e verdadeiro em oposição a um branco de origem multirracial.

Os avanços conceituais e políticos promovidos pelos movimentos negros, pelos estudos críticos da branquitude e por discussões mais amplas na sociedade brasileira têm contribuído para que os debates sobre racismo e sobre o letramento racial crítico sejam base para pensarmos as classificações raciais que operam hoje em nosso país. O entendimento de que a raça é, ao mesmo tempo, social e historicamente construída e produz efeitos materiais tem permitido avanço nos debates antirracistas. Entretanto, vemos que a ideia de “branco verdadeiro” reaparece em diferentes contextos, podendo relativizar posições racializadas de privilégios e opressões na sociedade brasileira. Discutiremos, a seguir, como isso pode ser pensado tomando como analisador a cena do filme *Bacurau*.

O que faz rir na cena de *Bacurau*? Processos de racialização e branquitude no Brasil

O filme *Bacurau* (2019), dirigido e roteirizado por Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, estreou em 2019 nos cinemas brasileiros e rapidamente tornou-se um filme-manifesto nos círculos de esquerda no país. A história do longa-metragem se passa em um futuro próxi-

mo no interior do estado de Pernambuco, na cidadezinha fictícia de Bacurau, onde estranhos acontecimentos ocorrem após a chegada de forasteiros/as – um casal de brasileiros vindos “do sul” e alguns estrangeiros/as. O roteiro traz como pano de fundo um cenário político conflituoso e encena a organização e resistência populares como única saída para os ataques sofridos pelos/as moradores de Bacurau. O lançamento do filme coincidiu com o primeiro ano do governo de Jair Messias Bolsonaro (na época, filiado ao PSL), e foi recebido com entusiasmo pela crítica nacional e internacional, assim como pela audiência no Brasil.

A cena que recortamos, transcrita na introdução deste artigo, provocou risos e comentários nas salas de projeção, nas redes sociais e em debates e conversas sobre o filme. Também se tornou referência em discussões sobre relações raciais no Brasil para justificar a ideia de que no país não haveria “brancos de verdade”, pois seríamos um povo “fruto da miscigenação”. Nesta seção, nos debruçamos sobre duas questões formuladas a partir desta cena e sua repercussão: em primeiro lugar, o que produziria riso nesta cena, em audiências brasileiras, especialmente nas progressistas? Em segundo lugar, quais são as hierarquias intrarraciais da branquitude no Brasil que podemos ler utilizando esta cena como analisador?

Desdobrando as discussões sobre o “branco de verdade” nesta seção, percorremos publicações feitas em perfis e páginas públicas de redes sociais que tomam esta cena e a divulgação de uma suposta notícia envolvendo a resposta de um grupo nazista alemão ao contato de um simpatizante brasileiro de Santa Catarina, para identificar elementos que se repetem nas falas, articulando-os com a crença na ideia do “branco de verdade”, mesmo que em posições críticas ao racismo.

O branco “de verdade”: hierarquias da branquitude

Ser branco/a em sociedades racistas é ocupar um lugar social de privilégio em função de determinados traços fenotípicos e ascendência. Este lugar sustenta-se nas relações de poder pautadas pela raça, que se atualizam em cada contexto, concedendo aos indivíduos brancos uma série de privilégios e vantagens (Bento, 2014; Hasenbalg, 1979). Ser branco/a não deve ser pensado como uma característica estável ou essencial, mas como uma característica racial que emerge relacional e contextualmente.

Quando o personagem forasteiro brasileiro diz aos estrangeiros, em inglês, “*More like you guys* [Somos mais como vocês]” (Mendonça, 2020, p. 269), ele estabelece uma relação entre a região de origem sua e de sua companheira, uma região rica no Brasil, de colonização europeia, e a origem dos estrangeiros, todos brancos do norte global. A pele clara do brasileiro e da brasileira, herdada dos colonizadores europeus, também compõe os atributos que fazem com que o personagem brasileiro compare a si e a sua parceira aos estrangeiros, aproximando-os. Essa comparação não se baseia em uma leitura individualizada do personagem sobre seu território de origem, mas sustenta-se em uma produção histórica e atual sobre hierarquias raciais no país, orientada pelos paradigmas que analisamos na primeira seção. A reação dos/as interlocutores/as estrangeiros/as, entretanto, põe em xeque a afirmação do brasileiro: ele e a companheira podem “parecer” brancos, mas “não são”. Essa passagem da cena provoca, com frequência, risos em audiências brasileiras variadas. O que esse riso pode nos informar sobre as concepções de raça e branquitude no Brasil?

A indagação do personagem estrangeiro Willy, “*More like us? But we’re white, you ain’t white. Are they white?* [Mais como a gente? Mas nós somos brancos, vocês não são brancos. Eles são brancos?]”, e a resposta de seu colega Terry, “*They look like white Mexicans, really. She looks white, but she ain’t white. Her nose and her lips gives it away* [Eles estão mais para mexicanos brancos. Ela parece branca, mas não é branca. Os lábios e nariz entregam]” (Mendonça, 2020,

p. 269) apontam uma resposta possível. A cena coloca as personagens brasileiras do sul – ou melhor, sua branquitude – na berlinda. A fala convicta do personagem brasileiro sobre seu pertencimento racial branco é escrutinada e destituída pelos/as estrangeiros/as, que aparecem aí como detentores do critério de validade de quem é branco/a e quem não é. Ainda que a cena se passe em uma casa modesta no interior do sertão pernambucano, todo o contexto de relações de poder ali presentes evoca situações potencialmente vividas pelo público branco de classe média e alta nas zonas de imigração e em viagens para a Europa ou Estados Unidos, ou nos processos de pedido de visto para esses países. Cidadãos/ãs brancos/as brasileiros/as são frequentemente tratados/as como não brancos/as no norte global, e é comum que essas situações sejam mencionadas para justificar a ideia de miscigenação no Brasil, que faria com que não houvesse brancos/as “de verdade” em nossa sociedade. O riso, de certa forma, pode dizer de algum alívio da audiência branca progressista por ver “retratada” uma situação que a representaria. O que fica de fora neste enquadre é que o critério de validação de quem seria o “verdadeiro” branco é então remetido ao colonizador (ou seu representante imaginário, os “estrangeiros”), ignorando-se que raça não pode ser pensada de maneira essencial, abstrata, mas apenas em determinado contexto. Além disso, ao se situar a validação sobre quem seria o “branco de verdade” no crivo do colonizador (ou nos seus representantes, metaforicamente), o ciclo colonial se fecha e se reproduz, em uma reiteração da heteroidentificação racial legada a quem coloniza/colonizou.

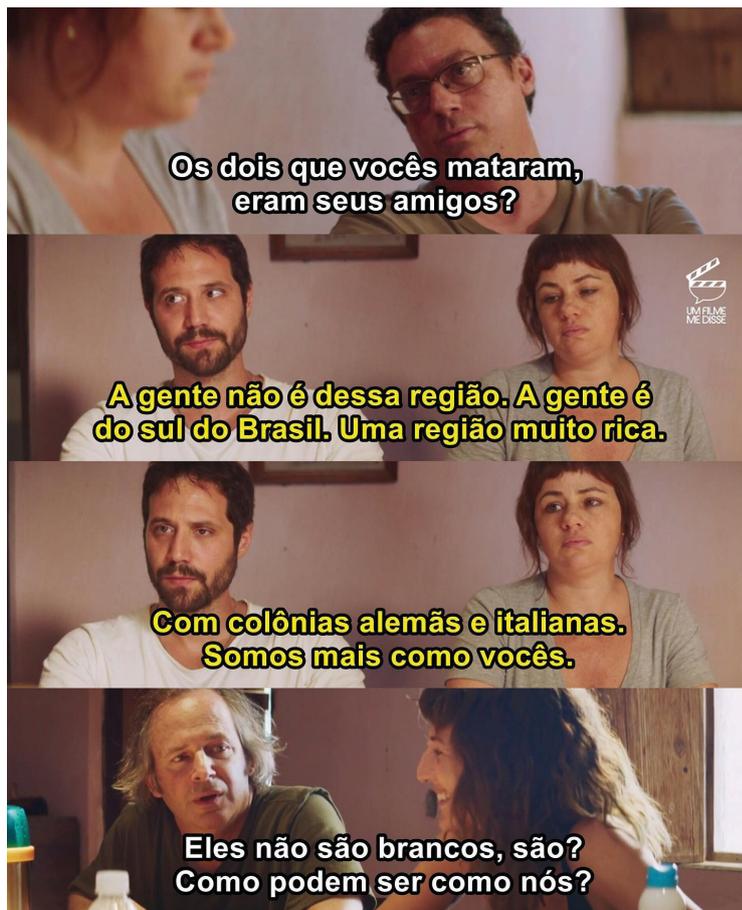
Ao analisar esta mesma cena, Acauam Oliveira (2021) destaca que a dimensão catártica de vingança produzida na audiência com o assassinato do casal de brasileiros pelos/as estrangeiros/as, que se segue a este diálogo, ocorre porque ela tocaria “na ferida narcísica do branco brasileiro, que se julga branco aos olhos de seu próprio país, mas é humilhado assim que encontra algum grupo mais poderoso” (p. 121). Para o autor, entretanto, o que marcaria a branquitude seria, no limite, o poder de matar (e de não ser morto). O casal de brasileiros transita em contextos e relações nos quais mata e é morto, o que contribui para entendermos a raça como relacional e contextual.

Isso significa que o racismo enquanto mecanismo de controle social vai sempre estabelecer diferenças entre brancos e não brancos a partir da seleção de quem deve morrer e quem pode matar. O que essa cena de *Bacurau* revela a partir de sua recepção é o quanto o pacto silencioso da branquitude escapa o tempo todo por entre nossos dedos (Oliveira, 2021, p. 123).

Carolin Ferreira e José Nafafé (2021), por sua vez, pontuam que esta cena seria a única do filme em que a questão do racismo é abordada diretamente na obra, desconectando-se a posição explicitamente racista dos personagens brasileiros em tela e localizando-a nos estrangeiros vilões do filme: “Ao abordar o complexo de inferioridade dos brancos brasileiros, quem sofre racismo não é o povo de *Bacurau*, mas os euro-descendentes do Sul do país” (p. 257). Para a autora e o autor, essa abordagem apagaria as tensões raciais presentes em toda a trama, mas não nomeadas ou enunciadas.

A primeira exibição de *Bacurau* em rede de televisão aberta, em horário nobre (na Rede Globo, em dezembro de 2020), um ano após seu lançamento, divulgou o filme para além das audiências das salas de cinema e promoveu a viralização de algumas de suas cenas como *memes* nas redes sociais, como afirma Mateus Camillo em matéria para a *Folha de São Paulo* (Camillo, 2020) A matéria é ilustrada com um *meme*, feito pela página de *Facebook*; *Um Filme me Disse* (2019), que retrata parte da cena aqui analisada:

Figura 1 – Meme com a cena dos estrangeiros em Bacurau



Fonte: *Um Filme...* (2019).

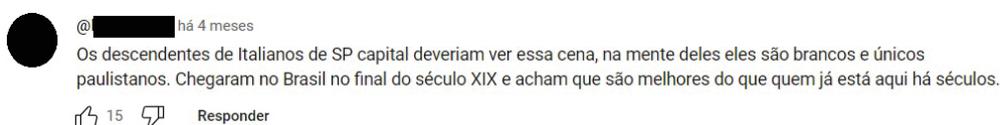
A circulação da cena via *memes* e trechos do filme nas redes sociais produziu comentários que se sustentam na ideia de que no Brasil não haveria brancos “de verdade”, tomando como critério de branquidão a origem europeia ou estadunidense. Em perfil do Facebook, um usuário posta a cena sob o título “Bacurau e a síndrome do pseudobranco brasileiro”. Outro perfil, desta vez no YouTube, reúne comentários de seguidores à cena postada que também seguem nesta direção:

Figura 2: Comentário 1



Fonte: *Vocês...* (2022).

Figura 3: Comentário 2



Fonte: *Vocês...* (2022).

Figura 4: Comentário 3



Fonte: Vocês... (2022).

Nestes comentários, ainda que esteja presente uma crítica ao pensamento supremacista branco, vale observar que esta se sustenta não na denúncia da ideia de raça (e, portanto, da supremacia branca) como uma ficção racista, mas na legitimação, ainda que pelo seu avesso, da ideia de superioridade branca europeia, ao afirmar que brasileiros/as, mesmo que do Sul, não seriam brancos/as.

Um efeito semelhante pode ser observado nas redes sociais quando, em 2015, circulou uma suposta notícia de que um brasileiro do estado de Santa Catarina teria contatado um grupo nazista alemão, enviando seu apoio (Brasileiro..., 2015). O grupo teria respondido que não aceitavam latinos em suas organizações, xingando de forma racista o remetente da carta. A matéria, publicada em portais pequenos de notícias e blogs, não apresentava fontes, tendo sido desmentida, inclusive, em sites de checagem de notícias (Lopes, 2015). Foi, entretanto, intensamente compartilhada, especialmente por *sites* e perfis progressistas, acompanhada de comentários que ridicularizavam o fato de que um brasileiro de Santa Catarina quisesse se aliar a grupos nazistas alemães. Interessamos aqui analisar essas reações à suposta notícia e o quanto elas se baseiam na ideia de "branco verdadeiro" para ironizar a resposta que o apoiador nazista catarinense teria recebido.

Em postagem em seu perfil no então *Twitter* (atual X), a blogueira Lola Aronovich, importante professora e ativista feminista, replicou a notícia em 2019, fazendo menção à cena do filme *Bacurau* que aqui analisamos:

Figura 5 – print de postagem de Lola Aronovich



Fonte: Aronovich (2019).

Boa parte das respostas ao seu *post* repercutem a ideia de que no Brasil não haveria indivíduos brancos o suficiente para que pudessem ser reconhecidos por grupos nazistas alemães: “Hahahaha chupa nazistinha latino americano”; “Um belo tapa na cara nos arianos tupiniquins”; “Melhor notícia do dia, rindo muito. Imagina a cara do coxa colada lendo a resposta.”; “Esses dias eu falei sobre isso: **nazista brasileiro é um bando de vira-latas**. Aos olhos dos nazistas europeus não adianta ser branco, se você nasceu na América do Sul você é latino e, portanto, é inferior a eles. Sei que não deveria, mas **fico feliz em ver essa humilhação desse idiota** [grifos nossos]. Este último comentário contextualiza a leitura racial feita a partir da perspectiva dos nazistas europeus, mas, ao nomear os nazistas brasileiros como “um bando de vira latas” [sic], subscreve, mesmo que implicitamente, a leitura destes como não sendo brancos “o suficiente” para serem nazistas.

A construção da identidade racial se dá pela produção discursiva de uma semelhança (no caso, entre pessoas brancas) em oposição à diferença de outros grupos (negros e indígenas, no contexto estudado): “a constituição dos sujeitos **como** brancos é, ao mesmo tempo, singular e coletiva” (Schucman, 2014, p. 138, grifo da autora). Essa identidade está sujeita a hierarquizações que posicionam os indivíduos em uma escala de brancos considerados mais “puros” ou “encardidos” (miscigenados), articulando o fenótipo à ideia de pertença étnica e origem dos indivíduos.

Na cena de *Bacurau*, essa hierarquização fenotípica é promovida nas falas dos/as estrangeiros/as, excluindo-se o brasileiro e a brasileira da categoria *white*. Entretanto, como argumentamos nesta seção, a negação da branquitude dessas personagens – ou do suposto nazista de Santa Catarina – não contribui para o enfrentamento ao racismo presente nas relações raciais nos contextos em que esses indivíduos estão inseridos. Em outras palavras, o branco emerge como posição racial territorial e relacionalmente, gozando de privilégios que o racismo estrutural lhe confere. Se a raça é uma ficção com consequências materiais, então a racialidade dos/as brancos/as (assim como dos/as negros/as e dos/as indígenas) é uma ficção, e todo/a branco/a é verdadeiro/a em sua materialidade cotidiana – considerando-se que sua verdade se produz e se atualiza nas relações de poder contextualizadas, como é próprio da raça.

Considerações finais

Argumentamos neste artigo que a cena de *Bacurau* veicula, nas falas dos personagens, a ideia de que haveria um/a branco/a verdadeiro/a, mas que este/a não seria – e nem poderia ser – o/a brasileiro/a, fruto da mistura de raças. No entanto, essa ideia, já trabalhada anteriormente por Sovik (2004), cria uma falsa ideia de que haveria um branco “de verdade”, oriundo da Europa ou dos Estados Unidos, mas não o branco brasileiro. Recoloca-se, assim, no imaginário, a ideia de que existem raças, e reforça-se a existência de um *a priori* de grupos raciais.

Entretanto, acompanhando o argumento de Omi e Winant (1986) de que não há raças *a priori* verdadeiras, mas sim formações raciais, e considerando-se que o Brasil teve sua formação racial baseada na ideologia do embranquecimento e no preconceito de marca (Nogueira, 2007), o fenótipo do/a branco/a brasileiro/a, que inclui um conjunto de traços e marcas (pele clara, cabelos lisos, traços afinados etc.), informa a raça branca nesse contexto sócio-histórico e territorial. O/A branco/a brasileiro/a, como todos os/as brancos/as de nacionalidades do norte global, é uma ficção que se torna real por meio da ideia de raça local.

Por fim, uma questão importante para pensarmos os estudos raciais a partir das perspectivas brasileiras é que se a sociedade brasileira renuncia a sua própria categorização racial e acredita que a "verdade" da raça encontra-se na categorização produzida pelo norte global, ou seja, atribui a sujeitos, grupos e estados privilegiados a possibilidade de decidir quem é branco/a e quem não é, como a cena de *Bacurau* reitera, corre-se o risco concreto de a sociedade brasileira desautorizar as lutas antirracistas, indígenas e negras, que visibilizam e denunciam o regime de racialidade brasileiro, enfraquecendo sua legitimidade. Isso ocorre uma vez que, como discutimos anteriormente, as classificações raciais brasileiras que se dão via fenótipo proporcionam benefícios simbólicos e materiais aos que aqui são lidos como brancos/as. Assim, a reatualização da ideia de que "aqui ninguém é branco", investigada criticamente por Sovik (2004), no diálogo em questão encenado em *Bacurau*, parece produzir um alívio cômico na audiência, acionando o imaginário da branquitude "vira-lata" que analisamos neste texto. Um dos perigos dessa suposição de que, no Brasil, não haveria brancos/as "verdadeiros" é que ela contribui para a desresponsabilização da população privilegiada racialmente e pode colocar em descrédito discussões necessárias e urgentes na atualidade sobre a redistribuição de recursos pela população que se beneficia das desigualdades raciais: os/as brancos/as brasileiros/as.

Referências

- Alves, Luciana** (2010) *Significados de ser branco: a brancura no corpo e para além dele* [Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo]. https://educacaoinfantil.ceert.org.br/pdf/teses/Significados_de_ser_branco_a_brancura_no_corpo_e_para_al%C3%83%C2%A9m_dele_Luciana_Alves.pdf
- Aronovich, Lola** (2019). *Old but gold... Twitter/X: @escrevalola*. <https://twitter.com/lolaescreva/status/1196781765672742913>
- Barbosa, Muryatan S.** (2006). Guerreiro Ramos: o personalismo negro. *Tempo Social*, 18(2), 217-228. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000200011>
- Barembliitt, Gregório** (1998). *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rosa dos Tempos.
- Bento, Maria Aparecida S.** (2014). Branqueamento e branquitude no Brasil. In M. A. I. Carone & M. A. S. Bento (Orgs.), *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento* (pp. 25-57). Vozes.
- Brasileiro manda carta de apoio a nazistas e eles respondem: “não aceitamos latinos”** (2015). *Portal Metrópole*. <https://www.enfoquems.com.br/brasileiro-manda-carta-de-apoio-a-nazistas-e-eles-respondem-nao-aceitamos-latinos/>
- Camillo, M.** (2020). Exibição de Bacurau na Globo faz cena clássicas da distopia viralizarem nas redes. *Folha de SP*. #hashtag. <https://hashtag.blogfolha.uol.com.br/2020/12/01/exibicao-de-bacurau-na-globo-faz-cenas-classicas-da-distopia-viralizar-nas-redes>
- Daflon, V. T. & Camargo, A. de P. R.** (2023) Classificações raciais. In F. Rios, M. A. dos Santos, & A. Ratts. (Orgs.), *Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas* (pp. 63-69). Perspectiva.
- Ferreira, C. O. & Nafafé, J. L.** (2021). Resistência, necropolítica e fantasias de vingança: Bacurau, de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles. *Rebeca*, 10(2), 20. <https://doi.org/10.22475/rebeca.v10n2.719>
- Freyre, G.** (2005) *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Global.
- Guimarães, A. S.** (1999). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. Editora 34.
- Guimarães, A. S.** (2023). Raça. In F. Rios, M. A. dos Santos, & A. Ratts (Orgs.), *Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas* (pp. 290-295). Perspectiva.
- Hall, Stuart** (2015). Raça, o significante flutuante. *Z Cultural, Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea*, VIII(2), 1-6. <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/>
- Hasenbalg, Carlos** (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Graal.
- Lopes, Gilmar** (2015). Brasileiro manda carta de apoio a nazistas e recebe “Não aceitamos latinos”. *E-farsas*. <https://www.e-farsas.com/brasileiro-manda-carta-de-apoio-nazistas-e-recebe-nao-aceitamos-latinos.html>
- Marcinik, Geórgia G. & Mattos, Amana R.** (2021). ‘Mais branca que eu?’: uma análise interseccional da branquitude nos feminismos. *Revista Estudos Feministas*, 29(1), e61749. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n161749>
- Mendonça, K. & Dornelles, J.** (2019). *Bacurau* [Filme, 131 min.]. Vitrine Filmes.
- Mendonça, K.** (2020). *Três roteiros: O som ao redor*, Aquarius, Bacurau. Companhia das Letras.
- Munanga, Kabengele** (1988). *Negritude: Usos e sentidos*. Ática.
- Munanga, Kabengele** (2014). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Geledés*, 1-17. <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>

- Nogueira, Oracy** (2007). Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, 19(1), 287-308. <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12545>
- Oliveira, A.** (2021). Racismo estrutural brasileiro: um crime quase perfeito. *Revista Areia*, 1(4), 115-126. <https://www.seer.ufal.br/index.php/rea/article/view/12079>.
- Omi, M. & Winant, H.** (1986). *Racial formation in the United States: from the 1960s to the 1980s*. Routledge and Kegan Paul.
- Santos, Ynaê L. & Nascimento, Álvaro. P.** (2023). "Pós-abolição" In F. Rios, M. A. dos Santos, & A. Ratts (Orgs.), *Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas* (pp. 270-274). Perspectiva.
- Schucman, L. V.** (2014). *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. Annablume.
- Schwarcz, Lília M.** (1993) *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. Companhia das Letras.
- Skidmore, Thomas E.** (1976) *Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Paz e Terra.
- Sovik, Liv** (2004). Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. In V. Ware (Org.), *Branquitude, identidade branca e multiculturalismo* (pp. 363-386). Garamond.
- Um filme me disse.** (2019). *Facebook*. <https://web.facebook.com/umfilmedisse>. https://web.facebook.com/umfilmedisse/posts/961009154255612/?_rdc=1&_rdr
- "Vocês não são brancos como nós" – cena de Bacurau.** (2022). 1 vídeo (3 min e 39 seg). Canal *Leônio Xanás*. <https://www.youtube.com/watch?v=Q9u75ASrikc>

AMANA ROCHA MATTOS

<https://orcid.org/0000-0002-2890-5421>

Doutorado em Psicologia (2011) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fez estágio Doutoral no Exterior pela CAPES, na Rutgers University, EUA. Professora adjunta do Instituto de Psicologia e professora permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/RJ.

E-mail: amanamattos@gmail.com

LIA VAINER SCHUCMAN

<https://orcid.org/0000-0001-7659-4632>

Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis.

E-mail: liavainers@gmail.com

Histórico	Submissão: 29/04/2024 Revisão: 11/10/2024 Aceite: 16/10/2024
Contribuição dos autores	Conceitualização: AMR; LVS Análise de dados: AMR; LVS Redação do manuscrito original: AMR; LVS Redação, revisão e edição: AMR; LVS
Financiamento	Pesquisa realizada com financiamento de bolsa de pesquisa PRO-CIÊNCIA 2023 (Uerj/FAPERJ); e bolsa do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ), Processo E-26/201.425/2022 - BOLSA
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	Não se aplica

COMPREENSÕES DE PROFISSIONAIS DE REDE DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOBRE A ESCUTA ESPECIALIZADA

COMPRESIONES DE LOS PROFESIONALES DE LA REDE DE PROTECCIÓN A NIÑOS Y ADOLESCENTES SOBRE LA ESCUCHA ESPECIALIZADA

UNDERSTANDINGS OF PROFESSIONALS FROM THE CHILD AND ADOLESCENT PROTECTION NETWORK ABOUT SPECIALIZED LISTENING

Janaina Alessandra da Silva Sanson ¹, Leilane Serratine Gruba ¹
e Jean Von Hohendorff ¹

¹ Atitus Educação, Passo Fundo/RS, Brasil

Resumo: A Escuta Especializada (EE) é o procedimento que deve ser realizado na rede de proteção com crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Trata-se de um procedimento proposto pela Lei 13.431/2017 que ainda gera dúvidas. Diante disso, objetivou-se conhecer as compreensões sobre esse procedimento por meio de uma pesquisa qualitativa, *on-line*, na qual 17 profissionais da rede de proteção, de nove estados brasileiros, foram entrevistados. Os cinco temas advindos da análise indicaram compreensões da EE como uma entrevista que é protetiva, que não é novidade, além de indicar o que não é EE, bem como múltiplos entendimentos. Tomados em conjunto, os resultados indicam a necessidade de maior elucidação acerca da EE, tendo em vista as compreensões distintas e até equivocadas do procedimento. Conclui-se que os resultados podem ser utilizados em formações para profissionais da rede com objetivo de fomentar o debate acerca da EE.

Palavras-chave: Escuta especializada; Maus-tratos infantis; Proteção da criança; Rede de proteção; Intervenção psicossocial.

Resumen: La Escucha Especializada (EE) es el procedimiento que se debe realizar en la red de protección con niños, niñas y adolescentes víctimas o testigos de violencia. Se trata de un procedimiento propuesto por la Ley 13.431/2017 que aún genera dudas. Ante esto, el objetivo fue conocer la comprensión de este procedimiento a través de una encuesta cualitativa en línea, en la que fueron entrevistados 17 profesionales de la red de protección de nueve estados brasileños. Los cinco temas que surgieron del análisis indicaron comprensiones de la EE como una entrevista protectora, y que la EE no es nueva, además de indicar lo que no es la EE, así como múltiples interpretaciones. En conjunto, los resultados indican la necesidad de mayor elucidación sobre la EE, dadas las diferentes e incluso erróneas interpretaciones del procedimiento. Se concluye que los resultados pueden ser utilizados en la formación de profesionales de la red con el objetivo de incentivar el debate sobre la EE.

Palabras clave: Escucha especializada; Abuso infantil; Protección Infantil; Red de protección; Intervención Psicosocial.

Abstract: Specialized Listening (SL) is the procedure that should be carried out in the protection network with children and adolescents who are victims or witnesses of violence. This is a procedure proposed by Law 13.431/2017 that still raise doubts. Therefore, the aim was to learn about the understandings on this procedure through a qualitative, online survey, in which 17 professionals from the protection network from nine Brazilian states were interviewed. The five themes arising from the analysis indicated understandings of SL as a protective interview, which is not new, in addition to indication what SL is not, as well as multiple understandings. Taken together, the results indicate the need for greater elucidation about SL, given the different and even mistaken understandings of the procedure. It is concluded that the results can be used in training for protective network professionals with the aim of fostering debate about SL.

Keywords: Specialized listening; Child abuse; Child protection; Protection network; Psychosocial Intervention.

Introdução

A violência contra crianças e adolescentes é considerada um grave problema de saúde pública e uma violação de direitos humanos. Ela envolve quaisquer formas de maus-tratos emocionais e/ou físicos que culminem em danos à saúde, à dignidade e ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Esta violência ocorre em relações em que a criança/adolescente está submetida/o ao/à agressor/a em relação ao poder ou à responsabilidade (World Health Organization [WHO] & International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect [ISPCAN], 2006). Crianças e adolescentes são as principais vítimas quando comparadas a outras parcelas da população (Finkehor & Tucker, 2015), podendo sofrer diferentes formas de violência psicológica, física, sexual e negligência (WHO & ISPCAN, 2006).

No Brasil, não é encontrada uma sistematização dos índices de violência contra crianças e adolescentes, mas dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos sinalizam 78.248 notificações no primeiro semestre de 2022 (Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, 2022). Embora exista aumento das notificações de violência nos últimos anos, esse tipo de violação, especialmente, casos de violência sexual, é considerado subnotificado, ou seja, ocorre com muito mais frequência do que os índices informam (Gaspar & Pereira, 2018).

A Lei nº 13.431 (2017) regulamenta a escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência por meio de dois procedimentos: o Depoimento Especial (DE) e a Escuta Especializada (EE). O primeiro procedimento trata-se da oitiva das crianças/adolescentes em setor jurídico ou policial. Já a EE refere-se à atuação nos órgãos de atendimento e proteção, quando em contato com as crianças/adolescentes, momento em que a condução profissional deve primar por uma intervenção limitada ao extremamente necessário para a proteção desse público (Lei nº 13.431, 2017). Em 2018, foi promulgado o Decreto nº 9.603, que regulamenta a referida lei.

A EE, de acordo com Lei nº 13.431 (2017), consiste no “procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.” Já no Decreto nº 9.603 (2018), a EE foi conceituada como:

o procedimento realizado pelos órgãos da rede de proteção nos campos da educação, da saúde, da assistência social, da segurança pública e dos direitos humanos, com o objetivo de assegurar o acompanhamento da vítima ou da testemunha de violência, para a superação das consequências da violação sofrida, limitado ao estritamente necessário para o cumprimento da finalidade de proteção social e de provimento de cuidados.

Ao se analisar a Lei nº 13.431 e o Decreto nº 9.603, é perceptível a mudança na redação do que é EE. Se na Lei há uma descrição mais restrita e que dá margem para se compreender a EE como um procedimento único, realizado perante órgão da rede de proteção (no singular), no Decreto se tem uma descrição mais detalhada. Indica-se que a EE deverá ser realizada nos diversos órgãos da rede e não apenas em um serviço de referência para tal. Considera-se que a redação da Lei gerou dúvidas e entendimentos diferentes do que é a EE (Hohendorff, 2023).

A promulgação da Lei nº 13.431 (2017) e do Decreto nº 9.603 (2018) se constitui como um esforço para garantir maior proteção de crianças e adolescentes. A Lei nº 8.069 (1990) é considerada um marco na proteção de crianças e adolescentes. Dentre os direitos previstos, está o de que as crianças e os/as adolescentes não sofrerão qualquer tipo de violência, discriminação,

exploração e negligência. Nos casos em que forem alvos desses tipos de violações de direitos, os/as responsáveis serão punidos/as de acordo com a lei (*Lei nº 8.069, 1990*).

Nos casos em que há suspeita ou confirmação de ocorrência de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes, é indispensável realizar a notificação. A *Lei nº 8.069 (1990)*, em seu artigo 13, indica que “casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar (CT)”. As suspeitas podem ocorrer devido ao comportamento da criança e adolescente, assim como pode ocorrer confirmação diante do relato da provável vítima.

Profissionais da rede de proteção podem suspeitar de casos de violência contra crianças e adolescentes, bem como receber revelações, sendo imprescindível que tenham a formação adequada para o manejo dessas situações. Embora cada caso seja peculiar e deva ser manejado a partir de suas necessidades, algumas diretrizes básicas são destacadas: postura empática ao ouvir, agradecer por ter contado, verbalizar que acredita no relato, desculpabilizar e evitar questionamentos, bem como explicar procedimentos de notificação. Deve-se propiciar um espaço para livre narrativa, sem sugestionabilidade (Hohendorff & Patias, 2017).

No entanto, pesquisas realizadas com profissionais da rede de proteção apontam diversos entraves para a garantia da proteção de crianças e adolescentes. Entre esses entraves, destacam-se políticas socioassistenciais insuficientes, ausência de serviços, tais como os de saúde mental, baixa quantidade de profissionais (Deslandes & Campos, 2014), demora do sistema de defesa e de responsabilização, falhas na comunicação entre os serviços que integram a rede (Deslandes & Campos, 2014; Silva & Alberto, 2019) e falta de qualificação profissional (Silva & Alberto, 2019).

Portanto, muitas vezes os/as profissionais não estão devidamente preparados/as para atuar nesses casos que, aliados a outros entraves como a ausência de fluxos estabelecidos para atendimento e a dificuldade de realizar ações articuladas, costumam resultar na exposição de crianças e adolescentes dentro da rede de proteção. Sendo assim, as vítimas e testemunhas de violência costumavam ser chamadas em diferentes serviços para repetir o seu relato (Pacto Nacional Pela Escuta Protegida, 2022), o que é inadequado e considerado uma forma de revitimização (Decreto nº 9.603, 2018) e de violência institucional (*Lei nº 13.431, 2017*).

Embora escassos, ao se recorrer aos estudos nos quais a EE é abordada, percebem-se divergências entre compreensões, especialmente, entre a proteção da criança e do/a adolescente e a obtenção de prova. Essa divergência é encontrada dentro de um mesmo estudo, quando compara dois municípios, em um a EE é entendida de forma semelhante ao DE, em outro, como atendimento protetivo (Dourado & Bidarra, 2022). Há o entendimento da EE como finalidade de prover cuidados e proteção a crianças e adolescentes e não como objeto de produção de prova (Aznar-Blefari, Schaeffer, Pelisoli, & Habigzang, 2020). Também há a compreensão de que a EE apresenta prioridade na responsabilização do/a suposto/a agressor/a quando comparada à proteção da criança ou do/a adolescente (Galvão, Moraes, & Santos, 2020). Por fim, tem-se a compreensão da EE como a união de dois objetivos: proteção à vítima/testemunha e coleta de depoimento (Tachibana & Barbosa, 2021). Embora seja possível verificar as compreensões sobre EE nos estudos indicados, em nenhum deles o objetivo foi de acessar tais compreensões, havendo, portanto, uma lacuna a ser preenchida. Diante disso, objetivou-se conhecer as compreensões sobre EE de profissionais de rede de proteção de diferentes estados brasileiros.

Método

Participantes

Participaram da pesquisa 17 profissionais, destes, 14 estavam inseridos na rede de proteção e 3 foram profissionais que tiveram papéis de informantes sobre a atuação da rede de proteção. Os/as participantes foram mulheres (n=15) e homens (n=2) com idades entre 30 e 53 anos (M = 41,70; DP = 6,78), com formações em Psicologia (n= 11), Serviço Social (n=5) e um profissional que tinha duas formações (i.e., Direito e Pedagogia). Os participantes atuavam em Políticas da Assistência Social (n= 4), Saúde (n=1), Educação (n=1), Tribunais de Justiça (n= 5), Delegacias de Polícia (n=2), em Serviço de referência a atendimento de criança e adolescente vítima ou testemunha de violência (n=1), bem como com formações para a EE nos municípios (n=2), e um dos participantes atuava com serviço socioambiental em uma concessionária da rodovia do estado com famílias lindeiras e em escolas que estão à beira da margem da rodovia. Os/as participantes residiam e atuavam nos estados do Rio Grande do Sul (n=5), Santa Catarina (n=1), Paraná (n=3), Minas Gerais(n=2), São Paulo (n=1), Goiás (n=2), Bahia (n=1), Ceará (n=1) e Rondônia (n=1).

Os critérios de inclusão adotados foram: profissionais de diferentes formações acadêmicas, inseridos em redes de proteção há pelo menos 4 anos, ou pessoas que pudessem exercer o papel de informantes acerca do funcionamento da rede de proteção com foco na EE. O tempo, de no mínimo 4 anos, levou em consideração o ano de entrada em vigor da Lei nº 13.431/2017 (i.e., 2018) e o período da pandemia da Covid-19. Os critérios de exclusão adotados foram: profissionais que, durante a coleta de dados, estivessem em período de férias, licença maternidade ou qualquer outro tipo de licença médica. Nenhum/a potencial participante foi excluído/a.

O número de participantes, inicialmente, foi definido em 12, com base em estudo (Guest, Bunce, & Johnson, 2006). Entretanto, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, na qual nem sempre o número de participantes pode ser pré-definido, sendo avaliado continuamente durante a coleta de dados, além do conceito de saturação, foi considerado o conceito de poder da informação (Malterud, Siersma & Guassora, 2016). Diante disso, após realizar as 12 primeiras entrevistas, buscou-se mais participantes por entender que as diferenças regionais resultam em diferentes compreensões sobre a EE.

Instrumentos

Foram utilizados dois instrumentos: uma ficha de dados sociodemográficos e um roteiro de entrevista semiestruturado (e.g., “Descreva a sua compreensão acerca da Escuta Especializada”; “Comente sobre a finalidade da Escuta Especializada”), elaborados para a pesquisa.

Procedimentos de coleta de dados

Após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE nº 60013522.4.0000.5319), buscou-se profissionais de diferentes formações acadêmicas e Estados, inseridos em redes de proteção, a partir da rede de contatos dos/as pesquisadores/as responsáveis pelo projeto. Foi enviado convite individual para a participação por e-mail. Concomitantemente, foi realizada divulgação em dois grupos de *WhatsApp* com profissionais do judiciário de diferentes regiões do Brasil e em uma reunião aberta *on-line*, com profissionais que discutiam a temática da EE

e do DE, os quais deixaram seu e-mail para posterior contato. Portanto, os participantes foram contatados via *WhatsApp* e/ou e-mail e questionados sobre o seu interesse em participar, momento em que foram explicados os objetivos e procedimentos e enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Com o aceite do/a participante, foi agendada a data e horário da entrevista, bem como, foi combinado qual seria a ferramenta digital utilizada (e.g., *Zoom*, *Google Meet*), conforme preferência e familiaridade do/a participante.

As entrevistas foram realizadas de forma síncrona. Além da assinatura do TCLE, o consentimento também foi coletado de forma verbal, no início da gravação da entrevista. Após o registro do consentimento verbal, foram realizadas as questões da ficha de dados sociodemográficos e, posteriormente, do roteiro de entrevista. Ao final da entrevista, foi solicitado a cada participante que indicasse outros/as possível/is participante/s (método bola de neve).

As entrevistas foram realizadas pela pesquisadora principal, a qual possui experiência prévia com pesquisa qualitativa e trajetória acadêmica e profissional voltada à atuação da rede de proteção e atendimento em casos de violência contra crianças e adolescentes. As entrevistas foram gravadas em áudio e tiveram média de 42 minutos.

Procedimentos de análise de dados

As entrevistas foram transcritas e analisadas com base na Análise Temática (Braun & Clarke, 2006). Essa abordagem de análise contém seis etapas: (a) familiarização; (b) identificação de códigos iniciais; (c) procura por temas; (d) revisão dos temas; (e) definição e nomeação dos temas; e (f) produção e construção do relatório final. As etapas (a), (b), (c), e (f) foram realizadas pela pesquisadora principal com base no seu conhecimento acerca da técnica de análise de dados referida e da temática (i.e., Escuta Especializada), e as etapas (d) e (e) foram discutidas entre a pesquisadora principal e os dois orientadores. Toda a análise de dados foi feita de forma manual.

Resultados

A análise de dados resultou em cinco temas e cinco subtemas acerca das compreensões de profissionais de rede de proteção ou informantes sobre a Escuta Especializada (EE). O tema “entrevista” diz respeito à compreensão dos/as profissionais acerca da definição da EE como uma entrevista com criança/adolescente vítima/testemunha de violência, “*um procedimento de entrevista que é realizado no contexto da violência contra criança e adolescente*” (P14). Já o tema “protetiva”, corresponde à compreensão dos/as profissionais de que a EE tem o objetivo de proteger crianças/adolescentes vítimas/testemunhas de violência. A EE é protetiva, pois é um meio para que se possa prover cuidado, bem como para evitar a revitimização e realizar a comunicação da (suposta) situação de violência às autoridades competentes. “*A EE tem a finalidade central de provimento de cuidados e proteção social da criança*” (P6).

O tema “não é novidade” retrata a compreensão de que a prática da EE não se iniciou com a promulgação da Lei nº 13.431/2017. Portanto, a EE não se difere essencialmente da Escuta Qualificada que é prática cotidiana dos profissionais da rede de proteção. “*A escuta dessas situações de violência, a gente sempre fez*” (P9). A escuta de situações de violência contra crianças e adolescentes já ocorria na rede de proteção, devido ao papel de referência e vínculo de confiança que os/as profissionais constroem com as famílias, crianças e adolescentes. Embora os/as profissionais já ouvissem crianças e adolescentes em situação de violência, pontuaram que a condução não

era adequada, com questionamentos além do que era necessário. Nesse sentido, foi indicado que a legislação limitou o “relato estritamente necessário” diferente do que era feito anteriormente.

O tema “o que não é Escuta Especializada” retrata as compreensões dos/as participantes acerca da definição da EE, a partir do que acreditam não se tratar esse procedimento. Esse tema possui os seguintes subtemas: não é produção de provas e não é Depoimento Especial. O subtema “não é produção de provas” refere-se à compreensão de que a finalidade da EE não é de produção de provas e responsabilização do/a suposto/a agressor/a. “*Não tem o escopo de produção de prova, então ela não pode ser usada pra acusar, no processo judicial do suposto agressor*” (P8). Já o subtema “não é Depoimento Especial” diz respeito às compreensões de que a EE se diferencia do Depoimento Especial (DE). A principal distinção entre EE e DE trazida pelos/as participantes é justamente de que a EE tem caráter protetivo e o DE de produção de provas. “*O DE tem a finalidade de produção de provas, a EE não, é proteção*” (P11).

O tema “múltiplos entendimentos” diz respeito às compreensões dos/as profissionais acerca da existência de variados entendimentos sobre a EE conforme salientado no trecho:

eu já conversei com pessoas do Ministério Público que o entendimento é um, e que aí tu vai analisar aquele entendimento sobre a EE é um entendimento que beneficia a parte dela, né, enquanto Ministério Público. Aí tu pega a delegacia, a delegacia compreendeu dessa forma, porque desta forma beneficia o processo que ela precisa trabalhar. E nós, enquanto rede de proteção entendemos desta forma que é a forma que tá pautada na nossa forma de trabalhar (P2).

Esse tema possui os seguintes subtemas: categoria profissional; quem escuta e protocolos de entrevista.

O subtema “categoria profissional” diz respeito às opiniões dos/as profissionais acerca de profissões específicas nessa atuação. Entre os/as participantes, há a compreensão de que o/a profissional precisa ser graduado/a em profissão regulamentada por conselho de classe e possuir formação específica para atuação na EE (“*é profissional capacitado, com Ensino Superior e que tem código de ética na sua profissão, mas com capacitação específica pra entrevista da EE*”) (P3). Por outro lado, há compreensões de que a Lei nº 13.431/2017 não indica que os/as profissionais na EE precisam ter graduação, mas sim serem qualificados/as. Foi indicado, ainda, que diferentes profissionais podem atuar na EE, mas que os/as psicólogos/as e os/as assistentes sociais possuiriam diferencial para essa prática, no que se refere à empatia. Embora tenha havido a opinião de que os/as psicólogos/as são os/as profissionais mais qualificados/as para a EE, foi considerado que a formação em Psicologia não é suficiente, é necessário, também, formação específica. Foi feita menção à contrariedade de que profissionais da Pedagogia realizassem a EE por essa profissão não ter conselho de classe. Foi sinalizado, ainda, que operadores do direito, enfermeiros/as e médicos/as também podem realizar EE.

O subtema “quem escuta” inclui compreensões acerca dos/as profissionais e instituições que atuam com a EE. Identificaram-se duas compreensões que são opostas uma à outra e que podem ser elucidadas a partir da seguinte fala de uma participante: “*então a primeira questão do susto era isso: manter a lógica de rede ou ir pra uma lógica de núcleo e mandar tudo pra lá?*” (P9). Isso quer dizer que há compreensões distintas – uma de que toda a rede de proteção deve estar preparada para ouvir crianças/adolescentes em situação de violência — “*a EE permeia a rede, todo mundo precisa estar capacitado pra ter essa escuta protetiva*” (P2) —, e outra de que espaços e profissionais específicos/as devem atuar nesses casos. Foi salientado que não se pode “*desescu-*

tar” (P9) uma criança/adolescente com relato de violência, pedindo para que ela/ele não fale e encaminhando para um órgão específico. Nesse sentido, foi exemplificado (P6) que se a criança/adolescente procurar a professora, por exemplo, a professora deverá ouvi-la e não passar a tarefa para outra pessoa. Por outro lado, foi defendido que centralizar a EE em locais e com profissionais específicos facilita a atuação profissional e garante que o caso não seja “perdido” na rede de proteção. Por fim, o CT, especificamente, foi citado. Foi afirmado, por dois participantes, que não é atribuição do CT realizar EE, uma vez que se trata de um órgão de defesa e não de proteção, sua função é cobrar para que a EE seja realizada na rede de proteção.

O subtema “protocolos de entrevista” retrata as compreensões dos/as profissionais sobre a adequação ou não de uso de protocolos de entrevista na EE. Foi afirmado que a EE é muito mais escutar do que questionar, indicando a não adequação do uso de protocolos de entrevista. No entanto, uma profissional (P6) questionou o porquê de não usar protocolo de entrevista na EE, sendo que a Lei nº 13.431/2017 define a EE como um procedimento de entrevista. Foram dados diferentes exemplos sobre uso de protocolos: na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) de determinada cidade era utilizado um protocolo próprio da DPCA; em cursos de formação para EE usavam o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense como base. Por fim, foi relatada, também, a compreensão de que cada profissional deveria construir uma forma específica de atuar na EE, ao invés de utilizar protocolos de entrevista:

Eu vi que no começo tinha muito uma preocupação na EE de querer criar roteiros de entrevista, só que é uma escuta, é muito mais estar aberto ao que a criança traz, então não tem como ter um roteiro predefinido, porque eu não sei o que ela vai me trazer (P9).

Discussão

Os resultados indicaram a compreensão dos/as profissionais de que a Escuta Especializada (EE) é uma entrevista realizada com crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Essa compreensão retrata a definição da EE, trazida na Lei nº 13.431 (2017): “é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade”. Esse entendimento embasado na definição da EE, relatada na Lei, também é indicado por profissionais que atuam no Sistema de Justiça do estado de Rio Grande do Norte (Lima, 2020). No entanto, no Decreto nº 9.603 (2018), o termo entrevista foi retirado da definição da EE: “é o procedimento realizado pelos órgãos da rede de proteção nos campos da educação, da saúde, da assistência social, da segurança pública e dos direitos humanos”. A exclusão da palavra “entrevista” pode ter tido o intuito de elucidar que situações de (suposta) violência não necessariamente precisarão passar por uma entrevista com a vítima ou testemunha.

A EE como procedimento protetivo para crianças/adolescentes vítimas/testemunhas de violência foi indicada no relato das pessoas participantes. Esse resultado está em acordo com o que é trazido no Decreto nº 9.603 (2018), que indica o objetivo da EE como de proteção social e de provimento de cuidados, bem como com estudos prévios (Aznar-Blefari et al., 2020; Tachibana & Barbosa, 2021; Dourado & Bidarra, 2022). Trata-se de um procedimento que evita a revitimização, por meio de um ambiente mais humanizado e acolhedor de escuta (Lima, 2020).

Pode ser justificada a compreensão dos/as participantes de que a EE não é novidade, pois anteriormente à Lei nº 13.431 (2017), os/as profissionais já recebiam revelações de violência. Além disso, há a compreensão de que a EE se assemelha à Escuta Qualificada que é prática na rede de proteção e refere-se ao acolhimento, orientação e encaminhamentos com o objetivo de garantia de direitos (Lima, 2020).

Os/as profissionais definem a EE também a partir daquilo que ela não é, ou seja, produção de provas e de Depoimento Especial (DE). A definição de algo com base naquilo que não é, pode ser explicada pela teoria educacional crítica, que entende que a identidade (ou definição) de algo é dependente de sua diferença, ou seja, a diferenciação é o processo central pela qual a identidade (ou definição) e a diferença são produzidas (Silva, 2000).

A EE com objetivo distinto de produção de provas vai ao encontro da intenção das legislações (Lei nº 13.431, 2017; Decreto nº 9.603, 2018). Especificamente no Decreto é indicado que: “a EE não tem escopo de produzir prova para o processo de investigação e responsabilização.” O que é enfatizado no Guia para implementação do fluxo geral da Lei nº 13.431/2017 (Pacto Nacional pela Escuta Protegida, 2022), quando se sinaliza que a função da EE não é de produzir provas para investigação e responsabilização. Nesse sentido, em um estudo recente, foi indicado que os/as profissionais precisam restringir-se ao relato extremamente necessário para a proteção da/o criança/adolescente, não usando as informações obtidas como produção de prova processual (Lima, 2020). Entretanto, em alguns estudos o intuito da EE como obtenção de provas é indicado (Dourado & Bidarra, 2022; Tachibana & Barbosa, 2021) e a prioridade na responsabilização do/a suposto/a agressor/a em detrimento da proteção da vítima/testemunha (Galvão et al., 2020).

A diferença entre EE e o DE é embasada nas legislações que indicam objetivos e responsabilidades de distintas instituições (i.e., rede de proteção e contexto jurídico e policial) (Lei nº 13.431, 2017; Decreto nº 9.603, 2018). Ainda, as distinções entre os procedimentos são relatadas pelo Pacto Nacional pela Escuta Protegida (2022). No entanto, em um estudo empírico, foram identificadas confusões entre os dois procedimentos, os quais influenciam na operacionalização de tais procedimentos nos municípios (Dourado & Bidarra, 2022), o que indica a necessidade urgente de investimento em formação profissional para melhor compreensão da legislação.

Foi possível identificar múltiplos entendimentos acerca da EE, principalmente, no que se refere aos/às profissionais e às instituições que devem realizá-la, bem como, se há a necessidade de utilização de protocolos de entrevista durante esse procedimento. Esses resultados indicam que o procedimento de EE não está completamente compreensível para profissionais e instituições de rede de proteção. Isso fica ainda mais evidente ao se considerar um estudo prévio no qual foi indicado que dois municípios do mesmo estado brasileiro operacionalizaram a EE de formas distintas em consequência de compreensões divergentes (Dourado & Bidarra, 2022).

Além de divergências no entendimento da EE, há também o questionamento acerca de quais profissionais específicos devem atuar na EE. Enquanto existe a compreensão de que é necessário um curso de graduação em profissão regulamentada por conselho de classe, além de formação específica, também há a compreensão de que não é exigido curso de graduação, apenas qualificação. Na Lei nº 13.431 (2017) não são indicados/as profissionais específicos para atuação na EE, tampouco a necessidade de profissionais com nível de ensino superior. Isso porque a Lei prevê que a EE ocorrerá em qualquer serviço da rede de proteção. Entende-se, portanto, que a EE será conduzida por qualquer profissional (de nível superior ou não) inserido na rede de proteção, necessitando “apenas” de qualificação para tal prática (Lei nº 13.431, 2017).

Especificamente em relação aos/às psicólogos/as, houve o entendimento de que não é necessária a formação em Psicologia, enquanto também houve a compreensão de que os/as psicó-

logos/as são os/as mais qualificados/as para essa atuação. Mesmo para os/as que compreendem que os/as psicólogos/as são os/as mais qualificados/as, a graduação em Psicologia não é suficiente, sendo necessária a qualificação específica para EE. Esses resultados se assemelham aos resultados encontrados sobre a atuação de psicólogos/as no DE (Sanson & Hohendorff, 2021). Cabe ressaltar que esses resultados com foco na atuação de psicólogos/as na EE, podem ser justificados pelo fato de que a maioria dos participantes foram profissionais da Psicologia.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) se posicionou acerca dos impactos da Lei nº 13.431/2017 por meio da Nota Técnica nº 1/2018/GTEC/GC. No tocante à EE, o CFP reafirmou que a EE não é função de profissional específico, e que profissionais da Psicologia inseridos na rede de proteção realizarão EE com o intuito de acolher e propiciar uma narrativa livre. Concluiu que a EE de psicólogas/as não deverá ser objeto de elaboração de provas (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2018).

Há posicionamentos de que profissionais da pedagogia não deveriam realizar EE, pois não possuem conselho de classe que fiscalizam suas práticas, especialmente, na forma de redigir o relatório posterior à EE. Esse resultado torna-se preocupante, ao considerar que a EE é também responsabilidade da política de Educação, na qual diversos/as profissionais da pedagogia atuam como professores/as. A escola e os/as professores possuem papel significativo no recebimento de revelações de violências (Bergström, Eidevald & Westberg-Brostöm, 2016), devido ao tempo em que alunos/as permanecem na escola (Inoue & Ristum, 2008), ao vínculo estabelecido entre professores/as e alunos/as (Brino & Williams, 2003) e à importância das escolas como ambiente de vivência e socialização das crianças/adolescentes, devendo zelar pela proteção, quando em muitos casos, é no contexto familiar que as violações ocorrem (Inoue & Ristum, 2008).

Para além de profissionais específicos para atuação na EE, houve divergência nas compreensões acerca de quais serviços da rede de proteção deveriam realizar a EE. É evidente, na redação das legislações, que a EE foi regularizada para atuação em toda a rede de proteção (Lei nº 13.431, 2017; Decreto nº 9.603, 2018). No entanto, estudos indicam a realização da EE em locais específicos (Dourado & Bidarra, 2022; Tachibana & Barbosa, 2021), o que contraria totalmente a legislação.

O resultado que indica a centralização da EE em serviços únicos pode demonstrar a resistência dos/as profissionais e/ou de redes de proteção como um todo na busca pela formação continuada. Isso porque atuar com crianças/adolescentes vítimas/testemunhas de violência exige preparo técnico, e prevê que os/as profissionais tenham papel ativo na busca pela proteção das crianças e adolescentes que sofreram ou testemunharam alguma violência. Essa forma de operacionalização da EE já foi indicada em estudo prévio, sendo considerada como uma fragilidade do município em questão, uma vez que não previu a intersectorialidade que é pressuposto da rede de proteção (Dourado & Bidarra, 2022). Do mesmo modo, é preciso respeitar o desejo da criança/adolescente ao considerar o vínculo estabelecido entre ela/ele e o/a profissional para o/a qual ela/ele relatou uma situação de violência. Questiona-se, portanto, se a centralização da EE não seria uma aparente “saída” mais fácil para os/as profissionais e, sendo assim, indo de encontro à lógica de rede prevista para a proteção de direitos de crianças e adolescentes (Hohendorff, 2023).

O resultado de que a EE não é atribuição do Conselho Tutelar chama atenção. Foi indicado que a função do CT é cobrar que a EE seja realizada na rede de proteção e, que, embora possa ocorrer uma revelação de violência no CT, esse serviço não é o principal para a realização da EE. No entanto, em documento do Pacto Nacional da Escuta Protegida (2022) é indicado que a função do CT é zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes. Esse órgão

poderá fazer o primeiro acolhimento da/o criança/adolescente, deverá registrar seu relato, sem questioná-la, aplicará as medidas de proteção e realizará os encaminhamentos, seguindo os princípios da EE. Em locais que houver centro integrado, o CT deverá encaminhar diretamente para este serviço. Portanto, tais atribuições denotam, com nitidez, que o CT também realiza a EE.

É preciso romper com a ideia de que a EE é um procedimento específico de entrevista e padronizado. Ela deve ocorrer em todos os serviços pelos quais a vítima ou testemunha passar, sendo realizada de forma a complementar a intervenção específica de cada serviço. Dessa forma, professoras/es realizam a EE quando uma criança ou um/a adolescente revela uma violência, o CT realiza, se necessário, ao atender a/o criança/adolescente, o CREAS, também, no intuito de oferecer intervenção psicossocial, bem como os serviços de saúde que prestarem algum atendimento. A EE possui, assim, especificidades conforme o serviço em que é realizada, existindo, portanto, não uma só forma de realizá-la, mas diversas formas. Sendo assim, o adequado seria que ela fosse chamada de Escutas Especializadas, no plural, denotando que há diferentes Escutas Especializadas conforme cada serviço (Hohendorff, 2023).

Por fim, houve divergência no tocante ao uso (ou não) de protocolos de entrevista na EE. Essa divergência é identificada na prática dos profissionais, enquanto alguns utilizam protocolos de entrevista (ou apenas diretrizes deles), outros, não. Os protocolos de entrevista mencionados pelos participantes (i.e., Protocolo de Entrevista Investigativa NICHD — *National Institute of Child Health and Human Development* e Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense — PBEF) são instrumentos que objetivam orientar a condução do/a entrevistador/a para coletar informações fidedignas de uma maneira não sugestiva. Foram elaborados com base em diretrizes sobre como abordar crianças e adolescentes em situação de violência, reduzindo as possíveis interferências do/a profissional entrevistador/a (Rovinski & Pelisoli, 2019). Portanto, os protocolos de entrevista foram elaborados para utilização em contextos forenses, com o objetivo investigativo dentro de um processo judicial. Esse não é o objetivo da EE (i.e., investigação), sendo a utilização de protocolos de entrevista inadequada, embora possa ser explicada pela redação inicial da EE na Lei 13.431 (2017), na qual é apresentada como entrevista.

Diante do exposto, enfatiza-se a necessidade da formação continuada de todos/as os/as profissionais inseridos/as em redes de proteção, no atendimento de vítimas/testemunhas de violência, especificamente sobre a EE e acerca das singularidades de cada criança/adolescente e contexto da violência. A necessidade de formação é indicada nas legislações (Lei nº 13.431, 2017; Decreto nº 9.603, 2018), sendo necessário investimento financeiro para sua viabilização. No entanto, não há previsão orçamentária para as formações nem a indicação de tempo e formato adequado. A questão orçamentária torna-se ainda mais preocupante no momento em que o país se encontra, com uma transição de governo em que a herança deixada se caracteriza pelo desmonte de políticas públicas de saúde, assistência social, entre outras. A exemplo do orçamento de 2023 para o SUAS, que sofreu uma redução de 96% comparado ao de 2022, que já era bem menor que o de 2018. A previsão de orçamento para o financiamento do SUAS é de apenas R\$ 50 milhões no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Trata-se de valor insuficiente até mesmo para um mês de funcionamento da estrutura de proteção básica e especial das unidades de acolhimento (Comissão de Transição Governamental, 2022).

Considerações Finais

A Escuta Especializada (EE) foi instituída para que profissionais da rede de proteção busquem o necessário para a proteção e o acompanhamento das crianças/adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência. Desde a promulgação da lei, identificam-se diversos entendimentos sobre a operacionalização da EE. Assim, objetivou-se conhecer as compreensões de profissionais integrantes de rede de proteção sobre a EE.

Os resultados ilustram múltiplos entendimentos sobre a EE, especialmente, no que se refere à atribuição de profissionais e instituições e à utilização de protocolos de entrevista. Por um lado, há a compreensão de que profissionais e instituições específicas deveriam qualificar-se e responsabilizar-se para essa atuação e, por outro, que todas/os as/os profissionais da rede de proteção devem ter preparo para essa atuação. Além disso, o uso de protocolos de entrevista foi citado, bem como o entendimento de que a EE refere-se à disponibilidade de escutar adequadamente a criança/adolescente e dos provimentos de cuidados posteriores.

Com a promulgação do Decreto nº 9.603/2018, foram trazidas elucidações acerca da EE, como a exclusão do termo “entrevista.” Embora desde 2018 não seja mais definida no texto legal como entrevista e, assim, não havendo justificativa para a utilização de protocolo para tal, em 2022 os participantes ainda compreendiam a EE como uma entrevista com crianças e adolescentes, o que é preocupante dada a possibilidade de revitimização por conta da repetição e sobreposição de procedimentos.

Embora parte dos resultados indique compreensões que vão de encontro às premissas das legislações, há que se destacar os resultados que estão em consonância com as legislações. Sendo assim, a EE foi compreendida como procedimento protetivo e que não se trata de busca por produção de provas.

Por fim, os resultados indicam que a EE não é uma prática nova para os/as profissionais, uma vez que crianças/adolescentes em situação de violência já eram ouvidos/as na rede de proteção. No entanto, a promulgação das legislações assegurou que a função dos/as profissionais da rede é buscar pelo estritamente necessário para a proteção e acompanhamento das crianças/adolescentes. Isso posto, destaca-se a importância de formação profissional continuada com objetivo de garantir a atuação protetiva por meio da EE. Questiona-se, no entanto, a indicação de tais formações nas legislações, sem a indicação de orçamento destinado para isso.

Por fim, os resultados apresentados devem ser considerados a partir de algumas limitações do estudo: a falta de abrangência de diferentes formações além da Psicologia e do Serviço Social e a ausência de gestores/as entre os/as participantes. Estudos futuros podem ser realizados com foco em regiões específicas do Brasil ou em políticas específicas (e.g., Assistência Social, Saúde e Educação) e, ainda, realizados somente com gestores/as. Mesmo diante das limitações, esse estudo parece ser o primeiro com o objetivo de conhecer as compreensões de profissionais de diferentes estados brasileiros sobre a EE. Assim, visou contribuir com a elucidação da prática da EE, especialmente, ao identificar as diversas compreensões existentes acerca desse procedimento.

Referências

- Aznar-Blefari, Carlos, Schaeffer, Luiziana Souto, Pelisoli, Cátula da Luz, & Habigzang, Luísa Fernanda (2020). Atuação de Psicólogos em Alegações de Violência Sexual: Boas Práticas nas Entrevistas de Crianças e Adolescentes. *Psico USF*, 25. <https://doi.org/10.1590/1413/82712020250403>
- Bergström, Helena, Eidevald, Christian & Westberg-Brostöm, Anna (2016). Child sexual abuse at preschools – A research review of a complex issue for preschool professionals. *Early Child Development and Care*, 186. <https://doi.org/10.1080/03004430.2015.1121253>
- Braun, Virgínia & Clarke, Victoria (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Brino, Rachel de Faria & Williams, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque (2003). Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. *Cadernos de Pesquisa*, 119. <https://doi.org/10.1590/s0100-15742003000200006>
- Comissão de Transição Governamental (2022). Relatório final do Gabinete de Transição Governamental. Recuperado de: <https://static.poder360.com.br/2022/12/Relatorio-final-da-transicao-de-Lula.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia (2018). *Nota Técnica nº 1/2018/GTEC/G Sobre os impactos da Lei nº 13.431/2017 na atuação das psicólogas e dos psicólogos*. Recuperado de: https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/NOTA-TECNICA-N%C2%BA-1_2018_GTEC_CG.pdf
- Decreto n. 9.603, de 4 de Abril de 2018. (2018) Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Brasília, DF.
- Deslandes, Suely Ferreira & Campos, Daniel de Souza (2014). A ótica dos conselheiros tutelares sobre a ação da rede para a garantia da proteção integral a crianças e adolescentes em situação de violência sexual. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(7), 2173-2182. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015207.13812014>
- Dourado, Ana Lúcia & Bidarra, Zelimar Soares (2022). Estratégias para a Escuta Especializada de vítimas de violência sexual em redes intersetoriais. *Serviço Social & Sociedade*, 145. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.298>
- Finkelhor, David & Tucker, Corinna Jenkins (2015). A holistic approach to child maltreatment. *The Lancet Psychiatry*, 2. [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(15\)00173-X](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(15)00173-X)
- Galvão, Ana Carolina, Morais, Janaina Barbosa de & Santos, Nilmar (2020). Serviço social e escuta especializada: proteção integral ou produção de provas? *Serviço Social e Sociedade*, 138. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.212>
- Gaspar, Renato Simões & Pereira, Marina Uchoa Lopes (2018). Evolução da notificação de violência sexual no Brasil de 2009 a 2013. *Cadernos de Saúde Pública*, 34. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00172617>
- Guest, Greg, Bunce, Arwen & Johnson, Laura (2006). How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability. *Field Methods*, 18. <https://doi.org/10.1177/1525822X05279903>
- Hohendorff, Jean Von (2023). As escutas especializadas na prática.
- In Cátula da Luz Pelisoli (Ed), *Princípios e práticas da escuta de crianças e adolescentes vítimas de violência: um guia para profissionais da rede de proteção e justiça* (pp 129-161). Proteja Editora.
- Hohendorff, Jean Von & Patias, Naiana Dapieve (2017). Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação, consequências e indicações de manejo. *Barbarói*, 49, 239-257. [10.17058/barbaroi.v0i49.9474](https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i49.9474)

- Inoue, Silvia Regina Viodres & Ristum, Marilena** (2008). Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000100002>
- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.** (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: ECA.
- Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.** (2017). Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.039, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
- Lima, Amanda de Medeiros** (2020). *Depoimento Especial e Escuta Especializada: Análise da Implementação no Município de Natal – RN*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Malterud, Kirsti, Siersma, Volkert Dirk & Guassora, Ann Dorrit** (2016). Sample size in qualitative interview studies: Guided by information power. *Qualitative Health Research*, 10. <https://doi.org/10.1177/1049732315617444>
- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania** (2022). Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Recuperado de <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/2022>
- Pacto Nacional Pela Escuta Protegida** (2022). *Fluxo geral da lei nº 13.431/2017: escuta especializada e do depoimento especial no atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência e guia para sua implementação*. Brasília, DF: Pacto Nacional Pela Escuta Protegida. <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/politicas-de-justica/EJUS/biblioteca/pacto-nacional-pela-escuta-protegida.pdf>
- Rovinski, Sônia Liane Reichert & Pelisoli, Cátula da Luz** (2019). *Violência sexual contra crianças e adolescentes: Testemunho e avaliação psicológica*. Vetor.
- Sanson, Janaina Alessandra da Silva & Hohendorff, Jean Von** (2021). Depoimento especial a partir de opiniões de psicólogos brasileiros atuantes nessa prática. *Psico USF*, 26, 27-39. doi: 10.1590/1413-82712021260103
- Silva, Tomaz Tadeu da** (2000). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Vozes.
- Silva, Ana Cristina Serafim da & Alberto, Maria de Fátima Pereira** (2019). Fios Soltos da Rede de Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39 e185358, 1-13 <https://doi.org/10.1590/1982-3703003185358>
- Tachibana, Miriam & Barbosa, Paula Carvalho** (2021). Escutando o brincar num ambulatório de violência sexual infantil. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 12 <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2021v12n1suplp138>
- World Health Organization & International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect** (2006); *Preventing child maltreatment: A guide to taking action and generating evidence*. Geneva: World Health Organization.

JANAINA ALESSANDRA DA SILVA SANSON

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8641-8480>

Mestra em Psicologia pela Atitus Educação.

Atua como psicóloga em clínica privada, como perita nomeada em processos judiciais de Varas de Família e Juizado da Infância e Juventude em comarcas da região norte do Rio Grande do Sul e como entrevistadora forense em audiências de Depoimento Especial.

janainasanson@outlook.com

LEILANE SERRATINE GRUBA

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0303-599X>

Doutora em Direito. Programa de Pós-Graduação em Psicologia e em Direito da Atitus Educação

leilane.grubba@atitus.edu.br

JEAN VON HOHENDORFF

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7414-5312>

Doutorado com estágio de pós-doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Atitus Educação.

jhohendorff@gmail.com

Histórico	Submissão: 05/05/2024 Revisão: 10/09/2024 Aceite: 16/09/2024
Contribuição dos autores	Conceitualização: JASS, LSG, JVH Curadoria de dados: JASS, LSG, JVH Análise formal: JASS Investigação: JASS Metodologia: JASS, LSG, JVH Escrita original: JASS Escrita - revisão e edição: JASS, LSG, JVH
Financiamento	O estudo foi realizado com apoio da CAPES/PROSUP, por meio de benefício de taxa concedida à primeira autora, Edital nº 004/2021 de 01 de março de 2021 e da Fundação Meridional, por meio de bolsa produtividade concedida ao terceiro autor.
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Meridional – IMED (atual Atitus Educação).

PSICOLOGIA E MARXISMO: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA PUBLICADA NO BRASIL NO SÉCULO XXI

PSYCHOLOGY AND MARXISM: SCIENTIFIC PRODUCTION PUBLISHED IN BRAZIL IN THE 21ST CENTURY

PSICOLOGÍA Y MARXISMO: PRODUCCIÓN CIENTÍFICA PUBLICADA EN BRASIL EN EL SIGLO XXI

Cecília Tavares Guimarães¹, Ana Ludmila Freire Costa² e Isabel Fernandes de Oliveira²

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Campus FACISA, Santa Cruz/RN, Brasil

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, Brasil

Resumo: O estudo objetivou traçar um panorama atual da produção científica de Psicologia e Marxismo, visando identificar avanços e lacunas para a consolidação dessa relação. Para tanto, foram coletados 124 artigos publicados por psicólogas(os) com vinculação institucional no Brasil, analisados segundo características cientométricas e temáticas. Como resultados, obtivemos que a Educação/Psicologia Escolar representa a principal via de interlocução com o Marxismo, sendo Vigotski e a Psicologia Histórico-Cultural uma referência do que seria o Marxismo para a Psicologia. O Marxismo, embora reivindicado em diversos campos de atuação da Psicologia, ainda aparece de forma residual na produção, sobretudo sob forma de complemento às análises psicológicas. Considera-se indispensável que a aproximação com o referencial suscite reflexões para a Psicologia, para questionar a individualização e a psicologização de fenômenos estruturais e reforçar a percepção de seu papel como classe trabalhadora e agente de mudança.

Palavras-chave: Psicologia crítica; Indicadores de Produção Científica; Marxismo; Revisão sistemática; Análise Documental.

Abstract: The study aimed to outline a current overview of the scientific production in Psychology and Marxism, aiming to identify advances and gaps for the consolidation of this relationship. To this end, 124 articles published by psychologists with institutional affiliation in Brazil were collected and analyzed according to scientometric and thematic characteristics. As a result, we found that Education/School Psychology represents the main avenue of dialogue with Marxism, with Vygotsky and Historical-Cultural Psychology being references for what Marxism would be for Psychology. Marxism, although advocated in various areas of Psychology, still appears in a residual form in the literature, especially as a complement to psychological analyses. It is considered essential that the approach to thereference raises reflections for Psychology, to challenge the individualization and psychologization of structural phenomena and reinforce the perception of its role as a working class and agent of change.

Keywords: Critical Psychology; Scientific Publication Indicators; Marxism; Systematic review; Document Analysis.

Resumen: El estudio tuvo como objetivo delinear un panorama actual de la producción científica en Psicología y Marxismo, con el objetivo de identificar avances y lagunas en la consolidación de esa relación. Para ello, se recogieron 124 artículos publicados por psicólogas(os) con afiliación institucional en Brasil, analizados según características cientométricas y temáticas. Como resultados obtuvimos que la Psicología de la Educación/Escuela representa la principal vía de diálogo con el Marxismo, siendo Vigotski y la Psicología Histórico-Cultural referentes de lo que sería el Marxismo para la Psicología. El Marxismo, aunque reivindicado en diferentes campos de actividad de la Psicología, todavía aparece de forma residual en la producción, especialmente como complemento de los análisis psicológicos. Se considera fundamental que el acercamiento al marco teórico suscite reflexiones para la Psicología, para cuestionar la individualización y psicologización de los fenómenos estructurales, y reforzar la percepción de su papel como clase trabajadora y agente de cambio.

Palabras-clave: Psicología Crítica; Indicadores de Producción Científica; Marxismo; Revisión sistemática; Análisis de documentos.

Introdução

A partir da década de 1970, no Brasil, surgiram perspectivas críticas em Psicologia com o objetivo de confrontar as abordagens tradicionais dessa ciência. A Psicologia recebe, então, forte influência de autores latino-americanos como Paulo Freire, Martin Baró, Orlando Fals Borda e Silvia Lane. Para Fernando Lacerda (2013), os três vetores que marcam o desenvolvimento das propostas de Psicologias críticas no Brasil – em que o marxismo encontra um caminho para inserção – partem da vinculação das(os) profissionais de Psicologia com setores oprimidos da sociedade; da chegada das teorias sociais contestatórias no final do século XX; bem como da entrada na Psicologia em novos campos, especialmente aqueles ligados às camadas populares, como os novos espaços possibilitados pelas políticas públicas, que a coloca em face à insuficiência teórica e prática para lidar com as demandas.

A abordagem teórico-metodológica baseada no referencial marxista origina-se de uma percepção ontológica do indivíduo social e da produção de conhecimento. Esta percepção é derivada de uma interpretação da realidade que é material (concreta, em contraste com o idealismo), contraditória (caracterizada por um movimento dialético) e processual (construída ao longo da história). Assim, apresenta-se como uma alternativa ao que é retratado na história da Psicologia como ciência e profissão, ao desafiar as bases científicas sobre as quais foi estabelecida.

A discussão não é sobre uma psicologia marxista, pois Marx questiona a ciência moderna e a fragmentação do conhecimento. Oswaldo Yamamoto (1987) defende a negação da Psicologia como existe atualmente, por ter sido forjada em um modelo de ciência que atua de modo a perpetuar condições de exploração. O diálogo com o marxismo tem permitido reflexões sobre a função social da Psicologia e discussões para desvelar a ideologia presente nela, conforme Lacerda (2010).

Nesse contexto, a produção científica da área foi adotada como meio para explorar as possibilidades emergentes da interseção entre marxismo e Psicologia. Sob essa ótica, a decisão de analisar a produção científica como objeto de estudo parte da compreensão de que o que está sendo debatido pode estar na base, na formação em Psicologia, como também pode subsidiar a prática profissional, dado que “pesquisa e prática estão ligadas por uma relação semiótica de exclusão, na qual uma pode ser diferenciada da outra, e por uma ligação de inclusão, na qual uma deve pressupor a outra” (Gomes, 2003. p. 24).

Diante do que foi apresentado, o objetivo principal desta pesquisa consistiu em analisar possíveis aproximações da Psicologia com o referencial marxista no Brasil, a partir de sua produção científica, de modo a gerar um panorama dessa produção.

Materiais e Método

A presente pesquisa se propõe a analisar a produção científica da Psicologia em interface com o referencial marxista com base nas ferramentas cientométricas e da revisão sistemática da literatura. Para tanto, os seguintes procedimentos operacionais foram levados a cabo para composição da amostra:

1. Recorte quanto ao tipo de material: foram coletados artigos completos publicados em periódicos científicos (os artigos científicos constituem um material acessível e arbitrado pela comunidade científica da área).

2. Seleção das fontes de informações: para busca dos artigos científicos, a base de dados selecionada foi o Google Acadêmico. O Google Acadêmico é uma ferramenta de busca *online* e gratuita de publicações científicas.
3. Recorte temático: utilizou-se o termo “Marxismo” (compreendendo também a variação “Marx”, “marxista” e “marxiano”) associado à “Psicologia”, para fazer uma busca utilizando o operador booleano AND.
4. Recorte temporal: trabalhos publicados a partir dos anos 2000 (período que compreende a transição para as revistas eletrônicas). Com o cenário digital, os periódicos em meio eletrônico se mostram um veículo de publicação ágil e de fácil recuperação de trabalhos completos.
5. Recorte de autoria: a amostra foi composta pelos artigos em que pelo menos um dos autores(as) tinha formação graduada em Psicologia e possuía filiação institucional no Brasil.

Atendidos os critérios estabelecidos nos recortes da amostra, realizou-se o *download* dos artigos, que foram renomeados a partir de um código de identificação próprio. De posse do texto integral dos artigos sobre Psicologia e Marxismo publicados por pesquisadores brasileiros de psicologia, sucederam os seguintes procedimentos:

1. Construção de banco de dados em planilha eletrônica, coletando a partir dos artigos, dados de dimensão cientométrica, como:
 - Ano de publicação do artigo
 - Nome do primeiro autor
 - Instituição de vínculo do primeiro autor/UF da instituição de vínculo/natureza jurídica da instituição (busca pela informação no trabalho original e em *sites* de universidades)
 - Tipo de estudo (relato de pesquisa, ensaio teórico, relato de experiência) – De início, a natureza dos estudos foi identificada através da análise dos resumos ou do texto integral dos artigos.
 - Nome do periódico
2. Após o registro em planilha eletrônica, os títulos foram cruzados para eliminação de duplicações.

2.1 Seleção e procedimentos de análise dos artigos sobre Psicologia e Marxismo

A coleta a partir dos descritores definidos e dos critérios de autoria resultou em 174 artigos no total, dos quais 50 foram eliminados, resultando no quantitativo de 124 artigos. Foram excluídos os artigos em que o termo: (a) apareceu apenas no nome do grupo de pesquisa; (b) foi citado de forma tangencial para mencionar esta perspectiva dentre as demais; e (c) o termo “Marx” apareceu apenas no título de alguma referência. Compõem a amostra atual artigos que fazem citações diretas à obra de Marx, bem como aqueles que o citam através de autores da tradição marxista, como Vigotski, por exemplo.

Em um primeiro momento, procedeu-se à análise dos dados cientométricos, obtidos diretamente dos artigos, que foram: ano de publicação, localização geográfica das instituições de vinculação dos autores, periódicos, avaliação Qualis dos periódicos e natureza dos estudos.

Na sequência, foi realizada a leitura do material na íntegra para identificar como o Marxismo aparecia na produção. Essa análise qualitativa (temática) dos materiais se deu a partir de duas estratégias: a partir das palavras-chave mencionadas nos artigos e mediante categorização dos temas abordados nos artigos.

A decisão de adotar palavras-chave como um elemento de análise temática deve-se ao fato de que elas ajudam a delimitar a temática discutida no material nos principais conteúdos e ideias abordados, possibilitando a organização de uma gama de informações.

Na classificação das palavras-chave, foram estabelecidas 6 categorias e uma categoria “outros”, cada qual com subcategorias que melhor especificam a inclusão das palavras-chave na categorização geral, estas chamaremos de “códigos”.

A segunda estratégia para análise temática do material compilado se deu a partir da categorização dos temas abordados nos artigos, nas seções em que foi verificada a ocorrência do termo Marx e variações. O eixo trata de uma segunda caracterização realizada com foco especificamente no que se refere à relação Psicologia e Marxismo nos textos.

Tratou-se de uma busca através da leitura exaustiva do material a fim de identificar onde, como e em quais contextos o Marxismo era citado no texto. Os trechos em que Marx e Marxismo eram citados foram destacados e a análise destes resultou na transformação disso em categoria. De acordo com Ana Ludmila Costa (2014), esse processo de categorização tem por finalidade a tradução do fenômeno, neste caso, a conversão dos trechos retirados dos textos originais em conceitos abstratos. Em virtude disso, essa etapa tem como objetivo conhecer o conteúdo em profundidade de forma a se aproximar o máximo possível do texto original.

A partir dos resumos dos trechos anteriormente descritos, foi realizado o desmembramento do resumo feito em palavras que indicavam os temas discutidos. Assim, um texto contínuo como, por exemplo, “Marx aparece na fundamentação teórica do texto, na discussão sobre ética na Psicologia de Vigotski. O autor ressalta a luta de classes na compreensão da sociedade e traz as categorias emancipação e *práxis* como alguns dos princípios dessa ética, em oposição à liberdade burguesa”, foi transformado em temas, como: ética; Vigotski, luta de classes, sociedade, emancipação, *práxis*, liberdade, burguesa/burguesia. Este processo permitiu a aplicação de estatísticas de recorrência para evidenciar os temas mais discutidos.

Como resultado, identificamos um conjunto de 56 temas frequentes. Com as repetições, o número total de temas foi igual a 451.

De posse dos materiais selecionados e do tratamento dos dados, a produção em tela foi analisada em dois blocos: características cientométricas da produção e análise temática.

Resultados

Caracterização geral dos artigos

No tocante ao ano de publicação dessas produções, verificou-se que, embora realizada em 2023, o intervalo de tempo das publicações variou entre os anos 2000 e 2019. Foi verificado que o ano de 2007 obteve maior número de publicações ($n=13$), caindo consideravelmente em 2008 ($n=3$). O número de publicações oscila entre 9 e 11 publicações de 2009 até 2017, quando este número cai para 1. Merece destaque em relação a esse dado questões da esfera jurídica que levaram à inativação do portal PePSIC durante o ano de 2022. Esta medida impediu a atualização dos números de dezenas de periódicos (Bastos, 2023). Artigos sobre Psicologia e

Marxismo do ano de 2022, que possivelmente sofreram com a não atualização dos periódicos, podem ter sido publicados em momento posterior ao da coleta realizada.

Em relação à autoria, as(os) autoras(es) dos artigos totalizam 177 e, contabilizando as repetições, a soma de autorias sobe para 231, em que apenas 2 delas eram não brasileiras e em 2 casos não foi identificada a vinculação institucional do(a) autor(a).

A vinculação profissional dessas(es) pesquisadoras(es) se dá principalmente em instituições localizadas no Sudeste e Sul do país, com 50% e 21% das ocorrências, respectivamente; em menor número, temos o Nordeste com 15% e a região Centro-Oeste com 13%; não houve ocorrência de autorias com vinculação institucional na região Norte.

Depreende-se que, a despeito da produção científica do país advir sobretudo das Universidades, é na pós-graduação em que esse conhecimento é articulado. O fato de 50% das autorias estarem vinculadas a instituições na região Sudeste corrobora com o dado de que a região concentrava, em 2014, 54% dos programas de doutorado e 46% dos programas de mestrado do país (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos [CGEE], 2016).

A maior parte do conhecimento sobre Psicologia e Marxismo, publicado por autorias com vinculação institucional no Brasil, advém predominantemente de instituições públicas de ensino superior (71%), sendo a maior parte delas da esfera federal, sendo as demais IES da esfera privada (29%). Corrobora com esta análise o fato de mais de 70% dos cursos de mestrado e doutorado em Psicologia serem sediados em instituições públicas (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2022).

Costa e Yamamoto (2016) observam que, embora o número de cursos e vagas nas instituições de ensino superior privadas seja maior do que nas instituições públicas, as IES privadas enfrentam desafios relacionados ao processo de mercantilização da educação. Esse processo muitas vezes limita os investimentos ao ensino, deixando poucos recursos destinados à pesquisa e à formação de pesquisadores. Essa política restritiva afeta não apenas os alunos, mas também os professores, limitando suas oportunidades de atuarem como pesquisadores.

Quanto ao veículo de publicação, os materiais estavam divididos em periódicos cuja avaliação Qualis CAPES no último quadriênio 2017-2020 variou entre classificações do A1 ao tipo C. As avaliações Qualis permitem identificar o status de qualificação dos periódicos, além de possibilitar que a produção científica publicada em periódicos tenha seu reconhecimento. A pesquisa científica brasileira em Psicologia e Marxismo foi predominantemente publicada em revistas classificadas como Qualis A1 e A2. A soma do conjunto dos periódicos correspondentes a estas duas avaliações é responsável por 73,3% da amostra. Os periódicos com maior número de publicações estão dispostos na Tabela 1

Tabela 1. Periódicos de publicação dos artigos sobre Psicologia e Marxismo

Periódicos	Qualis	n
Psicologia & Sociedade	A2	24
Psicologia Ciência e Profissão	A2	7
Estudos de Psicologia (Natal)	A1	6
Psicologia USP	A2	5
Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional	A2	5

Fonte: Desenvolvido pelas autoras

O periódico “*Psicologia & Sociedade*”, vinculado à Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO, se destaca com um total de 24 artigos publicados. Notavelmente, é o veículo que mais acolhe artigos de Psicologia em interseção com o Marxismo, proporcionando maior visibilidade aos autores que adotam essa orientação teórico-metodológica.

A revista “*Psicologia: Ciência e Profissão*”, a segunda mais referenciada, sugere que os debates que envolvem o Marxismo não se limitam a publicações focadas em subáreas ou nichos específicos da Psicologia, indicando que o referencial teórico-metodológico marxista pode ser encontrado em debates mais amplos sobre a profissão.

A terceira com mais publicações (n=6) foi a revista “*Estudos de Psicologia* (Natal)”, que é publicada pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte [UFRN]. O Departamento de Psicologia da instituição possui um grupo de pesquisa denominado “Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação - GPM&E”. A existência deste grupo, vinculado ao departamento, pode influenciar as temáticas abordadas ou servir de inspiração para os trabalhos publicados.

O periódico “*Psicologia USP*”, com cinco publicações, pode estar alinhado à sua proposta de promover o diálogo da Psicologia com outras áreas do conhecimento. A interação com o Marxismo pode ser um aspecto dessa proposta, considerando que o referencial marxiano não se alinha diretamente ao campo da Psicologia.

A revista “*Psicologia Escolar e Educacional*”, publicada pela Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional [ABRAPEE], destaca-se como o único periódico entre os cinco mais frequentes dedicado a uma subárea específica da Psicologia: o campo da Educação.

Em relação à **natureza dos estudos**, destacaram-se as produções de cunho teórico: os ensaios totalizaram um quantitativo de 98, enquanto os relatos de pesquisa apenas 26. A preferência por ensaios teóricos pode aludir à necessidade de formular conceitos e diretrizes a partir da perspectiva marxista para a Psicologia, ou seja, fundamentar-se no marxismo como modo de complementar, com a teoria, insuficiências da disciplina (Calviño, 2013).

Caracterização temática

A caracterização temática dos artigos sobre Psicologia e Marxismo constitui uma estratégia de análise que visa compreender padrões e temas recorrentes da amostra. Essa caracterização será apresentada em dois eixos: o primeiro, a partir das palavras-chave mencionadas nos artigos, e o segundo, sobre os temas que se sobressaem nessa interface com o Marxismo.

Discussão dos conteúdos a partir das palavras-chave

As palavras-chave coletadas e categorizadas estão dispostas na Tabela 2

No total, 457 palavras foram coletadas, que incluem repetições do mesmo termo ou semelhantes.

A categoria “Construto/conceito psicossocial” reuniu 119 palavras, esta abarca palavras-chave que se referem a processos, fenômenos ou outros objetos de análise e/ou intervenção da Psicologia. Como códigos dentro dessa categoria, estabelecemos:

Tabela 2 - Palavras-Chave dos artigos sobre Psicologia e Marxismo publicados em periódicos eletrônicos no Brasil

Classificação de palavras-chave	n	%
Construto/conceito psicossocial	119	26,05%
Áreas/locais/público	106	23,03%
Disciplinas científicas	92	20,13%
Temas marxianos/marxistas	52	11,37%
Termos e conceitos do campo da Pesquisa	42	9,19%
Análise da Psicologia	37	8,09%
Outros	9	1,96%
Total	457	100%

Fonte: Desenvolvido pelas autoras

1. Conceitos psicossociais: o código em questão compreende 35 palavras-chave de conceitos em geral que emergiram. Alguns exemplos desses conceitos incluem: atividade, violência, autonomia, abandono, consumo, pobreza, relações sociais e preconceito. Notavelmente, nenhum termo específico se destacou de forma predominante.
2. Conceitos exclusivamente vigotskianos: este código foi destinado para abranger as palavras-chave que evocam temas discutidos a partir de Vigotski, exclusivamente. Surgiram temas como: conversão-função, processos de significação, processos de singularização, sentido e significado, com total de 22 recorrências.
3. Subjetividade: com 26 casos, este código agrupa, além do próprio termo “subjetividade” enquanto palavra-chave: sujeito, identidade, individualidade, personalidade, processos de subjetivação e psiquismo.
4. Funções psicológicas: no contexto do código mencionado, o termo “Funções psicológicas” abrange palavras-chave que emergiram na amostra, tais como, consciência, linguagem, emoção, memória e pensamento. No total, 15 palavras entraram nessa subcategorização.

De modo geral, no total de palavras-chave, aparecem de modo expressivo termos trabalhados por Vigotski em sua teoria. Em termos de campo, Vigotski exerce forte influência na temática do desenvolvimento humano e aspectos a ele relacionados, o que pode indicar que também o código das funções psicológicas superiores esteja relacionado a temas por ele discutidos, e por não serem temas exclusivos do autor, se enquadram neste código em separado.

A categoria “Áreas da Psicologia” compreende contextos de atuação da Psicologia, locais de trabalho e públicos com os quais a Psicologia lida, classificadas de acordo com sua filiação por áreas. Nesta categoria também foram criados códigos para subcategorização.

Os termos mais recorrentes nessa categoria estão ligados à Psicologia Escolar e Educacional, com 39 casos, seguidos da área de Políticas Sociais/Políticas Públicas, com 22 casos. Em termos de áreas, a Psicologia Comunitária somou 13 casos e a Psicologia Social, 9. Em menor quantidade obtivemos: Saúde Mental (n=6), Avaliação Psicológica (n=4), Trabalho (n=3), Arte (n=2), Psicanálise (n=1) e Neuropsicologia (n=1).

Considerando a distribuição das palavras-chave por áreas, a Psicologia Escolar e Educacional se sobressai, reforçando a possível conexão dessa área com a perspectiva marxista de Vigotski. A profunda relação do autor com a Educação remonta à década de 1990 com a chegada e disseminação de suas obras no Brasil, popularizadas entre a Pedagogia e a Psicologia da Educação (Tuleski, 2008). As políticas sociais e públicas estão ligadas ao trabalho do psicólogo nas políticas que incidem sobre os efeitos da Questão Social. A aproximação com o marxismo nos devidos contextos pode advir de uma *práxis* comprometida socialmente e que reflete o fundamento dessas políticas, a partir da compreensão de sua inserção na macroestrutura do capital. A Psicologia comunitária e a Psicologia social são áreas que, enquanto temáticas, promovem reflexões que somam-se à prática social comprometida, prática que promove autonomia e emancipação, ainda que signifique a ampliação da democracia participativa, ou seja, dentro dos limites da emancipação política.

A perspectiva Marxista pode estar presente para situar a perspectiva da transformação social para a ciência e prática psicológica, muito embora estejamos falando de que a transformação das condições sociais que determinam essa realidade de exploração é parte de um conjunto maior, atravessado pelo rumo das lutas de classes, e não de um lugar privilegiado a partir de uma ciência particular como a Psicologia (Lacerda, 2010).

A categoria “Disciplinas científicas” foi estabelecida com base em palavras-chave relacionadas a autoras(es) e teorias, classificadas de acordo com sua filiação disciplinar. Os códigos pertencentes a essa categoria foram organizados de acordo com as diferentes áreas de conhecimento, como especificado abaixo:

1. Psicologia (n=67): O código em questão compreende diversas perspectivas teóricas da disciplina, como exemplo a “Psicologia Histórico-Cultural”, que sozinha, é responsável por 21 repetições. Outras abordagens contempladas são a “Psicologia Social da Libertação”, “Psicologia Sócio-Histórica” e “Psicologia Crítica”. Além disso, o código refere-se a autores como Vigotski, com 14 menções.

Neste código figuram como mais mencionados os termos que fazem referência à Vigotski e às teorias que se inspiram nele, como a Psicologia Histórico-Cultural e a Pedagogia Histórico-Crítica. Outros termos mais recorrentes em teorias da Psicologia sugerem uma aproximação ao Marxismo a partir da *práxis*. A Psicologia da Libertação, que tem como principal expoente Ignácio Martín-Baró, tem como foco as populações oprimidas do continente Latino-americano e sua organização política (Silva & Euzébios, 2021). Essa participação e representação política para Martín-Baró produz afetos, “os quais são acompanhados de representações de si mesmo e dos outros, de preconceitos, humanização ou desumanização das relações sociais, banalização ou combate à violência, dor e enfrentamento das memórias da dor, contribuindo de diferentes maneiras para demarcar identidades políticas” (Silva & Euzébios, 2021, p. 13). Este tópico nos dá indícios de uma identidade profissional da Psicologia alinhada à prática política marxista.

2. Filosofia: neste código, destacam-se termos relacionados a teorias filosóficas, tais como “dialogismo”, “filosofia do sujeito”, “materialismo histórico e dialético” e “micropolítica”. O total de ocorrências identificadas nesse contexto foi de 12 casos.

3. Sociologia: teorias alinhadas às Ciências Sociais somaram 4 casos, dos quais: Feminismo pós-colonial, Construcionismo social, Teoria das Representações Sociais e Simulacro representam a totalidade das ocorrências encontradas dessa área.
4. Outros: termos das áreas de Pedagogia, Educação, Economia e “Teoria crítica”, sem associação com disciplinas específicas.

A presença de termos de filosofia e sociologia que têm pouco ou nenhum diálogo com a perspectiva marxista (como as teorias alinhadas com a perspectiva pós-moderna) sugere uma forma de articulação que pode não ter base no marxismo. No entanto, a presença do marxismo no texto pode ser devido ao autor do artigo ter usado um conceito ou categoria específica para discutir determinado assunto como forma de complemento, ou seja, uma modalidade de articulação com o Marxismo, como discute Calviño (2013), que resgata do Marxismo conceitos para complementar ou superar lacunas da Psicologia.

A categoria “Temas marxianos/marxistas” objetiva reunir palavras-chave que remetem a temas discutidos na obra de Marx ou conceitos provenientes da tradição marxista. Para especificar como esses temas aparecem, classificamos os temas que surgiram inspirados na clássica obra de Vladimir Lenin “*As Três Fontes e as Três partes Constitutivas do Marxismo*” (Lenin, 1913/2001). A subcategorização dos termos marxianos e marxistas ficou distribuída da seguinte forma:

1. Conceitos políticos (n=21): termos relativos à esfera política da teoria de Marx, relacionados à ação coletiva e à transformação social. Como exemplos desses conceitos, temos os termos emancipação, práxis, revolução, socialismo e consciência de classe.
2. Conceitos filosóficos (n=14): termos relacionados à filosofia de Marx ou que compõem categorias de seu método, como dialética, história, ideologia e mediação.
3. Conceitos econômicos (n=11): nesta categoria, apenas o termo “Trabalho”, que pode estar incluído em discussões mais elementares sobre transformação da natureza ou na especificidade da contradição capital/trabalho, emergiu, responsável pelo total das 11 ocorrências.
4. Geral (n=6): para os casos em que o termo em questão era o próprio “Marxismo”.

Os temas marxianos e marxistas aqui categorizados representam 11,37% da amostra das palavras-chave. A presença de materiais que agregam as palavras-chave aqui contidas indica que o diálogo com categorias essenciais do pensamento marxiano podem ocorrer como tema central do artigo.

As palavras-chave relativas a estratégias de investigação, perspectivas epistemológicas em pesquisa, aspectos éticos e metodológicos da produção de conhecimento foram distribuídas na categoria “Termos e conceitos do campo da pesquisa” e subdivididas em:

1. Aspectos metodológicos: aspectos relativos às estratégias de investigação em pesquisa, com total de 27 casos. Alguns exemplos de termos deste código são: análise de conteúdo, análise de implicação, cadernos de pesquisa, discurso, método, metodologia, pesquisa aplicada, pesquisa intervenção, pesquisa qualitativa.
2. Aspectos sociais: termos relativos às implicações sociais do processo de produção do conhecimento, tais como: ética, interdisciplinaridade, intervenção psicossocial (n=11).
3. Aspectos ontoepistemológicos: surgiram os termos epistemologia e ciência stalinista, com 4 ocorrências no total.

A seleção de palavras-chave relacionadas à atividade de pesquisa pode ser uma tática eficaz para recuperar materiais em bancos de dados. O processo que um artigo passa, desde a sua criação até o momento em que é citado e cita outros, envolve estratégias para aumentar sua visibilidade e favorecer a comunicação entre quem produz a informação e o usuário que realiza a busca, isso se dá por meio do uso de termos controlados que traduzem os conteúdos dos documentos (Borba, Van der Laan, & Chini, 2012).

Os termos que se referem à Psicologia como objeto de análise, seja de forma geral, seja de algum de seus aspectos, foram categorizados em “Análise da Psicologia” e divididos em:

1. Atuação: com 13 casos, os termos recorrentes foram atuação do psicólogo, atuação profissional, campo de atuação, intervenção, prática e trabalho do psicólogo.
2. Geral: quando os termos apareciam como “Psicologia”, sem distinção de área ou teoria (n=9);
3. História da Psicologia: o próprio termo que dá nome ao código corresponde ao total de casos que é igual a 7;
4. Formação: o código responde aos termos que se referem às discussões sobre a formação em Psicologia, como ensino da psicologia, formação do psicólogo e projeto político-pedagógico, que somados totalizam 5 casos.
5. Papel: os termos que apareceram, adequados a este código, foram compromisso social e papel do psicólogo, com 3 casos no total.

Depreende-se deste conjunto que o fundamento marxiano presente nos materiais corrobora com análises que a profissão faz desde dentro, na e da Psicologia. Ou seja, pode estar empreendida neste conjunto uma crítica marxista da Psicologia.

A partir dos dados apresentados nesta seção, podemos inferir que, pela perspectiva dos autores, o campo marxiano/marxista é apresentado como residual nessa produção, não ocupa lugar central (apenas 11,3% das palavras-chave), o que nos faz pensar que a comunidade científica de Psicologia prioriza o Marxismo como complemento de suas reflexões, como apoio às análises e críticas da profissão (Calviño, 2013; Lacerda, 2010).

Os dados também confirmam a forte vinculação da Psicologia com o Marxismo pela via da Educação/Psicologia Escolar, sendo Vigotski e a Psicologia Histórico Cultural uma referência para a Psicologia do que seria o Marxismo. Importante destacar que a obra de Vigotski sofreu, no ocidente, uma ‘simplificação’ quando os escritos, diretamente do russo, passaram pelas traduções estadunidenses e inglesas. Em nome de uma ‘clareza’ de ideias, o que esse enxugamento dos textos provocou foi a extirpação do viés marxista de sua obra, fenômeno que ainda pode estar presente nas interpretações brasileiras (Tuleski, 2008).

Discussão dos artigos a partir de sua interface com o marxismo

A partir dos temas identificados nos textos e empreendidas as estatísticas de recorrência, foi possível classificá-los de acordo com o que seriam os três pilares do referencial marxiano (Lenin 1913/2001). Assim, os temas foram divididos em: conceitos de ordem filosófica e do método, conceitos econômicos e conceitos políticos, conforme dispostos na Tabela 3.

Tabela 3 - Temas marxianos que aparecem na interface entre Psicologia e Marxismo nos artigos

Temas em bloco	n	%
Conceitos filosóficos/do método	127	28,16%
Conceitos econômicos	103	22,8%
Conceitos políticos	42	9,31%
Total	272	60,27%

Fonte: Desenvolvido pelas autoras

Este bloco de temas constitui o que estamos chamando de relação direta com o Marxismo. O conjunto “Conceitos filosóficos e do método” compreende termos relativos à investigação em Marx, de natureza ontológica.

Para definir melhor o agrupamento realizado nesta categoria, recorreremos à teoria marxiana. Para Marx, a realidade é compreendida independentemente da existência do sujeito que a percebe. A atividade de pesquisa e o esforço teórico visam desvelar a aparência fenomênica de um objeto para alcançar sua essência. Este processo requer o entendimento das dinâmicas que constituem o objeto, suas mediações, para que possa ser compreendido em sua singularidade e também em relação ao todo, de forma indissociável, numa relação dialética. A síntese dessas mediações, das determinações que constituem o objeto, é a realidade concreta (Lukács, 1969/2018).

Os conceitos desta categoria representam 28% do total de temas, sendo real/concreto/realidade concreta o mais proeminente, com 6% e dialética, com 5%. O terceiro conjunto de termos mais mencionados foi fenômeno/essência/aparência, com total de 19 menções (4,19%) e História/historicidade na sequência, com ocorrência em 14 trabalhos (3,10%).

O tema “Ideologia” aparece em 7 trabalhos. Em Lukács, o conceito é negado como concepção de “falsa consciência” e assume o pressuposto de que Ideologia é um conjunto de ideias que assume uma função social em determinado contexto histórico, subsumidas aos interesses de classes sociais em conflito (Coelho-Lima, 2016). Uma das modalidades de articulação com o marxismo desejável prevê que a discussão sobre Ideologia recaia sobre a própria Psicologia, permitindo desvelar as concepções presentes na profissão que se alinham ao contexto e à classe social que lhe deram origem, a partir de uma crítica marxista da Psicologia (Lacerda, 2010, 2016). Contudo, pela análise aqui realizada, não é possível afirmar que o termo Ideologia está sendo usado nestes textos com essa função.

O segundo bloco de temas com mais menções é o de “conceitos econômicos”, em que o termo “trabalho” se destaca por sua frequência. A Psicologia, que tradicionalmente explora o tema do trabalho, continua a fazê-lo como um importante campo de estudo e prática. Trabalho/transformação da natureza aparecem em aproximadamente 10% das interseções entre Psicologia e Marxismo. Adicionalmente, têm-se termos como: Capitalismo, com o segundo maior número de menções da categoria (n=28), classes sociais (n=11), mercadoria (n=7), valor de uso e valor de troca (n=5), fetichismo (n=4) e meios de produção (n=3).

Os temas de caráter econômico discutidos podem indicar que uma análise da macroestrutura pode estar presente na aproximação da Psicologia com o Marxismo, algo que não é

frequente nas discussões tradicionais da área (Oliveira & Paiva, 2016). Pensando a partir da dialética marxiana como modo de compreender a dinâmica da realidade, os conceitos econômicos seriam determinantes macroestruturais que influenciam as instâncias particulares e singulares. Tais discussões refletem também uma inserção profissional socialmente comprometida.

O terceiro conjunto de temas pertence à ordem de categorias políticas. Os conceitos da ordem política apresentados sugerem uma aproximação da Psicologia com a justiça social e a luta política. Destaca-se nessa categoria o tema alienação, mencionado em 19 artigos, e emancipação, citado em 8 artigos. Os demais: “consciência de classe” aparece em 3 trabalhos, enquanto os termos “movimentos sociais”, “questão social” e “revolução” aparecem cada um em dois (2) trabalhos. Isabel Oliveira e Ilana Paiva (2016) defendem esse compromisso com os campos como um projeto ético-político que se coloca para a Psicologia, que permite pensar uma práxis transformadora das condições de vida.

Um segundo bloco de temas encontrados a partir da busca intencional do Marxismo nos textos, é relativo à aproximação da Psicologia com o Marxismo, que é denominado aqui de relação indireta, conforme especificado na Tabela 4.

Tabela 4 - Temas em Psicologia que aparecem relacionados ao Marxismo nos artigos

Psicologia e Produção do Conhecimento		
Conceitos		
Materialismo histórico e dialético	26	5,76%
Atividade	20	4,43%
Consciência	10	2,21%
Sujeito	10	2,21%
Subjetividade	8	1,77%
Linguagem	5	1,10%
Psique	5	1,10%
Autores		
Vigotski	30	6,65%
Leontiev	6	1,33%
Silvia Lane	5	1,10%
Bakhtin	4	0,88%
Perspectivas em Psicologia		
Psicologia Histórico-Cultural	11	2,43%
Psicologia Marxista/fundamentada no marxismo	8	1,77%
Psicologia Soviética	6	1,33%
Psicologia Crítica	3	0,66%
Campos		
Ciência	10	2,21%
Educação	4	0,88%
Saúde Mental	4	0,88%
Políticas Sociais	2	0,44%
Total	179	39,68%

Fonte: Desenvolvido pelas autoras

No primeiro conjunto, Materialismo Histórico e Dialético aparece de modo mais proeminente com 26 menções. Embora comumente associado como o “método de Marx” é, na verdade, uma extrapolação que corresponde a uma noção de método passível de ser “aplicado”, que tem influência do pensamento positivista e resulta, não raras vezes, em representações simplistas do referencial (Netto, 2011).

O termo “Atividade” (n=20) é frequentemente encontrado na amostra e está interligado com os demais dados analisados que confirmam a recorrência de tópicos ligados a Vigotski. Consciência (n=10), sujeito (n=10), subjetividade (n=8), linguagem (n=5) e psique (n=5) são temas presentes em diversas abordagens em Psicologia, mas diante do recorte dessa amostra, pode-se inferir que estão em íntima relação com as discussões da PHC.

A relação mais proeminente em termos de autoria se dá através de Vigotski, que recebeu 30 menções. Silvia Lane é a única autora brasileira que aparece na correlação com o marxismo nos textos e aparece em um total de 5 trabalhos. A despeito disso, Yamamoto (1987) argumenta que foi frequente no grupo de Silvia Lane a utilização de categorias marxistas em análises psicológicas, a conclusão deriva da referência ao texto clássico das autoras com Silvia Lane e Wanderley Codo (1984), *Psicologia Social: o homem em movimento*.

Quanto às perspectivas em Psicologia, o número de menções à Psicologia Histórico-Cultural totaliza 11 ocorrências. Psicologia marxista ou Psicologia fundamentada no marxismo somaram 8 casos. A diferenciação dessas duas formas de tratamento reflete formas distintas de fazer essa conexão: a Psicologia Marxista se alinha à perspectiva de fragmentação do conhecimento, que é típica da ciência moderna, portanto, antimarxista como afirma Yamamoto (1987). Por outro lado, a Psicologia fundamentada no Marxismo pode estar mais próxima do Marxismo como orientação à prática ou aos princípios desta. Oliveira e Paiva (2016) elucidam essa relação a partir da tentativa de endossar uma Psicologia voltada para uma práxis transformadora.

Houve menções à Psicologia Soviética, que correspondem à Psicologia desenvolvida durante a Revolução Russa (n=6). Também aparece a expressão Psicologia Crítica, com um total de 3 casos. “Psicologia Crítica” é, atualmente, um termo guarda-chuva para uma gama de abordagens sem um núcleo teórico comum, que possuem como elo apenas a particularidade de não estarem circunscritas nas abordagens tradicionais da profissão (psicanálise, behaviorismo/cognitivismo e humanismo), não sendo consensual o que é denominado sob esse rótulo (Lacerda, 2013).

Em 10 situações, a ciência surge no debate que une Psicologia e Marxismo. A presença do tema a partir do Marxismo para a Psicologia pode indicar a existência de propostas que discutem o fazer científico e a profissão a partir do cenário mais amplo que relaciona ciência e capitalismo, como pode ser visto em Joyce Costa (2020).

A Educação apareceu em apenas 4 casos nas discussões específicas que invocam o Marxismo nos artigos. Outros campos de atuação em Psicologia como Saúde mental (n=4) e Políticas Sociais (n=2) surgem provavelmente como temas de debate para o grupo de profissionais que recorrem ao Marxismo, indicando que esses profissionais buscam se inserir no campo e/ou produzir conhecimento a partir de uma perspectiva alinhada com as classes subalternizadas.

A relação com o Marxismo através da Psicologia, que estamos aqui chamando de relação indireta, ainda corresponde a 40% dos temas discutidos. Ou seja, mesmo resultando de uma busca intencional do tema nos materiais, a análise aponta para uma apropriação que acontece na maior parte das vezes como complemento.

Ademais, o Marxismo também aparece em associação a outras perspectivas teóricas que com ele pouco dialogam, esse dado evidencia que uma parte dos trabalhos de autores da Psico-

logia que publicam artigos com algum conteúdo que se relaciona a Marx não se fundamentam no autor como perspectiva principal do trabalho.

Considerações finais

Em síntese, diferentes modalidades de articulação se colocam para a Psicologia e o Marxismo, não havendo uma prevalência de como a área se apropria do referencial. A articulação se dá como fundamento a uma Psicologia de inspiração marxiana, como crítica à Psicologia e como complemento às análises psicológicas (Calviño, 2013).

A Psicologia se articula ao marxismo a partir de áreas como a Educação, Políticas Sociais, Psicologia Comunitária e Psicologia Social de modo mais proeminente. As elaborações teóricas, que são maioria na amostra, possuem um caráter reflexivo que pode fundamentar a atuação dos(as) profissionais inseridos(as) nos campos em questão. Também o faz através de autores da área que fundamentam a sua teoria (visão sobre o ser, sobre a produção de conhecimento) em pressupostos marxianos. De modo mais expressivo, estabelece essa relação pela inspiração em Vigotski.

O referencial marxiano ainda não se constitui como um clássico para a ciência psicológica. No entanto, o mapeamento de como a área se apropria deste corpo teórico indica mudanças significativas na construção do conhecimento ao longo do século. É patente destacar que, embora o cenário ainda não seja o de uma ciência revolucionária, as discussões acerca disso têm chegado na profissão.

Considera-se indispensável que a aproximação com o referencial suscite reflexões para a Psicologia, para questionar a individualização e a psicologização de fenômenos estruturais e reforçar a percepção de seu papel como classe trabalhadora e agente de mudança.

Referências

- Bastos, A. V. B.** (2023). *Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC)* - Entrevista com Virgílio Bastos [Página da web]. https://www.anpepp.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=432
- Borba, D. dos S., Van der Laan, R. H., & Chini, B. R.** (2012). Palavras-chave: convergências e diferenciações entre a linguagem natural e a terminologia. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 17(2), 26-36. <https://doi.org/10.1590/S1413-99362012000200003>
- Calviño, M.** (2013). Pensando en una Psicología Marxista: Contribuciones para el reconocimiento y la construcción. *Alternativas cubanas en Psicología*, 1(1), 8-24.
- Coelho-Lima, F.** (2016). *Ideologia e significado do trabalho: O caso dos trabalhadores por conta própria* [Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN]. Repositório Institucional da UFRN.
- Costa, A. L. F.** (2014). *A produção científica de Psicologia e o debate sobre política social* [Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN]. Repositório institucional da UFRN. https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/19635/1/AnaLudmilaFreireCosta_TESE.pdf
- Costa, A. L. F & Yamamoto, O. H.** (2016). 50 anos de pós-graduação *stricto sensu* de Psicologia no Brasil: notas sobre seu processo de constituição (1966-2015). *Memorandum*, 31, 133-160. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6432>
- Costa, J. P.** (2020). *Política científica brasileira de internacionalização e seus impactos para a pós-graduação em Psicologia* [Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN]. Repositório Institucional da UFRN. https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/32454/1/Politicacientificabrasileira_Costa_2020.pdf
- Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE.** (2016). *Mestres e Doutores 2015: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira*. Autor.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP.** (2022). *Quem faz a Psicologia brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro - Volume 1: Formação e inserção no mundo do trabalho*. Autor.
- Gomes, W. B.** (2003). Pesquisa e prática em Psicologia no Brasil. In O. H. Yamamoto & V. V. Gouveia (Orgs.), *Construindo a psicologia brasileira: desafios da ciência e prática psicológica* (pp. 23-60). Casa do Psicólogo.
- Lacerda, F.** (2010) *Psicologia para fazer a crítica? Apologética, individualismo e marxismo em alguns projetos Psi* [Tese de Doutorado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas/SP]. Repositório Institucional da PUC-Campinas. <http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/15717>
- Lacerda, F.** (2013) Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. *Teoria y Crítica de la Psicología*, 3, 216-263.
- Lane, S. T. M. & Codo, W.** (1984). *Psicologia social: O homem em movimento*. Brasiliense.
- Lenin, V.** (1913/2001). *As três fontes e as três partes constitutivas do Marxismo*. Expressão popular.
- Lukács, G.** (1969/2018). Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. In *Para uma ontologia do ser social* (pp. 559-612). Coletivo Veredas.
- Netto, J. P.** (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. Expressão Popular.
- Oliveira, I. F. & Paiva, I. L.** (2016). A atualidade do Marxismo e sua contribuição para o debate sobre a formação e atuação do profissional de Psicologia. In I. F. Oliveira, I. L. Paiva, A. L. F. Costa, K. Amorim, & F. Coelho-Lima (Orgs.), *Marx Hoje: pesquisa e transformação social* (pp. 223-244). Expressão Popular.
- Silva, A. S. & Euzébios, A.** (2021). Marxismo, consciência e comportamento político. *Linhas Críticas*, 27, 1-19.
- Tuleski, S. C.** (2008) *Vygotski: a construção de uma psicologia marxista*. EDUEM.

Yamamoto, O. H. (1987). *A crise e as alternativas da Psicologia*. Edicon.

CECÍLIA GUIMARÃES

<https://orcid.org/0000-0003-0732-2099>

Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal/RN. Professora temporária na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus FACISA em Santa Cruz/RN.

E-mail: ceciliatguimaraes@gmail.com

ANA LUDMILA FREIRE COSTA

<https://orcid.org/0000-0003-0208-0756>

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com período de doutorado sanduíche na Universidad Complutense de Madrid. Realizou estágio pós-doutoral na UFRN. Professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.

E-mail: analudmila@gmail.com

ISABEL FERNANDES DE OLIVEIRA

<https://orcid.org/0000-0002-2153-762X>

Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN. Bolsista de Produtividade CNPq.

E-mail: fernandesisa@gmail.com

Histórico	Submissão: 03/06/2024 Revisão: 26/08/2024 Aceite: 29/10/2024
Contribuição dos autores	Conceitualização: CTG; ALFC; IFO Curadoria de dados: CTG Análise formal: CTG; ALFC; IFO Investigação: CTG; Metodologia: CTG; Escrita original: CTG; ALFC; IFO Escrita - revisão e edição: CTG; ALFC; IFO
Financiamento	A pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES na modalidade de Bolsa de Pós-graduação. A terceira autora é Bolsista de Produtividade CNPq.
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	Não se aplica

POR UMA PSICOLOGIA BRASILEIRA RACIALIZADA: CONTRIBUIÇÕES DE CIDA BENTO E LÉLIA GONZALEZ

*TOWARDS A RACIALIZED BRAZILIAN PSYCHOLOGY:
CONTRIBUTIONS OF CIDA BENTO AND LELIA GONZALEZ*

*HACIA UNA PSICOLOGÍA BRASILEÑA RACIALIZADA:
APORTES DE CIDA BENTO Y LÉLIA GONZÁLEZ*

Hilana Sousa Ferreira¹, Anne Beatriz Nogueira Saraiva¹ e
Aluísio Ferreira de Lima¹

¹ Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil

Resumo: A colonialidade, entendida desde a proposição original de Anibal Quijano e a sua apropriação realizada por autoras feministas da América Latina e do feminismo negro interseccional, é a aplicação, em larga escala, de um projeto colonial com pretensões universalistas que faz uso do racismo e do patriarcado para legitimar e produzir vidas para o capitalismo. A Psicologia brasileira, estruturada a partir desse formato, produz e reproduz esse projeto universalista em suas proposições. Temos como objetivo apresentar as contribuições de Cida Bento e Lélia Gonzalez, que há décadas produzem conceitos nas ciências humanas e que, entretanto, não são costumeiramente lembradas em cursos de Psicologia. Acreditamos que a introdução de saberes produzidos pelo pensamento negro contribui para a construção de uma Psicologia racializada e descolonizada, atenta ao seu fazer através de conceitos produzidos na realidade brasileira, como os estudos sobre “branquitude” e a “dinâmica do racismo e do sexismo à brasileira”.

Palavras-chave: Psicologia Social, Racismo, Sexismo, Cida Bento, Lélia Gonzalez.

Abstract: Coloniality, understood from Anibal Quijano’s original proposal and its appropriation by feminist authors from Latin America and intersectional black feminism, is the large-scale application of a colonial project with universalist pretensions, which makes use of racism and patriarchy to legitimize and produce lives for capitalism. Brazilian Psychology, structured based on this form of social administration, produces and reproduces this universalist project in its proposals. In this article, we aim to present the contributions of Cida Bento and Lélia González, who have been producing concepts for the human sciences for decades and who, however, are not usually remembered in Psychology courses. We believe that the introduction of knowledge produced from black thought contributes to the construction of a racialized and decolonized Psychology, attentive to its practice through concepts produced in the Brazilian reality, such as studies on “whiteness” and the “dynamics of racism and sexism in the Brazilian way”.

Keywords: Social Psychology, Racism, Sexism, Cida Bento, Lélia Gonzalez.

Resumen: La colonialidad, entendida desde la propuesta original de Aníbal Quijano y su apropiación por autoras feministas de América Latina y el feminismo negro e interseccional, es la aplicación a gran escala de un proyecto colonial con pretensiones universalistas, que hace uso del racismo y el patriarcado para legitimar y producir vidas para el capitalismo. La Psicología brasileña, estructurada a partir de esta forma, produce y reproduce en sus propuestas este proyecto universalista. Pretendemos presentar los aportes de Cida Bento y Lélia González, quienes llevan décadas produciendo conceptos en las ciencias humanas y que, sin embargo, no suelen ser recordadas en los cursos de Psicología. Creemos que la introducción de conocimientos producidos por el pensamiento negro contribuye para la construcción de una Psicología racializada y descolonizada, atenta sus prácticas a través de conceptos producidos en la realidad brasileña, como los estudios sobre la “blanquitud” y las “dinámicas del racismo y el sexismo al estilo brasileño”.

Palabras clave: Psicología Social, Racismo, Sexismo, Cida Bento, Lelia González.

Ensaio de inícios

Aníbal Quijano foi o autor que cunhou o termo colonialidade (Quijano, 2007), mais especificamente a colonialidade do poder, realizando sua distinção em dois eixos fundamentais: capital/trabalho e europeu(eia)/não europeu(eia). Com a articulação desses dois eixos, Quijano sustenta que o racismo (que na perspectiva da colonialidade está relacionado ao etnocentrismo) foi utilizado de forma estratégica para organizar e distribuir a riqueza, a política e a administração da existência. A colonialidade, assim, pode ser considerada como uma grande redoma resistente ao espaço-tempo que permeia todas as esferas das relações sociais através de exercícios de poder concretos e relacionais, que resistem como marca da diferença colonial. Essa colonialidade tem como um de seus efeitos principais a invenção dos outros, colonizados, operacionalizada pela “sua plena redução a seres primitivos, menos que humanos, possuídos satanicamente, infantis, agressivamente sexuais, e que precisavam ser transformados” (Lugones, 2014, p. 941).

Em uma ampliação dessa concepção, a proposta de Denise Ferreira da Silva (2022) pode ser considerada como uma contribuição significativa, uma metodologia de des-pensar o mundo ocidental, uma vez que a autora discute, de forma profunda, a maneira como aprendemos sobre a suposta universalidade que é atravessada pela ideia de um “eu transparente”. Isso porque, em sua leitura, a colonialidade não é uma experiência territorial, um resultado do *modus operandi* a partir das invasões bárbaras europeias em determinadas regiões do planeta, com intuito de expansão imperialista.

Seguindo as pistas de teóricas feministas da América Latina sobre o conceito de Quijano (Lugones, 2014 & McClintock, 2010) — o qual parece ignorar o fato de que, no que diz respeito à raça, as questões de gênero estão indissociadas do imaginário —, acreditamos que a colonialidade é a aplicação, em larga escala, de um projeto ordenado de predação, mobilizado pelo capital e justificado pelo racismo e pelo patriarcado. A colonialidade é, portanto, um sistema de expropriação radical que ultrapassa a espoliação da própria vida, colonizando corpos e subjetividades para o funcionamento do capital.

É preciso lembrar que Neusa Santos Souza (2021), no início dos anos de 1980, apresentou, em sua dissertação de mestrado, como o “tornar-se negro” no Brasil é um processo doloroso, resultante das manutenções do racismo e do massacre de identidades nas estratégias de ascensão social. Sueli Carneiro (2023), por sua vez, identificou como os dispositivos de racialidade, a construção do outro, no caso do negro e, mais especificamente, da mulher negra, ocorre, ao invés do reconhecimento da face do outro, a partir de uma ética levinasiana europeia, pela negação, pela condição de não ser, enquanto instância de fundamento do ser. Esse dispositivo de racialidade ganha uma dimensão específica, pois opera e é operado pelo biopoder. Assim, ao ser “combinado com o racismo, o biopoder promove a vida da raça considerada mais sadia e mais pura e promove a morte da raça considerada inferior” (Carneiro, 2023, p. 13).

As questões ontológicas e epistemológicas, que definem e hierarquizam humanidades, denotam futuros para algumas vidas e condenam à aniquilação e ao esquecimento tantas outras, no processo de expansão territorial capitalista colonial. A ciência, como instituição fundante da modernidade, não pode deixar de recordar, a todo momento, a sua origem nessa colonialidade, nem pode se abster de sua responsabilidade no processo de colonização. Seus ideais de cientificidade, que acatam, até hoje, uma suposta neutralidade e uma superioridade das diferenças individuais e de processos humanos, esquecem, propositalmente, que “a ciência é um texto contestável e um campo de poder” (Haraway, 1995, p.11). O imbróglio do que é científico na

Psicologia nasce e se desenvolve a partir desse referencial de ciência humana e, como assinala Aluísio Ferreira de Lima (2024a), em suas tentativas de negação desse lugar:

quanto mais voltada para uma pretensa neutralidade, objetividade, natureza e organismo, reduzindo pessoas e suas experiências únicas e singulares, com seus corpos cujas “geografias de identidades [são] formadas por ‘países’ superpostos, adjacentes e diversos” (Anzaldúa, 2021, p. 112), à genética, ao cérebro ou a um suposto ajustamento de comportamento social adequado, mais distante está da compreensão e cuidado das pessoas para quem dizem ter a função de existir (Lima, 2024a, p. 186).

Nesse cenário, em que as práticas e ideias propostas sustentam o discurso de que buscam ações cientificamente comprovadas e regulamentadas, populações que não estão incorporadas à ideologia de um eu-transparente — racional, branco, de determinada classe social, gênero etc. — continuam a aparecer somente em artigos, capítulos e livros na condição de objetos que, para não conflitar com a humanidade óbvia do pesquisador, são convertidos em objeto-não humano-manipulável. Assim, desconsiderando, apagando e produzindo esquecimento de pesquisas que ousaram desmontar a neutralidade e denunciar os efeitos de produção de verdade nos corpos e subjetividades.

Na esteira das inquietações dessas autoras acerca das problemáticas relativas à produção científica e acadêmica que, de forma hegemônica, reproduzem, no campo das psicologias, o pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022), o presente artigo aposta na possibilidade de pensar uma Psicologia comprometida com a realidade social brasileira, atenta às lógicas colonizadoras persistentes nessa ciência e inventiva de estratégias combativas e curativas dessa ferida colonial.

Dito isso, objetivamos apresentar as contribuições das autoras Cida Bento e Lélia Gonzalez para a construção de uma Psicologia radicalizada. A escolha por essas duas intelectuais negras se dá pelo reconhecimento de que, há décadas, elas conversam com o campo da Psicologia e apresentam contribuições interseccionais a este, em específico sobre as categorias de gênero e raça. Apesar dessas contribuições, no entanto, se encontram fora do currículo de formação de psicólogos/as brasileiros/as. Do mesmo modo, consideramos que a escrita do presente ensaio significa encarar o feminismo como um compromisso político contra as políticas de exclusão (Hooks, 2019) e, ainda, como base epistemológica responsiva às implicações históricas que, na contemporaneidade, continuam a estabelecer posições discriminatórias.

A partir de uma discussão que toma por base as proposições de Cida Bento e Lélia Gonzalez, faremos um exercício de pensar o que pode a Psicologia frente às questões da atualidade e as condições de sustentação de um posicionamento ético-político que estilhasse o pacto da branquitude. Outrossim, como propõe Maria Lugones (2014, p. 936), fazer um exercício de imaginação sobre “como pensar sobre interações íntimas e cotidianas que resistem à diferença colonial”, o que fez resistência e persiste desfazendo o nó da colonização, fazendo-a fracassar.

No que se refere ao método, trata-se de um estudo teórico-crítico, a partir de livros publicados pelas autoras Cida Bento e Lélia Gonzalez. A escolha das obras, após sua leitura, teve como critério as produções que sinalizam conceitos-chave e ideias originais que possam contribuir para o debate crítico, no campo das psicologias. Desse modo, foram escolhidos e analisados os seguintes textos: de Cida Bento os livros *O pacto da branquitude* (2022) e *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (2017), este último organizado

em parceria com Iray Carone; de Lélia Gonzalez quatro ensaios, intitulados *A mulher negra na sociedade brasileira* (1982/2020), *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1983/2020); *Por um feminismo afro-latino-americano* (1988/2020) e *A mulher negra no Brasil* (1995/2020).

Acreditamos que o presente artigo, ainda que não se trate de um estudo epistemológico e comparativo dessas autoras, pode contribuir de maneira potente para diversas abordagens do campo psicológico, uma vez que apresenta os estudos de intelectuais negras que oferecem a possibilidade de ampliação das compreensões dos processos sociais envolvendo questões de raça, gênero e classe.

Assim, este artigo representa um compromisso que compreende, como parte da reparação histórica, retomar e recolocar os problemas científicos, movimentar as bases epistemológicas, racializando as discussões no âmbito da Psicologia, em especial, a brasileira. Trata-se, portanto, daquilo que Ochy Curiel (2020, p.134) assinala como a necessidade de conhecer teorias e conceitos que emergem de vivências subalternas, à margem da norma, sobretudo porque estas possibilitam “generalizar sem universalizar, de explicar realidades diferentes contribuindo com o rompimento da ideia de que esses conhecimentos são locais, individuais e incomunicáveis”.

Outrossim, acredita-se que o formato de artigo possibilita um maior alcance de graduandos/as às discussões postuladas pelas duas intelectuais, as quais têm grande importância para uma ciência brasileira comprometida com as questões que lhe tocam. Suas contribuições seriam o que Aluísio Lima chama de “seguir na busca de um trabalho no qual a narrativa atravessasse a fantasia social que a coloca na condição de ‘inimaginável’. Palavra esta perigosa, pois, juntamente com outras como ‘impossível’, ‘insuportável’ etc., impede o acesso às histórias de tantas mulheres negras, indígenas, mantendo-as fora da possibilidade de serem pensadas e retomadas no presente” (Lima, 2024b, p. 43).

Cida Bento e Lélia Gonzalez: mulheres negras que são referências-chave para pensar uma Psicologia racializada

Apresentar Maria Aparecida da Silva Bento, mais conhecida como Cida Bento, e Lélia Gonzalez, mesmo que de forma breve, é uma tarefa extremamente difícil, entretanto necessária, dada a invisibilidade das produções do pensamento negro, sobretudo de mulheres negras, no Brasil.

Cida Bento é psicóloga, atuante no meio acadêmico e no movimento social, “deve ser lembrada como pioneira na discussão sobre branquitude na psicologia social do racismo no Brasil” (Souza, 2022, p. 44), tendo defendido, em 2002, sua tese em Psicologia intitulada *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*, pela Universidade de São Paulo. É uma das fundadoras do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT), que tem como objetivo a promoção da equidade racial e de gênero na sociedade brasileira. Além disso, foi professora visitante na Universidade do Texas, em Austin, nos Estados Unidos.

Falar de suas raízes, algo tão caro para pessoas negras, remete ao fato de que Cida Bento nasceu na Zona Norte de São Paulo, no Bairro Casa Verde. Cida Bento é filha de Ruth e João, sua mãe trabalhou por muito tempo como servente e seu pai a vida inteira como motorista. Com ela, são oito filhos. Foi a primeira da família a concluir o ensino superior. Apesar de suas qualificações, Bento enfrentou muitas recusas em processos seletivos, tal como acontecia com seus irmãos que também tinham ensino superior. Todos participavam de seleções, porém não

eram escolhidos para as vagas de emprego. A partir disso, a autora passou a identificar um padrão: pessoas negras, por mais qualificadas que fossem, não eram contratadas, ao contrário de pessoas brancas, tendo elas currículos equivalentes ou até mesmo inferiores. Dada essa identificação, Cida Bento voltou suas pesquisas de mestrado e doutorado para os estudos sobre discriminação racial e branquitude.

Tendo em vista esse processo experienciado por Cida Bento e seus irmãos, podemos refletir sobre o quanto as experiências de pessoas negras precisam ser discutidas dentro da Academia (e fora dela), o que se torna possível a partir do momento que temos a inserção desses corpos dentro das universidades, sendo possível, então, apontar falhas e reivindicar uma literatura enegrecida, bem como professores/as que tenham letramento racial. Esse movimento tensiona as bases teórico metodológicas, provocando uma descentralização do conhecimento, levando em consideração que, comumente, a branquitude ocupa o centro das discussões, uma vez que “sua essência, diz respeito a um conjunto de práticas culturais que são não nomeadas e não marcadas” (Bento, 2022, p.62).

Dado o envolvimento com a temática das relações raciais, Cida Bento participou como organizadora do livro *Psicologia social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, publicado em 2002. Essa obra é resultado da pesquisa, realizada pela Dra. Iray Carone, seus orientandos e colegas psicólogos/os, acerca da negritude em São Paulo, tendo como foco o estudo dos efeitos psicológicos provocados pelo legado de branqueamento na construção da identidade negra, considerando o impacto do racismo presente na sociedade brasileira.

Lélia Gonzalez, por sua vez, foi professora, tradutora, antropóloga, filósofa e historiadora, ativista no Movimento Feminista e cofundadora do Movimento Negro Unificado, no Rio de Janeiro. São poucas palavras que indicam, no entanto, um enorme e diversificado currículo: as graduações em História, Geografia e Filosofia, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro; o doutorado em Antropologia Social, pela Universidade de São Paulo; o estudo de línguas estrangeiras; a atuação como professora da PUC-Rio (1978-1989); e a presença ativa em congressos e movimentos sociais antirracistas e antissexistas (Ratts & Rios, 2010).

Entretanto, assim como fizemos na breve apresentação de Cida Bento, é preciso que falemos também da menina Lélia de Almeida. Natural de Belo Horizonte, segunda filha mais nova de uma família de dezoito irmãos, de mãe indígena trabalhadora, como empregada doméstica, e de pai negro trabalhador ferroviário. Lélia se mudou para o Rio de Janeiro aos 7 (sete) anos, após a morte do pai, por conta da oportunidade oferecida ao seu irmão mais velho de construir uma carreira no futebol. É no Rio que ela se torna a jovem estudiosa que se opôs à oferta de trabalhar em casa de família, destino traçado para as meninas negras de sua idade, sustentando o seu desejo de estudar e se distanciando das repetições históricas que esse país havia predestinado a ela (Ratts & Rios, 2010).

Traçar a trajetória da menina à intelectual se faz preciso, pois é essa trajetória que marca o fazer científico de Lélia Gonzalez, a sua compreensão crítica e imanente da realidade brasileira. Conhecendo a sua história, percebemos o quanto o seu teorizar maduro estava alinhado com o que foi vivenciado em sua juventude, o que se deve, podemos supor, à sua atenção ao quanto a realidade do racismo e do sexismo ainda se evidenciava para tantas outras meninas negras do Brasil.

Diferentemente da autora anterior, no currículo de Lélia Gonzalez não há nenhum vínculo específico com a Psicologia, apesar de uma célere aproximação com a Psicanálise Lacaniana, na década de 1970. No entanto, há alguns pontos a serem considerados em sua obra escrita que justificam a sua relevância para a formulação de uma Psicologia comprometida eticamente com o povo brasileiro e as suas querelas: 1) a documentação do racismo à brasileira, utilizando-se de concepções de consciência e memória; 2) a sua preocupação com questões referentes à repro-

dução e à repetição de papéis sociais, mais especificamente no que tange à designação de papéis hostilizados às mulheres negras; 3) e a sua formulação de uma neurose cultural brasileira, que adentra uma interessante discussão sobre linguagem e identificação.

Lélia Gonzalez (1983/2020) trilha um caminho de história à contrapelo da história brasileira, composta por um nó entre o mito da democracia racial e as políticas de branqueamento. A antropóloga, ao trabalhar com os conceitos de consciência e memória, próxima de concepções psicanalíticas nas quais a memória é sinônimo de inconsciente, conceitua que há uma história “oficial” do povo brasileiro, que perpetua uma ideia de harmonia racial, contada pelo discurso da consciência. Simultaneamente, há práticas e discursos massivos de branqueamento e miscigenação da população que pregam a desvalorização do ser negro e que funcionam em um nível mnemônico de um saber que não se quer saber, que entra em conflito com o discurso da democracia racial.

A análise rigorosa da realidade brasileira, desse modo, não se furta à investigação dos mecanismos próprios à democracia racial: recorrentes violências racistas sob a face da divulgação de uma harmonia racial. É fazendo uso da festa de Carnaval, por exemplo, que Gonzalez (1983/2020) narra como as culturas negra e indígena são, em momentos de publicização do Brasil, valorizadas e celebradas no país. Enquanto, no cotidiano da população brasileira, a negritude recebe a insígnia do negativo, que deve ser silenciado ou branqueado, como as práticas e os discursos eugenistas vigentes no século XX já comunicavam explicitamente.

O encontro entre a crítica ao pacto narcísico da branquitude e as contribuições para uma Psicologia afro-latino-americana

O aprofundamento de Cida Bento em seus estudos sobre branquitude nos traz aportes para pensar os pactos narcísicos entre os brancos, teorização que desenvolveu a partir do conceito psicanalítico de Sigmund Freud. Tal qual Narciso, uma figura mitológica que se apaixona por sua imagem refletida na água e, na tentativa de alcançá-la, acaba morrendo afogado, podemos pensar a branquitude com essa característica marcante de contemplar apenas o que se mostra como semelhante. Como resultado, temos as desigualdades e a manutenção dos privilégios de um grupo em relação a outro.

Assim, não é à toa que mesmo os pesquisadores mais progressistas não percebam o seu grupo racial, que implica um processo indiscutivelmente relacional. Não é por acaso a referência apenas a problemas do Outro, o negro, considerado diferente, específico, em contraposição ao humano universal, o branco. (Carone & Bento, 2002, p. 45-46).

O exposto acima nos propicia uma maior compreensão de como a branquitude atua e, se fizermos uma análise acerca da construção da Psicologia, podemos apontar que esse pacto narcísico se apresenta muito bem articulado, levando em consideração o epistemicídio de autores e autoras negras. Com isso, têm-se o afastamento das questões raciais, uma vez que tornam-se centrais as produções de autores brancos, em especial homens brancos europeus. Logo, passamos por um processo de colonização do saber, atuando apenas com o modelo de subjetividade branca, sendo as questões da população negra negligenciadas.

Atenta a essa lógica de afirmação-negação da negritude, Lélia Gonzalez (1983/2020) argumenta que a sociedade brasileira funciona conforme a égide de uma neurose cultural. Em

uma neurose, tal como postulada por Freud (1924/2011), existem materiais psíquicos que, pela sua carga conflitiva com o Eu, se encontram recalçados, sob o domínio do inconsciente. A negação de uma ideia conflituosa não se dá sem marcas, ela estabelece um compromisso, um sintoma. Uma neurose cultural brasileira, nesse sentido, estaria fundada perante a negação de um passado escravocrata e no apagamento ou na fuga de um desejo pelo negro, engendrando sintomaticamente como compromisso, o racismo (Gonzalez, 1983/2020).

Gonzalez (1995/2020), buscando desatar o nó que compõe o racismo e o sexismo à brasileira, pormenoriza as amarrações que fundamentam a atualização desse nó, como é o caso da duplicidade nas representações sociais, como mulata e como trabalhadora doméstica, das mulheres negras. A intelectual atenta à realidade social das mulheres brasileiras e à luta feminista por espaço no mercado de trabalho, descreve como as mulheres negras, postas em um imaginário social, encontravam dificuldades para conseguir empregos fora dos âmbitos domésticos e da mercantilização sexualizada do seu ser, como é o caso da mulata que vira produto de exportação, pela sua suposta natureza exótica e erótica (Gonzalez, 1995/2020). Neste último caso, Gonzalez evidencia como a objetificação e a comercialização do corpo de mulheres negras se mostram positivados pela branquitude, por meio da criação da profissão de mulata:

A profissão de mulata é exercida por jovens negras que, num processo extremo de alienação, imposto pelo sistema, submetem-se à exposição de seus corpos [...]. A origem de tal profissão se encontra no processo de comercialização e distorção (para fins não apenas ideológicos) de uma das mais belas expressões populares da cultura negra brasileira: as escolas de samba. Sua invasão, de início por representantes dos setores ditos progressistas e, em seguida, pelas classes média e alta que introduziram uma série de valores diretamente oriundos do sistema hegemônico, culminou com esse tipo de manipulação/exploração sexual, social e econômica de muitas jovens negras de origem humilde (Gonzalez, 1982/2020, p.59-60).

Para Gonzalez tais representações se devem à marca colonial do papel de mucama relegado às mulheres negras e que, até então, se repetia com outras roupagens nas relações sociais estabelecidas sustentadas pela branquitude. Desse modo, tornando imprescindível a discussão e a compreensão acerca da herança da branquitude e seus impactos na subjetividade da população negra.

O debate apresentado no livro *O pacto da branquitude*, de Cida Bento (2022), parece corroborar potencialmente a discussão sobre a herança da branquitude nas relações sociais e subjetivas da população brasileira, uma vez que ela amplia as análises de Lélia a esse respeito. Convocando-nos a pensar, criticamente, sobre como o acordo, não verbalizado, de autopreservação de pessoas brancas pode ser visto em diversos âmbitos da sociedade, o que contribui, cada vez mais, para a ascensão de homens brancos ao poder, estando eles não só gerindo empresas, mas também um Estado, haja vista o grande índice de figuras masculinas assumindo cargos de alta liderança. A consequência disso é a relação de dominação estabelecida sobre aqueles que são tidos como “diferentes”.

A autora é enfática ao assinalar que se fala “muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas” (Bento, 2022, p.23). É muito evidente, em sua discussão, como os efeitos do pacto da branquitude constituem parte de uma tecnologia colonial que atravessa todas as relações e saberes. Dessa forma, seus efeitos seguem naturalizando que um número reduzido de seus sujeitos são a base do status plenamente humano, enquanto uma parcela imensa da sociedade brasileira é colocada em segundo plano e usada como mercadoria.

Obviamente, as autoras não se deixam capturar pelo pessimismo do presente e os desafios de superação de uma história de massacres em todos os níveis contra pessoas negras. Elas assinalam a existência de fantasmas, vestígios e fragmentos de resistência que permitem considerar que uma vez que as relações são estabelecidas socialmente e fomentam a criação de identidades, nas contradições e atualizações, determinados processos políticos situados em encruzilhadas éticas e morais podem produzir horizontes de insurgência.

O resgate da figura da ama-de-leite, presente do imaginário brasileiro, é exemplar no caso da análise de Lélia Gonzalez. Para ela, essa mulher falante do pretuguês, ao exercer a função materna desde a fundação do que se chamaria Brasil, transmitiu à criança brasileira a linguagem e os significantes da mãe preta residente de uma América africana — uma améfrica (Gonzalez, 1983/2020). É com esse movimento, de certo modo espontâneo, em uma cadeia de imposições, que a subversão da mãe preta se encontra. Essa personagem foi a grande responsável por amefricanizar o Brasil, por inserir em cada brasileiro uma cadeia de significantes específicos. O pretuguês é, para Gonzalez (1983/2020), a linguagem própria dos brasileiros, uma língua permeada por símbolos e rastros africanos e indígenas.

É ao postular a posição subversiva da mãe-preta que Gonzalez (1983/2020) dá uma guinada importante nas compreensões sobre o lugar da mulher negra na sociedade brasileira, pois é o momento de seu pensamento em que é possível tensionar “o sistema global capitalista colonial como exitoso em todos os sentidos na destruição dos povos, relações, saberes e economias” (Lugones, 2014, p.942) e cogitar o processo de colonização como alvo ininterrupto de resistências. Lélia Gonzalez propõe, nesse sentido, uma nova imagem para a mãe preta: a falante, que amarra signos, culturas, palavras, que cria e escreve rupturas simbólicas na cultura brasileira.

Algumas últimas considerações para pensar as psicologias

Como é possível observar nessas breves linhas, os estudos de Cida Bento e Lélia Gonzalez são cruciais para pensarmos sobre a forma como o colonialismo e a branquitude se organizam desde a escravização, dado que o olhar para esse período, por vezes, é voltado apenas para o legado de escravizado que o negro carrega, até hoje, isentando o branco de suas responsabilidades. As produções de Cida Bento e Lélia Gonzalez discutidas neste artigo nos direcionam para um longo caminho a ser percorrido frente à descolonização da Psicologia, algo tão urgente para o nosso tempo e as questões que se impõem a ele.

A excelência das contribuições de Lélia Gonzalez para a construção de políticas públicas para as mulheres brasileiras e, sobretudo, para as mulheres negras, é inegável. Sua atuação concreta e seus discursos em diversos eventos nacionais e internacionais, que hoje acessamos pelo nome de intervenções, são evidências do seu comprometimento em denunciar e resistir às violências produzidas “nos porões de uma sociedade cujos sistemas de classificação social e econômico fazem da mulher negra o foco, por excelência, de sua perversão” (Gonzalez, 1988/2020, p.268).

Entretanto, sua ausência, assim como a de Cida Bento, é sentida na formação em Psicologia no Brasil, o que nos mostra que, mesmo sendo uma autora que apresenta uma larga contribuição no campo da Psicologia e das relações raciais, seus trabalhos, em grande medida, ainda são apenas acessados fora da universidade, a partir de motivações pessoais ou da oferta de grupos de estudo propostos por movimentos sociais.

Acreditamos que este artigo tenha assinalado que as possibilidades de racializar as discussões dentro da Psicologia Brasileira são possíveis, a partir dos estudos de intelectuais negras, e como isso é possível ampliar o debate sobre o fazer da Psicologia e contribuir com sua descolonização por meio de conceitos localizados/forjados na realidade brasileira, tais como os postulados por Cida Bento e Lélia Gonzalez. Uma vez que “descolonizar implica estilhaçar as velhas sedimentações culturais, intelectuais e políticas” (Veiga, 2019, p.247), fica evidente, no trabalho das autoras, que as contribuições de intelectuais negras podem contribuir, de forma significativa, para quebrar o pacto narcísico da branquitude presente nos moldes da Psicologia Brasileira. Além disso, é urgente que a Psicologia se volte para pautas que se fazem presentes em nosso cotidiano, mas que, infelizmente, são apenas pinceladas (às vezes nem isso) ao longo da formação. A ausência dessas pautas na formação em Psicologia implica, diretamente, na escuta da/o Psicóloga/o, sendo esta/e a “principal tecnologia terapêutica de diferentes abordagens clínicas” (Veiga, 2019, p. 244), bem como é o que caracteriza a atuação da/o profissional de Psicologia.

A potência do artigo, assim, se apresenta na crítica acerca dos moldes sob os quais a Psicologia Brasileira se organizou, criando uma lacuna abissal, tanto na formação de profissionais da área no Brasil quanto na prática cotidiana da profissão. Outra contribuição deste estudo está na constatação de que se torna cada vez mais urgente a necessidade de ampliar as bases e de tratar com seriedade questões até agora comumente ignoradas pela Psicologia. É evidente que, com a introdução de outros saberes não brancos e não hegemônicos, teremos a possibilidade de uma Psicologia brasileira diversa e radicalizada, atenta às demandas de sujeitos, para além de um suposto sujeito branco dito universal.

Referências

- Bento, C.** (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Carone, I. & Bento, M. A. C.** (2002). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Vozes Limitadas.
- Carneiro, S.** (2023). *Dispositivo da racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Zahar.
- Curiel, O.** (2020). Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In de Hollanda, H. B. (Org.), *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. (pp. 121-138). Bazar do Tempo.
- Freud, S.** (2011). A perda da realidade na neurose e na psicose. In Freud, S. *Obras completas volume 16: o eu e o id, autobiografia e outros textos*. (pp. 214-221). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1924).
- Gonzalez, L.** (2020). A mulher negra no Brasil. In Lima, M. & Rios, F. (Orgs.), *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. (pp. 158-170). Jorge Zahar Editor (Trabalho original publicado em 1995)
- Gonzalez, L.** (2020). A mulher negra na sociedade brasileira. In: Lima, M. & Rios, F. (Orgs.), *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. (pp. 49-64). Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1982)
- Gonzalez, L.** (2020). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Lima, M. & Rios, F. (Org.), *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. (pp. 75-93). Jorge Zahar Editor (Trabalho originalmente publicado em 1983)
- Gonzalez, L.** (2020). Por um feminismo afro-latino-americano. In: Lima, M. & Rios, F. (Org.), *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. (pp. 139-150). Jorge Zahar Editor (Trabalho original publicado em 1988)
- Haraway, D.** (1995) Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 07-41.
- Hooks, B.** (2019). *Teoria feminista: da margem ao centro*. Perspectiva.
- Lugones, M.** (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, 22(3), 935-952.
- Lima, A. F.** (2024a). Grito, narração, escrita: resistência do objeto e pesquisa da identidade metamorfose na perspectiva da Psicologia Social Crítica. In Oliveira, E. A. & Sathler, C. N. (Orgs.). *Por entre sangue, pus e suor: nas tessituras de uma psicologia encarnada*. (pp. 185-202). Devires.
- Lima, A. F.** (2024b). Escutar o que foi silenciado, ler o que nunca foi escrito e escrever sobre narrativas impossíveis: fabulação crítica e insurgência à morte do narrador. In Lima, A. F. & Rosa-Rodriguez, Y. (Orgs.), *Caminhos da pesquisa de gênero e sexualidade: perspectivas da América Latina e Caribe* (pp.27-50). Sulina.
- McClintock, A.** (2010). *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Editora da Unicamp.
- Quijano, A.** (2007). Colonialidad del poder y clasificación social. In S. Castro-Gómez & R. Grosfoguel (Orgs.), *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Siglo del Hombre Editores. Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana.
- Ratts, A. & Rios, F.** (2010). *Lélia Gonzalez*. (1a ed). Selo negro. (Coleção Retratos do Brasil negro).
- Silva, D. F.** (2022). *Homo Modernus: para uma ideia global de raça*. Cobogó.
- Souza, N. S.** (2021). *Tornar-se negro ou As vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social*. Zahar.
- Souza, R. M. de** (2022). Relações raciais e saúde: cientistas negras da psicologia. In Oliveira, R. M. de S, Silva, K. C. A da, Santana, A. F. de S. (Org.). *Psicologia na UFRB: diversidade e territorialidade*. EDUFRB.

Veiga, L. M. (2019). Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31, 244-248.

HILANA SOUSA FERREIRA

<https://orcid.org/0000-0001-5767-8128>

Psicóloga, mestranda pelo Programa de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

Email: hilanasferreira@gmail.com

ANNE BEATRIZ NOGUEIRA SARAIVA

<https://orcid.org/0000-0002-7879-8804>

Psicóloga, mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É bolsista da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Email: annebeatrizns@alu.ufc.br

ALUÍSIO FERREIRA DE LIMA

<https://orcid.org/0000-0001-9747-4701>

Doutor em Psicologia Social. Professor do Departamento de Psicologia, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Ceará (UFC). É bolsista de Produtividade PQ1D do CNPq.

Email: aluisiolima@ufc.br

Histórico	Submissão: 09/09/2024 Revisão: 17/10/2024 Aceite: 18/10/2024
Contribuição dos autores	Conceitualização: HFS; ABNS Curadoria de dados: HFS; ABNS; AFL Análise formal: AFL Investigação: HFS; ABNS Metodologia: HFS; ABNS; AFL Escrita original: HFS; ABNS; AFL Escrita - revisão e edição: AFL
Financiamento	Hilana Sousa Ferreira - Bolsa de Mestrado. Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Bolsa de Formação Acadêmica, processo nºBMD-0008-02499.01.08/23) Anne Beatriz Nogueira Saraiva - Bolsa de Mestrado. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Programa de Demanda Social – DS/CAPES, processo nº 23067.052874/2023-78) Aluísio Ferreira de Lima. Bolsa de Produtividade em Pesquisa. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Bolsa de Produtividade - PQ 1D, processo nº 314112/2021-9)
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	Não se aplica

CATHINONES AND VIAGRA IN CHEMSEX: AN AUTOETHNOGRAPHY OF TOUCH, MASCULINITIES AND AESTHETICS

*CATINONAS E VIAGRA NO CHEMSEX: UMA AUTOETNOGRAFIA
DO TOQUE, MASCULINIDADES E ESTÉTICA*

*CATINONAS Y VIAGRA EN EL CHEMSEX: UNA AUTOETNOGRAFÍA
DEL TACTO, LAS MASCULINIDADES Y LA ESTÉTICA*

Jorge Humberto Lucero Díaz ¹

¹ Universidad Autónoma de Barcelona, Espanha

Abstract: This article presents an autoethnographic analysis of chemsex, focusing on the simultaneous use of viagra and cathinones. The haptic and aesthetic dimensions of these encounters are examined, considering their effects on masculinities, gender, and sexual practices. A central tension emerges between haptic experimentation, which fosters a non-genital-centric sexuality, and the homonormative masculine aesthetics that shape these experiences. Adopting a multidisciplinary approach, the research is based on critically analyzed personal participation in chemsex, which was documented through field notes. The results reveal that chemsex practices are deeply relational, influenced by both pharmacological effects and aesthetic norms. The study concludes that chemsex constitutes a space of complex cultural transformation, where new forms of relationship, pleasure, and gender expression are challenged and redefined.

Keywords: Chemsex; Autoethnography; Viagra; Masculinity; Aesthetics.

Resumo: Este artigo apresenta uma análise autoetnográfica do *chemsex*, com foco no uso simultâneo de Viagra e catinonas. Ele examina as dimensões hápticas e estéticas desses encontros, considerando seus efeitos sobre masculinidades, gênero e práticas sexuais. Uma tensão central surge entre a experimentação háptica, que promove uma sexualidade descentralizada do ponto de vista genital, e as estéticas masculinas homonormativas que moldam essas experiências. Com uma abordagem multidisciplinar, a pesquisa baseia-se na participação pessoal no *chemsex*, documentada por meio de anotações de campo e analisada criticamente. Os resultados revelam que as práticas de chemsex são profundamente relacionais, influenciadas tanto pelos efeitos farmacológicos quanto pelas normas estéticas. O estudo conclui que o *chemsex* constitui um espaço de transformação cultural complexa, onde novas formas de relacionamento, prazer e expressão de gênero são contestadas e redefinidas.

Palavras-chave: *Chemsex*; Autoetnografia; Viagra; Masculinidade; Estética.

Resumen: Este artículo presenta un análisis autoetnográfico del *chemsex*, centrado en el uso simultáneo de viagra y catinonas. Se examinan las dimensiones hápticas y estéticas de estos encuentros, considerando sus efectos sobre las masculinidades, el género y las prácticas sexuales. Se identifica una tensión central entre la experimentación háptica, que promueve una sexualidad genitalmente descentrada, y la estética masculina homonormativa que da forma a estas experiencias. Con un enfoque multidisciplinario, la investigación se basa en la participación personal en el chemsex, analizada criticamente, la cual fue documentada a través de notas de campo. Los resultados revelan que las prácticas de *chemsex* son profundamente relacionales, influenciadas tanto por efectos farmacológicos como por normas estéticas. El estudio concluye que el *chemsex* es un espacio de compleja transformación cultural, donde se cuestionan y redefinen nuevas formas de relación, placer y expresión de género.

Palabras clave: *Chemsex*; Autoetnografía; Viagra; Masculinidad; Estética.

Introducción

While watching a pornographic film during a chill in Barcelona, Spain, a guy showed me the list of substances offered by his favourite dealer. A chill is a colloquial name in Barcelona's gay culture for a sexual encounter with drugs. Although the list itself was not particularly extensive, nor did it feature substances entirely unfamiliar to me, it was the categorisation under which these substances were presented that captured my interest. While I cannot recall the exact substances listed, the categories were delineated as follows:

“Stimulants: M, Tina, 3MMC...

Depressants: GBL, GHB...

Psychedelics: 2CB...

SEXdrugs: Viagra...” (Field notebook, 2021, December 2, Ciutat Vella)

Reflecting on this encounter, it becomes evident that in the current socio-historical-cultural context, viagra is virtually inseparable from the concept of chill. In fact, my first experience of such an encounter in Barcelona involved the guy offering me viagra when he noticed my lack of erection. Thus, the categorisation established by the dealer seems intelligible, with viagra positioned as a technological artefact or substance for participation in such encounters. At the core of the dynamics of a chill is the intertwining, coordination, and entanglement of the stimulating, depressing, and tumescent effects of the flesh within a relational context encompassing diverse actants.

It is worth noting that I use ‘viagra’ as a common noun, denoting the colloquial term for the blue pill, rather than ‘Viagra™’, the proprietary term assigned by Pfizer Laboratories in 1999 with the approval of the United States Food and Drug Administration; the latter designates its medical, legal, and commercial application. Additionally, I employ the pharmacological family of these substances to underline their molecular interactions with my body. Viagra, with sildenafil as its chemical name, belongs to the family of selective phosphodiesterase type 5 inhibitors (PDE5Is), while substances like 3-Methylmethcathinone (3MMC) and mephedrone belong to the cathinone family.

What I have identified as a chill, Milhet et al. (2019) define as an evolution of sexualised drug use among men who have sex with men (MSM) or chemsex. This article aims to analyse the combined use of PDE5Is and cathinones in a chemsex encounter, employing a multidisciplinary and autoethnographic lens. In doing so, I draw attention to the haptic and aesthetic components of the experience. While this analysis may risk being reductionist by focusing solely on the use of two pharmacological families (PDE5Is and cathinones), it is a deliberate choice that arises from the limitations of this format and my own practice. I have specifically selected cathinones for their entactogenic properties, and viagra because of its consistent presence alongside cathinone use in a chill. Subsequently, I will delve into the entactogenic or haptic aspects of the experience while using viagra. The aesthetic components of the experience are contingently embedded in a homonormative masculinity that shapes the encounters. Next I will reflect on chemsex, viagra, cathinones and the entactogenic effect and then autoethnographically develop a tension generated by aesthetic aspects that accompanied part of the chills in which I participated.

Chemsex, Viagra, cathinones and the entactogenic effect

Recent studies have shown that chemsex is deeply embedded in specific geographical, cultural, social, and material contexts, shaping sexual encounters in a variety of ways. It is

most frequent in urban centres, with encounters lasting from hours to more than a day, often facilitated by geolocated dating apps (Fernández-Dávila, 2017). However, Pérez-Flores (2022) found that 56.3% of individuals engage in chemsex through social circles rather than apps, and the HomoSalud Study (2021) notes its presence in rural areas. Chemsex has also been linked to the rise of synthetic psychoactive drugs, such as cathinones (Gish et al., 2024).

Epidemiological data reveal a positive correlation between chemsex and the transmission of sexually transmitted infections (STIs), as well as the risk of addiction (Milhet et al., 2019). Media narratives often focus on the negative aspects, framing chemsex as a public health issue. However, other authors view chemsex as a sociocultural assemblage that integrates substances, contexts, history, and pleasure (Møller & Hakim, 2021). These perspectives challenge the risk-focused view, recognising that while chemsex can have negative effects, it can also offer life-affirming experiences (Florêncio, 2021).

Despite numerous references to viagra's presence in chemsex encounters, there has been a lack of comprehensive analysis of its effects, consequences, and participants' experiences. Reviews of academic literature highlight that PDE5Is are a key component of substances used in chemsex, particularly among MSM populations (Íncera et al., 2021). Viagra™ experienced the fastest post-patent sales growth in medical history (Botz-Bornstein, 2011). Since the mid-20th century, bodies and technology have become intertwined, with body architecture modulated at the molecular level. Penile erection, facilitated by viagra, represents this fusion (Preciado, 2020). Molecules such as viagra interact with the body, altering its structure. PDE5I inhibitors, prescribed for erectile dysfunction, increase blood flow to the penis, causing tumescence and visible "visually noticeable penile stiffness" (Field notebook, 2021, December 2, Ciutat Vella) for participants in a chill.

Regarding cathinones, a recent report by the European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction (2022) identified cathinones as the second-largest group of new psychoactive substances introduced to the European market between 2011 and 2021. Naturally occurring cathinones have been used in Africa and the Arabian Peninsula before their synthesis in Europe in 1928 (Soares et al., 2021). Cathinones share a chemical structure with phenethylamines (e.g. amphetamines), leading to similarities in their effects. For example, mephedrone is used as a substitute for ecstasy (Peglow & Rahmani, 2021), and bupropion is a legal cathinone prescribed as an antidepressant in Spain.

Researchers have noted the use of mephedrone and other cathinones in chemsex due to their entactogenic properties (Corkery et al., 2018). Nichols et al. (1986, 2011) coined the term "entactogen" for psychoactive molecules that enhance communication and insight through touch. The term comes from the Greek 'en' (within) and 'gen' (to produce), along with the Latin 'tactus' (touch), meaning to produce an *inner touch*. Nichols has studied the therapeutic use of entactogens such as MDMA, which facilitate "touching or reaching inside to retrieve repressed memories" (2022, p. 3).

In my case, I emphasise this group of molecules because I perceive *inner touch* as a bodily experience in relation to others, rather than an individual psychological process. Although I recognize the limitations in verbalizing this experience, my aim is to highlight the importance of *inner touch* at a chill. I challenge the idea that touch is limited only to the skin; it is experienced both on the surface and within the body, relationally, in interaction with others. For example, touch transcends my skin: "I touched him with my gaze" (Field notebook, 2022, January 21, Ciutat Vella) or extends beyond my body: "it was touching what the other guy was touching" (Field notebook, 2022, April 24, Ciutat Vella). This experience involves viscera and bodies in a context where the boundaries of the skin are blurred. I do not seek to glorify the use of cathinones or other substances but to describe the experience without idealising it. My

focus is on the haptic, or what Nichols et al. (1986) termed entactogenic, from a pharmacological perspective. It represents an interoceptive experience connected to the environment, not to specific organs, but the flesh as a whole. I conceive of entactogenic as a pharmacologically assisted haptic experience. In the following sections, I will outline the methodological framework used in this article and present the findings through an autoethnographic lens.

Methodology

The methodology used in this research is autoethnography, characterised by eclectic writing techniques and the creation of new thematic fields of research (Badley, 2022). Autoethnography has been applied in diverse fields such as medicine, economics, and ecology (Murphy et al., 2022). In this multidisciplinary approach, I synthesise concepts from social sciences, philosophy, and pharmacology, narrating an autoethnographic story (Holman et al., 2022) that moves between phenomenological and scientific-philosophical discourse. My training as a pharmacist and psychologist is inseparable from my writing, my experiences, and my sexual encounters.

Using reflexivity and deep introspection, key elements of autoethnography, I connect my experiences in chills to a broader cultural network (Badley, 2022; Holman, Adams, & Ellis, 2022). This reflexive practice is transformative and shape both learning and action. By engaging in autoethnographic reflexivity, I reveal aspects of my experiences that are significant in my everyday life and during chills, particularly masculinities and their influence on me, which I will explore further in the following sections.

My writing style aligns with Analytic Autoethnography (Anderson, 2006), emphasising personal experience, theory, and analytic objectives. As a self-reflexive researcher, I critically examine how my experiences influence the research, integrating them not as anecdotes but as essential data sources. My aim is to generate theoretical knowledge that enhances understanding of broader social phenomena. By incorporating personal narrative within a structured analytic framework, I contribute to theoretical discourse on cultural dynamics. This approach allows me to analyse the phenomenon from an embodied perspective, offering perspectives that expand theoretical considerations, supported by 'privileged' knowledge (Hamdan, 2012).

As part of the autoethnographic record, I kept a field notebook. The notes that compose it come from my participation in seven encounters between December 2, 2021 and April 23, 2022, in Barcelona. These encounters took place in various districts of the city: two in Eixample, two in Sants Montjuic, and three in Ciutat Vella. The time of participation ranged from a minimum of six hours to a maximum of over 30 hours. I ingested oral sildenafil and snorted 3MMC at all encounters. The dose of sildenafil ranged from 50 mg to 100 mg, while the dose of 3MMC ranged from an estimated low of 250 mg to a high of over 1 g. In addition, I used other substances, including smoked crystal methamphetamine, oral alcohol, oral hydroxybutyric acid (GHB), snorted mephedrone, and oral PrEP. It should be noted that no GHB or alcohol was consumed concomitantly due to their interaction. Regarding the number of participants, the minimum was three individuals, including myself, and the maximum was closer to fifteen. It should also be noted that calculating the maximum number of participants is challenging, as encounters can span multiple rooms within a building, with individuals entering and exiting intermittently.

All references to the field notebook in this article refer to cases where I used viagra and 3MMC exclusively. For the analysis that follows, I draw upon two significant moments from

my encounters, which I refer to as ‘scenes’ due to my dual role as protagonist and spectator, a fictional binary division that became necessary for the writing of this article. These scenes took place in disparate locations with no common individuals other than myself. Notably, a significant distinction is observed between the two scenes in the physique of the participants, Scene 2 features individuals with athletic bodies indicative of engagement in fitness culture, while Scene 1 exhibited greater aesthetic body diversity.

To protect anonymity, I anonymize the individuals I met with, as well as the exact addresses where such encounters occurred. These measures are in line with recommendations outlined in the World Health Organization Guidelines on Biobehavioural Surveys in Populations at Risk of HIV (2018). It is pertinent to note that individuals who sent me invitations to the encounters were known through apps and were aware of my research.

Experimentation and aesthetics

Scene 1. PDE5Is and cathinones: experimentation

He was eating my feet with his mouth. I couldn’t see him, but he was biting me with appetite, I think his teeth were or are big. He was sticking his tongue between my toes while I was intemperately penetrating another guy. Everything was rough. Everything was kind of thick and sticky. The boy whose back I squeezed with my hands, I reached for the muscles under his shoulder blades and gripped them tightly. He felt. I felt. Everything was fast, but time had no presence. Somehow my arms were lost, or was I doing it? Or was I the arm that did it as I felt and touched? (Field notebook, 2022, January 21, Ciutat Vella)

According to several studies, in chemsex, “men often resort to using Viagra™ and other ED medications, typically off-label, specifically to enhance and prolong their sexual functioning or to overcome the erectile dysfunction that often accompanies methamphetamine use” (Hammoud et al., 2018, p. 198). While this erectile ‘dysfunction’ accompanied my consumption of cathinones after several inhalations, I intend to delve into two key aspects surrounding the use of the term ‘enhance’ that prevails in most descriptions of this phenomenon. First, I propose that a deeper analysis of this term is required. The concepts of Pharmacosex (Moyle et al., 2020) and Pharmacotopia (Davis, 2018) offer intriguing perspectives for exploration. Furthermore, this notion of enhancement may also intersect with what Rose (2006) has articulated as lifestyle maximisation, which manifests as a drug-assisted optimisation of sexual experiences. Second, my conception of enhanced sexual encounters, or the encounters I have had during chemsex, does not align with the traditional model of healthy sexuality focused solely on penetration, with its typical progression towards climax culminating in ejaculation. Rather, I have sought to move away from established frameworks that prescribe particular sexual practices. Sometimes, hours can pass without ejaculation during chemsex encounters. In such cases, a more appropriate term would be experimentation.

In a chill, there is a collective exploration of new ways of experiencing, enjoying, and engaging to the body. In Scene 1, there was an atmosphere of trust and intimacy, distinct from friendships formed outside of these encounters. The interactions defied traditional gender bina-

ries, creating a space for experimentation that was not always pleasurable, positive, or replicable. However, in Race's (2018) terminology, it was collective, though I prefer to describe it as relational. What occurred was a mutual exchange of emotions that immersed us in an intense intimacy, underscored by a palpable bodily presence. The encounter became a search for new experiences, blurring boundaries, including those of the body. Biochemical interactions involving serotonin transporters and PDE5Is influenced enzymes were transduced into a deeply tactile experience, where touch became transformative, opening up new pathways of sensation.

I approached these encounters as a spectrum of possibilities, rooted in the haptic experience. It was not just about physical touch but about engaging the whole body in exploration. It meant a move away from conventional sexual encounters focused solely on genitals and acts of penetration. My intention was not to change hierarchies or the dominance of sensation, but rather to expand sensory possibilities, fluidly shifting between sensations. Foucault (1997/2021) suggested that practices such as sadomasochism and drug use can desexualise pleasure, extending eroticism beyond conventional boundaries set by the pharmacosexual regime. This fluid shift in sensation generated a kaleidoscope of experiences, where sensations merged with one another.

Sensations stand out or are highlighted, changing from one to another, like flashes of fluorescent colours in the dark... These colours unified and the tongue that licked my feet squeezed the muscles of the back of the boy I was fucking. (Field notebook, 2022, January 21, Cuitat Vella)

While the penis played a role in these experiences, it often took a backseat and touch and sensation extended beyond it.

According to Montagu (2016), the haptic is produced mentally through the sense of touch. When we "act in space... [o]ur perception of the isual world, for example, actually combines what we have touched in past associations with what we have seen, or with the scene we witness" (p. 16). This author, with a centripetal, skin to mind approach, understands the haptic as a mental product produced by external stimuli captured by tactile receptors (including interoceptors). For me, the haptic is intertwined with the entactogenic, a relational product at the molecular level that arises from interactions between substances. This is not a rejection of centripetal or psychosomatic processes but rather a recognition that my haptic experiences during chemsex are situated within relational contexts, characterized by centrifugal and centripetal movements.

This drug-assisted exploration can be linked to Dowsett's (1996) notion of desire dispersion triggered by the AIDS pandemic in the 1980s, which led to a decentering of the phallus in sexual practices. It can also be related to specific forms of sociability shaped by the conscious chemical bath that permeates and modifies the body (Le Talec & Linard, 2015). The presence of STI risk is present in both notions, but it is not paradigmatic. Psychobiomedical discourse has focused its analysis of chemsex on risk and the categorisation of users as subjects of it; however, this risk must be imbricated in a context in which experimentation is part of the practices. In this imbrication, ephemeral tactile impressions make practices more complex in conjunction with their meanings. Of course, risk exerted its ruinous, ghostly or desired presence in my experimentation in Scene 1, bringing the tongue and the penis from the anus to the mouth could imply the contagion of an STI. But risk was not always central or the most important element in my experience. It was rather a possibility always combined with the feeling of materiality and its roughness in the action of sexual practices. This could make psychobiomedical agreements about the 'best' sex more complex.

While I enjoyed the experience of 3MMC itself and “having a stiff penis is exquisite” (Field notebook, 2022, March 24, Sants), I understand cathinones and PDE5Is in proximity to Foucault. That is, as mediators of “those incredibly intense pleasures” (2021, p. 129). These substances aided my experimentation as poppers do for some users seeking to increase their anal dilation (Sepulveda & Lucero, 2023). In this sense, Foucault reminds us that “sexuality is created by yourself” (2021, p. 163). This mediation is shaped by cultural, historical, and material conditions. The haptic exploration I have discussed here evades conventional knowledge systems that seek to make sexuality intelligible. It offers an alternative to traditional genital-centric narratives, opening up new avenues for bodily experiences.

This assistance is shaped by a network of practices influenced by the cultural, historical, and material context in which it emerges. The haptic experimentation I delve into here manages to elude the understanding of conventional knowledge systems that make sexuality comprehensible, as Dean (2018) suggests. This evasion is, in part, attributable to an exploration that shifts the focus from genitals to the emergence of bodily surfaces, distancing itself from the dominance of the penis, but still with it. Haptic exploration manifests itself as an endless journey into a realm of timelessness. Consequently, within this timeless space and amidst the sensory experience, an intersection of continuous transformations and knowledge-generating intensities emerges. It signifies an epistemology derived from the body, for the body.

In this section, I have analysed and described my haptic experiences within a broader cultural context. By contrasting this description with predominant definitions of chemsex, I aim to enrich our understanding of this practice. I seek to create an epistemological space where autoethnography and lived experiences shed light on aspects of chemsex, rendering it a more nuanced and less rigid phenomenon. In the next section, I will explore part of the aesthetic aspects of my experiences, drawing on another encounter, Scene 2.

Scene 2. Viagra and cathinones: aesthetics

‘I like them with hard cocks and short hair’, He said to me. I looked at the rest of the guys, then I looked at myself and fucked him like a man. I think my erect cock allowed me to be that stoned, and sexual man in the middle of the others. (Field notebook, 2022, January 14, Eixample)

According to Flowers et al, “a new discourse on the penis now seems to be the emerging, an aesthetics of the penis that focuses on penile appearance as much as its function” (2013, p. 1). This shift reflects a broader trend of biomedicalisation that permeates sexuality and everyday life, wherein interventions extend beyond the boundaries or functions of the body to encompass its aesthetic dimensions. For these authors, the biomedicalisation of sexuality and everyday life is a process of intervention on the body. A process that has not only referred to its limits or functions but also to an aesthetic embodied in the body as a whole and in each of its parts. Following these authors, the transduction at the molecular level is interwoven with an aesthetic production in which I generated a reformulated male body (Messerschmidt, 2018; Turnock, 2018) of a modern man in chills. An aesthetics that indicates health and fitness. This aesthetics signifies health and fitness, mixing elements of heterosexuality and homosexuality. This was me asserting and upholding masculinity with my tumescent, viagrarian flesh and ‘short’ hair.

The concept of aesthetics functions as an analytical tool and producer of materiality, deeply intertwined with the cultural fabric of modern society. It operates by differentiating objects within social functions, imbuing them with specific sensory experiences and closing off alternative interpretations. In this differentiation, aesthetics lack neutrality and create delimited spheres of sensible experience, subsuming and/or closing them (Rancière, 2015). In these terms, my experience of the sensible was mobilized in conjunction with an aesthetic that separated the field of masculinized genital sensibility away from other configurations of the sensible. I generated a topography of the sensible that modulated the forms of experience and the ways of affectation. I configured the body within a framework in which acceptance homogenized it to be that drugged and sexual man in the midst of others. These aesthetics framed my exposure, movements, and rhythms to produce the 'art' of being as a man under these material and scenographic conditions. In Scene 2, I engaged in an interpretative regime of images, movements, and sensations, in which the gaze served as the focal point of gestural display. I was framed in a pharmacotechnified knowledge that allowed me to (re)enact this 'art' based on visibility and exposure. This aesthetic spectacle was supported by the visible and palpable tumescence of my penis, which shaped my actions within the framework of the erection model (Davis, 2010).

However, this aesthetic production was not free of concealment. It was the formation of a limit that veiled the unspeakable, creating borders. Trías (2022) conceptualizes this hidden aspect as 'the sinister', an intrinsic element interwoven with the fantastic and the real. The aesthetic produces the embodiment of that which is fantastic that I may have feared but desired. Producing an articulation between the fantastic and the realised that makes the naturalization of practices possible. Thus, the sinister presented itself "under a familiar face" (Trías, 2022, p. 49). In the context of my chemsex encounters, the sinister manifested itself as a veiling of homonormativity and the fixation of masculinity on bodily tumescence. In the embodiment of this masculinity in a molecularly modified body, a process of naturalization depended on a veil of concealment, which obscured the underlying tensions between normative ideals and lived experiences.

The embodiment of masculinity within this aesthetic framework extended beyond individual performances, becoming intertwined with broader cultural narratives and social norms. This embodiment hid how I homonomalized the body through bodily preparations, movements, and practices. The body turned blue (metaphorically speaking, because of the blue colour of viagra), the blood turned blue. That blue hid a culture based on male corporeality in which the gay sexual imaginary is housed (Fernández-Dávila, 2017). Could it be that the aesthetics produced by the use of PDE5Is in this context is a response to the crisis of masculinity produced by feminism and gay aesthetics? It is certainly a relational aesthetic centred on an athletic, vigorous and healthy body. Is not this temporary increase in resistance an indicator of reformulated masculinity? Is not this masculinity the one that modulates the selection of boys through apps (Parra & Obando, 2019; Race, 2018) or through friends or when I was selected or when I selected? Have not we incorporated the same set of conditions required for access to social acceptance and tolerance (Mowlabocus, 2021) in a heterosexualized society into the demands of the bodies participating in a chill? And I cannot help but ask, is not that masculinity based on white European men, or else on the bodies exoticised by them?

My bluish penis was constituted as a differentiated space but linked to other spaces within the body that, in the terms of Deleuze and Guattari (2020), could constitute a striated space. It is a space that produces borders or delimitations that define it materially, symbolically and constitutively. This delimitation functioned as an element of isolation, preventing contamination

or mixing. A first characteristic of striated spaces is their delimitation. A second characteristic is the establishment of a relational order and a special configuration, producing successions of fixed measurable forms and a concatenation of differentiated elements as in a machine.

Taking into account the characteristics of a striated space, I was able to establish that from the homonormativized body aesthetics (the sinister or the veiled) in Scene 2 I produced a body as a striated space, in which my masculinized sexual performance centrally delimited my penis in its erect configuration and concatenated actions. This genital centrality created boundaries that distanced the erect genital from the rest of the other bodily spaces. Such a bluish aesthetic configuration conceptualized sexual functioning along with the field of action and what were considered erogenous zones, assigning and not assigning them corporealities and experiences within pleasure. I generated a striated space in which the aesthetics of my erect male genital penis provoked a withdrawal or retreat of the haptic in order to experience the sinister. Why is this withdrawal necessary? Why do not we have sexual encounters without an erect penis? At some point in the encounter I felt that the blue of my body made me look as if I had short hair shaved on the sides, just as I imagine sailors in American movies look, or as gay men in uniform with their chiselled beards appear in the barbershops of Barcelona. This striated space imposed boundaries, delineating the erect genital from other bodily surfaces and establishing a hierarchical order of bodily sensations. Despite its apparent subversion of traditional sexual norms, this aesthetic configuration ultimately reflected the persistence of a homonormative masculinity within chemsex culture.

In interrogating these drug-assisted dynamics, I am compelled to reflect on the extent to which chemsex encounters serve as an escape from modern sexuality or simply reproduce existing norms and power structures. Despite their apparent countercultural nature, sometimes these encounters reify normative ideals of masculinity and sexuality, somehow perpetuating a cycle of homonormativity and colonial aesthetics. As I navigate these complexities as a researcher and participant, I find myself grappling with the paradoxical coexistence of subversion and conformity within the realm of chemsex. A tension that significantly pervaded my encounters and experiences.

Conclusion

In this autoethnographic article, I have situated the examination of substance use outside the confines of strict prohibition or endorsement, in line with Davis (2018) in creating an open space for contemplation of the contemporary state of the body and pleasure. By contextualising the analysis within my own encounters, I have contributed to a cultural framework that enriches the understanding derived from chemsex studies.

Overall, this analysis illuminates that my experiences in chills were multifaceted and relational. They were shaped by interactions at the molecular level, resulting in drug-assisted bodies and movements that make the conventional understanding of the phenomenon more complex. While considerations of risk and enhanced sexual experiences were evident, they did not necessarily dominate my experience. The pharmacological assistance provided by substances participated in the creation of bodily experiences and materialities that exceeded the biomedicalized conception of 'better' sex. Instead, my encounters analyzed here were fundamentally influenced by a dynamic interplay between the aesthetic and the haptic.

Haptic experimentation or entactogenic experiences facilitated the construction of a sexuality centred on the relationality of materiality, where the prominence of the penis as a primary source of pleasure was diminished, though still present. In contrast, aesthetics with their masculine or homonormative characteristics played a major role in shaping my encounters. This emphasis may be partly due to my own identity, which challenges hegemonic masculinity. However, I also found myself conforming to certain aspects of an ideal of masculine fitness as illustrated in Scene 2. In many cases, I lived up to these expectations by displaying a drug-enhanced blue erect penis. Thus, my experiences and body in the chills were consistently influenced by the interplay between the aesthetic and the entactogenic, fluctuating in intensity.

The nuanced understanding of chemsex practices illustrated in this article underscores the significance of integrating concepts of masculinities, gender, sexual practices, and social transformation. The redefinition of masculinity in these encounters highlights the fluidity and complexity of gender performance in chemsex contexts. The entactogenic effects of cathinones and the aesthetic influence of viagra reveal how sexual practices can simultaneously reinforce and challenge normative ideals. This duality points to a broader social transformation within various cultural spaces, where traditional notions of masculinity are both questioned and upheld.

Moreover, this analysis suggests that chemsex practices are not mere acts of indulgence, but are deeply embedded in the social and cultural fabric that shapes participants' identities and experiences. The relational aspect of these encounters encourages a collective exploration of pleasure, expanding the boundaries of conventional sexual norms. It also reflects the broader social dynamics at play, where substance use and sexual practices are intertwined with issues of power, identity, and resistance.

I propose that a valuable complement to this article would be an examination of chemsex practices within the broader context of the global gay culture, of which Barcelona serves as a prominent center. Cities such as Barcelona are integral nodes within a global network that shapes tourism and markets, standardizing subjectivity, body norms, and masculinities, with substance use being an integral component of this phenomenon.

In conclusion, the haptic and aesthetic dimensions of chemsex encounters offer rich terrain for understanding the intricate ways in which masculinities, gender, and sexual practices intersect with social transformation. This autoethnographic account contributes to a more comprehensive and nuanced account of chemsex, moving beyond pathologizing narratives to recognize its multifaceted and transformative potential. Future research should continue to explore these intersections, providing deeper insights into the lived experiences of those involved in chemsex and the broader cultural implications.

References

- Anderson, L.** (2006). Analytic autoethnography. *Journal of Contemporary Ethnography*, 35(4), 373-395. <https://doi.org/10.1177/0891241605280449>
- Badley, G. B.** (2022). Autoethnography as practice and process: toward an honest appraisal? *Qualitative Inquiry*, 10-10. <https://doi.org/10.1177/10778004221126702>
- Barker, M., Gill, R., & Harvey, L.** (2018). Mediated intimacy: sex advice in media cultura. *Sexuality*, 21(8), 1337-1345. <https://doi.org/10.1177/1363460718781342>
- Botz-Bornstein, T.** (2011). *The philosophy of Viagra: bioethical responses to the viagrification of the modern world*. Rodopi.
- Corkery, J., Guirguis, A., Papanti, D., Orsolini, L., & Schifano, F.** (2018). Synthetic cathinones -prevalence and motivations for use. In Jolanta Zawilska (Ed.), *Synthetic cathinones: novel addictive and stimulatory psychoactive substances* (pp. 153-190). Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-78707-7>
- Davis, O.** (2018). Foucault and the queer pharmatopia. In Lisa Downing (Ed.), *After Foucault: culture, theory, and criticism in the 21st century* (pp. 170-184). Cambridge University Press.
- Davis, W.** (2010). *Queer beauty: sexuality and aesthetics from Winckelmann to Freud and beyond*. Columbia University Press.
- Dean, T.** (2018). Foucault and sex. In Lisa Downing (Ed.), *After Foucault: culture, theory, and criticism in the 21st century* (pp. 141-154). Cambridge University Press.
- Deleuze, G. & Guattari, F.** (2020). *A thousand plateaus: capitalism and schizophrenia* (B. Massumi, trans.). Bloomsbury Academic.
- Dowsett, G.** (1996). *Practicing desire: homosexual sex in the era of AIDS*. Stanford University Press.
- European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction.** (2022). Early warning system from 2011 to 2021. https://www.emcdda.europa.eu/publications/topic-overviews/eu-early-warning-system_en
- Fernández-Dávila, P.** (2017). Consumo de drogas y su relación con el sexo: escuchando las voces de un grupo de hombres gays y bisexuales de la ciudad de Barcelona que practican Chem-Sex. Agencia de Salut Publica de Catalunya.
- Florêncio, J.** (2021). Chemsex cultures: subcultural reproduction and queer survival. *Sexualities*, 26(5-6), 556-573. <https://doi.org/10.1177/1363460720986922>
- Foucault, M.** (2021). Sex, power and the politics of identity. In P. Rabinow (Ed. Reprint), *Ethics, subjectivity and truth* (pp. 163-174). The New Press. (Original work published 1997)
- Flowers, P., Langdridge, D., Gough, B., & Holliday, R.** (2013). On the biomedicalisation of the penis: the commodification of function and aesthetics. *International Journal of Men's Health*, 12(2), 121-137.
- Gish, A., Saint-Omer, A., Hakim, F., Grenier, C., Hennart, B., et al.** (2024). Panorama analítico de los casos de intoxicación identificados como relacionados con la práctica del chemsex, entre enero de 2020 y febrero de 2023, en el laboratorio de toxicología de la Universidad de Lille Hospital. *Toxicología Analítica y Clínica*, 36(1), 9-18. <https://doi.org/10.1016/j.toxac.2023.08.126>
- Hamdan, A.** (2012). Autoethnography as a genre of qualitative research: a journey inside out. *International Journal of Qualitative Methods*, 11, 585-606.
- Hammoud, M., Vacchera, S., Jina, E., Bourneb, A., Hairea, B., Mahera, L., & Garrett T.** (2018). The new MTV generation: using methamphetamine, Truvada™, and Viagra™ to enhance sex and stay safe. *International Journal of Drug Policy*, 55, 197-204. <https://doi.org/10.1016/j.drugpo.2018.02.021>

- Holman, J. S., Adams, T. E., & Ellis, C. (2022). *Handbook of autoethnography* (2nd ed.). Routledge.
- HomoSalud. (2021). Consumo recreativo de drogas y su uso sexualizado (chemsex) en hombres gay, bisexuales y otros hombres que tienen sexo con hombres (GBHSH) de España. 27/04/2023. https://www.infocop.es/pdf/2021Chemsex_en_Espana.pdf
- Íncera, D., Gámez, M., & Moreno, S. (2021). Mental health symptoms associated with sexualized drug use (chemsex) among men who have sex with men: a systematic review. *Int. J. Environ. Res. Public Health*, 18(24), 13299. <https://doi.org/10.3390/ijerph182413299>
- Le Talec, J. Y., & Linard, F. (2015). Placeres químicos: sexualidad y uso de drogas en hombres homosexuales con VIH. *Psychotropics*, 21(2-3), 157-182. <https://doi.org/10.3917/psyt.212.0157>
- Messerschmidt, J. (2018). *Hegemonic masculinity: formulation, reformulation, and amplification*. Rowman & Littlefield.
- Milhet, M., Shah, J., Madesclaire, T., & Gaissad, L. (2019). Chemsex experiences: narratives of pleasure. *Drugs and Alcohol Today*, 19(1), 11-22. <https://doi.org/10.1108/DAT-09-2018-0043>
- Møller, K. & Hakim, J. (2021). Critical chemsex studies: interrogating cultures of sexualized drug use beyond the risk paradigm. *Sexualities*, 26(5-6), 547-555. <https://doi.org/10.1177/13634607211026223>
- Montagu, A. (2016). *El tacto: la importancia de la piel en las relaciones humanas*. Paidós.
- Moyle, L., Dymock, A., Aldridge, A., & Mechen, B. (2020). Pharmacosex: reimagining sex, drugs and enhancement. *International Journal of Drug Policy*, 86, 102943. <https://doi.org/10.1016/j.drugpo.2020.102943>
- Mowlabocus, S. (2021). Fucking with homonormativity: the ambiguous politics of chemsex. *Sexualities*, 26(5-6), 585-603. <https://doi.org/10.1177/1363460721999267>
- Murphy, K. J., Griffin, L. L., Nolan, G., Haigh, A., Hochstrasser, T., Ciuti, S., & Kane, A. (2022). Applied autoethnography: A method for reporting best practice in ecological and environmental research. *Journal of Applied Ecology*, 59, 2688-2697. <https://doi.org/10.1111/1365-2664.14252>
- Nichols, D. (2022). Entactogens: how the name for a novel class of psychoactive agents originated. *Front. Psychiatry*, 13, 1-8. <https://doi.org/10.3389/fpsy.2022.863088>
- Nichols, D., Hoffman, A., Oberlender, R., Jacob, P., & Shulgin, A. (1986). Derivatives of 1-(1,3-benzodioxol-5-yl)-2-butanamine: representatives of a novel therapeutic class. *J. Med. Chem.*, 29, 2009-2015.
- Observatorio Europeo de las Drogas y las Toxicomanías (2022). Informe europeo sobre drogas 2022: tendencias y novedades. Oficina de Publicaciones de la Unión Europea. <https://doi.org/10.2810/307211>
- Parra, L. & Obando, A. (2019). De armarios virtuales a campos digitales de exterminio: interseccionalidad de Grindr, fábrica de gaycidad chilena. *Comunicación y Medios*, 40, 98-113. <https://doi.org/10.5354/0719-1529.2019.54008>
- Peglow, S. & Rahmani, M. (2021). Substance-induced psychoses: an updated literature review. *Frontiers in Psychology*, 12, 1234.
- Pérez-Flores, A. (2022). *Chemsex en las personas LGTBIQ+ de Barcelona: diálogos entre salud y consumo de medios*. Máster en Comunicación Especializada Itinerario Cultural UB.
- Preciado, P. B. (2020). *Testo yonqui: sexo, drogas y biopolítica*. Anagrama.
- Race, K. (2018). *The gay science intimate experiments with the problem of HIV*. Routledge.
- Rancière, J. (2015). La dimensión estética: estética, política, conocimiento. *Ciencia Política*, 10(19), 21-43. <https://doi.org/10.15446/cp.v10n19.52370>
- Rose, N. (2006). *The politics of life itself: biomedicine, power, and subjectivity in the twenty-first century*. Princeton University Press.

- Sepulveda, M. & Lucero, J.** (2023). Usos de poppers y homoerotismo: hacia una genealogía queer del régimen fármacosexual. *Caracol*, 25, 475-511.
- Soares, J., Costa, V., Bastos, M., Carvalho, E., & Capela, J.** (2021). Anup dated review on synthetic cathinones. *Archives of Toxicology*, 95, 2895-2940. <https://doi.org/10.1007/s00204-021-03083-3>
- Trías, E.** (2022). *Lo bello y lo siniestro*. DEBOLSILLO.
- Turnock, L.** (2018). *Essays on masculinity, media, the body, and performance enhancing drugs*. MFA Pub.
- World Health Organization** (2018). Guidelines on biobehavioural surveys in populations at risk of HIV. <https://www.who.int/publications/i/item/978-92-4-151301-2>

JORGE HUMBERTO LUCERO DÍAZ

<https://orcid.org/0000-0001-6431-6168>

Chemist, Universidad de Chile. Psychologist, Universidad de Chile. MA Postcolonial Culture and Global Policy, Goldsmiths University of London. PhD student Autonomous University of Barcelona, Person and Society in the Contemporary World Program. Beca Chile ANID Grant No. 72210491.

[E-mail: jpoinds@gmail.com](mailto:jpoinds@gmail.com)

Acknowledgements: Thanks to PhD Lupiciño *Iñiguez-Rueda*, PhD *Isabel Piper Shafir* and LAICOS IAPSE for the great support.

Historic	Submitted: 15/09/2024 Accepted: 15/10/2024
Funding Statement	The author received no financial support for the research, authorship, and/or publication of this article.
Use of image consent	Does not apply
Ethical statement	This study was approved by The Commission on Ethics in Animal and Human Experimentation of the Autonomous University of Barcelona (approval no. CEEAH 6101).

ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS PROPOSTAS FORMATIVAS DOS CURSOS DE PSICOLOGIA DO RECÔNCAVO BAIANO

ASISTENCIA SOCIAL EN LAS PROPUESTAS DE FORMACIÓN DE CURSOS DE PSICOLOGÍA EN RECÔNCAVO BAIANO
SOCIAL ASSISTANCE IN THE TRAINING PROPOSALS OF PSYCHOLOGY COURSES IN RECÔNCAVO BAIANO

Evelin Fonseca de Sales¹ e Luane Neves Santos¹

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Santo Antônio de Jesus/BA, Brasil

Resumo: O CensoPsi realizado em 2022 destacou que 20,1% das/os psicólogas/os participantes atuavam na área social, patamar próximo ao da execução do processo de trabalho da proteção social e desenvolvimento. Esse dado aponta para significativa inserção de psicólogas/os na política de assistência social, o que requer da formação inicial em psicologia o acesso a referenciais teóricos e práticos que favoreçam uma atuação qualificada nesse campo. Esta pesquisa analisou Projetos Pedagógicos de Cursos de Psicologia do Recôncavo da Bahia com objetivo de identificar como ênfases e componentes curriculares contemplavam os princípios e diretrizes preconizados pela Política Nacional de Assistência Social. Constatou-se que alguns princípios foram contemplados nas ementas e em outros elementos que compõem os processos formativos, como interdisciplinaridade, territorialização e garantia de direitos sociais. Entretanto, foi evidenciada a ausência de ênfases e componentes curriculares que discutam diretamente a assistência social, o que compromete a qualidade da atuação da Psicologia nesse campo.

Palavras-chave: Formação em Psicologia; Currículo; Assistência social; Política pública; Psicologia social.

Resumen: El CensoPsi realizado en 2022 destacó que el 20,1% de los psicólogos y las psicólogas participantes se desempeñaba en el área social, nivel cercano al de realizar el proceso laboral de protección y desarrollo social. Estos datos apuntan a la importante inserción de los psicólogos y las psicólogas en la política de asistencia social, lo que requiere una formación inicial en psicología para tener acceso a referentes teóricos y prácticos que favorezcan la actuación cualificada en este campo. Esta investigación analizó Proyectos Pedagógicos de Carreras de Psicología en Recôncavo da Bahia con el objetivo de identificar cómo los énfasis y componentes curriculares abarcaron principios y directrices recomendados por la Política Nacional de Asistencia Social. Se encontró que algunos principios fueron incluidos en los planes de estudio y otros elementos que integran los procesos de formación, como interdisciplinariedad, la territorialización y la garantía de derechos sociales. Sin embargo, se evidenció la ausencia de énfasis y componentes curriculares que discutan directamente la asistencia social, lo que compromete la calidad del desempeño de la psicología en este campo.

Palabras clave: Formación en psicología; Plan de estudios; Asistencia social; Política pública; Psicología social.

Abstract: The 2022 Census of Psychology highlighted that 20.1% the participating psychologists worked in the social area, a level close to that of the execution of the social protection and development work process. This data points to the significant inclusion of psychologists in social assistance policy, which requires initial training in psychology to have access to theoretical and practical references that favor qualified performance in this field. This research analyzed Pedagogical Projects of psychology Courses in Recôncavo da Bahia with the aim of identifying how curricular emphases and components contemplated the principles and guidelines advocated by the National Social Assistance Policy. It was found that some principles were included in the syllabuses and other elements that make up the training processes, such as interdisciplinarity, territorialization and guarantee of social rights. However, the lack of emphasis and curricular components that directly discuss social assistance was highlighted, which compromises the quality of psychology's performance in this field.

Keywords: Training in psychology; Curriculum; Social assistance; Public policy; Social Psychology.

Introdução

O CensoPsi, publicado em 2022 pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), evidenciou que 20,1% das psicólogas/os participantes atuavam na área social, patamar próximo ao da execução do processo de trabalho da proteção social e desenvolvimento (Bastos, Oliveira, & Soares, 2022). Esse dado apontou para significativa inserção da psicologia no campo das políticas públicas, especialmente na política pública de assistência social. Desde 2011, o Conselho Nacional de Assistência Social regulamentou a psicologia como uma das categorias profissionais que deve compor obrigatoriamente as equipes técnicas e que preferencialmente pode compor a gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (Resolução nº 17/2011).

Diante da expansão do mercado de trabalho da psicologia, a categoria das/os psicólogas/os levantou a preocupação sobre a adequação da formação às necessidades colocadas pelas novas práticas profissionais. Essa preocupação levou em consideração que, no início do processo de consolidação da psicologia brasileira enquanto ciência e profissão, o exercício profissional estava vinculado aos interesses da elite brasileira e, historicamente, a discussão sobre a sociedade não foi considerada como importante nas construções teóricas e na prática da psicologia (Bock, Rechtman, Santos, & Toledo, 2022).

Caio Rudá, Denise Coutinho e Naomar de Almeida (2019) destacaram que após mais de meio século de regulamentação da psicologia, a sociedade sofreu mais mudanças do que a educação superior. Assim, a ampliação e a diversificação do campo de trabalho da psicologia não foram acompanhadas por modificações significativas na formação.

Mariana Cordeiro e Jacy Curado (2017) evidenciaram que, em muitos cursos de graduação em psicologia, ainda existia a presença marcante de disciplinas, ênfases e práticas voltadas predominantemente para uma clínica associada a práticas que reproduzem o modelo hegemônico de intervenção psicológica e estão voltadas às populações social e economicamente favorecidas. Isso dificulta que novas formas de intervenção possam ser construídas, principalmente direcionadas para o atendimento a populações que historicamente foram excluídas da possibilidade de acesso a bens e serviços da psicologia.

O processo de formação também é atravessado pelas mudanças vivenciadas no contexto educacional brasileiro. Bock et al. (2022) sinalizam diferentes críticas relacionadas a este contexto, como: o fato de a educação estar sujeita às relações de mercado; o acirramento das políticas neoliberais e sua relação com o esvaziamento de conteúdos críticos nos currículos.

A fim de contribuir para a ampliação das discussões voltadas para a formação de psicólogas/os e atuação na assistência social, neste estudo, analisamos as propostas formativas dos Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPCs de graduação em psicologia, localizados no Recôncavo da Bahia, com o objetivo de identificar de que maneira as ênfases e os componentes curriculares presentes nos currículos contemplavam os princípios e diretrizes preconizados pela Política Nacional de Assistência Social - PNAS (Ministério do Desenvolvimento Social [MDS], 2004).

O presente artigo, além das notas introdutórias que compõem esta seção, apresenta as etapas do percurso metodológico da pesquisa realizada, a saber: construção da caracterização geral dos cursos de psicologia na Bahia, escolha dos PPCs de acordo com critérios estabelecidos previamente, leitura livre dos documentos e organização das informações em blocos de discussões. Além dos resultados, discussões e considerações finais.

Percurso metodológico

Este estudo apresenta base documental e tem os PPCs como unidades de análise. Esses documentos são normativos e abrangem elementos como objetivos, conteúdos, metodologias, recursos didáticos e avaliação presentes na organização dos cursos de graduação. Esses elementos refletem os perfis profissionais almejados pelos cursos, ou seja, o tipo de sujeito/profissional que se pretende formar e para que tipo de sociedade se orienta essa formação (Seixas, 2014).

O primeiro passo da pesquisa foi a construção da caracterização geral dos cursos de psicologia no contexto estadual. De acordo com o site do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Cadastro e-MEC¹, existem 73 cursos de psicologia na Bahia. Dos quais, mais de 90% estão vinculados a instituições privadas, com apenas 7 cursos vinculados a instituições públicas – 3 a públicas estaduais e 4 a públicas federais.

No que diz respeito à localização, 5 estão localizados em 3 cidades que compõem o território do Recôncavo da Bahia - 1 em uma universidade pública federal, 3 em IES privadas com fins lucrativos e 1 em IES sem fins lucrativos. O Recôncavo é considerado um dos Territórios de Identidade do estado da Bahia, composto por 19 municípios e caracterizado pelo legado cultural da população indígena e negra. Apresenta médio índice de urbanização, elevado número de mulheres na composição demográfica e predominância do setor terciário na economia (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2016).

O processo de análise considerou os PPCs de três IES, sendo uma pública federal, uma privada com fins lucrativos e uma privada sem fins lucrativos. Não foi possível contemplar uma pública estadual, tendo em vista não haver instituições dessa modalidade no recôncavo da Bahia. Foi adotado o Plano de Análise Documental proposto por Pablo Seixas, Fellipe Coelho-Lima, Suzany Cadelha e Oswaldo Yamamoto (2013) e adaptado por Clarissa Silva e Oswaldo Yamamoto (2013).

As etapas realizadas foram: leitura livre dos PPCs, realizada pelas pesquisadoras; organização das informações em três blocos de discussões com as respectivas categorias analíticas: (a) fundamentos teóricos, filosóficos e pedagógicos; (b) ênfases curriculares e componentes curriculares; (c) práticas profissionais. Para o embasamento das sínteses de cada bloco, foram construídos, a partir dos princípios e diretrizes preconizados pela PNAS, os seguintes eixos de análise e suas respectivas descrições operacionais²:

- **Historicidade:** Discussões que contemplem determinantes históricos que constituem a sociedade e a própria política pública da assistência social e favoreçam a consolidação da capacidade de análise da conjuntura das forças e relações de poder na sociedade.
- **A política de assistência social - estrutura, princípios e operacionalização:** Discussões que demarquem a assistência social como um dever do Estado e apresentem sua estrutura, princípios e operacionalização enquanto política pública, inclusive através dos marcos regulatórios.
- **Garantia de direitos sociais:** Discussões sobre direitos humanos, proteção social, cidadania universal, respeito à dignidade e autonomia da/o cidadã/ão, igualdade e equidade.
- **Violação de Direitos Humanos:** Discussões que promovam reflexões sobre desigualdade social e os sistemas produtores de violação de direitos humanos, como racismo, homofobia, machismo, capacitismo e etarismo. Ademais, que contemplam o tema

preconceito contra a/o usuária/o das políticas públicas, especialmente da assistência social, e ressaltam a garantia de acesso sem discriminação de qualquer natureza.

- **Territorialização:** Discussões que abordam aspectos relativos a vínculos comunitários, ao pertencimento e à convivência comunitária. Além de favorecerem reflexões sobre processos como urbanização e ruralidade.
- **Intersetorialidade:** Discussões que abarcam a importância do trabalho em rede a partir da articulação entre a rede de serviços socioassistenciais, os serviços de outras políticas públicas setoriais e os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Além disso, que abordam sobre processos de referência e contrarreferência (acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados).
- **Interdisciplinaridade:** Discussões voltadas para horizontalidade de saberes entre diferentes áreas de conhecimento e profissionais com distintos graus de escolaridade e profissões. Este eixo também se relaciona com a interprofissionalidade e a presença da pluralidade de referenciais teóricos no processo formativo.
- **Centralidade na família:** Discussões que qualificam o desenvolvimento do acompanhamento familiar à medida que abordam sobre as diferentes concepções de família, a função protetiva da família e a matricialidade sociofamiliar.
- **Comunicação pública:** Discussões que demarcam a comunicação como um aspecto importante para condução das políticas públicas e abordam temas como transparência e lei de acesso à informação.
- **Desenvolvimento de capacidades e competências requeridas pelo SUAS:** Discussões sobre: acolhida, escuta, atendimento e acompanhamento psicossocial; realização de visitas domiciliares e de atividades com grupos; elaboração de relatórios, prontuários e plano individual e/ou familiar de atendimento; questões éticas envolvidas no trabalho da psicóloga; aspectos específicos que caracterizam o público atendido pelos serviços socioassistenciais – questões geracionais, etnicorraciais, de gênero, sobre pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua.

Neste artigo apresentaremos os resultados e discussões acerca da categoria 2, a qual envolve a análise textual da descrição das ênfases, análise descritiva dos componentes curriculares obrigatórios e suas ementas. Os componentes curriculares optativos foram desconsiderados por não apresentarem regularidade na oferta. Ao longo do texto, iremos nos referir a IES pública federal como IES I, a privada sem fins lucrativos como IES II e a privada com fins lucrativos como IES III. Essas nomenclaturas foram adotadas por considerarmos importante resguardar a identificação por questões éticas, mesmo os PPCs sendo documentos disponíveis em domínio público.

A política de assistência social nas ênfases curriculares

No PPC da IES I estavam definidas duas possibilidades de ênfases curriculares: a Ênfase 1 “Psicologia e processos clínicos” e a Ênfase 2 “Psicologia em instituições de saúde”. A Ênfase 1 buscava garantir o desenvolvimento de competências e habilidades para atuação voltada ao atendimento psicoterapêutico individual e grupal. A Ênfase 2 visava trabalhar questões de

ordem psicológica que estivessem relacionadas ao cuidado com a saúde humana em espaços institucionais, a partir da discussão de uma visão ampliada da saúde e da clínica.

A justificativa para a oferta das ênfases está vinculada à demanda regional por profissionais de psicologia para atuação em serviços públicos de saúde e assistência social. Porém, na forma com que elas foram organizadas, inclusive em relação aos componentes curriculares e estágios correspondentes, a discussão sobre a política pública de assistência social é citada, mas não está efetivamente qualificada como um itinerário formativo no currículo.

Na parte de apresentação das ênfases e também em outros trechos do PPC da IES I, a assistência social (com seus serviços e equipamentos) parece ser compreendida como parte do Sistema Único de Saúde - SUS e, conseqüentemente, como uma área específica da saúde. Isso desconsidera a organização da assistência social como uma política pública estruturada a nível nacional através do SUAS.

Ao optar pela ênfase 2, a/o estudante acessa discussões voltadas para interdisciplinaridade e pode vivenciar o contato com equipe multiprofissional no contexto das políticas públicas de saúde. Esses aspectos relacionam-se com o eixo de análise **interdisciplinaridade** e caracterizam uma formação na direção do fortalecimento da atuação no campo das políticas públicas, inclusive na assistência social, em que o trabalho das/os psicólogas/os precisa acontecer de modo integrado com outras/os profissionais que compõem as equipes do SUAS.

A interdisciplinaridade é imprescindível para a organização do trabalho nas equipes técnicas que compõem o SUAS, especialmente pelo fato de que, apesar de cada categoria profissional apresentar um saber específico, o trabalho não se estrutura a partir de funções privativas. Desse modo, ocorre uma centralidade no trabalho construído de maneira interdisciplinar e interprofissional, ou seja, que considera os enquadramentos teóricos e práticos de profissões específicas, mas não se restringe a nenhuma delas.

No PPC da IES II estavam colocadas duas ênfases curriculares: “Psicologia, processos de prevenção e promoção da saúde” e “Psicologia, trabalho e organizações”. Ambas também favorecem uma formação interdisciplinar e interprofissional à medida que permitem que a/o egressa/o dialogue com diferentes áreas que compõem o sistema de saúde e possa realizar um trabalho participativo em equipes multiprofissionais.

Entre as habilidades que o processo formativo da ênfase 1 buscava desenvolver na/o graduanda/o, estavam: “Situar o contexto socioambiental em que o sujeito está inserido e onde se expressa seu sofrimento; participar do planejamento e elaboração de políticas de saúde e programas educativos, atuando em campanhas públicas, situações de crise e epidemias” (trecho retirado do PPC da IES II). Na ênfase 2: “Situar o processo produtivo em seu contexto histórico, social, político, econômico e cultural e reconhecer o sujeito inserido neste contexto e suas singularidades” (trecho retirado do PPC da IES II).

As habilidades de cada ênfase, citadas anteriormente, representam princípios da PNAS na medida que se aproximam de eixos de análise como: **territorialização e comunicação pública**. Assim, podemos compreender que mesmo quando as ênfases não estão diretamente ligadas à assistência social, podem favorecer o desenvolvimento de competências e habilidades importantes para atuação no SUAS.

Como na IES I, a oferta dessas ênfases articulava-se com a demanda regional e se entrelaçava com a justificativa para criação do curso. Nesse sentido, trechos do PPC da IES II apresentavam o contexto do Recôncavo da Bahia e ressaltavam a necessidade de profissionais qualificados para atuação em áreas voltadas para o campo da saúde, do trabalho e das organizações.

Os trechos a seguir exemplificam essa questão: “[Municípios do Recôncavo da Bahia] ainda se encontram incipientes na prestação dos diversos serviços na área da saúde, e, particularmente, dos serviços de psicologia”; “Tal contexto [do Recôncavo da Bahia], com esta diversidade de empresas, indústrias e negócios varejistas, demanda um serviço de psicologia voltado para a área organizacional e do trabalho” (trechos retirados do PPC da IES II).

No PPC da IES III também existia a proposição de duas ênfases curriculares: “Psicologia e Processos de Prevenção e Promoção da Saúde” e “Psicologia e Processos Educativos”. Os componentes curriculares da primeira ênfase visavam promover habilidades que favorecessem o planejamento e desenvolvimento de projetos de intervenção voltados para prevenção de doenças e promoção de saúde em contextos variados, além do desenvolvimento de ações inter e multiprofissionais. No caso da segunda ênfase, as habilidades propostas no PPC eram semelhantes às da primeira, mas direcionadas para o campo da educação.

A justificativa para a oferta dessas ênfases relacionava-se, como nas demais IES, com as demandas regionais. O PPC da IES III também citava que o processo formativo no âmbito das ênfases (voltadas para saúde e educação) poderia contribuir com o desenvolvimento de outras áreas da psicologia, por exemplo, na atuação no SUAS. Nessa parte, o PPC ressaltava que, no Recôncavo da Bahia, existe uma considerável inserção das/os psicólogas/os nas políticas públicas. Assim como em outras partes do documento, o PPC da IES III apresentava reflexões que reconheciam a relevante presença de psicólogas/os na assistência social, mas não apresentava uma formação específica para atuação neste campo.

Como sinalizado anteriormente, a demanda regional foi colocada como um dos pilares que compõem as justificativas para a oferta das ênfases. Cada IES apresentava e interpretava os dados relativos ao Recôncavo da Bahia e suas possíveis demandas de forma distinta, o que interferiu na oferta das ênfases curriculares e na organização dos cursos. Essa diferenciação pode ser compreendida a partir de muitos fatores, entre eles: o fato das IES estarem localizadas em cidades diferentes e o espaço geográfico do Recôncavo da Bahia ser caracterizado pela diversidade, logo as demandas podem ser diversas e estarem articuladas com o contexto mais próximo; o período temporal de elaboração de cada PPC; a articulação da demanda regional com as especificidades e interesses de cada IES.

Nessa perspectiva, foi possível perceber uma tentativa de estruturar as ênfases levando em consideração a articulação entre as demandas sociais e as características da instituição e da região em que se situa, como direciona as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs para os cursos de psicologia (Resolução nº 1/2023). Mas, assim como observado no estudo realizado por Silva e Yamamoto (2013), mesmo com organizações distintas, as IES continuaram privilegiando áreas de atuação tradicionais em psicologia em suas ênfases.

O fato dos PPCs analisados terem sido publicados antes da atualização das DCNs em 2023 pode contribuir para a ausência de ênfases que considerem a assistência social de maneira mais direta, já que antes da atualização não estava explicitada uma possibilidade de ênfase mais próxima a este campo. Na versão atualizada é descrita a seguinte possibilidade de ênfase: “os processos de proteção social e desenvolvimento que envolvem o aprimoramento de competências para atuar em contextos de vulnerabilidade social, fragilidade de vínculos e violência, no âmbito de famílias, escolas, organizações e comunidades” (Resolução nº 1/ 2023, p. 7).

Apesar das DCNs não citarem diretamente a assistência social, essa possibilidade de ênfase articula-se com a assistência social e pode contribuir para que os currículos sejam atualizados e considerem as demandas colocadas pela considerável inserção da psicologia nesse campo.

A política de assistência social nos componentes curriculares

No processo de análise das ementas dos componentes curriculares, foi possível perceber que, nas três IES, não existiam componentes curriculares obrigatórios voltados especificamente para o eixo de análise **“a política de assistência social: estrutura, princípios e operacionalização”**. Em relação aos outros eixos de análise, na IES I, vinte componentes curriculares têm aspectos relativos aos demais eixos em suas ementas, na IES II dezesseis e na IES III treze. Algumas ementas apresentaram, ainda, temáticas que se relacionam com mais de um eixo de análise.

Esses componentes curriculares apresentavam discussões que contribuem para uma atuação qualificada no SUAS, mas, em muitas ementas, os enquadramentos teóricos, metodológicos e práticos estão voltados para outros campos, especialmente o da saúde. No caso da IES I, que apresentava a formação dividida em dois ciclos, sendo o primeiro deles o Bacharelado Interdisciplinar em Saúde - BIS, existia a especificidade dos componentes curriculares obrigatórios do BIS, que por serem compartilhados com estudantes de outros cursos da área da saúde, não terem discussões focalizadas na psicologia em suas ementas.

Estudos como os realizados por Pablo Seixas, Fellipe Coelho-Lima, Sarah Fernandes, Letícia Andrade e Oswaldo Yamamoto (2016), Silva e Yamamoto (2013) e Rafael Silva e João Simicic (2021), ressaltaram que as políticas de saúde têm prevalência nos Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPCs, quando comparadas a debates acerca das políticas de assistência social. Os autores e autoras apontaram que essa prevalência se relaciona com a dificuldade das instituições formadoras em acompanhar as mudanças do mercado de trabalho e também com o fato do SUAS ter sua implantação mais recente que a do SUS.

As três IES apresentaram dois componentes curriculares que contemplam discussões voltadas para o eixo **“historicidade”**. Em suas ementas estão colocadas temáticas como: a formação da nação brasileira e o cenário social do Brasil contemporâneo; organização e estrutura dos sistemas sociais; características da sociedade brasileira.

A presença de reflexões sobre esses temas nos PPCs é relevante por contribuir para a compreensão de que a política pública de assistência social se constitui e se insere em uma sociedade específica com um determinado tipo de Estado. Desse modo, ao reconhecer a historicidade, os conceitos, as práticas e as análises são atravessados pela história, pela cultura e pelo território onde se concretizam (MDS, 2013).

O eixo de análise **“garantia de direitos sociais”** também está contemplado em dois componentes curriculares na IES I, em um na IES II e três na IES III. Alguns temas abordados nas ementas são: concepções filosófico-políticas de Estado; cidadania popular organizada e direitos humanos; Declaração Universal dos Direitos Humanos; violação dos direitos humanos e sofrimento ético-político; pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade; psicologia no âmbito da violação dos direitos humanos; desigualdades sociais e seus enfrentamentos; controle social; políticas públicas e áreas de atuação da/o psicóloga/o. Três componentes curriculares na IES I, um na IES II e quatro na IES III trazem em suas ementas aspectos relacionados ao eixo de análise **“violação de direitos humanos”**, com discussões sobre racismo, xenofobia, violências, relações de gênero, sexualidades e desigualdades.

As questões levantadas pelas ementas dos componentes curriculares relacionados a esses eixos refletem o Código de Ética do Profissional Psicólogo, especialmente os dois princípios fundamentais a seguir:

I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2022, p. 7)

Por sua vez, nas DCNs para os cursos de psicologia está proposto: “VI - respeito à diversidade pessoal, social, cultural e ética, em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Resolução nº 1/2023, p. 1). Discussões voltadas para garantia de direitos sociais e violação de direitos humanos são essenciais para atuação da/o psicóloga/o em todas as áreas, como ressaltado nos marcos regulatórios apresentados anteriormente. Especialmente no âmbito do SUAS, essas discussões são relevantes porque o trabalho desenvolvido pela rede socioassistencial relaciona-se diretamente com processos de viabilização de direitos e também com o acolhimento de indivíduos e famílias que estão vivenciando situações de violação de direitos (MDS, 2004).

Por isso, a atuação na assistência social exige uma formação pautada na perspectiva de que a técnica possa ser qualificada com uma posição crítica e ético-política. Em relação a este aspecto, Bock et al. (2022) demarcam que a qualidade técnica depende de uma formação epistemológica, teórica, metodológica, ética e política, além do constante diálogo com a realidade social e o contexto de atuação.

Joelma Santos (2019) destacou que este posicionamento político deve começar a ser lapidado durante o curso de graduação. Esse processo de lapidação envolve o acesso a discussões que retratam o histórico da assistência social e os marcos regulatórios que a consolidam enquanto uma política pública. A autora sinalizou que geralmente esses marcos não são apresentados no decorrer dos cursos de graduação em psicologia, o que favorece uma formação insuficiente e que compromete a atuação qualificada neste campo.

O eixo “**territorialização**” apareceu em um maior número de componentes curriculares na IES I – em comparação com as demais IES – com destaque para os cinco módulos de Processos de Apropriação da Realidade. Esses módulos integravam a matriz curricular do BIS do primeiro ao quinto semestre. Durante cinco semestres, as/os estudantes desenvolviam atividades práticas em comunidades do município em que a IES está localizada. Essas atividades eram pautadas em processo de pesquisa e em intervenções participativas com caráter extensionista.

Com isso, as ementas dos módulos preconizavam discussões voltadas para temáticas como: contexto local como espaço de observação, problematização, pesquisa e extensão; estudo das dimensões macro/microsocioculturais da comunidade; construção de vínculos com a comunidade; promoção da cidadania no contexto comunitário; desenvolvimento de ações para territorialização em saúde; construção de projeto de intervenção para a promoção da saúde e qualidade de vida da comunidade. Nessa perspectiva, os módulos de Processos de Apropriação da Realidade consolidam discussões e práticas que estão ancoradas na realidade social da comunidade.

Cada IES privada apresentava um componente curricular que demarcava em sua ementa aspectos voltados para o eixo “**territorialização**”. Esses componentes apresentavam discussões específicas sobre a psicologia comunitária e o trabalho da/o psicóloga/o em contextos comunitários. Enquanto na IES I os componentes curriculares que abarcavam a territorialização não estavam diretamente relacionados com os conteúdos da psicologia, nas IES II e III ficaram restritos a um componente curricular mais direcionado à profissão.

De modo geral, as discussões propostas por todos os componentes favoreciam uma atuação embasada nos princípios e diretrizes da PNAS. Principalmente pelo fato de a atuação em psicologia na assistência social acontecer através de um trabalho comunitário que se constrói em articulação com o território vivo, ou seja, como espaço em que as pessoas vivenciam suas dores e sofrimentos impostos pelas violências estruturais, mas que também permite a consolidação de vínculos e relações fortalecedoras (CFP, 2021).

Discussões relacionadas ao eixo de análise **“centralidade da família”** foram contempladas em apenas um componente curricular da IES II, o qual apresentava em sua ementa aspectos, como: família, suas funções e papéis; fatores sociais e psicológicos nas diferentes organizações familiares; a atuação da/o psicóloga/o junto à família. A ausência de componentes curriculares voltados para esse eixo impacta diretamente na atuação de egressas/os na assistência social, visto que a matricialidade sociofamiliar constitui-se como um dos princípios estruturantes dessa política pública.

O eixo **“comunicação pública”** estava representado em dois componentes curriculares da IES I através das discussões sobre comunicação e educação; bases históricas e epistemológicas do processo de comunicação e ensino-aprendizagem, das concepções e práticas de educação e de comunicação. Um dos componentes curriculares tinha parte significativa da sua ementa voltada para aspectos relativos à comunicação no campo da saúde. Esse eixo não foi contemplado por componentes curriculares propostos pelas IES privadas. Por sua vez, a **“interdisciplinaridade”** se fez presente nas ementas de três componentes curriculares da IES I, sendo um deles vinculado a uma ênfase. Na IES II, esse eixo estava representado em dois componentes curriculares e em nenhum da IES III.

Comunicação e interdisciplinaridade são eixos importantes para atuação de psicólogas/os em diversos âmbitos, especialmente nas políticas públicas que se desenvolvem a partir do trabalho em equipes multiprofissionais. Ambos estão representados em competências colocadas pelas DCNs para os cursos de psicologia (Resolução nº 1/2023). Ademais, esses eixos estão relacionados com o da “intersectorialidade”, o qual não foi contemplado diretamente nos componentes curriculares dos três PPCs analisados.

A interdisciplinaridade e a intersectorialidade são princípios basilares para diferentes políticas públicas. Com a significativa inserção de psicólogas/os no campo das políticas sociais, uma formação inicial que não apresenta conteúdos mais aprofundados sobre estes aspectos pode favorecer atuações que não consideram a integralidade do ser humano e reforçam práticas reducionistas e individualizantes, configurando-se como significativos obstáculos ao exercício profissional.

O CFP evidencia que a colaboração interdisciplinar de diferentes saberes e profissionais também deve considerar os saberes regionais e locais das/os usuárias/os, a fim de promover uma autonomia colaborativa (CFP, 2021). Assim, espera-se que as/os psicólogas/os consigam compreender as singularidades dos contextos em que atuam. Tal processo contribui para uma atuação ancorada na territorialização e condizente com princípios e diretrizes da PNAS. Nesse sentido, fica evidente como os eixos estão articulados e que a ausência de discussões voltadas para um deles poderá impactar no desenvolvimento prático dos demais.

Em relação ao eixo **“desenvolvimento de capacidades e competências requeridas pelo SUAS”**, sete componentes curriculares da IES I o contemplaram, sendo um deles vinculado a uma ênfase. Na IES II, foram oito componentes relacionados a esse eixo e sete da IES III, sendo um deles vinculado a uma das ênfases. Todas as IES apresentaram componentes que contribuem para a elaboração de documentos e para realização de atividades com grupos. Além

disso, os três PPCs apresentaram discussões sobre questões éticas e aspectos específicos que caracterizam o público atendido pelos serviços socioassistenciais.

A ausência de componentes curriculares voltados diretamente para a assistência social também foi reconhecida em outros estudos, como o de Silva e Yamamoto (2013). Há mais de dez anos, ao analisarem os PPCs de psicologia do Piauí, esses autores identificaram a existência de componentes curriculares que abordam as políticas de saúde e a ausência de componentes curriculares voltados diretamente para a assistência social. Ao analisarem esses resultados, sinalizaram a recente implantação do SUAS como uma possível justificativa para inexistência de conteúdos voltados para essa política pública. Mas, atualmente, mesmo após quase 20 anos da criação do SUAS, essa lacuna ainda pode ser percebida nos PPCs de psicologia.

Dessa forma, por mais que algumas ementas apresentem discussões alinhadas a determinados princípios e diretrizes da PNAS, a ausência de uma mediação desses conteúdos com elementos do eixo de análise **“a política de assistência social: estrutura, princípios e operacionalização”** aponta para uma limitação nas contribuições destas discussões no que diz respeito a uma atuação qualificada no âmbito do SUAS por não favorecer a construção de pontes entre os conteúdos estudados e as especificidades do trabalho no SUAS. Esse processo pode dificultar, por exemplo, a articulação entre discussões voltadas para o trabalho com grupos e em comunidade e o modo como este trabalho estrutura-se nos serviços socioassistenciais.

Diante dessas reflexões, entendemos a importância de componentes curriculares voltados para o eixo **“a política de assistência social: estrutura, princípios e operacionalização”**, mas que esses estejam articulados com os demais componentes, de maneira que a mediação entre os conteúdos seja estimulada no processo formativo como um todo. O contato com princípios e diretrizes preconizados pela PNAS pode ocorrer através de diferentes componentes curriculares. Assim, diferentes conteúdos, quando articulados com conhecimentos específicos da assistência social, podem favorecer o desenvolvimento de fundamentos teórico-metodológicos requeridos pela atuação no SUAS.

No entanto, reconhecemos que não é possível avaliar dimensões da formação para atuar na política pública de assistência social apenas pela quantidade de componentes curriculares que apresentam determinados conteúdos em suas ementas, visto que a forma como esses conteúdos são ministrados no cotidiano da sala de aula podem variar a depender das circunstâncias, o que indica um dos limites de estudos que têm o PPC como unidade de análise. Não se trata, portanto, de uma discussão meramente quantitativa, mas de um recurso para evidenciar a presença ou ausência dessas temáticas nos currículos.

Considerações finais

O processo de análise permitiu reconhecer que alguns aspectos importantes para atuação na assistência social foram contemplados ao longo dos PPCs de psicologia do Recôncavo da Bahia, principalmente, através de discussões relacionadas à política pública de saúde. Isso pode ser considerado um avanço importante no sentido da consolidação de uma formação mais implicada com as demandas colocadas pela inserção da psicologia no campo das políticas públicas.

Mas o reconhecimento da assistência social enquanto uma política pública específica, com sistema de gestão próprio e como um importante espaço de atuação para psicólogas/os, ainda precisa ser consolidado na elaboração dos currículos. Após quase duas décadas de implanta-

ção do SUAS, é crítico que os cursos de psicologia continuem embasados em uma postura de desconhecimento sobre esse sistema ou de compreensões equivocadas, como a ideia de que os equipamentos da assistência social estão vinculados ao SUS.

Nesse sentido, existe um paradoxo entre a formação inicial ofertada e a significativa inserção da categoria profissional no campo da assistência social. Por mais que existam competências profissionais que são transversais a todas as políticas públicas, como a interdisciplinaridade, faz-se necessário que a formação inicial apresente de maneira mais abrangente, direta e qualificada discussões voltadas para a atuação profissional no SUAS.

Essa ausência observada nos currículos, também fica evidente nas DCNs para os cursos de psicologia, cuja versão atual não cita diretamente a assistência social. Diante dessa questão, esperamos que as IES estejam atentas às propostas formativas apresentadas em seus PPCs e possam revisar esses documentos a partir de uma perspectiva que considere a relevância do SUAS para o Brasil. O processo de revisão deve ser construído a partir das novas DCNs, além de considerar estudos sobre a categoria profissional, as demandas sociais e territoriais.

Ademais, importante ressaltarmos que a formação condizente com os princípios e diretrizes da PNAS extrapola a dimensão das ênfases e ementas curriculares, à medida que se constrói pelos fundamentos teóricos, filosóficos e pedagógicos defendidos pelas IES, pelas atividades de extensão e pesquisa propostas, e pelo modo com que as ênfases curriculares, os componentes curriculares e os momentos de práticas profissionais são pensados e articulados entre si. Essa relação também acontece pela articulação dos PPCs com outros documentos, com a demanda regional e com as características de cada IES. Todos esses elementos podem não ser apreendidos na análise dos PPCs, mas entendemos que o cotidiano de cada curso está atrelado às diretrizes enunciadas nestes documentos, logo a mudança esperada na formação também precisa estar descrita nos PPCs.

Por fim, ressaltamos que a inserção qualificada de psicólogas/os nas políticas públicas está relacionada com a perspectiva de defesa de direitos humanos (Bock et al., 2022), a qual, como ressaltado ao longo deste artigo, está presente em diferentes marcos regulatórios que embasam a psicologia enquanto ciência e profissão. Nesse sentido, a atuação qualificada tende a fortalecer as políticas públicas, espaços que materializam os direitos sociais e promovam o enfrentamento da desigualdade social na sociedade brasileira.

Notas finais

- 1 Consulta realizada em maio de 2024.
- 2 Os eixos e descrições operacionais foram produzidos pelas autoras em trabalho coletivo desenvolvido pelo Práxis – Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em saberes e práticas na Assistência Social (CNPq/UFRB).

Referências

- Bastos, Antônio V. Bittencourt, Oliveira, Isabel Fernandes, & Soares, Icléia S. Dorea** (2022). O trabalho em psicologia: em que áreas de atuação nos inserimos? In Conselho Federal De Psicologia, *Quem faz a Psicologia brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho* (Vol. II, pp. 13-31). https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol2-1.pdf
- Bock, Ana Mercês B., Rechtman, Raizel, Santos, Luane Neves, & Toledo, Rodrigo** (2022). Psicologia Sócio-Histórica, compromisso social e formação crítica em psicologia: entrelaçamentos históricos. In Ana M. B. Bock et al. (Orgs), *Psicologia sócio-histórica: contribuições à leitura de questões sociais* (pp. 215-230). EDUC. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/40667/1/9786587387925.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia – CFP.** (2021). *Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS*. Autor. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/rt_crepop_cras_2021.pdf
- Conselho Federal de Psicologia – CFP.** (2022). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Autor. https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2022/06/WEB_29535_Codigo_de_etica_da_profissao_14.04-1.pdf
- Cordeiro, Mariana Prioli, & Curado, Jacy Corrêa** (2017). Psicologia na assistência social: um campo em formação. *Psicologia & Sociedade*, 29, e169210. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29169210>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.** (2013). *Política Nacional de Educação Permanente do SUAS*. Autor. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/Politica-nacional-de-Educacao-permanente.pdf
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.** (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Autor. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- Resolução n. 17, 20 de junho de 2011.** (2011). Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, e outras resoluções. CNAS. https://www.blognas.com/_files/ugd/7f9ee6_d825fc918a98454682401c0261ceb251.pdf
- Resolução n. 1, 11 de outubro de 2023.** (2023). Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. CNE. <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2023-pdf/252621-rces001-23/file>
- Rudá, Caio, Coutinho, Denise, & Almeida, Naomar** (2019). Formação em Psicologia: uma análise curricular de cursos de graduação no Brasil. *Revista e-Curriculum*, 17(2), 419-440. <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i2p419-440>
- Santos, Joelma Cristina** (2019). Psicologia e política pública de assistência social: discussão sobre a formação acadêmica a partir da análise das Diretrizes Curriculares Nacionais. In F. Z. Amorim, J. G. S. Isabel, & M. M. Saadallah (Orgs.), *O fazer da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social* (pp. 260-275). Conselho Regional de Psicologia/MG. https://issuu.com/conselhoregionaldepsicologia-minasg/docs/livro_web
- Seixas, Pablo Sousa** (2014). *A formação graduada em Psicologia no Brasil: reflexão sobre os principais dilemas em um contexto Pós-DCN* [Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN]. https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/17401/1/PabloSS_TESE.pdf
- Seixas, Pablo Sousa, Coelho-Lima, Felliipe, Silva, Suzany Gadelha, & Yamamoto, Oswaldo H.** (2013). Projeto Pedagógico de Curso e formação do psicólogo: uma proposta de análise. *Revista Semestral da Assoc. Bras. de Psicologia Esc. e Educ.*, 17(1), 113-122. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572013000100012>

Seixas, Pablo Seixas, Coelho-Lima, Fellipe, Fernandes, Sarah Ruth F., Andrade, Letícia Raboud M., & Yamamoto, Oswaldo H. (2016). As políticas sociais nos fundamentos dos cursos de Psicologia. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20(3), 437-446. <https://doi.org/10.1590/2175-3539201502031005>

Silva, Clarissa de Andrade & Yamamoto, Oswaldo H. (2013). As Políticas Sociais na Formação Graduada do Psicólogo no Piauí. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(4), 824-839. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000400005>

Silva, Rafael Bianchi & Simcic, João Victor B. (2021). As políticas públicas e atuação para o SUAS na formação do psicólogo no Paraná. *Revista de Psicologia*, 12(2), 75-90. <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/61307>

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016). *Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia*. Autor. https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=284

EVELIN FONSECA DE SALES

<https://orcid.org/0000-0003-3731-5666>

Bacharela em Saúde e em Psicologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Email: evelin_sales@hotmail.com

LUANE NEVES SANTOS

<https://orcid.org/0000-0002-8571-0495>

Doutora em Educação: Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Email: luaneneves@ufrb.edu.br

Histórico	Submissão: 01/10/2024 Revisão: 21/10/2024 Aceite: 24/10/2024
Contribuição dos autores	Conceitualização: EFS; LNS. Curadoria de dados: EFS; LNS. Investigação: EFS. Metodologia: EFS; LNS, Análise formal: EFS; LNS. Escrita original: EFS. Escrita, revisão e edição: EFS; LNS.
Financiamento	A pesquisa foi desenvolvida com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB (Edital 01/2021 – Programa de Iniciação Científica/ PIBIC/UFRB), por integrantes do Práxis - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em saberes e práticas na Assistência Social (CNPq/UFRB). Nosso agradecimento a FAPESB e a todas as integrantes do Práxis.
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	Não se aplica

ERRATA

En el artículo "GOBERNAR LA SEXUALIDAD: ANÁLISIS DE LA DISCUSIÓN DE UN PROYECTO DE LEY EN CHILE", publicado en la revista *Psicología & Sociedade*, volumen 35 (<http://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e266354>), en la última página donde aparecen los datos de financiación:

Donde se lee:

"La investigación se realiza bajo el financiamiento de la Beca Doctorado Nacional n. 21201606 de la Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo [ANID] de Chile."

Léase:

"La investigación se realiza bajo el financiamiento de la Beca Doctorado Nacional n. 21201606 de la Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo [ANID] de Chile. Agradecemos el financiamiento de SCIA ANID CIE160009."